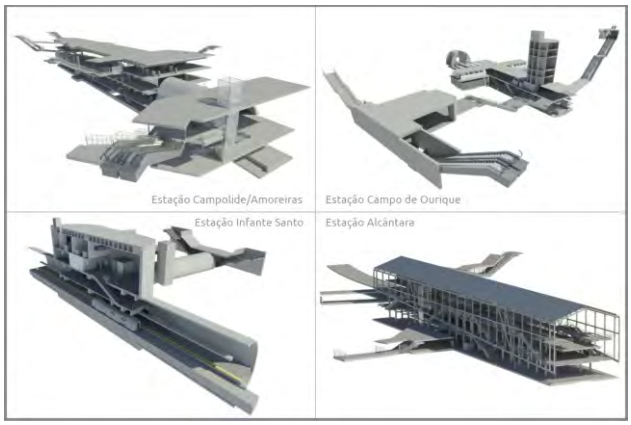
Metropolitano de Lisboa

METRO DE LISBOA

LINHA VERMELHA ENTRE SÃO SEBASTIÃO E ALCÂNTARA

EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROLONGAMENTO DA LINHA

PROJETO DE EXECUÇÃO



TOMO I - GERAL

VOLUME 21 - RECAPE

RELATÓRIO BASE - MEMÓRIA DESCRITIVA

Documento SAP:	LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040003 0

	Nome	**Assinatura**	**Data**
Elaborado	Sara Lemos		2024-10-04
Revisto	Sara Lemos		2024-10-04
Verificado	Cristina Simões		2024-10-04
Coordenador Projeto	Rui Rodrigues		2024-10-04
Aprovado	Raul Pistone		2024-10-04

	Nome	**Assinatura**	**Data**
Gestor Projeto	Raul Pistone		2024-10-04

ÍNDICE

1 Património 4

1.1 Verificação da Conformidade do Projeto de Execução com a DIA 26
1.1.1 Condicionantes ao PE 26
1.1.2 Elementos a apresentar em sede de projeto de execução e RECAPE 38
1.1.3 Medidas de Minimização 42
1.1.3.1 Medidas de minimização a considerar na elaboração do PE 42
1.1.3.2 Medidas de minimização a aplicar na fase prévia à obra 47
1.1.3.3 Medidas de minimização para a fase de obra 49
1.1.3.4 Medidas de minimização para a fase de exploração 51
1.1.4 Programas de monitorização 52
1.1.5 Outros Planos ..... **Error! Bookmark not defined.**

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4-20 – Elementos Patrimoniais considerados na avaliação de impactes sobre o Património 10
Quadro 4-21 – Avaliação de impactos sobre as estruturas dos aquedutos 14
Quadro 4-22 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes de vibrações na fase de construção 16
Quadro 4-23 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais de elevado valor decorrentes de demolições parciais 16
Quadro 4-24 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes de demolições parciais ou totais 17
Quadro 4-25 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais de baixo valor decorrentes de demolições totais 20
Quadro 4-26 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes da circulação de veículos pesados e máquinas na fase de construção 21
Quadro 4-27 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes da dispersão de poeiras na fase de construção 22
Quadro 4-28 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes da proximidade às zonas de obra 23
Quadro 4-29 –Trabalhos do Programa de Prospeção Geológico-Geotécnica, Hidrogeológica e Ambiental ..... **Error! Bookmark not defined.**
Quadro 4-30 – Resultados do levantamento efetuado aos ramais do aqueduto das Águas Livres ..... **Error! Bookmark not defined.**
Quadro 4-31 – Caraterísticas geométricas das medidas de redução de ruído definidas ..... **Error! Bookmark not defined.**
Quadro 4-32 – Caraterísticas acústicas e não acústicas (segurança) das medidas de redução de ruído definidas ..... **Error! Bookmark not defined.**

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4-2 – Extrato da planta de implantação e localização de estruturas provisórias – OE5 29
Figura 4-3 – Vistas de Maquete do Projeto na zona do Baluarte do Livramento 31
Figura 4-4 – Perspetiva Técnica na zona do Baluarte do Livramento 31
Figura 4-5 – Obra Especial 5 – Extrato dos Alçados de Estruturas Provisórias 35
Figura 4-6 – Extrato da Planta de Estruturas Provisórias na zona do Baluarte do Livramento 37
Figura 4-7 – Diagrama do Processo construtivo do Viaduto de Alcântara – Fase 6 .....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-8 – Localização da captação CP011965.2016.RH5A relativamente ao Projeto .....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-8 – Desenvolvimento do Projeto sob terrenos integrados na Tapada da Ajuda ..**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-9 – Perfil longitudinal entre o Pk 3+800 e o final do traçado (envolvente à Tapada da Ajuda).....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-10 – Nova acessibilidade pedonal a criar e vista da entrada da possível ligação a partir da calçada do Livramento à travessa do Livramento.....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-12 – Área de estaleiro necessária na zona do Baluarte do Livramento (OE5) 41
Figura 4-13 – Área de estaleiro necessária na zona da estação de Alcântara 41
Figura 4-14 – Identificação das zonas de ramais do Aqueduto das Águas Livres considerados no Plano de Inspeção.....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-15 – Levantamento de ramais do Aqueduto das Águas Livres, cortes (situações de maior conflito) .....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-16 – Solução de traçado ajustada para a presença do ramal do Aqueduto das Águas Livres .....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-17 – Solução proposta para o Palácio Fiúza 47
Figura 4-18 – Esquema exemplificativo dos Sistemas de Atenuação de vibrações .....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-15 – Esquema em planta de implantação das Barreiras Acústicas (BA01 e BA02) e do Material Absorvente Sonoro na Boca do Túnel (BT01, BT02 e BT03)**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-16 – Esquema em perfil longitudinal (à esquerda) e em perfil transversal (à direita) de implantação das Barreiras Acústicas (BA01 e BA02) e do Material Absorvente Sonoro na Boca do Túnel (BT01, BT02 e BT03) .....**Error! Bookmark not defined.**
Figura 4-21 – Localização em planta das Barreiras Acústica BA01 e BA02 para proteção da Escola Ressano Garcia .....**Error! Bookmark not defined.**

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tendo em consideração os ajustes ao Projeto realizados na fase de Projeto de Execução, face à solução para a qual foi emitida DIA favorável condicionada, foi efetuada a atualização da avaliação de impactes ambientais de modo a refletir o desenvolvimento do Projeto.

De forma a dispor de um referencial objetivo e utilizável uniformemente para a avaliação de impactes em todas as componentes, procedeu-se à sistematização das ações de Projeto com relevância para a identificação e avaliação de impactes, tendo em conta as diferentes fases do Projeto, designadamente: fase prévia à obra, fase de construção e fase de exploração, como se apresenta no **Quadro 1-1**.

A fase de desativação não foi considerada na presente análise uma vez que para o Projeto em questão não se perspetiva que o mesmo venha a ser desativado, uma vez que se trata de um projeto moderno, com elevado desenvolvimento técnico e implantado numa zona urbana consolidada.

Ainda assim pode referir-se que caso venha a ser desativado o Projeto, não deverá ocorrer a remoção das estruturas enterradas pelo que os impactes que resultam da presença física da infraestrutura se manterão mesmo que a linha de metropolitano cesse de operar.

Quadro 1-1 – Matriz de ações do Projeto

Fase do Projeto	Ação de Projeto	Identificação e descrição da ação de Projeto
Fase prévia à construção	A.1	Aprovação RECAPE/Projeto
	A.2	Desafetação / Desclassificação de condicionantes / servidões
	A.3	Expropriações
	A.4	Divulgação e informação sobre o projeto às populações e entidades
Instalação e funcionamento do Estaleiro e construção do Projeto	B.1	Utilização de meios humanos para diferentes componentes do processo de construção
	B.2	Desarborização, desmatação e limpeza de terrenos onde necessário
	B.3	Construção de dois novos parques infantis
	B.4	Instalação dos Estaleiros (incluindo desvio de trânsito na zona do estaleiro em Campo de Ourique)
	B.5	Vedação da área afeta aos estaleiros
	B.6	Aprovisionamento da obra com materiais e equipamentos de construção
	B.7	Fornecimento e armazenagem de combustíveis (gasolina, gasóleo, etc)
	B.8	Execução de desvios de trânsito e Projeto Viário
	B.9	Demolições
	B.10	Gestão dos RCD provenientes das demolições, respeitando o PPGRCD

Fase do Projeto	Ação de Projeto	Identificação e descrição da ação de Projeto
	B.11	Abertura de frentes de obra e vedação das zonas de obra
	B.12	Abastecimento de combustível à maquinaria e veículos em obra
	B.13	Abastecimento de água aos estaleiros e frentes de obra
	B.14	Abastecimento de redes - elétrica, telecomunicações, etc – nos estaleiros e frentes de obra
	B.15	Trabalhos de instrumentação e monitorização
	B.16	Trabalhos preliminares e execução de contenções periféricas
	B.17	Desvios / condicionamentos de serviços afetados
	B.18	Escavação dos poços de ataque – estações (NATM) e poços de ventilação
	B.19	Escavação a céu aberto – Estação Campolide / Amoreiras
	B.20	Escavação a céu aberto – troço entre Largo das Necessidades e o Baluarte do Livramento
	B.21	Execução de contenções no Baluarte e reforço estrutural
	B.22	Execução do Projeto de Reabilitação Parcial do Edifício Histórico Fiúza
	B.23	Gestão do material de escavação de acordo com a sua qualidade e possibilidade de reutilização
	B.24	Movimentação de veículos pesados para transporte de materiais
	B.25	Construção do túnel de via (NATM)
	B.26	Construção das estruturas internas das estações
	B.27	Construção das contenções e fundações do Viaduto de Alcântara
	B.28	Construção do Viaduto de Alcântara
	B.29	Construção das fundações e das estruturas da Estação de Alcântara
	B.30	Execução de acabamentos e instalação de redes e sistemas
	B.31	Reposição de serviços afetados
	B.32	Execução de modelação de terrenos de acordo com o Projeto
	B.33	Execução dos arranjos exteriores e intervenções paisagísticas
	B.34	Plantação de 50 novos exemplares arbóreos
	B.35	Desmantelamento dos Estaleiros, limpeza e recuperação das respetivas áreas
Exploração do Projeto	C.1	Presença da Infraestrutura de transporte
	C.2	Aumento da oferta de transporte público ferroviário

Fase do Projeto	Ação de Projeto	Identificação e descrição da ação de Projeto
	C.3	Aumento da oferta de áreas de passeio público e de lazer
	C.4	Aumento da oferta de estacionamento rodoviário
	C.5	Movimentação de material circulante e transporte de passageiros
	C.6	Utilização das estações pelos utentes
	C.7	Utilização de meios humanos de apoio à exploração e manutenção
	C.8	Funcionamento corrente das instalações e áreas técnicas
	C.9	Operações de manutenção da infraestrutura
	C.10	Operações de manutenção de material circulante
	C.11	Monitorização e manutenção de espaços públicos e áreas de jardim

Fonte: Elaboração própria

Na identificação e avaliação de impactes foi utilizada uma escala qualitativa baseada nos limiares de sensibilidade identificados para as diferentes componentes ambientais. O valor qualitativo atribuído a cada impacte tem em conta diferentes parâmetros qualificativos e respetivas tipologias, tal como se apresentam e descrevem no **Quadro 1-2**

Quadro 1-2 – Parâmetros de qualificação dos Impactes Ambientais

Parâmetros	Descrição	Critérios de Classificação
Natureza ou sentido	A ação provoca um efeito prejudicial ou benéfico sobre a componente ambiental em análise	Impactes Positivos: • O impacte afeta de forma favorável valores ou recursos ambientais, incluindo sociais e patrimoniais • O impacte resulta numa melhoria das condições ambientais, incluindo as condições sociais e patrimoniais, quando comparadas com a situação sem projeto • O impacte contribui para os objetivos definidos em estratégias públicas locais, nacionais ou internacionais

Parâmetros	Descrição	Critérios de Classificação
		Impactes Negativos: • O impacte afeta de forma desfavorável valores ou recursos ambientais, incluindo sociais e patrimoniais • O impacte resulta numa degradação das condições ambientais, incluindo as condições sociais e patrimoniais • O impacte é de sentido oposto aos objetivos definidos em estratégias públicas locais, nacionais ou internacionais
Efeito	Conforme decorrem de atividades diretamente relacionadas com a construção e a exploração do Projeto ou de processos induzidos pelas atividades do Projeto	Direto quando causado por ações intrínsecas ao projeto
		Indireto quando resulta de uma cadeia de efeitos e não de uma ação direta do projeto
Duração/Escala temporal	A escala temporal avalia a duração dos efeitos sobre a componente ambiental	Temporários, no caso de se verificarem apenas durante um determinado período do Projeto
		Permanentes, no caso de se prolongarem por toda a vida útil do Projeto
Abrangência	Este critério avalia o raio de influência do impacte	Local quando ocorre apenas na vizinhança do projeto.
		Regional quando ocorre a uma escala concelhia ou supraconcelhia.
		Nacional quando abrange mais do que uma região
Probabilidade	A probabilidade de ocorrência de impactes tem por base o conhecimento das características das ações de Projeto e de cada componente ambiental, permitindo prever o acontecimento das consequências.	Pouco Provável
		Expectável/Certo quando a ocorrência é garantida com base nos pressupostos conhecidos.
Reversibilidade	Diz respeito à possibilidade de reversão dos impactes do Projeto, permanecendo ou anulando-se os efeitos quando cessar a respetiva causa.	Irreversíveis quando não à retorno às condições iniciais, ou próximas destas após a cessação da ação que lhes deu origem (sem intervenção ou com intervenção dirigida à reversão dos impactes)
		Reversíveis quando as condições verificadas antes da ocorrência do impacte podem ser

Parâmetros	Descrição	Critérios de Classificação
		naturalmente repostas (ou repostas com pouca intervenção)

Fonte: Elaboração própria

Para além dos parâmetros já descritos, para efeito de avaliação e valorização dos impactes é ainda considerada a magnitude do impacte, nomeadamente:

- **Magnitude** – Classifica os impactes quanto à sua intensidade da seguinte forma:
  - **Magnitude Reduzida** – A intensidade do impacte afeta (positiva ou negativamente) de forma negligenciável valores ou recursos ambientais, incluindo sociais e patrimoniais, quando comparados com a situação sem projeto. Os indicadores do impacte são claramente inferiores aos limites legais ou regulamentares, quando aplicáveis.
  - **Magnitude Moderada** - A intensidade do impacte afeta (positiva ou negativamente) de forma moderada, valores ou recursos ambientais, incluindo sociais e patrimoniais, quando comparados com a situação sem projeto, não comprometendo utilizações futuras, ou proporcionando benefícios com significado à escala local. Os indicadores do impacte não excedem os limites legais ou regulamentares, quando aplicáveis, mas aproxima-se.
  - **Magnitude Elevada** - A intensidade do impacte afeta (positiva ou negativamente) de forma profunda, valores ou recursos ambientais, incluindo sociais e patrimoniais, quando comparados com a situação sem projeto, podendo comprometer utilizações futuras, ou proporcionando benefícios relevantes à escala local ou regional. Os indicadores do impacte excedem limites legais ou regulamentares, quando aplicáveis. O Projeto contribui de forma determinada para a prossecução de objetivos estratégicos.

Após a avaliação dos parâmetros anteriormente descritos é então avaliado e classificado o impacte em conformidade com a sua significância.

- **Significância** – traduz a qualificação última dos impactes e resulta da integração das várias características do impacte e do seu cruzamento com as características dos recetores, recursos ou contexto em que estes se farão sentir, avaliando a dimensão da perturbação/alteração induzida por cada uma das ações/atividades.
  - **Os impactes negativos serão considerados significativos** (ou muito significativos) se determinarem importantes afetações sobre o equilíbrio do ambiente (biofísico e humano) introduzindo roturas ou alterações nos padrões que regem o seu equilíbrio ou o seu estatuto legal, nomeadamente se se verificarem as seguintes situações:
    - Se determinarem importantes afetações sobre o equilíbrio dos ecossistemas existentes, introduzindo roturas ou alterações nos processos ecológicos, perturbando ou destruindo efetivos significativos, a diversidade ou a estabilidade das populações, espécies vegetais e animais endémicas, raras ou ameaçadas, ou atingindo o património protegido por legislação específica; os impactes serão considerados muito significativos se a importância dos equilíbrios ou das espécies afetadas for grande ou ainda se a extensão das áreas afetadas for considerável.

- Transgressão de critérios ou padrões de qualidade legalmente estabelecidos (água, qualidade do ar, ruído), sendo muito significativos caso essa infração determine um considerável afastamento dos padrões estabelecidos, ou se a extensão das áreas afetadas for importante, ou ainda se se verificarem durante um período temporal alargado.
- Não conformidade com os instrumentos de gestão territorial, ou afetação de áreas condicionadas ao uso do solo;
- Atinjam o património protegido por legislação específica.
- Afetem significativamente a população (afetação direta de habitações e áreas cultivadas, rotura de serviços primários à população – água e energia).

o Consideram-se como **impactes positivos significativos** (ou muito significativos) os que estão associados à melhoria dos padrões de vida das populações e, determinarem modificações na atividade económica, emprego, fixação e atração de população, ou quando envolverem grandes investimentos.

O **grau de significância** assume a classificação: Nulo/Negligenciável, Pouco significativo, Significativo e Muito significativo. Nos casos em que não é possível determinar a significância do impacte (informação deficiente, ausência de dados) o impacte classifica-se como Indeterminado.

A classificação da significância permite comparar os diversos impactes considerados sendo, em última análise, representada por uma escala de cores, conforme se pode observar seguidamente.

Descrição	Classificação	Neg.	Pos.
Significado /Significância (sintetiza a significância do impacte)	Indeterminado	-	+
	Pouco Significativo	-	+
	Significativo	-	+
	Muito Significativo	-	+

Com base nos princípios metodológicos descritos, apresenta-se nos pontos seguintes a atualização da avaliação de impactes para as diferentes componentes ambientais, procedendo-se à comparação entre os elementos apresentados no EIA e o que resulta do atual estado de desenvolvimento do Projeto (fase de PE).

2 PATRIMÓNIO

Para efeito de atualização da avaliação de impactes para a componente de Património foram considerados, através de inventário os Elementos Patrimoniais (EP) presentes na área do Projeto e sua envolvente próxima, identificados de acordo com o n.º OP [Ocorrência Patrimonial] atribuídos em fase de estudo prévio, tendo-se incluído todos aqueles que se situam a uma distância inferior a 30 m do eixo da via, estações e poços de ventilação, a menos de 25 m da área

de estaleiros e nos locais em que o túnel tem uma profundidade inferior a 25 m, de acordo com o preconizado na medida 31 da DIA.

Todos os EP considerados são localizados na Carta de Condicionantes apresentada no Anexo XIV – Volume 3 e no **Quadro 2-1**, sendo a sua descrição apresentada na respetiva Ficha de Elemento Patrimonial em anexo aos Estudos Histórico-Arqueológicos, sendo ainda o seu enquadramento na área urbana em que se insere, apresentado no respetivo capítulo dos Estudos Histórico-Arqueológicos – Parte 1 e, no que diz respeito ao Baluarte do Livramento, nos Estudos Histórico-Arqueológicos – Parte 2, elementos estes que constam do Anexo XIV do Presente RECAPE.

Quadro 2-1 – Elementos Patrimoniais considerados na avaliação de impactes sobre o Património

Nº	Designação	PL	Nº CMPEP	CNS	Referência ao Projeto - Pk	DEV
PL – Proteção Legal; MN – Monumento Nacional); ZGP (Zona Geral de Proteção de Monumento Classificado); IIP (Imóvel de Interesse Público); ECV (EVC); MN (Monumento Nacional); MIP (Monumento de Interesse Público); ZEP (Zona Especial de Proteção de Monumento Classificado); PDM – CMP (Carta Municipal de Património do PDM de Lisboa); Nº CMPEP (Nº de Inventário na Carta Municipal de património), CNS (Código Nacional de Sítio Arqueológico); DEV (distância ao eixo da via)						
001	Baluarte do Livramento	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001a	Baluarte do Livramento: muralha noroeste	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001b	Baluarte do Livramento: guarita	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	5m
001c	Baluarte do Livramento: muralha sudoeste	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	6m
001d	Baluarte do Livramento: muro nordeste	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001e	Baluarte do Livramento: plataforma adossada ao muro NW	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001f	Baluarte do Livramento: muralha transversal	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	1 m
001g	Baluarte do Livramento: "reduto filipino"	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	6m
001h	Baluarte do Livramento: plataforma de acesso ao paiol	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	42m
001i	Baluarte do Livramento: paiol (parede sul e vestígios da porta no interior)	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	37m
018	Tapada da Ajuda (conjunto intramuros)	IIP			3+800-4+000	0m
022	Ponte 25 de Abril	EVC			3+800-4+000	0m

Nº	Designação	PL	Nº CMPEP	CNS	Referência ao Projeto - Pk	DEV
PL – Proteção Legal; MN – Monumento Nacional); ZGP (Zona Geral de Proteção de Monumento Classificado); IIP (Imóvel de Interesse Público); ECV (EVC); MN (Monumento Nacional); MIP (Monumento de Interesse Público); ZEP (Zona Especial de Proteção de Monumento Classificado); PDM – CMP (Carta Municipal de Património do PDM de Lisboa); Nº CMPEP (Nº de Inventário na Carta Municipal de património), CNS (Código Nacional de Sítio Arqueológico); DEV (distância ao eixo da via)						
026 + 26Z	Palácio das Necessidades (cunhal sul)	IIP			3+000-3+200	0m
030a	Aqueduto das Águas Livres: troço de ligação ao Reservatório do Pombal	MN ZEP			0+200-0+400	0m
030b	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga	MN			0+200-0+400	0m
030c	Troço do aqueduto das águas Livres junto ao Reservatório do Arco das Amoreiras	MN			0+800-1+000	0m
030d	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Travessa do Barbosa	MN			1+000-1+200	0 m
030e	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Ferreira Borges	MN			1+400-1+600	0m
030f	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte	MN			2+000-2+200	0m
030g	Aqueduto das Águas Livres: ramal da Tapada das Necessidades.	MN			2+600-2+800	0 m
030i	Aqueduto das Águas Livres: troço de abastecimento da fonte monumental junto ao Palácio das Necessidades	MN IIP	CML: 18		3+200-3+400	16 m
039	Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique / Quartel da Ferreira Borges	MIP PDM – CMP	30.12		1+200-1+400	3m
040	Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica	IIP	212		1+000-1+200	37m
046Z	ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49	ZEP			1+000-1+200	0 m
047Z	ZEP do Bloco das Águas Livres	ZEP			1+000-1+200	150m
051 + 051Z	Cadeia Penitenciária de Lisboa	MIP			0+000-0+200	9 m
063	Palácio Fiúza	PDM – CMP	02.12		3+400-3+600	9m
071	Quartel de Infantaria da Guarda Municipal	ZEP PDM – CMP	26.92		3+000-3+200	10m
072	Miradouro e Jardim Olavo Bilac / Jardim e miradouro no Largo das Necessidades incluindo Chafariz	PDM – CMP IIP	26.23		3+200-3+400	0m

Nº	Designação	PL	Nº CMPEP	CNS	Referência ao Projeto - Pk	DEV
PL – Proteção Legal; MN – Monumento Nacional); ZGP (Zona Geral de Proteção de Monumento Classificado); IIP (Imóvel de Interesse Público); ECV (EVC); MN (Monumento Nacional); MIP (Monumento de Interesse Público); ZEP (Zona Especial de Proteção de Monumento Classificado); PDM – CMP (Carta Municipal de Património do PDM de Lisboa); Nº CMPEP (Nº de Inventário na Carta Municipal de património), CNS (Código Nacional de Sítio Arqueológico); DEV (distância ao eixo da via)						
074	Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Prior do Crato, 56-58	CMPEP	26.73		- de 25m	75m
075	Convento do Livramento (vestígios) / Edifício da Caixa Geral de Depósitos	CMPEP	26.30		- de 25m	40m
080	Edifício residencial no Largo do Rilvas, 1-1A; Trav. das Necessidades, 19	PDM – CMP ZEP	26.27		3+000-3+200	15m
081	Largo Rilvas	ZEP PDM – CMP	26.76		3+000-3+200	0m
082	Casa nobre	PDM – CMP ZEP	26.70		2+800-3+000	0m
089	Edifício habitacional Travessa do Possolo, 27	PDM – CMP ZEP	17.66		2+400-2+600	20m
090	Conjunto de blocos habitacionais da Avenida infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 e 58-58A	ZEP PDM – CMP	17.39		2+400-2+600	0m
091	Conjunto de blocos habitacionais Av. Infante Santo, 64-72H	PDM – CMP ZEP	17.47		2+400-2+600	40m
103	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	ZGP PDM – CMP	35.14		2+000-2+200	20m
111	Edifício de habitação plurifamiliar	1+600 - 1+800	35.46		- de 25m	38m
112	Edifício da Agência Barata	PDM – CMP	35.29		1+600-1+800	90m
113	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	PDM – CMP	35.39		1+600-1+800	13m
114	Jardim Teófilo Braga / Jardim da Parada / Monumento à Maria da Fonte	PDM – CMP	35.36		1+600-1+800	0m
118	Reservatório do Arco das Amoreiras	ZEP MN	30.06		0+800-1+000	0m
119	Palacete Ulrich / Casa Veva de Lima	PDM – CMP ZGP	30.36		0+800-1+000	18m
120	Palácio dos Condes de Anadia	PDM – CMP EVC ZGP	30.05		0+800-1+000	11m

Nº	Designação	PL	Nº CMPEP	CNS	Referência ao Projeto - Pk	DEV
PL – Proteção Legal; MN – Monumento Nacional); ZGP (Zona Geral de Proteção de Monumento Classificado); IIP (Imóvel de Interesse Público); ECV (EVC); MN (Monumento Nacional); MIP (Monumento de Interesse Público); ZEP (Zona Especial de Proteção de Monumento Classificado); PDM – CMP (Carta Municipal de Património do PDM de Lisboa); Nº CMPEP (Nº de Inventário na Carta Municipal de património), CNS (Código Nacional de Sítio Arqueológico); DEV (distância ao eixo da via)						
122	Reservatório do Pombal	MN ZEP PDM – CMP	10.16		0+200-0+400	11m
123	Conjunto arquitectónico Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de Aguiar.	PDM – CMP ZEP ZGP	50.55		0+000-0+200	5m
136	Edifício na Rua Prior do Crato, n.º 136 a 142	ZEP			3+200-3+400	15m
137	Edifício na Rua da Costa, 8-20	ZEP			3+200-3+400	0m
138	Pátio dos Quintalinhos	ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0 m
A (I 408)	Núcleo de Alcântara: Acrescento de Edifício no Acesso à Ponte 25 de Abril, 2	-			3+400-3+600	23m
A (I 409)	Núcleo de Alcântara: Edifício Acesso à Ponte 25 de Abril, 7-11	-			3+400-3+600	21m
A (I 410)	Núcleo de Alcântara: Logradouro - Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n	-			3+400-3+600	22m
A (I 411)	Núcleo de Alcântara: Logradouro no Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n	-			3+400-3+600	21m
A (I 412)	Núcleo de Alcântara: Edifício na Rua de Alcântara, 18	-			3+400-3+600	32m
B (I 389)	Edifício na Rua da Costa, 22-26	ZEP			3+200-3+400	12m
B (I 390)	Edifício na Rua da Costa, 28	ZEP			3+200-3+400	15m
B (I 391)	Edifício na Rua da Costa, 30-32	ZEP			3+200-3+400	12m
B (I 402)	Edifício na Travessa do Livramento, 20-22	ZEP			3+200-3+400	12m
B (I 404)	Edifício na Travessa do Livramento, 24-26	ZEP			3+200-3+400	12m
B (I 405)	Edifício na Travessa do Livramento, 28	ZEP			3+200-3+400	14m
B (I 406 e 407)	Edifício na Travessa do Livramento, 30	ZEP			3+200-3+400	3,2m
B (I.387)	Logradouro na Rua do Costa	ZEP			3+200-3+400	3m
B (I.403)	Edifício na Travessa do Livramento, 21	ZEP			3+200-3+400	11m
C	Conjunto C: Núcleo das Necessidades e Cova da Moura	ZEP IIP			3+000-3+200	1m
G	Núcleo do Bairro de Campo de Ourique	ZGP			1+400-1+600	0m
L	Conjunto arquitectónico / Rua D. João V, 2 a 22 e 7 a 17, Rua Custódio	ZEP PDM –	30.07		1+000-1+200	0m

Nº	Designação	PL	Nº CMPEP	CNS	Referência ao Projeto - Pk	DEV
PL – Proteção Legal; MN – Monumento Nacional); ZGP (Zona Geral de Proteção de Monumento Classificado); IIP (Imóvel de Interesse Público); ECV (EVC); MN (Monumento Nacional); MIP (Monumento de Interesse Público); ZEP (Zona Especial de Proteção de Monumento Classificado); PDM – CMP (Carta Municipal de Património do PDM de Lisboa); Nº CMPEP (Nº de Inventário na Carta Municipal de património), CNS (Código Nacional de Sítio Arqueológico); DEV (distância ao eixo da via)						
	Vieira, 3 a 5 e 2 a 8 e Rua Gorgel do Amaral, 3 a 7	CMP ZGP				
M (I 418)	Conjunto M: interferência 418 (Garagem ?)	-			3+400-3+600	16m
M (I 419)	Conjunto M: interferência 419	-			3+400-3+600	28m
M (I 420)	Conjunto M: interferência 420	-			3+400-3+600	40m
M (I 421)	Conjunto M: interferência 421	-			3+400-3+600	50m

Os impactes relativos ao Património Cultural foram avaliados seguindo as normas gerais previamente definidas no **Quadro 1-2**, com as seguintes variações, decorrentes das especificidades do património cultural:

- Efeito – Considera-se o efeito direto ou indireto consoante o elemento é diretamente afetado ou apenas seja afetada a sua envolvente.
- Reversibilidade – Considera-se a não regeneração do património cultural material pelo que todos os impactos diretos são irreversíveis.
- Significância - A significância dos potenciais impactes negativos sobre o património deriva da correlação da sua magnitude com o grau de valor patrimonial e da afetação direta da integridade do valor patrimonial em causa (havendo destruição parcial ou total) ou indireta (afetação apenas da sua envolvente).

A. IMPACTO 1 – Impactos sobre as estruturas do Aqueduto das Águas Livres (Monumento Nacional)

Para a identificação deste impacto foram considerados todos os pontos em que o futuro túnel do metropolitano se cruza, em planta, com ramais do aqueduto. A presente avaliação de impactos parte dos resultados das inspeções (Anexo II – Tomo I – Volume 37), particularmente atendendo à distância entre os aquedutos subterrâneos e a escavação do túnel. Nos casos em que se verifica uma proximidade entre as duas infraestruturas, os impactos avaliam-se como indeterminados tendo em conta que no Projeto se prevê a adoção de medidas de engenharia que permitam salvaguardar estas infraestruturas, embora a sua descrição exaustiva ainda não esteja completamente definida. De qualquer forma, serão por um lado tomadas medidas de reforço infraestrutural e por outro, durante a construção, são igualmente impostas medidas para mitigar efeitos relacionados com vibrações, garantindo a não ocorrência de danos em infraestruturas, associados a este aspeto. Destaca-se ainda que estas estruturas se encontram consideradas no Projeto de Instrumentação e Observação a preconizar em matéria de avaliação de danos.

Consideram-se igualmente indeterminados os impactes sobre os ramais que não foi possível inspecionar.

Quadro 2-2 – Avaliação de impactos sobre as estruturas dos aquedutos

Nº EP	Nº Interf.	Dist.	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
Dist. - Distância da parte inferior da laje de soleira do aqueduto, à linha de escavação do túnel a construir											
030a	013	14,24m	Aqueduto das Águas Livres: troço de ligação ao Reservatório do Pombal	Negativo	Direto	Pouco Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Reduzida	Pouco significativo
030b	016	1,54m	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga	Negativo	Direto	Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Moderada	Indeterminado
030c	054	1,50m	Troço do aqueduto das águas Livres junto ao Reservatório do Arco das Amoreiras	Negativo	Direto	Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Moderada	Indeterminado
030d	060 e 069	13m	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Travessa do Barbosa	Negativo	Direto	Pouco Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Reduzida	Pouco significativo
030e	102	**Sem informação**	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Ferreira Borges	Negativo	Direto	-	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	**Desconhecida**	**Indeterminado**
030f	266	**Sem informação**	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte	Negativo	Direto	-	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	**Desconhecida**	**Indeterminado**
030g	327	24,83m	Aqueduto das Águas Livres: ramal da Tapada das Necessidades.	Negativo	Direto	Pouco Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Reduzida	Pouco significativo

Nº EP	Nº Interf.	Dist.	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
Dist. - Distância da parte inferior da laje de soleira do aqueduto, à linha de escavação do túnel a construir											
030i	375	5,75m	Aqueduto das Águas Livres: troço de abastecimento da fonte monumental junto ao Palácio das Necessidades	Negativo	Direto	Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Moderada	Pouco significativo

B. IMPACTO 2 - Danos estruturais decorrentes das vibrações causadas pela abertura do túnel em fase de construção em elementos patrimoniais

Tendo em conta a aplicação da Medida de Minimização n.º 26 da DIA que estabelece não poderem ser ultrapassados valores de vef > 1.10 mm/s, em qualquer período do dia, durante a fase de construção, condição para a qual se prevê que seja interrompida a progressão da obra e considerando que abaixo deste valor se garante a não ocorrência de danos estruturais ou cosméticos mesmo em Estruturas Sensíveis (edificações antigas ou com revestimentos cerâmicos colados com argamassa, chaminés, torres, monumentos, infraestruturas de transporte, etc.), considera-se que estes impactos serão, para os diversos elementos patrimoniais, negativos, de magnitude reduzida e pouco significativos, como se apresenta no **Quadro 2-3**.

Quadro 2-3 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes de vibrações na fase de construção

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
Durante a fase de construção não é permitido ocorrência de Vef>1,10 mm/s, salvaguardando a integridade das construções									
Todas	Todos os Elementos Patrimoniais	Negativo	Direto	Pouco Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Reduzida	Pouco significativo

C. IMPACTO 3 - Impactos diretos que implicam a demolição parcial de elementos arquitetónicos de <u>ELEVADO</u> valor patrimonial

Quadro 2-4 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais de elevado valor decorrentes de demolições parciais

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
O impacte será minimizado através da concretização do Projeto de Reabilitação deste Elemento Patrimonial, tal como apresentado no Anexo XVIII									
063	Palácio Fiúza - demolição do corpo sul	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Moderada	Significativo (*)

D. IMPACTO 4 - Impactos diretos que implicam a demolição parcial ou total de elementos arquitetónicos de valor patrimonial

Quadro 2-5 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes de demolições parciais ou totais

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
001a	Baluarte do Livramento: muralha noroeste - afetação de parte da fundação, a cotas inferiores ao terreno (40 cm abaixo do piso de circulação)	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Moderada	Pouco Significativo a Significativo
001d	Baluarte do Livramento: muro nordeste (demolição parcial para escavação do túnel em trincheira)	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Moderada	Pouco Significativo a Significativo
001e	Baluarte do Livramento: plataforma adossada ao muro NW	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
137	Edifício na Rua da Costa, 8-20	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo a Significativo
138	Pátio dos Quintalinhos	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo a Significativo
A (I 409)	Núcleo de Alcântara: Edifício Acesso à Ponte 25 de Abril, 7-11	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo a Significativo
A (I 412)	Núcleo de Alcântara: Edifício na Rua de Alcântara, 18	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo a Significativo
B (I 389)	Edifício na Rua da Costa, 22-26	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo a Significativo
B (I 390)	Edifício na Rua da Costa, 28	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo a Significativo
B (I 402)	Edifício na Travessa do Livramento, 20-22	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco significativo
B (I 404)	Edifício na Travessa do Livramento, 24-26	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo a Significativo

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
B (I 406, I 407)	Edifício na Travessa do Livramento, 30	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo
B (I.403)	Edifício na Travessa do Livramento, 21	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo

E. IMPACTO 5 - Impactes diretos que implicam a demolição total de elementos arquitetónicos de BAIXO VALOR patrimonial

Quadro 2-6 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais de baixo valor decorrentes de demolições totais

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
A (I 408)	Núcleo de Alcântara: Acrescento de Edifício no Acesso à Ponte 25 de Abril, 2	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Negligenciável
A (I 410)	Núcleo de Alcântara: Logradouro - Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Negligenciável
A (I 411)	Núcleo de Alcântara: Logradouro no Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Negligenciável
B (I 391)	Edifício na Rua da Costa, 30-32	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Negligenciável
B (I 405)	Edifício na Travessa do Livramento, 28	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Negligenciável
B (I.387)	Logradouro na Rua do Costa	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco significativo

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
M (I 418)	Conjunto M: interferência 418 (Garagem ?)	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco significativo
M (I 419)	Conjunto M: interferência 419	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco significativo
M (I 420)	Conjunto M: interferência 420	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco significativo
M (I 421)	Conjunto M: interferência 421	Negativo	Direto	Certo	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco significativo

F. IMPACTO 6 - Impactes diretos eventuais relacionados com os perigos inerentes à circulação de veículos pesados e maquinaria

Considerando a implementação das medidas preventivas preconizadas na DIA assume-se que este impacto, a ocorrer por acidente, embora de magnitude indeterminada, seja pouco significativo.

Quadro 2-7 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes da circulação de veículos pesados e máquinas na fase de construção

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
MM28. Sinalizar e vedar, sempre que possível, tendo em atenção a tipologia e contexto, as ocorrências patrimoniais situadas até cerca de 50 m da obra (com expressão à superfície), condicionando a circulação de maquinaria, de modo a evitar a sua afetação. Esta medida deve ser adaptada aos condicionalismos existentes e articular-se com o plano de acessos à obra.									
Todas	Todos os Elementos Patrimoniais	Negativo	Direto	Pouco Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Indeterminada	Pouco significativo

G. IMPACTO 7 - Impactes indiretos relacionados com a dispersão e deposição de partículas causadas pelos trabalhos de escavação e transporte de terras e materiais de demolição

Neste impacto estão abrangidos os impactes indiretos e temporários relacionados com a presença de poeiras nas proximidades dos elementos patrimoniais - sendo particularmente sensíveis as áreas envolventes de locais com escavação à superfície, como estações, acessos e poços de ventilação, áreas de estaleiros e áreas de circulação de veículos pesados - e que contribuam para alterar a sua imagem.

É de considerar, no entanto, que a adoção das **Medidas de Minimização** constantes na DIA destinadas a reduzir a dispersão de poeiras, bem como as medidas já integradas no Plano de Estaleiro e PAAO, designadamente no que respeita às vedações opacas de todas as áreas de estaleiro e frentes de obra, reduzam muito significativamente este impacto, razão pela qual este se considera genericamente pouco significativo.

Quadro 2-8 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes da dispersão de poeiras na fase de construção

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
As medidas de Minimização n.ºs 82, 83, 84, 85 e 86 da DIA e a consideração no Plano de Estaleiros da colocação de vedações opacas em todas as áreas de estaleiro e frentes de obra, permitem atenuar significativamente este impacto.									
Todas	Todos os Elementos Patrimoniais	Negativo	Indireto	Pouco Provável	Temporário	Reversível	Curto Prazo	Reduzida	Pouco significativo

H. IMPACTO 8 – Alteração da envolvente dos Elementos Patrimoniais decorrente da proximidade de escavação a céu aberto e estaleiros

Nestes impactos consideram-se aqueles que indiretamente e de forma temporária alteram a envolvente de elementos patrimoniais, designadamente a alteração da paisagem urbana que afeta a envolvente do monumento e que se avista a partir do monumento.

Para a avaliação destes impactes importa considerar que no Plano de Estaleiro está determinado que todas as áreas de estaleiro e frentes de obra serão totalmente vedadas com vedação opaca de cor branca, podendo serem nelas apostas elementos gráficos de contexto que venham a ser definidos pelo ML. A vedação das zonas de obra permitirá ocultar, na maioria dos casos, a alteração visual destes espaços decorrentes da execução dos trabalhos de construção, minimizando a intrusão visual que geralmente se associa a estas intervenções.

Este impacte assumirá alguma relevância nos locais onde a diferença de cotas é elevada, permitindo aceder visualmente ao espaço em obra.

Quadro 2-9 – Avaliação de impactos sobre Elementos Patrimoniais decorrentes da proximidade às zonas de obra

Nº EP	Designação	Sentido	Efeito	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Tempo	Magnitude	Significância
026	Palácio das Necessidades (cunhal sul)	Negativo	Indireto	Provável	Temporário	Reversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo a Significativo
072	Miradouro e Jardim Olavo Bilac / Jardim e miradouro no Largo das Necessidades incluindo Chafariz	Negativo	Indireto	Provável	Temporário	Reversível	Curto Prazo	Moderada	Significativo
	Restantes elementos patrimoniais localizados na envolvente aos estaleiros e locais de obra à superfície	Negativo	Direto	Pouco Provável	Permanente	Irreversível	Curto Prazo	Elevada	Pouco Significativo

I. IMPACTO 9 - Impactes sobre o património arqueológico

Tendo em conta o atual estado do conhecimento do património arqueológico na envolvente próxima da obra, inferido através do estudo dos vestígios existentes e trabalhos realizados nas imediações, através do estudo histórico e da realização de sondagens arqueológicas executados nesta fase de estudo, de uma forma geral, podemos determinar como *prováveis* e *de significância indeterminada* os impactos sobre o património arqueológico. Dado o grau de afetação do sub-solo que a execução do projeto implica consideramos a magnitude do impacte potencialmente *elevada*.

Tendo em conta a natureza do património arqueológico, cuja deteção não é visível à superfície existem lacunas do conhecimento no estado atual, não sendo possível prever a ocorrência de achados até ao momento desconhecidos.

Consideram-se áreas passíveis de ser afetadas todas aquelas em que está prevista afetação direta do sub-solo ou que, estando sujeitas a demolições, poderão vir a sofrer desaterros após as mesmas, designadamente:

- Estação de Campolide/Amoreiras
- Estação de Campo de Ourique
- Estação de Infante Santo
- Estação e viaduto de Alcântara

- Poço de Ventilação 211
- Poço de Ventilação 215
- Poço de Ventilação 217
- EP 001 - Baluarte do Livramento – Escavação em trincheira
- EP B – área adjacente ao Baluarte do Livramento (Rua da Costa e Travessa do Livramento)
- (EP 063 - Palácio Fiúza e EP A e EP M - Área adjacentes ao Palácio Fiúza
- EP 137 - Edifício na Rua da Costa, 8-20
- EP 138 - Pátio dos Quintalinhos

No Anexo XVI – Volume 4 – Partes 1 e 2 e respetivos anexos são apresentados os resultados das sondagens efetuadas em todos estes locais, à exceção:

- **Estação de Campo de Ourique**: à data de apresentação do presente relatório ainda não foram terminados os trabalhos.
- **Estação de Alcântara**: Apesar de inicialmente se ter previsto a realização de 2 sondagens de diagnóstico no local, de 5x5m cada, localizadas na área de construção de parte dos pilares projetados para o viaduto e Estação, devido a condicionalismos relacionados com o desvio de infraestruturas, corte de vias rodoviárias e mesmo abate de árvores de grande porte, não foi possível implementar sondagens de diagnóstico em todos os locais previstos para afetação na construção dos pilares, ou mesmo alcançar uma incidência exata. Por este motivo, foi comunicado junto da Tutela que para a intervenção arqueológica no lugar de Alcântara, as condições apenas serão criadas aquando a fase de execução, ficando acordado que a escavação a realizar para efeitos de construção dos pilares irá obedecer ao modelo de escavação arqueológica com apoio mecânico, como medida de salvaguarda.

Com base nos resultados das sondagens e estudos levados acabo em fase de RECAPE serão programados os trabalhos arqueológicos a realizar na fase seguinte. Este planeamento será incluído no Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC) que se apresenta no Anexo XIV – Volume 5.

J. IMPACTES RESIDUAIS

O património arqueológico e arquitetónico constitui um bem cultural não renovável e por isso a sua destruição corresponde sempre a um impacto irreversível.

A implementação do Plano de Salvaguarda do Património, designadamente dos trabalhos arqueológicos previstos, através da *salvaguarda pelo registo*, minimiza este impacte mas nunca substitui a preservação física dos testemunhos do passado, porquanto a permanente evolução das metodologias de análise, exame e estudo permitirão sempre retirar mais informação dos vestígios afetados no futuro do que no presente. Por conseguinte, é sempre preferível a sua preservação.

A permanência de impactes residuais pode, no entanto, ser compensada pela adoção de medidas de valorização. Daí a pertinência do desenvolvimento de planos de conservação, restauro e divulgação do património que permitam a preservação e estudo dos vestígios identificados, dando a conhecer a história do local e os resultados dos trabalhos realizados, tanto à comunidade científica como ao público em geral, com a implementação de um plano de publicações e de um plano de musealização. Estas medidas serão apresentadas de forma

desenvolvida no Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) no Anexo XIV – Volume 6.

K. IMPACTES EM FASE DE EXPLORAÇÃO

Em fase de exploração são de considerar os seguintes e eventuais **impactos negativos**:

i. **Danos sobre as estruturas do Aqueduto das Águas Livres decorrentes de vibrações pela movimentação do material circulante** – De acordo com os estudos complementares de vibrações prevê-se que em fase exploração não ocorram níveis de vibração suscetíveis de comprometer a estrutura dos aquedutos, sendo estes enterrados e, como tal, confinados.

ii. **Danos estruturais no Património Arquitetónico decorrentes das vibrações decorrentes de vibrações pela movimentação do material circulante:**

- Considera-se que o cumprimento da medida preconizada na DIA de não exceder a "velocidade máxima de circulação de 70 km/h" impeça a ocorrência de vibrações suscetíveis de causar impactos sobre o património arquitetónico;
- O presente projeto prevê a colocação de manta-antivibrátil na zona de atravessamento do Palácio das Necessidades (EP026), do Baluarte do Livramento (EP001), do Palácio Fiúza (EP 063) e Cadeia Penitenciária de Lisboa (EP051) que assim reduzirá substancialmente o impacto em zonas de maior proximidade de bens classificados ou em que o túnel se implanta a cotas mais elevadas e transita para viaduto.

iii. **Alteração da envolvente dos Elementos Patrimoniais -** este impacto será anulado em fase de exploração. A adoção das medidas preconizadas na DIA ao nível da requalificação dos espaços públicos poderão oferecer um impacto positivo para parte dos Elementos Patrimoniais identificados.

Em fase de exploração são de considerar os seguintes **impactos positivos**:

i. **Impacte positivo sobre os vestígios do Baluarte do Livramento** considerando a aplicação das medidas previstas na DIA[1] e vertidas no Planos de Salvaguarda e Plano de Valorização e Compensação do Património Cultural, designadamente com a conservação e restauro dos vestígios existentes. Nesta matéria merecem particular destaque o Projeto de Conservação e Restauro da Muralha do Baluarte do Livramento que permitirá a sua consolidação e salvaguarda e o Projeto de Requalificação do Palácio Fiúza que apesar de envolver a supressão de um corpo de construção de época, permitirá remover outros elementos que lhe foram sendo apostos e que ocultavam a respetiva fachada original. Este impacto considera-se positivo e significativo na medida em que a execução do projeto e a aplicação das medidas previstas na DIA, no PSPC e no

[1] "(EAR 4 "4. Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) que contemple um programa para a criação de um espaço museológico que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um cronograma para a publicação monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos. O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto."
"MM 94. Implementar as propostas do Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) com vista à valorização dos elementos patrimoniais ou dos resultados obtidos com os trabalhos arqueológicos nalguns dos espaços públicos a construir ou reabilitar em articulação com a DGPC."

PCVPC, a execução dos estudos do património e a implementação de medidas de divulgação científica (publicações) e outras destinadas ao público geral (divulgação e musealização) contribuem para um maior conhecimento sobre o monumento por parte da comunidade científica e da sua difusão e usufruto para todos os cidadãos.

ii. De uma forma geral pode-se prever o mesmo tipo de impacto para todos os vestígios arqueológicos que venham a ser eventualmente descobertos e contemplados em ações de musealização, publicações monográficas e difusão de conhecimento em geral.

2.1 Verificação da Conformidade do Projeto de Execução com a DIA

2.1.1 Condicionantes ao PE

1. O projeto de execução deve ser desenvolvido em conformidade e após aprovação pela DGPC do pedido de informação prévia (PIP) relativo ao troço Palácio das Necessidades-Vale de Alcântara, já submetido pelo Metropolitano de Lisboa.

No âmbito do Parecer emitido pelo Património Cultural, I.P., na sequência do Pedido de Informação Prévia apresentado pelo Metropolitano de Lisboa, foram levantadas questões/condicionantes que, sempre que tecnicamente viáveis, foram consideradas e integradas no desenvolvimento do Projeto de Execução, nos termos que em seguida se apresentam:

1. Relativamente ao **impacto do Projeto sobre as estruturas à cota positiva do Baluarte do Livramento** (muralha noroeste e guarita) destaca-se o seguinte:
   1.1. Foram rebaixadas as cotas do túnel de forma a minimizar o impacte sobre a muralha noroeste do Baluarte, tendo-se atingido o rebaixamento máximo permitido para ser viável a solução de transição para viaduto, pela necessidade de se assegurarem, na passagem em Viaduto, gabaritos mínimos no atravessamento da linha ferroviária (Linha de Cintura), no atravessamento da avenida de Ceuta e no posterior atravessamento do Projeto de desnivelamento ferroviário de Alcântara.
   1.2. Em particular no caso do atravessamento do viaduto sobre a Linha de Cintura, o gabarito considerado no Projeto de Execução é ligeiramente inferior ao que é estabelecido nas orientações da Infraestruturas de Portugal, tendo no entanto sido acordado com esta entidade a possibilidade deste valor poder ser da ordem dos 7,3 m para evitar maiores interferências com o Baluarte do Livramento;
   1.3. O início do desenvolvimento do viaduto (encontro do viaduto) situa-se fora do espaço interior da muralha noroeste do Baluarte do Livramento, reduzindo o impacto sobre a estrutura fortificada.
   1.4. Está previsto proceder a trabalhos de conservação, restauro e reforço ao nível do paramento (interior e exterior) do baluarte. De acordo com a memória descritiva do Projeto (Anexo II – Tomo III – Volume 5), de forma a preservar o máximo possível da muralha do Baluarte, foi definida uma solução de recalçamento da mesma, de forma a permitir minimizar o impacto sobre a fundação da estrutura, numa largura suficiente para permitir a passagem do novo túnel do metro. Na fase definitiva a zona da muralha recalçada apoiará diretamente sobre o túnel definitivo da linha de metropolitano.
      - A solução de recalçamento consiste na execução de 2 vigas de recalçamento em betão armado, uma de cada parede da muralha a recalçar. Estas vigas ficarão apoiadas na cortina de estacas, quando possível, sendo os restantes apoios

garantidos por microestacas Ø177.8x12.5mm com uniões exteriores, com furação Ø250mm e selagem do tipo IRS, travadas horizontalmente a 4m de profundidade por perfis UPN 140. As vigas ficarão ligadas entre si e a confinar a parede de ambos os lados através de 2 níveis de varões de alta resistência GEWI Ø25, ou equivalente.

- Importa referir que entre a parede da muralha e as faces das vigas em betão armado deverá ser colocado uma membrana plástica de forma a garantir que as superfícies da muralha não ficam danificadas. A solução de recalçamento acima descrita será executada após a realização dos trabalhos de preservação e restauro da muralha.
- Os trabalhos de recuperação e restauro previstos para a muralha do Baluarte incluem a eliminação de colonização biológica, a limpeza geral das superfícies de pedra, a consolidação e injeção de argamassas fluidas à base de cal hidráulica natural, nas situações em que se verifique zonas de vazio e ocos no interior, a recolocação de material pétreo de acordo com a técnica de anastilose, tratamento de preenchimentos desadequados e tratamento de rebocos que deverá ser feito com respeito pelo material original e técnicas tradicionais.
- No que respeita à guarita para além da execução de todo o tratamento proposto para a muralha do Baluarte, propõe-se a execução de um reforço no seu interior, consistindo na execução de uma limpeza para posterior aplicação de uma argamassa reforçada com fibra de carbono aferrolhada pelo interior às paredes da guarita. Caso venha a ser necessário, será ainda complementarmente instalado um sistema de escoramento provisório.

1.5. Com o procedimento descrito no ponto anterior pretende-se responder à indicação do Ofício S-2022/593429 (Anexo XIV – Volume 1) de manutenção das estruturas procedendo ao seu “escoramento e entivação preventiva”.

1.6. Será realizada a monitorização das estruturas do baluarte (muralhas e guarita) durante a fase de execução das escavações, medida esta prevista no Plano de Salvaguarda do Património Cultural (Anexo XIV – Volume 4) e igualmente constante do Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (Anexo XVII).

1.7. A "construção de escada paralela à muralha noroeste" constitui, de acordo com o Ofício S-2022/593429 a "justaposição de um elemento novo e estranho à estrutura defensiva" que oferece dúvidas. Sobre esta questão importa referir que a solução proposta de ligação entre a travessa e a calçada do Livramento se “inspira” na memória - comprovada através da análise da cartografia antiga - da existência de uma plataforma de circulação elevada, adossada à face exterior da muralha, embora tudo indique que se tratava de um talude natural, cujo topo se encontraria aplanado para permitir a circulação.

1.8. Foi realizada uma sondagem arqueológica na plataforma adossada à face exterior da muralha noroeste (sond.6), no sentido de caracterizar o patamar e aferir as cotas de base da fundação muralha noroeste do Baluarte do Livramento (EP 001a). A sondagem realizada atingiu uma profundidade de 3,20 m alcançado o afloramento rochoso e o alicerce da estrutura a uma cota que varia entre 15,17 e 15,62 (dada a irregularidade do afloramento rochoso sobre o qual a muralha se ergueu). O topo do túnel terá uma cota máxima de 17,88, ficando abaixo do nível de circulação da plataforma a demolir que se situa a 18,30. Desta forma, conclui-se que a cota máxima do túnel ficará a cerca de 40 cm abaixo do nível de circulação atual e a estrutura terá uma afetação direta de pelo menos 2,20 m acima do ponto mais baixo do seu alicerce. Para além disto há que contar com a afetação correspondente à introdução de vigas de recalcamento da

muralha. Esta afetação considera-se inevitável tendo em conta que, como referido anteriormente, não há viabilidade para um aprofundamento do túnel neste local;

1.9. No âmbito dos estudos histórico arqueológicos realizados em fase de RECAPE, foi possível identificar como contemporânea do baluarte a muralha transversal que separava a bateria superior (Travessa do Livramento, nº 19) da inferior (EP 001f). Trata-se, na verdade, de uma possante muralha (EP 001f), contemporânea das restantes estruturas do baluarte edificado em 1650. Esta muralha corre paralela e contiguamente ao túnel, não estando prevista a sua afetação.

1.10. No âmbito dos mesmos estudos, foi possível clarificar a função e cronologia do muro nordeste do Baluarte do Livramento (cuja demolição está em parte prevista) interpretado, em fase de estudo prévio, como cortina dos Baluartes (1B) e que percebemos agora claramente que se trata de um muro divisório contemporâneo da construção da Calçada do Livramento em meados no início da 2ª metade do século XVIII.

2. Relativamente ao impacto sobre eventuais vestígios arqueológicos no interior do baluarte do Livramento, considera-se o seguinte:

2.1. A manutenção do método de escavação em trincheira no interior do baluarte é justificada por razões técnicas de impossibilidade de rebaixamento das cotas do túnel na solução de transição para viaduto após o baluarte. Nestas condições, os impactos previstos sobre eventuais vestígios arqueológicos existentes no sub-solo no interior do Baluarte do Livramento mantêm-se.

2.2. Foram realizadas sondagens arqueológicas no interior do baluarte de forma a caracterizar a estratigrafia do local e poder planear uma adequada intervenção arqueológica na fase de construção do projeto (descrito no Anexo XIV – Volume 4 – Parte 2). Em síntese os resultados das sondagens revelam a presença de aterros de época contemporânea, demonstrando que as construções aqui edificadas nos finais do século XX anularam quase por completo as pré-existências de interesse arqueológico. No entanto, são de destacar os seguintes resultados, de relevância arqueológica:

- a escavação da sondagem 4 colocou a descoberto uma calçada, cuja extensão importa clarificar em futuros alargamentos da escavação;
- a sondagem 4 colocou à vista o paramento da muralha transversal (EP001f) sem atingir o seu alicerce.
- abaixo da mencionada calçada existem níveis adossados à muralha transversal que importa escavar até à cota de afetação da obra.
- a descoberta de ténues vestígios materiais, na escavação da sondagem 6 remontando à pré-história recente (nas reentrâncias do afloramento) pode indiciar uma ocupação antiga do local, desconhecida até ao momento, da qual podem restar vestígios coetâneos na área do interior do baluarte, abaixo das camadas de enchimento, em deposição primária, ou mesmo misturados nesta camada, em deposição secundária.

A metodologia de intervenção arqueológica é um dos aspetos desenvolvidos no Plano de Salvaguarda do Património Cultural que se apresenta no Anexo XIV – Volume 5.

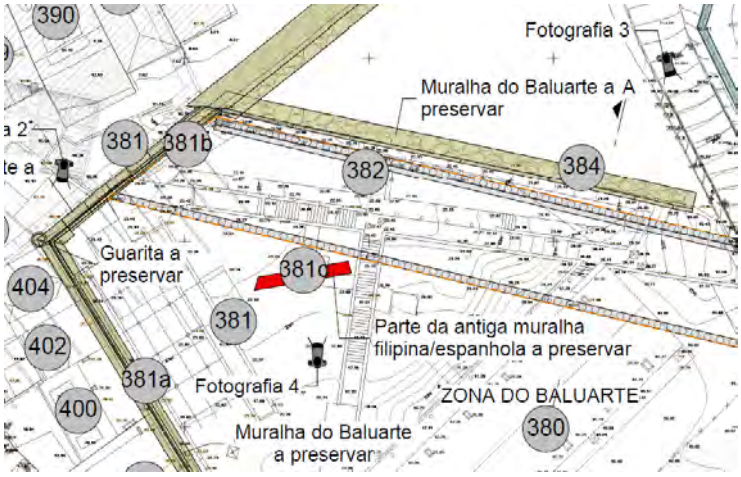
2.3. Para uma melhor identificação, localização e cronologia de todos os vestígios do Baluarte foi elaborada uma Planta de pormenor onde foram reunidos os principais resultados do estudo histórico realizado.

2.4. Relativamente à **estrutura da fortaleza seiscentista (muralha filipina)** é de referir que:

- os vestígios existentes correspondem apenas ao troço preservado da estrutura em cunhal descoberta no acompanhamento arqueológico dos anos 90 (ver Anexo XIV – Volume 4 – Parte 2).

Nos desenhos do Projeto relativos à Obra Especial 5 e apresentados no Anexo II – Tomo III – Volume 5 é apresentada a localização da muralha filipina sobre o levantamento topográfico (Fonte: Projeto de Execução (2024)

- **Figura 2-1**).



Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-1 – Extrato da planta de implantação e localização de estruturas provisórias – OE5

- Da análise da planta anterior conclui-se que o limite da estrutura não é abrangido pela área de escavação, mas tendo em atenção a curta distância a que fica das infraestruturas do Projeto, é necessário o cumprimento escrupuloso das medidas de proteção da estrutura.
- O Parecer emitido pelo LNEC (Anexo XIV – Volume 7) relativo à solução de Projeto nesta área salienta que a solução de projeto é considerada viável no que respeita à segurança geotécnica e estrutural do túnel na zona do Baluarte e à capacidade de corresponder às condicionantes relativas à minimização dos impactes sobre a Muralha do Baluarte do Livramento (nomeadamente sem afetar a sua integridade) e a sua guarita, e a antiga Muralha Filipina.
- A montagem de estaleiros no local não poderá colocar em causa a estabilidade e conservação desta ocorrência, condição imposta no Plano de Salvaguarda do Património e no Plano de acompanhamento Ambiental da Obra.

3. Relativamente às demolições previstas no interior da área do Baluarte - designadamente as demolições da Casa de Goa incluindo a antiga vila, considera-se o seguinte:
   3.1. Não estão garantidas as exigências do Património Cultural, IP (PC, IP) já que a concretização deste traçado exige a manutenção deste espaço para área de estaleiro e frente de obra. A presença de infraestruturas construídas intercaladas entre a zona de estaleiro e de armazenamento de terras e a frente de obra impediriam a operacionalidade para a execução dos trabalhos, deixando de se dispor, no local, do espaço mínimo necessário para os mesmos. Neste ponto mantêm-se os impactos previstos em fase de estudo prévio, não sendo tecnicamente viável a requerida redução da área de demolição equacionada pelo PC, IP.

3.2. Relativamente à requalificação da área posteriormente à obra, o Projeto considera a criação de um "plateau", a cota regularizada, na zona interior às muralhas que poderá vir a ser utilizada de diversas formas. A funcionalidade desta área terá de ser estabelecida em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia da Estrela e o PC, IP, situação que ainda não se encontra definida ou estabilizada. Neste contexto, a equipa do património não possui dados para avaliar o impacto sobre o local após a obra.

4. Relativamente ao Palácio das Necessidades no Projeto de Execução o traçado previsto nesta zona foi deslocado para sul face ao apresentado em Estudo Prévio, ajuste que se considera positivo reduzindo a área de sobreposição do túnel com o monumento, em particular reduzindo ou anulando o impacto sobre o ramal de abastecimento do Chafariz. De acordo com o Parecer do PC, IP, "Esta solução é aparentemente melhor do que a anteriormente apreciada" (Ofício S-2022/593429 (C.S:1618614))
5. De acordo com o referido no Parecer emitido pelo PC, IP, "Relativamente às demolições previstas na Rua da Costa e soluções previstas no PIP, particularmente no que diz respeito ao edifício situado na Rua da Costa n.º 8 a 20, situado na zona de transição para viaduto, cuja solução de demolição e reconstrução de novo volume está prevista mas com cota de cobertura inferior, considera-se globalmente que a proposta do PIP é melhor sendo recomendado (no Ofício S-2022/593429 (C.S:1618614) "o aprofundamento da proposta em termos volumétricos, altimétricos e das relações proporcionais das fachadas (novos vãos) da frente urbana proposta para a Rua da Costa, apoiada em simulações 3D que testemunhem os impactos visuais deste conjunto e do viaduto na envolvente".

Neste ponto é de destacar que o desenvolvimento do Modelo BIM (Building Information Modeling) do Projeto permite confirmar e demonstrar os impactes visuais do Projeto sobre a envolvente e verificar que o efeito de barreira visual provocado pelo edifício da rua da Costa n.º 8 a 20, na sua volumetria original, se encontra atenuado, melhorando o sistema de vistas a partir do Miradouro do Palácio das Necessidades, como se mostra nas vistas de maquete (Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-2) e perspetiva técnica (Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-3) seguintes.





Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-2 – Vistas de Maquete do Projeto na zona do Baluarte do Livramento



Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-3 – Perspetiva Técnica na zona do Baluarte do Livramento

6. Relativamente à estação de Alcântara e Palácio Fiúza não é dado cumprimento no presente projeto ao preconizado no Ofício S-2022/593429 (C.S:1618614): "a implantação proposta para a Estação de Alcântara deverá ser corrigida aquando do desenvolvimento da proposta em Projeto de Execução, por forma a dar cumprimento à medida de minimização 5, da DIA - «Prever a preservação *in situ* do Palácio Fiúza (Oc. 63) procurando compatibilizar a intervenção para a construção da Estação de Alcântara e as consequentes alterações da rede viária.

   Neste contexto, dada a necessidade de assegurar a manutenção do acesso à Ponte 25 de Abril na zona de Alcântara, mantendo, pelo menos, o nível de serviço atual para esta infraestrutura, implicando um traçado viário com duas vias em cada um dos sentidos e tendo em conta a exiguidade do espaço disponível, considera-se ser inevitável, do ponto de vista

técnico, a afetação de um corpo de edifício localizado no ângulo sudoeste do palácio Fiúza. Mantem-se assim, este impacto negativo. Na fase de RECAPE foram realizados os trabalhos previsto no Plano de Trabalhos Arqueológicos de caracterização dos paramentos deste corpo através da realização de sondagens parietais e a caracterização estratigráfica dos solos adjacentes através de sondagens arqueológicas. Tendo em conta a inevitabilidade desta afetação, no âmbito do Projeto de Execução foi desenvolvido o Projeto de Reabilitação do Edifício Histórico Fiúza, integrando as disciplinas de estruturas, arquitetura e património, de forma a minimizar e compensar o impacto sobre este conjunto imóvel.

2. No troço entre o Palácio das Necessidades - Vale de Alcântara, o projeto de execução deve garantir:

a. a não afetação dos corpos nascente e nordeste do Palácio das Necessidades, largo fronteiro e da fonte/chafariz localizado a sul (alimentado pelo ramal do Aqueduto das Águas Livres), aquando da realização da galeria subterrânea, ao nível das vibrações produzidas pelos trabalhos, mas também as decorrentes do funcionamento da linha do metro, devendo ser acautelado a integralidade de todos os bens imóveis classificados;

Relativamente ao Palácio das Necessidades, considera-se que o deslocamento para sul do traçado é positivo reduzindo a área de sobreposição do túnel com o monumento, em particular reduzindo ou anulando o impacto sobre o ramal de abastecimento do Chafariz, que ficará a cerca de 20 m do eixo da via. “Esta solução é aparentemente (não são indicadas as cotas do PBV) melhor do que a anteriormente apreciada” (Ofício S-2022/593429 (C.S:1618614). No Relatório Base do presente RECAPE (Capítulo 4.5.14) é apresentada a revisão dos impactos; nos Estudos Histórico-Arqueológicos, incluídos no Anexo XIV – Volume 4, é apresentada uma breve caracterização do monumento com particular atenção ao ângulo de sobreposição do túnel. No Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC) (Anexo XIV – Volume 5) são previstas medidas de minimização, designadamente de monitorização do impacto das vibrações durante a fase de obra e durante a fase de funcionamento do Projeto, definindo-se que será interrompida a progressão da obra sempre que se ultrapasse vef > 1.10 mm/s, em qualquer período do dia, limite estabelecido no âmbito da salvaguarda estrutural dos edifícios.

Este mesmo critério é verificado na fase de exploração através da consideração de medidas de redução de vibrações, designadamente a inclusão de manta anti-vibrátil, de modo a assegurar a não ocorrência de danos.

A respetiva verificação decorrerá da concretização dos Planos de Monitorização estabelecidos e do Plano de Instrumentação de apoio ao projeto de Avaliação de Danos.

b. a adequabilidade arquitetónica e patrimonial da proposta relativa à “interseção” do edifício situado na Rua da Costa n.º 8 a 20, cuja proposta (de reconstrução) apresentada, pelo seu carácter disruptivo, não se aceita, devendo, em alternativa, ser ponderada a demolição do imóvel (total ou parcial) e assumida uma nova construção que atenue os impactes visuais e formais do traçado do viaduto junto às principais

vistas, nomeadamente a partir da Rua Maria Pia, e que promova, igualmente, uma adequada cicatrização urbana;

Relativamente às demolições previstas na Rua da Costa, particularmente no que diz respeito ao edifício situado na Rua da Costa n.º 8 a 20, situado na zona de transição para viaduto, cuja solução de demolição e reconstrução de novo volume está prevista mas com cota de cobertura inferior, considera-se globalmente que a proposta do PIP é melhor, sendo recomendado (no Ofício S-2022/593429 (C.S:1618614) "o aprofundamento da proposta em termos volumétricos, altimétricos e das relações proporcionais das fachadas (novos vãos) da frente urbana proposta para a Rua da Costa, apoiada em simulações 3D que testemunhem os impactos visuais deste conjunto e do viaduto na envolvente". No Relatório Base (Capítulo 4.5.14) são elencados todos os edifícios afetados como elementos patrimoniais e é feita a respetiva revisão de impactes no âmbito do património. Nos Estudos Histórico-Arqueológicos, (Anexo XIV – Volume 4) é apresentada uma breve caracterização da evolução urbana, no seu conjunto, e, em anexo ao mesmo volume, cada um dos edifícios é apresentado na respetiva ficha de Elemento Patrimonial. No Plano de Salvaguarda do Património são apresentadas as respetivas medidas de minimização.

No que respeita aos impactes visuais e inserção do viaduto na envolvente, na resposta à Condicionante 1 são apresentadas as vistas de maquete (Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-2) e perspetiva técnica (Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-3) para a zona do Baluarte e do Viaduto de Alcântara que testemunham o respetivo efeito visual esperado.

c. que a intervenção no espaço inferior à cota da Rua da Costa, em articulação com o ponto anterior, alcance uma adequada requalificação das áreas exteriores e demais imóveis propostos a afetar (Núcleos Arquitetónicos designados pelo inventário patrimonial do EIA por A, B, C e I) preservando, tanto quanto possível, a respetiva frente urbana;

- **Área A:** dada a fraca qualidade urbanística desta frente urbana, prevê-se que o desenvolvimento do projeto de requalificação previsto se assuma como um impacto positivo.
- **Área B:** as soluções preconizadas no PIP minimizam o impacto negativo da obra (tendo em conta que se trata de um núcleo atribuível ao século XIX com algum valor patrimonial), prevendo a requalificação desta frente urbana.
- **Área C:** Trata-se de um núcleo com algumas construções do século XVIII ou anteriores, integrado na ZEP do palácio das Necessidades. No entanto, a via neste local passa em túnel não sendo previsíveis alterações à superfície, excetuando-se aquelas que podem derivar de danos provocados por vibrações.
- O **núcleo I** não possui elementos patrimoniais classificados nem inventariados, a via neste troço é feita em túnel.

Todos os núcleos referidos se encontram elencados no Capítulo 4.5.14 do Relatório Base, sendo revistos os impactos no respetivo capítulo. Nos Estudos Histórico-Arqueológicos (Anexo XIV –

Volume 4) é apresentada uma breve caracterização da evolução urbana no seu conjunto e em anexo ao mesmo volume, cada um dos edifícios é apresentado na respetiva ficha de Elemento Patrimonial, nos casos em que haja lugar a demolições, ou por conjunto. No PSPC são apresentadas as respetivas medidas de minimização.

d. que a intervenção junto ao Baluarte do Livramento e espaço envolvente, clarifique o seu programa funcional e aposte numa estratégia de minimização das áreas a demolir, incluído as instalações da Casa de Goa (na salvaguarda dos paramentos das muralhas existentes) e da antiga vila operária (pelo seu valor de memória), assim como preveja uma adequada requalificação dos espaços e demais integração paisagística.

Como referido anteriormente, relativamente às demolições previstas no interior da área do Baluarte - designadamente as demolições da Casa de Goa incluindo a antiga vila, considera-se que não estão garantidas as exigências do Património Cultural, IP (PC, IP) já que para a concretização do Projeto não será possível prescindir deste espaço para área de estaleiro e frente de obra.

Relativamente à requalificação da área junto ao Baluarte do Livramento e espaço envolvente, posteriormente à obra, o Projeto considera a criação de um "plateau", a cota regularizada, na zona interior às muralhas que poderá vir a ser utilizada de diversas formas. A funcionalidade desta área terá de ser estabelecida em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), a Junta de Freguesia da Estrela e o PC, IP, situação que ainda não se encontra definida ou estabilizada.

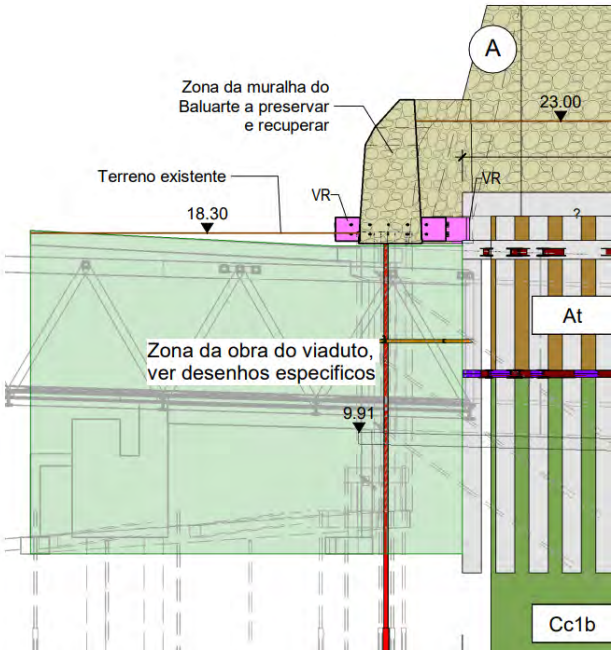
No âmbito do desenvolvimento do Projeto de Execução foi solicitada reunião com a CML, não tendo sido possível, até à entrega do presente RECAPE, a sua realização.

3. Junto ao Baluarte do Livramento, deve ser garantido:

a.	A não afetação das estruturas a "cotas positivas" no limite noroeste do Baluarte do Livramento;
b.	A realização do adequado diagnóstico arqueológico que demonstre que a plataforma defronte da muralha noroeste, à saída do túnel, corresponderá a um afloramento rochoso, e não a uma estrutura (desmoronada) pertencente à designada segunda muralha inferior existente a norte.
c.	A revisão do projeto, de modo a assegurar que a sua construção, preferencialmente em túnel mineiro, não afetará a integridade do troço da muralha de cronologia anterior à fortaleza seiscentista, objeto de escavação e valorização nos anos 90 do século XX.
d.	O rebaixamento máximo da cota base do túnel no atravessamento da estrutura defensiva para que os impactes visuais e formais no limite noroeste, na transição entre a secção em túnel e a solução para viaduto, possam ser os menores possíveis;
e.	O escoramento e entivação preventiva da guarita do Baluarte, devendo qualquer opção alternativa de atuação de preservação deste elemento patrimonial ser devidamente fundamentada (incluindo a atual proposta de desmonte, no início da empreitada, para posterior reposição no final dos trabalhos).

Relativamente ao impacto do Projeto sobre as estruturas à cota positiva do Baluarte do Livramento (muralha noroeste e guarita), bem como à designada Muralha Filipina, tal como já referido anteriormente, destaca-se o seguinte:

- **a e d)** Foram rebaixadas as cotas do túnel de forma a minimizar o impacte sobre a muralha noroeste do Baluarte, permitindo não interferir com esta a cotas positivas (**Figura 2-4**), e sobre o sistema de vistas, tendo-se atingido o rebaixamento máximo permitido para ser viável a solução de transição para viaduto, pela necessidade de se assegurarem, na passagem em Viaduto, gabaritos mínimos no atravessamento da linha ferroviária (Linha de Cintura), no atravessamento da avenida de Ceuta e no posterior atravessamento do Projeto de desnivelamento ferroviário de Alcântara. De acordo com o Parecer do LNEC sobre esta matéria (Anexo XIV . Volume 7), "(…) A redução da cota da rasante de via para evitar a intersecção da Muralha do Baluarte pelo túnel e a consideração de uma estrutura de contenção provisória contraventada e com rigidez capaz para controlar as deformações do terreno e das interferências adjacentes, confere à solução a capacidade para acautelar as referidas condicionantes da DIA.";



Fonte: Projeto de Execução (2024)

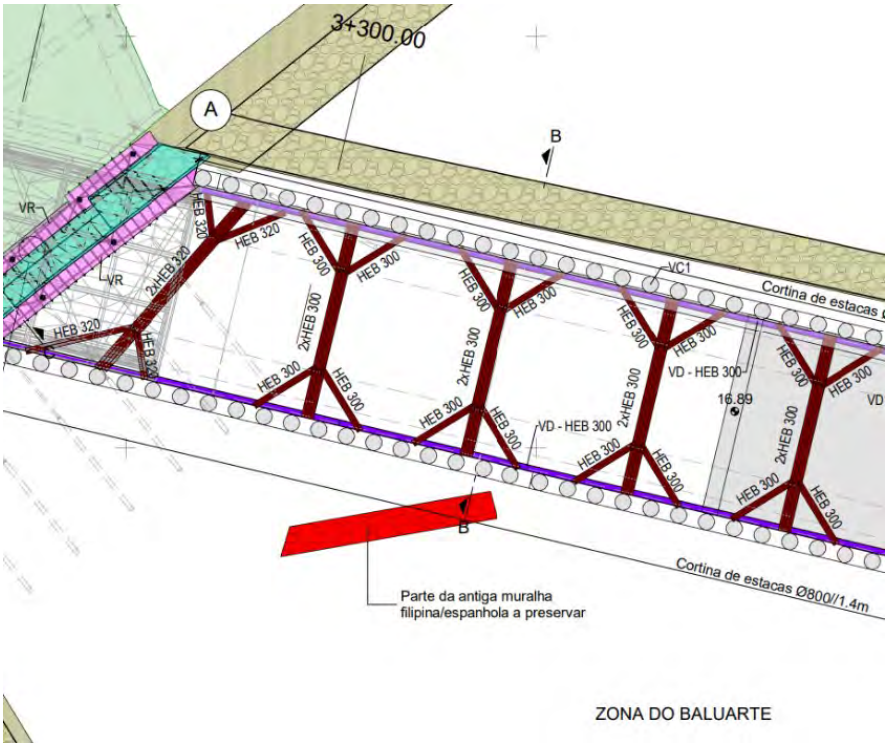
Figura 2-4 – Obra Especial 5 – Extrato dos Alçados de Estruturas Provisórias

- **b)** Foi realizada uma sondagem arqueológica na plataforma adossada à face exterior da muralha noroeste (sond.6), no sentido de caracterizar o patamar e aferir as cotas de base da fundação muralha noroeste do Baluarte do Livramento (EP 001a). A sondagem realizada atingiu uma profundidade de 3,20 m alcançado o afloramento rochoso e o alicerce da estrutura uma cota que varia entre 15,17 e 15,62 (dada a irregularidade do afloramento rochoso sobre o qual a muralha se ergueu). O topo do túnel terá uma cota máxima de 17, 88, ficando abaixo do nível do terreno da plataforma existente que se

situa à cota 18,30. Desta forma, conclui-se que a cota máxima do túnel ficará a cerca de 40 cm abaixo do nível do terreno atual e a estrutura terá uma afetação direta de pelo menos 2,20 m acima do ponto mais baixo do seu alicerce. Para além disto há que contar com uma potencial afetação devido à realização do necessário recalçamento da muralha, que embora se pretenda ser o menos invasivo possível, não poderá ser completamente inócuo. A afetação descrita considera-se inevitável tendo em conta que, como referido anteriormente, não há viabilidade para um aprofundamento do túnel neste local; O estudo histórico e a sondagem 6 permitiram concluir que a plataforma adossada à muralha noroeste é uma alteração que remonta ao século XIX. O estudo histórico-arqueológico permitiu ainda identificar que o muro divisório entre a área afeta ao projeto e a área da plataforma superior (Travessa do Livramento, nº 19) se trata, na verdade de uma possante muralha (EP 001f), contemporânea das restantes estruturas do baluarte edificado em 1650. Esta muralha corre contígua e paralelamente ao futuro túnel.

c) A solução desenvolvida em Projeto de Execução foi ajustada (traçado desviado) de forma a salvaguardar estrutura da fortaleza seiscentista (muralha filipina) (**Figura 2-5**). Esta estrutura está representada em planta síntese elaborada sobre levantamento topográfico, indicando o seu local de implantação exato, face à área em que o túnel se desenvolve (ver Fonte: Projeto de Execução (2024)

- **Figura 2-1** apresentada na resposta à condicionante 1). Importa referir que a montagem de estaleiros no local não poderá colocar em causa a sua estabilidade e conservação, condição imposta no PSPC e no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra. Como anteriormente referido o Parecer do LNEC corrobora o acima descrito, considerando que a solução de projeto é viável no que respeita à capacidade de corresponder às condicionantes da DIA, nomeadamente às alíneas c) e d) da condicionante nº 3, relativas à minimização dos impactes sobre a Muralha do Baluarte do Livramento (nomeadamente sem afetar a sua integridade) e a sua guarita, e a antiga Muralha Filipina.



Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-5 – Extrato da Planta de Estruturas Provisórias na zona do Baluarte do Livramento

- **e)** Está previsto proceder a trabalhos de conservação, restauro e reforço ao nível do paramento (interior e exterior) do baluarte. Os trabalhos de recuperação e restauro previstos para a muralha do Baluarte incluem a eliminação de colonização biológica, a limpeza geral das superfícies de pedra, a consolidação e injeção de argamassas fluidas à base de cal hidráulica natural, nas situações em que se verifique zonas de vazio e ocos no interior, a recolocação de material pétreo de acordo com a técnica de anastilose, tratamento de preenchimentos desadequados e tratamento de rebocos que deverá ser feito com respeito pelo material original e técnicas tradicionais.

  No que respeita à guarita para além da execução de todo o tratamento proposto para a muralha do Baluarte, propõe-se a execução de um reforço no seu interior, consistindo na execução de uma limpeza para posterior aplicação de uma argamassa reforçada com fibra de carbono aferrolhada pelo interior às paredes da guarita. Caso venha a ser necessário, será ainda complementarmente instalado um sistema de escoramento provisório. Com este procedimento pretende-se responder à indicação do Ofício S-2022/593429 de manutenção das estruturas procedendo ao seu "escoramento e entivação preventiva".

  Tendo em conta a proximidade da muralha transversal, da área de escavação em trincheira, será de avaliar e reajustar o mesmo tipo de procedimento de conservação preventiva, enunciado anteriormente. Esta avaliação deverá ser feita à medida que a estrutura fique exposta pela escavação, já que neste momento apenas se encontra a descoberto na escavação da sondagem 4, desconhecendo-se a sua profundidade e estado de conservação.

2.1.2 Elementos a apresentar em sede de projeto de execução e RECAPE

O RECAPE deve integrar todos os elementos indicados no ponto II do documento orientador intitulado "Normas técnicas para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução", aprovado pelo Grupo de Pontos Focais das Autoridade de AIA e disponível no sítio da APA na internet.

O RECAPE foi desenvolvido tendo em conta o Documento Orientador referido, tal como indicado no Capítulo 1.5 do presente Relatório Base, integrando os diversos elementos indicados no ponto II desse mesmo Documento Orientador.

Para a elaboração do RECAPE a equipa de trabalhos arqueológicos deve ser previamente autorizada pela DGPC e deve ser efetuada a consulta dos processos do seu arquivo.

De forma a enquadrar todos os trabalhos respeitantes ao património a elaborar no âmbito do RECAPE - incluindo o estudo histórico arqueológico do Baluarte do Livramento - foi elaborado um plano de trabalhos englobando os estudos patrimoniais e arqueológicos. Estes trabalhos foram previstos no PATA (Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos) que foi submetido no dia 28/06/2024 no Portal do Arqueólogo. Foi registado como recebido no mesmo portal no dia 3 de julho de 20224. Recebeu parecer de aprovação condicionada à reformulação do plano de trabalhos através da informação I18417-202407-UC/DPC datada de 22/07/2024. A reformulação foi submetida no dia 25 de julho de 2024. O início dos trabalhos arqueológicos foi autorizado através da informação I18823-202407-UC/DPC de 25/07/2024.

No Anexo XIV – Volume 2 apresenta-se o referido PATA e o parecer relativo à sua aprovação.

Além de todos os dados e informações necessários à verificação do cumprimento das exigências da presente decisão, o RECAPE deve ainda integrar os seguintes os elementos:

1. Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC) que envolva a sua salvaguarda, monitorização, conservação e restauro, quer numa fase prévia à obra, quer na fase de execução e de exploração. Este Plano terá que incluir uma proposta metodológica de escavação arqueológica que tenha em consideração: os resultados dos trabalhos arqueológicos; os resultados das sondagens geológicas; os faseamentos previstos na realização do projeto; a natureza das intervenções e as soluções para os processos construtivos. Terá, ainda, em consideração a necessidade de proceder à escavação integral dos contextos arqueológicos a afetar pelo projeto e pelo necessário desvio de infraestruturas, bem como de salvaguardar os procedimentos e meios necessários para garantir a conservação preventiva dos bens arqueológicos exumados.

O Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC) é apresentado no Anexo XIV – Volume 5 ao presente Relatório Base.

2. Demonstração de que o desenvolvimento do projeto de execução procurou evitar a afetação direta das ocorrências patrimoniais identificadas ou demonstração da inevitabilidade dessa afetação. Quando por razões técnicas do projeto, não houver possibilidade de proceder a alterações pontuais de traçado ou de localização dos respetivos componentes, a afetação direta total ou parcial de uma ocorrência patrimonial deve ser plenamente justificada e assumida como inevitável. Deve ficar também expressamente garantida a salvaguarda pelo registo arqueológico da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra, independentemente do seu meio. No caso de elementos arquitetónicos, tal deve ser assegurado através de registo gráfico, fotográfico e da elaboração de memória descritiva; no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.

No Capítulo 4.5.14 correspondente à reavaliação de impactes sobre o património foram identificados os elementos patrimoniais cuja afetação, por questões de natureza técnica, é inevitável, tendo o traçado sido desenvolvido de forma a reduzir, tanto quanto possível, a interferência com elementos patrimoniais. Nos estudos Histórico-Arqueológicos - Partes 1 e 2 e respetivos anexos (Anexo XIV – Volume 4) com Fichas de Elemento Patrimonial são sumariamente caracterizados estes elementos com particular desenvolvimento para o Baluarte do Livramento e para o Palácio Fiúza. No PSPC (Anexo XIV – Volume 5) são preconizadas as medidas de minimização a implementar em fase de obra e de exploração. No Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) (Anexo XIV – Volume 6) são apresentadas as medidas de compensação sobre os maiores impactos previstos no património cultural, com particular atenção para o Baluarte do Livramento.

3. Demonstração de que o projeto de execução foi desenvolvido tendo em consideração as delimitações oficiais dos bens imóveis patrimoniais classificados e em vias de classificação, respetivas zonas de proteção legal em vigor, e dos bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (Anexo III do Regulamento do PDM de Lisboa), fazendo-se o possível para evitar a respetiva afetação.

Na Carta de condicionantes desenvolvida na Fase de Projeto de Execução e para o presente RECAPE (Desenho 6 do Anexo Cartográfico e Anexo XIV – Volume 3) são apresentados todos os Elementos Patrimoniais (classificados e inventariados na Carta Municipal do Património) localizados na área do projeto e envolvente (30 metros do eixo da via ou de áreas de afetação à superfície, como estações e poços de ventilação e a 25 m da área de estaleiros), bem como todas as áreas de proteção do património classificado (ZEP e ZGP), permitindo verificar que no desenvolvimento do Projeto se pretendeu, face ao que é tecnicamente possível dentro do corredor para o qual foi emitida DIA Favorável Condicionada, ajustar o traçado de modo a minimizar as afetações sobre bens patrimoniais.

4. Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) que contemple um programa para a criação de um espaço museológico que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um cronograma para a publicação monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos. O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos

elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto.

O Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) é apresentado no Anexo XIV – Volume 6 ao presente Relatório Base.

5. Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.

No Anexo XIV – Volume 4 relativo aos Estudos Histórico-Arqueológicos, na Parte 2 é apresentado o Estudo Histórico, Arqueológico e Arquitetónico das preexistências do Baluarte do Livramento.

No âmbito do desenvolvimento do Projeto de Execução foi efetuada a inspeção prévia ao Caneiro de Alcântara, na zona de abrangência do Projeto, em articulação com o LNEC, tendo sido produzido o respetivo relatório que se apresenta no Anexo XVI.

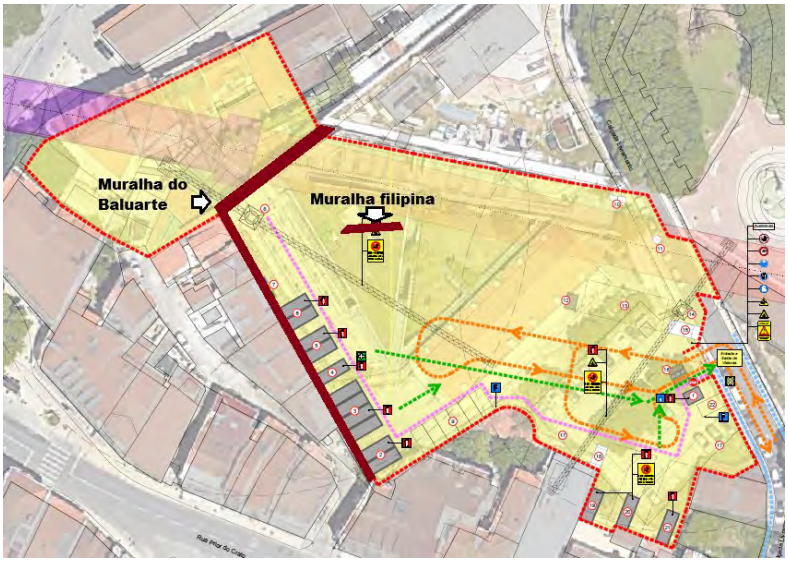
28. Carta de Condicionantes à localização dos Estaleiros, manchas de empréstimo e depósito, com a implantação dos elementos patrimoniais identificados, a qual deve integrar o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO); na fase obra a mesma deve ser facultada a cada empreiteiro.

No Desenho 6 do Anexo Cartográfico é apresentada a carta geral de condicionantes, a qual se reproduz no Anexo XVII correspondente ao PAAO. Igualmente no PAAO é Anexada a Carta de Condicionantes Patrimoniais.

29. Análise da instalação de estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes em locais situados a menos de 25 m das ocorrências patrimoniais, a qual deve ser condicionada ao mínimo necessário para a realização da obra. O estaleiro a situar no Baluarte do Livramento deve cingir-se ao mínimo e ao estritamente necessário para a execução da obra no local.

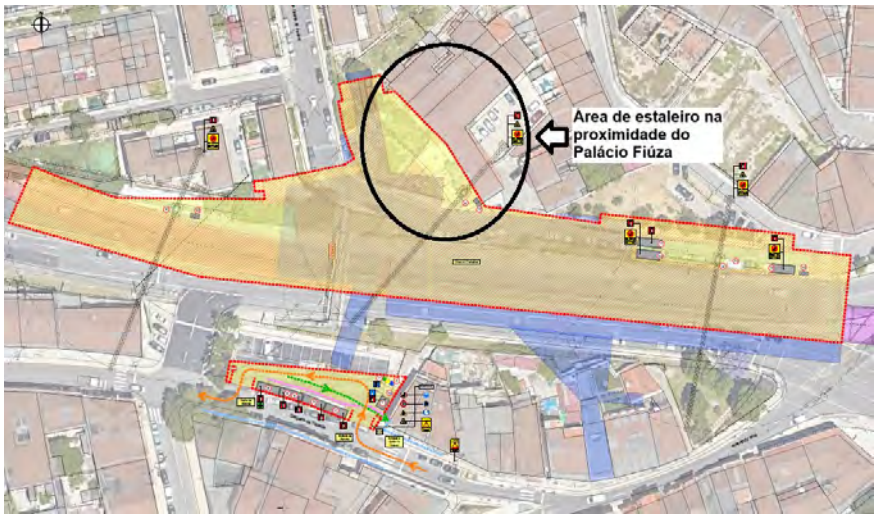
Relativamente à implantação dos estaleiros, identificam-se duas áreas de estaleiro / frentes de obra que se localizam a uma distância inferior a 25 m de ocorrências patrimoniais identificadas na Carta de Elementos Patrimoniais do PDM de Lisboa. As áreas referidas respeitam à zona do Baluarte do Livramento (**Figura 2-6**) e à zona envolvente ao Palácio Fiúza (**Figura 2-7**), sendo que nenhuma destas ocorrência se encontra classificada ou em vias de classificação junto do PC,IP.

Apesar dos esforços desenvolvidos para minimizar as afetações sobre estas ocorrências, em qualquer destes casos não será tecnicamente viável garantir o distanciamento de pelo menos 25 m face às mesmas, tendo em conta que o desenvolvimento do Projeto irá interferir sobre estas zonas.



Fonte: Projeto de Execução (2024) e elaboração própria

Figura 2-6 – Área de estaleiro necessária na zona do Baluarte do Livramento (OE5)



Fonte: Projeto de Execução (2024) e elaboração própria

Figura 2-7 – Área de estaleiro necessária na zona da estação de Alcântara

Considerando que o Projeto se desenvolve em meio urbano consolidado, as áreas de estaleiro projetadas correspondem às áreas mínimas para permitir/tornar viável o desenvolvimento da obra, procurando minimizar interferências. Acresce salientar que no decurso da obra está considerado o acompanhamento arqueológico das intervenções, tal como definido no Plano de Salvaguarda do Património Cultural (Anexo XIV – Volume 5). A prospeção da áreas de estaleiros encontra-se descrita no Capítulo 6 dos Estudos Histórico-Arqueológicos - Parte 1.

2.1.3 Medidas de Minimização

2.1.3.1 Medidas de minimização a considerar na elaboração do PE

2. Não afetar diretamente bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

Na área de influência do Projeto identificam-se os seguintes Imóveis/Conjuntos Classificados ou em Vias de Classificação com Zonas Especiais de Proteção (ZEP) estabelecidas e referenciadas pelo Património Cultural, IP:

- **Palácio das Necessidades** (**EP 026**) classificado como IIP - imóvel de interesse público (Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24-01-1983) e respetiva **ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades**, abrangendo todo o edifício conventual (...), da torre e da capela (...), os seus jardins e o respetivo parque, com elementos escultóricos e decorativos, e ainda a fachada palaciana, incluindo a fonte monumental (Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996)

  Para o **Imóvel de Interesse Público - Conjunto do Palácio das Necessidades** (ID 3230), apesar da interseção em planta, do Projeto com parte da área correspondente ao Conjunto / Imóvel classificado, não se considera que venha a ocorrer afetação direta do mesmo, tendo em conta a profundidade a que o Projeto se desenvolve (topo do túnel a 9 m de profundidade) e a consideração de aplicação de manta anti-vibrátil nesta área. Acresce referir que este conjunto imóvel será objeto de instrumentação no âmbito do Projeto de Avaliação de Danos e a obra integrará acompanhamento arqueológico.

- **Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica (EP 040) e respetiva ZEP** classificado como IIP - imóvel de interesse público (Decreto n.º 31/83, DR, I Série, n.º 106, de 9-05-1983).

  A área de incidência do Projeto está parcialmente abrangida na zona de proteção deste imóvel (ID 3244), mas não se prevê a afetação direta do edifício, considerando que o elemento patrimonial se situa a 37m de distância do eixo da via e que Projeto nesta zona se desenvolve em túnel mineiro, a uma profundidade da ordem dos 20 m, considerando-se a aplicação de manta anti-vibrátil nesta área.

- **Cadeia Penitenciária de Lisboa (EP051) classificada como MIP - monumento de interesse público** (Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012) e respetiva **ZEP.**

  Quanto ao **Monumento de Interesse Público - Cadeia Penitenciária de Lisboa** (ID 74296), nesta zona o Projeto desenvolve-se em túnel mineiro a uma profundidade da ordem dos 19 m, sendo igualmente considerada a aplicação de manta anti-vibrátil. Este imóvel será objeto de instrumentação no âmbito do Projeto de Avaliação de Danos e a obra integrará acompanhamento arqueológico.

- **Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique (EP 039)** / Quartel da Ferreira Borges classificado como MIP - Monumento de Interesse público (Portaria n.º 637/2020, DR, 2.ª série, n.º 213, de 3-11-2023)

  No que respeita ao **Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique** (ID 74795), verifica-se que o projeto nesta zona se irá desenvolver em túnel mineiro a uma profundidade de cerca de 25 m, não se perspetivando a sua potencial afetação. Contudo o imóvel será objeto de instrumentação no âmbito do Projeto de Avaliação de Danos.

- **Palácio Anadia** (Rua Silva Carvalho, 345-347; Rua das Amoreiras, 105-107) **(EP120) - Imóvel em Vias de Classificação de Interesse Municipal** (IIM) (CML12)

  Quanto ao **Palácio Anadia**, considera-se igualmente que não se prevê a sua afetação direta, com o traçado a desenvolver-se em túnel mineiro, a quase 14 m de profundidade, sendo este imóvel considerado no Plano de instrumentação no âmbito do Projeto de Avaliação de Danos.

- **ZEP do Bloco das Águas Livres (EP 047) classificado como MIP - Monumento de Interesse Público** (Portaria n.º 370/2012, DR, 2.ª série, n.º 156, de 13-08-2012).

  Este imóvel encontra-se a 150 m do eixo da via pelo que não sofrerá afetação.

- **Ponte 25 de Abril e respetiva Zona Geral de Proteção (ZGP) (EP 022) - em Vias de Classificação (Despacho de Abertura, Anúncio n.º 35/2015, DR, n.º 44/2015, Série II de 2015-03-04).**

  O Projeto cruzará em túnel com este elemento patrimonial, passando por baixo do tabuleiro e dos pilares da ponte não se prevendo qualquer afetação direta do monumento. No âmbito do Projeto de Execução foi desenvolvido o Estudo de Avaliação dos Efeitos do Projeto sobre as fundações do pilar da Ponte 25 de Abril existente na proximidade do PV217 e túnel Término (Anexo X) cujos resultados permitem considerar que não ocorrerá afetação deste elemento. Contudo o imóvel será objeto de instrumentação no âmbito do Projeto de Avaliação de Danos.

- **Tapada da Ajuda (conjunto intra-muros) e respetiva Zona Geral de Proteção** (ZGP) (**EP 018**), classificado IIP - imóvel de interesse público (Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42, de 19-02-2002).

  Nesta área o túnel encontra-se a uma profundidade superior a 25 m na área não edificada, não se prevendo qualquer afetação direta do monumento.

Para além dos imóveis acima referidos, destaca-se igualmente a presença de um conjunto de ramais do Aqueduto das Águas Livres - **Monumento Nacional - Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados** (Concelho de Lisboa) (ID 3199), designadamente:

- **Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados classificado como MN - Monumento Nacional** e respetiva **Zona Geral de Proteção (ZGP)** (Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910)

- **ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49** (Portaria n.º 1099/95, DR 1.ª Série B, n.º 207, de 7-9-1995)

O **Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados** atravessam, em diversos pontos, o corredor no qual se implanta o Projeto (Interferências n.ºs 13, 16, 54, 60 e 69, 102, 266, 327 e 375 identificadas no Anexo XIV – Volume 4 - Parte 2). Do levantamento efetuado resulta que em duas situações se regista uma grande proximidade entre estas ocorrências e o Projeto, implicando a adoção de medidas especiais de engenharia para permitir salvaguardar estes elementos (Anexo II – Tomo I – Volume 37). Com a adoção destas medidas construtivas e com a introdução no projeto de medidas de minimização de vibrações, considera-se que a afetação destes bens patrimoniais será minimizada, não devendo pôr em causa a respetiva viabilidade estrutural. Tal como para os restantes imóveis classificados, também neste caso os ramais localizados na proximidade do Projeto serão considerados no Plano de Instrumentação no âmbito do Projeto de Avaliação de Danos.

4. Prever a preservação *in situ* das preexistências do Baluarte do Livramento, definindo um plano de reabilitação e valorização, face à intervenção para a construção do túnel e do viaduto de Alcântara.

Com vista ao cumprimento desta medida foram desenvolvidos os estudos históricos e arqueológicos para identificação, localização e caracterização de todas as preexistências do Baluarte do Livramento. Os resultados deste estudo são apresentados no Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 onde se apresenta uma súmula da história do baluarte a partir das fontes documentais e bibliográficas, um capítulo dedicado à identificação e análise das estruturas remanescentes (tendo também em conta os resultados das intervenções arqueológicas anteriores realizadas no baluarte) e o resultado das sondagens arqueológicas realizadas no espaço em fase de RECAPE.

Nos respetivos anexos ao Estudo Histórico e Arqueológico apresentam-se:

- Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 -Anexo 1 - FICHAS DE ELEMENTO PATRIMONIAL
- Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 - Anexo 2 - APÊNDICE DOCUMENTAL – BALUARTE DO LIVRAMENTO
- Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 - Anexo5 - CONSULTAS DE RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES SOBRE INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO BALUARTE E ENVOLVENTE
- Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 - Anexo 6 - PLANTA DE PORMENOR DO BALUARTE DO LIVRAMENTO
- Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 - Anexo 7 – DESENHOS (Intervenção arqueológica)
- Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 - Anexo 8 – ESPÓLIO
- Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 - Anexo 9 - FOTOGRAFIAS DE UES
- Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 - Anexo 10 – FOTOGRAMETRIAS

A documentação produzida e sintetizada na planta de pormenor (Anexo XIV - Volume 4 – Parte 2 - Anexo 6) considera-se fundamental para o desenvolvimento do Plano de Salvaguarda previsto.

No que se refere ao Baluarte do Livramento, está previsto proceder a trabalhos de conservação, restauro e reforço ao nível do paramento (interior e exterior) do baluarte.

De acordo com a memória descritiva do Projeto (Anexo II – Tomo III – Volume 5), de forma a preservar o máximo possível da muralha do Baluarte, foi definida uma solução de recalçamento da mesma, de forma a permitir apenas demolir parcialmente parte da extensão das respetivas fundações, numa largura suficiente para permitir a passagem do novo túnel do metro. Na fase definitiva a zona da muralha recalçada apoiará diretamente sobre o túnel definitivo da linha de metropolitano.

A solução de recalçamento consiste na execução de 2 vigas de recalçamento em betão armado, uma de cada parede da muralha a recalçar. Estas vigas ficarão apoiadas na cortina de estacas, quando possível, sendo os restantes apoios garantidos por microestacas Ø177.8x12.5mm com uniões exteriores, com furação Ø250mm e selagem do tipo IRS, travadas horizontalmente a 4m de profundidade por perfis UPN 140. As vigas ficarão ligadas entre si e a confinar a parede de ambos os lados através de 2 níveis de varões de alta resistência GEWI Ø25, ou equivalente.

Importa referir que entre a parede da muralha e as faces das vigas em betão armado deverá ser colocado uma membrana plástica de forma a garantir que as superfícies da muralha não ficam danificadas. A solução de recalçamento acima descrita será executada após a realização dos trabalhos de preservação e restauro da muralha.

Os trabalhos de recuperação e restauro previstos para a muralha do Baluarte incluem a eliminação de colonização biológica, a limpeza geral das superfícies de pedra, a consolidação e injeção de argamassas fluidas à base de cal hidráulica natural, nas situações em que se verifique zonas de vazio e ocos no interior, a recolocação de material pétreo de acordo com a técnica de anastilose, tratamento de preenchimentos desadequados e tratamento de rebocos que deverá ser feito com respeito pelo material original e técnicas tradicionais.

No que respeita à guarita para além da execução de todo o tratamento proposto para a muralha do Baluarte, propõe-se a execução de um reforço no seu interior, consistindo na execução de uma limpeza para posterior aplicação de uma argamassa reforçada com fibra de carbono aferrolhada pelo interior às paredes da guarita. Caso venha a ser necessário, será ainda complementarmente instalado um sistema de escoramento provisório.

Uma vez mais se refere que a solução desenvolvida em Projeto de Execução para este troço foi apreciada pelo LNEC, tendo esta entidade emitido parecer que se apresenta no Anexo XIV – Volume 7, onde se refere que a solução de projeto se considera viável no que respeita à capacidade de corresponder às condicionantes da DIA, relativas à minimização dos impactes sobre a Muralha do Baluarte do Livramento (nomeadamente sem afetar a sua integridade) e a sua guarita, e a antiga Muralha Filipina. Igual consideração pode ser formulada sobre os impactes no Muro do Miradouro das Necessidades e das várias interferências (Ocorrências Patrimoniais) neles identificadas.

É de destacar que no âmbito da DIA, no que respeita a vibrações, se encontra definido que será interrompida a progressão da obra sempre que se ultrapasse vef > 1.10 mm/s, em qualquer período do dia, limite estabelecido no âmbito da salvaguarda estrutural dos edifícios.

No Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC) (Anexo XIV – Volume 5) são previstas medidas de minimização, designadamente de monitorização do impacto das vibrações durante a fase de obra e durante a fase de funcionamento do Projeto.

5. Prever a preservação *in situ* do Palácio Fiúza (Oc. 63), procurando compatibilizar a intervenção para a construção da Estação de Alcântara e as consequentes alterações da rede viária.

Para uma melhor caracterização deste elemento patrimonial foi desenvolvido um estudo histórico arqueológico sobre o palácio Fiuza (EP 063) englobando trabalhos de pesquisa, sondagem arqueológica e sondagens parietais. Os resultados obtidos são expostos nos capítulos 5.3.11.1 e 7.2.8 do Anexo XIV – Volume 4 – Parte 2.

A obrigatoriedade de se assegurar, em simultâneo com a presença da Estação de Alcântara, o acesso à Ponte 25 de Abril, garantindo a manutenção de duas vias de circulação em cada sentido de modo a não se degradarem os níveis de serviço face à atual situação, não permite cumprir na totalidade a preservação *in situ* do Palácio Fiúza (Oc. 63).

A orografia complexa do local e as áreas mínimas necessárias para a instalação da Estação de Alcântara a que acrescem as dimensões regulamentares a garantir para a avenida de acesso à Ponte 25 de Abril reperfilada, não permite evitar a interferência do Projeto com o corpo mais a sul desta ocorrência patrimonial.

A inexistência de solução técnica viável para assegurar a coexistência do Palácio Fiúza, na sua configuração atual, com a nova Estação de Alcântara e correspondentes acessos à Ponte 25 de Abril, tendo em conta a impossibilidade de se dispor de mais espaço disponível no lado Sul da Estação, pela presença de um conjunto alargado de edificações aí presentes, implicou o desenvolvimento de uma solução de Projeto que requer a demolição do corpo mais a Sul do Palácio.

Embora se trate de uma ocorrência patrimonial referenciada na Carta Patrimonial do PDM de Lisboa, para a qual não estão estabelecidas medidas de proteção definidas pelo PC,IP, é fundamental que a intervenção inevitável no Palácio possa de algum modo servir para Requalificar e Valorizar o remanescente deste imóvel.

Dá-se nota que a zona que terá de ser demolida corresponde, em parte, a uma parte integrante do monumento antigo, tratando-se de um corpo saliente, outrora voltado para o jardim que deixou de existir tendo em conta as diversas obras que foram sucedendo (designadamente a construção da Ponte 25 de Abril) e que implicaram a expropriação de partes da quinta original.

Procurando responder da forma mais adequada à inevitabilidade de afetação desta ocorrência, com o objetivo de compensar o impacte daí decorrente, foi desenvolvido o Projeto de Reabilitação Parcial do Edifício Histórico FIÚZA, incluindo o respetivo levantamento topográfico e englobando a articulação das especialidades de Arquitetura, Estruturas, Arquitetura Paisagista e História e Arqueologia, cujas peças que o compõem se apresentam no Anexo XVIII.

Neste Projeto de reabilitação, considera-se que a nova estação de Metro de Alcântara, com todo o reperfilamento de ruas adjacentes que a envolve, dará um protagonismo ao edifício que faz com que este mereça um olhar, e uma intervenção cuidadosa.

Neste contexto, considera-se que a demolição de um conjunto de anexos que foram sendo construídos ao longo do tempo permitirá, de acordo com a proposta de valorização (**Figura 2-8**):

- Revelar a fachada original: A remoção dos anexos permitirá apreciar a beleza da fachada principal, com os seus detalhes arquitetónicos e a sua imponência.
- Criar espaços mais amplos: A demolição abrirá espaço para a criação de novos espaços verdes e áreas de circulação, tornando o palácio mais acessível e convidativo.
- Valorizar o entorno: A recuperação do palácio terá um impacto positivo em todo o entorno, valorizando a área e atraindo novos investimentos.



Fonte: Projeto de Execução (2024)

Figura 2-8 – Solução proposta para o Palácio Fiúza

2.1.3.2 Medidas de minimização a aplicar na fase prévia à obra

26. Planear a empreitada garantindo que:

e. O cronograma da obra deve compreender o tempo necessário à boa execução das medidas de salvaguarda do Património Cultural, nomeadamente para a realização de todos os trabalhos arqueológicos.

Estas medidas encontram-se vertidas no PAAO (Anexo XVII) e no PSPC (Anexo XIV – Volume 5).

27. Prever a colocação de barreiras para minimizar a dispersão de partículas e lamas e a rega da área de circulação, de forma a minimizar a afetação das ocorrências patrimoniais, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação.

De acordo com o Projeto de Estaleiros (Anexo II – Tomo I – Volume 9) todas as áreas de estaleiro e frentes de obra serão vedadas, com vedações opacas em chapa metálica galvanizada. A vedação a instalar constituirá uma barreira à dispersão de poeiras geradas durante esta fase, decorrentes das escavações e movimentação de terras.

28. Sinalizar e vedar, sempre que possível, tendo em atenção a tipologia e contexto, as ocorrências patrimoniais situadas até cerca de 50 m da obra (com expressão à superfície),

condicionando a circulação de maquinaria, de modo a evitar a sua afetação. Esta medida deve ser adaptada aos condicionalismos existentes e articular-se com o plano de acessos à obra.

Esta medida encontra-se referenciada no Plano de Salvaguarda do Património Cultural (Anexo XIV – Volume 5) e no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (Anexo XVII).

29. Prever a execução de sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico nas áreas de afetação à superfície para definição e caracterização das sequências estratigráficas, nomeadamente nas áreas dos poços de ventilação e acesso, estações a construir, acessos viários da Estação de Alcântara, do Núcleo A, Rua da Alcântara e do Núcleo B, Rua da Costa.

De forma a enquadrar todos os trabalhos respeitantes ao património foi elaborado um plano de trabalhos englobando os estudos patrimoniais e arqueológicos. Estes trabalhos foram previstos no PATA (Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos) que foi submetido no dia 28/06/2024 no Portal do Arqueólogo. Foi registado como recebido no mesmo portal no dia 3 de julho de 2024. Recebeu parecer de aprovação condicionada à reformulação do plano de trabalhos através da informação I18417-202407-UC/DPC datada de 22/07/2024. A reformulação foi submetida no dia 25 de julho de 2024. O início dos trabalhos arqueológicos foi autorizado através da informação I18823-202407-UC/DPC de 25/07/2024.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos são apresentados no Anexo XIV – Volume 4 - Estudos Histórico-Arqueológicos – Partes 1 e 2.

É de referir que até à data de entrega do presente RECAPE não foi possível executar a totalidade dos trabalhos previstos, designadamente:

- Estação de Campo de Ourique: à data de apresentação do presente relatório ainda não foram terminados os trabalhos.
- Estação de Alcântara: Apesar de inicialmente se ter previsto a realização de 2 sondagens de diagnóstico no local, de 5x5m cada, localizadas na área de construção de parte dos pilares projetados para o viaduto e Estação, devido a condicionalismos relacionados com o desvio de infraestruturas e corte de vias rodoviárias, não foi possível implementar sondagens de diagnóstico em todos os locais previstos para afetação na construção dos pilares, ou mesmo alcançar uma incidência exata. Por este motivo, foi comunicado junto da Tutela que para a intervenção arqueológica no lugar de Alcântara, as condições apenas serão criadas aquando a fase de execução, ficando acordado que a escavação a realizar para efeitos de construção dos pilares irá obedecer ao modelo de escavação arqueológica com apoio mecânico, como medida de salvaguarda.

30. Efetuar a escavação arqueológica integral das fundações do viaduto de Alcântara.

Esta medida encontra-se considerada no PAAO (Anexo XVII) e no PSPC.

32. Prospeção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra, caso as mesmas se encontrem fora das áreas prospetadas nessa fase ou caso tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo.

No âmbito dos trabalhos arqueológicos já desenvolvidos foi realizada a prospeção arqueológica nas zonas de estaleiro estando estes trabalhos previstos no PATA (Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos). Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos são apresentados no Anexo XIV – Volume 4 - Estudos Histórico-Arqueológicos - Partes 1 e 2.

2.1.3.3 Medidas de minimização para a fase de obra

89. Efetuar o acompanhamento arqueológico da obra em todos os trabalhos, durante a instalação de estaleiros, fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos desde as suas fases preparatórias.

Esta medida apresenta-se no PAAO (Anexo XVII) e no PSPC (Anexo XIV – Volume 5).

90. Conservar *in situ* (mesmo que de forma passiva) as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial, no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual ou salvaguardar pelo registo.

Esta medida apresenta-se no PAAO (Anexo XVII) e no PSPC (Anexo XIV – Volume 5).

91. Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas. Em caso de identificação de contextos arqueológicos preservados realizar a respetiva escavação arqueológica.

Esta medida apresenta-se no PAAO (Anexo XVII) e no PSPC (Anexo XIV – Volume 5).

92. Avaliar, pela direção científica dos trabalhos arqueológicos, por equipa especializada em espeleo - arqueologia e pela DGPC, as cavidades cársicas que surjam no decurso da obra, dos trabalhos arqueológicos e de demolição do edificado.

Esta medida apresenta-se no PAAO (Anexo XVII) e no PSPC (Anexo XIV – Volume 5).

93. Colocar em depósito credenciado pelo organismo de tutela os achados arqueológicos móveis encontrados no decurso da obra.

Esta medida apresenta-se no PAAO (Anexo XVII) e no PSPC (Anexo XIV – Volume 5).

94. Implementar as propostas do Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) com vista à valorização dos elementos patrimoniais ou dos resultados obtidos com os trabalhos arqueológicos nalguns dos espaços públicos a construir ou reabilitar em articulação com a DGPC.

No âmbito dos trabalhos arqueológicos previstos no Caderno de Encargos da Empreitada, designadamente no "Anexo IV – Património Cultural/ Arqueologia e Salvaguarda de Bens Imóveis", estão previstas tarefas a realizar após a conclusão da obra que incluem a divulgação em espaço museológico a construir ou a reabilitar para exibição pública dos principais achados arqueológicos.

Em função do tipo e localização dos achados arqueológicos, deverá ser definido/avaliado, conjuntamente com o "Património Cultural, I.P.", em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa e o Metropolitano de Lisboa, o local mais adequado para a sua exposição pública, assim como o restauro de bens arqueológicos que o Metropolitano de Lisboa em articulação com a Tutela do Património Cultural e os técnicos envolvidos, considerem justificar.

99. Executar, de acordo com o projeto de execução a ser aprovado pela DGPC, o espaço museológico para exibição pública dos principais achados arqueológicos, após a conclusão da obra, no prazo máximo de dois anos.

No âmbito dos trabalhos arqueológicos previstos no Caderno de Encargos da Empreitada, designadamente no "Anexo IV – Património Cultural/ Arqueologia e Salvaguarda de Bens Imóveis", estão previstas tarefas a realizar após a conclusão da obra que incluem a divulgação em espaço museológico a construir ou a reabilitar para exibição pública dos principais achados arqueológicos.

Em função do tipo e localização dos achados arqueológicos, deverá ser definido/avaliado, conjuntamente com o "Património Cultural, I.P.", em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa e o Metropolitano de Lisboa, o local mais adequado para a sua exposição pública, assim como o restauro de bens arqueológicos que o Metropolitano de Lisboa em articulação com a Tutela do Património Cultural e os técnicos envolvidos, considerem justificar.

100. Para os Prédios Militares (PM): o PM 058/Lisboa – "Quartel de Campo de Ourique" e o PM 217/Lisboa – "Edifício Ceuta", salvaguardar a todos e quaisquer danos neste património, nomeadamente ao nível de fendilhações, assentamentos ou outras patologias que possam vir a surgir na sequência da execução do projeto.

Esta medida apresenta-se no PAAO (Anexo XVII) e no PSPC (Anexo XIV – Volume 5).

2.1.3.4 Medidas de minimização para a fase de exploração

113. Efetuar o acompanhamento arqueológico e cumprir as medidas de minimização previstas para a fase de construção, quando aplicáveis, sempre que ocorram trabalhos de manutenção na infraestrutura do Metropolitano de Lisboa, que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto, nomeadamente em áreas anteriormente não afetadas pela construção das infraestruturas (e que não foram alvo de intervenção).

O Metropolitano de Lisboa prevê nos Cadernos de Encargos de empreitadas de remodelação das suas estações, a inclusão de uma equipa técnica para o acompanhamento arqueológico da obra em todos os trabalhos que justifiquem a sua presença, nos termos do previsto no Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.

Em função do tipo de obra, respetiva localização e projeto, será nesses termos avaliada a necessidade de solicitação de parecer prévio sobre os trabalhos arqueológicos necessários, com base no qual se definirá o âmbito do acompanhamento arqueológico a prever, em particular durante os trabalhos que impliquem a movimentação de terras em subsolo.

114. Publicar as monografias resultantes dos trabalhos patrimoniais.

No âmbito dos trabalhos arqueológicos previstos no Caderno de Encargos da Empreitada, designadamente no "Anexo IV – Património Cultural/ Arqueologia e Salvaguarda de Bens Imóveis", prevê-se a produção de documentação técnico-científica pela equipa de arqueologia designada pelo ACE, contemplando os aspetos patrimoniais, sociais e com impacto público mais importantes resultantes dos trabalhos arqueológicos, com vista à sua integração numa monografia descritiva do projeto, na perspetiva de salvaguarda pelo registo técnico-científico das realidades do património arqueológico e arquitetónico, ali existentes. O texto deverá ser elaborado pelos diretores científicos do projeto e pelos colaboradores que estes decidam agregar, e terá de ser apresentado no espaço de um (1) ano após a finalização dos trabalhos de campo.

De igual modo, encontra-se prevista a realização de uma monografia com o estudo histórico documental, arqueológico e arquitetónico, rigoroso, do Baluarte do Livramento. Este estudo deverá permitir descrever as sucessivas ocupações a que o Baluarte esteve sujeito, desde a sua origem até à atualidade, referência à localização geográfica, importância estratégica no séc. XVII, às pré-existências, às adaptações arquitetónicas e funcionais e ainda conter cartografia histórica e levantamento(s), em plantas e alçados, de todas as construções com ele relacionadas, quer na periferia quer dentro do recinto do Baluarte.

Em função da relevância dos achados arqueológicos associados a eventuais trabalhos patrimoniais decorrentes de futuras obras de remodelação das infraestruturas ML do Prolongamento da Linha Vermelha, será avaliada a possibilidade de publicação de monografias para divulgação técnico-científica.

2.1.4 Programas de monitorização

6. Programa de Monitorização do Património Cultural (PMPC)
O Programa de Monitorização do Património Cultural deve conter os seguintes aspetos:

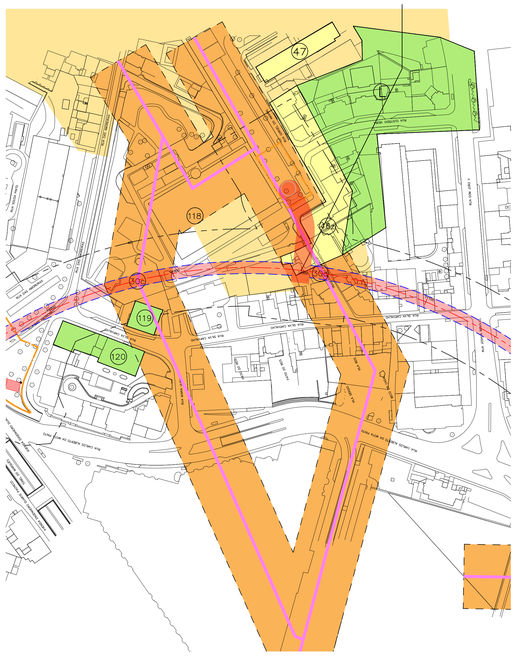
- Objetivos concretos.
- Parâmetros de monitorização.
- Locais a monitorizar.
- Frequência das amostragens.
- Métodos de registo e de que forma devem ser apresentados e analisados os resultados, bem como as medidas necessárias adotar conforme os diferentes cenários, inclusive durante a fase de exploração.

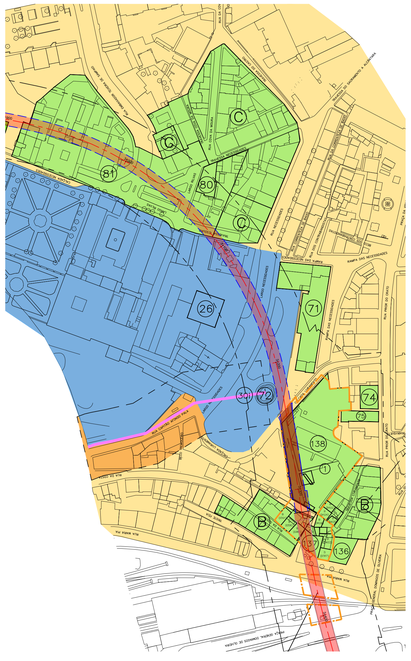
O Programa de Monitorização do Património Cultural encontra-se incluído no PSPC (Anexo XIV – Volume 5.

Registo e Controlo de Alterações

Revisão	Data	Descrição
0	2024-10-04	Emissão inicial









LEGENDA

- Área de incidência
- Eixo da via
- Limite do túnel
- Estação
- Estaleiro

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

ZGP – Zona Geral de Proteção
ZEP – Zona Especial de Proteção

MN – Monumento Nacional

EP 030 – Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados:
030a – Troço de ligação ao Reservatório do Pombal
030b – Troço subterrâneo na Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga
030c – Troço do aqueduto das Águas Livres junto ao Reservatório do Arco dos Amoreiras
030d – Troço subterrâneo na Travessa do Barbosa
030e – Troço subterrâneo na Rua Ferreira Borges
030f – Troço subterrâneo na Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte
030g – Ramal da Tapada das Necessidades
030i – Troço de abastecimento da fonte monumental junto ao Palácio das Necessidades
EP 122 – Aqueduto das Águas Livres: Reservatório do Pombal (10.16)
EP 118 – Reservatório do Arco das Amoreiras (30.3

MP – Imóvel de Interesse Público
EP 018 – Tapada da Ajuda (conjunto intramuros)
EP 026 – Palácio das Necessidades (Inclui EP 030i e EP072)
EP 040 – Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica
EP 072 – Miradouro e Jardim Olavo Bilac

MIP – Monumento de Interesse Público
EP 039 – Quartel de Campo de Ourique (CMPEP 30.12)
EP 051 – Cadeia Penitenciária de Lisboa

Património em vias de classificação
EP 022 – Ponte 25 de Abril

Outras ZEP que abrangem a zona do projeto
EP 046Z – ZEP conjunto da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37–49
EP 047Z – ZEP do Bloco das Águas Livres

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO

IMÓVEIS INVENTARIADOS
EP 001 – Baluarte do Livramento (CMPEP 26.24; CNS 16218):

(Consultar planta de pormenor do Baluarte do Livramento)

EP 138 – Pátio das Quintalinhas (CMPEP 26.24; CNS 16218)
EP 063 – Palácio Fláza (CMPEP 02.12)
EP 072 – Miradouro e Jardim Olavo Bilac / Jardim e miradouro no Largo das Necessidades incluindo Chafariz (CMPEP 26.23)
EP 074 – Edifício de habitação plurifamiliar no Rua Prior da Crato, 56–58 (CMPEP 26.73)
EP 075 – Convento do Livramento (vestígios) / Edifício da Calva Geral de Depósitos (CMPEP 26.30)
EP 080 – Edifício residencial no Largo do Rilvas, 1–1A; Trav. das Necessidades, 19 (CMPEP 26.27)
EP 082 – Casa nobre (CMPEP 26.70)
EP 089 – Edifício habitacional Travessa do Possolo, 27 (17.66)
EP 111 – Edifício de habitação plurifamiliar (35.46 CMPEP)
EP 112 – Edifício da Agência Barata (CMPEP 35.29)
EP 113 – Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo (CMPEP 35.39)
EP 114 – Jardim Teófilo Braga / Jardim da Parada / Monumento à Maria da Fonte (CMPEP 35.36)
EP 119 – Palacete Ulrich / Casa Veva de Lima (EP 30.36)
EP 120 – Palácio dos Condes de Anadia (CMPEP 30.05)
EP 123 – Conjunto arquitetónico Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua do Artilharia Um, Rua Joaquim António de Aguiar (CMPEP 50.55)

CONJUNTOS INVENTARIADOS
EP 071 – Quartel de Infantaria do Guarda Municipal (CMPEP 26.92)
EP 081 – Largo Rivas (CMPEP 26.76)
EP 090 – Conjunto de blocos habitacionais da Avenida Infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 a 58–58ª (CMPEP 17.39)
EP 091 – Conjunto de blocos habitacionais Av. Infante Santo, 64–72H (CMPEP 17.47)
EP 103 – Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar (35.14)
EP L – Conjunto arquitetónico / Rua D. João V, 2 a 22 e 7 a 17, Rua Custódio Vieira, 3 a 5 e 2 a 8 e Rua Gorgel do Amaral, 3 a 7 (CMPEP) 30.07

OUTROS ELEMENTOS PATRIMONIAIS

CONJUNTOS E EDIFÍCIOS COM AFETAÇÃO DIRETA
EP A – Núcleo de Alcântara

- A (\ 408) – Acrescento de Edifício no Acesso à Ponte 25 de Abril, 2
- A (\ 409) – Edifício Acesso à Ponte 25 de Abril, 7–11
- A (\ 410) – Logradouro – Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n
- A (\ 411) – Logradouro no Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n
- A (\ 412) – Edifício na Rua de Alcântara, 18

EP B – Núcleo Adjacente ao Baluarte do Livramento (Rua da Costa e Travessa do Livramento)

- B (\ 387) – Logradouro na Rua da Costa
- B (\ 389) – Edifício na Rua da Costa, 22–26
- B (\ 390) – Edifício na Rua da Costa, 28
- B (\ 391) – Edifício na Rua da Costa, 30–32
- B (\ 402) – Edifício na Travessa do Livramento, 20–22
- B (\ 403) – Edifício na Travessa do Livramento, 21
- B (\ 404) – Edifício na Travessa do Livramento, 24–26
- B (\ 405) – Edifício na Travessa do Livramento, 28
- B (\ 406) – Edifício na Travessa do Livramento, 30

EP M – Espaços adjacentes ao Palácio Fláza

- M (\ 418) – Interferência 418
- M (\ 419) – Interferência 419
- M (\ 420) – Interferência 420
- M (\ 421) – Interferência 421

EP 137 – Edifício na Rua da Costa, 8–20

CONJUNTOS E EDIFÍCIOS COM AFETAÇÃO INDIRETA
EP C – Núcleo das Necessidades e Cava da Moura
EP G – Núcleo do Bairro de Campo de Ourique
EP 136 – Edifício na Rua Prior do Crato, n.º 136 a 142

ALTERAÇÕES				
0	EMISSÃO INICIAL	05/07/2024	GC	RVR
		DATA	DES.	VERIF.

PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA
S. SEBASTIÃO - ALCÂNTARA
PROJETO DE EXECUÇÃO

Metropolitano de Lisboa

AMBIENTE
SEM OBRA ESPECÍFICA

Escalas: Des. nº ____ F. ___/___
Alter.
Substitui
Substituído
Nº SAP — Versão
Folha

Logo_MECC.png Logo_EB.PNG
CCBA_PT_N.jpg Logo_JET+.PNG

Aprov.	RVR / RP	05/07/2024
Verif.	SL	05/07/2024
Proj.	TS	05/07/2024
Des.	TS	05/07/2024

CARTA DE CONDICIONANTES

Identificação Empresa Projetista: CCBA / JET SJ / JLCM / TAL/PROJECTO
Escalas: 1: 5000 / 1: 2000
Folha: 01 / 01
Desenho nº: LVSSA MSA PE AMB 000 000 DW 040001 0
Alter.: 0

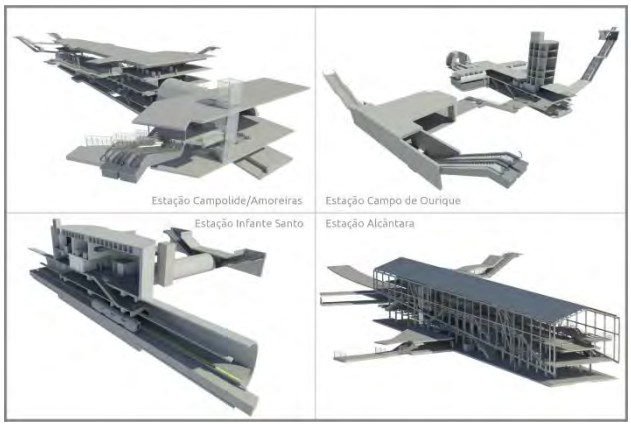
Metropolitano de Lisboa

METRO DE LISBOA

PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA ENTRE SÃO SEBASTIÃO E ALCÂNTARA

EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO

PROJETO DE EXECUÇÃO



TOMO I
VOLUME 22 – PATRIMÓNIO CULTURAL

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO – PARTE 2: BALUARTE DO LIVRAMENTO

Documento SAP:	LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040005 0

	Nome	Assinatura	Data
Elaborado	Teresa Silva		2024-10-03
Revisto			2024-10-03
Verificado			2024-10-03
Coordenador Projeto	Rui Rodrigues		2024-10-03
Aprovado	Raúl Pistone		2024-10-03

	Nome	Assinatura	Data
	Raúl Pistone		2024-10-03

Índice

FICHA TÉCNICA 3

1 INTRODUÇÃO 4

2 Baluarte do Livramento: o que nos dizem as fontes 5

2.1 Antes do baluarte 5
2.2 A Construção do Baluarte do Livramento 10
2.3 Alterações da estrutura fortificada no século XVIII 22
2.4 Alterações posteriores 27
3 Estruturas remanescentes 35

3.1 Estruturas anteriores ao Baluarte do séc. XVII 37
3.2 O baluarte do séc. XVII 53
3.2.1 EP EP001a – Troço da muralha noroeste 55
3.2.2 EP EP001b – Guarita 57
3.2.3 EP EP001b – Troço da muralha sudoeste 58
3.2.4 EP EP001f - Muralha transversal 59
3.3 Alterações posteriores 69
4 Sondagens Arqueológicas 76

4.1 Baluarte do Livramento 76
4.1.1.1 Sondagem 1 79
4.1.1.2 Sondagem 2 83
4.1.1.3 Sondagem 3 85
4.1.1.4 Sondagem 4 87
4.1.1.5 Sondagem 5 90
4.1.1.6 Sondagem 6 93
4.2 Conclusões 98
5 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA 99

FICHA TÉCNICA

CORDENAÇÃO
Teresa Silva
ESTUDO HISTÓRICO DO BALUARTE E DAS ESTRTURAS REMANESCENTES
Pesquisa e Texto
Teresa Silva (Síntese e Apêndice Documental)
Registos Fotográficos
Nuno Pires (Registo Fotográfico e Fotogramétrico)
SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS
Coordenação
Nuno Pires
Direção científica
Rui Ribolhos (Direção científica)
Arqueólogos auxiliares
António Branco, Beatriz Correia Barata e Nuno Pires
Tratamento de Espólio
Rui Ribolhos
Levantamento Topográfico
Luís Reis
Desenho
Laura Marques e Rui Ribolhos
Processamento fotogramétrico
Laura Marques e Nuno Pires

ENTIDADE ENQUADRANTE – Logística e Gestão de Projeto
Consórcio das empresas

Lisboa, Outubro de 2024

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo procura dar resposta à DIA, designadamente nos "Elementos a Apresentar em RECAPE (EAR)", nº 5: "*Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.*"

O estudo histórico realizou-se em articulação com os trabalhos arqueológicos e registos fotográficos, com o objetivo de identificar e interpretar todos os vestígios descobertos e conservados até aos dias de hoje, independentemente de se encontrarem no sub-solo ou à cota positiva. O conhecimento produzido permitirá desenhar, com o maior conhecimento de causa, o Plano de Salvaguarda do Património Cultural (EAR1 da DIA) definindo medidas de proteção dos vestígios Baluarte do Livramento. O presente estudo lança também os alicerces para a elaboração do Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) (EAR4 da DIA), no que ao baluarte diz respeito, que prevê a criação de um espaço museológico "*que permita albergar os principais achados*", onde pensamos ser oportuno integrar e valorizar os vestígios do baluarte, enquadrando-os na história do monumento.

Para realizar o estudo apresentado no capítulo 1. BALUARTE DO LIVRAMENTO: O QUE NOS DIZEM AS FONTES, partimos da análise detalhada de toda a informação recolhida em fase de Estudo Prévio, da "Compilação Histórica" levada a cabo por Mário Monteiro (*Emerita*), em julho de 2022, no contexto da entrega do PIP[1]. Foi também analisada toda a documentação produzida pelo consultor da Metro, Dr. Fernando Real, bem como analisados os ofícios da DGPC produzidos na análise deste processo. Em síntese, procuramos neste estudo:

a) Analisar e interpretar o conjunto da documentação arquivística já recolhida anteriormente, composta por documentos cartográficos e escritos;
b) Pesquisar por mais informação em diferentes arquivos nacionais e internacionais;
c) Proceder à consulta de bibliografia específica;
d) Elaborar um texto, organizado cronologicamente que sintetizasse, de forma clara, as principais conclusões que resultam da análise das fontes documentais e bibliográficas;
e) apresentar as principais fontes num **apêndice documental** (anexo1), organizado cronologicamente e acompanhado de uma ficha de documento com referência ao Nº de Doc., Data de produção / data a que se reporta, Identificação, Local de depósito e cota, Referência bibliográfica da Edição Impressa e Observações.

Desta forma pensamos poder contribuir para uma melhor organização e sistematização da informação existente e proceder a uma análise mais aprofundada.

No capítulo 2. ESTRUTURAS REMANESCENTES procuramos apresentar todos os vestígios do baluarte atualmente existentes recorrendo:

a) à análise da documentação produzida na sequência dos trabalhos arqueológicos realizados no baluarte, em 1994 e 20216-2017 (relatórios, comunicações e publicações);
b) à identificação das estruturas do baluarte no terreno, partindo da observação do terreno em cruzamento com os dados recolhidos.

Subdividimos cada um destes capítulos por sub-fases da história do monumento, diferenciando a história e vestígios anteriores à sua fundação, a história da sua construção e das alterações que sofreu nos séculos seguintes.

[1] Metropolitano de Lisboa – Pedido de Informação Prévia – Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Troço entre o Palácio das Necessidades (Túnel) e o Baluarte do Livramento e viaduto e Estação de Alcântara, 22/07/2022.

2 BALUARTE DO LIVRAMENTO: O QUE NOS DIZEM AS FONTES

2.1 ANTES DO BALUARTE

Para contarmos a história da fundação do Baluarte do Livramento temos de recuar ao tempo em que a Ribeira de Alcântara era um sítio natural, ou pelo menos esparsamente humanizado. É de meados do **século XVI (1580** c.) a primeira representação gráfica conhecida deste lugar. Trata-se de um retrato da batalha de Alcântara[2] **(Doc 1)** em *"desenho a lápis sépia"*, existente na Biblioteca Nacional de Portugal[3]. É uma vista captada a partir do norte, com o rio ao fundo, pejado de embarcações intituladas como *"galeras de Sua Magestade"*. Em terra, no conjunto da imagem, sobressai a ondulação da topografia natural e a existência de poucas e pequenas construções neste território. Entre as pequenas elevações, serpenteia uma pequena ribeira, legendada como "*Riacho Alcantara"* que, antes de desaguar no Tejo, passa por uma ponte onde são visíveis três arcos – "*Ponte de Alcantara"* – e, logo adiante, por uma pequena construção legendada como "*moinho"*.

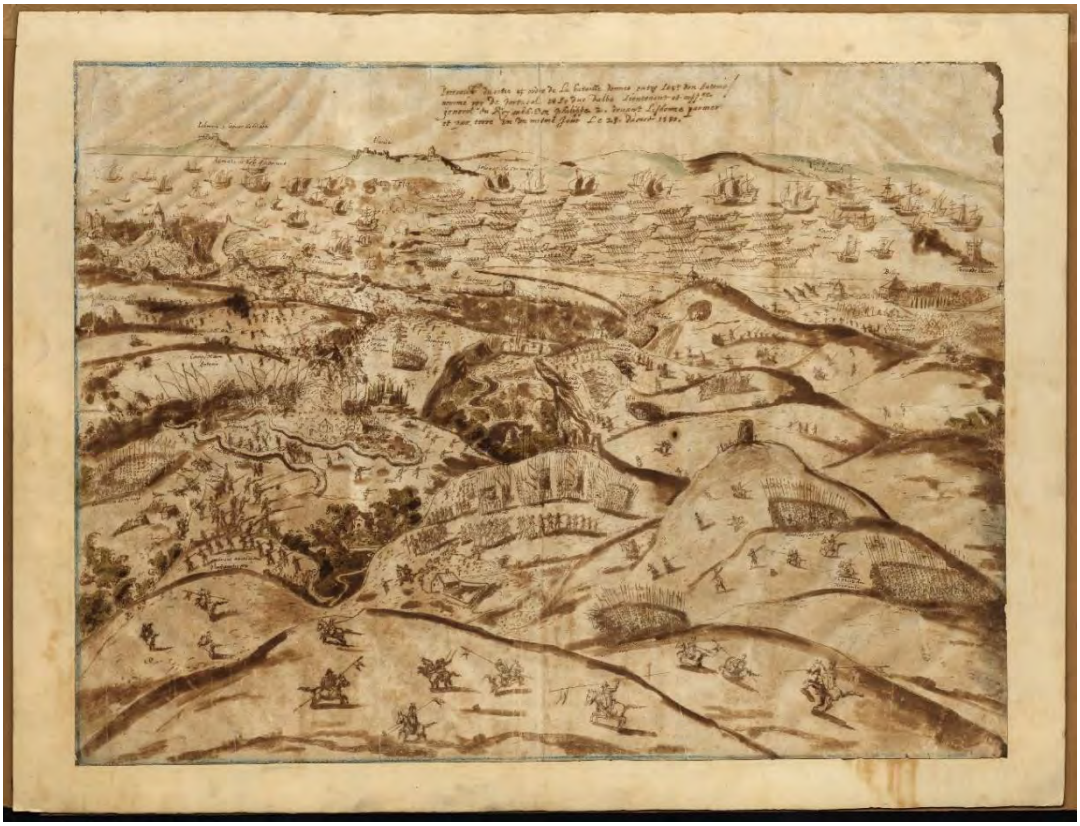


Figura 1 – Representação da Batalha de Alcântara (BN, D. 319 A[4]).

/[2] Batalha travada entre as tropas portuguesas lideradas por D. António Prior do Crato (após ser aclamado rei de Portugal) e as tropas castelhanas lideradas pelo duque de Alba, em representação de Filipe II de Espanha. Nesta batalha as tropas castelhanas saem vitoriosas e inicia-se um período de 60 anos de união ibérica, através do domínio de Espanha sobre Portugal, originando-se nesta altura a dinastia filipina.

3 Portraict du sitie et ordre de La bataille donnee entre Le sr. don Antonio nommé roy de portugal et Le duc dalbe Lieutenant et capp.ne general du Roy cath. Don philippe 2° deuant Lisbonne par mer et par terre en un mesme jour Le 25. d' aoust 1580, BN, D. 319 A. BND, https://purl.pt/1237 **(Doc. 1** do apêndice documental)

[4] Idem.

A ponte é o local central da ação, a ribeira a fronteira natural que separa os inimigos. À esquerda (a este) estão as tropas portuguesas, à direita (a oeste), as tropas castelhanas. Estamos nos arrabaldes da cidade de Lisboa, à época ainda envolvida pela muralha medieval. A ponte é ponto sensível, a principal via de acesso à capital.

A este da ponte, do lado esquerdo da imagem, encontra-se representada a elevação natural onde, anos mais tarde, se construiria o Baluarte do Livramento. Observa-se, nesta posição (no local onde também se pode ler "*Portugueses*"), que existem homens armados e quatro canhões voltados para a margem oposta da ribeira, mas não se descortinam quaisquer estruturas defensivas. Mesmo em frente, na margem oposta, nove canhões dispõem-se em primeira linha, e uma extensa companhia de homens apeados e a cavalo estende-se por ambas as margens.



Figura 2 – Extrato da imagem anterior com a representação do confronto das tropas sobre a ponte, à esquerda da qual se destaca uma elevação natural onde se viria a construir o Baluarte do Livramento.

É inegável a eloquência desta imagem acerca da importância estratégica desta ponte e da contígua elevação sobranceira, a este, na defesa da capital e, em última análise, do reino. Foi neste ponto exato que Portugal perdeu a sua independência em 1580. É compreensível que na memória dos que presenciaram esta derrota tenha pesado a fragilidade do local e a importância futura de o defender. Tal evidencia não passaria, naturalmente, despercebida também às forças vencedoras, responsáveis daí em diante, pela gestão e defesa do nosso território. Compreende-se, por isso, que no rescaldo deste acontecimento tenham sido feitas diligências de aí construir uma estrutura defensiva, ainda durante o domínio filipino, como veremos adiante.

Outro documento[5] (**Doc. 2**) existente no ANTT indicia a inexistência de estruturas defensivas no início do **século XVII (1607-1617)** no futuro espaço do baluarte em estudo. Trata-se de uma planta existente numa obra sobre os castelos e fortalezas de Portugal, folio 80, da autoria de Felipe Tersio, desenhada entre 1607 e 1617, onde se encontram representadas as muralhas de Lisboa (*A*), o sítio de Alcântara (*B*) e, entre estas duas, uma ribeira com sua ponte, naturalmente correspondentes à ribeira e respetiva ponte de Alcântara, junto à qual não se representa qualquer estrutura defensiva.

[5] *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache*, ANTT, PT/TT/CCDV/29, FL.80. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908671 (**Doc. 2** do apêndice documental)

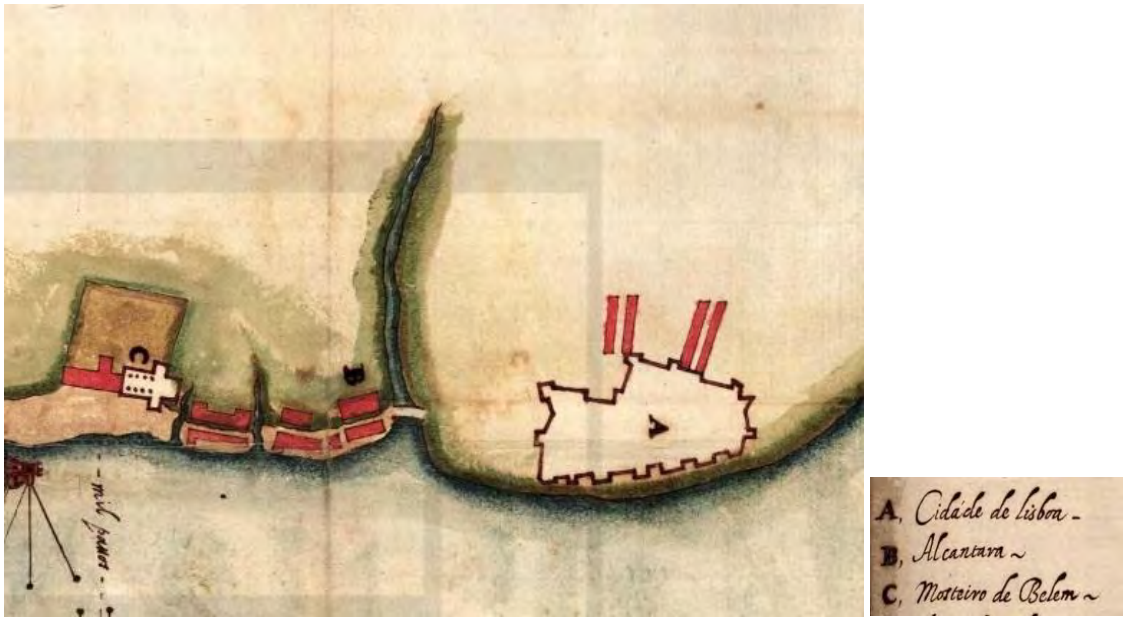


Figura 3 – Extrato de planta (e de legenda desta área) datada entre 1607 e 1617 (ANTT, PT/TT/CCDV/29, FL.80).

Sensivelmente pela mesma altura – início do **século XVII** – Alcântara encontra-se representada numa planta (**Doc. 3**) publicada em 1942 por Augusto Vieira da Silva, no seu artigo "*A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças: notícia histórica*"[6] que pertenceria à sua coleção particular e cuja data e autor seriam desconhecidos mas cuja datação poderá situar-se entre **1619-1625**[7]. Mais uma vez, chamamos a atenção para a inexistência de qualquer representação de estruturas defensivas junto à Ponte de Alcântara. O local do futuro baluarte situar-se-ia à direita na imagem, onde se veem representadas árvores sobre uma elevação sobranceira à ponte.

É curioso notar que, a este e oeste da ponte, surgem já alinhamentos de casas junto à estrada e a formação de quarteirões, a oeste da ponte. Vieira da Silva detém-se na análise deste desenho sendo de destacar:

- o caráter fantasioso do desenho quando representa a ponte com dez arcos (SILVA, 1942: 73-74) e que nos obriga a relativizar a fiabilidade da informação que podemos retirar da imagem.
- a identificação do moinho de maré outrora existente em frente à ponte, em primeiro plano na figura abaixo (SILVA, 1942: 77);
- à esquerda da caldeira deste moinho uma propriedade murada interpretada como sendo "*uma casa nobre ou palácio*", que, segundo as vagas indicações que se encontram nos livros, devia ser a do Aposentador-Mor Lourenço de Sousa: "*quinta nobre que fica sobre a ribeira de Alcântara, da estrada para o mar*".[8] (SILVA, 1942: 78).

[6] SILVA, Augusto Vieira da (1942) – A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças: notícia histórica. In Olisipo. Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa", Ano V, N.º 18, Abril – 1942, Lisboa: Grupo "Amigos de Lisboa", página 77. (Doc. 3 do apêndice documental)
[7] Museu de Lisboa, Colecção do Museu de, Lisboa | CML | EGEAC, MC.DES.1779
[8] Nota do autor: "V. citação *in: Alcantara,* por João Paulo Freire, Coimbra. pág. 29." (SILVA 1942, 78)

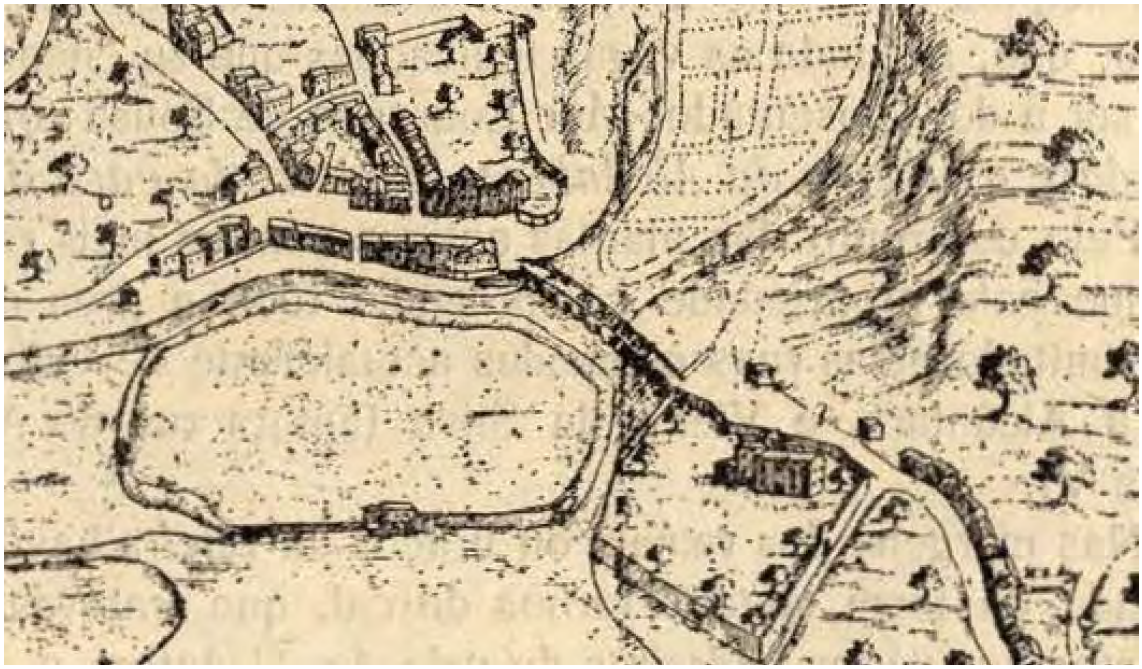
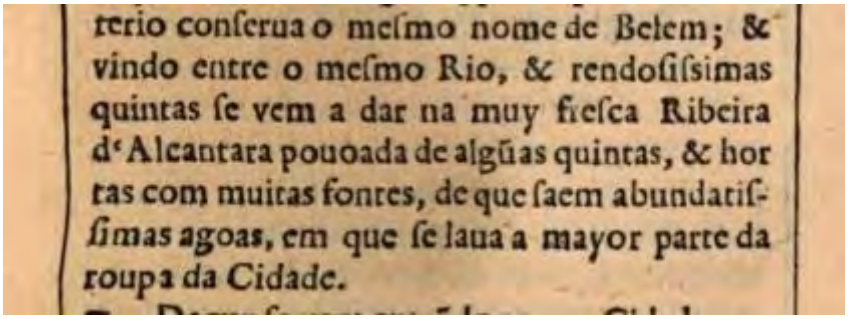


Figura 4 – Extrato da Planta do sítio de Alcântara (SILVA, 1942: 77), MC.DES.1779 (Doc.3).

Corroborando estas evidências, um outro documento, desta vez escrito em **1620** pelo Padre Frey Nicolao d'Oliveyra[9] **(Doc. 4)** descreve Alcântara da seguinte forma:



terio conſerua o meſmo nome de Belem; & vindo entre o meſmo Rio, & rendoſiſsimas quintas ſe vem a dar na muy freſca Ribeira d'Alcantara pouoada de algũas quintas, & hortas com muitas fontes, de que ſaem abundatiſſimas agoas, em que ſe laua a mayor parte da roupa da Cidade.

Figura 5 – Excerto de OLIVEIRA 1620, Cap, IV, p. 117 (Doc. 04).

É também referido, por diversos autores (SILVA 1933; TRINDADE & DIOGO, 2003, p. 95; MONTEIRO 2022: 7), o poema publicado em 1625 ou 1626 "*Relaçam em que se trata e faz hu[m]a breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa & seus arrebaldes (...)*"[10] **(Doc.05)** no qual, "*Naquilo que aqui nos interessa, a particular importância deste texto encontra-se no facto de não nos referir qualquer baluarte junto a ponte de Alcântara, citando, no entanto, todos os outros que sabemos já estarem construídos em 1625.*" (TRINDADE & DIOGO, 2003: 95).

[9] OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa. Composto pelo Padre Frey Nicolao d'Oliveyra Religioso da Orde[m] da Sãctissima Trindade, & natural da mesma Cidade. Dirigido a D. Pedro d Álcaçova Alcayde-mór das tres Villas*, Impresso em Lisboa : por Jorge Rodriguez, 1620, Cap. IV, p.117 (BN RES. 531//1 P).

[10] Alvarez, Antonio – *Relaçam em que se trata e faz hu[m]a breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa & seus arrebaldes, das partes notaveis, igrejas, hermidas & conventos..., começando logo da barra, vindo corre[n]do por toda a praya até Enxobregas & dahi pella parte de cima até Saõ Bento o Novo.* – Em Lisboa : por Antonio Alvarez, 16[26?]. BND, Cota do exemplar digitalizado: res-219-4-v.

No **segundo quartel do século XVII** surgem indícios documentais da construção de uma estrutura defensiva na área em estudo. Malgrado não existirem evidências documentais que atestem a construção de qualquer estrutura defensiva antes de **1625**, a partir dessa data surgem um conjunto documentos publicados por Eduardo Freire de Oliveira na sua obra "*Elementos para a História do Município de Lisboa*" publicada em 1887, que indiciam diligências nesse sentido:

- *"Assento de vereação de 3 de julho de 1625"* **(Doc. 06)** em que se refere que, para dar cumprimento à ordem do rei, a Câmara adquiriu por empréstimo dois mil cruzados para que não se interrompessem as obras das trincheiras (OLIVEIRA 1888:191);
- *"Carta da camara a el rei em 5 de julho de 1625"* **(Doc. 07)** onde se refere que a ordem do "*marquez de Inojoza, de que se faça mais fortificações de trincheiras e reductos até Alcantara, e madam os governadores que a câmara siga a ordem que der o dito marquez*" (OLIVEIRA 1888:193);
- *"Assento de vereação de 6 de julho de 1625"* **(Doc. 08)** em que a Câmara toma "*por emprestimo do rendimento do real d'agua"* o valor necessário para contruir as trincheiras, até um limite de "*dois mil cruzados"* (OLIVEIRA 1888:193);
- *"Assento de vereação de 7 de julho de 1625"* **(Doc. 09)** em que a câmara decide que se cumpra "*a ordem*" (OLIVEIRA 1888: 194);
- Carta regia de 25 de julho de 1625 **(Doc. 10)** em que o rei ordena que apenas se recorra ao referido imposto do real d'agua "*a fim de ocorerer ás despezas com as fortificações, só se tornaria effetiva, depois de n'ellas se dispender todo e qualquer dinheiro, que houvesse de prompto e em ser, e que por qualquer via pertencesse á mesma camara.*" (OLIVEIRA 1888: 194).

A partir de **1636** temos notícias que nos indiciam que a construção das referidas trincheiras ou fortificações já se teriam iniciado em 1625 mas que a sua construção não se teria terminado de acordo com o previsto, através dos seguintes documentos:

- *"Decreto da duqueza de Mantua de 16 d'abril de 1636"* **(Doc. 11)**. A duquesa manda que se trate da defesa da cidade, procedendo-se à reparação das muralhas e à continuação das obras das trincheiras cuja construção teria, de facto, sido iniciada mas não se tinha terminado de acordo com o plano previsto. Preocupada com o facto de "*as armadas dos inimigos*" estarem "*já prestes para poder sair e navegar*", chama a atenção para a importância de investir na defesa da cidade incumbindo disso a Camara "*vendo que nisto está a sua conta, trate logo de dispor, assy e da man^ra^ que o fez em outras occaziões, reconheçendosse os muros e reformandosse onde for neçess.^rio^, fazendo-se portas nas q nelles ouver, e as mais perperações para se haverem de serrar quando assy cumprir, o que se executara logo. E da mesma man^ra^ se reconhecerão as trincheiras, que no anno de1625 se havião feito com occazião da armada ingreza, e se reformarão e continuarão até onde estava assentado que se fizessem*" (OLIVEIRA 1888: 184);
- Assento de vereação de 19 de abril de 1636 **(Doc. 12)** Em resposta à ordem da duquesa de Mantua, o Senado diz que as "*trincheiras e plantaformas*" não era sua obrigação e que as mesmas se deveriam fazer "*por conta da fazenda real*". Lembra que no ano de 1625 havia emprestado à fazenda real "catorze mil cruzados" os quais até ao momento não lhe haviam sido pagos. A camara estava, portanto, naquele momento impossibilitada de "*acodir a esta obra*" "*por estar empenhada*" (OLIVEIRA 1888: 185–186);
- *"Consulta da camara á duqueza de Mantua em 22 de d'abril de 1636"* **(Doc. 13)** onde a camara reitera a posição definida no documento anterior (OLIVEIRA 1888: 186).

Esta documentação parece comprovar que, de facto, se chegaram a construir estruturas fortificadas em Alcântara, designadas como "*trincheiras*" e "*plantaformas*". É possível também que estas obras se tenham continuado na sequência das ordens da duquesa de Mântua a expensas da fazenda real mas até ao momento desconhece-se qualquer documento que o comprove.

Estas estruturas de 1625 e, eventualmente posteriores, podem ter reconhecido a luz do dia quando, em 1994, numa escavação dirigida por Manuel Dias Diogo[11], ficou a descoberto uma estrutura composta por dois muros formando um cunhal, cuja localização e orientação em nada se relacionavam com a posterior fortificação de 1650, e que foram interpretadas como tratando-se das estruturas edificadas no período filipino. Voltaremos a estas estruturas, sua caracterização e interpretação no capítulo relativo às Estruturas Remanescentes.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO BALUARTE DO LIVRAMENTO

Restaurada a independência em 1640 continuam as diligências no sentido de continuar o projeto de reforço das fortificações, agora no contexto das guerras entre Portugal e Castela que se prolongaram até 1668[12].

Em **1650** "*o Senado encarrega o arquiteto Mateus do Couto de proceder à vistoria das cercas antigas. O parecer do arquitecto (régio e municipal) incluía a proposta de alterações às estruturas existentes*"[13] (CONCEIÇÃO 2015: 181) mas este documento apenas se refere às muralhas de Lisboa (**Doc. 14**).

Em **meados do século XVII**, surge então um plano de grande envergadura, de criar uma nova cerca entrecortada por baluartes, abarcando até áreas vazias da cidade, adivinhando-se a pretensão de prever a defesa de uma cidade em crescimento. Este plano vai passando por sucessivas revisões em que vão diminuindo o número de baluartes. Na verdade, podemos falar de diferentes planos com diferentes autores, como veremos. A sua construção inicia-se, pelo menos junto ao Tejo, com a construção dos baluartes do Livramento e do Sacramento, tendo também, à época, sido construído o da Cruz da Pedra (SEQUEIRA, 1933, p. 548) mas, este plano, de tão ambicioso que era, nunca chegou a ser terminado e, alcançada a paz com Espanha, deixou de fazer sentido. Vejamos agora com mais detalhe.

O **primeiro projeto** da cerca moderna foi desenhado em **1650** (CONCEIÇÃO, 2015, p. 182) e compunha-se de uma linha de fortificações da autoria dos Engenheiros **Charles Lassart, João Cosmander e Jean Gilot**, projeto encomendado pelo do Marquês de Marialva, D. António Luís de Meneses. Este conjunto seria composto por 36 baluartes começando no forte do Sacramento e terminando na Cruz da Pedra (SEQUEIRA, 1933: 546-547; CONCEIÇÃO 2015: 199). É comummente aceite que este primeiro plano começou de facto a ser posto em prática em 1650 e que foi **reformulado em 1652 por Gilot** (OLIVEIRA, 1889,V: 343; MURTEIRA, 1999; CONCEIÇÃO, 2015: 182-183). Este plano abarcava toda a cidade prevendo já a sua expansão e compunha-se de uma cintura de muralhas em semicírculo, entrecortada por 32 baluartes[14], complexo cuja construção se terá iniciado, precisamente, com os baluartes junto ao Tejo, do Sacramento e do Livramento. Pensa-se que o "*Decreto do principe D. Theodosio de 11 de março de 1652*" (**Doc. 15**) se refere ao inicio desta construção em 1650, quando se mencionam as "trincheiras no anno de 1650" (OLIVEIRA 1889,Vol..V, 343; CONCEIÇÃO 2015: 199). Aqui o

[11] Portal do Arqueólogo, CNS 16218, Acompanhamento, 1994
[12] É no contexto da Guerra da Restauração que se constroem a maior parte das estruturas militares abaluartadas, ou seja, preparadas para a defesa e ataque com armas de fogo, com muros baixos, espessos e em talude e dispondo de canhoneiras, como será o caso do baluarte do Livramento (NUNES, 2005: 25-26).
[13] Citado pela autora: Oliveira, 1882-1943, vol. V, pp. 200-203, Parecer de Mateus do Couto datado de 24 Março 1650
[14] "O percurso previsto era o seguinte: vale de Alcântara, Arco do Carvalhão, Palhavã, São Sebastião da Pedreira e Alto de São João, infletindo depois para sul até à Cruz da Pedra, junto ao rio. Esta cintura de terra seria complementada com um alinhamento de baluartes na frente de rio." (CONCEIÇÃO 2015: 181).

príncipe manda dar continuidade à obra das trincheiras iniciada em 1650. De acordo com a opinião de Eduardo Freire de Oliveira o príncipe refere-se ao novo plano de fortificações já revisto por João Gilot que tinha reduzido o projeto inicial de 32 baluartes para 16 (OLIVEIRA 1889,Vol. V, 343). Este é, portanto, o documento que assinala o **início da construção do baluarte do Livramento em 1650**. Através dele ficamos também a saber que em **1652 ocorre uma revisão do plano.**

Também de acordo com João Baptista de Castro (**Doc. 22**), o novo projeto de fortificação foi iniciado por D. João IV (1640-1656): *"Neste estado se achava Lisboa até o reinado do Senhor Rey D. João IV o qual vendo quanto se havia extendido a povoaçaõ, e quanto se necessitava de mayor segurança, deu ordem para se fortificar a Cidade de novos muros mais amplamente, e se principiou pelos baluartes"* (CASTRO 1763, III: 378).

Em 1661 surge um segundo projeto, de Nicolau Langres ilustrado no álbum "*Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*" [Ca 1661] (**Doc. 16**). Trata-se de um desenho de projeto do Engº Nicolau Langres, designado como "*Ce manuscrit de la fortiication de Lisbonne*"[15], fortificação que incluía uma ampla cintura composta por um conjunto de cortinas que uniam "vinte baluartes e três meios baluartes" (CONCEIÇÃO 2015: 182). Analisando a parte do desenho relativa à área em estudo, o desenho a tracejado parece encaixar, *grosso modo*, no baluarte do Livramento efetivamente construído. De acordo com Margarida Tavares da Conceição "*é visível a sobreposição de dois troços abaluartados nas zonas de remate da grande cintura urbana (em Alcântara e Santa Apolónia), provavelmente denunciando que uma parte de tais frentes abaluartadas já estaria em construção*" (CONCEIÇÃO 2015: 182).



Figura 6 – Desenho do projeto do Engº Nicolau Langres de 1661 (Doc. 16, BNP Cod. 7445, fl 28-29) (Doc.16).

15 BNP Cod. 7445, fl 28-29.



Figura 7 – Extrato de planta de 1661 e da legenda dos elementos representados, com pormenor da área do baluarte. O desenho a tracejado do baluarte junto à ponte (1) parece coincidir, grosso modo, com o do Baluarte do Livramento efetivamente construído, já que se debruça sobre a ponte, tendo atrás de si a Igreja de "*Nossa Sra.do Livramento*" (2) e, acima, a Igreja de "Nossa Sra. das Necessidades (3)"

Uma gravura de **1662 (Doc. 17)** comprova que os baluartes do Livramento e do Sacramento já se encontravam construídos. Trata-se de um importante documento pertencente à coleção do *British Museum*[16] intitulada "*The Entrance of the Lord Ambassador Mountague into the Citty of Lisbone.*" que nos mostra claramente a ponte de Alcântara e, ao seu lado, um Baluarte do onde se distinguem as suas muralhas e até as guaritas.

[16] Descrição que acompanha o documento:
"*A large queue of horsemen and horse carriages leading over a bridge to the city of Lisbon shown in the central background, its city walls to the left, the carriage of Lord Montague shown in the lower right corner, a coat of arms in the top centre; dirty plate especially in lower left corner; from a series of seven prints showing the journey of the Infanta Catherine of Braganza from Portugal to marry Charles II in London. 1662*"
(https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_Sheepshanks-3090)
Tradução: "*Uma grande fila de cavaleiros e carruagens de cavalos que atravessam uma ponte em direção à cidade de Lisboa, representada no fundo central, as muralhas da cidade à esquerda, a carruagem de Lord Montague representada no canto inferior direito, um brasão de armas no centro superior; placa suja especialmente no canto inferior esquerdo; de uma série de sete gravuras que mostram a viagem da Infanta Catarina de Bragança de Portugal para casar com Carlos II em Londres. 1662*" (Traduzido com a versão gratuita do tradutor – DeepL.com)



Figura 8 – Gravura de 1662 de Adam Bartsch (The British Museum, Sheepshanks.3090)[17] (Doc.17).



Figura 9 – Pormenor da gravura de 1662 onde se encontra representada, à direita, em primeiro plano, a ponte de Alcântara (na qual se lê "*Bridge Alcântara*"), em segundo plano, a parede de uma estrutura abaluartada que julgamos corresponder ao Baluarte do Livramento e, ao fundo, o Baluarte do Sacramento.

Para compreender esta imagem torna-se necessário colocarmo-nos no local do "artista" que teria de estar do lado poente da ponte, provavelmente numa situação elevada para ter boa visibilidade. Veria a ponte em primeiro plano, à sua esquerda o Baluarte do Livramento e ao fundo: à direita, o Baluarte do Sacramento, junto ao mar. Fazemos este exercício[18] na imagem abaixo, recorrendo a uma planta de 1745 onde colocamos o "artista" na elevação a poente da ponte (1), vendo à sua esquerda a muralha do Baluarte do Livramento (2) e, ao fundo, o Baluarte do Sacramento (3).

[17] Ver imagem completa e informação associada em apêndice documental (Doc 17)
[18] Este exercício é importante já que numa primeira observação julgámos que o n° 3 representava o Baluarte em estudo.



Figura 10 e 11 – Análise comparativa da gravura de 1662 (excerto) com planta de 1745 (orientada a sul), onde assinalamos a perspetiva do artista (no mapa, canto inferior direito) para compreender melhor o que se encontra representado: 1 – Ponte de Alcântara, 2 – Muralha NW do Baluarte do Livramento, 3 – Baluarte do Sacramento.

Em **1686**, numa carta dirigida ao rei, o **Conde Schonberg**[19] **(Doc. 18)** "*critica asperamente a fortificação começada (...). Todavia, o parecer data de 1686 (assinada já a Paz com Espanha) e propõe outro tipo de abordagem, a opção pela cidadela dominante, "com cinco ou seis baluartes" a implantar em Alcântara, referindo a existência de* ***dois baluartes "muito adiantados"****, compilando vários conselhos de ordem técnica e construtiva.*" (CONCEIÇÃO 2015: 182).

Em **1700,** no reinado de D. Pedro II, é pedida uma vistoria da qual resultou a "*Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortifcação e emendas nella propostas e acentadas pelos eng°s Francisco Pimentel, e Manuel Mexia da Silva, e Manuel de Azevedo Fortes, e António Velho de Azevedo, e Manuel do Couto, e Manuel Pinto de Vilalobos na ultima vistoria que por ordem de sua magestade deus guarde se fez no ano de 1700*"[20] **(Doc. 20)**.

De acordo com Margarida Tavares da Conceição através deste documento "*ficamos pois saber que a base da proposta a reformular pelo colectivo de engenheiros se refere a um traçado de Jean Gilot (...). Na vertente ocidental, foram erguidos dois baluartes em Alcântara: o Baluarte do Sacramento, junto ao convento homónimo, mencionado em 1700 como "quase acabado", e o Baluarte do Livramento, "em que se trabalha" (...). Entre ambos os baluartes abria-se a Porta de Alcântara (Rua do Arco de Alcântara) (...) Ficou assim marcada a existência dos dois baluartes e portas de Alcântara, o alinhamento dos escarpamentos, a proposta da continuidade das cortinas*"(CONCEIÇÃO 2015: 186-190).

Esta planta permite-nos concluir que o plano inicial de Gilot foi concretizado. No que diz respeito ao Baluarte do Livramento observa-se como efetivamente construído aquilo que se encontra representado com uma linha de maior espessura já que na legenda inicial do documento – "*Explicação desta Planta*" - se diz: "*Primeira mte tudo o que se mostra com riscos pretos [e] o desenho antigo da Planta de Gilot O q mostrão os riscos roixos [e] as novas emendas tanto na prima planta como nas mais de mayor ponto*". No folio 3 apresenta-se representado o conjunto composto pelo Baluarte do Livramento identificado com o n° *II* e identificado na legenda como "*Bte das Necessidades*".

[19] Transcrita em: Sepulveda, Cristovam Ayres – História do Exército Portuguez, Vol. II., PRELIMINAR Um capítulo da Guerra da Restauração (1660 a 1668): o conde de Schonberg em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, pág. 132-134

[20] ANTT, Casa Cadaval, Códice 27, fl 3. Código de referência: PT/TT/CCDV/27. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908669.

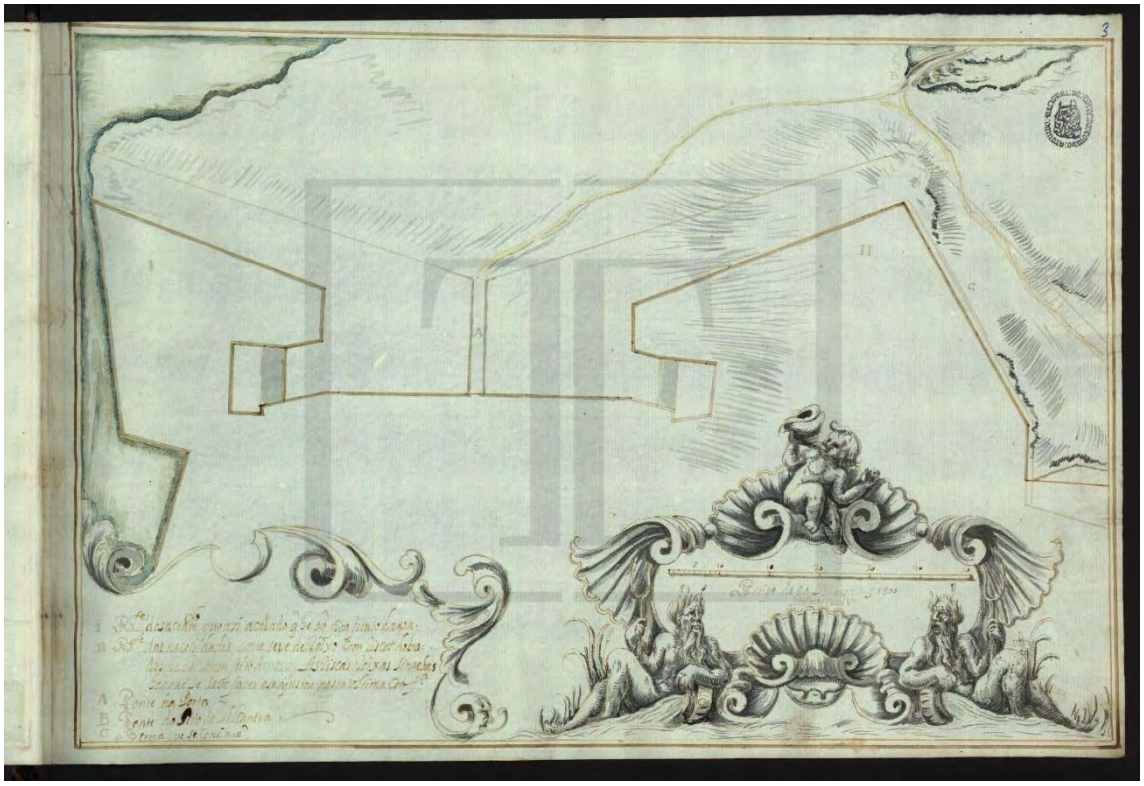


Figura 12 – Planta de 1700 (Doc. 20) (PT/TT/CCDV/27).



Figura 13 – Excerto da planta de 1700 (o norte fica para a direita da imagem)(Doc. 20) (PT/TT/CCDV/27) onde se encontra representado, a traço mais espesso, o que estava construído no Baluarte do Livramento (II) acompanhada de extrato da legenda e da "*explicação desta planta*".

Por esta altura (cerca de 1700) encontramos um "retrato" de Alcântara no painel de azulejos da autoria de Gabriel del Barco – "*A grande vista de Lisboa. Painel de azulejos do Palácio dos Condes de Tentúgal*" existente no Museu do Azulejo em Lisboa, do qual apresentamos um extrato (**Doc. 19**). No painel é visível a zona de Alcântara (o "artista", neste caso, situa-se do lado do rio), tendo, em primeiro plano, a antiga ponte e, imediatamente à direita na imagem (à esquerda da ponte),

o baluarte, a cima do qual se ergue uma cortina de muralhas acompanhando o topo da encosta da ribeira de Alcântara. Em primeiro plano, observa-se o Baluarte do Sacramento.



Figura 14 – Extrato do painel de azulejos Gabriel del Barco (Doc. 19).



Figura 15 – Pormenor do mesmo painel onde se observa a porta existente na cortina que ligava os dois baluartes, o Baluarte do Livramento e, atrás dele, o que pensamos corresponder ao Convento de Nossa Senhora do Livramento21. Acima do baluarte, ergue-se uma construção que parece corresponder à Igreja (e Convento?) das Necessidades22, ao lado do qual corre um pano de muralhas acompanhando, em ziguezague, a encosta voltada à Ribeira de Alcântara.

[21] Edificado no século XVI (Lx Conventos, disponível em: https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=621&lang=pt)

[22] De acordo com informação disponibilizada na Ficha do SIPA o Convento de Nossa Senhora das Necessidades apenas se terá edificado a partir de 1743 (SIPA, Convento de Nossa Senhora das Necessidades / Palácio das Necessidades, IPA.00006541. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6541). No entanto, já antes teria de haver aí uma igreja ou mesmo convento porque, não só neste painel, como também no mapa de 1661 (Doc. 16) a mesma se encontra representada.

O documento seguinte que nos retrata o baluarte data de 1727. Trata-se de uma planta apresentada por A. Vieira da Silva (SILVA 1942: 67, planta II) (**Doc. 21**), um desenho, cujo autor se desconhece, feito em papel vegetal e tinta-da-china, hoje pertencente à coleção do Museu de Lisboa (ML.DES.5396), descrito como *"Lisboa de 1727, cópia de um pormenor de planta topográfica"*. Parece-nos que se trata de uma cópia da *"Planta Topographica da marinha das cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno qe 1727"* da autoria de Carlos Mardel, também depositada no mesmo museu (MC.DES.1403). Optamos por nos debruçar sobre a cópia em tinta da china, por possuir melhor leitura.

Este documento é da maior importância por nos apresentar, com um pouco mais de detalhe que a planta de 1700, o conjunto fortificado de Alcântara, onde se assinalam os baluartes das Necessidades (Baluarte do Livramento), o Baluarte do Sacramento e a cortina que os unia, interrompida apenas pela porta que dava acesso à Ponte de Alcântara.

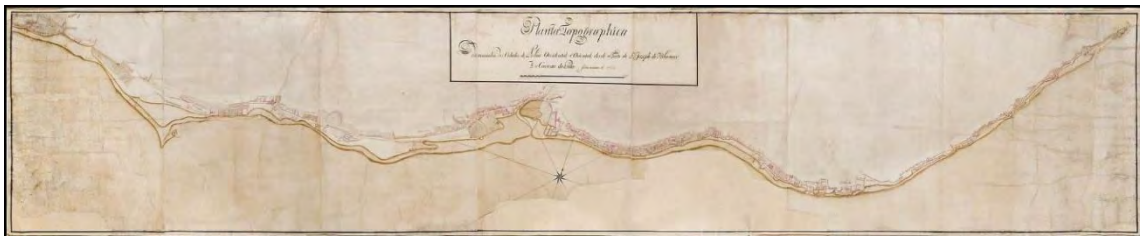


Figura 16 – "Planta Topographica da marinha das cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno qe 1727" da autoria de Carlos Mardel, depositada no Museu de Lisboa (MC.DES.1403).



Figura 17 – Pormenor da mesma planta de 1727 abrangendo a área de Alcântara MC.DES.1403.

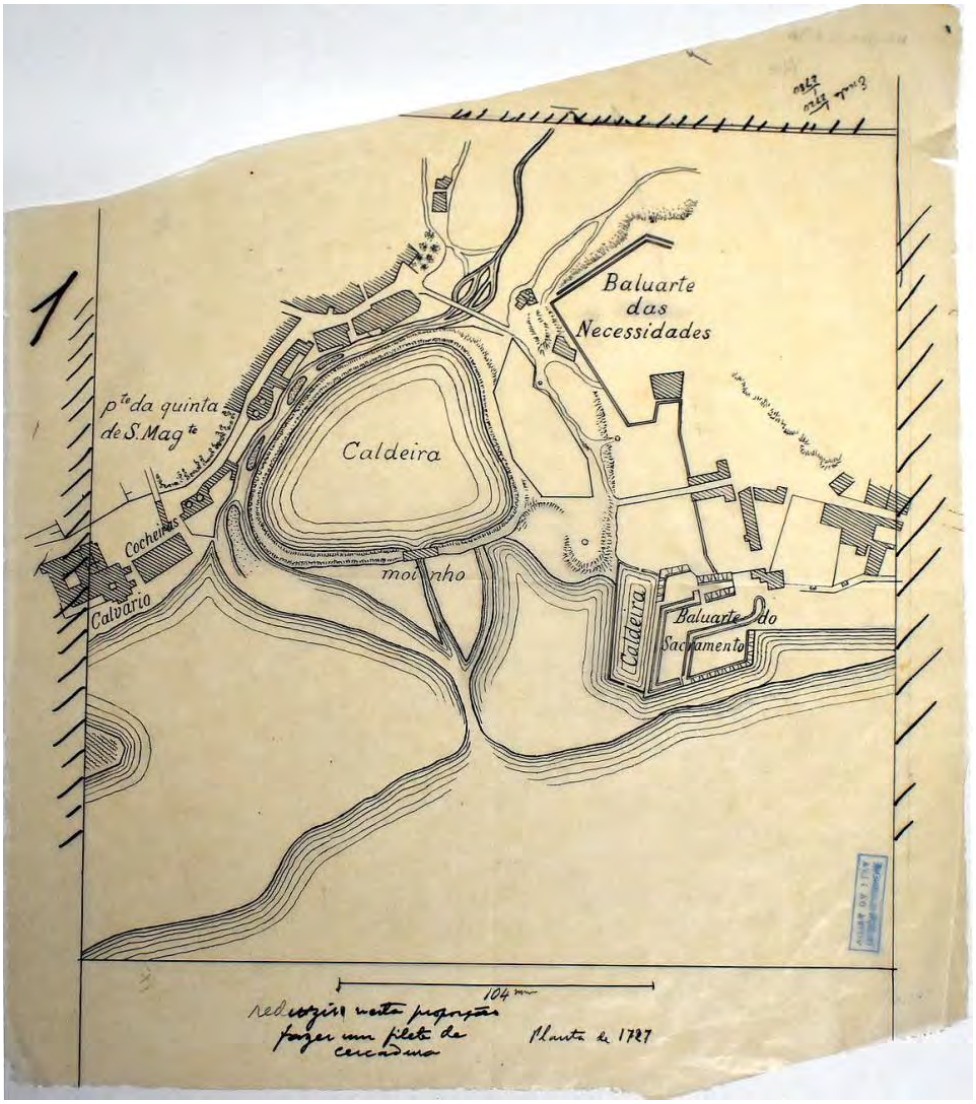


Figura 18 – Desenho (Doc. 21) que presumimos ser uma cópia de pormenor de Alcântara do desenho anterior (MC.DES.1403). Esta cópia a tinta da china (ML.DES.5396) encontra-se hoje no Museu de Lisboa e é a mesma que foi publicado por Augusto Vieira da Silva em 1942 (SILVA, 1942:79).

De meados do século XVIII (1745), a *"Planta topográfica do sítio de Nossa Senhora das Necessidades, ano de 1745"* – numa cópia de 1844 **(Doc. 22)** mostra, com mais detalhe, as mesmas estruturas, contendo agora a representação, no interior do baluarte, do Convento de Nossa Sra. do Livramento e, acima destes, o Convento das Necessidades. Sobre o conjunto da estrutura fortificada é de transcrever a descrição de Vieira da Silva

> *"O parapeito de terra da cortina da frente intermédia aos baluartes parece que tinha cêrca de 32 metros de largura, e o fôsso 19 metros de largura e 2 metros de profundidade.*
>
> *Este parapeito era atravessado ao meio e normalmente por uma poterna ou caminho coberto por abóbada, munida com portas em ambas as extremidades. Desta disposição resultou para a rua que fazia seguimento à poterna, e à que mais tarde se abriu no local desta, o nome de rua do Arco a Alcântara, que ainda hoje conserva* (...) Em frente das portas existia um largo que se chamava praça das Armas ou de Alcântara, que é, desde agosto de 1911, a praça da Armada." (SILVA, 1942: 86)

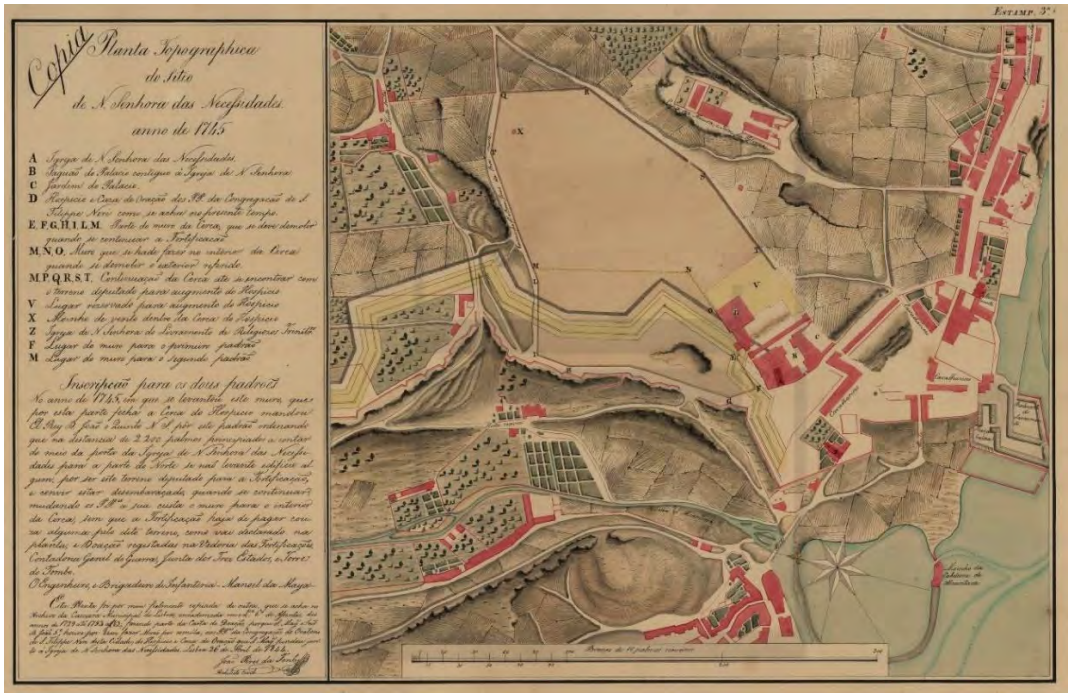


Figura 19 – João Pires da Fonte – "*Planta topográfica do sítio de Nossa Senhora das Necessidades", 1745*. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 211. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00211 (Doc. 22).



Figura 20 – Pormenor da mesma planta de 1745 [Doc. 22] orientada a norte (sobre Google Earth), onde marcamos (a vermelho) o conjunto da estrutura fortificada. A norte, observamos o Baluarte do Livramento com o Convento do Livramento no seu interior. Protegido pelo baluarte, mais a norte, vemos já representado o Convento das Necessidades. Ao lado do baluarte, assinalamos (a amarelo), a Ponte de Alcântara. Para sul estendia-se a cortina que unia os baluartes, com a sua porta, e o Baluarte do Sacramento.



Figura 21 – Fotografia aérea atual (Google Earth) onde se assinala, com base na sobreposição da planta de 1745, a estrutura fortificada (a amarelo), a ponte (a verde) e a "*caldeira*" do moinho de maré outrora existente (a azul).

Data de 1756 um mapa colorido acompanhado do respetivo desenho das margens ribeirinhas. Trata-se do "*Plan du port de Lisbonne et des costes voisines*", da autoria de Jacques Nicolas Bellin (**Doc. 24**)[23] publicada em Paris. Nesta planta, Lisboa encontra-se rodeada de uma muralha que se estende até à Ponte de Alcântara, à esquerda da qual se explica que a cidade havia sido atingida por um forte tremor de terra no 1° de Novembro de 1755.



Figura 22 – Extrato da planta de Bellin de 1756 (Doc. 24).

É de realçar também a representação da cidade, em particular de Alcântara, numa imagem graciosa onde reconhecemos o Convento das Necessidades com a sua cerca, à esquerda do qual

[23] Coleção digital da Biblioteca Geral Digital da Universidade de Coimbra, NC-908.

se estende uma cortina de muralhas ligada ao Baluarte do Livramento, debruçado sobre a ponte. Distingue-se ainda, a continuação da cortina para sul e a sua porta. Malgrado as informações que a imagem nos possa dar, é de ressalvar o caráter fantasioso da imagem, patente na representação da ponte com 10 arcos, na falta de rigor na representação do Baluarte do Sacramento e na inexistência de representação do Convento do Livramento.



Figura 23 – Extrato do desenho da parte superior da planta de Bellin de 1756 (Doc. 24).

Em **1763 (Doc. 25)** João Batista de Castro[24] descreve o estado da construção dos baluartes na sua época (séc. XVIII – 1763), sendo o seu relato a primeira fonte escrita detalhada que descreve a nova fortificação (CONCEIÇÃO 2015: 182).

> *(...) e porque como a circumvallaçaõ que se tomou, era grande, e eles sejaõ as partes proncipaes da defensa, e por isso se tratou logo de fabricar a mayor parte deles, a qual está feita, por quanto as cortinas, ainda que se oferecesse occasiaõ de ataque, se poderiaõ levantar facilmente de terra, e formar de fachina huns parapeitos, que suprimissem a sua falta, e podessem unir, e communicarsse huns baluartes com outros.*
>
> *O primeiro baluarte he o chamado do **Sacramento**, cabeça de fortificação, e por isso se ordenou com duas batarias, alta, e baixa. Determinou-se logo o **baluarte colateral de Nossa Senhora do Livramento**, o qual por corresponder ao sitio de Alcantara, fez entrar a fortificação para dentro; e no meyo da cortina destes baluartes se fez a porta principal da Cidade, onde vem desembocar a estrada de Santo Amaro.(...) O dito baluarte de Nossa Senhora do Livramento se dispoz de tal sorte, que a Igreja da mesma Senhora ficasse dentro delle, e affim se abrio hum postigo na face do tal baluarte para serventia da Igreja. A mesma devoção observou o Senhor Rey D. Pedro II., o qual naõ consentio que o flanco do dito baluarte se continuasse mais para dentro, naõ obstante a grande defensa, que receberia disto a Praça: porque se se continuasse, faria damno à Igreja de Nossa Senhora das Necessidades.*[25] *(...) Na face do baluarte de Nossa*

[24] Descrição dos baluartes do Livramento e Sacramento e da cortina que os unia, em 1763, João Baptista de Castro na sua obra "Mappa de Portugal antigo e moderno"Tomo III, pág. 378-379.
[25] Por esta referência parece poder deduzir-se que, quando o baluarte se fez, já existiria Igreja das Necessidades, o que explicaria a sua representação no painel de azulejos de 1700 [Doc. 19].

Senhora das Necessidades, que olha para o rio de Alcantara, ***se aplicou por baixo della huma berma*** *por causa de assentar este baluarte sobre huma pedreira alta. Finalmente continuada a dita fortificação se procedeo com desenho da marinha até ir terminar no baluarte da Cruz da pedra, que também serve de cabeça à Praça"* (CASTRO 1763, III: 378-381)

2.3 ALTERAÇÕES DA ESTRUTURA FORTIFICADA NO SÉCULO XVIII

Numa outra planta existente na Torre do Tombo – "*Planta da nova freguezia do Snr. Jezus da Boa Morte*" (ANTT - PT/TT/CF/153, fl.7) **(Doc. 23)** - cuja data exata se desconhece mas que é atribuída a meados do século XVIII (1756 ? - 1768 ?) encontramos este mesmo conjunto, representando ainda intactos os baluartes, respetiva cortina de união (aqui ainda não cortada a cortina pela atual Rua Prior do Crato...) e porta. Destaca-se nesta planta a representação e legendagem das estruturas de caráter militar, concluindo-se que, em **meados do século XVIII,** se conjugavam as estruturas fortificadas e os edifícios civis com a progressiva urbanização da zona.



Figura 24 – Excerto de planta de meados do séc. XVIII (ANTT – PT/TT/CF/153, fl.7) (Doc.23) onde destacamos, a vermelho as estruturas de caráter militar: "1 – *Muro da antiga fortificação*", "*7 – Torre da Polvera*", "27 - *Praça de Armas*".

Neste documento encontramos, em planta, a muralha que acompanhava a encosta da ribeira de Alcântara (1) e que vemos representada no excerto do painel de azulejos de 1700. Observando

a envolvente do baluarte nota-se que a Calçada do Livramento, entre o baluarte e o palácio, já se encontra representada[26] e uma progressiva urbanização, por exemplo, com edificações junto ao Baluarte na Rua da Costa e Travessa do Livramento e com a formação dos quarteirões hoje localizados a sul da Rua Prior do Crato, como o circundado pelas atuais Rua Vieira da Silva e Rua Gilberto Rola. Este quarteirão, com uma forma aproximadamente triangular correspondente à atual, localizava-se mesmo junto à ponte, na altura ainda existente, e à Ribeira de Alcântara, já em caneiro, que mais tarde viria a ser coberto e sob o qual se construiria a atual Rua João de Oliveira Miguens. Do lado sudeste do Palácio das Necessidades (B), nesta imagem representado logo abaixo deste, constroem-se edificações na Rua das Necessidades e Calçada das Necessidades.

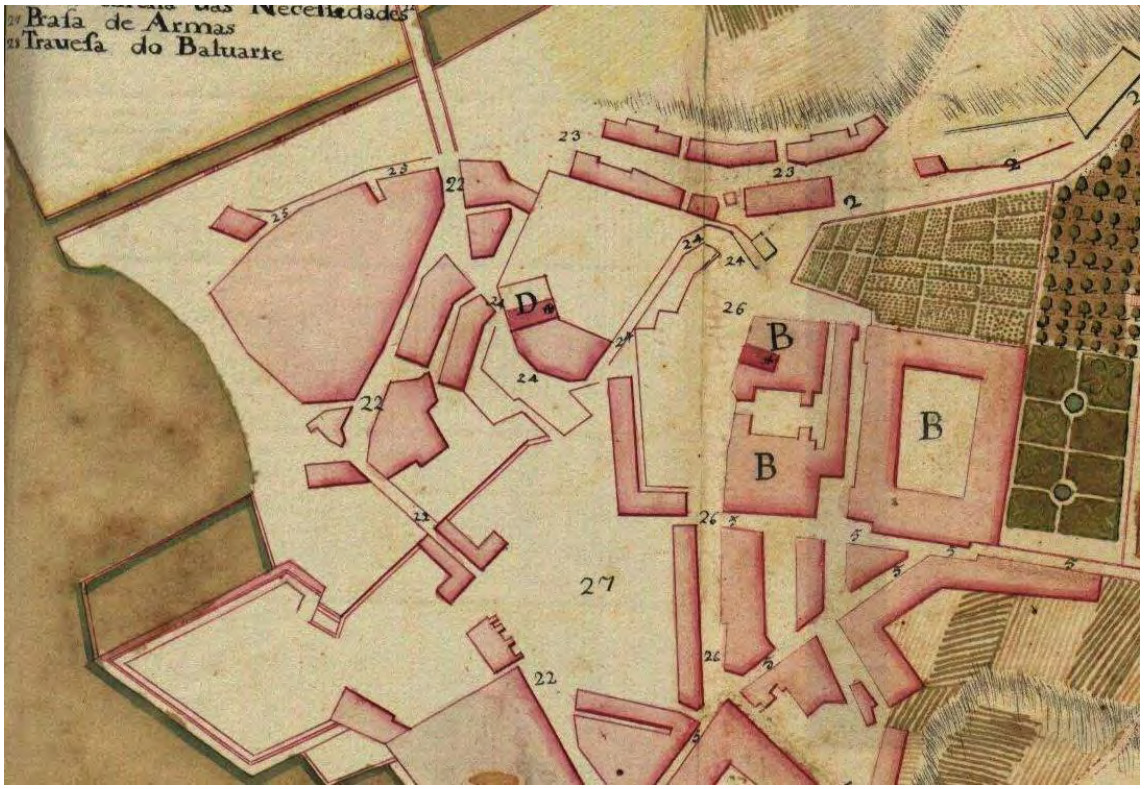


Figura 25 – Excerto da mesma planta no local dos baluartes (Doc.23).

Depois desta planta existe outro documento cartográfico existente no Museu de Lisboa, datado de 1756[27] que optamos por não apresentar no apêndice documental[28]. Através dela, percebemos que em meados do século XVIII ter-se-iam dado duas alterações significativas: a abertura da atua Rua Prior do Crato, que cortou a cortina, e a abertura da Calçada do Livramento que obrigou a construção de um muro de contenção de terras delimitando fechando o baluarte a nordeste e separando-o do Convento das Necessidades. Também por esta altura se teria construído o muro de contenção sobre o qual se ergue o Miradouro do Palácio das Necessidades.

[26] Esta calçada aparece pela primeira vez representada na planta 1757 (MC.DES.0982). Ver ficha de EP 001d.
[27] MAIA, Manuel da; OLIVEIRA, Filipe Rodrigues de - Planta Que comprehende os Terrenos das partes contiguas de Lisboa desde o Largo do Convento do Rato, (...) de 06/04/1756. Museu de Lisboa, MC.DES.0982. Disponível em: https://acervo.museudelisboa.pt/ficha.aspx?id=3743&ns=216000&Lang=po&museu=2&c=inicio&IPR=3227

[28] Por nos parecer que não acrescenta nada de relevante relativamente à estrutura fortificada, quando comparada com a planta de 1745, e dada a fraca qualidade da cópia digital disponível online.



Figura 26 – Excerto da planta de 1756 (Museu de Lisboa, MC.DES.0982).

Também de acordo com Vieira da Silva, **no terceiro quartel do século XVIII o Baluarte do Livramento foi cortado para a abertura da Rua Prior do Crato** (então chamada de Rua Direita do Livramento) (SILVA 1942: 82)[29]. De facto, se comparamos a planta de 1745 [Doc. 22] com a **planta de 1780 (Doc. 26)** (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/456/10) verificamos que a área do baluarte se viu se viu significativamente reduzida, tendo-se amputado a parte sul do mesmo e ficando a fachada da Igreja[30] do Livramento alinhada com este arruamento. Por esta altura, a cortina que ligava o Baluarte do Livramento até à antiga porta foi demolida, preservando-se, no entanto, o seu troço sul até ao Baluarte do Sacramento. A abertura desta rua parece ter obedecido a uma intenção de unir a ponte ao centro da cidade, de forma retilínea, anulando a função da antiga estrutura defensiva e respetiva porta. A planta de Milcent de 1785[31] **(Doc. 27)** representa sensivelmente a mesma realidade, sendo no entanto de notar a referência à Praça de Alcântara, legenda correspondente à Letra *A*.

É de notar uma incoerência entre a planta a de 1756-58 [Doc. 23] acima apresentada e a de 1780 [Doc. 26]. É que, se por um lado, a primeira parece anterior, uma vez que ainda não se encontra aberta a atual Rua do Prior do Crato, por outro lado parece posterior pois já se encontram representados edifícios junto às muralhas noroeste e sudoeste do baluarte. Tal facto pode dever-se, ou à falta de rigor da planta de 1780, ou à demolição desses edifícios e posterior reconstrução, já que eles aparecerão representados na planta de Duarte Fava, como veremos.

[29] Como vimos atrás esta rua já se encontra representada na planta de 1756.
[30] Correspondente atualmente ao edifício da Caixa Geral de Depósitos situado na Rua Prior do Crato, 68-72
[31] Milcent, Fran[cisco] D. – Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 / Fran[cisco]. Cota do exemplar digitalizado: CC-599-V. Disponível em: https://purl.pt/30666



Figura 27 – Extrato da Planta de 1780 (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/456/10) (Doc. 26).



Figura 28 – Extrato de Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 de Milcent (Doc.27).

No início do século XIX, a planta de Duarte Fava[32] (1808-1832) (Doc. 28), produzida já no quadro das invasões francesas, revela que o conjunto fortificado continuava a perder estruturas, tendo entretanto desaparecido o troço sul da cortina que ligava a antiga porta ao baluarte do Sacramento. No entanto, este ainda se preservava. No que diz respeito ao Baluarte do Livramento, nesta planta (Doc. 28), a sua configuração mantinha-se, embora agora com várias construções adossadas às suas muralhas noroeste e sudoeste.



Figura 29 – Extrato da planta de Duarte Fava (1808-1832) (Doc. 28).



Figura 30 – Pormenor do Baluarte do Livramento em extrato da planta de Duarte Fava (1808-1832) (Doc. 28).

[32] BND, d-153-r.Disponível em: http://purl.pt/24997

2.4 ALTERAÇÕES POSTERIORES

De acordo com Laura Trindade e Dias Diogo "*Em 1809, no quadro das Invasões Francesas e por determinação da Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra, é elaborado em manuscrito, um Plano de defesa da Cidade de Lisboa onde se escreve "(...) disputar a chegada do inimigo Á Ribeira d'Alcantara; que enquanto a mim, he onde se deve começar eficazmente a defesa da Linha por este lado, desde os Baluartes d'Alfarrobeira e Livramento, servindo-nos d'alguns restos da antiga fortificação que existe pelas alturas sobranceiras á mesma Ribeira, d'esde o Livramento ate ao Arco do Carvalhão e Quinta de Jose de Seabra (...)". Este plano de defesa levaria a alterações na planta do Baluarte do Livramento, registadas nos Planos dos Reductos e Baterias da Linha de Defesa da Capital (Fig. 5), que aqui nos surge com uma traça muito próxima da que encontrámos durante a nossa intervenção.* (TRINDADE e DIOGO 2001: 128)

A. M. Dias Diogo foi responsável pelo acompanhamento arqueológico, realizado em 1994, da obra levada a cabo no interior do baluarte (Casa de Goa) e que correspondeu a uma intervenção muito profunda no local. Infelizmente os autores não chegaram a produzir o respetivo relatório mas publicaram um artigo[33] sobre os principais resultados.Os autores não referem a localização desta planta e as nossas pesquisas nos arquivos não produziram qualquer efeito, pelo que nos limitamos a reproduzir a ilustração apresentada neste artigo.

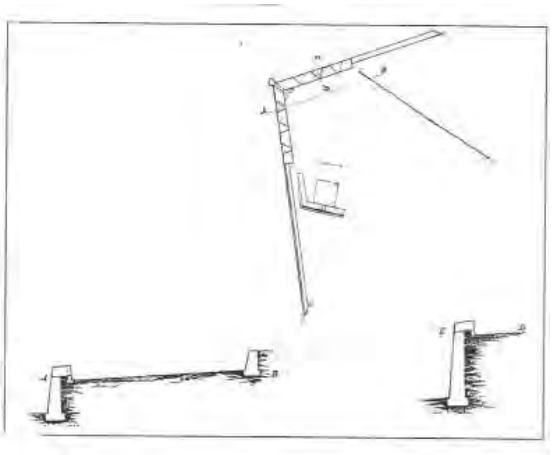


Fig. 5.

Planta do Baluarte do Livramento com as alterações do século XIX, segundo os *Planos dos Reductos e Baterias da Linha de Defesa da Capital*

Na verdade o documento que encontramos com aparente correspondência ao mencionado pelos autores (Doc. 29) (que não mencionam a cota) apenas se refere ao baluarte em estudo com as seguintes palavras" *que os primeiros pontos da Capital foram os que decorrem desde o Arco da Cruz da Pedra, Alto do* [*Sanjão*], *Sette Castellos, Penha de França, Arco do* [*Cego*], [...] *da* [*Pedreira*], *Alturas de Campolide, Alto do Carvalhão,* [*Sette*] *Moinhos, e toda* [...]*tenção onde se achão alguns* [restos] ***da antiga fortificação de Lisboa athe a Ponte d'Alcantara onde virá terminar a esquerda da Linha, em hum reducto q se acha quase na frente da Ponte***"

Este não parece ser o documento citado mas foi o único que encontramos tanto na pesquisa online como presencial. Através dele apenas ficamos a saber que nas vésperas das invasões francesas este era um ponto ativo integrado na estrutura militar da defesa da capital.

[33] TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias – Elementos para o estudo do Baluarte do Livramento em Lisboa. In Arqueologia e História, n° 53, pp. 125-133. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001

Também no contexto das **guerras civis portuguesas**, entre liberais e absolutistas que ocorreu entre 1832 e 1833, de acordo com os mesmos autores, o baluarte terá sido ocupado estando integrado "*Linha de Fortificação de 1833*"

> *"O Baluarte do Livramento integrou também as chamadas "Linhas de 1833",uma linha liberal de fortificações de vários tipos para a defesa de Lisboa, no quadro da Guerra Civil entre liberais e absolutistas.*
>
> *Sendo um projeto de José Feliciano da Silva Costa, foi implementado em cerca de um mês, aproveitando as estruturas defensivas já existentes. Estavam preparadas para 184 bocas de fogo[3].*

Um documento existente no Arquivo Histórico Militar[34] e cuja versão impressa[35] **[Doc. 31]**, no respeitante ao local em estudo, apresentamos no apêndice documental, atesta a localização desta linha de defesa junto à ponte de Alcântara fazendo referência às estruturas defensivas existentes nas imediações, de uma forma geral e em concreto mencionando o Baluarte da Alfarrobeira (ou do Sacramento). É de supor, embora não seja expressamente mencionado, a utilização do Baluarte do Livramento, dada a sua localização sobranceira à ponte, quando se menciona "*Na Cerca do antigo Convento do Livramento , fechada por muralhas do Recinto da Cidade, de que apenas restam alguns vestigios, se estabeleceu huma Bateria de quatro Peças, as quaes, a Cavalleiro da Ponte, a defendiam á queima-roupa.*"

Na planta cidade de Lisboa e de Belém: publicada em Londres e copiada em Lisboa em 1837 **(Doc.30)**, encontramos o baluarte do Livramento com uma representação muito esquemática do muro noroeste e sudoeste do baluarte onde se encontra escrito "*D. João 1650*".



Figura 31 – Excerto da "*Planta da cidade de Lisboa e de Belém: publicada em Londres e copiada em Lisboa em 1837*" (Doc. 30).[36]

[34] *Memória histórico-descritiva das linhas que cobriram Lisboa em 1833*, Cota: Misc. 2941-XVIII. Código de referência: PT/AHM/FE/BB/BIBLIOTECA/00593. Registo disponível em: https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=278908
[35] SA, Memoria historicò-descriptiva das linhas que cubriram Lisboa em 1833 / redigida, d'ordem superior, em 1837 por hum official do Corpo d'Engenheiros do Exercito de Portugal. Typ. Nacional, 1840. Disponível em Biblioteca da Assembleia da República: https://catalogobib.parlamento.pt:82/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=68192&img=432~
[36] *Planta da cidade de Lisboa e de Belém: publicada em Londres e copiada em Lisboa em 1837.* Biblioteca Nacional Digital, Cota do exemplar digitalizado: CC-293-R.Disponível em: https://purl.pt/22205

Uma interessante planta de 1844 representando o Palácio das Necessidades[37] **[Doc. 32]** pode conter a representação das estruturas descobertas em 1994 e identificadas como "*reduto filipino*" por Laura Trindade e Dias Diogo (TRINDADE e DIOGO 1994). No excerto que apresentamos abaixo, existe uma linha sensivelmente com orientação sudoeste-nordeste. Abaixo desta linha encontra-se o nº 51 com a legenda "*Baluarte das Necessidades*", acima desta linha o nº 52 com a legenda "*fortificações modernas*". Depreendemos desta legenda que a parte superior corresponde a uma ampliação ou remodelação do espaço fortificado, numa segunda fase, mais próxima da data da produção do mapa, pelo que o seu autor as designaria por "modernas". O alinhamento parece ter sensivelmente a mesma orientação do desenho apresentado pelos autores[38]. No entanto, a estrutura arqueológica formava um cunhal, algo que a ter existido, já não estaria representado nesta planta... Em suma, a julgar por esta planta, parecer-nos-ia que em 1844 ainda não estaria definida a "*bateria superior*" (de planta triangular) e que a plataforma intermédia seria mais curta cingindo-se à área junto às duas canhoeiras (representadas também na planta de 1856-58 e de 1884). No entanto, como veremos no capítulo relativo às estruturas remanescentes, uma intervenção arqueológica realizada em 2016-2017, no espaço da antiga "bateria superior", colocou a descoberto uma muralha que dividida as duas baterias e que foi interpretada como fazendo parte do baluarte de meados do século XVI.

Comparando esta planta com a de 1856-58 de Filipe Folque[39] **(Doc. 33)** verificamos que já se encontra representada a muralha que separava as duas baterias. Parece também, comparando com a planta anterior que a plataforma intermédia teria sido ampliada para sul e que, no seu limite, uma estrutura mais espessa define a área subterrânea interpretada por Laura Trindade e Dias Diogo como paiol[40].



Figura 32 – Excerto da planta de 1844 **[Doc. 32]**.

[37] Carta iconográfica do Real Palácio das Necessidades e das suas pertenças, 1844. ANTT - Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 215.
[38] Esta planta de 1844 [Doc. 32] denota uma falta de rigor quando a tentamos sobrepor com a de 1856-58 [Doc. 33] e de 1844 [Doc. 34], por esse motivo é natural que as tentativas sobreposições com a planta de Dias Diogo também não tenham sido conclusivas. É de destacar apenas o facto de na legenda se distinguir o nº 51 e 52.
[39] Planta 47 da Carta Topográfica de Lisboa e seus arredores, 1856/1858 de Filipe Folque.
[40] Acerca desta estrutura e sua interpretação ver capítulo seguinte relativo às estruturas remanescentes.

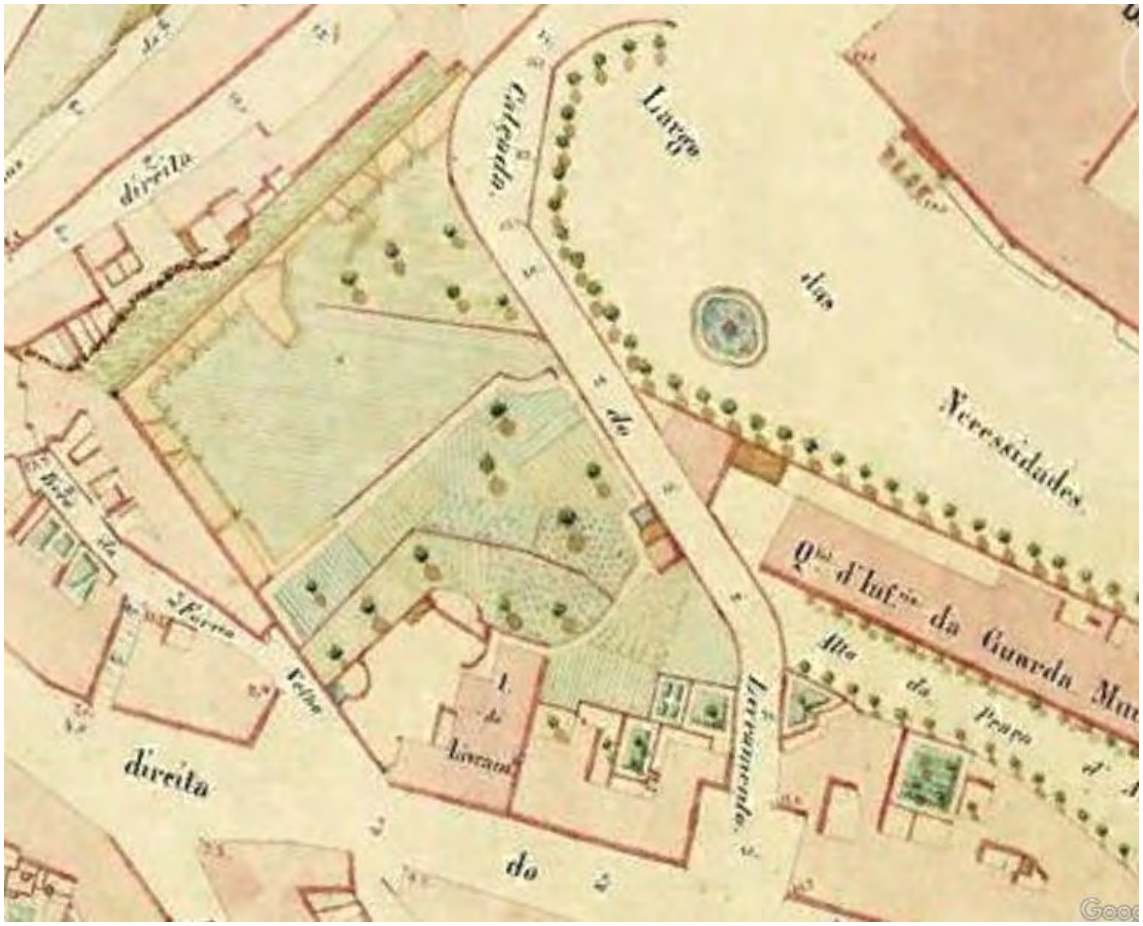


Figura 33 – Excerto da planta de 1856-58 **[Doc. 33]**.

A planta de Filipe Folque apresenta com rigor o baluarte com a "bateria superior" e "bateria inferior" e as suas canhoeiras, com as suas muralhas noroeste e sudoeste. Nota-se já um extenso conjunto de edifícios em torno destes muros do baluarte, designadamente da Rua da Costa e Travessa do Livramento. No interior do baluarte ainda não existiam construções.

Data de 1884 um importante documento existente no Arquivo Histórico Militar composto por uma planta e memória descritiva **[Doc. 34]**[41]

[41] Documento consultado, transcrito e cedido por Fernando Real. "TOMBO DO FORTE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (Comissão do Tombo de todas as propriedades do Ministério da Guerra, Quartel em Lisboa, 1ª Divisão Militar) pelo Major de Engenharia Henrique dos Santos Rosa. AHM – Arquivo Histórico Militar, Processo N.º S/N.º. Prédio Militar N.º 196 – Lisboa. Forte de Nossa Senhora do Livramento. Lisboa: Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares. 4.ª Repartição – Património

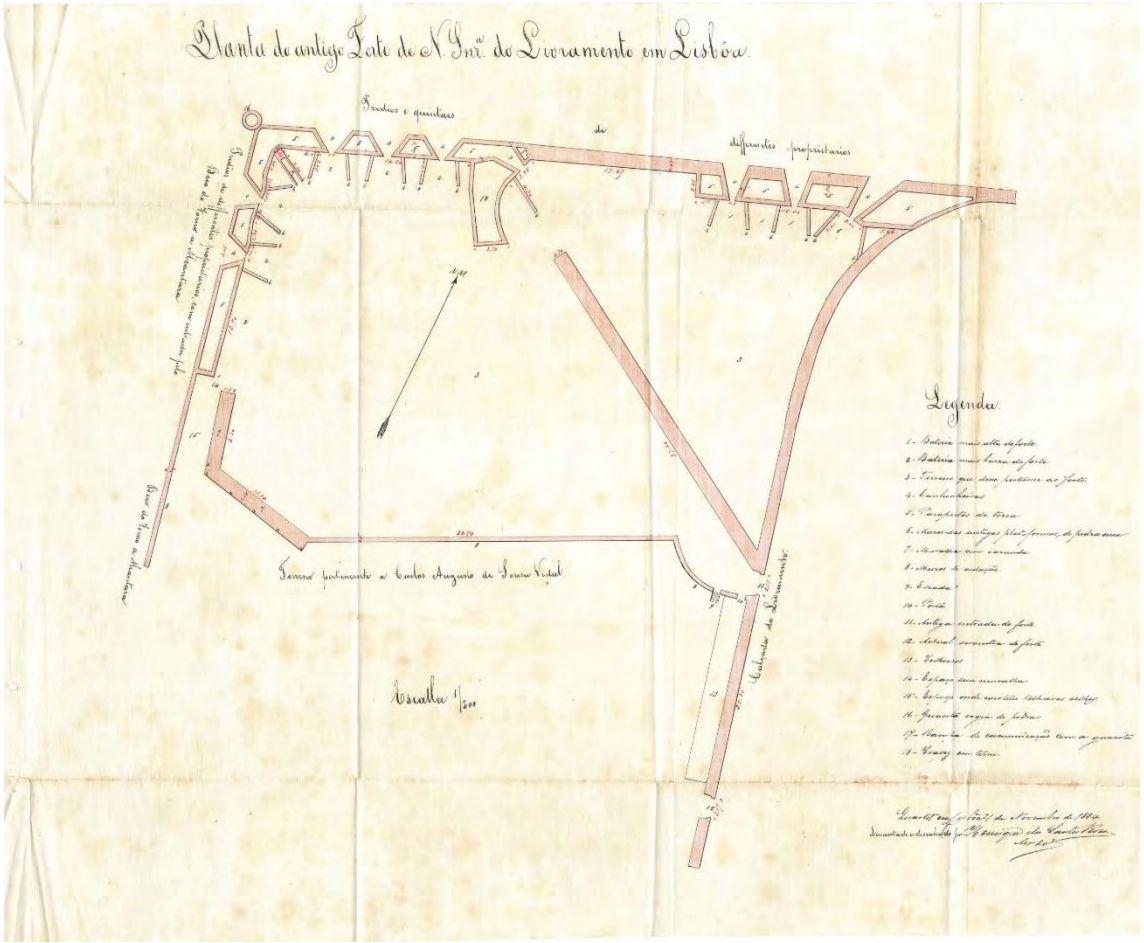


Figura 34 – Planta do Tombo do Forte de Nossa Senhora do Livramento [Doc. 34].

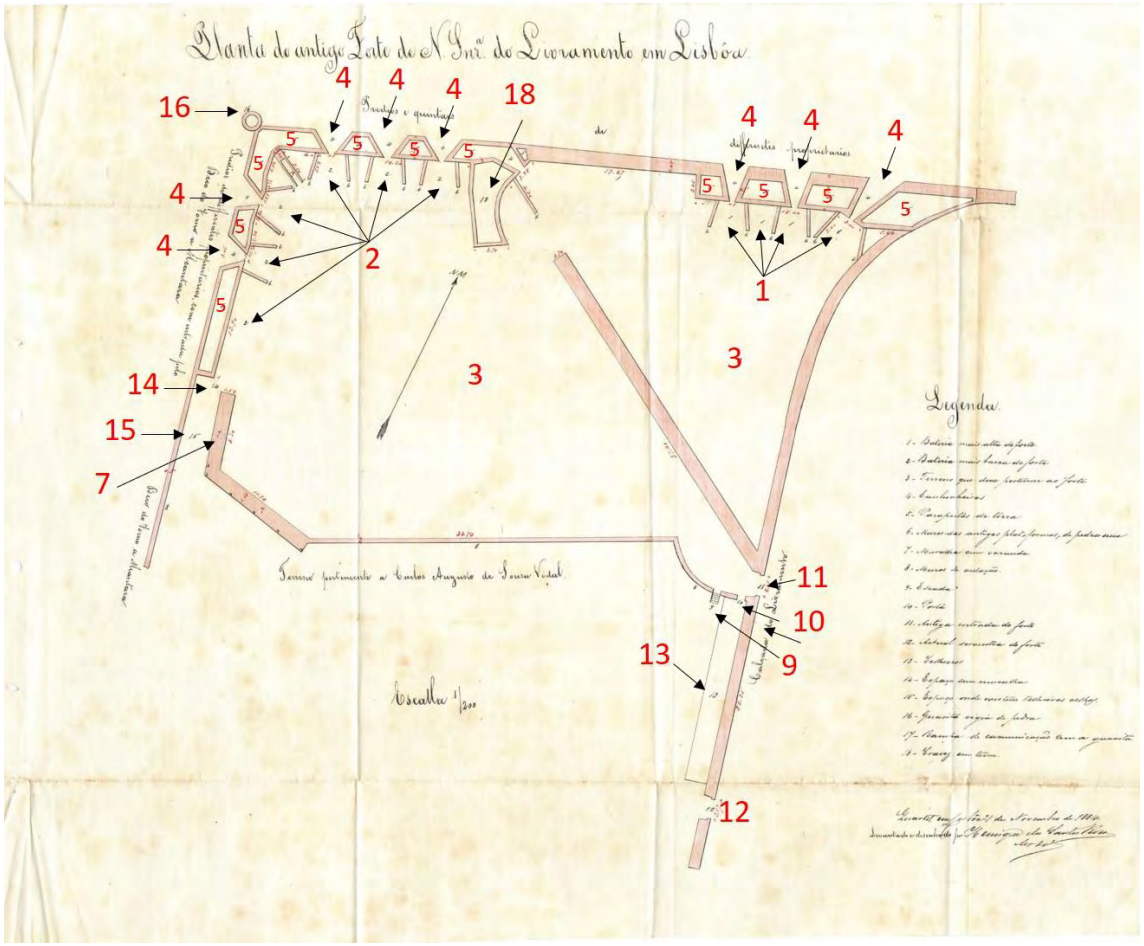


Figura 35 – Legenda: 1 – Bateria mais alta do forte, 2 – Bateria mais baixa do forte, 3 – Terreno que deve pertencer ao forte, 4 – Canhoneiras, 5 – Parapeitos de terra, 6 – Muros das antigas plataformas, de pedra seca, 7 – Muralha com varanda, 8 – Muros de vedação, 9 – Escada, 10 – Portão, 11 – Antiga entrada do forte, 12 – Atual serventia do forte, 13 – Telheiros, 14 – Espaço sem muralha, 15 – Espaço onde existem telheiros velhos, 16 – Guarita vigia de pedra, 17 – Rampa de comunicação com a guarita 18 – Travez[42] em terra.

Esta planta constitui um importante testemunho do baluarte e é acompanhada de uma memória descritiva[43] da autoria do Major de Engenharia Henrique dos Santos Rosa. Destacamos as seguintes informações que podemos retirar da análise da planta e do texto:

- O autor refere-se que considera mais apropriado chamar "*bateria*" a este conjunto: "*antiga obra de fortificação inapropriadamente denominada forte de N. Sr.ª do Livramento, e que com mais critério se deveria chamar Bateria de N. Sr.ª do Livramento*"
- A área da antiga fortificação encontra-se agora dividida em três patamares sendo apenas os dois superiores pertencentes ao "*forte*". No inferior assinala-se "*Carlos Augusto de Sousa Vidal*"
- A cada um desses patamares corresponde uma bateria (conjunto de canhoeiras).As canhoeiras dispostas no topo alçado noroeste da muralha serviam para defesa do vale de

[42] Definição de "*Través. Pequeno obstáculo colocado transversalmente no caminho coberto, para ir detendo o inimigo e evitar o fogo enfiado, se ele ocupasse parte desse caminho.*" (NUNES, 2005, p. 242, citado por MONTEIRO 2022: 6)
[43] Documento integral e respetiva transcrição no apêndice documental, Doc. 34.

Alcântara enquanto as dispostas no topo do alçado sudeste serviam para defesa das margens do Tejo: "*Esta obra compõe-se de duas baterias, uma superior com quatro canhoeiras*[44]*, outra inferior com cinco canhoeiras. As canhoeiras da bateria superior batem o Vale d' Alcântara assim como três da inferior, batendo as restantes duas da bateria inferior o rio Tejo, e sua margem direita n' aquela paragem.*"

- Localização do "*travéz*": "*Entre as duas baterias existe um travéz que no desenho está marcado com o N° 18.*"
- Localização da guarita e respetivo acesso: "*No ângulo formado pelas duas faces da bateria inferior existe uma guarita vigia de pedra (16) cuja serventia se faz por uma passagem sobre o terrapleno da bateria servida pela rampa (17).*"
- Descrição geral: localização das duas baterias correspondentes a dois patamares – triangular e pentagonal – muros de sustentação de terras e portas: "*Entre o espaço triangular da bateria superior e o pentagonal da inferior há uma longa e extensa muralha destinada à sustentação das terras do terrapleno superior; o espaço pentagonal da Bateria inferior é fechado ao sul por uma muralha em ângulo (7) sendo uma varanda e por um muro de vedação (8) que termina n'uma espécie de meia laranja na qual existe o antigo portão do forte (11) e a escada (9).*
Entre o ramo oeste da muralha (7) e a ponta oeste da Bateria inferior há um espaço (14) onde não contem vestígio algum da muralha."
- Explicação do correspondente ao n° 5: "*Entre as canhoeiras das baterias, o parapeito do espaldão é formado d' um núcleo de terra sustentado por pequenos muros. Estes núcleos de terra estão marcados com o n° 5.*"
- O major conclui que se trata de uma fortificação abandonada – "*Pelo abandono em que se tem achado está bastante arruinada, não se podendo, contudo, ainda considerar o seu estado como de completa ruína*" – mas que poderá ainda ser útil, "*principalmente porque domina perfeitamente a estação de uma linha férrea de Torres Vedras, assim como uma parte da linha, podendo vir a ser conveniente o estabelecimento de uma bateria naquele ponto*"

[44] No desenho apenas observamos três

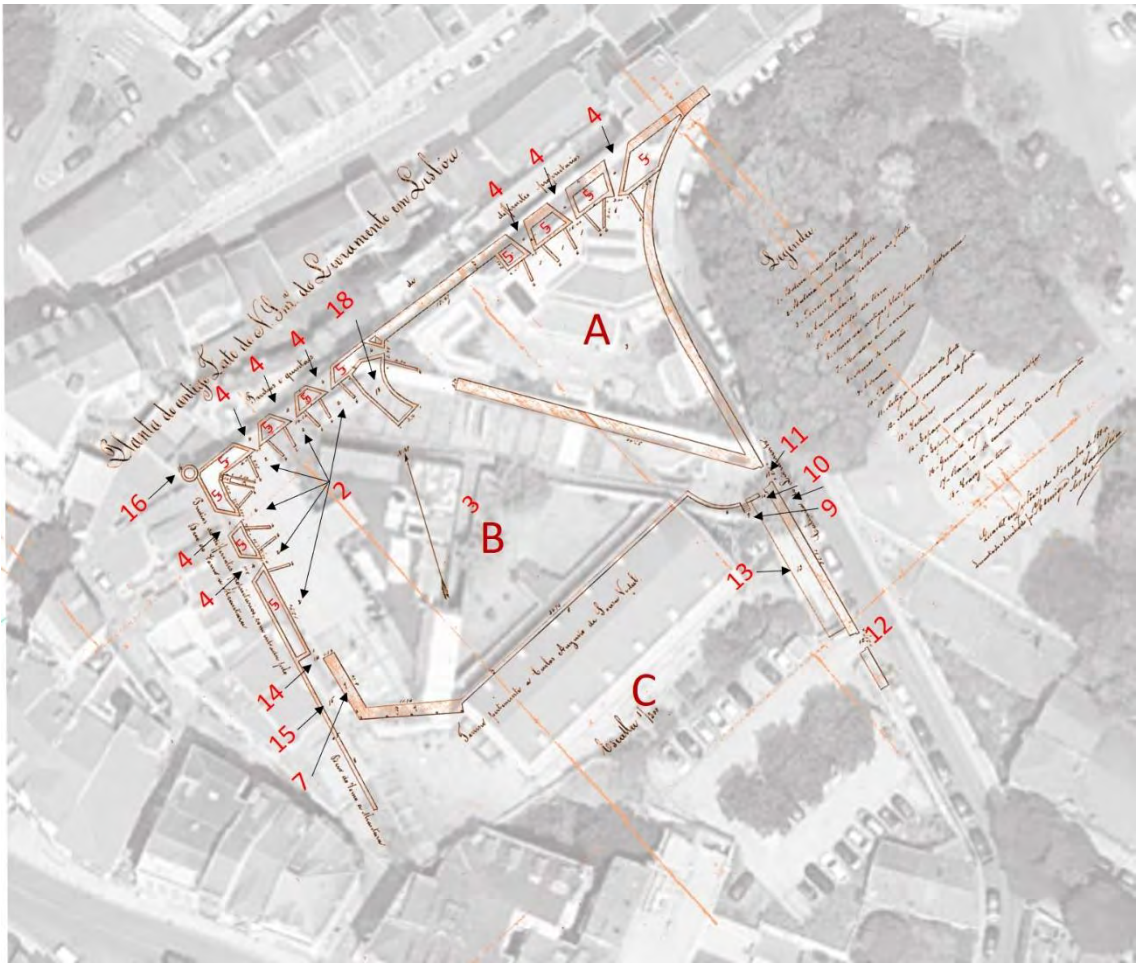


Figura 36 – Sobreposição da planta de 1884 com ortofoto atual (Googe Earth). A área assinalada com a letra A corresponde à bateria superior, com planta triangular, profundamente alterada em 2016–2017 e onde apareceram alinhamentos anteriores à fortificação de 165045. As áreas B e C correspondem à atual área de intervenção, sendo a B correspondente à "bateria inferior" (assim referida na memória descritiva da planta) e a C a terreno particular (em 1884, mas anteriormente incluído no baluarte). A estrutura 7 e a rampa 15 são interpretadas por Laura Trindade e Dias Diogo como paiol e rampa de acesso. Esta construção subterrânea foi demolida nas obras de 1994 tendo-se apenas conservado a parede sul e respetiva porta (EP001i)46. Os muros noroeste (EP001a) e sudeste (EP001c), onde se localizavam as canhoeiras (4) ainda se conservam, bem como a guarita (16) (EP001b). Conservam-se ainda o muro que separava a bateria superior da inferior (entre A e B) (EP001f), o muro que separava o forte dos terrenos particulares (entre B e C, onde atualmente se localiza a "Casa de Goa" e antiga vila operária), o muro nordeste (EP001d) (edificado aquando da abertura da Calçada do Livramento) e respetivas portas.

A partir de 1834, de acordo com Vieira da Silva todo este terreno foi alienado. Em 1884, como vimos a área abaixo da bateria inferior, onde viria a ser construída a vila operária, já se encontrava nas mãos de um privado "*Carlos Augusto de Sousa Vidal*".

A julgar pelas plantas de análise da cartografia histórica, a partir do início do século XX uma série de construções começam a surgir no interior do antigo baluarte notando-se que em 1910 já se encontram construídas edificações adossadas à muralha transversal e sudoeste, bem como no local onde se viria a construir o bairro operário dos Quintalinhos, edificado em 1918. Na bateria

[45] Ver capítulo seguinte "Estruturas remanescentes"
[46] Idem.

superior constrói-se também, na 1ª metade do seculo XX uma casa com jardim. Esta área viria a ser completamente remodelada em 1994-98 com a construção da casa de Goa, localizada na antiga bateria inferior e com a remodelação do antigo bairro operário (EP 138), neste caso alterando muito a sua fisionomia.

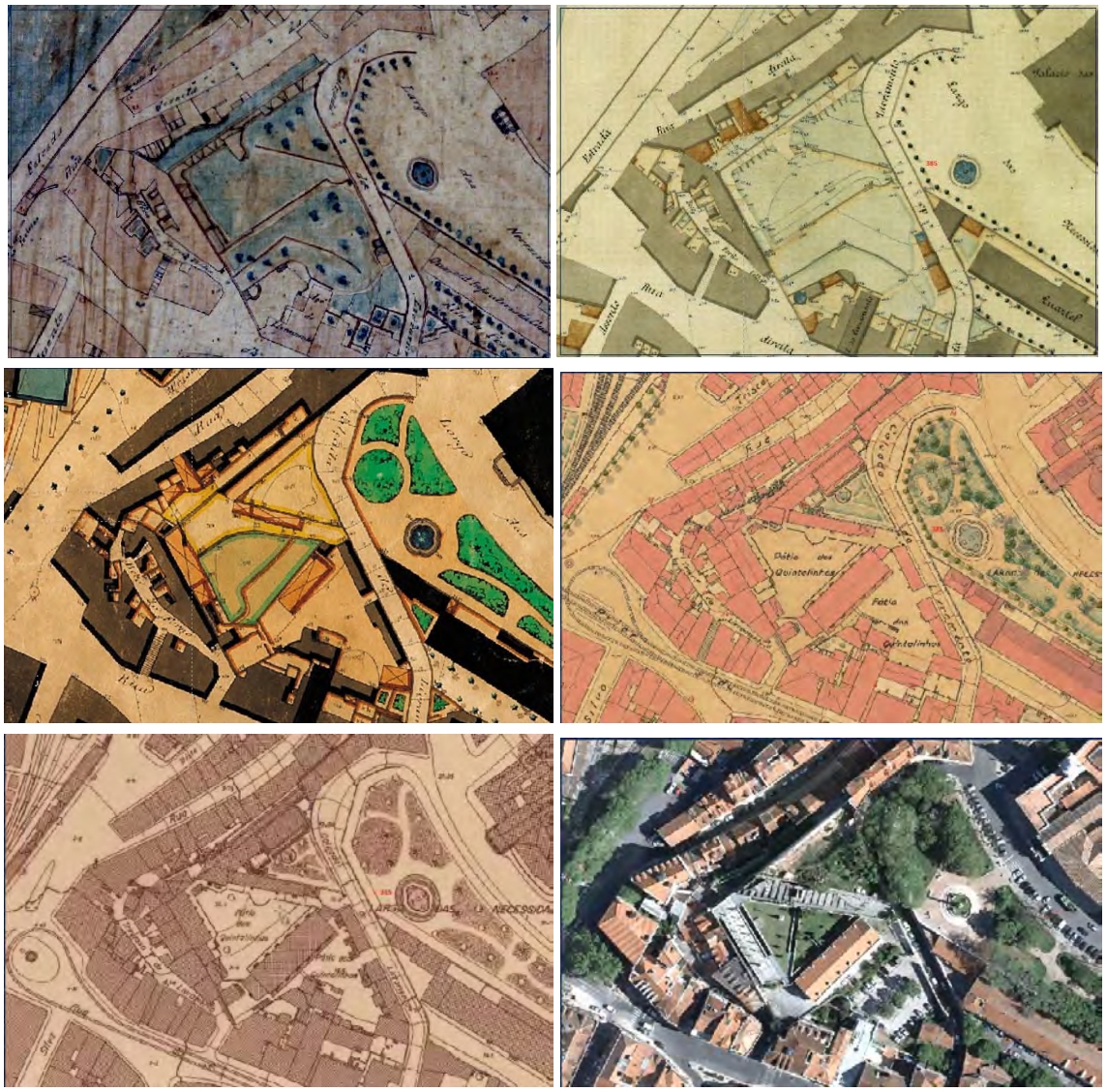


Figura 37, 38, 39, 40¸41 e 42 – Cartografia histórica da área do antigo baluarte de 1871, 1878, 1911, 1950, 1970 e 2016 (Lxi, cartografia histórica) onde se nota a progressiva ocupação do seu interior.

3 ESTRUTURAS REMANESCENTES

Entendemos por estruturas remanescentes todas as estruturas que se conservaram até finais do século XX, designadamente:

- as estruturas associadas ao baluarte que se conservam até aos dias de hoje, identificáveis à cota positiva e parcialmente ocultas pelo subsolo e por construções a elas adossadas;

- as estruturas colocadas a descoberto nos trabalhos arqueológicos levados a cabo no antigo Baluarte do Livramento em 1994-98 e em 2016-2018 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018; BARGÃO, FERREIRA, CONCEIÇÃO e PENISGA, 2023; TRINDADE & DIOGO, 2001), sobre as quais tomamos conhecimento através dos relatórios das intervenções arqueológicas e artigos / comunicações publicadas pelos seus autores.

Subdividimos as estruturas remanescentes por:

a) Antes do baluarte – Estruturas que embora possam estar associadas a uma estrutura fortificada, foram interpretadas como sendo de uma fase anterior a construção do baluarte moderno em 1650;
b) Baluarte do séc. XVII – Estruturas integradas no baluarte[47] edificado em meados do século XVII;
c) Alterações posteriores – Estruturas integradas no baluarte em fases posteriores, por alterações urbanísticas como a abertura da Calçada do Livramento ou adaptações da estrutura militar no contexto das invasões francesas (1809) ou guerra civil de 1932-34.



Fig. 43 – Ortofoto (Google Earth) do baluarte com estruturas remanescentes na área do projeto.

[47] Definição de "*Abaluartada. Fortificação adaptada à defesa contra armas de fogo, já desenvolvidas, que perdeu todas as características medievais e tem o baluarte como elemento caracterizante. As suas fortalezas são de muros baixos, espessos e em talude, com merlões e canhoneiras, [...]. A maior parte das fortificações abaluartadas existentes em Portugal foram construídas ou melhoradas em meados do séc. XVII (Guerra da Restauração), época em que algumas atingiram grande imponência e perfeição, [...].*" (NUNES, 2005, pp. 25-26, citado por MONTEIRO 2022:4)
Definição de "*Baluarte. Elemento caracterizante da fortificação abaluartada, de planta pentagonal irregular, que se destacava nos ângulos salientes de duas cortinas contíguas ou noutros pontos vulneráveis. Na planta de um baluarte definem-se três partes – a gola, os flancos e as faces. O baluarte acabou por ser um elemento onde a artilharia se concentrava no flanco, protegida ou não por um orelhão e era pela sua face que os ataques inimigos se conduziam. Alguns autores estabelecem diferença entre 'baluarte' e 'bastião'; todavia. As duas expressões são equivalentes, sendo a segunda um galicismo que se generalizou, a partir da preponderância na Europa da escola francesa, na época de Vauban. Duarte d'Armas e outros autores do início do séc. XVI, numa época em que a nova terminologia da fortificação abaluartada ainda não era muito clara, utilizam o termo baluarte para designar qualquer obra fortificada.*" (NUNES, 2005, p. 58, citado por MONTEIRO 2022:4)

3.1 ESTRUTURAS ANTERIORES AO BALUARTE DO SÉC. XVII

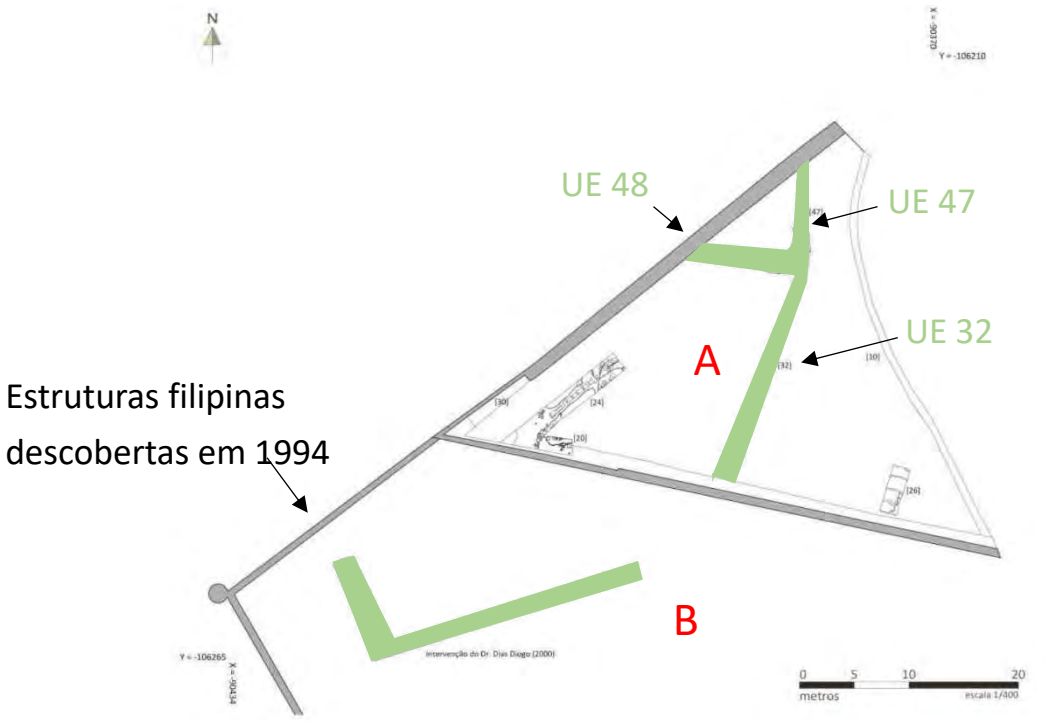
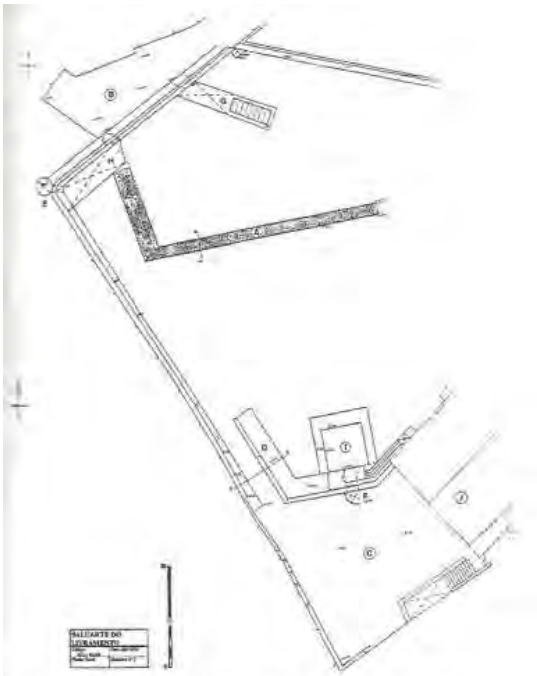


Figura 44 – Planta adaptada onde assinalamos a verde as estruturas anteriores à construção do baluarte em 1650, apresentada pelos autores da intervenção na bateria superior, com a seguinte legenda: "Implantação das estruturas identificadas em 2016-2017 em confronto [UE 32, 47 e 48] com as registadas na intervenção arqueológica de A. Dias Diogo, na década de 1990, na Casa de Goa: ausência de qualquer relação ou alinhamento" (BARGÃO, FERREIRA, CONCEIÇÃO e PENISGA, 2023).

No acompanhamento arqueológico da obra realizada em 1994-98 na "*bateria inferior*" **(B)** ficou a descoberto uma **estrutura em cunhal** (EP001g) que Dias Diogo e Laura Trindade interpretaram como "reduto filipino", atribuindo a sua cronologia a data anterior à construção do Baluarte em 1650: *"Sendo datada do período filipino e construída após 1625, a fortificação, que aqui publicamos, cujos vestígios encontrámos soterrados no terrapleno superior*[48] *do baluarte do Livramento terá de corresponder a um reduto do plano do Marquês de Inojoza, dominando a ponte de Alcântara."* (TRINDADE & DIOGO, 2003: 95).

[48] Dias Diogo chama plataforma superior a esta plataforma, por referência a outra existente mais abaixo e não levando em consideração nesta designação que o baluarte se estendia para norte onde tinha outra plataforma mais elevada.

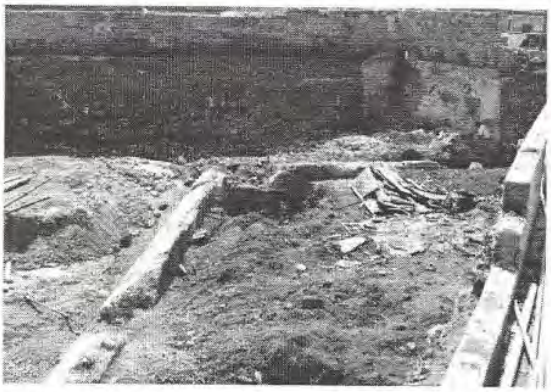


2. Planta do baluarte do Livramento. A – Muralha Filipina. B – Terrapleno Norte. C – Terrapleno Sul. D – Muralha Interna da Rampa. E – Guarita de Cunhal. F – Guarita do Paiol. G – Acesso ao Terrapleno Norte. H – Acesso à Guarita de Cunhal. I – Paiol. J – Vila Operária.

Figura 45 Ilustração apresentada por A.M. DIAS Diogo (TRINDADE & DIOGO 2003: 89) em que a mais escuro se representa a estrutura interpretada como "*reduto filipino*".

Esta estrutura é assim descrita por Laura Trindade e Dias Digo no seu artigo de 2003:

> *"Durante escavação mecânica do terrapleno superior do baluarte encontrámos vestígios pertencentes a uma fortificação mais antiga, que era desconhecida.*
>
> *Tinha o seu topo à cota máxima de 18,51m e encontrava-se já parcialmente demolido, apenas conservando parte das muralhas Oeste e Sul que formavam no cunhal, a Sudoeste, um ângulo de 97º. Construídas em alvenaria de pequenas e médias pedras argamassadas, estas muralhas encontravam-se revestidas comum reboco caiado de areia e cal. Tinham o coroamento biselado e eram escarpadas no ângulo flanqueado. O troço Sul, de direção SW/NE, conservava o comprimento de cerca de 24,70m e tinha a largura de* ***1,16m*** *no ângulo do biselado do parapeito. A muralha Oeste, de direção NNW/SSE e mais exposta aos ataques, tinha maior espessura, com* ***1,80*** *e conservava a extensão interna de 8,60m (Figs. 2A [planta] e 8). Embora este baluarte já não conservasse o pavimento do seu terrapleno, este encontrava-se marcado no reboco da face interna das muralhas, permitindo-nos determinar a altura do parapeito em cerca de 1,30m. A altura da muralha Sul atingia os 3,40m no troço Este, o único que nos foi possível desaterrar completamente e integrar no edifício do museu do sítio (Fig. 9)."* (TRINDADE e DIOGO, 2003: 94-95).



8. Vista geral, tirada de Este, das muralhas do baluarte filipino durante a intervenção.



9. Troço da muralha Sul do baluarte filipino integrado no museu.

Figura 46 e 47 – Imagens da estrutura filipina apresentadas por Laura Trindade e Dias Diogo (TRINDADE e DIOGO, 2003: 94).





Figura 48 e 49 – Vestígios conservados da estrutura filipina após a obra de 1994 (Fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Relativamente a estas estruturas, Mário Monteiro coloca uma nova hipótese, a de se tratar de um revelim, não excluindo, no entanto a hipótese de se tratar de uma estrutura anterior:

> *[13] e [14]. vestígios da fortificação filipina. Trata-se de uma interpretação plausível, mas não confirmada por qualquer fonte documental. Com os dados editados, poderá também associar-se a estrutura a um revelim com a função de proteger uma porta. A tipologia da estrutura encontrada coaduna-se com a descrição de um revelim. Estes não só eram erguidos no exterior, poderiam de igual modo ser construídos no interior da fortificação, como se observa nalguns dos principais fortes da Linha de Torres Vedras.*
>
> *Para além desta possibilidade, será de considerar também a possibilidade de ser uma estrutura do baluarte iniciado em 1652 condenada por uma restruturação do terrapleno, porque não quando o terrapleno deste é dividido em dois, o que a avaliar pelas plantas e cartografia consultadas, poderá ter acontecido no início do século XIX.* (MONTEIRO 2022: 31).

No acompanhamento arqueológico da obra realizada em 2016-18 na "*bateria superior*" **(A)** (Calçada do Livramento 19-19A, da responsabilidade de André Bargão, Elisabete Conceição e Inês Ferreira) descobriram-se também estruturas interpretadas como anteriores à construção do baluarte:

> *"Tendo em conta os dados recolhidos podemos observar quatro momentos construtivos distintos: um primeiro momento, caracterizado pelas estruturas [32], [47] e [48], cuja construção terá ocorrido entre 1625 e 1650; segundo momento, marcado pela construção do Baluarte do Livramento, iniciada em cerca de 1650 (...)"* [49]

A interpretação dos autores relativamente à funcionalidade das estruturas anteriores ao baluarte não é conclusiva (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018: 27). Os autores, em comunicação apresentada em 2023 (BARGÃO, FERREIRA, CONCEIÇÃO e PENISGA, 2023) colocam as seguintes hipóteses: "*tratar-se-iam de estruturas/embasamentos de superestruturas anteriores ao baluarte e não identificadas no mapa? Divisão de propriedade? Estruturas de contenção de terra considerando a elevada pendente?*". Apresentam também uma planta que ilustra o "não alinhamento" destas estruturas com as descobertas por Dias Diogo em 1994. Os materiais arqueológicos mais antigos, exumados nesta intervenção, remontam à primeira metade do século XVII (BARGÃO et. al, 2018: 32).

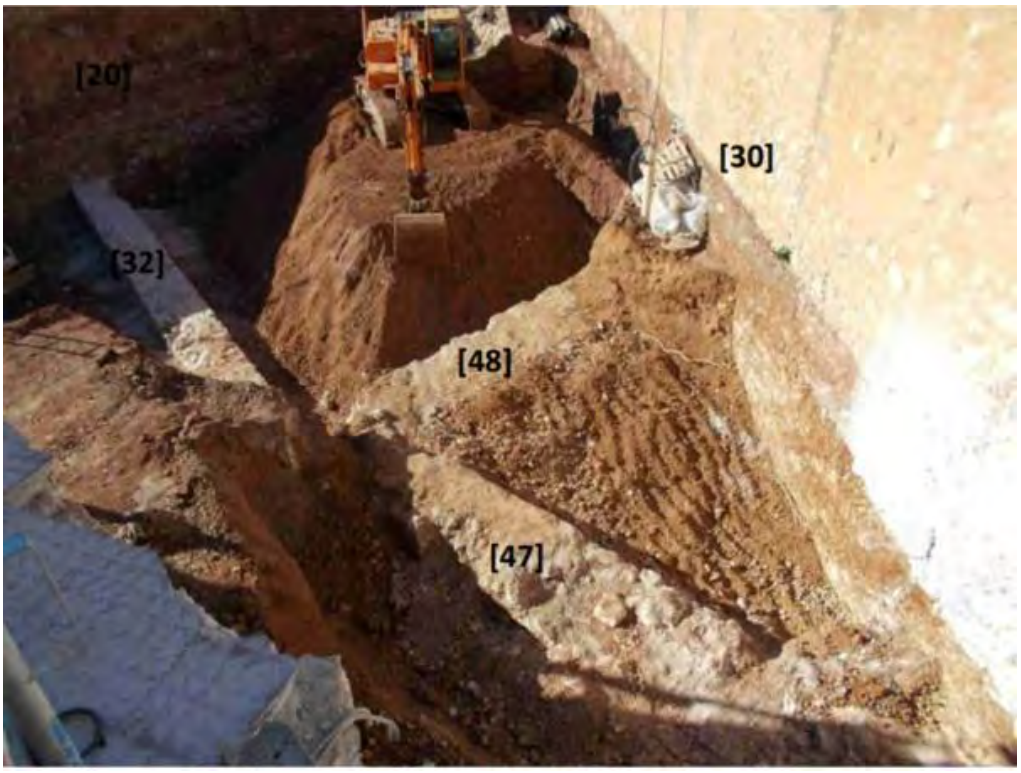


Figura 50 – Construções anteriores ao baluarte [32], [47] e [48] descobertas no acompanhamento realizado em 2018 na parte norte do antigo baluarte, situadas cronologicamente entre 1625 e 1650 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018: 27).

Relativamente a estas estruturas, Mário Monteiro tece as seguintes observações, referindo-se ao relatório preliminar desta intervenção:

> *(...) Esta interpretação merece-nos algumas reservas. No que concerne à questão do alinhamento, salvaguardando o carácter subjectivo que sempre preside a estas interpretações, parece-nos que se considerarmos o conjunto como uma antiga fortificação, não só são patentes correspondências em termos de planta, como se poderá reconhecer a possibilidade da estrutura [32] se poder prolongar para o*

[49] Portal do Arqueólogo, CNS 16218, Sondagem 2016

patamar onde se localiza a Casa de Goa, conectando-se com o muro Sul, da estrutura atribuída ao período filipino.

Acrescerá ainda a semelhança entre as alvenarias, perceptível a partir do registo fotográfico da estrutura [48] e da observação in loco do troço da estrutura preservado no piso -1 da Casa de Goa" (MONTEIRO 2022: 32-33).

Apresentamos de seguida alguns elementos de caracterização destas estruturas, bem como imagens que ilustram o seu aparelho e implantação[50]:

DESCRIÇÃO:

Aparelho composto por pedras, não afeiçoadas, de dimensão média e pequena, dispostas em fiadas horizontais, ligadas por argamassa de cal e areia. O seu topo é argamassado e nivelado.O alçado apresenta algum reboco, podendo observar-se ainda as faces dos elementos pétreos.

A argamassa é de tonalidade creme amarelado, com areia de grão médio.

Apresenta perfil sub rectangular.

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS:

COBRE:	[50]	COBERTA POR:	[20] [21] [39]
CORTA:		CORTADA POR:	
ENCHE:		CHEIA POR:	
INTEGRA:		INTEGRADA EM:	
ADOSSA A:	[48]	ADOSSADA POR:	[33] [40] [41]
EQUIVALENTE A:			

Figura 51 – Caracterização da UE 32 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018).

[50] Informação gentilmente cedida pela Ana Penisga (Clay Arqueologia)



Figura 52 – Alçado este da UE 32 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 53 – Alçado este da UE 32 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 54 – UE 32 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 55 – UE 32 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 56 – Alçado norte da muralha sul (UE 20) no encontro com a UE 32 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 57 – Pormenor do encontro da UE 32 com amuralha sul (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).

DESCRIÇÃO:

Aparelho composto por pedras, não afeiçoadas, de dimensão média e pequena, dispostas em fiadas horizontais, ligadas por argamassa de cal e areia. O seu topo é argamassado e nivelado.O alçado apresenta algum reboco, podendo observar-se ainda as faces dos elementos pétreos.

A argamassa é de tonalidade creme amarelado, com areia de grão médio.

Apresenta perfil sub rectangular.

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS:

COBRE:	[49] [50]	COBERTA POR:	[30] [39]
CORTA:		CORTADA POR:	
ENCHE:		CHEIA POR:	
INTEGRA:		INTEGRADA EM:	[48]
ADOSSA A:		ADOSSADA POR:	
EQUIVALENTE A:			

Figura 58 – Caracterização da UE 47 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018).



Figura 59 – UEs 47 e 48, alçados oeste e norte (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 60 – UEs 47 e 48 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 61 – UE 47, alçado oeste (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 62 – UE 47, alçado oeste (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 63 – UE 47, alçado este (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).

DESCRIÇÃO:

Aparelho composto por pedras, não afeiçoadas, de dimensão média e pequena, dispostas em fiadas horizontais, ligadas por argamassa de cal e areia. O seu topo é argamassado e nivelado. O alçado apresenta algum reboco, podendo observar-se ainda as faces dos elementos pétreos. A argamassa é de tonalidade creme amarelado, com areia de grão médio.

Apresenta três figuras em forma de cruz gravadas no alçado Norte. Apresenta perfil sub rectangular.

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS:

COBRE:	[49] [50]	COBERTA POR:	[30] [39]
CORTA:		CORTADA POR:	[51]
ENCHE:		CHEIA POR:	
INTEGRA:		INTEGRADA EM:	[47]
ADOSSA A:		ADOSSADA POR:	[32] [40]
EQUIVALENTE A:			

Figura 64 – Caracterização da UE 48 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018).



Figura 65 – Ues 32 e 48 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 66 – UE 48, alçado sul (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 67 – UE 48, alçado sul (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 68 – UE 48, alçado sul (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 69 – UE 48, alçado sul (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 70 – Ues 48 e 30 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 71 – UE 48, alçado norte, pormenor da argamassa (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 72 – UES 30 e 48 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 73 – Desmonte da UE 48 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).

Em síntese, relativamente a estas estruturas anteriores ao baluarte descobertas em 1994–98 e 2016–17 subsistem dúvidas relativamente à sua cronologia, funcionalidade e eventual relação entre as identificadas na bateria superior (A) e inferior (B). Apenas a futura escavação cuidadosa da área afeta ao túnel, com o eventual aparecimento de uma estrutura equivalente em que se proceda à identificação da sua vala de fundação e à recolha de espólio associado suscetível de contribuir para datações, poderá contribuir com novos dados. Será também fundamental a sua implantação rigorosa em planta topográfica que conjugue as mesmas com as descobertas anteriormente. O registo fotográfico minucioso do aparelho e

argamassas, a recolha e análise das argamassas e a sua comparação com a estrutura que ainda se preserva na Casa de Goa poderá também ser um contributo fundamental.

3.2 O BALUARTE DO SÉC. XVII

Na área feta ao projeto, do Baluarte do Livramento edificado em meado do século XVII (1650) conservam-se ainda à cota positiva:

- EP EP001a – Troço da muralha noroeste (que se estendia para a "bateria superior") equivalente a UE 30 da escavação de 2016-17 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018)
- EP EP001b – Guarita
- EP EP001b – Troço da muralha sudoeste (que se estendia para fora da área em estudo ligando à cortina dos baluartes conforme visto no capítulo "Baluarte do Livramento – O que nos dizem as Fontes")
- EP EP001f – Muralha transversal que separava a bateria superior (Cavaleiro) (A) da bateria inferior (B). Equivalente a UE 20 da escavação de 2016-17 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018)



Figura 74 – Estruturas do baluarte de 1650 que ainda se preservam e visíveis na arquitetura.

O seu aparelho construtivo foi assim descritor por Laura Trindade e Dias Diogo:

> *"De construção rude, feita numa alvenaria de pequenas e médias pedras argamassadas, sem cordão da face externa da muralha e onde apenas o cunhal da guarira apresenta a utilização*

de cantaria calcárea (Fig. 12), o Baluarte do Livramento tinha as muralhas norte [noroeste] e oeste [sudoeste] a envolverem uma pequena colina natural, a tingindo o seu coroamento uma altura superior a 15,30m face à envolvente exterior e com as plataformas maciças, ocupando todo o espaço interno através de aterros. Dado que o baluarte não tinha edifícios de alojamento o aquartelamento da sua guarnição teria de ser exterior, provavelmente no quartel mais próximo, o posteriormente denominado "Quartel da Infantaria da Guarda Municipal" situado frente ao Palácio das Necessidades." (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-131)."

Em síntese, na área escavada em 2016-2017 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018) foram identificadas, como estruturas pertencentes ao baluarte, datáveis da 2ª metade do século XVII:

- UE 30: prolongamento da muralha noroeste (EP001a);
- UE 20: muro divisório entre a bateria superior e intermédia, uma estrutura possante, designada como "*muralha sul*" (EP001f);
- no ângulo entre as duas anteriores, uma estrutura contemporânea das mesmas (UE 24)[51] que julgamos poder estar relacionada com a passagem entre as duas baterias, localizadas nesse ponto, de acordo com a planta de 1884 [Doc. 34].
- No ângulo oposto uma estrutura (UE 26) adossada à muralha sul, também atribuída à 2ª metade do século XVII.

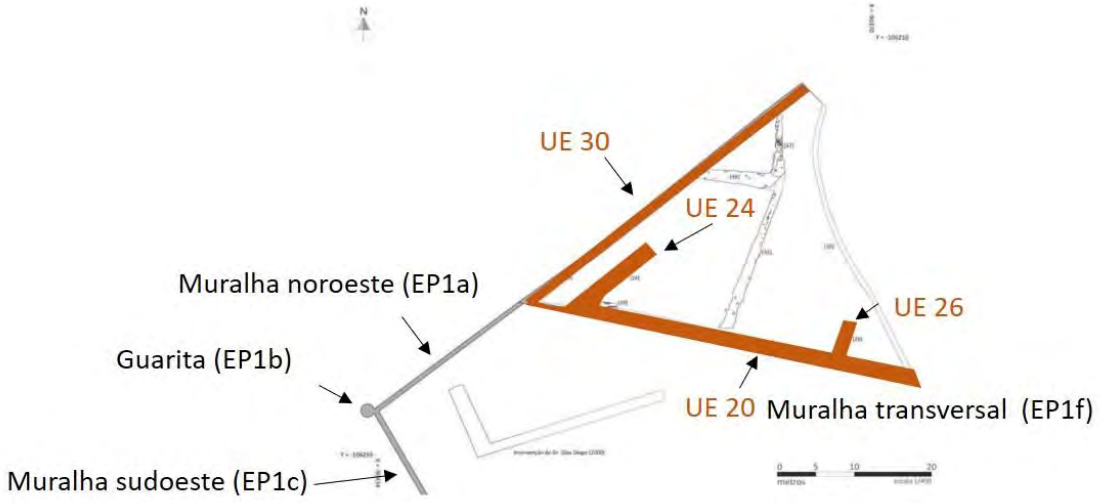


Figura 75 – Estruturas do Baluarte, datáveis da 2ª metade do século XVII na bateria superior (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018, imagem adaptada)

[51] Descrita como "estrutura tipo muralha, em alvenaria de pedra e argamassa de cal e areia, com tonalidade branca acinzentada, u.e. 24. O aparelho é constituído pedras, não afeiçoadas, de dimensão média e pequena, dispostas em fiadas horizontais. Dispõe-se no sentido SO-NE, sendo que no seu extremo SO encontra-se integrada na muralha Sul, com a u.e. 20. O perfil é sub trapezoidal, apresentando alambor no alçado NO" (BARGÃO et al 2018: 25)



Figura 76 – Bateria superior ou "cavaleiro" após a demolição do Chalet e antes da construção atual.

3.2.1 EP EP001a – Troço da muralha noroeste

Troço de muralha em talude[52], como é característico das fortificações abaluartadas da época moderna, construída em alvenaria miúda de formato irregular. Esta face debruçava-se sobre a Ribeira e Ponte de Alcântara. Possui duas portas, uma de forma retangular cuja data de abertura desconhecemos e outra de topo arqueado que parece ser mais antiga e que deverá ser contemporânea da construção da plataforma adossada a esta estrutura. Já não existem vestígios das bocas de fogo nem de caminho de ronda.



Figura 77, 78, 79 e 80 – Muralha noroeste do baluarte (EP001a) (Nuno Pires, julho de 2024).

[52] Definição de "*Talude. Parte inclinada dos muros.*" (NUNES, 2005, p. 225, citado por MONTEIRO, 2022: 6)

A face interna desta muralha foi colocada a descoberto obra de 1994-98.

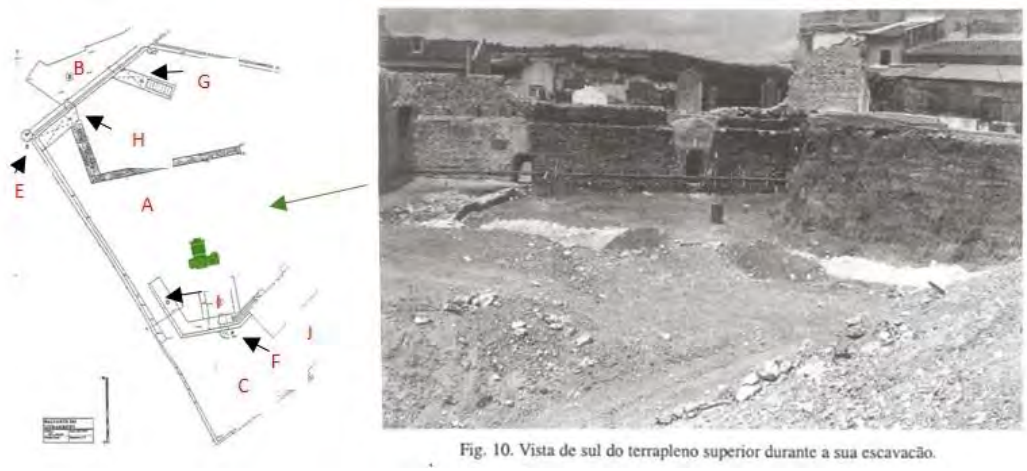


Fig. 10. Vista de sul do terrapleno superior durante a sua escavação.

Figura 81 – Vista da face interna da muralha noroeste durante o acompanhamento arqueológico de 1994, cuja tomada de vista assinalamos na planta e cuja legenda é: "vista de sul [sudeste, em rigor] do terrapleno superior durante a sua escavação." (TRINDADE e DIOGO 2001:129). À esquerda observa-se a entrada da guarita, segue-se o pano da muralha noroeste do baluarte, com dois vãos portas que, de acordo com Dias Diogo, foram abertas a posteriori – "violaram a muralha" – aquando da construção desta plataforma (B), permitindo, através de "duas construções subterrâneas", ligar este espaço ao interior do baluarte.

DESCRIÇÃO:

Aparelho composto por pedras de dimensão média, pequena e muito pequena, não afeiçoadas dispostas em fiadas horizontais, ligadas por argamassa de cal e areia. O alçado apresenta algum reboco, podendo observar-se ainda as faces dos elementos pétreos.

A argamassa é de tonalidade creme, com areia de grão médio, com inclusões pedras de dimensão muito pequena, semi rolados, bem como conchas, sugerindo que tenha origem marinha.

Apresenta perfil trapezoidal.

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS:

COBRE:	[47] [48] [50]	COBERTA POR:	[45] [46]
CORTA:		CORTADA POR:	
ENCHE:		CHEIA POR:	
INTEGRA:		INTEGRADA EM:	
ADOSSA A:		ADOSSADA POR:	[16] [21] [39] [42]
EQUIVALENTE A:			

Figura 82 – Caracterização da UE 30 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018).

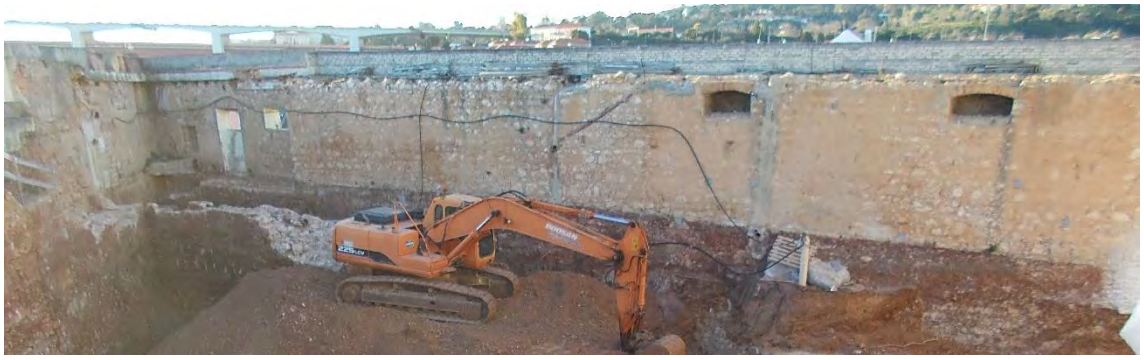


Figura 83 – Prolongamento da muralha noroeste (UE 30) na bateria superior (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 84 – Pormenor da muralha noroeste (UE 30) na bateria superior (fotografia gentilmente cedidas pela Clay Arqueologia).

3.2.2 EP EP001b – Guarita

A Guarita[53] localiza-se no cunhal que une as muralhas noroeste sudeste, único troço com aparelho regular, bem faceado, em pedra calcária.



Figura 85 e 86 – Guarita vista da muralha noroeste do baluarte (EP001a) (Nuno Pires, julho de 2024).

[53] Definição de "*Guarita. Pequeno coberto que se destaca dos ângulos das cortinas e baluartes, de forma cilíndrica ou prismática, para abrigo e defesa das sentinelas.*" (NUNES, 2005, p. 124, citado por MONTEIRO 2022: 5).



Figura 87, 88 e 89 – Guarita do baluarte (EP001b) (Nuno Pires, julho de 2024).

3.2.3 EP EP001b – Troço da muralha sudoeste

Trata-se de um troço da muralha sudoeste que se prolongava para fora da área em estudo, conforme vimos na pesquisa documental. A sua face exterior voltava-se e defendia o Tejo, em conjunto com a cortina e o baluarte do Sacramento, protegendo esta entrada da cidade. É igualmente constituída por pedra miúda de aparelho irregular com a face externa em talude. Encontra-se quase completamente encoberta pelas casas que a ela se adossaram na Travesa do Livramento. No início da travessa, num troço que fica à vista localiza-se uma porta que Vieira da Silva interpretou como entrada para passagem para o Convento do Livramento.

> *"Na travessa do Livramento ainda se conserve parte da muralha do baluarte, e no seu comêço pode observar-se uma antiga porta conventual, de entrada para a cerca, que é possível que seja o postigo para serventia da igreja de que fala o p.e Joao Baptista de Castro em 1749 (.'), e se vê na planta do 3° quartel de seculo XVIII (mapa III)."* (SILVA, 1942: 84)

Também Dias Diogo e Laura Trindade parecem referir-se a esta porta: "*A oeste do terrapleno inferior, uma escadaria descendente para uma porta aberta na muralha permitia o acesso à Travessa do Livramento, o que poderá estar relacionado com o convento e não com o baluarte.*" (TRINDADE e DIOGO, 2001:130-131).



Figura 90, 91 e 92 – Guarita do baluarte (EP001b) vista a partir do topo do muro sudoeste (EP001c). Ao centro e direita, topo da muralha sudoeste e face interna da mesma (Nuno Pires, agosto de 2024).

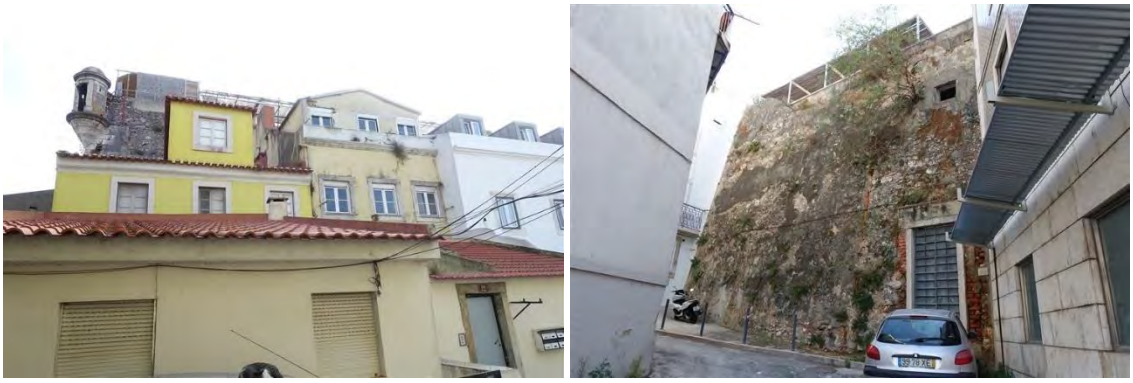


Figura 93 e 94 – Extremos noroeste e sudeste da muralha sudoeste (EP001c) vistos a partir da Travessa do Livramento no local onde um conjunto de casas se construiu adossadas à sua face externa (Nuno Pires, agosto de 2024). Na fotografia da direita a "*porta conventual, de entrada para a cerca*" (SILVA 1942: 84)

3.2.4 EP EP001f – Muralha transversal

A muralha transversal separava a bateria superior (A)[54] da bateria inferior (B). Curiosamente, na cartografia histórica, apenas aparece representada em meados do século XIX, na planta de Filipe Folque (1856-58). No entanto, no acompanhamento arqueológico realizado em 2016-2017 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018) ficou claro que a mesma fazia parte do baluarte, possuindo o mesmo tipo de aparelho construtivo. Pensamos ser de colocar a hipótese de esta estrutura se prolongar para a atual área fronteira ao Palácio das Necessidades em época anterior à abertura da Calçada do Livramento[55] e à construção dos muros que a ladeiam, de um lado sustentando o miradouro e do outro separando a área do baluarte. Funcionaria assim como um possante muro de sustentação de terras. No seu topo parecia ainda conservar-se o caminho de ronda e um pequeno parapeito.

[54] Ilustrada na planta de 1886 [Doc. 34].
[55] No acompanhamento arqueológico observou-se, aliás que o muro da calçada cortava esta estrutura (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018).

De facto, comparando a fotografia aérea atual com a planta de 1745 observamos esta linha contínua entre a área do baluarte e a área fronteira ao palácio.

É de destacar que, neste acompanhamento arqueológico de 2016-17, o local foi completamente desaterrado e que se verifica que este baluarte se encontrava cheio[56], com uma terra avermelhada que deixou bem visível a sua cor nos alçados. Esta camada prolongava-se por toda a área e encostava-se-se às muralhas. Pensamos que estamos perante um baluarte que mesmo que a dado momento fosse "vazio"[57], se encheu deste depósito após a construção das suas muralhas, razão pela qual lhes encosta desde a base até a um nível elevado da plataforma, Esta solução visava dar maior robustez às estruturas defensivas (NUNES, 2005, pp. 58-59, citado por MONTEIRO 2022: 4) cujos muros, se atingidos por artilharia pesada resistiam melhor ao ataque. Sendo assim é de crer que esta seria uma plataforma artificial erguida acima do afloramento rochoso aumentando assim a visibilidade e capacidade de ataque. Simultaneamente poderá ter criado um patamar nivelado, ao nível do Palácio das Necessidades.

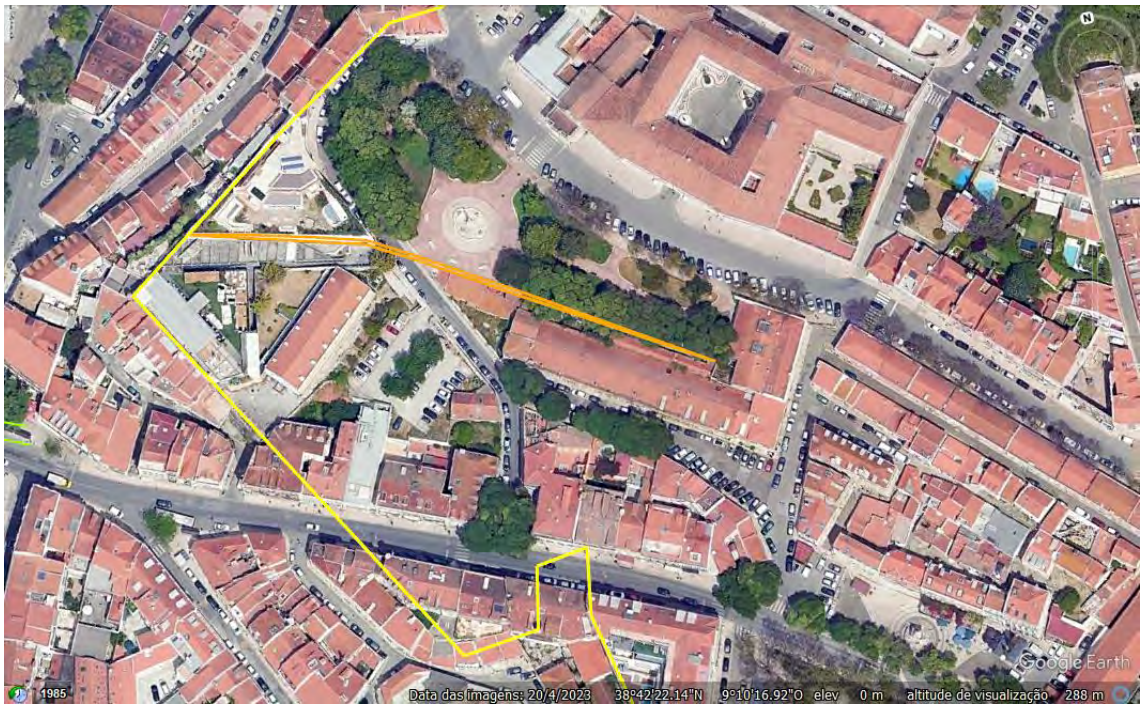


Figura 95 – Implantação da muralha transversal e hipotético prolongamento (linha laranja) antes da abertura da Calçado do Livramento.

[56] Definição de "*Baluarte Terraplanado. Baluarte que, além do terrapleno normal da praça, era ainda cheio no seu interior com outro terrapleno. Os defensores deste tipo de baluarte argumentavam que, embora os baluartes vazios fossem suficientemente fortes para resistirem à artilharia inimiga, os baluartes terraplanados sempre ficavam mais reforçados e, principalmente, permitiam a construção de cortaduras, no* caso de o inimigo os destruírem, parcialmente." (NUNES, 2005, pp. 58-59, citado por MONTEIRO 2022: 4)

[57] Definição de "*Baluarte Vazio. Baluarte que apenas tem o terrapleno normal da praça, sendo mais vulnerável que o baluarte terraplenado* (...)" (NUNES, 2005, p. 59, citado por MONTEIRO 2022: 4)



Figura 96 – Extrato da planta de 1745 em que se observa uma "linha" sensivelmente no mesmo local.

DESCRIÇÃO:

Aparelho composto por pedras de dimensão média, pequena e muito pequena, não afeiçoadas dispostas em fiadas horizontais, ligadas por argamassa de cal e areia. O alçado apresenta algum reboco, podendo observar-se ainda as faces dos elementos pétreos.

A argamassa é de tonalidade creme, com areia de grão médio, com inclusões pedras de dimensão muito pequena, semi rolados, bem como conchas, sugerindo que tenha origem marinha.

Apresenta perfil trapezoidal.

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS:

COBRE:	[32] [50]	COBERTA POR:	[1] [45]
CORTA:		CORTADA POR:	[13]
ENCHE:		CHEIA POR:	
INTEGRA:	[24]	INTEGRADA EM:	
ADOSSA A:		ADOSSADA POR:	[5] [6] [7] [8] [9] [18] [21] [26] [33] [40]
EQUIVALENTE A:			

Figura 97 – Caracterização da Muralha transversal (UE 20) (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018).



Figura 98 – Muralha transversal colocada a descoberto em 2016–17, designada como "muralha sul" (UE 20) (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 99 – Muralha transversal colocada a descoberto em 2016–17, designada como "muralha sul" (UE 20) (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 100 – Pormenor do extremo noroeste da muralha transversal colocada a descoberto em 2016-17, designada como "muralha sul" (UE 20) (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).

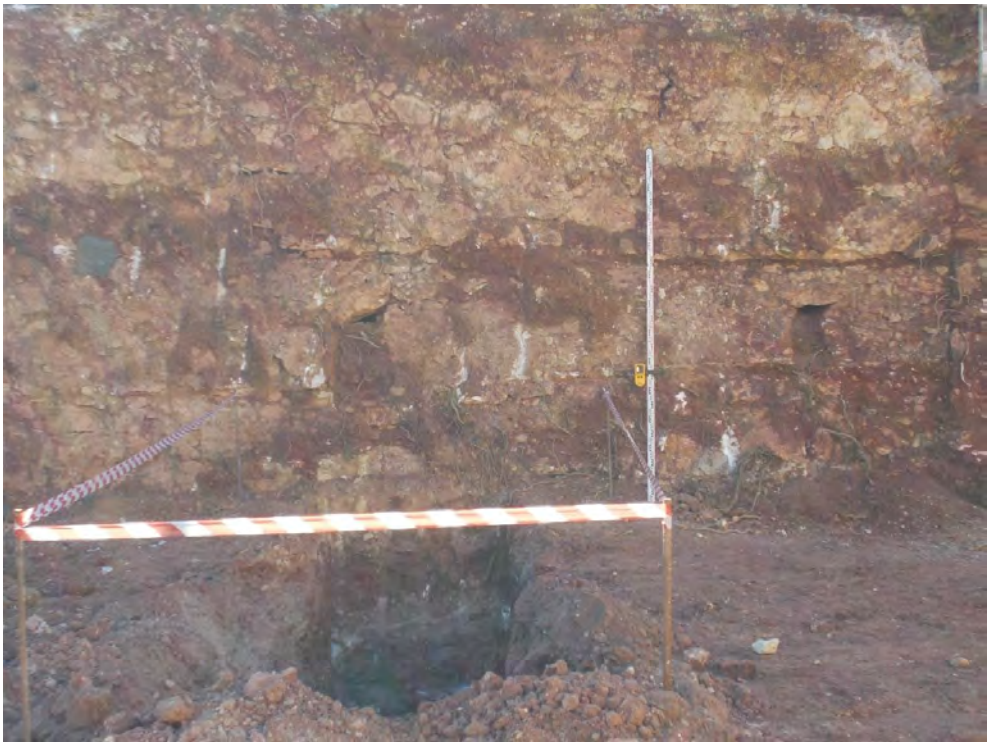


Figura 101 – Pormenor da muralha transversal colocada a descoberto em 2016-17, designada como "muralha sul" (UE 20) (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 102 – Vista geral sobre o topo da muralha Sul (UE 20), que poderá ter correspondido a um caminho de ronda (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 103 – Pormenor de faianças na argamassa da muralha Sul [UE 20] e no sedimento agregado à muralha Sul (fotografias gentilmente cedidas pela Clay Arqueologia).

Para além desta muralha, na intervenção de 2016-17 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018), como referimos acima e localizamos em planta, ficaram a descoberto duas estruturas perpendiculares à muralha transversal, a UE 24 e a UE 26, das quais apresentamos aqui alguns registos fotográficos e descrição.

DESCRIÇÃO:

Aparelho composto por pedras de dimensão média e pequena, não afeiçoadas dispostas em fiadas horizontais, ligadas por argamassa de cal e areia. O alçado apresenta algum reboco, podendo observar-se ainda as faces dos elementos pétreos.

A argamassa é de tonalidade branca acinzentada, com areia de grão médio, com inclusões pedras de dimensão muito pequena, semi rolados, bem como conchas, sugerindo que tenha origem marinha.

Apresenta perfil sub trapezoidal, apresentando alambor no alçado NO.

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS:

COBRE:	[50]	COBERTA POR:	[16]
CORTA:		CORTADA POR:	[23]
ENCHE:		CHEIA POR:	
INTEGRA:		INTEGRADA EM:	[20]
ADOSSA A:		ADOSSADA POR:	[21] [40]
EQUIVALENTE A:			

Figura 104 – Caracterização da UE 24 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018).



Figura 105 – Pormenor da estrutura (UE 24) localizada no ângulo entre as paredes sul e noroeste que julgamos poder estar relacionada com a passagem entre as duas baterias, localizadas nesse ponto, de acordo com a planta de 1884 [Doc. 34] (excerto de fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 106 – Estrutura (UE 24) localizada no ângulo entre as paredes sul e noroeste que julgamos estar relacionada com a passagem entre as duas baterias, localizadas nesse ponto, de acordo com a planta de 1884 [Doc. 34] fotografias gentilmente cedidas pela Clay Arqueologia).



Figura 107 – Estrutura (UE 24) localizada no ângulo entre as paredes sul e noroeste que julgamos poder estar relacionada com a passagem entre as duas baterias, localizadas nesse ponto, de acordo com a planta de 1884 [Doc. 34] fotografias gentilmente cedidas pela Clay Arqueologia).



Figura 108 – UE 24, alçado oeste, onde é bem visível o tipo de aparelho (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).

DESCRIÇÃO:

Aparelho constituído pedras, não afeiçoadas, de dimensão média e pequena, dispostas em fiadas horizontais, ligadas por argamassa de cal e areia. Os alçados apresentam algum reboco, podendo observar-se ainda as faces dos elementos pétreos.

A argamassa é de tonalidade branca acinzentada, com areia de grão médio, com inclusões pedras de dimensão muito pequena, semi rolados, bem como conchas, sugerindo que tenha origem marinha.

Apresenta um perfil em socalco, em corte S-N, e perfil trapezoidal, em corte E-O.

RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS:

COBRE:		COBERTA POR:	[1]
CORTA:		CORTADA POR:	
ENCHE:	[27]	CHEIA POR:	
INTEGRA:		INTEGRADA EM:	
ADOSSA A:	[20]	ADOSSADA POR:	[14]
EQUIVALENTE A:			

Figura 109 – Caracterização da UE 26 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018).



Figura 110 – UE 26 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).



Figura 111 – UE 26 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).

3.3 ALTERAÇÕES POSTERIORES

Como vimos através da pesquisa documental, o muro nordeste (EP 001d) foi construído aquando da abertura da Calçada do Livramento no início da segunda metade do século XVIII, criando um novo limite do baluarte e separando-o do Palácio das Necessidades.

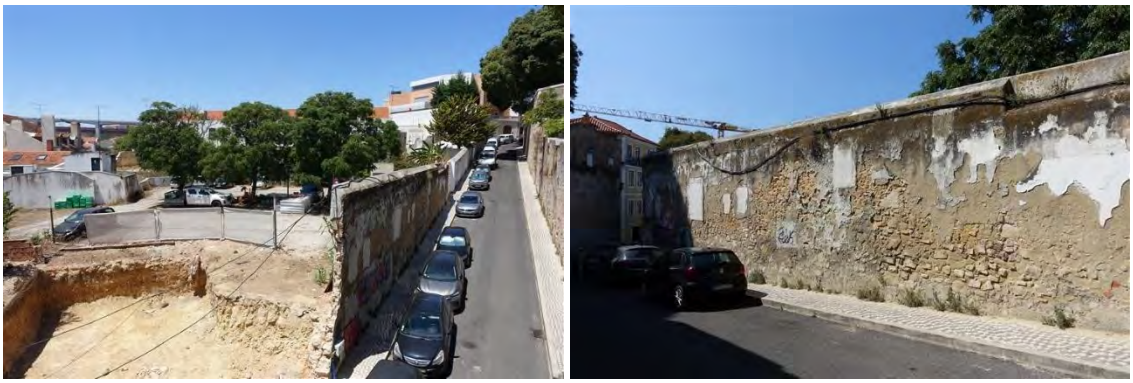


Figura 112 e 113 – Muro nordeste que separa a área do antigo baluarte do Palácio das Necessidades ao longo da Calçada do Livramento. A Calçada do Livramento não está representada na planta de 1745 (PT/TT/CR/007-008/00211 [Doc. 22]) mas já está desenhada na planta de 1757 (MC.DES.0982). (Fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Na intervenção de 2016-2017 levada a cabo na "*bateria superior*" foi identificado o prolongamento deste muro (UE 10), interpretado como "muro de contenção de terras associado à Calçada do Livramento e efetuado após o terramoto de 1755" e cuja vala de fundação cortava a muralha transversal (UE 20) (BARGÃO et. al 2018: 22).

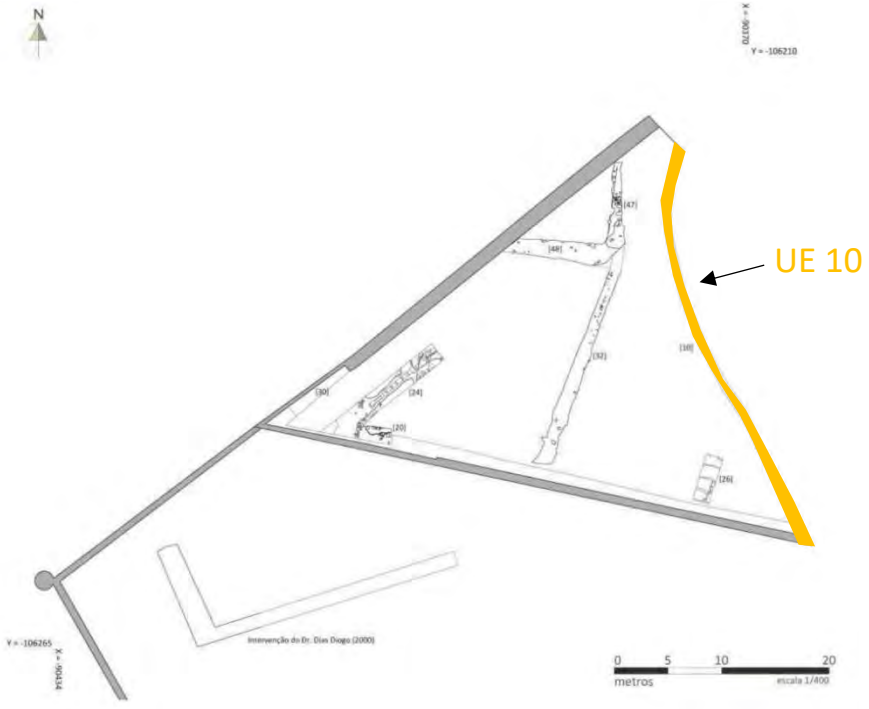


Figura 114 – Planta final de estruturas da intervenção na bateria superior realizada em 2016-2017 (BARGÃO et al 2023) sobre a qual assinalamos, a amarelo, a UE 10 atribuída à 2ª metade do século XVIII.



Figura 115 – Muro nordeste (UE 10), face interior colocada a descoberto na intervenção de 2016-2017 (fotografia gentilmente cedida pela Clay Arqueologia).

Relativamente às estruturas remanescentes relacionadas **com alterações introduzidas no contexto das invasões francesas** Dias Diogo e Laura Trindade adiantaram algumas hipóteses[58], que comentamos agora, com novos dados:

1. Que a construção da muralha transversal seria uma adaptação levada a cabo por esta altura reduzindo a área do baluarte. Tal hipótese não nos parece fazer sentido por várias razões:
   a) como vimos na descrição desta estrutura (EP001f, UE 10) - sustentando-nos nos resultados da intervenção de 2016-2017 e na análise de cartografia antiga (Doc. 22) – tudo indica que esta muralha seja contemporânea do baluarte de meados do século XVII;
   b) a área do baluarte não foi "reduzida". A "bateria superior" localizada acima desta muralha fazia parte do baluarte, como se ilustra e explica na planta de 1884, do Tombo do Forte de Nossa Senhora do Livramento (Doc.34)
2. Que por esta altura se teria construído um paiol (EO 001i)[59]. Mário Monteiro coloca algumas reservas acerca desta interpretação:

[58] "A área noroeste [norte] do baluarte fora reduzida, com a construção de uma muralha a norte, de direção este/oeste e com a escarpa do ângulo flanqueado para o interior[58], ficando agora com a planta de um quadrilátero irregular. O baluarte estruturava-se em dois terraplenos, articulados por uma rampa a sudoeste com cerca de 2 metros de largura média e 10 m de extensão [**D**] vencendo um declive de cinco metros. O terrapleno inferior, a sul [**C**], apresenta uma cota média de 16,187m e tinha entrada a este [nordeste], através da Calçada do Livramento. (Figs 7 e 8). (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130).

[59] "*Próximo da rampa tinha sido aberta uma passagem na muralha entre os dois terraplenos, dando acesso a uma sala subterrânea construída sob o terrapleno superior e com entrada pelo inferior. A nossa intervenção permitiu registar as fundações desta sala oitocentista, que interpretamos como paiol [I] face aos paralelos existentes. Tendo uma planta rectangular, com as dimensões de 4,20 m de largura por 4,30 de comprimento, não chegou a ser concluída como é observável nas paredes da muralha do século XVII" (Figs 7 e 8)* (...) *No terrapleno sul, a sua entrada* [do paiol] encontrava-*se externamente protegida por uma guarita* [F]*, posteriormente transformada em cozinha de um*

"Paiol. A interpretação desta estrutura como sendo um paiol é fundamentada, apenas, em paralelos existentes. O facto de estar num dos pontos mais exposto ao rio Tejo, de onde viria um bombardeamento, não se ajusta à localização usual de um paiol, que deveria estar num local afastado das muralhas, preferencialmente na retaguarda. Contudo, poderá ter sido um erro, talvez planeado por um leigo, o que poderá estar relacionado com o facto de haver evidências de não ter sido terminado. Poderá também corresponder a uma porta com corredor coberto e guarita sobre a entrada, usual em fortificações, construída após o terramoto de 1755, quando o baluarte é cortado a sul por uma nova via, o que certamente terá provocado a necessidade de fechar a fortificação neste lado" (MONTEIRO 2022:30)



Planta do baluarte do Livramento. A – Muralha Filipina. B – Terrapleno Norte. C – Terrapleno Sul. D – Muralha interna da Rampa. E – Guarita de Cunhal. F – Guarita do Paiol. G – Acesso ao Terrapleno Norte. H – Acesso à Guarita de Cunhal. I – Paiol. J – Vila Operária.

Fig. 6.

Terrapleno superior do Baluarte do Livramento visto de norte. São visíveis a vila operária, a muralha interna da rampa e o arco da entrada do paiol

Figura 116 – Fig. 6 do artigo de Dias Diogo, cuja tomada de vista assinalamos na planta (TRINDADE e DIOGO 2001:129). Na planta o "paiol" encontra-se assinalado com a letra I. Na fotografia trata-se do muro ao centro com uma porta.



Fig. 7.

Arco da entrada do paiol oitocentista visto de norte. Na foto é visível que a muralha seiscentista foi parcialmente destruída para a construção do acesso ao paiol e posteriormente substituída por um muro de suporte de face interna em degraus e com buracos para o escoamento das águas pluviais

Figura 117 – Fig. 7 e respetiva legenda (TRINDADE e DIOGO 2001:129), entrada no "paiol" vista do interior.

Abarracado (Fig. 9). A abertura da entrada para o paiol tinha obrigado à demolição de parte da muralha seiscentista e à sua posterior substituição parcial por um muro de suporte de terras em degraus." (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130).



Fig. 8.

Vista de norte das paredes oeste e norte do paiol, já com a soleira do arco da entrada totalmente visível. É notório que a construção do paiol não foi terminada, como se observa na parede interna da muralha seiscentista

Figura 118 – Fig. 8 e respetiva legenda (TRINDADE e DIOGO 2001:129).



Figura 119 e 120 – A mesma porta na atualidade: face interna da entrada do "paiol" conservada até aos dias de hoje (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024).

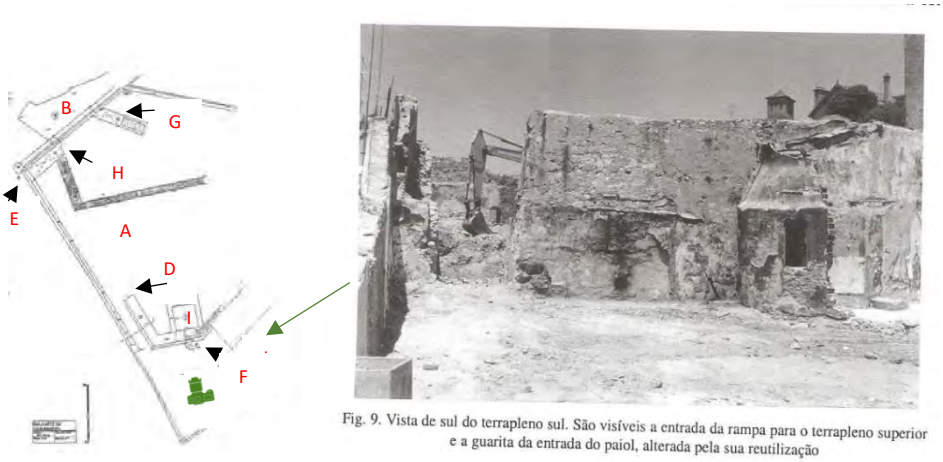


Fig. 9. Vista de sul do terrapleno sul. São visíveis a entrada da rampa para o terrapleno superior e a guarita da entrada do paiol, alterada pela sua reutilização

Figura 121 – Fig. 9 cuja tomada de vista assinalamos na planta e cuja legenda é: "*Vista de sul do terrapleno sul. São visíveis a entrada da rampa* [à esquerda] *para o terrapleno superior e a guarita* da entrada do *paiol, alterada pela sua reutilização*" (TRINDADE e DIOGO 2001:129).



Figura 122 – Vista atual do mesmo muro e referida porta, interpretada por Dias Diogo e Laura Trindade como entrada do paiol pelo lado sul (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024).





Figura 123 e 124 – A entrada do paiol pelo lado sul (Fotografias de Nuno Pires, julho de 2024).

Relativamente à plataforma (EP0001e) adossada à muralha noroeste, denominada como "terrapleno norte"[60] por Dias Diogo e Laura Trindade. Segundo Laura Trindade e Dias Diogo este espaço constitui uma adaptação da estrutura edificada no início do século XIX, no contexto das invasões francesas (TRINDADE & DIOGO, 2001:128–131). Mário Monteiro acrescenta a seguinte hipótese:

> *"Terrapleno Norte". (...) O designado "Terrapleno Norte", que se encontra em plano inferior a [11] e [12], poderá corresponder a um redente ou adarve. Um redente é uma estrutura cuja função é variável, de acordo com a fortificação a que está associado e a localização onde se encontra. Neste caso específico, poderá servir como contraforte da muralha do baluarte, no local onde a encosta é mais escarpada, e como local de vigilância, o que se ajusta a um redente. Por outro lado, parece estar relacionado com*

[60] *Após a desactivação do baluarte, o vasio entre as duas muralhas* [Não entendemos a que "vasio" os autores se referem] *a Norte foi entulhado, criando uma plataforma a que por comodidade durante a nossa intervenção chamamos "Terrapleno Norte", e que passou a permitir o acesso à guarita através de duas construções subterrâneas cujas portas violararam a muralha (Fig. 10). Também esta plataforma foi utilizada para a construção de habitações abarracadas."* (TRINDADE & DIOGO, 2001:128-131).

> *a cortina que seguia para norte do baluarte, sendo neste caso um adarve que percorria toda a cortina, com acesso pelo baluarte. A porta a que atualmente se acede a este espaço foi rasgada na muralha do baluarte, não sendo a porta original. Imediatamente a norte desta porta, existe uma pequena porta emparedada. Trata-se de uma porta de reduzida dimensão, que julgamos ser a original, baixa e estreita, assim intencionalmente construída para dificultar a passagem de homens. As dimensões desta permitiam apenas a entrada de um homem de cada vez, o que facilitava a defesa em caso de necessidade.* (MONTEIRO, 2022: 30-32)

Relativamente a esta plataforma (EP001e) Temos dúvidas quanto à sua origem e funcionalidade. Observando a cartografia histórica verificamos que a mesma só se encontra representada com a configuração atual na planta de 1856-58 e mais exatamente na de 1910. Até aí parece-nos que se tratava de um terreno escarpado abaixo da muralha, o qual, provavelmente a partir do momento que se começaram a construir edifícios na Rua da Costa, ficou circunscrita por um muro de contenção. Não invalida que tenha tido um uso associado ao baluarte e acesso pela porta referida por Mário Monteiro no excerto acima transcrito.

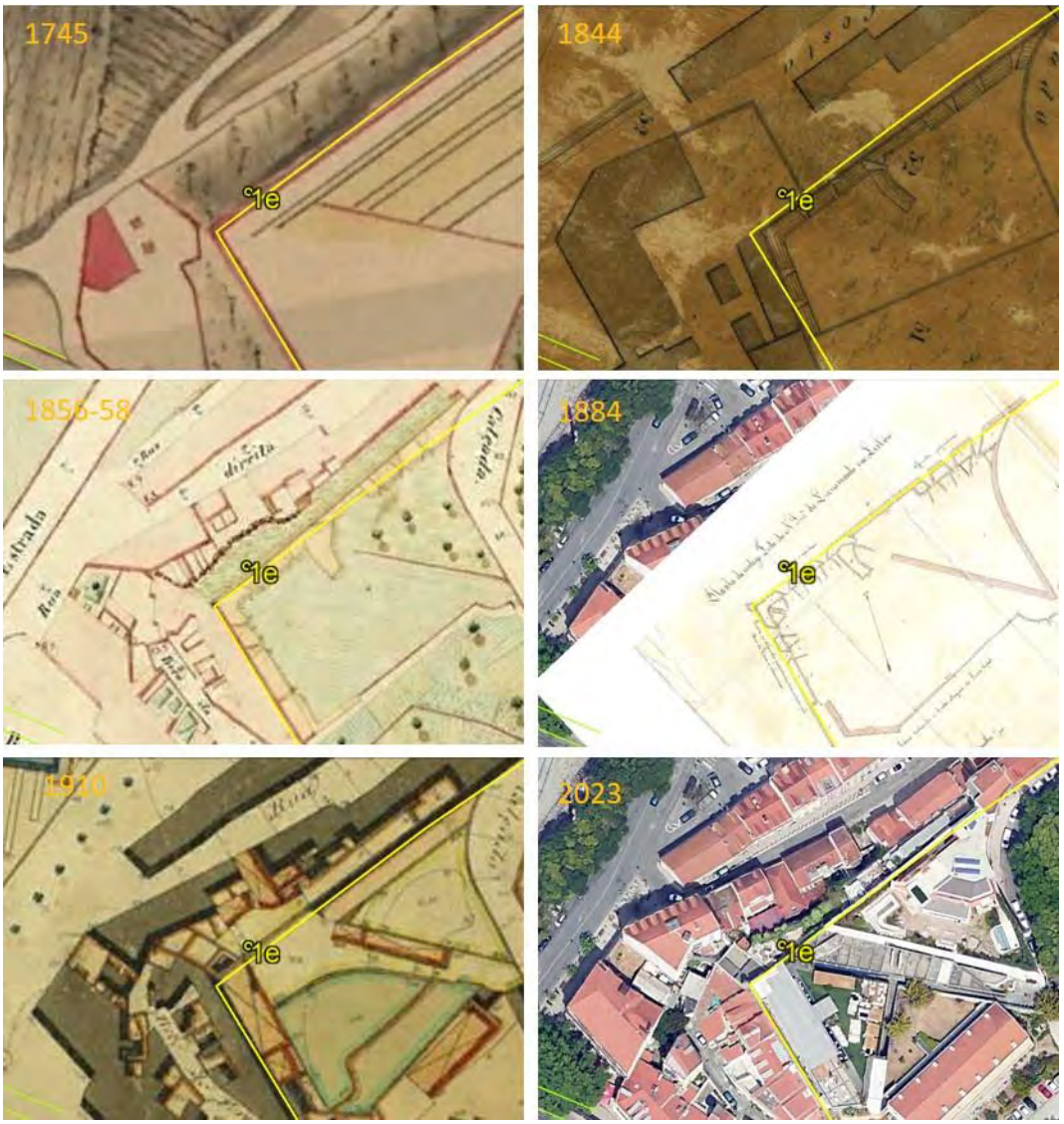


Figura 125 – Localização da plataforma (EP0001e) na cartografia histórica entre 1745 e 2023.



Figura 126 – Plataforma (EP001e) adossada à muralha noroeste, vista a partir do baluarte (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024).



Figura 127 – Plataforma (EP001e) adossada à muralha noroeste, vista a partir do baluarte (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024).



Figura 128 – Plataforma (EP001e) adossada à muralha noroeste, vista a partir do baluarte (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024).

4 SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS

4.1 BALUARTE DO LIVRAMENTO

Do antigo Baluarte do Livramento apenas subsistem partes da sua estrutura, com especial destaque para uma das guaritas, que ainda se conserva no cunhal norte, assim como troços da sua muralha e o terrapleno do lado norte a esta adossado. O baluarte foi fustigado pelo terramoto de 1755, mais tarde pelas alterações e desmantelamentos sofridos no século XIX e pela construção civil que progressivamente foi ocupando os seus espaços e aproveitando parte dos seus materiais de construção. A última intervenção significativa no seu interior verificou-se nos anos 90 do século XX, quando o espaço foi convertido em área de restauração (Casa de Goa), altura em que decorreram trabalhos arqueológicos que permitiram colocar a descoberto um troço de muralha mais antigo, da primeira metade do século XVII, anunciando assim uma fase construtiva anterior ao baluarte que se erigiu na segunda metade da mesma centúria, após as *Guerras da Restauração* (*vide* DIOGO & TRINDADE: 2001).

Nesta secção do projeto da nova Linha, o seu traçado interceta os limites do baluarte e terá passagem a curta profundidade, pois será sensivelmente a partir deste ponto, a nascente dos limites da muralha noroeste, que o percurso da Linha passará de subterrâneo a exterior, isto é, de túnel a viaduto. Considerando a natureza do projeto e a sensibilidade arqueológica e patrimonial do local, foi realizado um conjunto de 6 sondagens arqueológicas de diagnóstico.

A disposição das sondagens obedeceu a objetivos individuais, parte relacionados com as áreas previstas para afetação coincidentes com o alinhamento do traçado do futuro túnel (sondagens 1 e 5) e outra parte intimamente relacionada com as muralhas subsistentes a norte, noroeste, e sudoeste, assim como o troço de muralha mais antigo existente no local (sondagens 2, 3, 4 e 6). No que respeita às muralhas pretendia-se identificar os depósitos arqueológicos associados às respetivas estruturas, assim como verificar a sua fundação e assentamento, nos casos em que

fosse possível alcançar a sua base, representando um importante contributo para o diagnóstico arqueológico, mas também para a execução do projeto. Estimava-se que a base fundacional destas muralhas estivesse assente diretamente na rocha calcária, a que correspondem os níveis naturais e geológicos do local (afloramentos calcários com presença de rodistas C^2_{Bi}).



Figura 129 – Ortofoto com localização da área do Baluarte do Livramento onde decorreram os trabalhos arqueológicos (azul).

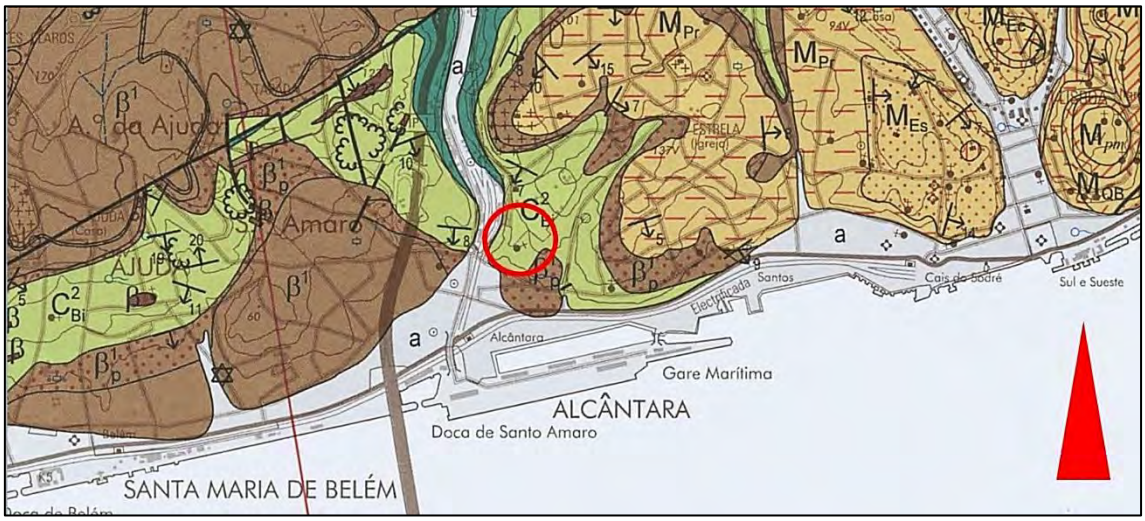


Figura 130 – Caracterização geológica da área do Baluarte do Livramento onde decorreram os trabalhos arqueológicos. Carta Geológica de Portugal, folha 34-D (adaptada).

Localização e dimensão das sondagens realizadas no Baluarte do Livramento:

- Sondagem 1 – 4x3m disposta no espaço ajardinado exterior
- Sondagem 2 – 3x3m disposta em piso inferior junto do troço da muralha mais antiga;
- Sondagem 3 – 3x3m disposta em piso inferior junto do troço da muralha sudoeste;
- Sondagem 4 – 3x3m disposta na calçada exterior junto da entrada no recinto e encostada à muralha norte;
- Sondagem 5 – 3x3m disposta na zona central no alinhamento da sondagem 4;
- Sondagem 6 – 4x3m disposta no patamar exterior encostada à muralha noroeste;



Figura 131 – Localização das 6 sondagens de diagnóstico para o Baluarte do Livramento.

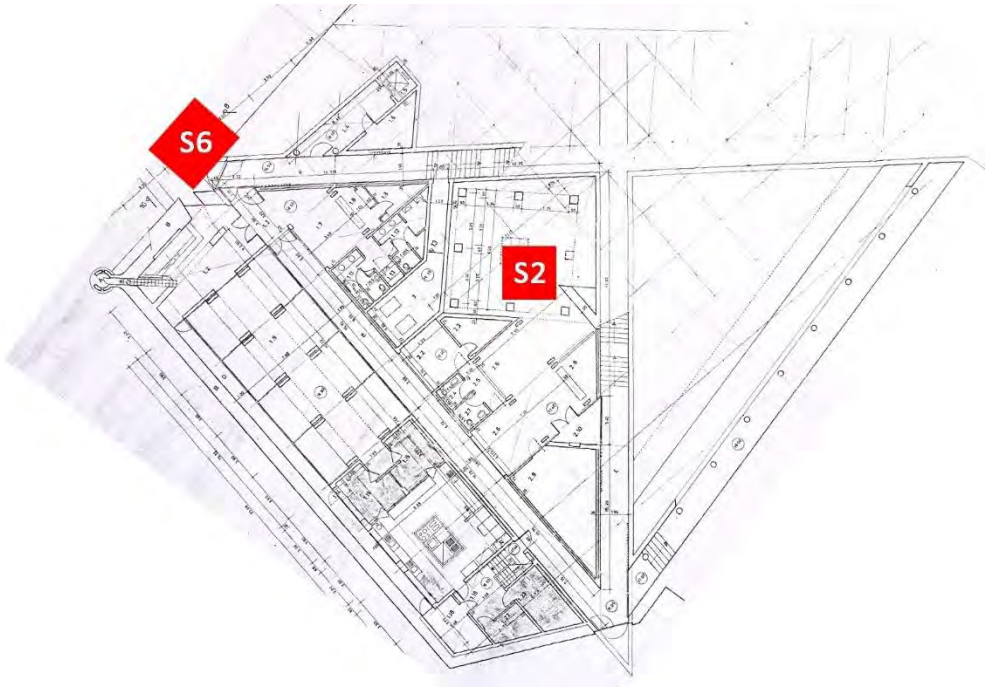


Figura 132 – Localização das sondagens 2 e 6 sobre a planta do piso 0.

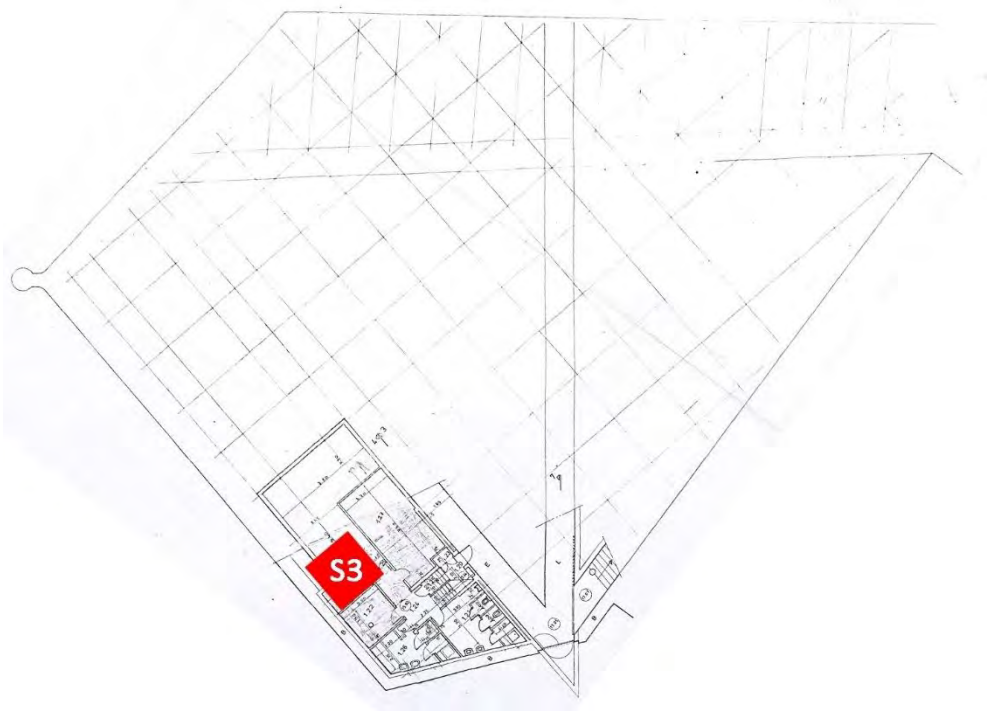


Figura 133 – Localização da sondagem 3 sobre a planta do piso -1.

4.1.1.1 Sondagem 1

A implantação desta sondagem deveu-se ao facto de tratar-se do único espaço ajardinado em toda a área da intervenção dos trabalhos arqueológicos, encontrando-se a sua localização em

estreita proximidade com o traçado do túnel. A sua cota parecia corresponder de *grosso modo* com a cota do terrapleno médio do baluarte moderno, cujas muralhas ainda subsistem. A decapagem iniciou-se com a UE [100], correspondendo ao manto vegetal com restos de relva (dado o abandono do local pelo staff da casa de Goa), de matriz arenosa, heterogénea com inclusão de líticos de pequenas dimensões e algumas cerâmicas. Tratam-se possivelmente de terras adquiridas para o efeito de suster o manto herbáceo.



Figura 134 – Aspeto geral da área ajardinada onde foi implantada a sondagem 1.

Esta unidade superficial cobria a UE [101], composta por terras heterogéneas, de tonalidade castanho-vermelha com inclusão de abundantes materiais cerâmicos de construção (tijolos, telhas, nódulos de cimento, brita), ocasionais bolsas de areia de construção e um tubo plástico para eletricidade, [102]. Seguia-se a UE [103], semelhante à [101], diferenciando-se apenas pela tonalidade das terras heterogéneas, desta feita castanhas-claro. Em ambas as unidades foram recolhidos plásticos, garrafas de cerveja e abundante material enlatado (salsichas, feijoada Nobre, pescado) característicos de ambientes de estaleiro de obra. No corte oeste e sul da sondagem foi identificado um maciço de betão, ao qual foi atribuída a unidade [104]. Foi ainda identificada a unidade [105] totalmente idêntica à [101].



Figura 135 – Unidades [102] a [106] que se identificaram com o levantamento da terra vegetal [101].

A sequência estratigráfica anterior, até à unidade [105], assentava sobre um piso em betão, muito danificado, UE [106]. Verificou-se que parte do piso se tratava, na realidade, de uma fundação maciça que se prolongava em profundidade, inserida na seguinte unidade, [107]. Este depósito apresentava uma sucessão de terras de tonalidade vermelha, contendo pedras basálticas de pequenas dimensões, com inserção de pequenos fragmentos de materiais de construção contemporâneos. Foi atingida uma profundidade máxima de 3,25m.



Figura 136 – Unidades [105] e [106] identificadas na sondagem 1.



Figura 137 – Fotogrametria do plano final da sondagem 1.



Figura 138 – Sondagem 1: cortes.

4.1.1.2 Sondagem 2

A localização desta sondagem relacionou-se com o facto da existência da denominada *muralha Filipina*, identificada aquando do acompanhamento arqueológico realizado na década de 1990 pelo colega Dias Diogo. Este baluarte antecede ao hoje Baluarte do Livramento desenhado durante o período da Guerra da Restauração (1640-1668), e havia, aparentemente, sido entulhado pelo terrapleno médio da "nova" construção defensiva. A implantação da sondagem 2 visou uma observação da base da *muralha Filipina*, de modo a permitir uma leitura mais fina da sua cronologia, se possível, e constatar se a fundação assentaria no geológico calcário.



Figura 139 – Troço da muralha Filipina subsistente no interior do edifício contemporâneo.

A primeira unidade registada foi o próprio troço de muralha, UE [200]. Embora tenha sido em parte demolida durante a construção da *Casa de Goa* na década de 1990, o troço subsistente ficou preservado numa ampla sala denominada de *Sala Museu*, onde se organizavam exposições temáticas ocasionais. A muralha apresentava boas condições de conservação, até porque à época recebeu obras de restauro incluindo a aplicação de um reboco.

Encostado à base visível da muralha encontrava-se um pavimento cerâmico e respetiva caixa de piso contemporâneos, UE [201]. A decapagem da sondagem revelou a unidade [202], constituída por terras heterogéneas, com inclusões várias: cerâmica de construção contemporânea, bolsas de cimento, areias e brita, ferros de construção, latas de cerveja, etc. Trata-se de um preenchimento em fase de obra com "lixos" descartados durante a mesma. Dada a contemporaneidade do espólio, não foi registado.

A remoção da unidade anterior revelou a fundação de um dos grandes pilares do edifício, UE [203], uma fundação antissísmica ligando as fundações dos pilares, [204]. A escavação identificou ainda vestígios de uma outra camada de cimento, [205], colocada imediatamente sobre o geológico, unidade [206]. Este último, apresentava-se nivelado pelo uso intenso de maquinaria de obra, não revelando qualquer vestígio de espólio arqueológico. No entanto, foi possível verificar que a fundação da muralha assentava diretamente no geológico, constituindo, curiosamente, uma prática que seria replicada mais de trezentos anos volvidos, aquando a atual construção de cimento optou pela mesma solução em assentar a fundação sobre rocha firme.

A sondagem 2 não revelou quaisquer indícios de vestígios arqueológicos, o que não causou estranheza pois o local tivera sido, como referido, arqueologicamente intervencionado na década

de 90, tendo-se seguido a obra de construção do atual edifício de betão. O desgaste da rocha calcária provocado pela movimentação de maquinaria pesada arruinou a esperança em que algum indício de valor histórico pudesse ter resistido. Infelizmente não se verificou, tendo a atual sondagem alcançado uma profundidade máxima de 1,65m na parte mais funda junto da fundação da *muralha Filipina*.



Figura 140 – Plano inicial e final da sondagem 2.



Figura 141 – Sondagem 2: cortes.

4.1.1.3 Sondagem 3

A terceira sondagem foi implantada de modo a permitir uma amostragem da estratigrafia do interior do baluarte. O espaço teve que ser preparado para os trabalhos arqueológicos com uma grande limpeza de lixos, por tratar-se de um armazém do restaurante da *Casa de Goa*, bem como a colocação de luz e sistema de ventilação. O piso de circulação atual, em placa cerâmica, encontrava-se à cota de 15.87m, muito próxima da cota do pavimento da sondagem anterior (14.99m), tendo-lhe sido atribuída a unidade [300]. Assentava sobre uma poderosa caixa de piso em betão, com inclusão de uma malha de arame em ferro, UE [301]. A remoção desta unidade foi realizada com recurso a martelo elétrico e, após a remoção dos entulhos verificaram-se quatro novas unidades: um tubo de plástico [302] para saneamento, dois travamentos em betão antissísmicos, um paralelo à muralha [303] e o segundo, perpendicular à mesma [304] e por fim, outra tubagem plástica para saneamento [305].



Figura 142 – Identificação de estruturas e infraestruturas contemporâneas na sondagem 3.

Iniciou-se a decapagem da unidade seguinte, [306], que preenchia os espaços entre os travamentos, composta por terras heterogéneas de tonalidade castanho-vermelha com inclusão de bolsas de brita basáltica e alguns materiais cerâmicos misturados com plásticos contemporâneos - esta unidade foi resultado do preenchimento de espaços durante as obras de construção da *Casa de Goa*. A remoção desta unidade colocou a descoberto dois elementos de cronologia anterior à afetação das obras da década de 90. A primeira trata-se de uma estrutura retangular, UE [307], possivelmente um muro ou uma fundação, cujo topo se encontrou em torno do 90cm de profundidade. A existência de plásticos imediatamente sobre este elemento é prova que esta foi afetada pela empreitada de construção do edifício da *Casa de Goa*. Esta unidade era constituída por pedra de pequena e média dimensão ligadas por argamassa.

A limpeza da unidade [307] e a remoção da unidade [306], colocou a descoberto a segunda realidade, um piso descendente para norte, UE [308], que complementava a possível estrutura muraria/fundação. Este nível de circulação tem duas constituintes visíveis: terras homogéneas de tonalidade castanha e diversas manchas de argamassa, que sugerem a possibilidade de terem servido para assentar um pavimento em lajes de pedra ou tijoleira (embora não sejam percetíveis negativos), ou poderá constituir somente um piso argamassado para melhor aderência do calçado/rolante.

Esta pendente pode ainda relacionar-se com a vivência/solução militar no interior do baluarte, de modo a facilitar a locomoção de homens e artilharia. Porém, não foram recolhidos elementos de espólio que permitissem uma cronologia ou uma clara indicação da sua funcionalidade. Após ter sido alcançada uma profundidade máxima de 2m, a sondagem 3 foi dada como terminada sem que tenha sido alcançado o objetivo primordial, a leitura do interior da muralha sudoeste do baluarte, impedida pela presença da viga de fundação em betão armado que encostava no limite da muralha (vide unidade [303] na imagem seguinte), não permitindo uma aproximação ou mesmo leitura da sua estrutura.



Figura 143 – Fotogrametria do plano final da sondagem 3.



Figura 144 – Sondagem 3: corte.

4.1.1.4 Sondagem 4

A sondagem 4 foi implantada no pátio de entrada da Casa de Goa e atual acesso ao Baluarte do Livramento. O seu objetivo era a identificação de estruturas ocultas no subsolo e verificação da muralha transversal (EP 001f), UE [400], que separava o terrapleno médio do superior (Cavaleiro). Este espaço encontra-se inclinado com pendente para nascente em direção à Calçada do Livramento.

O piso de circulação, [401], era composto por calçada portuguesa de blocos calcários que compunham um design em pedra branca com linhas a preto e algumas estrelas, assentando numa caixa de piso composta por pó de terra.

A limpeza do pó de pedra revelou em plano a UE [402], que ocupava grande parte da sondagem, constituída por terras heterogéneas claras, com inclusão de pedras de calçada descartadas, plásticos, vidros e cerâmicas de construção contemporâneas.

No quadrante norte da sondagem verificou-se ainda a presença da unidade [403], uma camada de terras argilosas de tonalidade castanho-vermelha com várias raízes podres, observando-se um negativo, UE [404], preenchido pela [405], terras vegetais onde se encontrava uma raiz podre, tudo isto relacionado com um canteiro que deveria ter existido encostado ao muro.



Figura 145 – Primeiras unidades identificadas abaixo das camadas de calçada e respetivo assentamento.

Do lado Este afigurou-se o que restava de uma calçada de circulação em pedras basálticas *in situ*, [406]. A decapagem da unidade [402] revelou que havia sido nesta calçada aberta uma valeta, [407], para a instalação de um tubo de plástico vermelho, [408], coberto por pó de pedra e terras claras, [409].

A remoção da unidade [402] mostrou a continuação das terras de tonalidade castanho-vermelha já identificadas como [403], onde foi escavada a vala [410] que continha um cano de plástico para águas residuais. O preenchimento da vala foi feito por areia de obra, UE [411], que na sua remoção permitiu identificar outros tubos de plástico, desta feita para cablagem elétrica, [412].

A escavação da unidade de maior potência, [403], revelou no quadrante norte uma calçada irregular em pedra seca de pequenas dimensões, UE [413], no corte sul e nascente a [414], uma estrutura muito danificada que protegia um tubo de grés com orientação oeste-este. No seu aparelho encontrava-se cimentado um fragmento de tijolo da E.C.L. *Empreza Cerâmica de Lisboa*, já aqui referida pela sua em laboração entre 1883 e 1930 na vizinha Campo de Ourique.



Figura 146 – Identificação das infraestruturas [408] e [412].



Figura 147 – Unidades identificadas abaixo da camada de aterro [403].

O caneiro de grés foi, por sua vez, afetado/cortado pela construção de um novo esgoto, já contemporâneo, em plástico, [415]. Ocupando quase toda a sondagem, a cerca de 1,80m de profundidade encontrou-se uma outra calçada, UE [416], esta em socalcos que permitiam a fácil progressão em terrenos inclinados, construída com pedras miúdas calcárias e basálticas delimitadas por cantarias nos degraus e murete, [417], do lado sul (pedra e argamassa). No espaço da sondagem foram identificados três degraus. Imediatamente sobre esta encontrava-se uma pederneira para arma de fogo e, na limpeza das pedras da calçada, foram recolhidos alfinetes e um fragmento de dedal.

Esta calçada encostava à unidade [413] que suscitou algumas dúvidas quanto à sua cronologia, julgando nós que possivelmente a [416] ocupava toda a extensão até ao muro norte e que em algum caso de remodelação/reconstrução do muro, esta teria sido danificada, sendo o espaço danificado reposto pela [413] sem a qualidade da anterior. Este facto permitiu, dada a necessidade de verificar em profundidade outras pré-existências, a escavação de uma "trincheira" junto ao muro [400].

Não foi possível verificar a fundação da muralha transversal (EP 001f), tendo a escavação da "trincheira" revelado apenas contextos de enchimento/entulhamento para elevação das cotas do terrapleno médio, com uma sucessão de terras argilosas [418], terras com pedras basálticas de pequenas dimensões [419] e novamente terras argilosas [420]. Tendo a sondagem junto ao muro alcançada profundidade máxima de 2,30m, e não sendo possível progredir devido à reduzida dimensão do espaço disponível, a sondagem 4 foi dada como terminada. Desta sondagem ficou em destaque a calçada disposta em socalco, a qual mostra indícios de se prolongar para oeste, isto é, na direção do interior do baluarte, pelo que aquando a fase de execução de obra toda esta área deverá ser levantada até à cota da calçada, permitindo o seu registo em área antes dos trabalhos avançarem em profundidade.



Figura 148 – Plano final da sondagem 4 após avanço da escavação pela unidade [419].

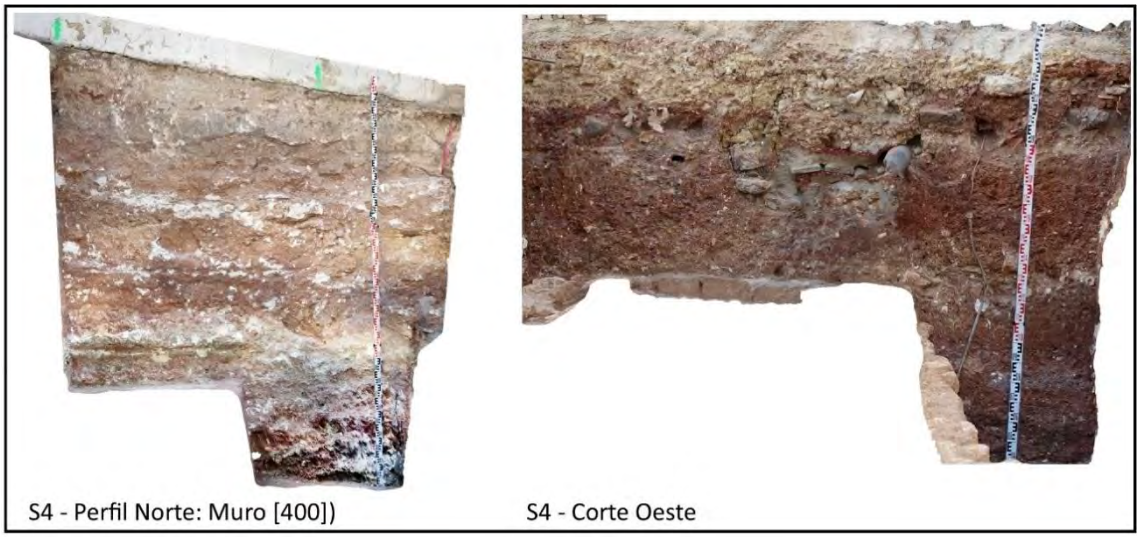


Figura 149 – Sondagem 4: cortes norte e oeste.

4.1.1.5 Sondagem 5

A sondagem 5 foi implantada no interior de uma sala integrada num edifício que se desenvolvia em comprimento paralelamente à muralha transversal (EP 001f) que divide o terrapleno médio do superior, o mesmo que na sondagem anterior atribuímos a unidade estratigráfica [400]. Questionava-se agora se os elementos estruturais identificados na sondagem 4 teriam continuidade nesta, estando as mesmas alinhadas, mas distanciadas em cerca de 30m entre si.




Figura 150 e 151 – Edifício da Casa de Goa que se estende ao longo do muro/muralha norte.

A intervenção arqueológica principiou com o levantamento do pavimento em madeira, UE [500], e respetiva caixa de suporte [501], constituída por betão e malha de ferro assente em uma camada de *tout-venant*. A remoção destas unidades deixou a descoberto, tanto no corte norte como no a este da sondagem, os perfis das poderosas fundações dos muros em betão armado do edifício, [502].

A remoção do *tout-venant* revelou uma nova camada de enchimento, heterogénea, a unidade [503], composta por terras de tonalidade castanho-vermelho com inclusão de pedras, matérias de construção contemporâneos (telhas, tijolos, blocos de cimento), vidros e plásticos. Abaixo desta identificaram-se duas novas unidades a registar: a [504] correspondente a vestígios de um piso em betão, o qual apenas subsistiu junto dos cortes por ser mais espesso, cobrindo a unidade [505], constituída por descarte de obra tais como terras heterogéneas de tom castanho com material de construção, plásticos, bolsas de areia e cascalho, ferros de obra e elementos cerâmicos de construção.



Figura 152 – Identificação das unidades [504] e [505].

A unidade [505] parecia marcar a cota de afetação provocada pela "nova" obra de 1990, até por ali se encontrar a fundação dos muros [502]. A continuidade da escavação revelou uma sucessão de camadas de terras vegetais, às quais foi atribuída a unidade [506]. A escavação revelou parco material arqueológico, nomeadamente 2 fragmentos de faiança, balizados entre os séculos XVIII e XIX. Esta situação deverá estar relacionada com o uso do terrapleno do Livramento como hortas.

Tendo sido alcançados os cerca de 3m de profundidade máxima sem que quaisquer evidências arqueológicas tenham sido identificadas, a sondagem 5 foi dada como terminada. Nesta sondagem não foi identificada qualquer calçada ou elemento que se pudesse relacionar com as realidades identificadas na sondagem 4, como inicialmente se esperava.



Figura 153 – Plano final da sondagem 5.

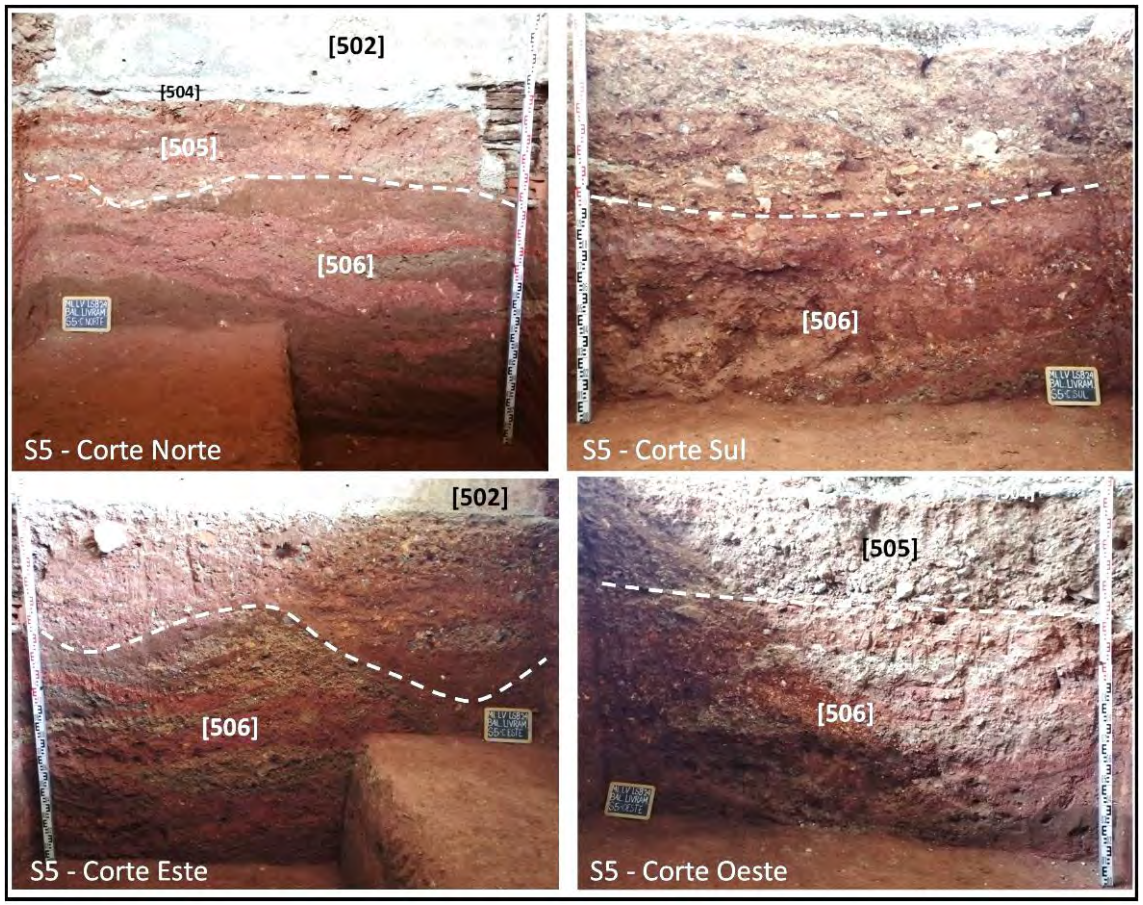


Figura 154 – Sondagem 5: cortes.

4.1.1.6 Sondagem 6

A última sondagem proposta para o Baluarte do Livramento foi implantada na área mais sensível do projeto, correspondendo à secção onde o futuro túnel do Metropolitano irá passar de subterrâneo a exterior/viaduto, próximo da fundação da muralha noroeste. Importava, por este motivo, avaliar os estratos arqueológicos do local, assim como alcançar a fundação da muralha para uma observação direta da sua composição e aferir profundidades. No cunhal desta muralha subsiste a única guarita do baluarte.

Desta forma, a sondagem 6 foi implantada no pequeno patamar exterior que se estende com pouca largura ao longo da muralha noroeste, com o objetivo não só de identificar a cota do nível geológico onde esta assentava, mas igualmente, determinar se o presente socalco murado se tratava de uma estrutura coetânea à muralha.



Figura 155 – Vista do patamar que se estende na base da muralha, com pequeno murete para o exterior. Ao fundo observa-se a guarita no cunhal da muralha.

Foi atribuída à estrutura da muralha a unidade [600]. A sua superfície apresentava-se neste troço com rebocos e remendos contemporâneos, comprovados com a quantidade de fragmentos de tijolos. Por imagens, pelo menos dos anos 40, este estreito socalco era ocupado por algum casario, sendo os rebocos seus contemporâneos. Também, após a limpeza do piso para marcação da sondagem, foram identificados vestígios de um piso em cimento, UE [601], encontrando-se este bastante destruído. Este piso assentava sobre uma caixa de piso [602], composta por terras heterogéneas com tonalidade castanha-vermelha e com abundante material cerâmico de construção, bem como de faianças datáveis dos séculos XIX e XX.



Figura 156 – Unidades [601] e [602] junto da muralha noroeste [600].

A cerca de 65cm de profundidade foi identificada uma nova camada, esta idêntica à anterior, embora mais compacta e com menor número de inclusões, UE [603]. Paralela ao corte sul, encontrava-se uma vala, [604], que cortou as unidades [602] e [603], e cujo preenchimento [605] era composto por terras heterogéneas, mais arenosas e de tonalidade mais escura, com inclusão de entulhos de obra, o que parecia corresponder a uma vala de despejos.



Estes entulhos incluíam fragmentos de tijolos, azulejos, areais de obra, blocos de cimento, plásticos e na cota base da vala uma lata de *Coca-cola*. Esta vala terá resultado da ocultação do descarte de obras efetuadas no interior do baluarte, mais provavelmente no restaurante que fica imediatamente próximo da sondagem, na divisão interior contígua. Após o registo da vala, o prolongamento da escavação revelou a unidade estratigráfica [606], a cerca de 95cm de profundidade, composta por terras heterogéneas pouco compactas e com abundante material cerâmico datável dos séculos XIX e XX, onde se incluíam telhas de tipologia *marselha*. Esta unidade assentava sobre outro depósito de entulhos, desta feita com abundância de caliças e argamassas com a mesmas cronologias, UE [607].

Com a remoção desta unidade foi identificada uma camada compacta de terras de matriz argilosa, [608], que continha raros materiais arqueológicos, mas com datação que remonta até ao século XVII, compatíveis com a construção do baluarte setecentista. A decapagem desta unidade permitiu atingir o geológico calcário [609], a uma profundidade já próxima dos 2m, com características muito irregulares e com linhas de quebras.

Sobre esta unidade rochosa assentava a primeira fiada da fundação da muralha do baluarte [600]. A irregularidade do maciço calcário, com buracos e cavidades, permitiu ainda identificar uma bolsa localizada, UE [610], composta de terras heterógenas argilosas de tonalidade vermelha que continham importantes elementos arqueológicos: duas raspadeiras em sílex, lascas/restos de talhe e cerâmica manual datáveis da pré-história recente, um fragmento de bordo em cerâmica cinzenta com decoração brunida e estampilhada(?) com paralelos para a Idade do bronze Final ou da Idade do Ferro/Romano-republicano, e cerâmica comum fina moderna.

A existência da fundação de um muro de tijolo que se destacava no atual piso de circulação, levantou a dúvida de se tratar de um muro de contenção. Por tal, e aproveitando a abertura da sondagem 6, foi realizado um pequeno alargamento para determinar essa mesma possibilidade.

Revelou-se apenas como uma fundação contemporânea sobreposta aos entulhos, possivelmente relacionada com o casario que existiu no socalco.

As bolsas de terra por entre as cavidades calcárias foram integralmente levantadas, ficando todo o nível rochoso a descoberto, tendo junto da muralha a parte mais funda desta alcançado os 3,20m de profundidade máxima.



Figura 157 – Plano final da sondagem 6.



Figura 158 – Sondagem 6: cortes.

Terminada a intervenção no interior do antigo Baluarte do Livramento, em jeito de conclusão, avançamos com uma primeira constatação, relacionada com a afetação negativa que a obra de finais do século XX teve sobre o monumento: o terrapleno médio foi removido quase na totalidade nas operações de escavação das caves, explicado pelo artigo/relatório de Dias Diogo e comprovado nas nossas sondagens 1, 2 e 3. A remoção do grande entulhamento militar nos anos 90 do século XX permitiu identificar uma estrutura abaluartada anterior, à qual foi atribuída uma cronologia relacionada com o domínio Filipino. A sondagem 2 escavada no sopé dessa muralha permitiu confirmar que a mesma assentava sobre o geológico calcário, muito afetado pelas ditas obras da *Casa de Goa*.

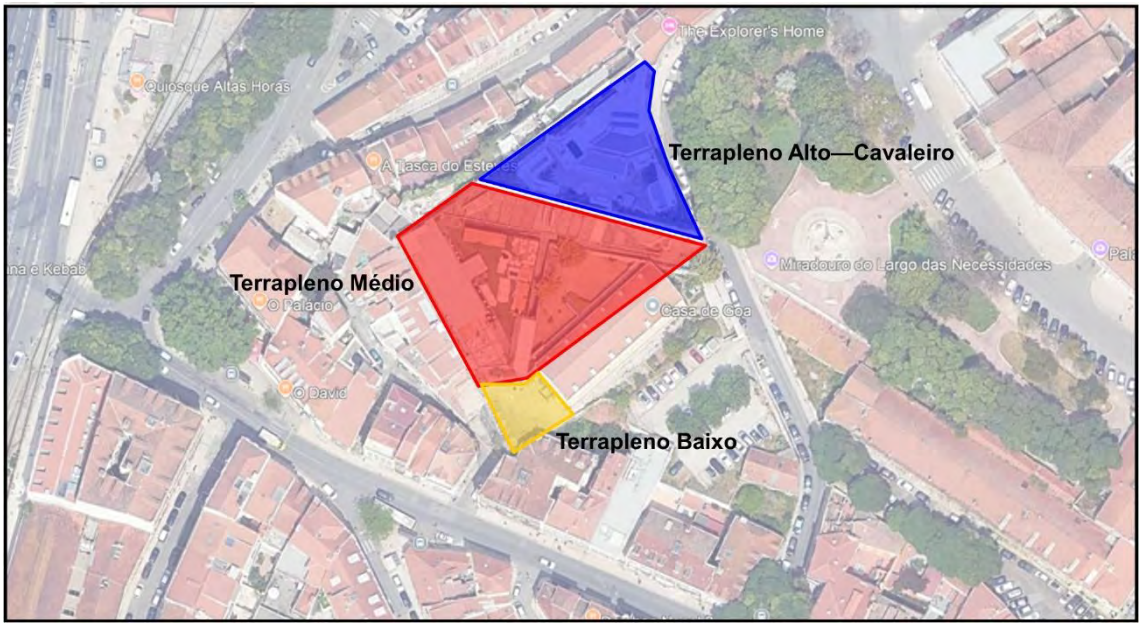


Figura 159 – Terraplenos do Baluarte do Livramento que acompanham a orografia da encosta calcária de Alcântara até Campolide.

De facto, e dada a documentação analisada, poderá tratar-se de uma obra já inserida no período da Restauração, aquando surge a preocupação séria em defender a estrada de Cascais aproveitando as alturas de Alcântara Este. Os trabalhos arqueológicos não conseguiram, infelizmente, obter elementos para uma datação mais fina.

No entanto, as sondagens 4 e 5 permitiram observar algumas sobrevivências à voracidade da escavação do terrapleno médio, talvez por estarem junto à muralha [400] e o espaço ter servido para o assentamento de lojas sem cave. A Sondagem 4 permitiu verificar a existência de um acesso em socalcos empedrados [416], que fazia a ligação entre o terrapleno baixo e o médio. A sua datação é de difícil precisão, apontamos possivelmente século XIX, sendo possível aceitar uma cronologia mais recuada. O pouco desgaste das pedras dos degraus parece fazer recuar o seu uso para um período de pouco acesso ao local – aquando da posse militar ou do Convento do Livramento. Não foi possível determinar a cota de assentamento da muralha [400], embora esta se prolongue em profundidade.

A sondagem 5 permitiu a observação de uma estratigrafia pré-Casa de Goa, refletindo o uso do terrapleno médio como espaço de cultivo, cuja memória recua a, pelo menos, o século XIX. Este aspeto adquire maior importância quando sabemos que o baluarte só ocasionalmente foi militarmente ocupado. isto é, durante a *Guerra da Restauração* (possivelmente para serviço de sentinelas), *Guerra Peninsular* e *Guerras Liberais*. Ou seja, os longos períodos de paz permitiram que os terraplenos servissem a função de hortas dos irmãos do Convento do Livramento. Essa

tradição alfacinha está ainda na memória cartográfica/toponímia de 1940, chamando-se ao baluarte Pátio dos Quintalinhos. No local da sondagem 5, antes da construção do presente edifício, recolhemos testemunhos diretos sobre a memória de aqui existirem pequenas oficinas artesanais junto dos pequenos espaços agricultados.

As sondagens 2 e 3 permitiram verificar a grande afetação nas estruturas antigas provocada pela construção da Casa de Goa, se bem que tenha permitido a sobrevivência imposta de parte do troço da muralha mais antiga [200], a envolvente terá sido muito afetada, incluindo a cota geológica [206], onde a mesma assentava. Na Sondagem 3 a maquinaria afetou a estrutura [307], possivelmente anterior ou contemporânea às muralhas exteriores (pela orientação das estruturas), poupando, no entanto, um piso/acesso em rampa argamassada [308].

A importância da sondagem 6 reflete-se, não só no espólio recolhido, com cronologias desde a Pré-história recente (conhecida no Vale de Alcântara/Avenida de Ceuta) até à contemporaneidade, mas igualmente por ter sido possível verificar a cota do nível geológico (com grandes linhas de quebra), onde assentava a muralha [600] – importante para a tomada de decisões de caracter de conservação do património cultural e de soluções de engenharia para o futuro túnel.

Uma última observação reside na constatação em um diferencial em torno de 1m entre a cota do substrato rochoso onde assenta a muralha mais antiga [200] e o mesmo substrato onde assenta a muralha posterior [400], encontrando-se esta última mais elevada em sintonia com a própria pendente natural do terreno onde foram assentes as fundações.

4.2 CONCLUSÕES

A intervenção arqueológica de diagnóstico no interior dos antigo Baluarte do Livramento, extravasou os limites previstos de afetação para a fase de execução do projeto, considerando a importância patrimonial do local e a preocupação em melhor compreender as reminiscências e a manutenção da integridade estrutural das pré-existências. As seis sondagens propostas tiveram essa mesma consideração, o que justificou uma disposição mais ampla das mesmas.

A escavação da **sondagem 1** apenas revelou a presença de níveis de aterro recentes, com materiais de cronologias associadas aos séculos XIX e XX, tendo atingido cerca de 3 m de profundidade.

A **sondagem 2**, disposta junto do troço de "muralha filipina", alcançou o substrato rochoso onde a fundação assenta. Verificou-se, inclusivamente, que o próprio substrato sofreu uma parcial afetação aquando a construção do atual edifício, que pertencia à Casa de Goa. Ainda assim, caso seja necessário proceder a operações de escavação nesta vertente, os mesmos deverão considerar os devidos trabalhos arqueológicos.

A **sondagem 3**, a mais afastada do eixo do futuro túnel, ainda revelou a presença de uma estrutura aparentemente fundacional e um nível de pavimento em argamassa, a pouco menos de 1m de profundidade, que se desenvolviam para fora dos limites da sondagem. Para este local não estão previstos trabalhos de escavação ou afetação por parte da obra, pelo que se recomenda que a estrutura seja protegida com manta geotêxtil e uma camada de areia fina antes de se proceder ao seu aterro. Esta sondagem atingiu cerca de 2 m de profundidade.

Na **sondagem 4** foi identificada uma calçada em socalco que se desenvolve para o interior do baluarte, tendo-se verificado que a mesma assenta em camadas de aterro antes de alcançar o substrato natural. Esta sondagem realizou-se encostada à muralha transversal (UE 400, EP 001f)

tendo-se colocado a descoberto o seu alçado até uma profundidade de cerca de 3m sem, contudo, atingir a sua vala de fundação[61].

Para este limite do baluarte, que se encontra junto da entrada do recinto pela Calçada do Livramento, recomenda-se que em fase de obra seja colocado a descoberto o troço da calçada identificado e alargado em extensão pelo limite de afetação de obra, de forma a registar toda a sua continuidade. Somente após a sua escavação e registo arqueológico, e com o parecer favorável da Tutela, os trabalhos de escavação deverão prosseguir em profundidade, de forma a identificar eventuais contextos ou pré-existências subsistentes no local que possam residir em estratos mais profundos, não alcançados pelos trabalhos de diagnóstico.

A **sondagem 5** apena revelou a presença de níveis de aterro recentes, com materiais de cronologias associadas aos séculos XIX e XX. Esta sondagem não encostou à muralha transversal, não tendo portanto ficado a descoberto o seu alçado. Atingiu 2 m de profundidade.

No que respeita ao patamar onde se realizou a **sondagem 6**, apesar dos níveis com maior potência estratigráfica corresponderem a aterros dos séculos XIX e XX, verificou-se, entre as bolsas de terra que preenchiam as irregularidades do substrato rochoso, a presença de testemunhos que remontam à pré-história recente, tanto na forma de elementos pétreos como cerâmicos.

Esta sondagem tinha como principal objetivo perceber a profundidade da muralha noroeste (EP 001A, UE 600) neste local de transição para viaduto, tendo em conta a necessidade de encontrar soluções técnicas que evitassem a afetação da estrutura, dando cumprimento às medidas previstas na DIA. A sondagem atingiu uma profundidade de cerca de 3,20 m (abaixo do piso de circulação da plataforma correspondente à cota 18,30m), permitindo perceber que o alicerce da muralha se desenvolve de forma irregular e diretamente sobre o afloramento, situando-se, sensivelmente entre as cotas 15,17m e 15,62m (ver ANEXO 7 – ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS, DESENHOS).

Para a execução de obra neste limite, o qual coincide, inclusivamente, com a transição de túnel subterrâneo para viaduto, recomenda-se que os níveis superiores de aterro sejam escavados mecanicamente com acompanhamento arqueológico até cerca dos 2m de profundidade, limite a partir do qual a intervenção deverá ser alterada para escavação arqueológica manual com apoio mecânico, incidente às bolsas de terra sobre a rocha que contêm materiais de cronologias mais recuadas. Tem como objetivo esta proposta não apenas garantir a recolha integral destes materiais, de natureza mais frágil e de menores dimensões, na sua maioria, mas também assegurar a identificação de eventuais contextos primários que a este espólio possam estar associados.

5 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

Ver Parte 1 onde estão renuídas todas as fontes documentais e bibliográficas consultadas para o conjunto dos estudos do Património Cultural.

[61] O que é compreensível se levarmos em linha de conta que na escavação de 2016-17 este alçado ficou a descoberto e percebendo-se que esta estrutura se desenvolve em grande profundidade. Veja-se capítulo 2.2.4 do Estudo Histórico-Arqueológico, Parte 2 (Estruturas remanescentes, muralha transversal)

Registo e Controlo de Alterações

Revisão	Data	Descrição
0	2024-10-03	Emissão inicial

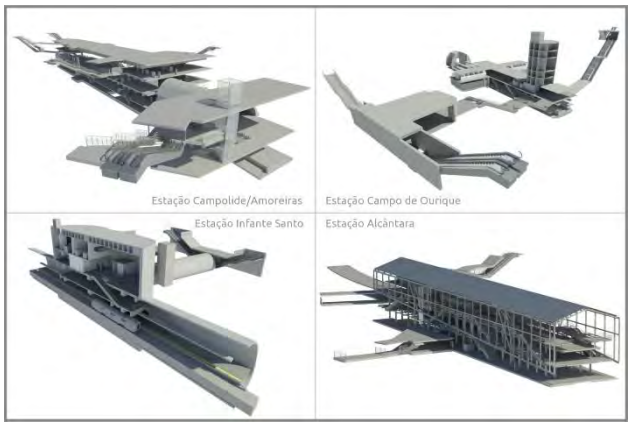
Metropolitano de Lisboa

METRO DE LISBOA

PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA ENTRE SÃO SEBASTIÃO E ALCÂNTARA

EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO

PROJETO DE EXECUÇÃO



TOMO I
VOLUME 22 – PATRIMÓNIO CULTURAL
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS – PARTE 1

Documento SAP:	LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040004 0

	Nome	**Assinatura**	**Data**
Elaborado	Teresa Silva		2024-10-03
Revisto			
Verificado			
Coordenador Projeto	Rui Rodrigues		2024-10-03
Aprovado	Raúl Pistone		2024-10-03

	Nome	**Assinatura**	**Data**
	Raúl Pistone		2024-10-03

Índice

FICHA TÉCNICA 5
1 INTRODUÇÃO 6
2 LOCALIZAÇÃO 7
3 OBJETIVOS 9
4 METODOLOGIA GERAL DA INTERVENÇÃO 10
5 ESTUDO HISTÓRICO E PATRIMONIAL 11
5.1 Metodologia 11
5.2 Identificação de Elementos Patrimoniais 13
5.3 Caracterização Geral do Património na Área de Incidência do Projeto 17
5.3.1 Km 0+000-0+400 17
5.3.2 Km 0+400-0+800 23
5.3.3 Km 0+800-1+000 26
5.3.4 Km 1+000-1+400 31
5.3.5 Km 1+400-1+800 37
5.3.6 Km 1+800-2+400 42
5.3.7 Km 2+400-2+600 46
5.3.8 Km 2+600-3+000 54
5.3.9 Km 3+000-3+200 63
5.3.10 Km 3+200-3+400 71
5.3.11 Km 3+400-3+800 81
5.3.11.1 O Palácio Fiúza 90
5.3.12 Km 3+800_4+097 99
6 PROSPEÇÃO ARQUEOLÓGICA 103
6.1 Metodologia 104
6.2 Prospeção Arqueológica 106
6.2.1 PV211 107
6.2.2 Estação Campo de Ourique 108
6.2.3 PV215 110
6.2.4 Estação Infante Santo 112

6.2.5 Viaduto de Alcântara/Baluarte do Livramento 114
6.2.6 Estação Alcântara 116
6.2.7 PV217 119
6.2.8 Estaleiro Central 120
6.2.9 Estação Campolide 121
7 SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS 122
7.1 Metodologia 123
7.2 Resultados 124
7.2.1 Estação de Campolide/Amoreiras 124
7.2.1.1 Sondagem 1 125
7.2.1.2 Sondagem 2 128
7.2.1.3 Sondagem 3 130
7.2.1.4 Sondagem 4 134
7.2.1.5 Sondagem 5 135
7.2.1.6 Sondagem 6 140
7.2.2 Estação de Campo de Ourique 142
7.2.2.1 Sondagem 1 145
7.2.2.2 Sondagem 2 145
7.2.2.3 Sondagem 3 146
7.2.2.4 Sondagem 4 148
7.2.2.5 Sondagem 5 150
7.2.3 Estação de Infante Santo 151
7.2.3.1 Sondagem 1 152
7.2.3.2 Sondagem 2 157
7.2.3.3 Sondagem 3 160
7.2.3.4 Sondagem 4 163
7.2.3.5 Sondagem 5 164
7.2.4 Estação de Alcântara 165
7.2.5 Poço de Ventilação 211 166
7.2.6 Poço de Ventilação 215 169
7.2.7 Poço de Ventilação 217 172
7.2.7.1 PV217 – Sondagem 1 174
7.2.7.2 PV217 – Sondagem 2 176
7.2.8 Palácio Fiúza 178
7.2.8.1 Sondagens Parietais 186

7.2.8.1.1 Sondagem parietal 1 187
7.2.8.1.2 Sondagem parietal 2 190
7.3 Conclusões 193
7.3.1 Estação de Campolide Amoreiras 193
7.3.2 Estação de Campo de Ourique 194
7.3.3 Estação de Infante Santo 194
7.3.4 Estação de Alcântara 194
7.3.5 Poço de Ventilação 211 195
7.3.6 Poço de Ventilação 215 195
7.3.7 Poço de Ventilação 217 195
7.3.8 Palácio Fiúza 196
8 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA 197
8.1 Documentação 197
8.2 Fontes Arquivísticas 197
8.3 Bibliografia 201
8.4 Consulta On-line 206

FICHA TÉCNICA

CORDENAÇÃO

Teresa Silva

ESTUDO HISTÓRICO E PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Teresa Silva (Pesquisa e texto)

Nuno Pires (Registo Fotográfico)

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Coordenação

Nuno Pires

Intervenção Arqueológica – Direção científica

Helena Pinheiro, Luís Fernandes, Mariana Mateus (Arqueologia Náutica), Nuno Pires, Rui Ribolhos

Arqueólogos

Amoreiras/Campolide – André Manique e João Leónidas

Campo de Ourique – Beatriz Correia e Nelson Antunes

Av. Infante Santo – Nelson Antunes

PV211 – João Leónidas

PV215 – Nelson Antunes

PV217 – António Branco

Baluarte do Livramento – Rui Ribolhos

Palácio Fiúza – António Branco

Tratamento de Espólio

Rui Ribolhos

Levantamento Topográfico

Luís Reis

Desenho

Laura Marques e Rui Ribolhos

Processamento fotogramétrico

Laura Marques e Nuno Pires

Prospeção Arqueológica

Raquel Santos e Nuno Pires

ENTIDADE ENQUADRANTE – Logística e Gestão de Projeto

Consórcio das empresas

Lisboa, Outubro de 2024

1 INTRODUÇÃO

Este documento corresponde à **Parte 1 dos ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS** (LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040004 0). Integra-se num conjunto de estudos e planos realizados em fase de RECAPE do Projeto de Execução do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa, relativos ao descritor património cultural que incluem:

- **RELATÓRIO BASE** (LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040003 0) documento em que se procura, em síntese, atualizar a situação de referência e proceder a uma reavaliação dos impactes baseada no conhecimento do projeto e das atualizações que sofreu em fase de anteprojeto e projeto de execução.
- **ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS.PARTE 1** (LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040004 0). Neste volume são expostos os resultados dos estudos realizados em fase de RECAPE, para toda a área de incidência do projeto, à exceção do Baluarte do Livramento;
- **ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS.PARTE 2** (LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040005 0) – Estudos histórico e arqueológico do Baluarte do Livramento. Pelo seu grau de afetação, volume, complexidade e para maior facilidade de consulta, separou-se este documento do anterior.
- **Anexos** (LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040006 0) – Anexos dos Estudos Histórico-Arqueológicos). Aqui incluem-se:
    - **Anexo 1** – FICHAS DE ELEMENTO PATRIMONIAL
    - **Anexo 2** – APÊNDICE DOCUMENTAL – BALUARTE DO LIVRAMENTO
    - **Anexo 3** – PLANO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS
    - **Anexo 4** – AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS PELA CCDRLVT
    - **Anexo 5** – CONSULTAS DE RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES SOBRE INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO BALUARTE E ENVOLVENTE
    - **Anexo 6** – PLANTA DE PORMENOR DO BALUARTE DO LIVRAMENTO[1]
    - **Anexo 7** – DESENHOS (Intervenção arqueológica)
    - **Anexo 8** – ESPÓLIO
    - **Anexo 9** – FOTOGRAFIAS DE UES
    - **Anexo 10** – FOTOGRAMETRIAS
    - **Anexo 11** – ESTUDOS GEOTÉCNICOS
- **PLANO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL** (PSP) (LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040007 0). Documento em que se apresentam todas as medidas previstas de salvaguarda do património cultural, dando resposta à DIA e tendo como ponto de partida o resultado dos estudos histórico-arqueológicos realizados em fase de RECAPE.
- **PLANO DE COMPENSAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL** (PCVPC) (PLANO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL) – Neste volume apresentar-se-ão todas as medidas de compensação e valorização a desenvolver, em consonância com as determinações da DIA e os resultados dos estudos e sondagens arqueológicas.

[1] Em execução, assim como os anexos 7,8, 9 e 10.

No **capítulo 2, 3 e 4** apresentamos a localização, objetivos e metodologia dos trabalhos realizados em fase de RECAPE.

No **capítulo 5** procedemos à Caracterização Geral do Património na Área de Incidência do Projeto remetendo para o respetivo anexo "Fichas de Inventário dos Elemento Patrimoniais" com descrição sumária dos Elementos Patrimoniais suscetíveis de sofrer afetação em fase de construção e exploração, designadamente os que se inserem numa faixa de 60 metros centrada no eixo da via e em locais em que haja escavação à superfície (estações, poços de ventilação e viaduto) e onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m. Desta forma, procurou-se aprofundar o conhecimento acerca do património arquitetónico e arqueológico da área afeta ao projeto, com o qual estaremos em condições de melhor propor ações de salvaguarda do património cultural. Assim, começámos por desenvolver uma análise da evolução urbanística, identificação e descrição sumária dos elementos patrimoniais situados na área do projeto e envolvente próxima (capítulo 5.3).

Foi dada particular atenção para o Baluarte do Livramento (Parte II deste estudo – LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040005 0) e Palácio Fiúza (capítulo 5.11.1), já que importava compreender e localizar os vestígios remanescentes, acautelando a sua preservação, tendo em conta que se tratam de elementos de elevado valor patrimonial e com significativa afetação prevista. Para o estudo Baluarte do Livramento procedeu-se a pesquisa bibliográfica e documental, registo fotográfico sistemático. Os dados recolhidos no âmbito do estudo histórico foram cruzados com os resultados das sondagens arqueológicas efetuadas no passado e no presente estudo.

Quanto ao património arqueológico, com a pesquisa efetuada sobre os sítios e trabalhos arqueológicos na envolvente do projeto pretendeu-se, por um lado, atualizar a situação de referência e, por outro, aprofundar o conhecimento do património arqueológico existente na envolvente, de forma a inferir e prever a ocorrência de achados arqueológicos na fase de escavação para a construção das estações, túnel e poços de ventilação.

No **capítulo 6** damos cumprimento da MM32 da DIA, respeitante à prospeção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo, depósito de terras e caminhos de acesso à obra. De momento estão propostas as áreas de estaleiro, reservando-se a realização de novas ações de prospeção assim que estabelecidas as zonas das manchas de empréstimo e depósito de terras.

No **capítulo 7** apresentamos os resultados das sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico nas zonas com prevista afetação à superfície, dando cumprimento à MM29 da DIA. Pretendeu-se avaliar previamente a potência estratigráfica e o potencial arqueológico de cada sítio em que a obra do metro obrigará a escavação à superfície, designadamente estações, poços de ventilação (PV) e área onde o túnel transita para viaduto (adiante do Baluarte do Livramento), de forma a melhor planear os trabalhos arqueológicos subsequentes.

No **capítulo 8** apresentamos os resultados das sondagens parietais realizadas no Palácio Fiúza, no corpo cuja demolição está prevista.

2 LOCALIZAÇÃO

A área de incidência situa-se nas freguesias de Avenidas Novas, Campolide, Santo António, Campo de Ourique, Estrela e Alcântara.

Tabela 1 – Coordenadas geográficas dos principais pontos do traçado.

Local	km	Latitude	Longitude
INÍCIO DO TÚNEL	Km=0+000,000	38°43'47.74"N	9° 9'28.62"W
ESTAÇÃO CAMPOLIDE/ AMOREIRAS	Km=0+616.221	38°43'30.50"N	9° 9'36.26"W
PV 211	Km=1+000.000	38°43'18.86"N	9° 9'36.29"W

Local	km	Latitude	Longitude
ESTAÇÃO CAMPO DE OURIQUE	Km=1+672.808	38°43'4.24"N	9° 9'54.99"W
PV 215	Km=2+098.037	38°42'50.66"N	9° 9'54.95"W
INFANTE SANTO ESTAÇÃO	Km=2+518.438	38°42'37.75"N	9° 9'58.51"W
OBRA ESPECIAL TÚNEL ZONA DO BALUARTE		38°42'23.48"N	9°10'19.69"W
VIADUTO DE ALCÂNTARA		38°42'24.13"N	9°10'24.35"W
ALCÂNTARA ESTAÇÃO (ELEVADA)	Km=3+524.832	38°42'24.60"N	9°10'30.20"W
Obra especial OE6 – Troço a céu aberto de		38°42'24.95"N	9°10'33.77"W
PV 217	Km=3+890.476	38°42'28.35"N	9°10'44.34"W
FIM DO TÚNEL	Km=4+097.224	38°42'28.01"N	9°10'52.68"W

A Altitude da área afeta ao projeto situa-se entre 110 metros (no Km=0+000,000) e 40m (Km=4+097.224) acima do nível médio das águas do mar no marégrafo de Cascais.

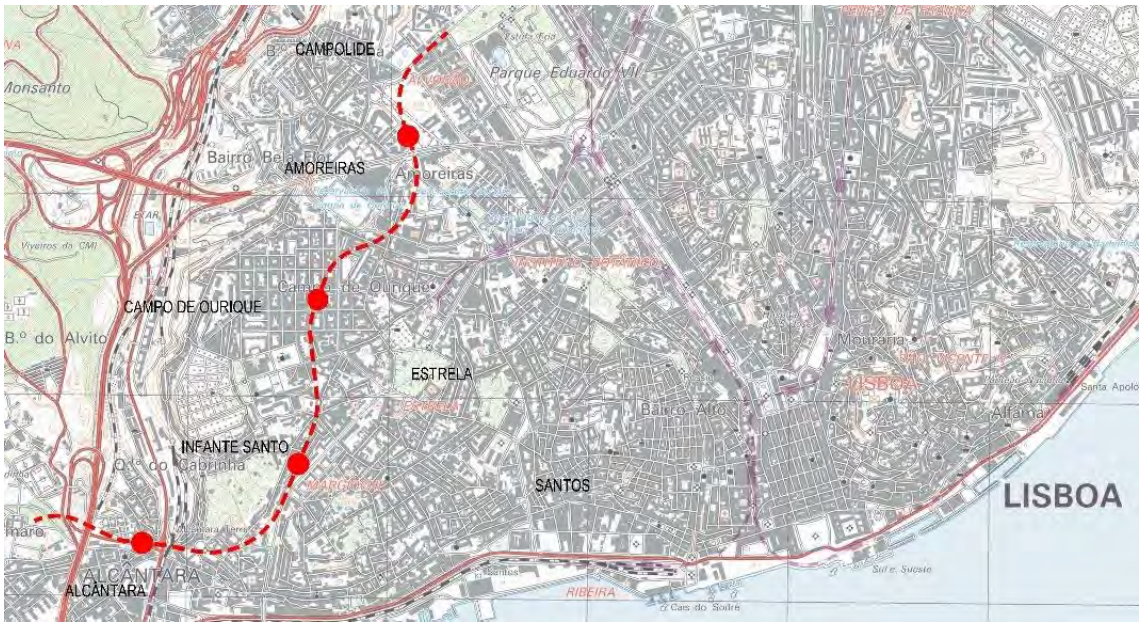


Figura 1 – Localização do Prolongamento da Linha Vermelha sobre carta militar de Portugal, folha 431 (imagem produzida a partir de desenho n° 7.1 (março de 2022).



Figura 2 – Planta das principais infraestruturas do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara (LVSSA) – implantação no Google Earth.

3 OBJETIVOS

São objetivos desta fase dos trabalhos responder às seguintes Condicionantes (C), Elementos a Apresentar em RECAPE (EAR) e Medidas de Minimização (MM) da DIA.

- **C3b** – *Junto ao **Baluarte do Livramento** (...) realização do adequado **diagnóstico arqueológico** que demonstre que a plataforma defronte da muralha noroeste, à saída do túnel, corresponderá a um afloramento rochoso, e não a uma estrutura (desmoronada) pertencente à designada segunda muralha inferior existente a norte.*

- **EAR 5.** *Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.*
- ***MM29.** Prever a **execução de sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico** nas áreas de afetação à superfície para definição e caracterização das sequências estratigráficas, nomeadamente nas áreas dos poços de ventilação e acesso, estações a construir, acessos viários da Estação de Alcântara, do Núcleo A, Rua da Alcântara e do Núcleo B, Rua da Costa.*
- **MM32.** ***Prospeção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra**, caso as mesmas se encontrem fora das áreas prospetadas nessa fase ou caso tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo.*

4 METODOLOGIA GERAL DA INTERVENÇÃO

a) Estudo dos antecedentes relativos à Fase de Estudo Prévio

Numa fase inicial procedeu-se à recolha e análise da documentação produzida no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto realizada em Fase de *Estudo Prévio* (n° 3462), com particular atenção para tudo o que diz respeito ao projeto e ao Descritor Património Cultural, designadamente aos elementos adicionais acrescentados em função do parecer da CA, designadamente:

- Estudo de Impacte Ambiental (versão consolidada após o aditamento pedido pela CA);
- *Resumo Não Técnico;*
- *Relatório Síntese*;
- Anexo 5 – Património Cultural;
- Peças desenhadas ;
- Pedido de Informação Prévia;
- DIA.

b) Análise do Projeto

Foi levada a cabo uma análise das peças escritas e desenhadas relativas ao projeto previsto, com particular atenção para as alterações desenvolvidas em fase de anteprojeto e projeto de execução.

c) Estruturação do estudo

Foi definida e estruturação do estudo com vista à sua elaboração em conformidade com o enquadramento legal, designadamente:

- Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) n.° 3462;
- Decreto-Lei n.° 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.° 152-B/2017, de 11 de dezembro;
- Documento Orientador – "Normas Técnicas para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução" (Documento n.° 01/2016/GPF, aprovado em dezembro de 2015);
- Lei n.° 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;

- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Circular da DGPC em vigor, emitida 10 de setembro de 2004, "Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental" que determina os procedimentos a seguir neste tipo de estudos, quer se trate de anteprojeto e estudo prévio ou de projeto de execução.

d) Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

O **relatório base** integra:

- identificação da **Equipa Técnica** Responsável pela Realização do RECAPE no descritor património cultural
- Atualização da Situação de Referência;
- Reavaliação de Impactes Ambientais;
- Conformidade com a Declaração de Impacte Ambiental;

e) Estudos histórico- arqueológicos (corresponde ao presente volume, parte I e II)

f) Plano de Salvaguarda do Património Cultural

O **Plano de Salvaguarda do Património Cultural** dá resposta às condicionantes e medidas de minimização previstas na Declaração de Impacte Ambiental do Procedimento de AIA 3462.

g) Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC)

O Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural corresponde dá resposta às condicionantes e medidas de minimização previstas na Declaração de Impacte Ambiental do Procedimento de AIA 3462.

5 ESTUDO HISTÓRICO E PATRIMONIAL

5.1 Metodologia

Para o presente estudo das ocorrências patrimoniais a afetar com o desenvolvimento do projeto foi levada a cabo uma revisão do inventário e aprofundamento da caracterização das ocorrências patrimoniais identificadas em fase de estudo prévio submetido a procedimento de AIA, circunscrevendo agora a área de estudo a um corredor de 60 metros centrando no eixo do traçado (nas áreas em que o túnel tem uma profundidade inferior a 25 metros) e áreas mais sensíveis com intervenção à superfície (estações, poços de ventilação e viaduto), de acordo com o definido na MM31 da DIA[2].

A redução da área de estudo teve por objetivo a realização de uma análise mais aprofundada, em particular das ocorrências potencialmente sujeitas a algum tipo de impacte.

[2] MM31. *Apresentar um levantamento do estado de conservação interior e exterior do património arquitetónico localizado numa faixa de 60 m centrada a eixo dos traçados e onde a profundidade dos túneis seja inferior a 25 m.*

Assim, nesta fase procedeu-se à revisão e atualização do inventário do património cultural feito em fase de Estudo Prévio, tendo agora em consideração as "áreas mais sensíveis" correspondente a:

- uma faixa de 60 metros centrada no eixo do traçado;
- locais com escavação a céu aberto estações e poços de ventilação;
- construção do viaduto onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m;
- localização dos estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes.

Foi levada a cabo uma caracterização dos mesmos, aprofundando o EIA efetuado em fase estudo prévio.

Para o efeito foi realizada a seguinte pesquisa:

a) **Estudos anteriores** efetuados em fase de estudo prévio;
b) **Consulta das bases de dados e geoportais de entidades oficiais** relativas ao inventário de património arqueológico e arquitetónico, designadamente:
- Património Cultural, I.P. - Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação;
- DGPC – Endovélico – relativo a sítios e trabalhos arqueológicos inventariados disponíveis no Portal do Arqueólogo;
- Património Cultural, I.P. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico);
- Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM) – Bens Culturais identificados na Carta Municipal do património elencados no anexo II (Imóveis, conjuntos e sítios classificados e em vias de classificação) e anexo III (lista de bens da carta municipal do património edificado e paisagístico)
c) **Pesquisa documental e arquivística**, designadamente de cartografia antiga, plantas e licenças de obra no Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Militar, entre outros, relativas a elementos do património arquitetónico de maior valor patrimonial ou cuja conhecimento mais aprofundado se considere essencial na cumprimento e preconização de medidas de minimização adequadas;
d) **Levantamento bibliográfico** necessário ao aprofundamento da caracterização dos elementos patrimoniais afetados;
e) **Consulta dos relatórios das intervenções arqueológicas** realizadas no baluarte e envolvente próxima.
f) **Preparação de cartografia** para implantação dos valores patrimoniais à escala 1:5000 (planta de condicionantes).

O **trabalho de campo** implicou o reconhecimento do terreno com o objetivo de localizar as ocorrências previamente identificadas e de proceder ao seu registo fotográfico. Foi tida particular atenção às ocorrências patrimoniais sujeitas a maior impacte (como o Baluarte do Livramento e o Palácio Fiúza), procedendo a um registo sistemático, com vista à elaboração de uma caracterização mais completa.

Nesta fase, o trabalho de campo teve ainda como objetivo a identificação de ocorrências eventualmente não identificadas em fase de estudo prévio e de pesquisa.

As ocorrências de interesse patrimonial detetadas foram alvo de registo em ficha de património individualizada com de número de ocorrência, descrição, georreferenciação ou referência cartográfica, acompanhada de registo fotográfico.

Este inventário, registo e caracterização serviu de base para a atualização da caracterização da situação de referência, reavaliação de impactes e definição de medidas de minimização e valorização do património cultural a implementar no PSPC e PCVPC.

Tendo em conta a indissociabilidade do património arquitetónico e arqueológico os resultados dos estudos históricos, registos e intervenção arqueológica foram alvo de análise de síntese conjunta.

Com vista à facilitação da consulta do presente documento apresentamos os estudos realizados organizados pela quilometragem da futura via.

5.2 Identificação de Elementos Patrimoniais

Em síntese foram inventariados os seguintes Elementos Patrimoniais (EP) na área do projeto e envolvente próxima (cujos números correspondem ao n° de OP [Ocorrência Patrimonial] atribuídos em fase de estudo prévio) tendo-se excluído todos aqueles que se situam a uma distância superior a 30 m (do eixo da via ou da área de incidência direta) ou nos locais em que o túnel tem uma profundidade superior a 25 m, de acordo com o preconizado na medida 31 da DIA. Todos estes EP são localizados na Carta de Condicionantes e a sua descrição é apresentada na respetiva Ficha de EP em anexo, sendo ainda o seu enquadramento na área urbana em que se insere, apresentado no respetivo capítulo.

Tabela 2 – Lista de Elementos Patrimoniais. Nesta listagem usamos as seguintes abreviaturas: PL – Proteção Legal; MN – Monumento Nacional); ZGP (Zona Geral de Proteção de Monumento Classificado); IIP (Imóvel de Interesse Público); ECV (EVC); MN (Monumento Nacional); MIP (Monumento de Interesse Público); ZEP (Zona Especial de Proteção de Monumento Classificado); PDM – CMP (Carta Municipal de Património do PDM de Lisboa); N° CMPEP (N° de Inventário na Carta Municipal de património), CNS (Código Nacional de Sítio Arqueológico); Km (intervalo de quilómetro ao longo da via onde se situa o EP); DEV (distância ao eixo da via);

N°	Designação	PL	N° CMPEP	CNS	Km	DEV
001	Baluarte do Livramento	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001a	Baluarte do Livramento: muralha noroeste	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001b	Baluarte do Livramento: guarita	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001c	Baluarte do Livramento: muralha sudoeste	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	6m
001d	Baluarte do Livramento: muro nordeste	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001e	Baluarte do Livramento: plataforma adossada ao muro NW	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001f	Baluarte do Livramento: muralha transversal	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001g	Baluarte do Livramento: "reduto filipino"	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001h	Baluarte do Livramento: plataforma de acesso ao paiol	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
001i	Baluarte do Livramento: paiol (parede sul e vestígios da porta no interior)	PDM – CMP ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0m
018	Tapada da Ajuda (conjunto intramuros)	IIP			3+800-4+000	0m
022	Ponte 25 de Abril	EVC			3+800-4+000	0m
026 + 26Z	Palácio das Necessidades (cunhal sul)	IIP			3+000-3+200	0m

Nº	Designação	PL	Nº CMPEP	CNS	Km	DEV
030a	Aqueduto das Águas Livres: troço de ligação ao Reservatório do Pombal	MN ZEP			0+200-0+400	35m
030b	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga	MN			0+200-0+400	0m
030c	Troço do aqueduto das águas Livres junto ao Reservatório do Arco das Amoreiras	MN			0+800-1+000	0m
030d	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Travessa do Barbosa	MN			1+000-1+200	0 m
030e	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Ferreira Borges	MN			1+400-1+600	0m
030f	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte	MN			2+000-2+200	0m
030g	Aqueduto das Águas Livres: ramal da Tapada das Necessidades.	MN			2+600-2+800	0 m
030i	Aqueduto das Águas Livres: troço de abastecimento da fonte monumental junto ao Palácio das Necessidades	MN IIP	CML: 18		3+200-3+400	5 m
039	Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique / Quartel da Ferreira Borges	MIP PDM – CMP	30.12		1+200-1+400	0m
040	Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica	IIP	212		1+000-1+200	37m
046Z	ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49	ZEP			1+000-1+200	0 m
047Z	ZEP do Bloco das Águas Livres	ZEP			1+000-1+200	150 m
051 + 051Z	Cadeia Penitenciária de Lisboa	MIP			0+000-0+200	9 m
063	Palácio Fiúza	PDM – CMP	02.12		3+400-3+600	0m
071	Quartel de Infantaria da Guarda Municipal	ZEP PDM – CMP	26.92		3+000-3+200	9m
072	Miradouro e Jardim Olavo Bilac / Jardim e miradouro no Largo das Necessidades incluindo Chafariz	PDM – CMP IIP	26.23		3+200-3+400	0m

Nº	Designação	PL	Nº CMPEP	CNS	Km	DEV
074	Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Prior do Crato, 56-58	CMPEP	26.73		- de 25m	51m
075	Convento do Livramento (vestígios) / Edifício da Caixa Geral de Depósitos	CMPEP	26.30		- de 25m	52m
080	Edifício residencial no Largo do Rilvas, 1-1A; Trav. das Necessidades, 19	PDM – CMP ZEP	26.27		3+000-3+200	11m
081	Largo Rilvas	ZEP PDM – CMP	26.76		3+000-3+200	0m
082	Casa nobre	PDM – CMP ZEP	26.70		2+800-3+000	4m
089	Edifício habitacional Travessa do Possolo, 27	PDM – CMP ZEP	17.66		2+400-2+600	30m
090	Conjunto de blocos habitacionais da Avenida infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 e 58-58A	ZEP PDM – CMP	17.39		2+400-2+600	0m
091	Conjunto de blocos habitacionais Av. Infante Santo, 64-72H	PDM – CMP ZEP	17.47		2+400-2+600	46m
103	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	ZGP PDM – CMP	35.14		2+000-2+200	22m
111	Edifício de habitação plurifamiliar	1+600-1+800	35.46		38m	- de 25m
112	Edifício da Agência Barata	PDM – CMP	35.29		1+600-1+800	98m
113	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	PDM – CMP	35.39		1+600-1+800	13m
114	Jardim Teófilo Braga / Jardim da Parada / Monumento à Maria da Fonte	PDM – CMP	35.36		1+600-1+800	0m
118	Reservatório do Arco das Amoreiras	ZEP MN	30.06		0+800-1+000	0m
119	Palacete Ulrich / Casa Veva de Lima	PDM – CMP ZGP	30.36		0+800-1+000	18m
120	Palácio dos Condes de Anadia	PDM – CMP EVC ZGP	30.05		0+800-1+000	11m
122	Reservatório do Pombal	MN ZEP PDM – CMP	10.16		0+200-0+400	11m
123	Conjunto arquitectónico Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de Aguiar.	PDM – CMP ZEP ZGP	50.55		0+000-0+200	5m
136	Edifício na Rua Prior do Crato, n.º 136 a 142	ZEP			3+200-3+400	25m
137	Edifício na Rua da Costa, 8-20	ZEP			3+200-3+400	0m
138	Pátio dos Quintalinhos	ZEP	26.24	16218	3+200-3+400	0 m

Nº	Designação	PL	Nº CMPEP	CNS	Km	DEV
A (I 408)	Núcleo de Alcântara: Acrescento de Edifício no Acesso à Ponte 25 de Abril, 2	-			3+400-3+600	23m
A (I 409)	Núcleo de Alcântara: Edifício Acesso à Ponte 25 de Abril, 7-11	-			3+400-3+600	21m
A (I 410)	Núcleo de Alcântara: Logradouro - Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n	-			3+400-3+600	22m
A (I 411)	Núcleo de Alcântara: Logradouro no Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n	-			3+400-3+600	21m
A (I 412)	Núcleo de Alcântara: Edifício na Rua de Alcântara, 18	-			3+400-3+600	32m
B (I 389)	Edifício na Rua da Costa, 22-26	ZEP			3+200-3+400	12m
B (I 390)	Edifício na Rua da Costa, 28	ZEP			3+200-3+400	15m
B (I 391)	Edifício na Rua da Costa, 30-32	ZEP			3+200-3+400	12m
B (I 402)	Edifício na Travessa do Livramento, 20-22	ZEP			3+200-3+400	12m
B (I 404)	Edifício na Travessa do Livramento, 24-26	ZEP			3+200-3+400	12m
B (I 405)	Edifício na Travessa do Livramento, 28	ZEP			3+200-3+400	14m
B (I 406 e 407)	Edifício na Travessa do Livramento, 30	ZEP			3+200-3+400	3,2 m
B (I.387)	Logradouro na Rua do Costa	ZEP			3+200-3+400	3m
B (I.403)	Edifício na Travessa do Livramento, 21	ZEP			3+200-3+400	11m
C	Conjunto C: Núcleo das Necessidades e Cova da Moura	ZEP IIP			3+000-3+200	1m
G	Núcleo do Bairro de Campo de Ourique	ZGP			1+400-1+600	0m
L	Conjunto arquitectónico / Rua D. João V, 2 a 22 e 7 a 17, Rua Custódio Vieira, 3 a 5 e 2 a 8 e Rua Gorgel do Amaral, 3 a 7	ZEP PDM – CMP ZGP	30.07		1+000-1+200	0m
M (I 418)	Conjunto M: interferência 418 (Garagem ?)	-			3+400-3+600	16m
M (I 419)	Conjunto M: interferência 419	-			3+400-3+600	28m
M (I 420)	Conjunto M: interferência 420	-			3+400-3+600	40m
M (I 421)	Conjunto M: interferência 421	-			3+400-3+600	50m

5.3 Caracterização Geral do Património na Área de Incidência do Projeto

5.3.1 Km 0+000–0+400

Entre o km 0+000 e 0+400, o futuro túnel atravessa uma área integralmente inserida **em áreas de proteção legal**, designadamente dos seguintes monumentos:

- **Cadeia Penitenciária de Lisboa** (EP 051) – **MIP – monumento de interesse público**
- **Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados** (EP 030a, 030b, EP122) – classificado como **MN – monumento nacional**

Tabela 3 – Elementos patrimoniais entre o km 0+000 e 0 km 0+400.

N°	Designação	Km	DEV	Prof.
30a	Aqueduto das Águas Livres: troço de ligação ao Reservatório do Pombal	0+200–0+400	35m	- de 25m
030b	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga	0+200–0+400	0m	**+ de 25m[3]**
051	Cadeia Penitenciária de Lisboa	0+000–0+200	9 m	- de 25m
122	Reservatório do Pombal	0+200–0+400	11m	- de 25m
123	Conjunto arquitetónico Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de Aguiar.	0+000–0+200	5m	- de 25m



Figura 3 – Ortofoto (Google Earth) com implantação do projeto entre o Km 0+000 e 0+400 e elementos patrimoniais identificados, embora o assinalado a azul se situe num local onde a profundidade do túnel será superior a 25 metros.

[3] Apesar de o túnel aqui se cruzar com o aqueduto a mais de 25 metros de profundidade dado o seu elevado valor patrimonial e o facto de também ele ser um elemento subterrâneo, optamos por o incluir.



Figura 4 – Pormenor de localização do aqueduto no cruzamento da via junto ao reservatório do Pombal (EP030a e EP030b)

É importante ressalvar que, relativamente à cadeia penitenciária (**EP 051**), a via passa nos limites do monumento e que no caso do troço do aqueduto (**EP 030b**), embora a via se vá cruzar com ele, terá neste ponto, mais de 25m de profundidade. **Importa aferir, através dos levantamentos topográficos previstos, qual a distancia que separará a escavação do túnel com o topo do aqueduto. Mais delicado é o cruzamento do troço do aqueduto que liga ao reservatório do Pombal (EP 030a), uma vez que aqui o túnel tem uma profundidade inferior a 25m, tornando-se ainda mais importante, aferir a distância.**

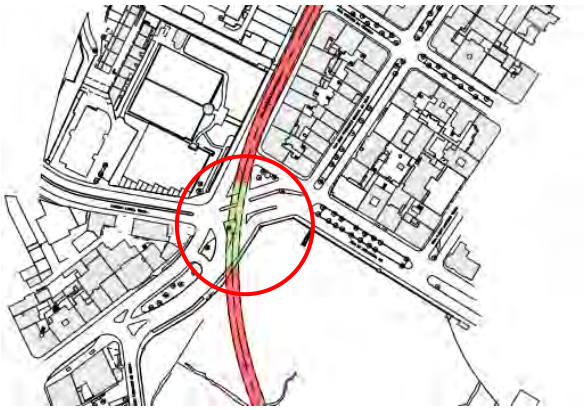


Figura 5 – Área do túnel com profundidade superior a 25m, no local de cruzamento com um dos troços do aqueduto (EP 030b).

Entre km 0+000 e 0 km 0+400 o túnel atravessa uma área densamente urbanizada, o que ocorreu principalmente a partir da 1ª metade do século XX, como observamos através da análise da cartografia histórica. Em meados do séc. XIX é edificado o reservatório do Pombal (**EP122**) integrado no conjunto do Aqueduto das Águas Livres (MN) e a partir do qual a água era conduzida, através de aquedutos subterrâneos que se cruzam com o futuro túnel do metro (EP30a) e EP30b). No final do século XIX (1873) é aqui construída a cadeia penitenciária de Lisboa (**EP051**) e começa-se a planear (planta de 1871) a construção dos quarteirões de edifícios de rendimento que lhe ficam a sul (**EP123**), embora os arruamentos e primeiras

edificações apenas surjam cartografados na planta de 1940 e já quase completamente edificados em 1950 (Lxi, cartografia histórica).

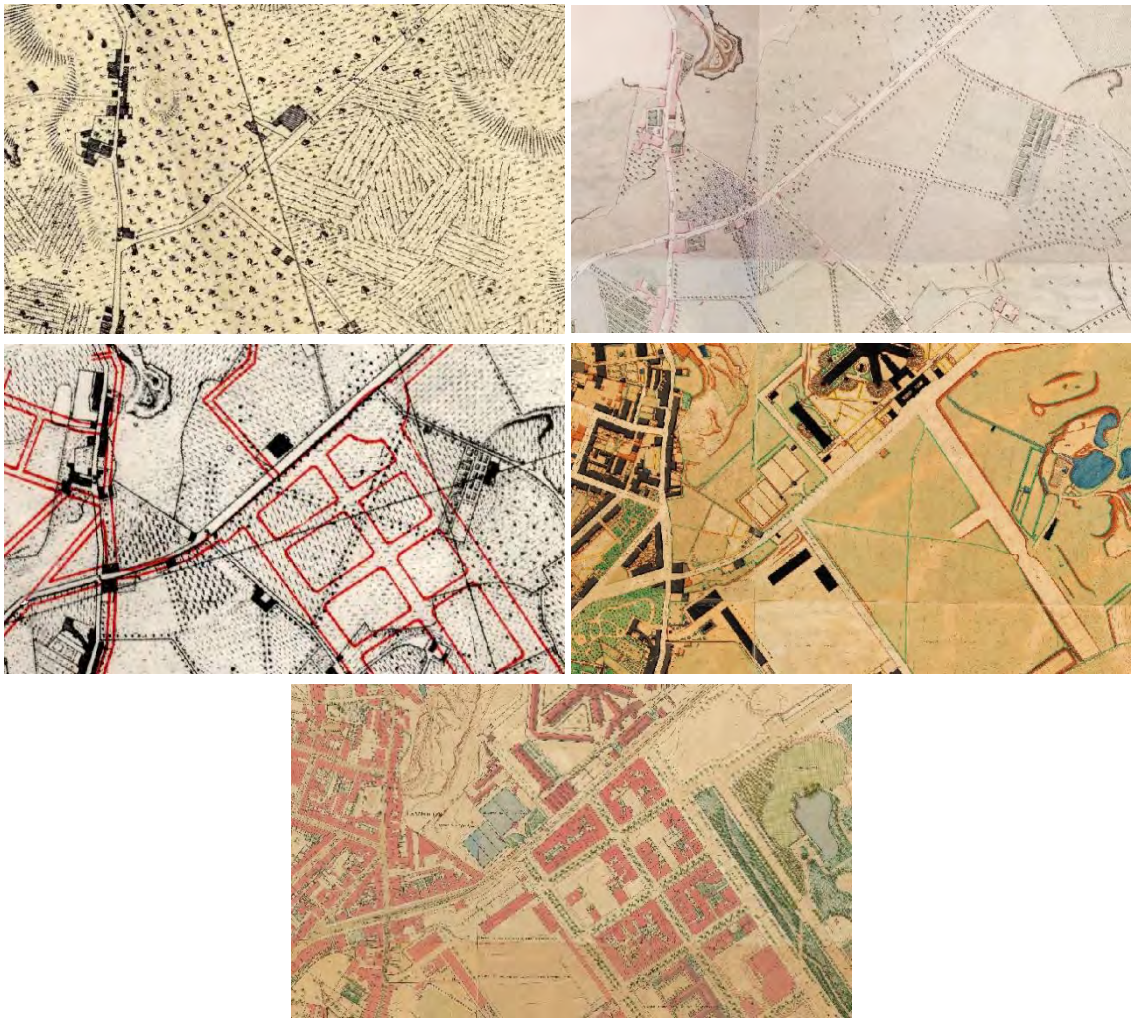


Figura 6, 7, 8, 9, 10 e 11 – Cartografia histórica do local que ilustra a evolução urbana entre 1807 e 1950 (Lxi, cartografia histórica, plantas de 1807, 1856-58, 1871, 1911 e 1950) entre o Km0+000 e 0+400.

A Cadeia Penitenciária de Lisboa (**EP 051**) foi edificada em 1873: "A estrutura, concebida de acordo com as teorias mais visionárias da época para o alojamento e vigilância de populações reclusas, segue o sistema panóptico radial." (Ficha SIPA).



Figura 12, 13, 14 e 15 – Cadeia Penitenciária de Lisboa (**EP 051**) (fotografia de Nuno Pires, agosto de 2024.

O Reservatório do Pombal (**EP122**) localiza-se numa das zonas mais altas da cidade e recebia água do Aqueduto das Águas Livres, tendo sido edificado em 1858. (Ficha SIPA, IPA.00006811). Analisando a cartografia histórica de Lisboa ele apenas se encontra representado, tal como se encontra na atualidade, na planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica).

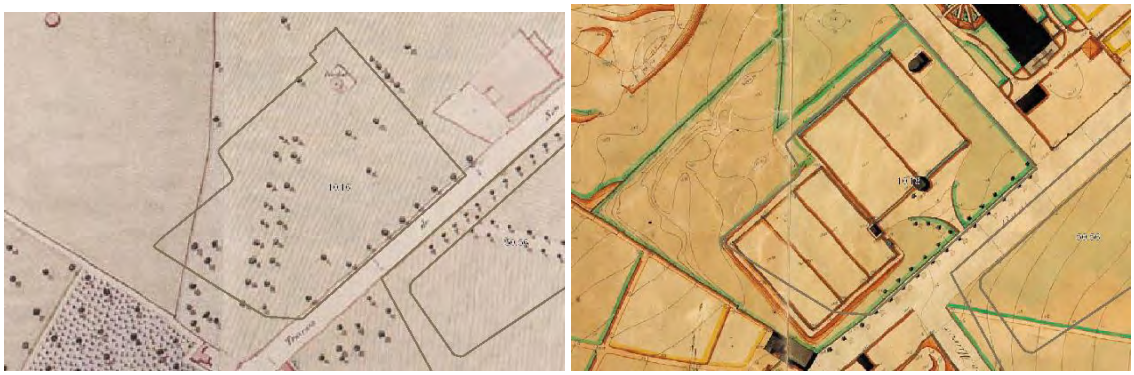


Figura 16 e 17 – Área do reservatório entre 1807 e 1950 (Lxi, cartografia histórica, plantas de 1807 e 1911).




Figura 18 e 19 – Reservatório do Pombal (fotografia de Nuno Pires, agosto de 2014).

Relativamente ao **EP123**, (conjunto 50.53 da Carta Municipal do Património) através da análise da cartografia histórica, percebe-se que o planeamento deste espaço surgiu na 2ªmetade do séc. XIX (planta de 1871) mas que no início do século XX (planta de 1911) ainda não existiam construções nem arruamentos. Estes e respetivas construções surgem já na planta de 1940 e os quarteirões encontram-se já quase completamente edificados em 1950 (planta de 1950).



Figura 20 – Localização do EP123 em ortofoto com implantação do projeto.



Figura 21, 22, 23, 24 – Evolução do conjunto inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 50.55 (EP123) entre 1871 e 1950 (Lxi, cartografia histórica de 1871, 1911, 1940 e 1950).



Figura 25 – EP 123 (fotografia de Nuno Pires, agosto de 2014).

Ainda dentro deste conjunto (EP 123) e a uma distância inferior a 30 metros do eixo da via encontram-se inventariados os seguintes subconjuntos na Carta Municipal do Património:

- **50.56** – Conjunto arquitetónico Rua Marquês de Fronteira, Rua Rodrigo da Fonseca, Rua D. Francisco Manuel de Melo e Rua de Artilharia Um;
- **50.57** – Conjunto arquitetónico Rua Rodrigo da Fonseca, 210 a 216, Rua Marquês de Fronteira, 111 a 117, Rua Castilho, 235 e 237 e Rua D. Francisco Manuel de Melo, 16.



Figura 26 e 27 – Conjunto 50.56 e 50.57 integrados no conjunto 50.53 (EP 123).

Relativamente à fase de estudo prévio ficam entre o km 0+000 e 0+400 excluídos os seguintes patrimoniais que se considera que não terão afetação.

Tabela 4 – Elementos excluídos entre o km 0+000 e 0+400.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
054	Casa de Ventura Terra	-0+000	280 m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
143	Rua Marquês da Fronteira, n.º 64 a 70	0+200-0+400	53m	+ de 25m	O túnel localiza-se a + de 30m do eixo da via e uma profundidade superior a 25m

5.3.2 Km 0+400-0+800

Do ponto de vista do património classificado esta é uma área menos sensível, apenas se cruzando com a **zona de proteção do aqueduto** (Monumento Nacional), no local referido no ponto anterior (EP30b) e, do lado sul, em que se cruzará com o aqueduto logo a seguir ao km 0+800, como veremos no ponto seguinte (EP30c). Não existem elementos patrimoniais localizados a menos de 30m da linha tenho ficado excluído o EP 121 (Antigo Hospital Militar Principal), identificado em fase de estudo prévio, por se localizar já a 74m da via.

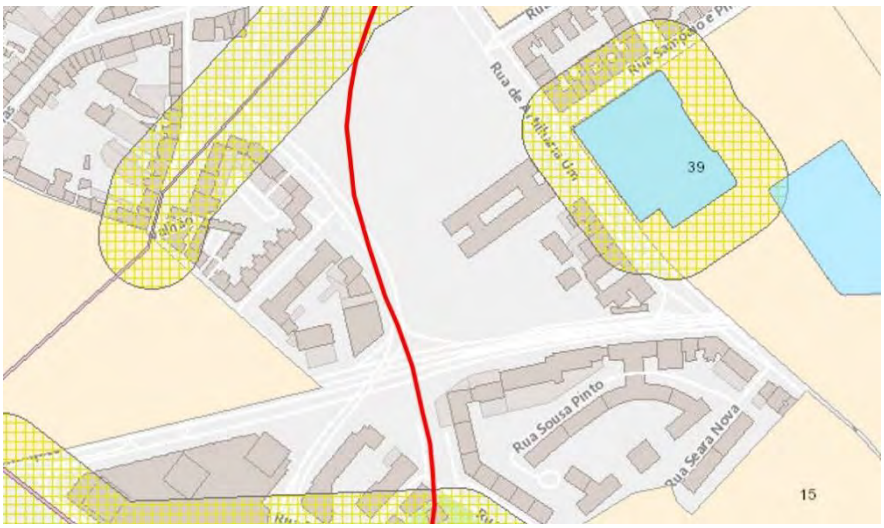


Figura 28 – Áreas de proteção do património classificado entre o km 0+400 e 0+800.

A área entre o km 0+400 e 0+800 é uma área densamente urbanizada, facto que ocorreu a partir do século XIX mas principalmente a partir da 1ª metade do século XX, como se verifica pela análise da cartografia histórica.



Figura 29 – Ortofoto (Google Earth) com implantação do projeto entre o Km 0+400 e 0+800.





Figura 30, 31, 32, 33, 34 , 35, 36 e 37 – Evolução urbana entre 1780 e 2016 (Lxi, cartografia histórica, plantas de 1780, 1807, 1856-58, 1871, 1878, 1911, 1950 e ortofoto de 2016) com implantação aproximada da linha.

Neste local situar-se-á a futura **estação de Campolide Amoreiras**, pelo que Importa compreender com mais detalhe a evolução urbana deste espaço. Verifica-se que no final do século XVIII se encontram já assinalados como caminhos o alinhamento da Rua Professor Sousa Câmara – Rua das Amoreiras (ângulo noroeste), frente de rua na qual se contruirão edifícios ao longo do século XIX e XX, sendo uma parte significativa desta área ocupada por espaços verdes, designadamente um espaço ajardinado pertencente a um casarão construído mais recuado face ao arruamento, claramente visível na planta de 1911, que terá sido demolido entre os anos 50 e 70 do século XX e cujo jardim foi cortado na construção da Avenida Fernando de Sousa edificada também por esta altura.



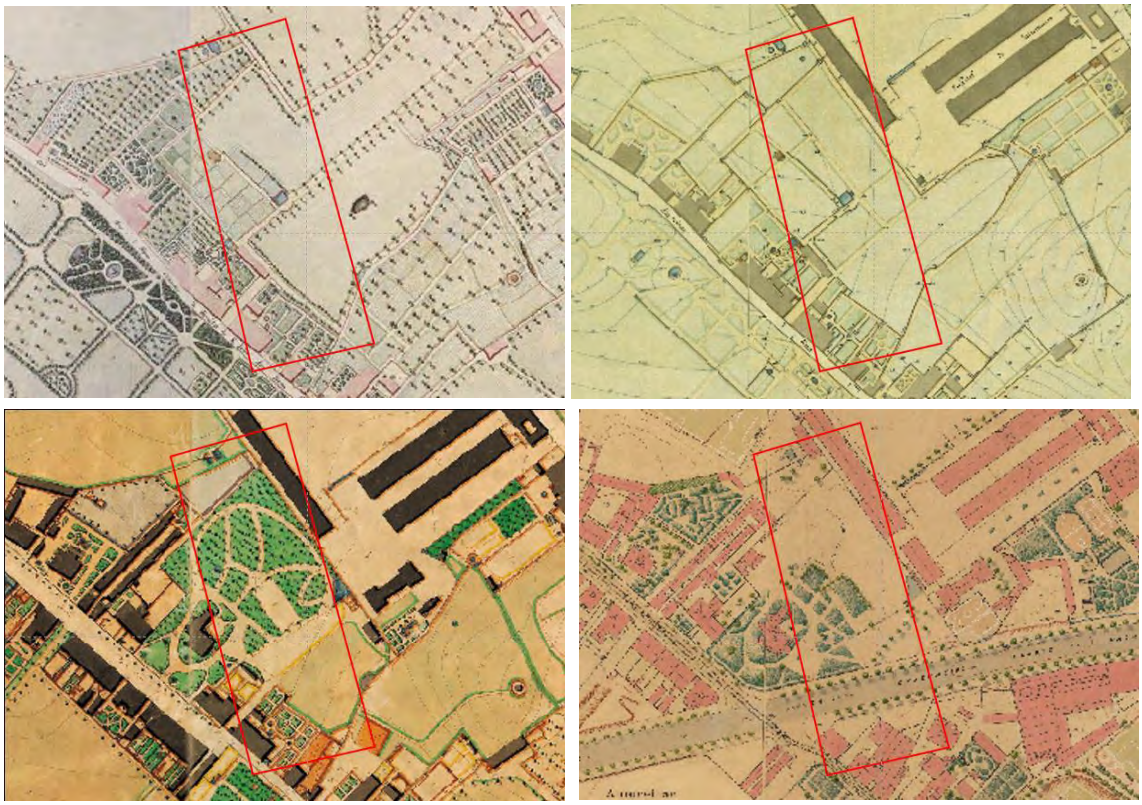


Figura 38, 39, 40, 41, 42 e 43 – Ortofoto de 2023 (google) com implantação da área da estação de Campolide–Amoreiras. Evolução urbana desta área entre 1780 e 1950 (Lxi, cartografia histórica, plantas de 1780, 1856–58, 1876, 1911 e 1950).

Tabela 5 – Elementos excluídos entre o km 0+400 e 0+800.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
121	(Antigo) Hospital Militar Principal (anexo de Campolide)	0+400–0+600	74m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via

5.3.3 Km 0+800–1+000

Entre o km 0+800 e 1+000 a linha atravessa em túnel (a uma profundidade inferior a 25 metros) sem nenhuma área com afetação à superfície. Atravessa as seguintes áreas de proteção legal do património:

- **ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas** Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49;
- **Zona Geral de Proteção: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados, Classificado como MN – Monumento Nacional.**

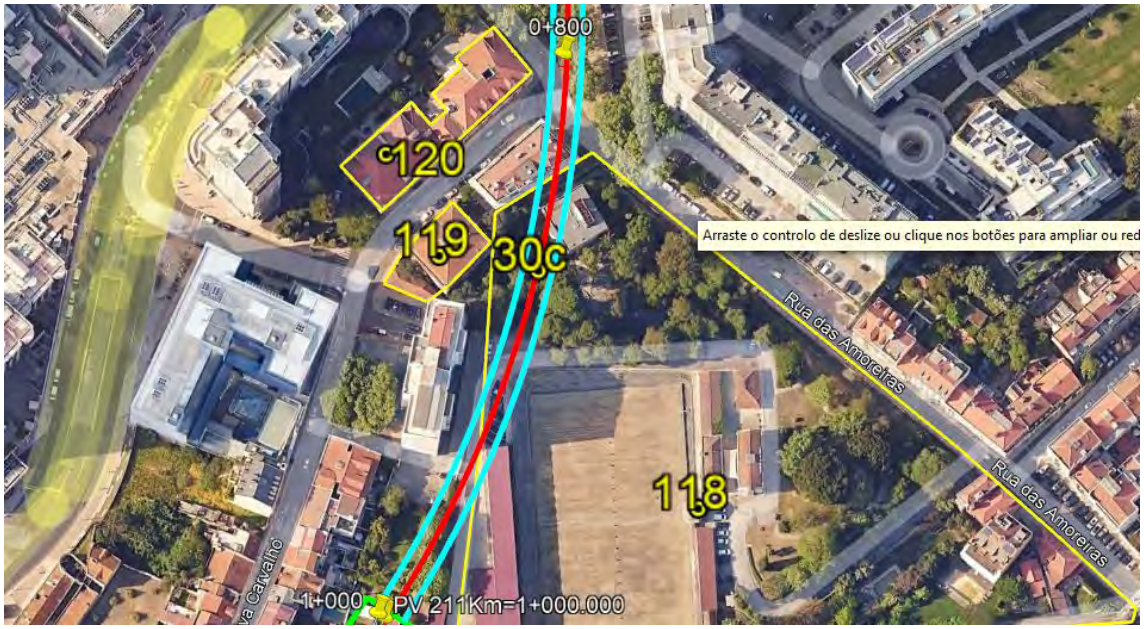


Figura 44 – Ortofoto (Google Earth) com implantação do projeto entre o Km 0+800 e 1+000 e elementos patrimoniais identificados.



Figura 45 – Áreas de proteção do património classificado entre o km 0+800 e 1+000.

Trata-se de uma área pouco urbanizada até ao final do séc. XVIII, altura em que estavam já definidos os arruamentos correspondentes às atuais Rua Silva Carvalho e Rua das Amoreiras e pontuam algumas construções em que se destaca o Palácio dos Condes de Anadia (**EP 120**) e respetiva da Quinta de São João. A urbanização da Rua Silva Carvalho prossegue ao longo do século XIX, surgindo no final do séc. XIX o Palácio Ulrich (**EP 119**) junto ao cruzamento. Esta área é travessada por estruturas relacionadas com o complexo sistema do Aquedutos das Águas Livres e Reservatório das Amoreiras (**EP 030c** e **EP 118**), edificado entre 1856-58 e 1878, que liga, a

escassos metros, ao Reservatório da Mãe d' Água das Amoreiras. A partir daqui distribui-se um ramal do troço das Amoreiras (**EP30d**) que cruza com o futuro PV211 e, mais adiante, com o túnel.



Figura 46, 47, 48, 49, 50 e 51 – Km 0+800 e 1+000: evolução urbana entre 1780 e 1950 (Lxi, cartografia histórica, plantas de 1780, 1807, 1856-58, 1876, 1911 e 1950).




Figura 52 e 53 – Palácio dos Condes de Anadia (EP 120) (Fotografia de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 54 e 55 – Palácio Ulrich (EP 119) (Fotografia de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 56 e 57 – Reservatório das Amoreiras (EP 118) (Fotografia de Nuno Pires, agosto de 2024).

No que ao **património arqueológico** diz respeito, embora a uma distância significativa, não queremos deixar de referir a existência de um sítio inventariado na envolvente, a cerca de 220 metros do eixo da via. Trata-se do sítio designado como **Lisboa – Travessa das Águas Livres, com o CNS 12715** do período paleolítico: "*Foi aberto um acesso ao parque de estacionamento existente no terreno do colégio dos Maristas com entrada principal ao nº 77 da Rua da Artilharia*

1, do qual resultou um perfil estratigráfico onde se observou um paleosolo antigo, pré-histórico composto por cerca de 30 artefactos líticos." (sem data, Portal do Arqueólogo[4]).



Figura 58 – Localização do CNS 12715 (Paleolítico).

Este achado pode ter algum significado, dado que não muito longe da área do projeto, a cerca de 500 metros para oeste da linha estão identificados mais 3 sítios arqueológicos pré-históricos:

- **CNS 6834 – Lisboa – Túnel do Rossio.** (Campolide). Período: Neo-Calcolítico

"*Durante a construção do túnel do Rossio para a passagem dos comboios, no final do século XIX, identificaram-se duas* ***galerias ou salas sobrepostas****, eventualmente associadas à exploração de sílex (Choffat 1889, 1907). Os materiais identificados encontram-se no Museu Geológico. (atualizado por C. Costeira, 26/04/19).*" [5]

- **CNS 18773 – Lisboa – Calçada dos Mestres** (Campolide). Período: Paleolítico Inferior;

Paleolítico Médio; Mancha de Ocupação: "*Descoberta por Fonseca Cardoso, em 1892, quando este se encontrava a visitar as obras do túnel do Rossio. Foram identificados materiais do Paleolítico Inferior e Médio se se considerar correcta a interpretação de Fonseca Cardoso. Para Afonso do Paço, o material é de aparência acheulense e mustierense.*"[6]

- **CNS 18775 – Rabicha** (Campolide). Períodos: Paleolítico; Vestígios de Superfície: "*Em 1892, Fonseca Cardoso, identifica dois artefactos acheulenses, que publica em 1895. Estes*

[4] Portal do Arqueólogo, Lisboa – Travessa das Águas Livres (CNS 12715). Disponível em: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=56363
[5] Portal do Arqueólogo, Lisboa – Túnel do Rossio (CNS 6834). Disponível em: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=51743
[6] Portal do Arqueólogo, CNS 18773 – Lisboa – Calçada dos Mestres: Disponível em: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2187358

materiais foram recolhidos na margem esquerda da Ribeira de Alcântara, junto à entrada do túnel do Rossio, em Campolide."[7]



Figura 59 – Sítios arqueológicos de cronologia pré-histórica a cerca de 500 m a oeste da futura linha (Portal do Arqueólogo).

Relativamente ao Estudo Prévio foi excluído o seguinte EP por se considerar que não possui valor histórico-arquitetónico.

Tabela 6 - Elemento excluído entre o km 0+400 e 0+800.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
142	Edifício	420+800-1+000m	0m	- de 25m	Não possui valor histórico-arquitetónico (séc. XX-XXI)

5.3.4 Km 1+000–1+400

O futuro túnel, entre o km 1+000 e 1+400 encontra-se a menos de 30m dos seguintes elementos classificados ou insere-se nas suas zonas de proteção:

- **ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres** (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49 (MN – Monumento Nacional)
- **Aqueduto das Águas Livres**: troço subterrâneo na Travessa do Barbosa **(EP030d)** (MN – Monumento Nacional)
- **Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique** / Quartel da Ferreira Borges **(EP 039)** (MIP – monumento de interesse público)

[7] Portal do Arqueólogo, CNS 18775 – Rabicha. Disponível em: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2187360

- **Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica (EP 040)** (IIP – imóvel de interesse público)
- **Bloco das Águas Livres (EP047)** MIP – Monumento de Interesse Público.

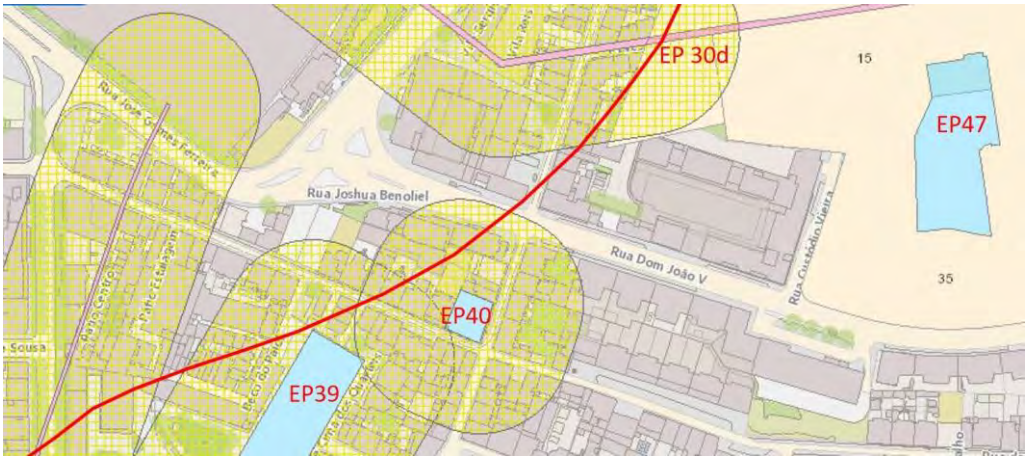


Figura 60 – Monumentos classificados e respetivas áreas de proteção entre o km 1+000 e 1+400 do túnel, a vermelho (Lxi, cartografia histórica).

Tabela 7 – Elementos patrimoniais entre o km 1+000 e 0 km 1+400.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.
030d	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Travessa do Barbosa	1+000–1+200	0 m	– de 25m
039	Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique / Quartel da Ferreira Borges	1+200–1+400	0m	– de 25m
040	Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica	1+000–1+200	37m	– de 25m
047	Bloco das Águas Livres	1+000–1+200	150m	– de 25m
L	Conjunto arquitetónico	1+000–1+200	0m	– de 25m



Figura 61 – Implantação da linha sobre ortofoto entre o km 1+000 e 1+400 e EP identificados (imagem extraída de Google Earth).

O **PV 211** localiza-se no cruzamento das seguintes áreas de proteção legal:

- **EP 30d** – (troço que liga ao reservatório do Arco das Amoreiras e Mãe d'Água na Travessa do Barbosa Zona Geral de Proteção: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (MN – Monumento Nacional);
- **EP 047 + 047Z** – ZEP do Edifício designado «Bloco das Águas Livres»;
- **EP 046Z** – ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49;
- **EP L** – Conjunto arquitetónico inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 30.07 localizado entre a Rua D. João V, 2 a 22 e 7 a 17, Rua Custódio Vieira, 3 a 5 e 2 a 8 e Rua Gorgel do Amaral, 3 a 7.[8]

Mais uma vez um dos troços das Amoreiras (séc. XVIII-XIX), integrado no conjunto classificado do aqueduto das Águas Livres (**EP30d**) que aqui liga à Mãe d'Água das Amoreiras e Reservatório do Arco das Amoreiras (**EP118**) cruza com o futuro túnel (na Travessa do Barbosa, sensivelmente no local do edifício com o nº 8) e com o PV 211, **sendo esta uma área particularmente sensível. Em primeiro lugar a abertura do poço de ataque do PV211 é tangencial ao aqueduto. Em segundo, a escavação entre este e o próprio túnel cruza com o aqueduto, sendo crucial perceber as cotas do aqueduto[9] e das escavações subterrâneas associadas ao PV e ao túnel.**



Figura 62 e 63 – Localização do PV211 e extrato do Atlas do Património Classificado da área, onde se observa que o troço do aqueduto cruza com o PV211 e mais adiante com o túnel.

Entre o km1+000 e 1+400 o túnel atravessa uma área já urbanizada no final do século XVIII com os arruamentos da Rua do Sol ao Rato e da Rua Silva Carvalho bem definidos, como ilustra a planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) e, mais intensamente, ao longo do séc. XIX e XX.

[8] Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação. Disponível em: https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91
[9] Informação que ainda não dispomos (Inspeção dos aquedutos) à data de fecho deste relatório (4/10/2024).

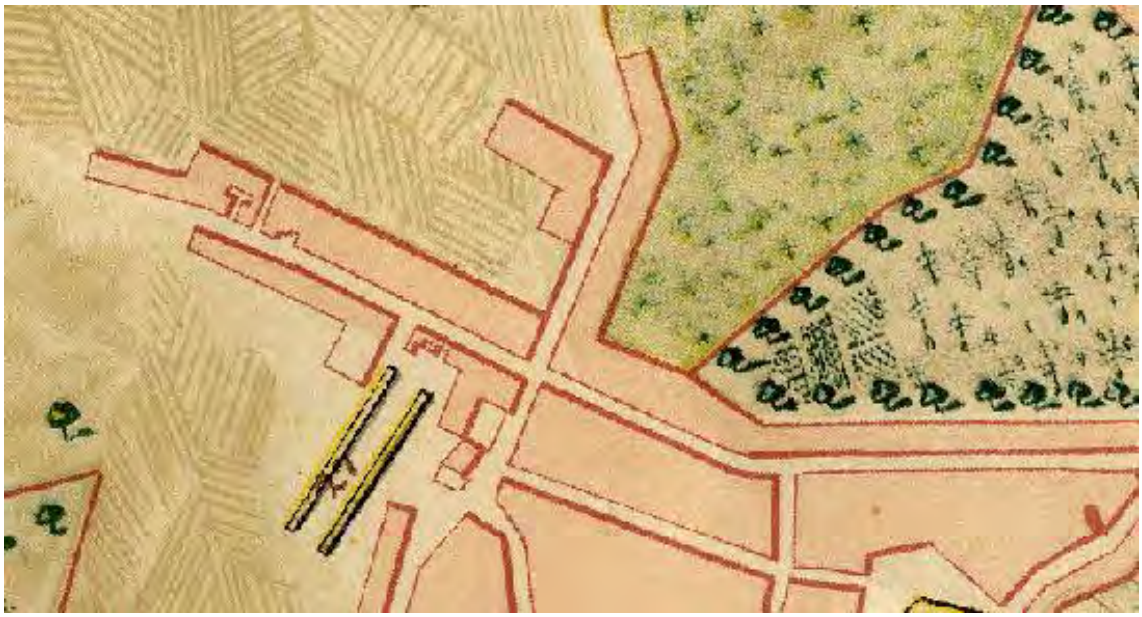


Figura 64 – Extrato da planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica).

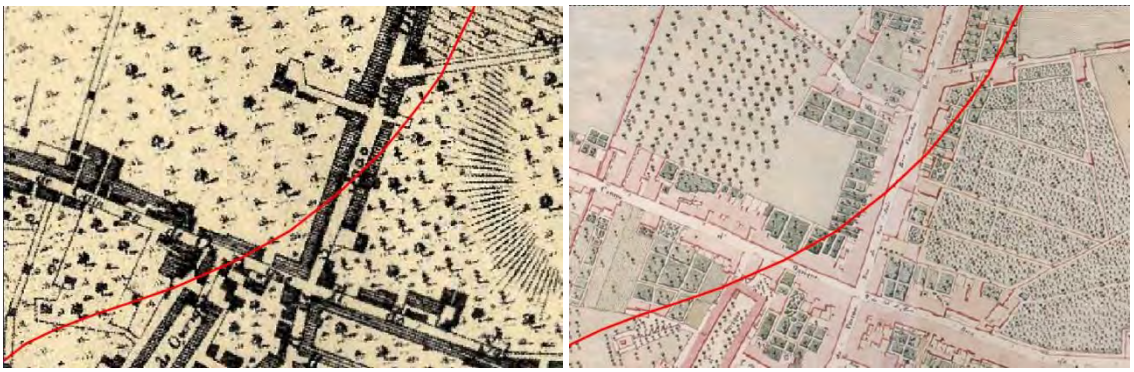


Figura 65 e 66 – Extrato das plantas de 1807 e de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica) com sobreposição (aproximada) do atual traçado da via.

Uma pequena parte deste troço – entre o km 1+360 e o angulo noroeste do quartel (**EP 039** – monumento classificado como MIP) - localiza-se a mais de 25 m de profundidade. O quartel do campo de Ourique foi edificado por ordem de Marquês de Pombal no rescaldo da catástrofe provocada pelo terramoto de 1755 e cuja presença determinou o desenvolvimento urbano em seu redor (Ficha SIPA[10]).

[10]SIPA – Quartel de Campo de Ourique / Pátio das Barracas, IPA.00025602. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25602

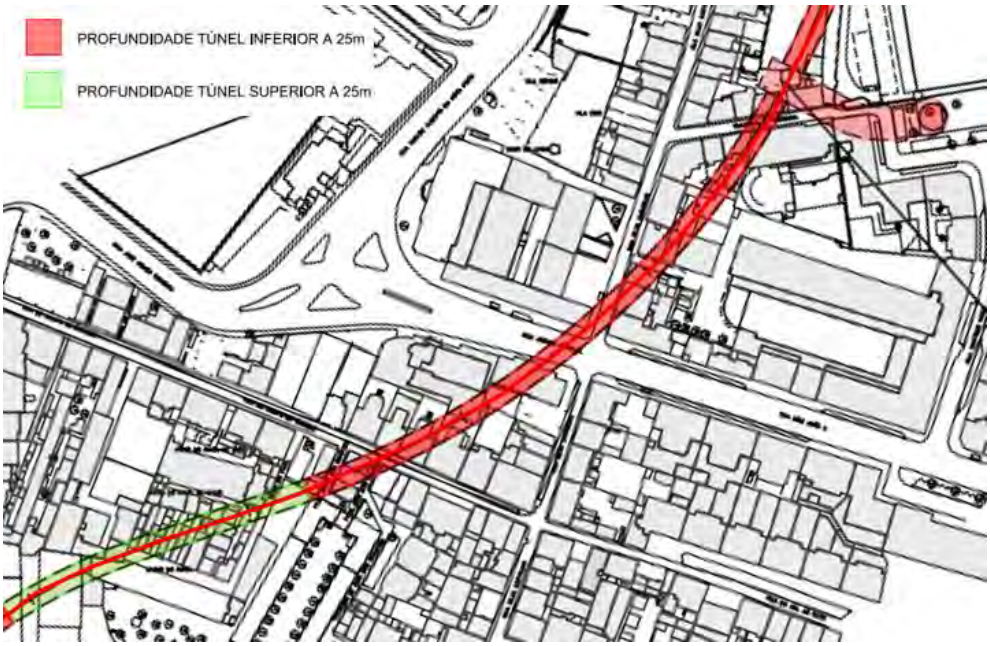


Figura 67 – Traçado e respetiva profundidade.



Figura 68 e 69 – Quartel do campo de Ourique (EP 039) (Fotografia de Nuno Pires, agosto de 2024).

O PV211 toca ainda os limites de uma vasta área inventariada como conjunto arquitetónico na carta Municipal do Património (**EP L**) correspondente a um bairro edificado na 1ª metade do século XX (ainda não se encontra representado na planta de 1911 e já aparece na planta de 1970 (Lxi, cartografia histórica).

Nesta área o eixo da via fica ainda a menos de 30m de distância do **EP 040 – Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica**, classificado como IIP – imóvel de interesse público, elemento singular de arquitetura de influência de "art nouveau" e modernismo, com belíssimos interiores decorados, designadamente com azulejos Rafael Bordalo Pinheiro e classificado como IIP (Ficha SIPA, IPA.00005951).



Figura 70 e 71 – Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica (EP 40) (Fotografia de Nuno Pires, agosto de 2024).

Relativamente à fase de Estudo Prévio ficam excluídos os seguintes elementos ou conjuntos patrimoniais por se considerar que não possuem afetação – pela sua distância ou pela profundidade do túnel – ou não tem valor significativo do ponto de vista patrimonial.

Tabela 8 – Elementos ou conjuntos excluídos entre o km 1+400 e 1+800.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.	Justificação da exclusão
J	Núcleo da Rua Silva Carvalho	1+000–1+200	0m	- de 25m	O conjunto não possui elementos patrimoniais classificados
116	Edifício do (antigo) Centro Escolar Democrático	1+200–1+400	79m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
117	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	1+200–1+400	60m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
H	Núcleo do Pátio do Paiol de Cima	1+200–1+400	0m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m
I	Núcleo da Rua de Campo de Ourique	1+200–1+400	0m	- de 25m	O conjunto não possui elementos patrimoniais classificados nem inventariados

5.3.5 Km 1+400–1+800

Neste local o túnel e futura estação atravessam o bairro do Campo de Ourique. Parte deste bairro localiza-se em área de proteção legal, designadamente na Zona Geral de Proteção: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Monumento Nacional), sendo este um dos locais em que o futuro túnel se cruzará com o aqueduto (**EP 030e**). Possui elementos inventariados na Carta Municipal do Património, alguns dos quais a menos de 30 m dos acessos à estação (EP 111, 112, 113 e 114).

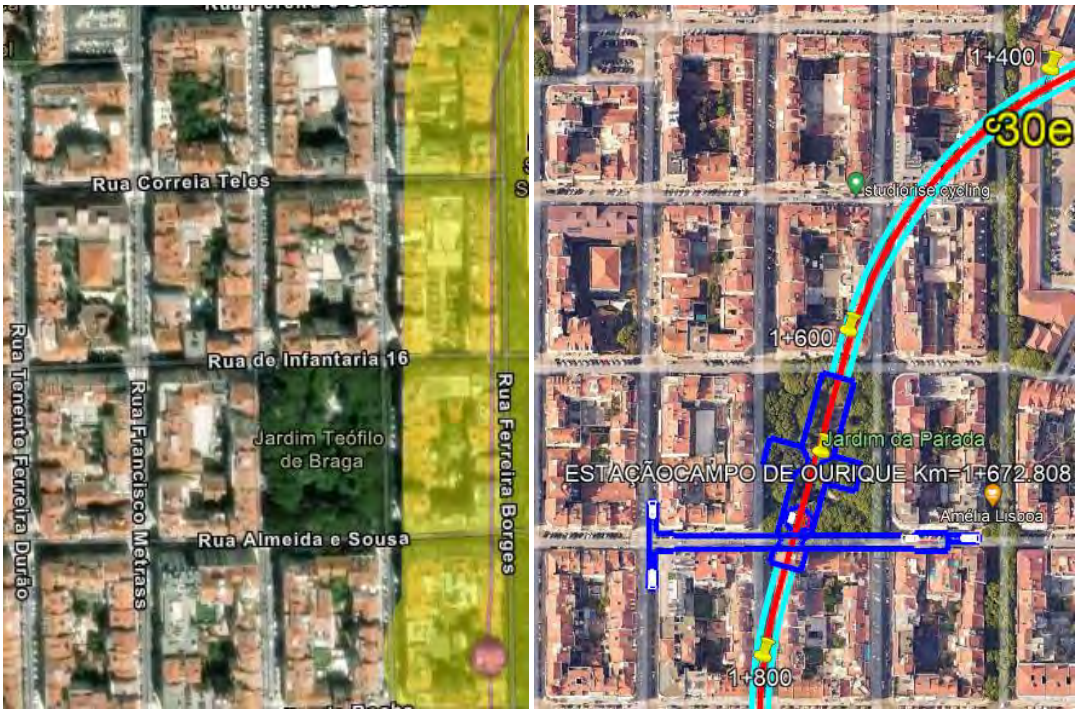


Figura 72 e 73 – Traçado do aqueduto e respetiva zona de proteção (Atlas do Património) e, à direita, ortofoto da área com a sobreposição do projeto e localização do local onde o futuro túnel se cruzará com o aqueduto (EP30e).

Tabela 9 – Elementos patrimoniais entre o km 1+400 e 1+800

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.
030e	Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo	1+400–1+600	0m	- de 25m
111	Edifício de habitação plurifamiliar	1+600–1+800	38m	- de 25m
113	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	1+600–1+800	13m	- de 25m
112	Edifício da Agência Barata	1+600–1+800	98m	- de 25m
114	Jardim Teófilo Braga / Jardim da Parada / Monumento à Maria da Fonte	1+600–1+800	0m	- de 25m



Figura 74 e 75 – Elementos Patrimoniais inventariados na Carta Municipal de Património localizados a menos 30 metros do eixo da via, da estação de Campo de Ourique e futuros acessos.

Aqui o túnel atravessa uma área que se começou a urbanizar apenas no final do séc. XIX, prolongando-se a sua construção na 1ª metade do século XX.

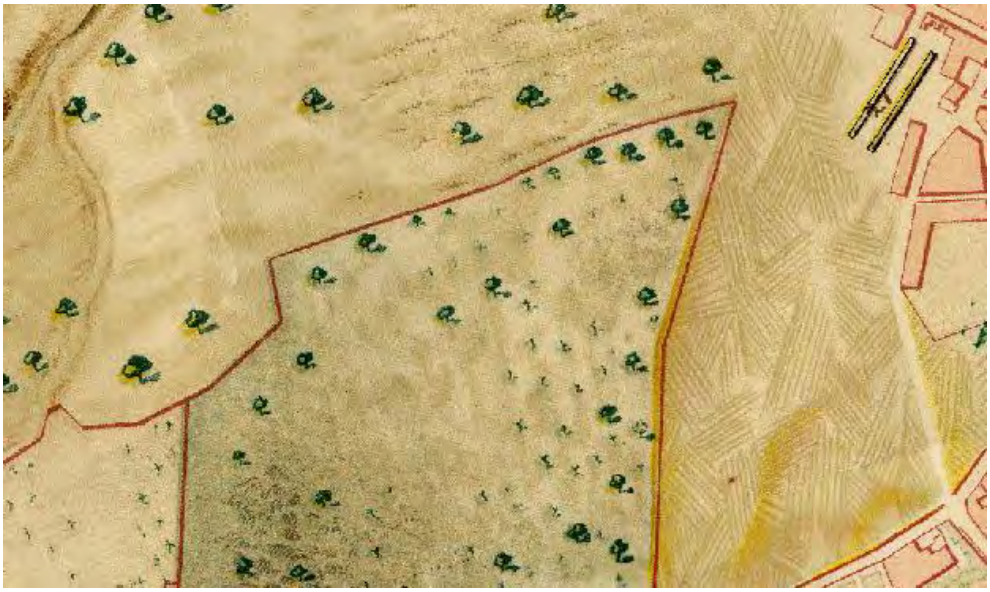


Figura 76 – Extrato da planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica).

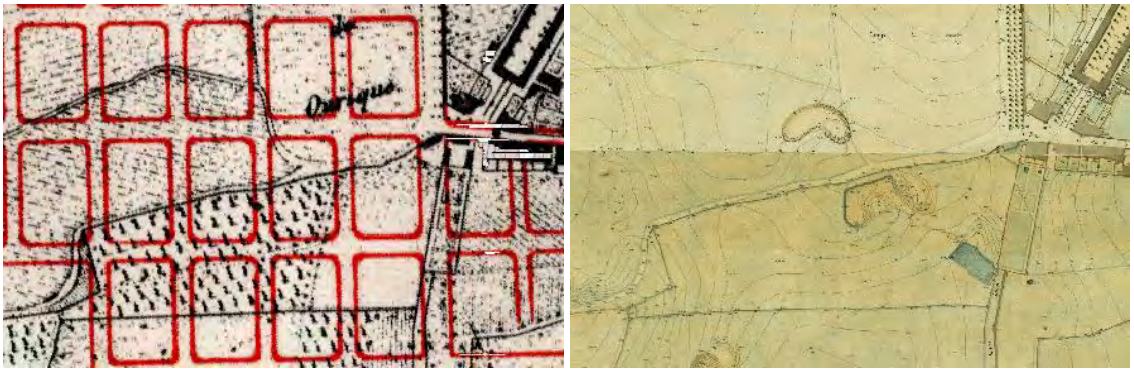


Figura 77 e 78 – Plano para a construção do Bairro de Ourique (planta de 1871), a mesma área em 1878 antes da construção (Lxi cartografia histórica).

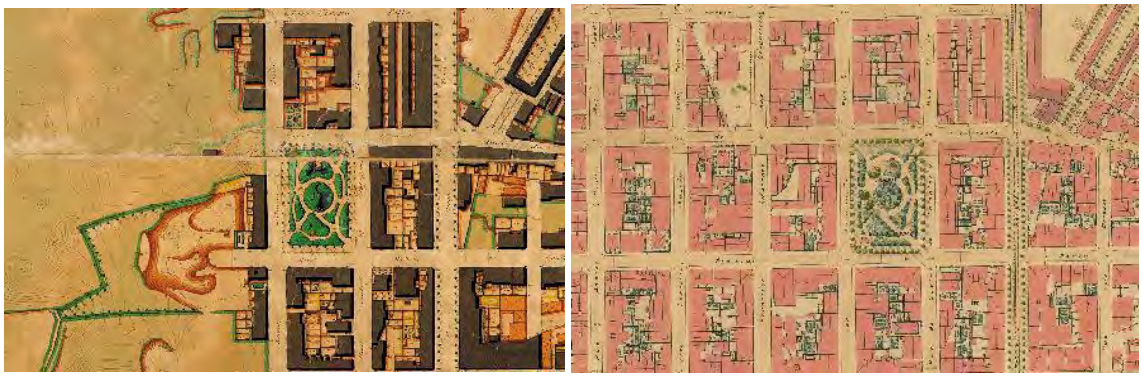


Figura 79 e 80 – Planta de 1911 e de 1950 (Lxi, cartografia histórica).

O **Bairro do Campo de Ourique** (G) cujo desenho tem sido atribuído a Frederico Ressano Garcia e, mais recentemente, a Augusto César dos Santos (DINIZ 2014), teve o seu projeto aprovado em 1878 (DINIZ 2014), definindo uma nova área da expansão da cidade sujeita a um planeamento rigoroso, bem patente no racionalismo do seu traçado ortogonal. A sua construção começa em 1879, embora de forma lenta numa fase inicial (DINIZ 2014:58). Em 1900 estariam apenas abertas 4 ruas: Rua Ferreira Borges, Rua 4 de Infantaria, Rua Tomás da Anunciação e a Rua da Piedade concluídas em 1992 (DINIZ 2014: 75). A construção do bairro iria continuar ao longo da 1ª metade do século XX, estendendo-se por cerca de 80 anos (DINIZ 20214: 124), como é observável na comparação da planta de 1911 com a planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica). No bairro e a menos de 30 metros do eixo da via, estações e respetivos acessos localizam-se edifícios inventariados na carta Municipal do património designadamente:

- edifício de habitação situado na Rua Almeida e Sousa, 33 (**EP 111**) com nº 35.46 da 1ª metade do século XX (Lxi, cartografia histórica, plantas de 1911 e 1950);
- Edifício da Agência Barata (**EP 112**) com nº 35.29 da 1ª metade do século XX (Lxi, cartografia histórica, plantas de 1911 e 1950);
- Edifício na Rua Almeida e Sousa, 27 (**EP 113**) com nº 35.39; do séc. XIX/XX.






Figura 81, 82 e 83 – EPs 111,112 e 113 no Bairro do Campo de Ourique.

O **Jardim da Parada (EP 114)** é um jardim romântico construído entre finais do século XIX/inícios do século XX. O plano para o jardim surgiu nos anos 80 do século XIX (DINIZ 2014: 54) ocupando um quarteirão no bairro então em construção. A sua construção terá sido concluída na década de 90 (DINIZ 2014: 67). Em 1898 foi aí colocado um "urinol de tipo francês" (DINIZ 2014: 67). Em 1920 é colocada no jardim a estátua da Maria da Fonte da autoria de Costa Mota (tio)[11].




Figura 84 e 85 – Jardim da Parada: estátua da Maria da Fonte de Costa Mota (tio).

[11] Ficha SIPA, SIPA, IPA.00026718. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26718

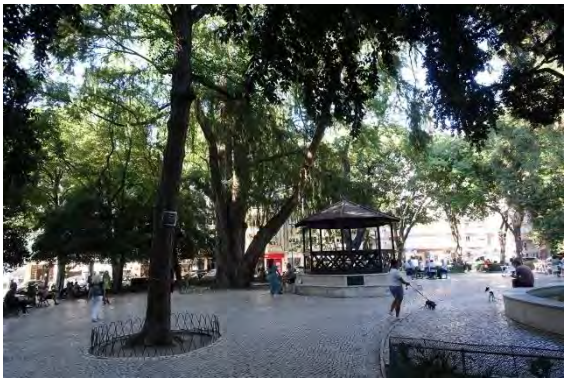



Figura 86 e 87 – Jardim da Parada: coreto.




Figura 88 e 89 – Jardim da Parada: Vista gerais do lago e da sua utilização como espaço de lazer da população local.




Figura 90 e 91 – Jardim da Parada: Vista gerais e aspetos da vegetação do jardim.

Relativamente à fase de estudo prévio foi excluída a seguinte ocorrência patrimonial que se situa a mais de 30m do eixo da via por se considerar que não sofrerá qualquer afetação.

Tabela 10 – Elemento patrimonial excluído entre o km 1+400 e 1+800

N°	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
110	1+600-1+800	79m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via

5.3.6 Km 1+800-2+400

Entre os km 1+800 e 2+400 o túnel atravessa a uma profundidade superior a 25m, pelo que foram excluídas neste estudo a maior parte das ocorrências patrimoniais identificadas na fase de Estudo Prévio (parte das quais se situavam também a mais de 30m do eixo da via) por se considerar que não sofrerão qualquer afetação.



Figura 92 – Implantação da linha sobre ortofoto entre o km 1+800 e 2+400 (imagem extraída de Google Earth).

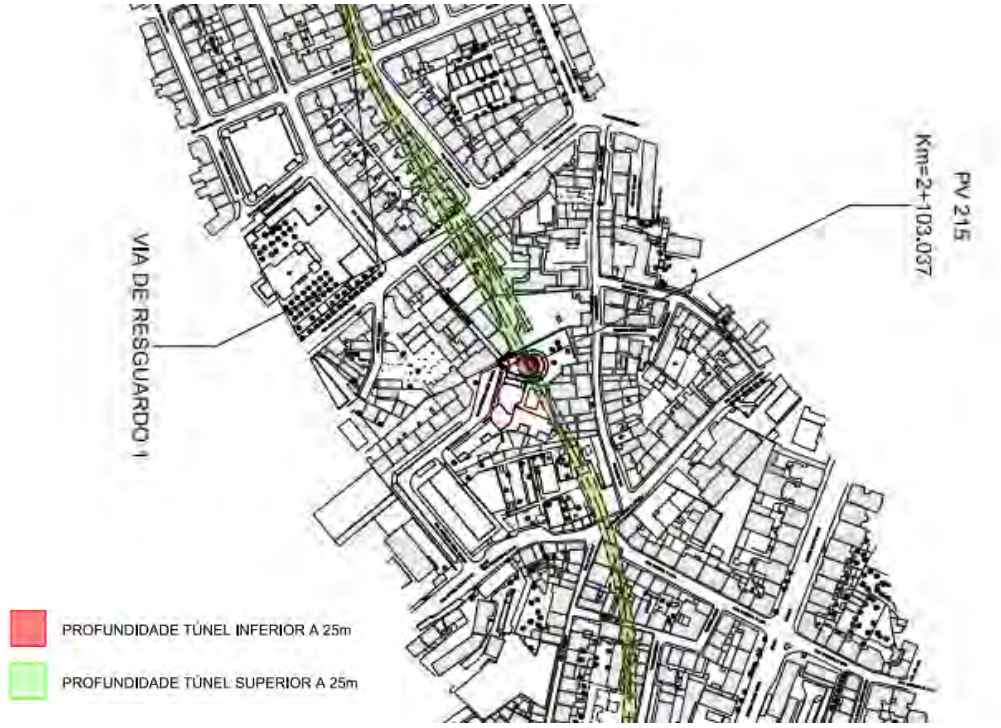


Figura 93 – Profundidade do túnel entre o km 1+800 e 2+400.

Tabela 11 – Elementos patrimoniais excluídos entre o km 1+800 e 2+400

Nº	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
037	1+800-2+000	57m	+ de 25m	O túnel localiza-se a + de 30m do eixo da via e uma profundidade superior a 25m
084	2+200-2+400	71m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
085	2+200-2+400	40m	+ de 25m	O túnel localiza-se a + de 30m do eixo da via e uma profundidade superior a 25m
093	2+200-2+400	76m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
094	2+200-2+400	19m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m
095	2+200-2+400	88m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
096	2+200-2+400	24m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m
097	2+000-2+200	33m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
098	2+000-2+200	96m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
099	2+000-2+200	68m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
100	2+000-2+200	58m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via e do PV
101	2+000-2+200	87m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
102	2+200-2+400	0m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m
104	1+800-2+000	89m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
105	1+800-2+000	44m	+ de 25m	O túnel localiza-se a + de 30m do eixo da via e uma profundidade superior a 25m
106	1+800-2+000	74m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
107	1+800-2+000	27m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m
108	1+800-2+000	75m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
109	1+800-2+000	0m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m

Nº	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
134	2+200-2+400	220m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
140	2+200-2+400	0m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m
141	1+800-2+000	210m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
145	1+800-2+000	128m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
D	2+200-2+400	16m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m
E	2+000-2+200	0m	- de 25m	Não tem elementos patrimoniais classificados nem inventariados
F	1+800-2+000	4m	+ de 25m	O túnel localiza-se a uma profundidade superior a 25m
SN3	1+800-2+000	55m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via

Excetuam-se as ocorrências localizadas a menos de 30 metros do PV 215:

- **EP 30 f** – Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte. Integra-se no troço conducente ao palácio das Necessidades pelo que importa perceber a que profundidade se localiza este troço no local de interseção com a via.
- **EP 103** – Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar inventariado na Carta Municipal de Património com o nº 35.14 e cujos limites ficam a cerca de 25 metros relativamente aos limites do PV 215 e cuja construção pode remontar ao séc. XVIII, ou mesmo ser anterior.



Figura 94 e 95 – EP 103.



Figura 96 – Elementos patrimoniais localizados a menos de 30 m do PV215 em ortofoto (Google Earth) com implantação do projeto.

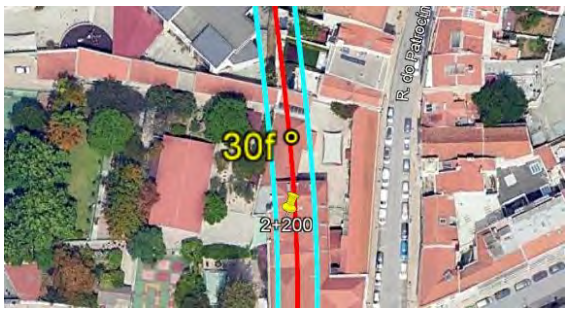




Figura 97 e 98 – Detalhe do local de cruzamento do futuro túnel (com + de 25m de profundidade) com um troço do aqueduto (ortofoto com localização aproximada da interseção). À direita extrato de ortofoto com a localização do traçado do aqueduto neste ponto (Atlas do Património Cultural).

Neste troço o túnel começa por atravessar um cruzamento em que a ocupação urbana estava já consolidada no século XVIII, como é visível na planta de 1780, mas logo prossegue por uma vasta área outrora de campos, localizada nas traseiras da Rua do Patrocínio, que assim permaneceu até finais do séc. XIX, altura em que se começou a planear a urbanização da área.



Figura 99, 100 e 101 – Sobreposição do traçado da via com as plantas de 1780, 1871 e 1811 (Lxi, cartografia histórica).

5.3.7 Km 2+400–2+600

Esta é a área onde se implantará a Estação Infante Santo. Relativamente à **Proteção Legal** esta área insere-se:

- **ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades**, abrangendo todo o edifício conventual (...), da torre e da capela (...), os seus jardins e o respetivo parque, com elementos escultóricos e decorativos, e ainda a fachada palaciana, incluindo a fonte monumental



Figura 102 – Áreas de Proteção legal entre o km 2+400 e 2+600. (Atlas do Património).

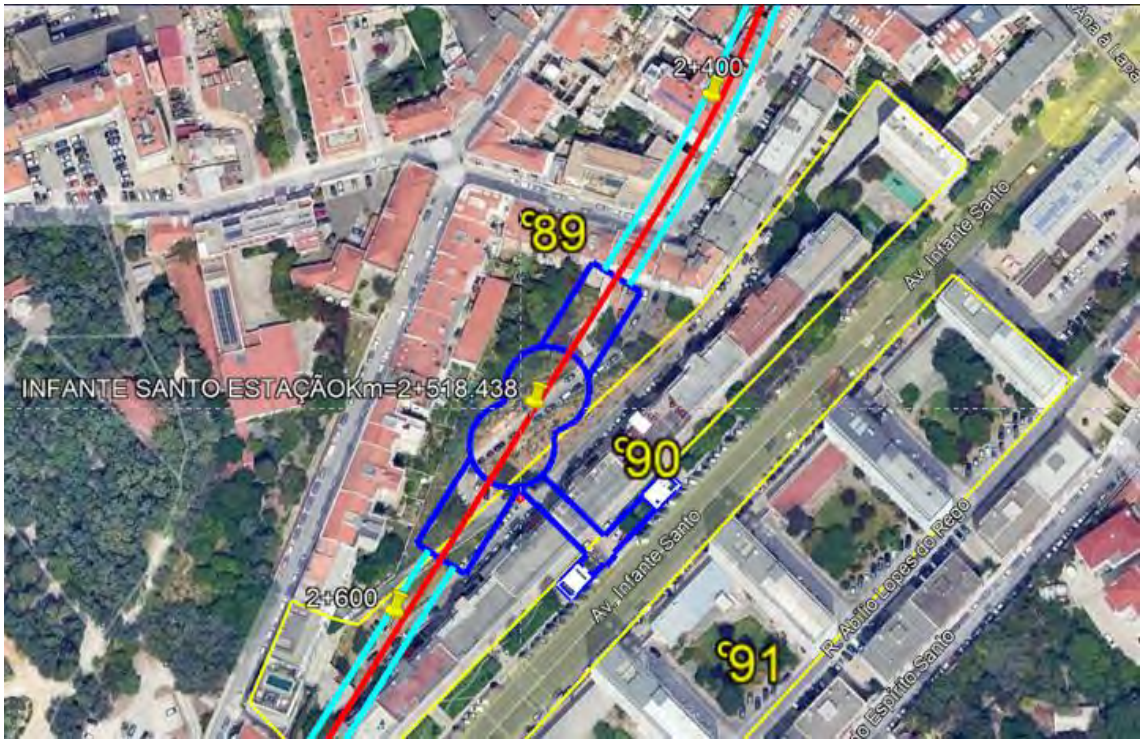


Figura 103 – Troço da linha entre o km 2+400 e 2+600, área da futura estação Infante Santo e elementos patrimoniais localizados a menos de 30 m do eixo da via e dos limites estação e respetivos acessos.

Em síntese, entre o Km2+400 e 2+600 identificaram-se os seguintes elementos patrimoniais.

Tabela 12 – Elementos patrimoniais entre o Km2+400 e 2+600.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.
089	Edifício habitacional Travessa do Possolo, 27	2+400-2+600	30m	- de 25m
090	Conjunto de blocos habitacionais da Avenida infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 e 58-58A	2+400-2+600	0m	- de 25m
091	Conjunto de blocos habitacionais Av. Infante Santo, 64-72H	2+400-2+600	46m	- de 25m

Os quarteirões que se estendem no local da futura estação Infante Santo são de urbanização recente. Até meados do século XX este local permaneceu com espaços verdes, apenas cortados pela Calçada das Necessidades, a oeste da qual se situavam os terrenos do Palácio e em cujo extremo se localizava um conjunto edificado com jardim. A este, localizavam-se terrenos agrícolas. Na parte norte destes terrenos surge, no início do séc. XX (planta de 1911) o primeiro edifício (**EP 089**, inventariado na Carta Municipal do Património com o número 17.66), do lado sul da Travessa do Possolo. Em 1940 já haviam sido acrescentados dois edifícios adossados a este deste e um outro conjunto, a sul, perto do cruzamento da Calçada das Necessidades com a Travessa do Possolo, correspondentes aos edifícios com os nº 66 a 76. Este alinhamento de edifícios prossegue expandindo-se para sul ao longo das décadas seguintes, como é visível nas plantas de 1950 e 1970.



Figura 104 – EP089.



Figura 105, 106, 107, 108, 109 e 110 – Urbanização da parte norte da Calçadas das Necessidades ao longo do século XX (plantas de 1780, 1856-58, 1911, 1940, 1950 e 1970, respetivamente [Lxi, cartografia histórica].

Entre os anos 40 e 50 do século XX toda esta área será profundamente transformada com a **construção da Avenida Infante Santo** e de dois importantes conjuntos de blocos habitacionais:

- **EP 090** – Trata-se de um conjunto de blocos habitacionais situado no lado oeste da Avenida infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 e 58-58A que se encontra inventariado na Carta Municipal do Património com o número 17.39 e sob o qual passa a futura linha do metro. Analisando o processo de pedido de licença de um dos primeiros blocos desse conjunto – Avenida Infante Santo, 53 (AML, Obra 28708) – datado de 1956, verificamos que se tratam de apartamentos de dimensões consideráveis, destinados a classe média-alta, dispondo de alojamento para "porteira" e quarto e wc para a creada". Cada bloco possuia 7 pisos (rés-do-chão e 6 andares), cada qual com 2 apartamentos cada.
- **EP 091** – Conjunto de blocos habitacionais situado no lado este da Avenida Infante Santo, 64-72H, composto por cinco blocos de habitação, mercado e estabelecimentos comerciais. Trata-se de um imponente conjunto de arquitetura modernista da cidade de Lisboa assinado pelos arquitetos Alberto José Pessoa, João Abel Manta e Hernâni Gandra, cujo anteprojeto foi desenhado em 1949[12] e cuja construção ocorreu entre 1952 e 1956. Possui painéis azulejares de Maria Keil, Carlos Botelho e Sá Nogueira. Encontra-se inventariado na Carta Municipal do Património como nº 17.47.



Figura 111 – Abertura da Avenida Infante Santo, fotografia de Judah Benoliel, 1949 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004153).

[12] AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04011

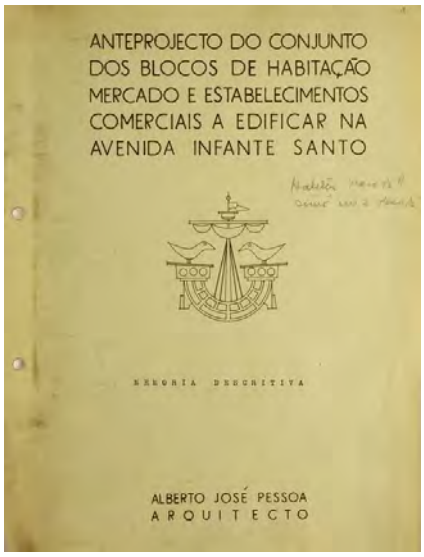




Figura 112 e 113 – Anteprojeto do conjunto modernista (EP 091) (PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04011). À direita, prédios em construção, fotografia de Armando Maia Serôdio, 1956 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/001116).




Figura 114 e 115 – Extratos da planta de 1970 (Lxi, cartografia histórica) com a localização dos dois conjuntos (EP090 e EP091).




Figura 116 e 117 – Conjuntos de blocos habitacionais (EP 090 e EP 091), fotografias de Armando Maia Serôdio de 1958 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000114 e PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000112).



Figura 118 e 119 – Painel de azulejos por Carlos Botelho, fotografia de Arnaldo Madureira (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000347) e, à direita, painel de azulejos Viúva Lamego por Maria Keil (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000345).

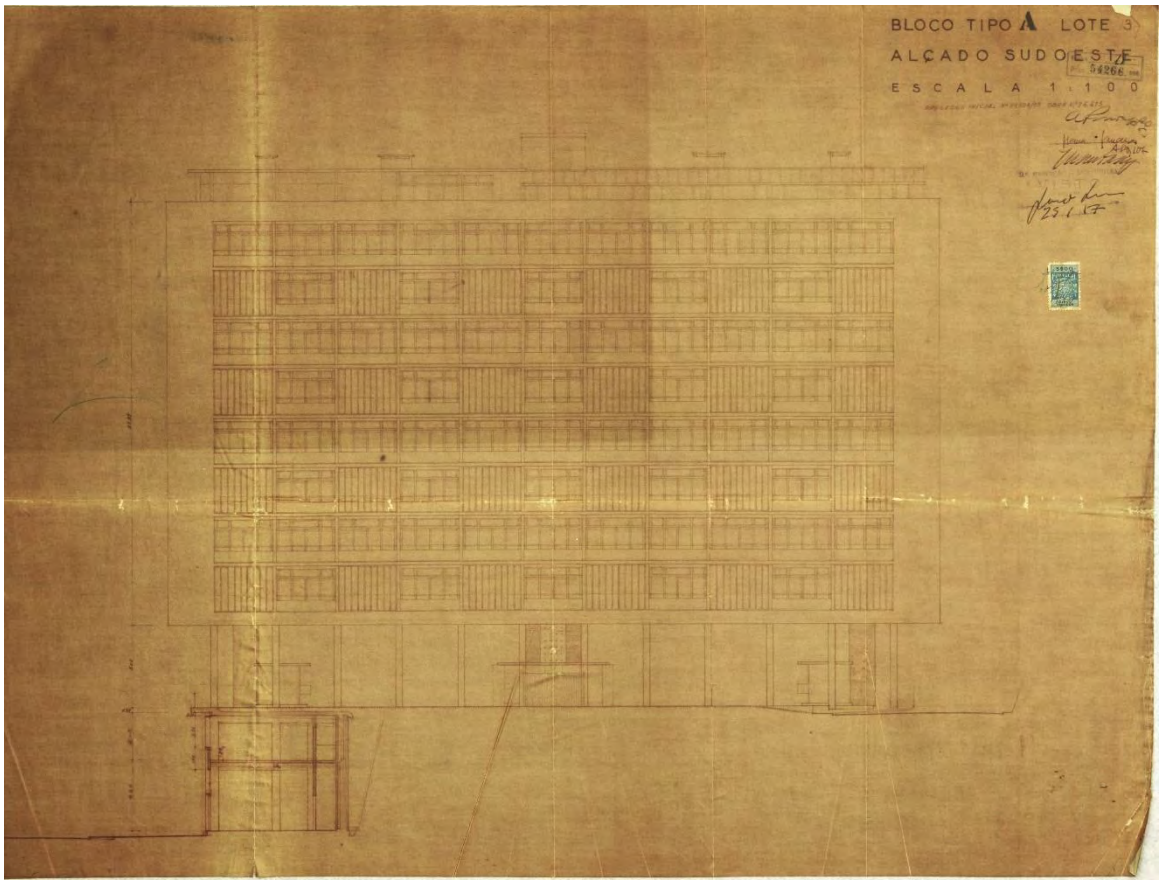


Figura 120 – Alçado sudoeste de um dos blocos do conjunto nascente da Avenida Infante Santo (AML, Obra 26413).

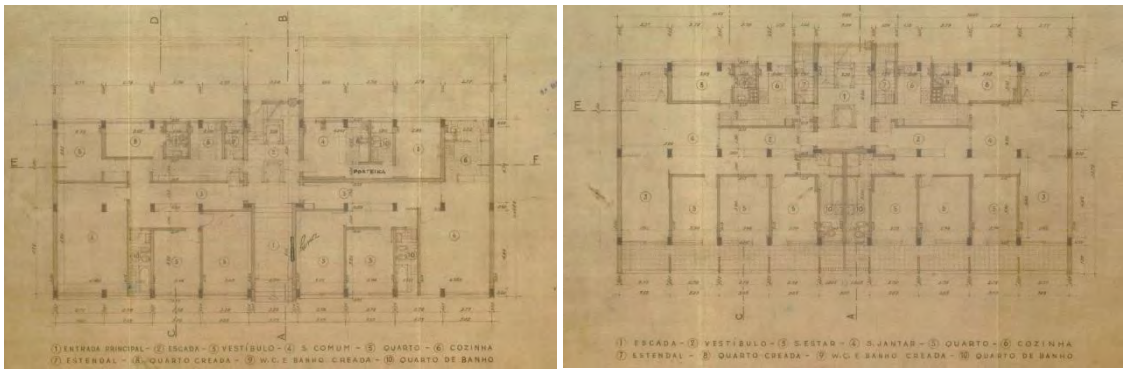


Figura 121 e 122 – Extratos da planta do rés-do-chão e "planta dos andares" Avenida Infante Santo, 53 (AML, Obra 28708, 1956).

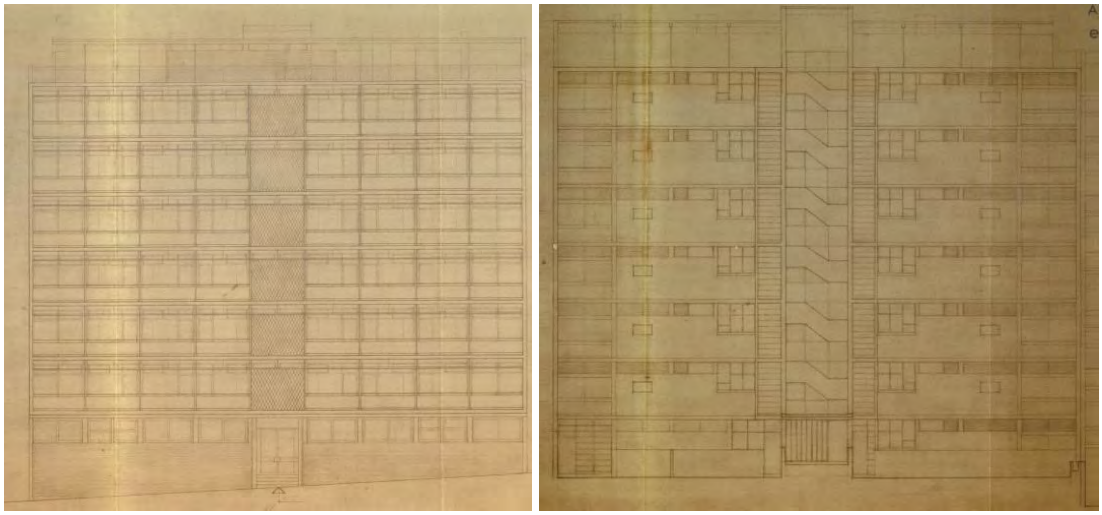


Figura 123 e 124 – Extrato do alçado principal e posterior (Avenida Infante Santo, 53. AML, Obra 28708, 1956).

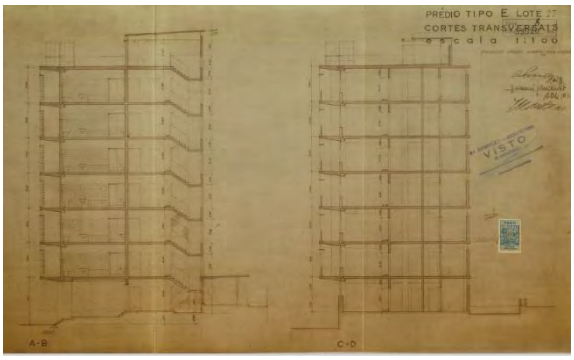


Figura 125 – "Cortes transversais", Avenida Infante Santo, 53 (AML, Obra 28708, 1956).



Figura 126 – EP090 (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).



Figura 127 – EP091 (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).



Figura 128, 129, 130 e 131 – EP091: pormenor dos painéis azulejares (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Relativamente à fase de estudo prévio foram excluídos os seguintes elementos patrimoniais.

Tabela 13 – Elementos patrimoniais excluídos entre o km 2+400 e 0+600.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
083	Palacete	2+400–2+600	72m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
086	Edifício na Rua do Possolo, 22	2+400–2+600	45m	+ de 25m	O túnel localiza-se a + de 30m do eixo da via e uma profundidade superior a 25m
087	Edifício na Rua do Possolo, 16	2+400–2+600	40m	+ de 25m	O túnel localiza-se a + de 30m do eixo da via e uma profundidade superior a 25m
088	Edifício de habitação plurifamiliar	2+400–2+600	40m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
092	Conjunto de blocos habitacionais Rua Ricardo Espírito Santo, 1-21	2+400–2+600	107m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
133	Palacete da Embaixada da República Popular da China	2+400–2+600	353m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via

5.3.8 Km 2+600–3+000

Entre o km 2+600 e 3+000 o projeto insere-se nas seguintes áreas de proteção Legal:

- **ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades**, abrangendo todo o edifício conventual (...), da torre e da capela (...), os seus jardins e o respectivo parque, com elementos escultóricos e decorativos, e ainda a fachada palaciana, incluindo a fonte monumental
- **Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados** – classificado como **MN – monumento nacional.**

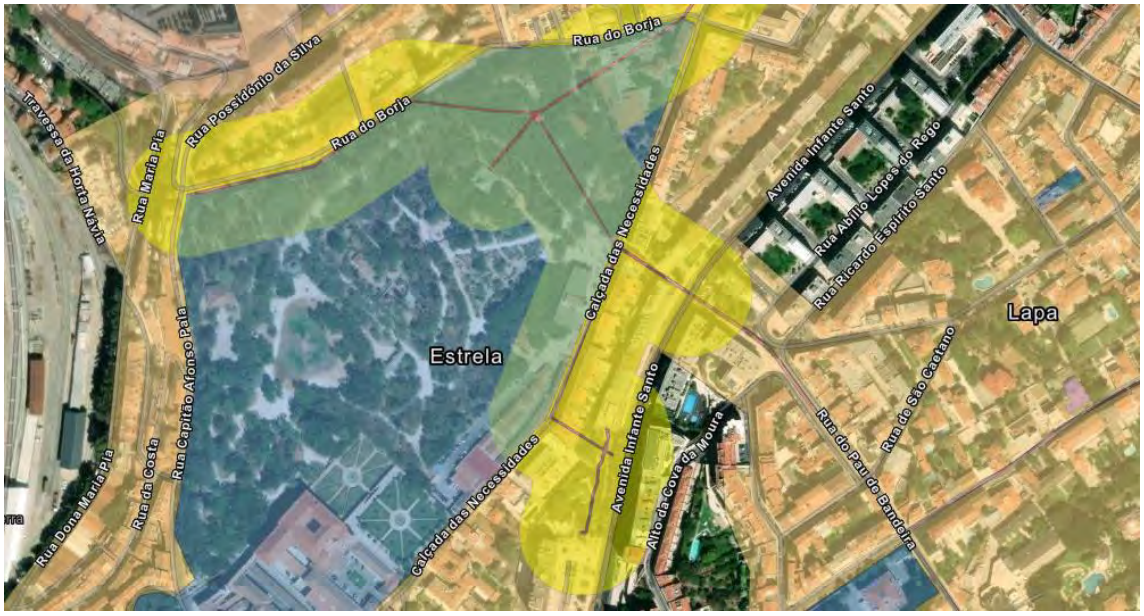


Figura 132 – Áreas de Proteção Legal de Património Classificado entre o km 2+600 e 3+000.

Tabela 14 – Elementos patrimoniais entre o km 2+600 e 3+000

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.
030g	Aqueduto das Águas Livres: ramal da Tapada das Necessidades.	2+600–2+800	0 m	– de 25m
082	Casa nobre	2+800–3+000	4m	– de 25m

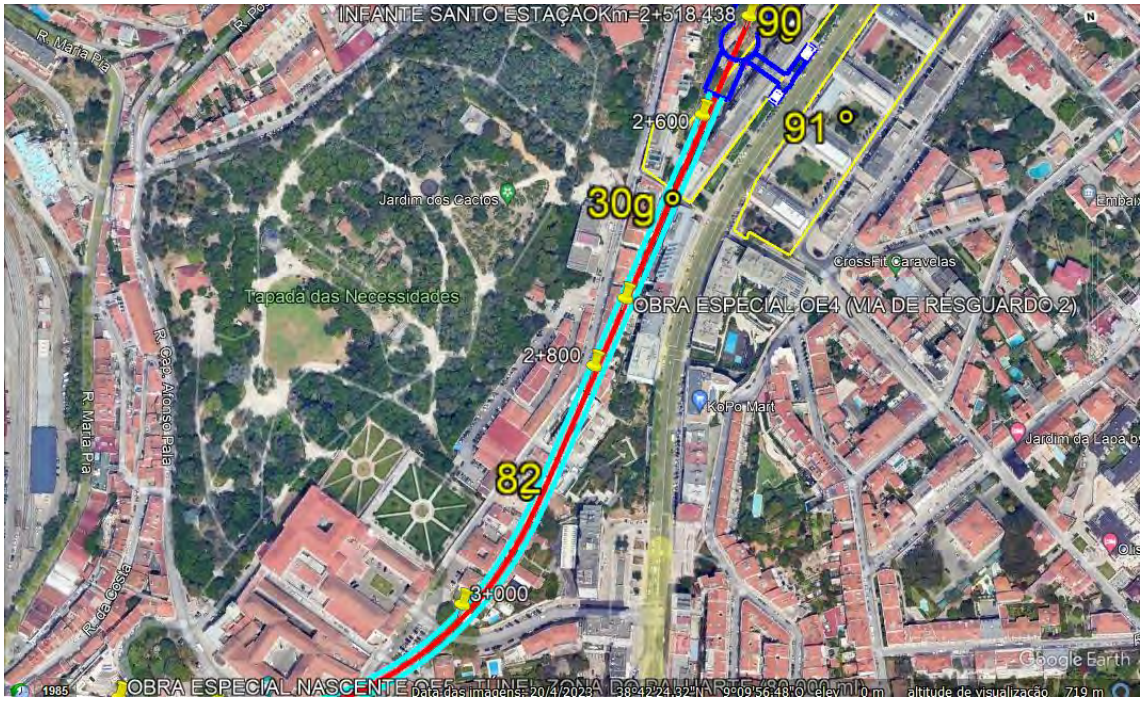


Figura 133 – Implantação da linha sobre ortofoto entre o km 2+600 e 3+000 (Google Earth).

Através da análise da planta de 1780 verificamos que, até ao final do século XVIII, esta é uma área pouco urbanizada. O lado este da Calçada das Necessidades, paralelo aos terrenos do Palácio das Necessidades, era ocupado por uma vasta propriedade que tinha ao centro o Quartel da Cova da Moura, um vasto conjunto edificado a partir do século XVII.



Figura 134 – Quartel da Cova da Moura na planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica).

Esta propriedade era servida por um ramal do aqueduto que abastecia o Chafariz da Cova da Moura.

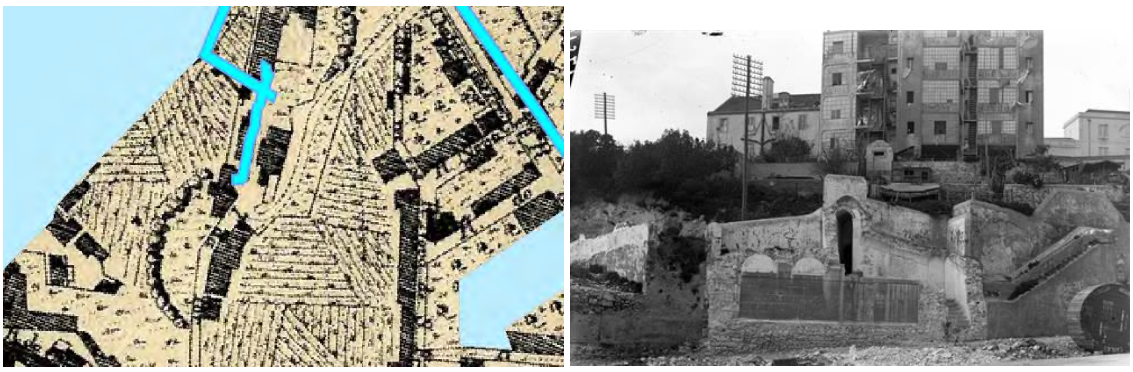


Figura 135 – Pormenor de planta de Duarte Fava, de 1807 com sobreposição do traçado aqueduto, no local onde abastecia o Chafariz do Quartel[13] (Lxi, cartografia histórica). À direita, fotografia do Chafariz da Cova da Moura (fotografia de Eduardo Portugal, 1950, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000990).

Este troço descia pela Calçada das Necessidades após passar abastecer a Tapada das Necessidades, abaixo da qual bifurcava conduzindo, a sul, para o quartel e, a sudeste, para o Palácio Alvor (atual Museu Nacional de Arte Antiga). É neste local que o futuro túnel cruzará com o ramal que atravessa a Avenida Infante Santo e cuja afetação foi já muito significativa aquando da construção deste avenida. **Entre os edifícios com os nº 49 e 61 da Avenida Infante Santo, nas escadas que ligam esta via à Calçada das Necessidades, preservam-se vestígios desta estrutura (EP 030g).**



Figura 136 – Aqueduto demolido para a abertura da Avenida Infante Santo. *Início dos trabalhos de demolição do troço do Aqueduto para a abertura da avenida Infante Santo*, fotografia de Judah Benoliel, 1949, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004154.

[13] Fonte: Chafariz da Cova da Moura, abastecia o quartel da Cova da Moura, demolições para a futura avenida Infante SantoCódigo de Referência:PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000990



Figura 137 e 138 – Pormenor do troço demolido para a abertura da Avenida Infante Santo nas plantas de 1856-58 e 1871 (Lxi, cartografia histórica), junto ao EP30g (ramal do Palácio das Necessidades)

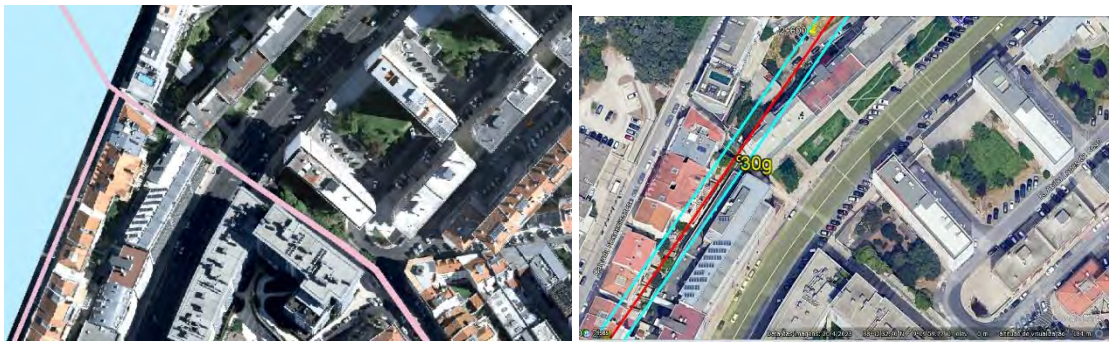


Figura 139 e 140 – Pormenor do local onde se identificam vestígios desta estrutura que ligava ao Palácio do Alvor (para este) e à Tapada das Necessidades (para oeste). À direita, cruzamento destes vestígios com o túnel (Google Earth com implantação do projeto)



Figura 141, 142 e 143 – EP 030g: vestígios do aqueduto nas escadas que ligam a Av. Infante Santo à Calçada das Necessidades (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

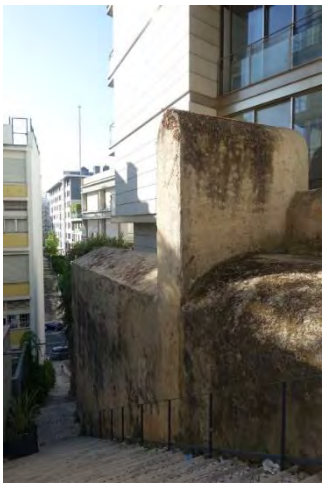



Figura 144 e 145 – EP 030g vestígios do aqueduto e troço restaurado nas escadas que ligam a Av. Infante santo à Calçada das Necessidades (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 146 e 147 – EP 030g, vestígios do aqueduto: respiradouro restaurado em 2008, localizado no topo das escadas que ligam a Av. Infante santo à Calçada das Necessidades (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX surgem, ao longo do lado sudeste da Calçada das Necessidades, pequenas propriedades residenciais, edifícios de habitação unifamiliares, com logradouro, que progressivamente foram retirando terenos ao antigo quartel (planta de 1856-58, Lxi cartografia histórica). Uma dessas propriedades encontra-se atualmente inventariada na Carta Municipal de Património, designada como "casa nobre" com o número 26.70 (**EP 082**).







Figura 148, 149 e 150 – EP 082, edifício em obras (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).



Figura 151 – A vermelho assinala-se o conjunto de propriedades que foram surgindo na parte sudeste da Calçada das Necessidades, onde se situa o EP082, sobre extrato da planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica).

Na transição do século XIX para o século XX prossegue a construção de pequenos edifícios habitacionais entre a Calçada das Necessidades e o Quartel da Cova da Moura, como se observa na planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica).



Figura 152 – Edifícios construídos na transição do séc. XIX para o séc. XX (Lxi, cartografia histórica, planta de 1911).

Com a **abertura da Avenida Infante Santo**, a partir de finais dos anos 40 do século XX, ocorre um conjunto de transformações urbanísticas:

- O quartel da Cova da Moura desapareceu quase por completo a partir de finais dos anos 40 do século XX, com a abertura da Avenida Infante Santo.
- É demolido o aqueduto que abastecia o Chafariz da Cova da Moura nos anos 50.
- Inicia-se a construção de grandes blocos habitacionais, entre os quais se destacam os já mencionados no ponto anterior (EP090 e EO091).



Figura 153 – *Quartel da Cova da Moura na antiga rua da Torre da Pólvora antes da abertura da avenida Infante Santo.* Fotografia de 1939 (PT/AMLSB/POR/056698).



Figura 154 – Panorâmica sobre o Quartel da Cova da Moura. Fotografia de Eduardo Portugal de c. 1947 (PT/AMLSB/POR/059119).



Figura 155 – Demolição do troço do aqueduto das Águas Livres na zona das terras de Santana, para a abertura da avenida Infante Santo. Fotografia de Júlio Marques da Costa, de 09-05-1949 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FMC/000006)



Figura 156 – Grandes blocos habitacionais tendo em primeiro plano aquilo que nos parece corresponder a uma ruína do aqueduto demolido (EP 030g) junto ao EP 090. Fotografia de Artur João Goulart, 1961 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/000906)

Tabela 15 – Elementos patrimoniais excluídos entre o km 2+600 e 3+000 por se encontrarem a mais de 30 m da via.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.
030h	Aqueduto das Águas Livres: ramal da Calçada das Necessidades	2+800–3+000	40m	– de 25m
031	Palacete dos Viscondes e Condes dos Olivais e Penha-Longa	2+600–2+800	280 m	– de 25m
031Z	ZEP conjunta do Museu Nacional de Arte Antiga / Igreja de São Francisco de Paula / Edifício do extinto Convento das Trinas do Mocambo / Chafariz da Esperança	2+600–2+800	31m	– de 25m
126	Palácio na Rua de S. Caetano	2+600–2+800	400m	– de 25m
127	Palácio Asseca	2+600–2+800	420m	– de 25m
132	Edifício na Rua de S. cetano, 4	2+600–2+800	420m	– de 25m
144	Chafariz das Terras	2+600–2+800	120m	– de 25m

5.3.9 Km 3+000–3+200

A área entre o K3+000 3 2+200 é atravessada pelo túnel a uma profundidade inferior a 25 metros.

Neste troço o túnel passa por baixo do ângulo nordeste do Palácio das Necessidades (**EP026**), inserindo-se na área classificada e respetiva zona de proteção (ZEP):

- **ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades**, abrangendo todo o edifício conventual (...), da torre e da capela (...), os seus jardins e o respectivo parque, com elementos escultóricos e decorativos, e ainda a fachada palaciana, incluindo a fonte monumental.



Figura 157 – Área classificada (a azul) e respetiva ZEP (a alaranjado) do Palácio das Necessidades (EP 026) entre o Km 3+000-3+200 (imagem extraída de Atlas do Património Classificado)



Figura 158 –– Implantação da linha sobre ortofoto (Google Earth). entre o km 3+000 e 3+200 com localização dos elementos patrimoniais.

Tabela 16 –Elementos patrimoniais entre o km 3+000-3+200.

N°	Designação	Km	DEV	Prof.
026	Palácio das Necessidades (cunhal sul)	3+000–3+200	0m	- de 25m
071	Quartel de Infantaria da Guarda Municipal	3+000–3+200	9m	- de 25m
080	Edifício residencial no Largo do Rilvas, 1-1A; Trav. das Necessidades	3+000–3+200	11m	- de 25m
081	Largo Rilvas	3+000–3+200	0m	- de 25m
C	Núcleo das Necessidades e Cova da Moura	3+000–3+200	1m	- de 25m

Esta é uma área que no final da época moderna já se encontrava urbanizada, o que se deveu em grande parte à construção do **Palácio das Necessidades (EP026)** e à Tapada que se estende pelas suas traseiras, ao longo da Calçada das Necessidades. Trata-se de um conjunto arquitetónico de grande monumentalidade, implantado em área de privilegiada visibilidade sobre o Tejo e que inclui igreja, convento masculino e palácio real distribuídos em vários corpos, edificados entre 1743 e 1752, em estilo barroco joanino, com projeto atribuído a Caetano Tomás de Sousa.



Figura 159, 160, 161 e 162 – Palácio das Necessidades (EP026) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).



Figura 163 – Palácio das Necessidades (EP026): ângulo nordeste sob o qual irá passar o túnel do metro (fotografia de Nuno Pires, agosto de 2024), designado na planta de 1844 como "Pateo do Imperador".



Figura 164 – Excerto da "Carta iconográfica do Real Palácio das Necessidades e das suas pertenças", de 1844, onde assinalamos o ângulo nordeste, com a respetiva legenda "*Pateo do Imperador*" (PT/TT/CR/007-008/00215)



Figura 165 – Excerto da Planta geral dos canos de despejo do Real Paço das Necessidades, de 1862 (ANTT, Código de referência PT/TT/CR/007-008/00241) onde se vê o traçado de uma **canalização que passa no ângulo sudeste do Palácio, sensivelmente na área de cruzamento com o túnel.**

Através da análise da planta de 1780 verificamos que todos os elementos patrimoniais identificados neste local já se encontram cartografados:



Figura 166 – Excerto da planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) onde se assinalam os EP identificados neste troço.

O Quartel de Infantaria da Guarda Municipal (**EP071**) incluía-se no conjunto defensivo composto pelos baluartes das Necessidades e do Sacramento e respetiva cortina que os ligava. É um edifício em L, provavelmente edificado no séc. XVIII, inventariado na Carta Municipal do Património como nº 26.92. Encontrava-se já edificado em 1745, a julgar pela cópia feita em 1844 pelo arquiteto João Pires da Fonte, da planta executada no ano de 1745 por Manuel da Maia.

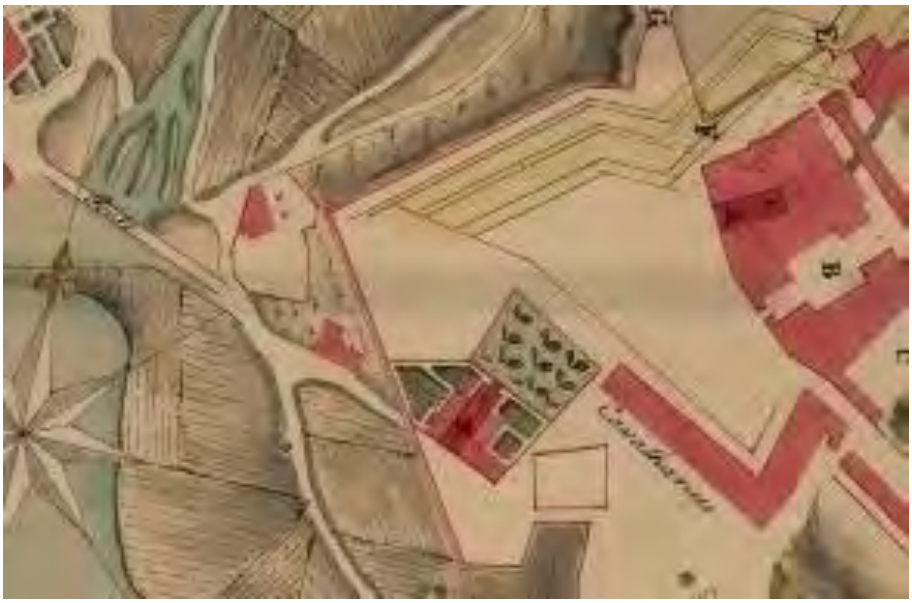


Figura 167 – Excerto da planta de 1745 (cópia de 1844) (ANTT – PT/TT/CR/007-008/00211)





Figura 168, 169 e 170 – Quartel de Infantaria da Guarda Municipal (EP071) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 171 e 172 – Quartel de Infantaria da Guarda Municipal (EP071) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

O edifício residencial no Largo do Rilvas, 1-1A; Trav. das Necessidades, 19 **(EP 080)**, também inventariado com o número 26.27, situa-se num quarteirão já edificado em 1780 (Lxi, Cartografia histórica de 1780), foi recuperado em 1981, pelo arquiteto João Raposo de Almeida tendo recebido uma menção honrosa no Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura 1987. O próprio Largo Rilvas **(EP 081)** encontra-se inventariado na Carta municipal do património (26.76), encontrando-se já, no século XVIII, com edificações ao seu redor e uma configuração próxima da atual, tendo apenas sido ampliado para sul com a demolição de um edifício outrora aí existente. (Planta de 1807, Lxi, cartografia histórica).

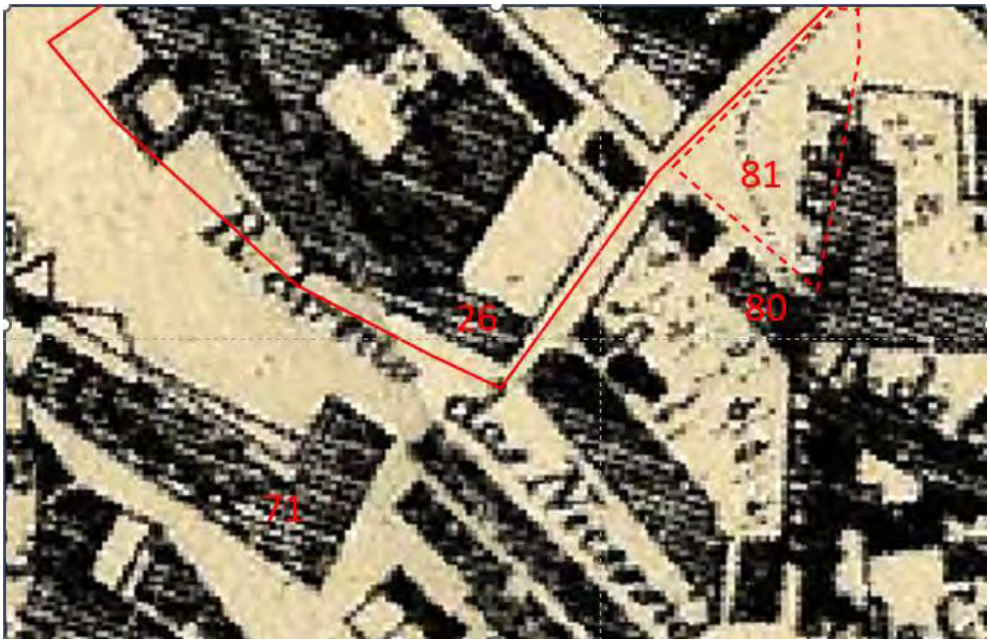


Figura 173 – Através da análise da planta de 1807 verificamos que no Largo Rilvas (EP081) a construção outrora existente a sul já não existe, sendo presumível que tenha sido demolida entre os finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX (entre 1780 e 1807).



Figura 174 – EP 080 (fotografia de Nuno Pires, agosto de 2024).





Figura 175 e 176 – Largo Rilvas (EP081) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Relativamente ao conjunto C, Identificado em fase de Estudo Prévio, o mesmo não contém qualquer elemento classificado ou inventariado na carta do património. No entanto, trata-se de um conjunto de quarteirões antigos, abrangidos pela ZEP do Palácio das Necessidades e que engloba interferências, algumas de construção do séc. XVIII ou anteriores:

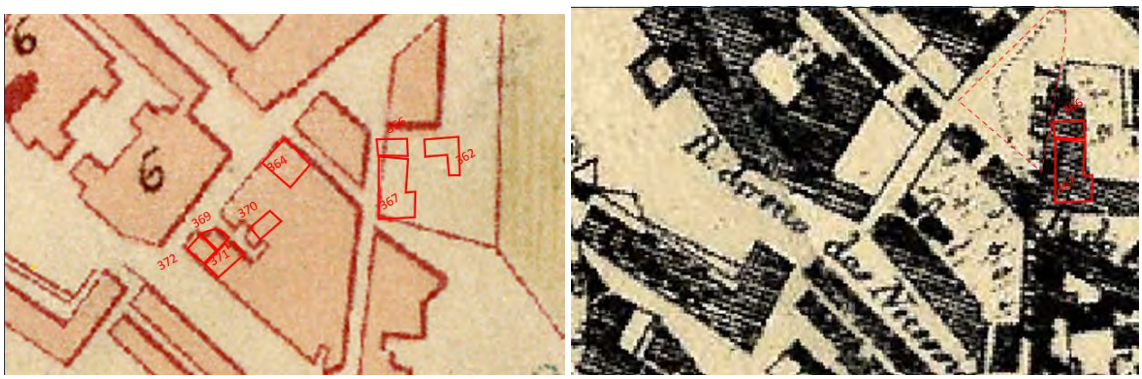


Figura 177 e 178 – Interferências do conjunto C nas plantas de 1780[14] e 1807[15].



Figura 179, 180, 181, 182 – Conjunto C (EPC) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

[14] Em 1780 já se encontravam edificadas as seguintes interferências o conjunto C: I 364 – Largo do Rilvas, 3, I369- Travessa do Tesouro, 2; I 370 – Travessa do Tesouro, 12-16, I371 – Rua das Necessidades 48, I372, Travessa do Tesouro, Rua das Necessidades 56-60.

[15] Em 1807 já se encontravam edificadas as seguintes interferências do conjunto C: I366 -Largo do Rilvas, 11; I 367, Largo do Rilvas, 12.

Face à fase de estudo Prévio foram excluídos os seguintes elementos por se considerar não serem suscetíveis de sofrer qualquer afetação, dada a sua distância face ao projeto.

Tabela 17 – Elementos patrimoniais excluídos entre o km 3+000–3+200.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
5A	Convento do Santíssimo Sacramento	3+000–3+200	225m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
005B	Quartel do Comando das Instalações Navais de Alcântara	3+000–3+200	150m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
070	Praça da Armada	3+000–3+200	129m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
073	Edifício na Travessa das Necessidades, 6-8	3+000–3+200	100m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
125	Palácio da Cova da Moura	3+000–3+200	127m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
139	Quinta da Cova da Moura	3+000–3+200	125m	– de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via

5.3.10 Km 3+200–3+400

Esta é a zona mais sensível do projeto, do ponto de vista patrimonial, já que o túnel prossegue neste espaço a cotas relativamente superficiais e em zonas extremamente sensíveis, encontrando-se toda a área abrangida pela **Zona Especial do Palácio das Necessidades.**



Figura 183 – Área do Miradouro do Palácio das necessidades e Baluarte do Livramento inseridos em Área classificada com Imóvel de interesse público (miradouro, chafariz e muro de suporte) e respetiva Zona Especial de Proteção (Baluarte e edifícios adjacentes) (extraído do Atlas do Património).

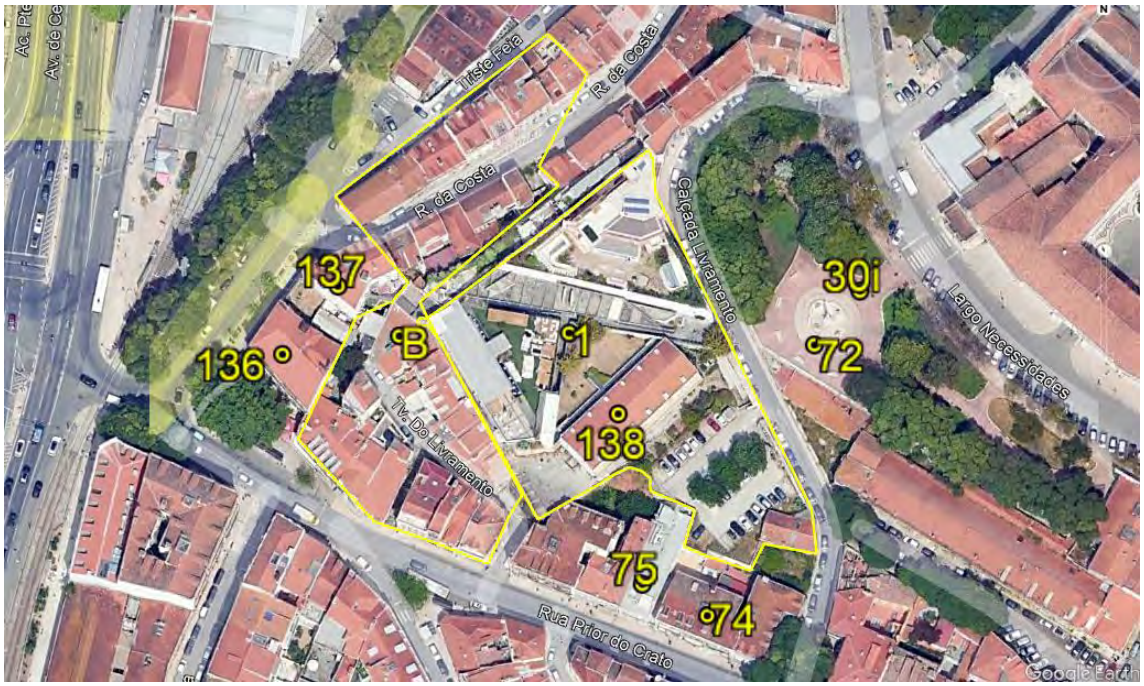


Figura 184 – Implantação da linha sobre ortofoto (Google Earth). entre o km 3+000 e 3+200 com localização dos elementos patrimoniais.

Em síntese situam-se aqui os seguintes elementos patrimoniais:

Tabela 18 – Elementos patrimoniais entre o km 3+200-3+400

Nº	Designação	PL	DEV	Prof.	Cronologia
001	Baluarte do Livramento	CMPEP 26.24	0m	- de 25m	Séc. XVII
030i	Troço do aqueduto de abastecimento ao Chafariz (MN)	MN	0m	- de 25m	Séc. XVIII (1798)
072	Miradouro e Jardim Olavo Bilac	IIP	0m	- de 25m	Séc. XVIII (1743-47)
074	Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Prior do Crato, 56-58	CMPEP 26.73	51m	- de 25m	- de 25m
075	Convento do Livramento (vestígios) / Edifício da Caixa Geral de Depósitos	CMPEP 26.30	52m	- de 25m	- de 25m
137	Edifício na Rua da Costa, 8-20	ZEP IIP	0m	- de 25m	Séc. XX (1904)
138	Pátio dos Quintalinhos	ZEP III CMPEP 26.24	0m	- de 25m	Séc. XX (1918)
B	Núcleo da Rua da Costa / Travessa do Livramento	ZEP III	0m	- de 25m / viaduto	Séc. XIX-XX



Figura 185 – (EP030i) Extrato da Planta dos aquedutos (...) do Palácio das Necessidades (PT/TT/CR/007-008/00219). A seta assinala a ligação à fonte.





Figura 186 e 187 – Miradouro e Jardim Olavo Bilac (EP072) e muro do Miradouro (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).



Figura 188 – Extrato da planta de 1780 na área do Baluarte do Livramento e Miradouro do Palácio das Necessidades.

Sobre o Baluarte do Livramento consulte-se a Parte II dos Estudos Complementares.

Em 1807, menos de 30 anos depois da planta de 1780, surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Ao longo do século XIX, surgem edifícios que, progressivamente, vão envolvendo o baluarte e que, em fase de estudo prévio, foram englobados no conjunto designado como **núcleo B**. Este núcleo é composto por um conjunto de edifícios situados entre a Rua do Costa e da Travessa do Livramento cuja demolição está prevista e que subdividimos pelo seu N° de Interferência (I).



Figura 189 e 190 - Extrato das plantas de 1807 e 1856-58 com a localização das interferências do Núcleo B que serão alvo de demolição (Lxi, cartografia histórica).



Figura 191 – Localização dos edifícios do núcleo B cuja demolição está prevista, subdivididos por n° de interferência) sobre ortofoto (Google Earth) com implantação da linha entre o km 3+000 e 3+200.

Tabela 19 – Edifícios a demolir integrados no conjunto B, com a identificação do respetivo nº de interferência.

Nº	Designação	PL	DEV	Prof.	Cronologia
B (I 389)	Edifício na Rua da Costa, 22–26	ZEPIII	12m		Séc. XIX (início) / Séc. XX (1904)
B (I 390)	Edifício na Rua da Costa, 28	ZEPIII	15m	- de 25m	Séc. XIX (meados) / Séc. XX (1901) (reconstrução)
B (I 391)	Edifício na Rua da Costa, 30–32	ZEPIII	12m	- de 25m	Séc. XIX (meados) / Séc. XX (1910) (alteração)
B (I 402)	Edifício na Travessa do Livramento, 20–22	ZEPIII	12m	- de 25m	Séc. XIX (1ª metade)
B (I 404)	Edifício na Travessa do Livramento, 24–26	ZEPIII	12m	- de 25m	Séc. XIX (1ª metade)
B (I 405)	Edifício na Travessa do Livramento, 28	ZEPIII	14m	- de 25m	Séc. XIX-XX
B (I 406 e 407)	Edifício na Travessa do Livramento, 30	ZEPIII	3,2m	- de 25m	Séc. XIX (1ª metade)
B (I.387)	Logradouro na Rua do Costa	ZEPIII	3m	- de 25m	Séc. XIX (1ª metade)
B (I.403)	Edifício na Travessa do Livramento, 21	ZEPIII	11m	- de 25m	Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)




Figura 192 e 193 – B (I 390 e B (I 391) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 194 e 195 – B (I 404) e B (I 405) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 196 e 197 – B (I 402) e B (I 406) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).





Figura 198 e 199 – B (I 387) e B (I 403) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Em fase de estudo prévio, foram ainda identificados os seguintes elementos ou conjuntos que, embora sem proteção legal individualizada, se encontram dentro da ZEP do Palácio das Necessidades e numa zona com um considerável impacto por parte da obra, pelo que importava compreender a sua antiguidade e valor patrimonial:

O Edifício na Rua da Costa, 8-20 (**EP 137**) cuja demolição integral está prevista, pois coincide com o início do túnel em viaduto, foi construído em 1904 (AHML, Obra 16060) numa área já anteriormente edificada, como se observa na planta de 1856-58.




Figura 200 e 201 – Edifício na Rua da Costa, 8-20 (EP 137) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Quanto ao edifício designado "Pátio dos Quintalinhos" **(EP 138)**, após 1834 todo o terreno do Forte do Livramento foi alienado e o terrapleno inferior foi utilizado para construções abarracadas. Na planta de 1911 já se encontra representada uma construção alongada com, sensivelmente a mesma área do conjunto atual, mas data de 1918 o pedido de construção de um bairro para habitação operária (AHML, Obra 2647).

Este edifício sofreu uma remodelação profunda nos finais do século XX ficando as suas fachadas muito alteradas relativamente ao projeto inicial.

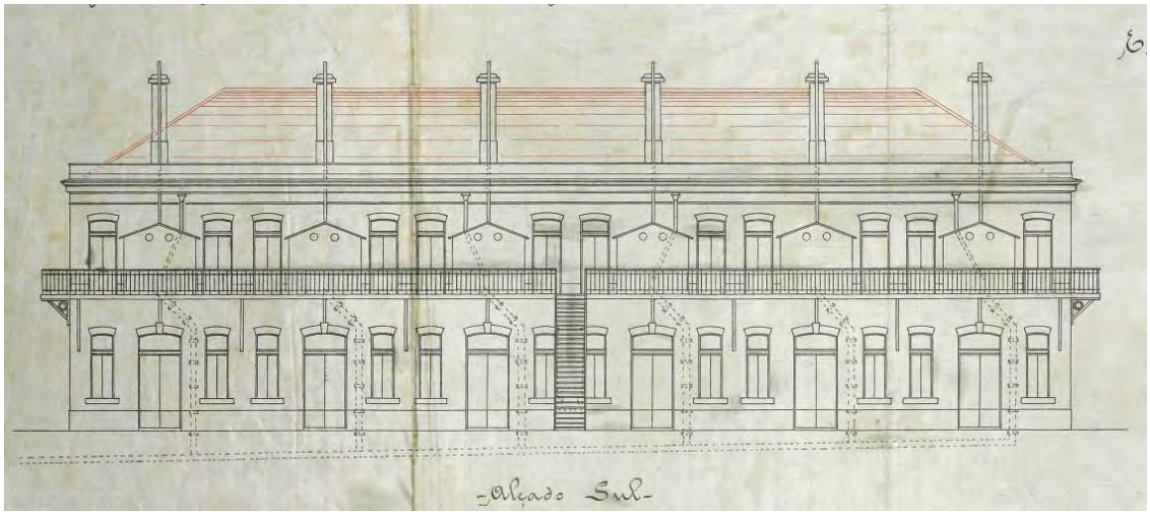


Figura 202 - Extrato dos desenhos anexos ao pedido de licença de 1918 (AHML, Obra 2647).



Figura 203 – Planta de 1911 onde se assinala o EP 138 (Pátio dos Quintalinhos) antes da reconstrução de 1918).



Figura 204 – Vista geral do edifício do Pátio dos Quintalinhos (EP 138) (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).







Figura 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211e 212– Edifício do Pátio dos Quintalinhos (Fotografias de Nuno Pires, Julho de 2024).

Também através da planta de 1911 percebemos que junto à face interna da muralha do baluarte oeste (I381a) havia uma construção adossada. Este edifício foi demolido (Calçada do Livramento, 17 (Pátio, 7-16), LXi, obra 27385) após os anos 80, já que ainda aparece representado na planta de 1987.



Figura 213 – Planta de 1987 com edifício demolido após os anos 80 do século XX.

Relativamente à fase de estudo prévio, foram excluídos os seguintes elementos patrimoniais por se encontrarem a mais de 30m da via e, por isso, se considerar que não sofrerão qualquer afetação com a implementação do projeto.

Tabela 20 - Elementos patrimoniais excluídos entre o km 3+200-3+400

Nº	Designação	DEV	Prof.
013	Estação Ferroviária de Alcântara-Terra	33m	- de 25m
017	Túnel do Rossio	32m	- de 25m
027	Atlético Clube de Portugal	55m	- de 25m
065	Cortina dos Baluartes ? Balneário	66m	- de 25m
066	Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Prior do Crato, 119-133	59m	- de 25m
067a	Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Prior do Crato, 95-103	70 m	- de 25m
067b	Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Gilberto Rola, 65-73	79m	- de 25m
068a	Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Prior do Crato, 25-39	85m	- de 25m
068b	Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Prior do Crato, 41-47	85m	- de 25m
076	Edifício de habitação plurifamiliar na Calçada do Livramento, 21-23	50 m	- de 25m
077a	Edifícios de habitação na Calçada do Livramento, 37-43	67m	- de 25m
077b	Edifício de habitação na Calçada do Livramento, 45-49	74m	- de 25m
077c	Edifício de habitação na Calçada do Livramento, 23-25	56m	- de 25m
078a	Edifício de habitação na Rua da Costa, 41-43	62m	- de 25m
078b	Edifício de habitação na Rua da Costa, 59	116m	- de 25m
078c	Edifício de habitação na Rua da Costa, 81-81A	178m	- de 25m
078d	Edifício de habitação na Rua da Costa, 52-56	35m	- de 25m

Nº	Designação	DEV	Prof.
079	Armazéns da Estação Alcântara-Terra	46m	- de 25m

5.3.11 Km 3+400-3+800

Nesta área a futura linha do Metro vai atravessar a céu aberto em viaduto sobre o acesso à Ponte 25 de Abril onde se localizará também a Estação Elevada de Alcântara. Relativamente à **proteção Legal** a área do projeto encontra-se aqui parcialmente abrangida pela **Zona Geral de Proteção da Ponte 25 de Abril** (Em vias de classificação, com Despacho de Abertura, Anúncio n.º 35/2015, DR, n.º 44/2015, Série II de 2015-03-04).



Figura 214 –Área de Proteção Legal no local da via em viaduto e estação de Alcântara: ZGP da Ponte 25 de Abril, próximo do km 3+800.

O **Palácio Fiúza** (EP 063) encontra-se inventariado na Carta Municipal de Património com o número 02.12.



Figura 215 – Área do Palácio Fiúza (EP 063) como imóvel inventariado na carta municipal do património (Lxi, cartografia) .

Identificaram-se neste troço os seguintes elementos ou conjuntos patrimoniais, situados a menos de 30 m da via

Tabela 21 – Elementos patrimoniais entre o km 3+400-3+800 .

Nº	Designação	Km	DEV
A	Núcleo de Alcântara	3+400-3+600	14m
M	Área junto ao Palácio Fiúza, a Norte da Estação da Alcântara	3+400-3+600	0m
063	Palácio Fiúza	3+400-3+600	0m

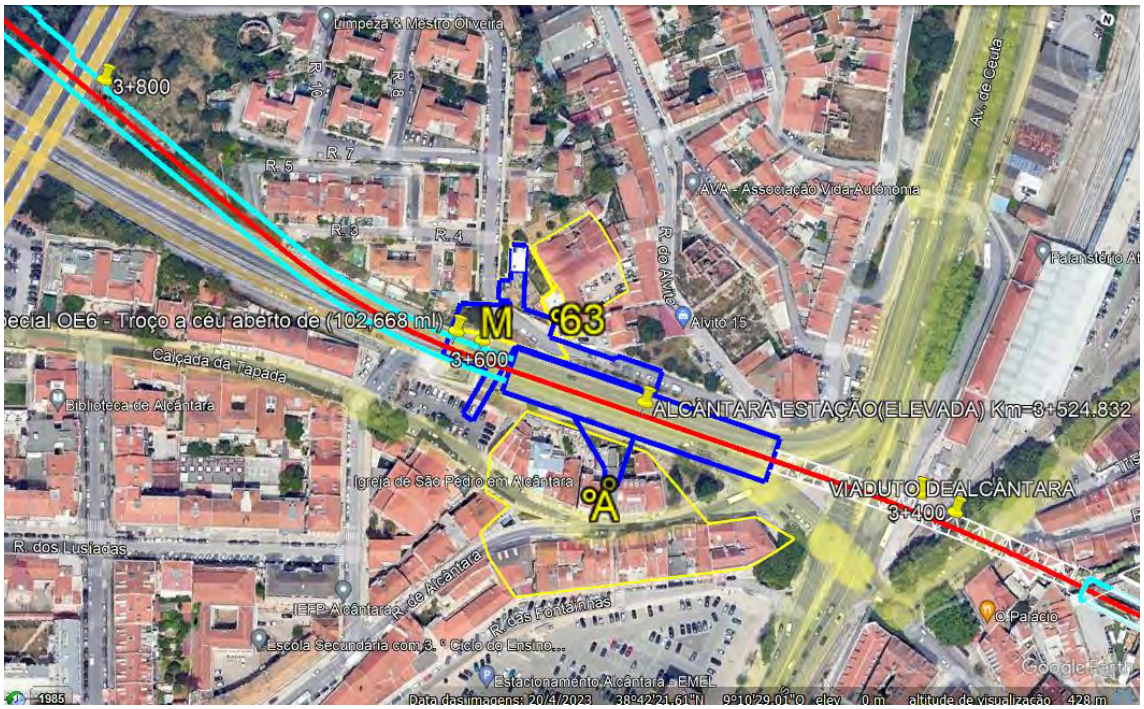


Figura 216 – Implantação da linha sobre ortofoto (Google Earth). entre o km 3+400 e 3+800 com localização dos elementos patrimoniais.

Trata-se de uma zona antiga mas já profundamente transformada. A futura linha começa por se cruzar com a antiga Ribeira de Alcântara, atualmente encanada e localizada sensivelmente sob a Avenida de Ceuta, onde existia a Ponte de Alcântara, atualmente desaparecida, com eventuais vestígios no subsolo, localizada a cerca de 35 m do atual eixo da via[16].

Trata-se de uma zona já densamente urbanizada em meados do século XIX mas que sofreu profundas alterações nos anos 60 do século XX com a construção da Ponte 25 de Abril, acessos e Bairro do Jacinto na parte oeste (1ª metade do século XX).

[16] Para mais informações sobre a Ponte de Alcântara consultar Parte 2 – Estudo Histórico Arqueológico do Baluarte.

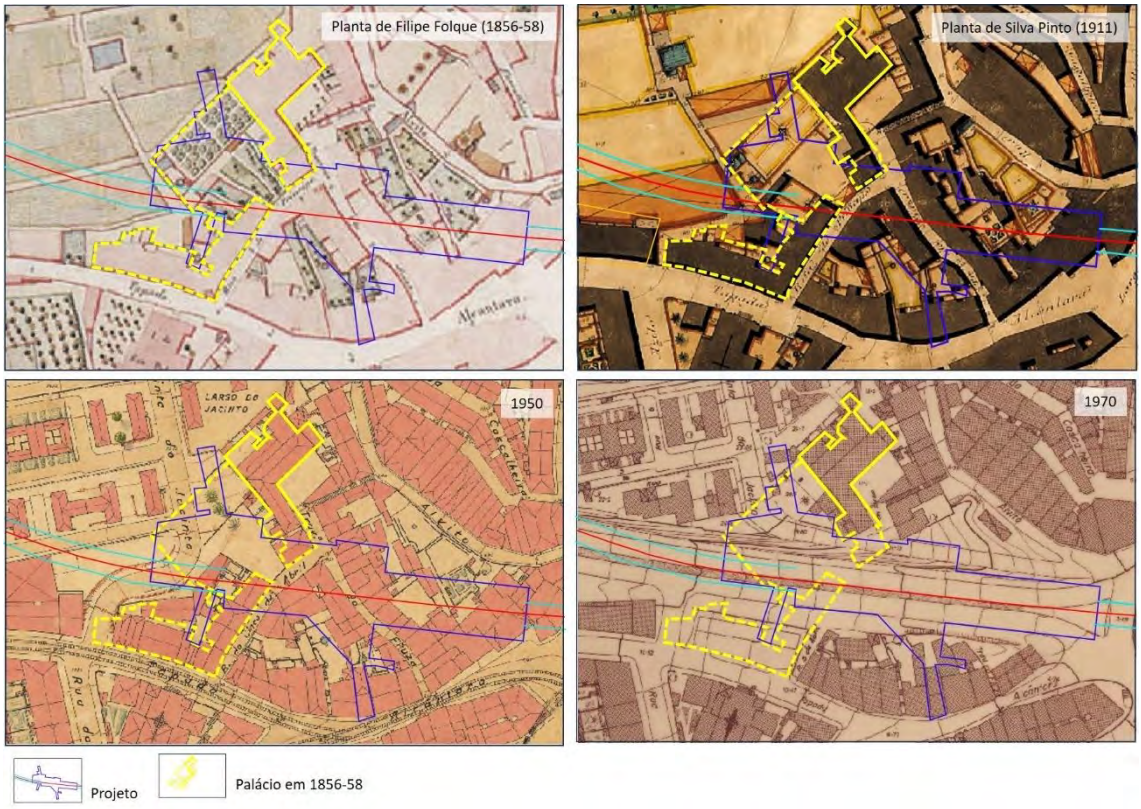


Figura 217, 218, 219 e 220 – Evolução urbana entre o km 3+400 e 3+800 entre meados do século XIX e anos 70 do século XX, destacando-se a amarelo o antigo palácio Fiúza, representando-se a tracejado as partes que na atualidade já não se conservam.

O Núcleo de Alcântara (**EP A**) corresponde a um quarteirão que, como se conclui através da análise da cartografia histórica, já se encontrava edificado em meados do século XIX mas não possui elementos classificados nem inventariados na Carta Municipal do Património. Possuía, a norte e a Oeste, o Palácio Fiúza e respetivas dependências. A implementação do projeto obrigará aqui a um conjunto de demolições, motivo pelo qual se encontram inventariadas todas as interferências com o nº A seguido do nº de respetiva interferência (Ver Estudos Complementares – Fichas de Inventário).



Figura 221 – Zona A com as demolições previstas no EP A assinaladas a vermelho sobre planta de 1856-58 de Filipe Folque (Lxi, cartografia histórica): a linha amarela contínua tracejada corresponde a áreas demolidas para a abertura do acesso à Ponte 25 de Abril.



Figura 222 – Demolições previstas no conjunto A.



Figura 223 – Núcleo de Alcântara (EPA): vista geral.

Tabela 22 – Núcleo de Alcântara (EP A): interferências (demolições).

Nº	Designação	Km	DEV	Cronologia
A (I 408)	Edifício Acesso à Ponte 25 de Abril, 2	3+400–3+600	23m	Séc. XX (50–70)
A (I 409)	Edifício Acesso à Ponte 25 de Abril, 7–11	3+400–3+600	21m	Séc. XIX (1856–58 ou anterior)
A (I 410)	Logradouro – Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n	3+400–3+600	22m	Séc. XIX (1856–58 ou anterior)
A (I 411)	Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n	3+400–3+600	21m	Séc. XIX (1856–58 ou anterior)
A (I 412)	Edifício na Rua de Alcântara, 18	3+400–3+600	32m	Séc. XIX (1856–58 ou anterior)





Figura 224 e 225 – A (I408): a área a demolir corresponde à construção mais baixa, edificada entre 1950 e 1970 (Lxi, cartografia histórica).




Figura 226 e 227 – A (I 409): edifício que em meados do século XIX já se encontrava edificado e cuja demolição está prevista (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 228 e 229 – A (I 410) e A (I411): áreas de logradouro (a demolir) de edifícios construídos no século XIX ou antes (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 230 e 231 – A (I 412): edifício na Rua de Alcântara, 18 e respetivo logradouro, a demolir (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

O núcleo **M (EP M)** corresponde a um conjunto de espaços adjacentes ao antigo palácio Fiúza que serão alvo de intervenção na presente obra, sem aparente valor patrimonial, mas que, por terem estado outrora integrados na área do antigo palácio, poderão conter vestígios arqueológicos no subsolo. É apresentada em anexo informação mais detalhada (Ver Fichas de

Inventário) fazendo referência à designação do conjunto, seguido do respetivo n° de interferência.

Tabela 23 – Núcleo de Alcântara (APM): interferências (demolições).

N°	Designação	Km	DEV
M (I 418)	Garagem ?	3+400-3+600	16m
M (I 419)	Área junto ao Palácio Fiúza, a Norte da Estação da Alcântara	3+400-3+600	28m
M (I 420)	Área junto ao Palácio Fiúza, a Norte da Estação da Alcântara	3+400-3+600	40m
M (I 421)	Área junto ao Palácio Fiúza, a Norte da Estação da Alcântara	3+400-3+600	50m



Figura 232 – Zona M (**EP M**) na planta de 1856-58 de Filipe Folque (Lxi, cartografia histórica) com as demolições previstas (interferências) assinaladas a vermelho: a linha amarela tracejada corresponde a áreas do Palácio Fiúza demolidas para a abertura do acesso à Ponte 25 de Abril.

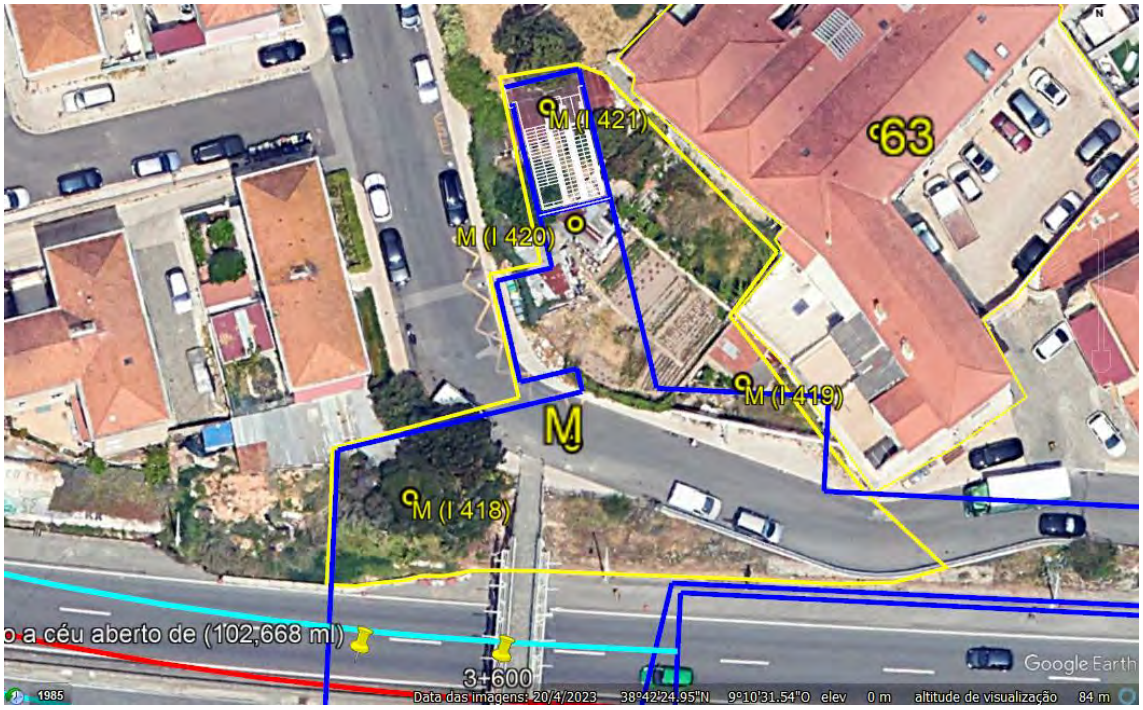


Figura 233 – Demolições previstas no conjunto M.



Figura 234 e 235 – Vista geral da área M (I419, I420 e I421) a norte do acesso à Ponte 25 de Abril, na Rua Quinta do Jacinto, junto ao Palácio Fiúza (em segundo plano).



Figura 236 e 237 – EP M: I 419 e I420. (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).




Figura 238 e 239 – EP M: I421 e I418 (fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Relativamente à fase de estudo prévio excluem-se um conjunto de elementos patrimoniais por se encontrarem a mais de 30 metros do eixo da via ou dos limites da estação.

Tabela 24 – Elementos patrimoniais excluídos entre o km 3+400-3+800.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
011	Ponte de Alcântara	3+400-3+600	35m	0m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
012	Troço do Aqueduto das Águas Livres na Rua do Borja	3+400-3+600	85m	0m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
015	Cavidade no calcário	3+400-3+600	160m	0m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
023	Escola Secundária de Fonseca Benevides	3+600-3+800	103m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
060	Creche Vítor Manuel	3+600-3+800	35 m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
061	(Antiga) Escola Comercial Ferreira Borges	3+600-3+800	90m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
062	Pombal Real (Tapada da Ajuda)	3+600-3+800	56 m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via, não tem ZP abrangendo a AID
064	Igreja de S. Pedro de Alcântara	3+600-3+800	42 m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
124	Edifício de habitação plurifamiliar	3+600-3+800	111m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
135	Fábrica de Tintas	3+400-3+600	46m	0m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via

Nesta área do projeto o elemento de destaque é, sem dúvida, o **Palácio Fiuza (EP 063)**. Trata-se de um imóvel inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 02.12, que foi edificado no séc. XVII (1640-1653) (GALVÃO-TELLES 2014: 125). Neste edifício prevê-se a demolição do corpo localizado no seu ângulo sudoeste e de espaços adjacentes de construção mais recente EPM). A parte sul do palácio (a oeste deste quarteirão e onde se localiza um parque de estacionamento) foi demolida nos anos 60 aquando da construção do acesso à Ponte 25 de Abril.

Pelo seu valor patrimonial e grau de afetação desenvolvemos o subcapítulo seguinte com uma síntese histórica sobre o Palácio Fiuza, acompanhada de análise de cartografia antiga e registos atuais.

5.3.11.1 O Palácio Fiúza

O **Palácio Fiúza (EP 063)**, tal como hoje se encontra, constitui parte do conjunto edificado correspondente à área habitacional de uma antiga quinta com origem no século XVII. A história da propriedade inicia-se cerca de 1640 quando o seu primeiro proprietário, Paulo de Carvalho, adquire umas propriedades em Alcântara (GALVÃO TELLES, 2014: 33-34). Ao longo da sua história passará por diferentes proprietários, todos eles pessoas de relevo na sociedade lisboeta, personagens ligadas à família real, à corte e ao poder político e administrativo. O seu primeiro proprietário, Paulo de Carvalho[17] foi não menos do que o tio-bisavô do futuro Marquês de Pombal. Em 1864 a quinta passa, por herança, para Sebastião de Carvalho e Melo (avô do Marquês de Pombal), e depois para os seus pais que aí residem em 1698, sendo provável que o próprio Marquês de Pombal aí tenha nascido.

Várias são as personagens da família real que frequentaram ou mesmo habitaram temporariamente esta quinta que se localizava junto ao Palácio Real de Alcântara. Crê-se que D. Pedro II aí tenha residido no início do século XVIII, quando o Palácio real estava em obras e que aí tenha falecido em dezembro de 1706 (CASTILHO, 1942: 94-95; FARIA 1947-48: 57; GALVÃO TELLES, 2014: 36).

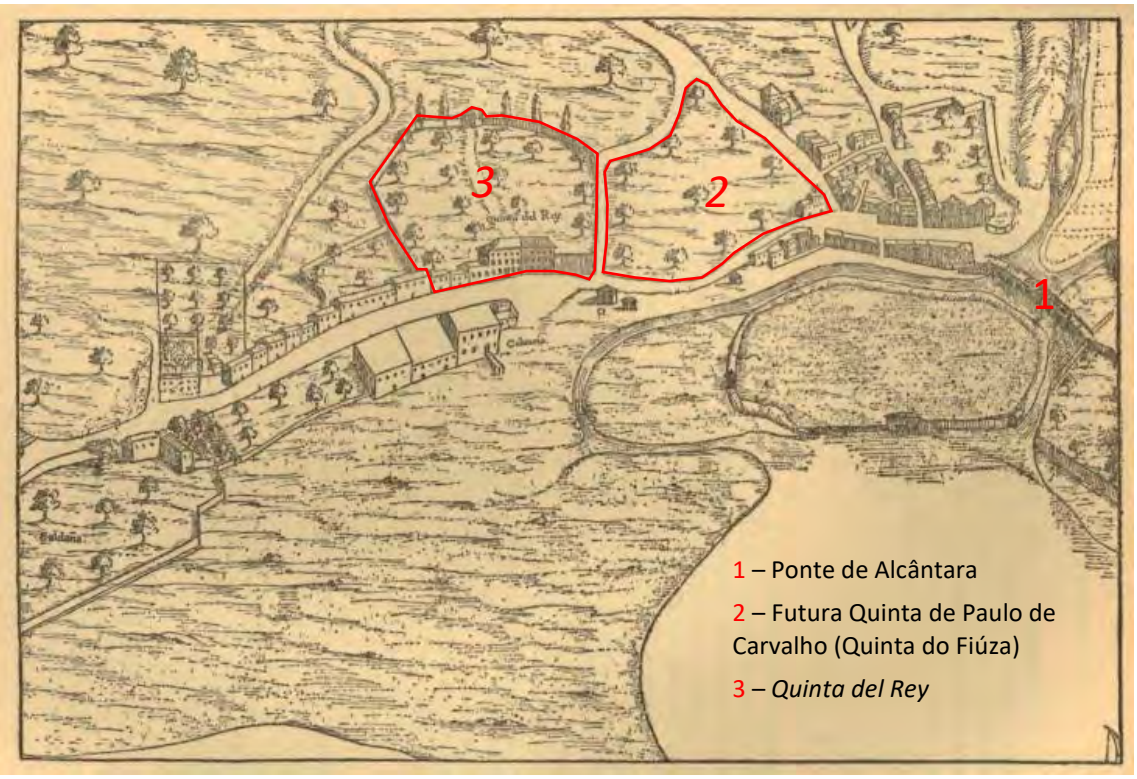


Figura 240 – Desenho representando a área a poente da ribeira e Ponte de Alcântara (FREITAS 1946; GALVÃO TELLES, 2014: 132) e onde assinalamos com o nº 2 o que julgamos corresponder, sensivelmente, à futura área da Quinta de Paulo de Carvalho presumivelmente edificada a partir de 1640.

[17] *"A aproximação ao núcleo matricial que, em 1663, os Carvalhos protagonizaram à época de Paulo de Carvalho, tio-bisavô do futuro 1.º marquês de Pombal, e logo, pouco depois, em 1698, à dos pais de Sebastião José de Carvalho e Mello que aí habitaram, equaciona bem a tessitura de vivência da quinta. Reforça-se a convicção face aos documentos que Galvão Telles carreia, e à sua interpretação, que aqui possa ter sido o presumível local de nascimento do 1.º ministro de D. José I."* GALVÃO TELLES, 2014: 9).

Data de 1700 a primeira representação da quinta no painel de azulejos da autoria de Gabriel del Barco – "A grande vista de Lisboa. Painel de azulejos do Palácio dos Condes de Tentúgal" existente no Museu do Azulejo em Lisboa (Doc. 19), do qual apresentamos um extrato.



Figura 241 – Extrato do Painel de Azulejos com a representação do Palácio Fiúza.

"*Nele se observa, a nascente da tapada da Ajuda – que surge toda murada, a montante do paço real de Alcântara – e* ***acima da enseada que se formava na foz da ribeira, o destacado edifício que então ainda pertencia aos Carvalhos****. Assente num pequeno cômoro sobranceiro ao casario de que se compunha o lugar de Alcântara, a quinta apresenta um corpo distendido no sentido este-oeste, cuja fachada exibe uma fenestração ritmada ao nível do primeiro piso (possíveis janelas de sacada, ainda hoje existentes), vendo-se na extremidade direita o que parece ser a frente de uma* ***capela*** *(recorde-se o que acima foi dito a respeito do conde dos Arcos ter ao seu serviço um capelão, uns anos antes quando aqui residia); do lado esquerdo da construção, um estreito torreão poderá constituir a empena do corpo lateral do edifício, disposto no sentido sul-norte e, portanto, transversal àquele outro*" (GALVÃO TELLES, 2014: 33-34)

A propriedade encontra-se assim descrita num documento de finais do século XVII existente na Torre do Tombo[18]:

> *"Uma propriedade de casas à frente da rua direita de Alcântara ao lado do poente, que consta no plano baixo de uma loja, que serve de cocheira, e mística a ela uma loja de entrada, dentro na qual está um corredor, e neste duas casas para acomodação de criados, e também dá serventia a uma casa que serve de cozinha com seu pequeno forno de fazer assados, sua pia de pedra, que recebe água por aquedutos que vêm do poço que se acha no fim do dito corredor; e no fim deste há uma casa que serve de cavalariça com seu palheiro por cima; e na dita loja da entrada há uma escada de pedra de um só lanço que dá serventia a um pavimento de sobrados, que é dividido em oito casas, em que entra uma casa no tabuleiro da escada para cómodo do criado grave; e no fim do dito pavimento há um quintal ajardinado, e na sua entrada é formado de arcada, que recebe uma varanda por cima; e o referido quintal é guarnecido de murtas, e no fundo dele tem seu poço de água de beber por uso de balde, com sua embocadura de pedra e seus varões de ferro onde trabalha o balde; e bem assim uma escada de pedra que dá serventia à sobredita varanda, a qual também dá serventia a duas casas, e por cima destas com frente para a rua do Príncipe, e também um corredor que dá serventia à dita rua; e por cima do sobredito primeiro pavimento nobre há um segundo pavimento de sobrados, que é dividido em oito casas em que entra a casa do oratório de dizer missa e suas acomodações, com serventia para o primeiro pavimento, tendo também serventia*

[18] Torre do Tombo, Feitos Findos, Inventários, Vicente Ferrer Barruncho, maço 15, n.º 12. Citado por GALVÃO TELLES, 2014: 75

para a sobredita varanda, que é guarnecida de alegretes e assentos de pedra; e por cima do dito pavimento há outro com quatro casas, e uma destas há serventia para um mirante, guarnecido de vidraças, tendo o mesmo pavimento serventia por uma escada de madeira de dois lanços"

Em 1707 já a propriedade pertencia ao desembargador José Fiúza que deu o nome à quinta e que aí residiu com a sua família a partir de 1723 tendo procedido a obras de ampliação do conjunto edificado entre 1725 e 1728 e em cuja ermida se terão casado as suas duas filhas.

Após o falecimento de José Fiúza Correia, em 1733, a propriedade passa a pertencer à sua mulher que aí reside entre 1734 e 1740. Terá sido provavelmente em 1741 que a propriedade passou, por compra de Filipe Simões Barruncho, para a sua família tendo a Ermida de Nossa Senhora do Pópulo[19] servido como capela onde se casaram e sepultaram o próprio Filipe Farruncho e os seus descendentes. (GALVÃO TELLES, 2014: 126-128).

Data de 1834 uma pequena descrição da Quinta "*sita na Ribeira de Alcântara, denominada a Fiúza, que se compõe de prédios rústicos e urbanos, casas nobres, dita para caseiro, a casa grande com todos os seus pertences, incluso as acomodações para gados, e finalmente todas as serventias e logradouros à mesma pertencentes*"[20] (GALVÃO TELLES, 2014: 83)

A propriedade permanece na posse da família Barruncho, tendo os seus membros aí residido pelo menos até 1847 e havendo notícia de se terem realizado obras de conservação na mesma entre 1843-46. (GALVÃO TELLES, 2014: 125-128).

"No Pavimento baixo, três Armazéns que se achavam em terra e muito entulhados e replanados, lajeados e paredes rebocadas e um Tecto de Abóbada também rebocado e guarnecido, e cinco portas feitas de novo assim como uma grande Cancela no portão da entrada, a Casa da Cozinha arranjada, a Chaminé e algumas paredes por se achar há anos muito danificada, um pequeno quarto lajeado. No andar nobre tem três Salas das principais, foram assoalhadas e outras feitas, assim como uma despensa arranjada com seu tapume; no pátio uma Casa para criação(?), " Casa junto à varanda foi vigada e assoalhada aproveitando -se muitas madeiras velhas e outras novas; na Varanda, o lado que estava destruído foi arranjado, os muros junto à horta foram em parte reformados e muitos foram levados a maior altura, assim como muitos encanamentos de Água do poço para o Jardim e para vários sítios da Casa, assim como para o tanque da horta (...); na quinta há muitas Árvores de diferentes qualidades novas, na maior parte vindas de fora do Reino".21

[19] Não conseguimos localizar esta ermida no conjunto edificado.
[20] Torre do Tombo, Tribunal da Boa -Hora, ProcID 187155, Nproc 0, 1.ª vara, 1.ª secção, maço 276, cx. 149, inventário obrigatório por morte de João Vicente Barruncho, 1858. Citado por GALVÃO TELLES, 2014: 83
[21] Torre do Tombo, Tribunal da Boa -Hora, ProcID 187155, Nproc 0, 1.ª vara, 1.ª secção, maço 276, cx. 149, inventário obrigatório por morte de João Vicente Barruncho, 1858, citado por GALVÃO TELLES, 2014: 87



Figura 242 – Excerto Planta do Almoxarifado do Paço, levantada por José António de Abreu em 1848 (ANTT, Código de referência, PT/TT/CR/007-008/00213.2).

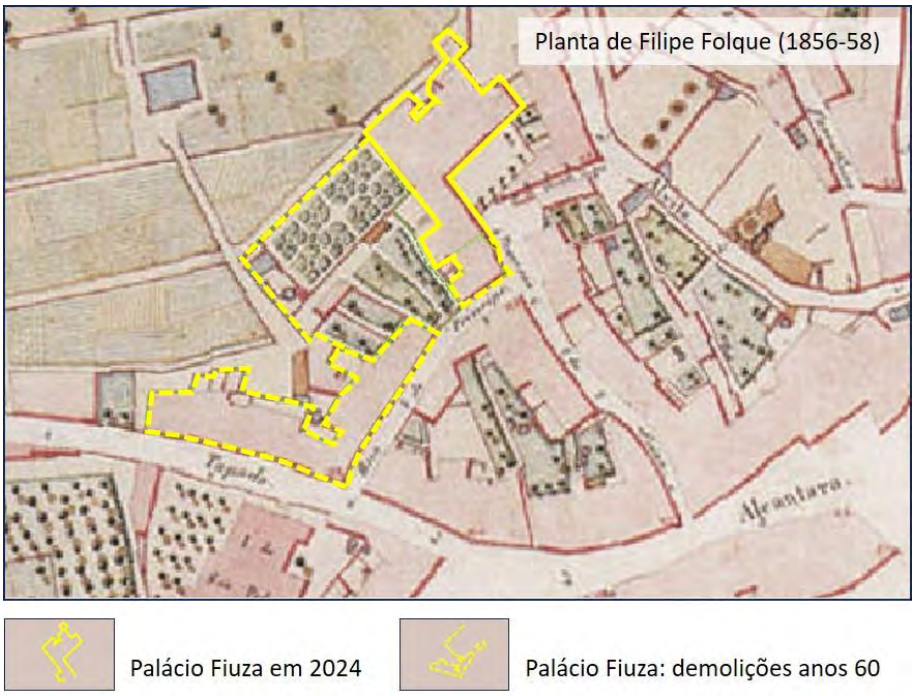


Figura 243 – Planta de Filipe Folque de 1856-59 (Lxi, cartografia histórica) sobre a qual a linha contínua assinala aquilo que ainda se preserva do Palácio Fiúza e a tracejada o que já não existe.

A partir da análise da cartografia histórica, em particular da planta de 1856-58, observamos que em meados do século XIX o palácio Fiúza era um enorme conjunto edificado associado a uma quinta. No lado norte (que ainda se conserva quase completamente) pensamos que se situariam as casas nobres e do lado sul, provavelmente, as dependências agrícolas. A meio localizar-se-ia um pátio com jardim para o qual se entraria através de um portal localizado na então designada *Rua do Príncipe*.

A partir de meados do século XIX o espaço da quinta passa a ter outros usos (permanecendo, no entanto, na posse da família Barruncho até 1900): em 1858 "*Há notícia de se ter instalado em*

dependências das casas nobres da quinta de Alcântara a Associação Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas", em 1875 "*Nas casas nobres da quinta de Alcântara – ou palácio do Fiúza – começam a reunir elementos ligados ao movimento republicano e à maçonaria*", em 1888 é arrendada a Bento Garcia. No início do século XX a quinta é adquirida por Jacinto Gonçalves.

Em 1943 parte da Quinta é expropriada pela Câmara Municipal de Lisboa para construção de casas económicas, o "Bairro do Jacinto". (GALVÃO TELLES, 2014: 125-128).

Com a construção da Ponte 25 de Abril e os seus acessos, por volta de 1965, a propriedade vê-se, mais uma vez profundamente alterada, sendo agora "amputada" a parte sul do conjunto edificado.



Figura 244 - Demolições parciais do Palácio Fiuza nos anos 60 do século XX (AML).

No presente projeto o corpo cuja demolição está prevista constitui, pois, parte integrante do monumento antigo. Trata-se de um corpo saliente, outrora voltado para o jardim.

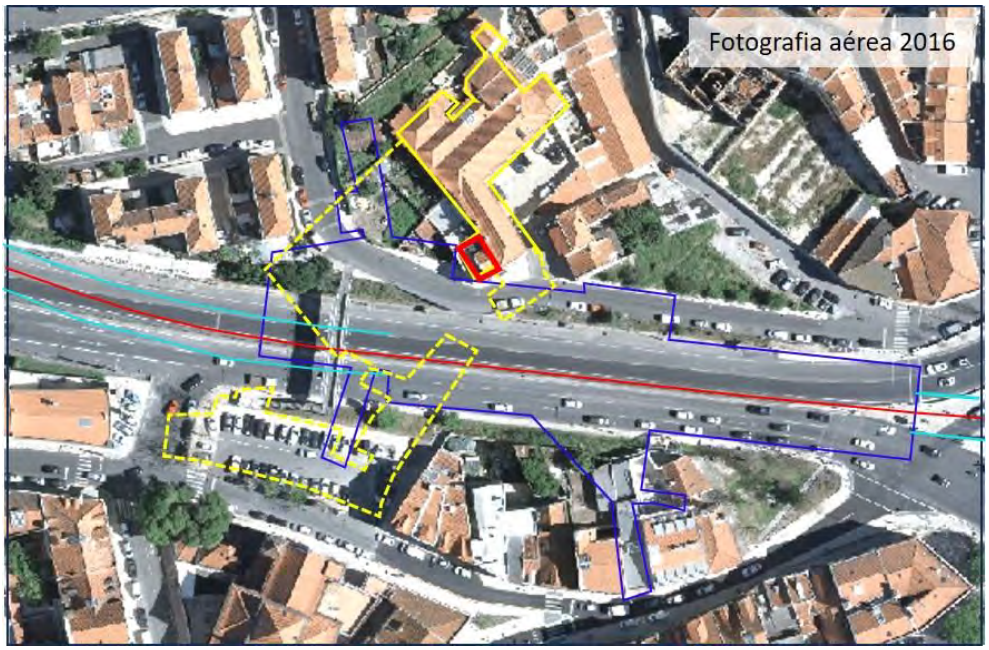


Figura 245 – Assinala-se a vermelho o corpo de edifício do antigo palácio cuja demolição está prevista (sobre ortofoto Google Earth).

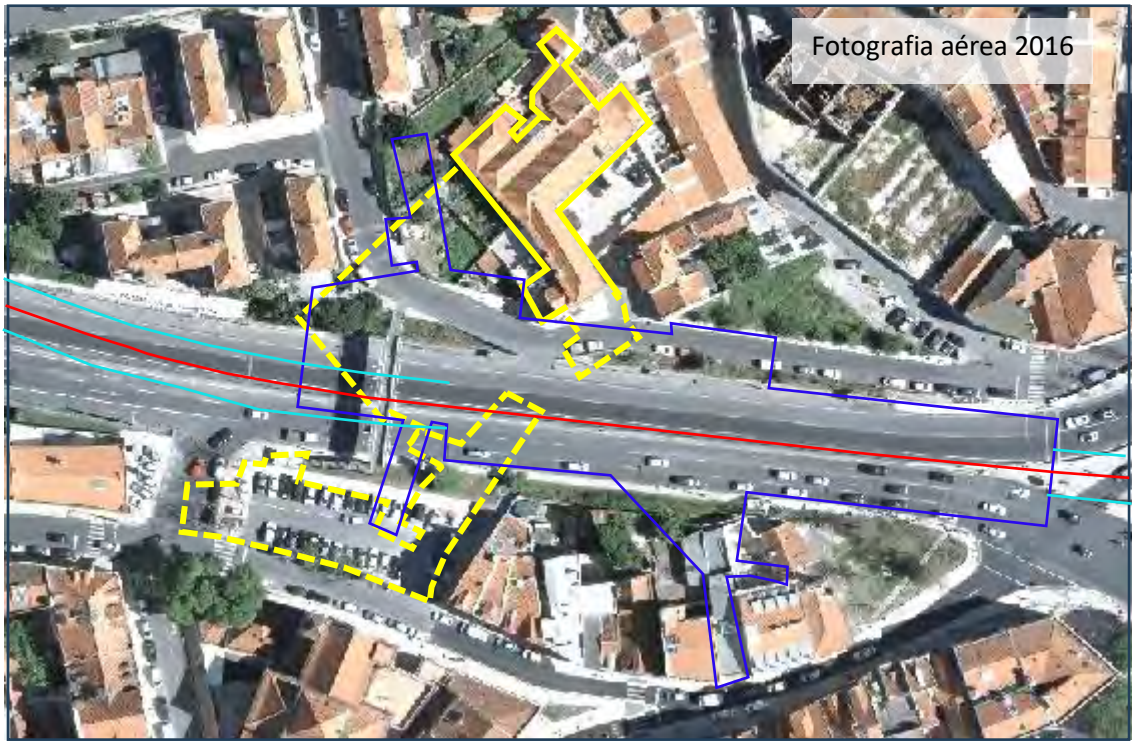


Figura 246 – Fotografia aérea de 2016 (Lxi, cartografia histórica) com implantação do projeto e Palácio Fiuza (estruturas remanescentes a amarelo contínuo, espaços já demolidos a tracejado).



Figura 247 – A vermelho assinala-se a demolição prevista do corpo situado no ângulo nordeste do Palácio Fiuza ortofoto de 2023 (Google Earth).

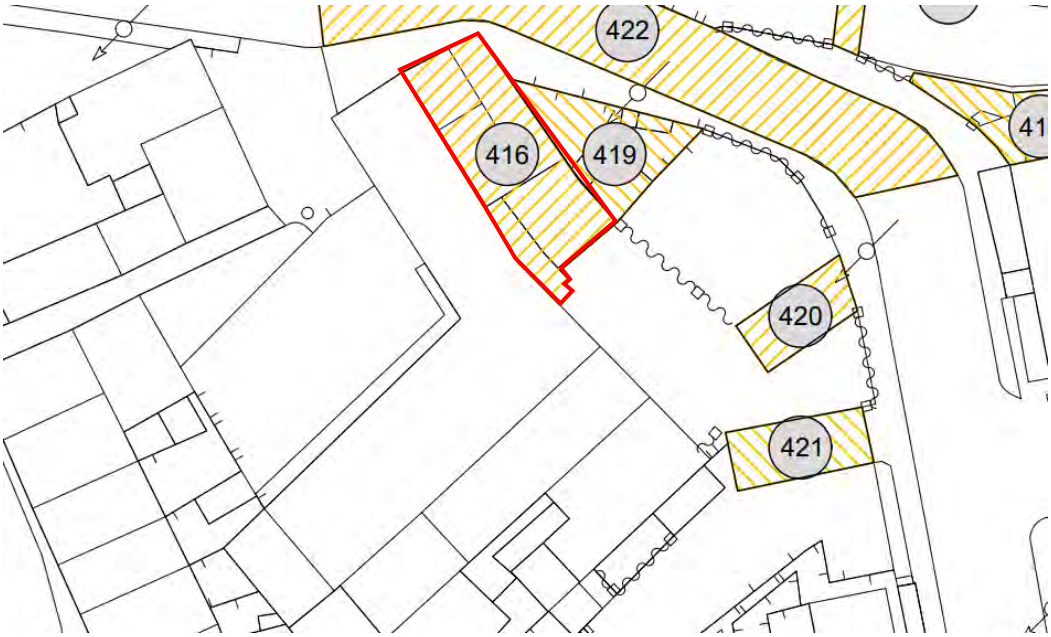


Figura 248 – Demolições no Palácio Fiuza (I 416) (Extrato de planta de interferências).



Figura 249 – Vista geral do Palácio Fiúza, à direita o corpo cuja demolição está prevista.



Figura 250 – Palácio Fiuza: corpo cuja demolição está prevista.

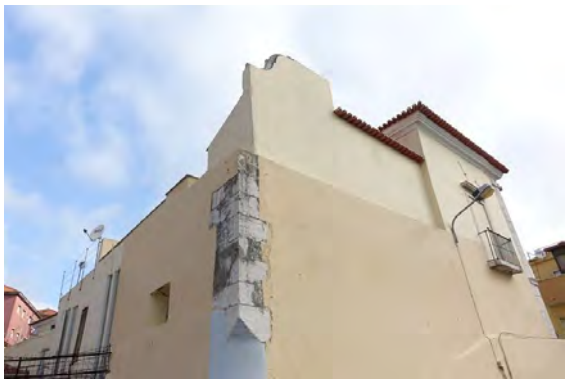



Figura 251 e 252 – Palácio Fiúza: demolições previstas. À direita pormenor do corpo a demolir, com teto abobadado.

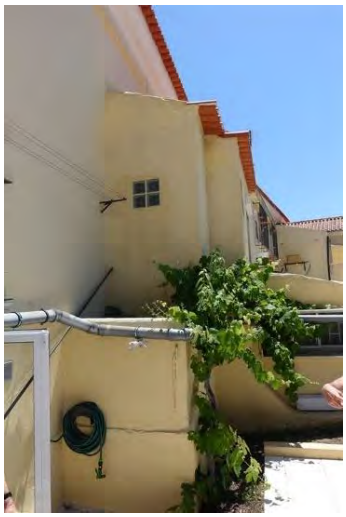


Figura 253 – Construções adossadas a noroeste cuja demolição está prevista.







Figura 254, 255, 256 e 257 – Palácio Fiúza.

5.3.12 Km 3+800_4+097

Na parte final a linha segue em túnel por uma área ocupada por áreas verdes outrora integradas na Tapada da Ajuda e atualmente parcialmente ocupadas pelos acessos à Ponte 25 de Abril e terrenos do Instituto Superior de Agronomia.

Este troço atravessa nas seguintes áreas de proteção legal:

- **Ponte 25 de Abril**, em vias de classificação (com Despacho de Abertura) (Anúncio n.º 35/2015, DR, n.º 44/2015, Série II de 2015-03-04) e respetiva Zona Geral de Proteção;
- **Tapada da Ajuda** (conjunto intra-muros) classificado IIP – imóvel de interesse público e respetiva Zona Geral de Proteção.



Figura 258 – Áreas de proteção legal entre o km 3+800 e 0 km 4+497 (extraído de Atlas do Património Classificado).

A parte final do troço termina a uma profundidade superior a 25m, sensivelmente no limite da área classificada.

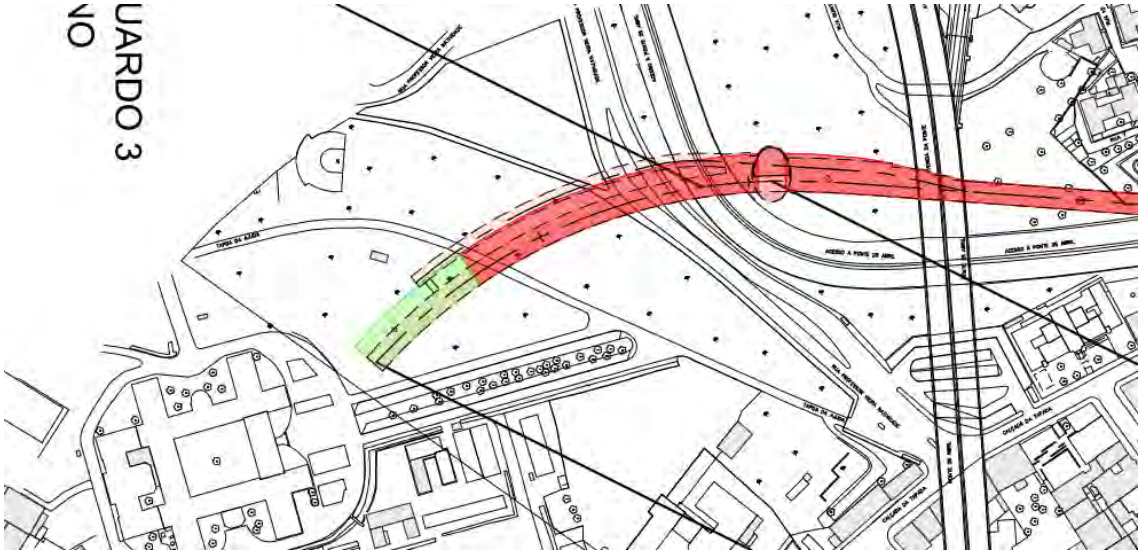


Figura 259 – Área final do túnel: a verde com profundidade superior a 25m, no local de entrada da área de proteção da Tapada das Necessidades (EP 018).

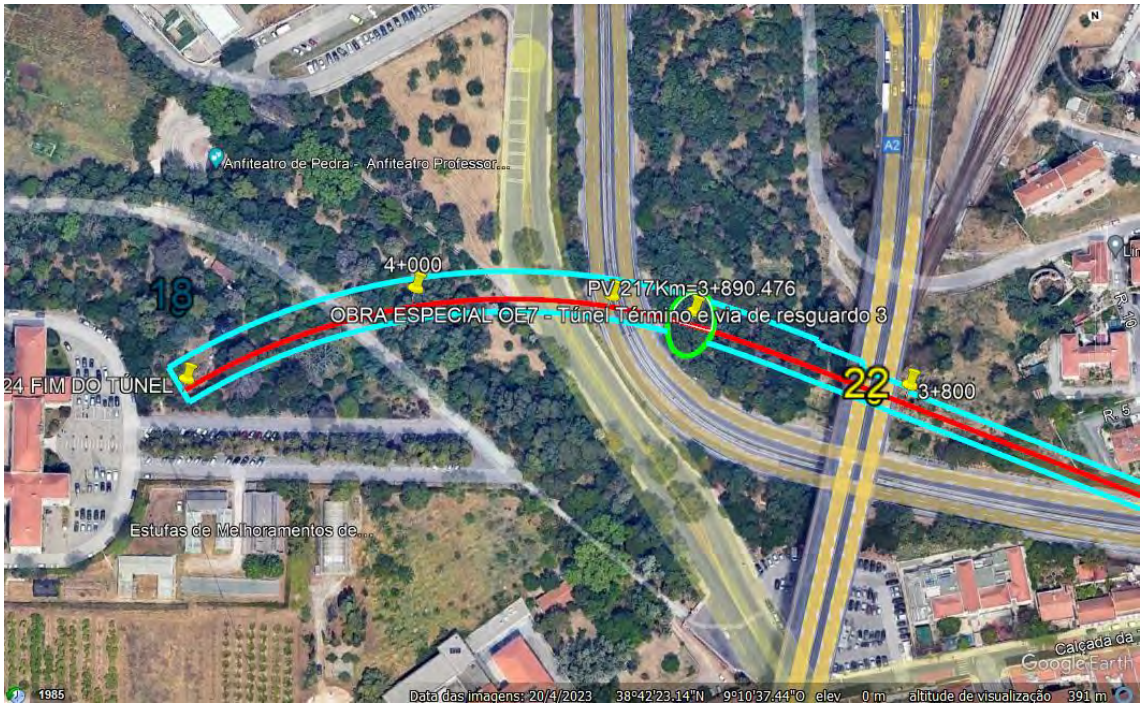


Figura 260 – Implantação da linha sobre ortofoto (Google Earth). entre o km 3+400 e 3+800 com localização dos elementos patrimoniais EP22 e EP18.

Tabela 25 – Elementos patrimoniais entre o km 3+800_4+097.

N°	Designação	Km	DEV	Prof.
018	Tapada da Ajuda (conjunto intra-muros)	3+800-4+000	0m	+ de 25m
022	Ponte 25 de Abril	3+800-4+000	0m	- de 25m

Relativamente à **Tapada da Ajuda** (EP18) note-se que estamos no extremo sul de uma extensa propriedade do século XVII (1645), criada para espaço de caça e logradouro da família real, por D. João IV (Ficha SIPA). Centrando-nos no espaço afeto ao projeto, observando a Planta da Real Tapada da Ajuda de 1849[22], no local do PV 217 não existem construções. A área está designada *Monte do Pombal*, provavelmente com referência ao Pombal que ainda hoje se reserva (oc. 62 do Estudo Prévio, a 52m do eixo da via).

No final do século XIX (1876) extingue-se o Paço Real de Alcântara, incluindo o palácio que então já se encontrava arruinado e a Quinta Real de Alcântara onde será edificado o Bairro do Calvário.

Em 1917 é construído o edifício do Instituto Superior de Agronomia, com projeto do Arquiteto Adães Bermudes.

Na planta de 1911 observa-se uma estrutura circular no local do PV217 onde, mais tarde, na planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica) aparecem representados campos de jogos (Ténis?).

Em 1966 o espaço é profundamente alterado devido à construção da ponte 25 de abril e respetivos acessos.



Figura 261, 262, 263 e 264 – Área do término da linha e PV 217 na cartografia histórica (1849, 1911, 1950 e 1970.

A Ponte 25 de Abril (EP022) "foi construída sob projeto do Gabinete de Engenharia de Nova Iorque, Steinman, Boynton, Gronquist & London, com intervenções do Gabinete da Ponte sobre o Tejo e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Aquando da sua inauguração detinha o maior vão da Europa e o 5.° maior em todo o Mundo. Obra-prima de engenharia civil, das mais de duas dezenas de pontes construídas ao longo do rio Tejo, destaca-se, ainda, como a única ponte

[22] ABREU, José António de – Planta da real tapada dªAjuda / J. A. de Abreu, lev., red. e lith.. – Escala 1:5000. – Lisboa : Off. Lith. da Rua Nova dos Martyres, 1849. – 1 planta : litografia, p&b ; 24,30x43,80 cm, em folha de 28,90x44,80 cm. BND, C.C. 94 V. Disponível em: https://purl.pt/1668

suspensa do País. Ao nível local, tornou-se num elemento estruturante e indispensável no acesso à capital e entre o norte e o sul do País." (DGPC).

Tabela 26 – Elementos patrimoniais excluídos entre o km 3+800_4+097.

Nº	Designação	Km	DEV	Prof.	Motivo da exclusão
19	Escola EB1 Raul Lino	3+800-4+000	153m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via
146	Calçada da Tapada - edifícios antigos	3+800-4+000	250m	- de 25m	O EP localiza-se a mais de 30m do eixo da via

Relativamente ao **património arqueológico** é de referir a existência dos seguintes sítios, embora uma distância razoável da área de intervenção.

Tabela 27 – Sítios arqueológicos localizados na envolvente do PV217.

CNS	Designação	Tipo	Período	Dist. PV 217
5216	Lisboa – Povoado da Tapada da Ajuda	Povoado	Idade do Bronze; Idade do Bronze – Final;	1400 m
3340	Lisboa – Tapada da Ajuda	Sepultura	Romano	800 m
33469	Pedreira do Alvito CNS	Forno	Contemporâneo	500m



Figura 265 – Vestígios arqueológicos localizados na envolvente do traçado final do túnel e PV 217 (Portal do Arqueólogo).

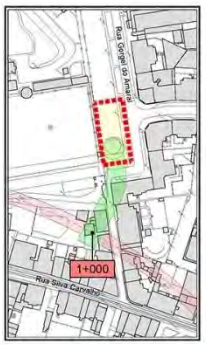
6 PROSPEÇÃO ARQUEOLÓGICA

A área de implantação do prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa enquadra-se no ambiente urbano da cidade de Lisboa. Apesar de densamente construída, tanto pelo casario e estruturas urbanas à superfície como por infraestruturas no subsolo, torna-se necessário acautelar a identificação de eventuais ocorrências com valor patrimonial e/ou arqueológico, cuja presença se possa dispor por entre as zonas que se associam ao presente projeto. Este princípio motivou a execução de uma ação de prospeção ao longo de todo o percurso da futura Linha, ainda em fase de Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

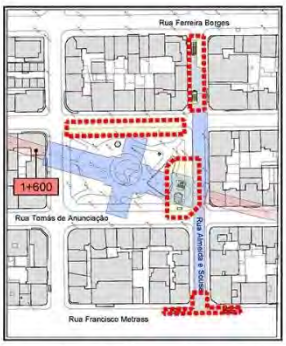
Tendo em vista o cumprimento da MM32 foram analisadas as peças do projeto referentes à localização dos estaleiros definidas em fase de anteprojeto e projeto de execução, complementando a prospeção levada a cabo no âmbito do referido EIA.

Em fase de diagnóstico arqueológico, foi proposta uma ação de prospeção e reconhecimento incidente às áreas reservadas para a instalação de estaleiros. Estas zonas correspondem às principais frentes de trabalho, sobretudo associadas à construção das Estações e Poços de Ventilação. No total contabilizam-se nove zonas onde se prevê delimitar áreas reservadas a estaleiro: 4 zonas associadas às Estações; 3 zonas associadas aos Poços de Ventilação; 1 zona associada ao viaduto de Alcântara e Baluarte do Livramento e 1 zona para estaleiro central.

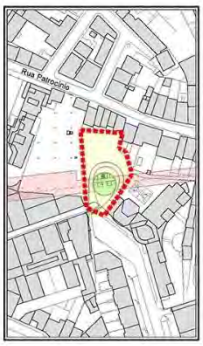
Esta proposta visa o cumprimento da MM32 da DIA, respeitante à prospeção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo, depósito de terras e caminhos de acesso à obra. De momento estão propostas as áreas de estaleiro, reservando-se a realização de novas ações de prospeção assim que estabelecidas as zonas das manchas de empréstimo e depósito de terras.



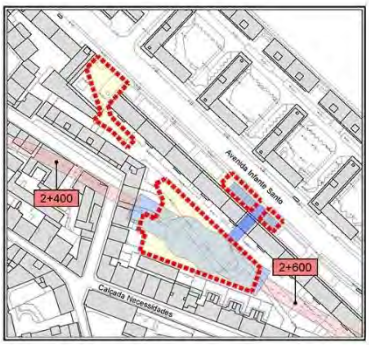
PV 211 (Km=1+000.000)
Escala 1:2000



Estação Campo de Ourique (Km=1+672.808)
Escala 1:2000



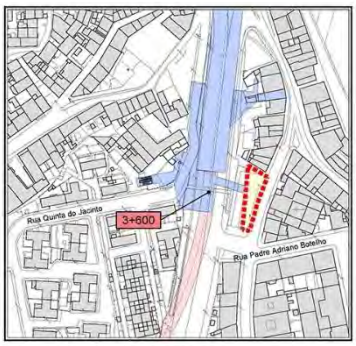
PV 215 (Km=2+103.037)
Escala 1:2000



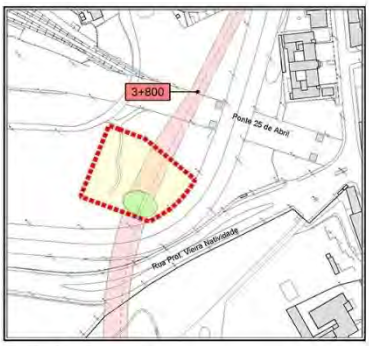
Estação Infante Santo (Km=2+518.438)
Escala 1:2000



Viaduto de Alcântara / Baluarte do Livramento
Escala 1:2000



Estação Alcântara (Km=3+523.693)
Escala 1:2000



PV 217 (Km=3+889.338)
Escala 1:2000

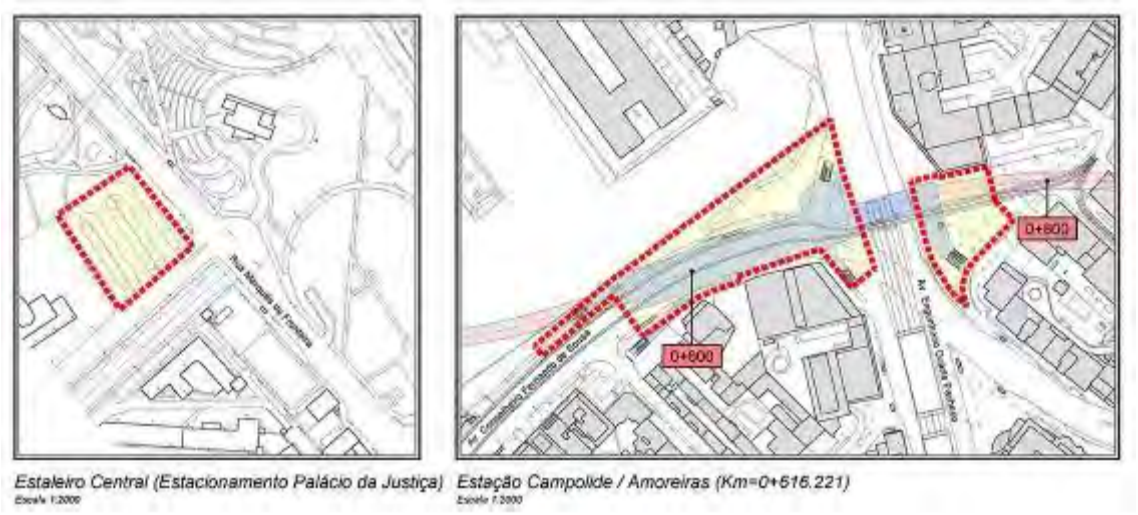


Figura 266 – Identificação das 9 zonas que comportam áreas reservadas a estaleiro.

6.1 Metodologia

Previamente à fase de execução e dos trabalhos preparatórios da empreitada, foi realizada uma prospeção arqueológica sistemática de todos as áreas destinadas à instalação de estaleiros (as únicas já estabelecidas), a qual seguiu os seguintes princípios metodológicos:

- Reconhecimento no terreno (relocalização), da informação previamente obtida na consulta das bases de dados e cuja localização coincida com a área do projeto em análise. Esta confirmação identifica os atributos referidos na bibliografia, no entanto, no caso da identificação de discrepâncias relativamente aos dados constantes da bibliografia são mencionadas de forma clara essas diferenças. De igual modo, são mencionadas as ocorrências patrimoniais que foram relocalizadas e aquelas que, apesar de referidas na bibliografia, não foi possível relocalizar no terreno;
- Relocalização dos locais já conhecidos, com trabalhos de prospeção em zonas restritas, numa malha fina de 5m (distância entre prospetores) (a aplicar ao património arqueológico conhecido, caso tal metodologia de prospeção se coadune com a natureza dos espaços a prospetar – espaços livres de construção);
- Os sítios identificados são localizados através do cálculo das coordenadas planimétricas (M, P) do ponto central das suas áreas. Utiliza-se como sistema de referência para as coordenadas planimétricas o Datum 73, em coincidência com o adotado para séries cartográficas oficiais, do Instituto Português de Cartografia e Cadastro. Neste sistema de referência o elipsoide a utilizar será o de Hayford e a projeção de Gauss. O levantamento é apoiado na rede geodésica do País. A localização dos imóveis deve incluir igualmente a sua localização relativamente à distância a que se encontram do eixo do traçado das infraestruturas a construir ou renovar;
- As ocorrências identificadas são assinaladas em cartografia à escala 1: 25 000 e à escala de projeto (1:5 000 e 1: 2 000);
- No que se refere ao património arquitetónico, religioso e etnográfico é realizada a relocalização dos locais já conhecidos, realizando-se o levantamento fotográfico desse património, bem como o preenchimento de fichas específicas, localização exata do local (coordenadas), entre outros elementos considerados necessários;
- Levantamento fotográfico digital da área prospetada e implantação de vistas em cartografia;

- Prospeção sistemática da área de projeto de forma a possibilitar a identificação de outros sítios desconhecidos;
- Levantamento das áreas de dispersão/implantação dos registos patrimoniais identificados (áreas de dispersão de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas). Na definição das áreas de dispersão de materiais são tidos em conta os fenómenos que podem ter influenciado, ao longo dos tempos, a sua atual configuração, como as práticas agrícolas e/ou fenómenos naturais. Deste modo, na descrição individualizada dos sítios e das suas áreas, é descrito, da forma mais detalhada possível, o local de implantação das ocorrências patrimoniais, de forma a ser percetível o seu enquadramento espacial (ex.: topo de cabeço, margem de linha de água, entre outros);
- Os elementos patrimoniais/arqueológicos, nomeadamente as estruturas encontradas e o espólio recolhido, são descritos e inseridos no respetivo contexto, sendo mencionada a sua cronologia, estilo e funcionalidade, sempre que possível.
- As áreas de dispersão de materiais são englobadas de forma distinta, uma área de máxima dispersão de materiais e área(s) de maior concentração de materiais, com base nos seguintes critérios:
    - A área máxima de dispersão de materiais corresponde à mancha onde se reconhece a presença de materiais associados a uma ocorrência patrimonial;
    - As áreas de maior concentração de materiais correspondem às manchas ou núcleos localizados dentro da área máxima de dispersão de materiais que, pela densidade e representatividade de elementos presentes (cerâmica, líticos, elementos pétreos, etc.), se destaquem de forma clara, indiciando a presença de estruturas ou níveis arqueológicos potencialmente preservados;
- Descrição das áreas prospetadas e respetivas condições de visibilidade do solo, através de uma classificação simplificada que contemple as seguintes classes: nula, má, média e boa (esta descrição será realizada sempre que as condições do terreno o permitam – zonas livres de construção). Os resultados da análise efetuada são materializados em cartografia adequada. Assim, de forma a clarificar estes critérios de visibilidade, apresentam-se as seguintes definições:
    - Nula – Cor vermelha, zonas de mato muito denso/impenetrável, que não permitem a prospeção da superfície do solo não sendo possível identificar vestígios de interesse patrimonial;
    - Má/reduzida – Cor laranja – Quando o coberto vegetal não permite uma visibilidade suficiente da superfície do solo, sendo apenas possível proceder a uma identificação de artefactos pontuais e a uma demarcação aproximada da área de dispersão de materiais;
    - Média/razoável – Cor verde - Quando o coberto vegetal permite uma correta observação da superfície do solo, sendo possível identificar artefactos e estruturas arqueológicas e proceder a uma avaliação da área de dispersão de materiais e da área ou áreas de maior concentração de materiais;
    - Boa – Cor azul - Quando os terrenos estão em pousio, ou se cultivados, as culturas agrícolas não constituem um obstáculo para uma total observação da superfície do solo, sendo possível proceder a uma identificação de artefactos e estruturas patrimoniais e à correta avaliação da área de dispersão de materiais e da área ou áreas de maior concentração de materiais.
- Registo em ficheiro geral dos sítios ou estruturas de interesse arqueológico, arquitetónico e etnográfico, o qual constitui uma súmula da informação constante nas Fichas de Património Cultural, contendo, pelo menos, as seguintes informações: número de inventário, coordenadas, topónimo, correlação com o Código Nacional de Sítio (Base de dados Endovélico), tipo, cronologia, potencial científico, estado de conservação e interação com o projeto (impacte);

- Todos os sítios, tanto aqueles que podem ser relocalizados como aqueles dos quais não se encontram vestígios, são descritos através de uma Ficha de Sítio, elaborada com vista a esclarecer todos os pontos relevantes acerca do historial e situação atual do sítio em questão. Para o primeiro caso, são executados croquis da área de dispersão dos vestígios identificados e anotadas as suas coordenadas. Para o segundo caso, é apenas mencionada a localização provável, com base nos dados da bibliografia;
- Os sítios identificados são descritos, sendo demarcada, na escala de projeto, a dispersão dos materiais arqueológicos e respetivas densidades, assim como a sua área de proteção ou influência. É igualmente referido o nome pelo qual o lugar/sítio é conhecido;
- Registo fotográfico digital em formato JPEG;
- Registo fotográfico de pormenores e planos gerais;
- Registo gráfico dos elementos que tal o justifiquem a efetuar à escala 1:20;
- Avaliação sumária das ocorrências patrimoniais identificadas e hierarquização da sua importância científica e patrimonial;
- Todos os dados recolhidos nas fases anteriores são compilados e organizados em fichas de sítio, uma para cada sítio referido na bibliografia ou identificado nas diferentes fases da prospeção;
- Elaboração de cartografia temática em formato DWG (Cartas de Visibilidades, Cartas de Dispersão de Materiais, entre outras);
- Execução de catálogo de sítios, que consiste na apresentação de uma ficha individual para cada um deles, composta de todos os campos essenciais para a sua compreensão: localização, enquadramento e descrição;
- Recolha, embalagem e etiquetagem da totalidade do espólio arqueológico recolhido, associado ao preenchimento de ficha/etiqueta com os seguintes descritores: Tipo material – cerâmica, vidro, metal, etc.; Tipo de objeto – moeda, taça, prego, etc.; Sítio Arqueológico; Unidade Estratigráfica; Ambiente ou Contexto; Data da Recolha; Responsável pela Recolha; Observações.

6.2 Prospeção Arqueológica

Como referido, a prospeção arqueológica incidiu, nesta fase, nas áreas de estaleiro estabelecidas em anteprojeto, as quais diferem pontualmente daquelas propostas anteriormente.

Assim, foram prospetados os locais propostos, nomeadamente: PV211, Estação Campo de Ourique, PV215, Estação Infante Santo, Viaduto de Alcântara/Baluarte do Livramento, Estação Alcântara, PV217, Estaleiro Central e Estação Campolide.

Todos estes locais se encontram em áreas fortemente urbanizadas, cuja ocupação do solo não permite uma observação direta do terreno, tratando-se, portanto, de áreas de visibilidade nula (visibilidade 0) ou muito fraca (visibilidade 1), no caso das áreas não construídas. Não obstante, procurou-se identificar possíveis valores patrimoniais nas áreas em análise, passíveis de afetação aquando da instalação dos estaleiros.

Por outro lado, **não foram identificados quaisquer sítios arqueológicos relocalizáveis nas áreas em análise, assim como também não foram identificados elementos de valor patrimonial.**

6.2.1 PV211

A área de estaleiro prevista para o PV211 situa-se na Avenida Gorgel do Amaral, implantando-se numa área ajardinada, correspondente ao jardim Gorgel do Amaral, junto ao estacionamento ali existente. A visibilidade de solo natural é nula.

Muito embora se trate de uma zona ajardinada, a vegetação existente (relva) não permite a observação do solo, pelo que não foram detetados quaisquer materiais arqueológicos durante a prospeção efetuada.

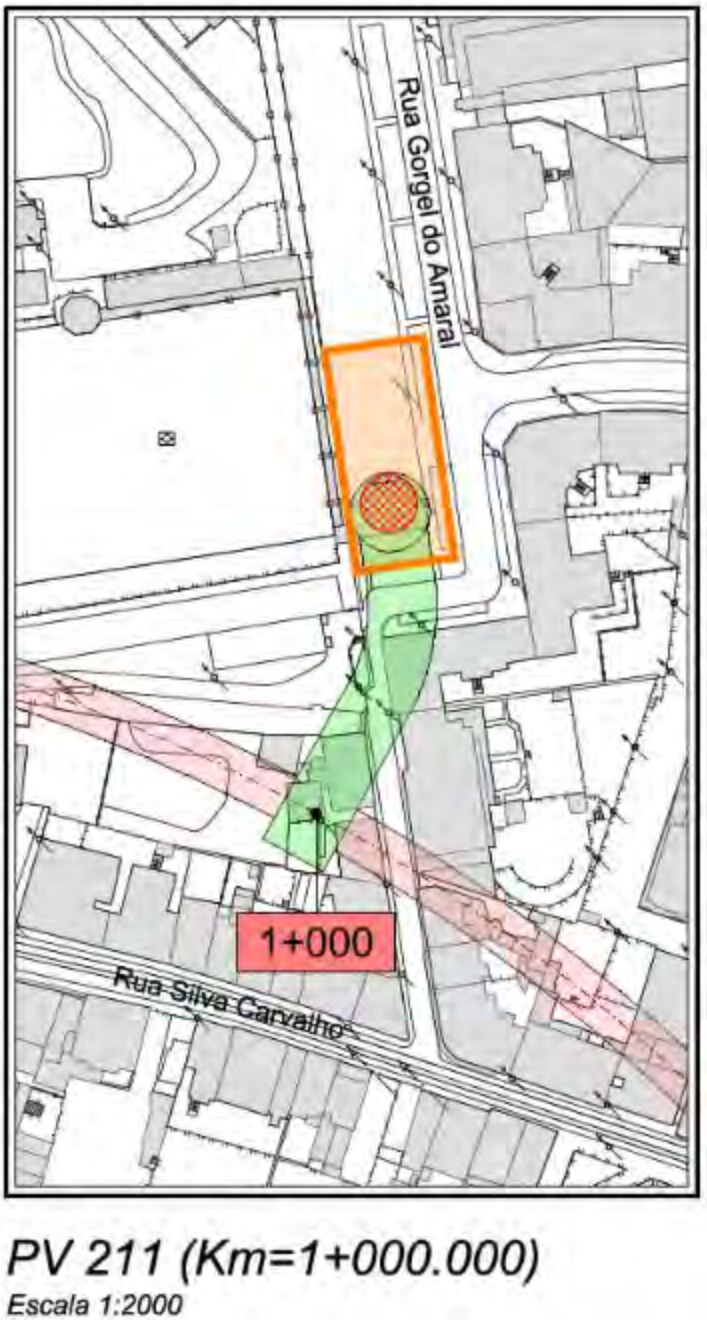


Figura 267 – Implantação das áreas em análise.



Figura 268, 269, 270 e 271 – Vista geral da área de implantação do estaleiro.

6.2.2 Estação Campo de Ourique

A área de estaleiro prevista para a Estação Campo de Ourique encontra-se parcialmente no Jardim da Parada e parcialmente nas Ruas Almeida e Sousa e Francisco Metrass.

As áreas específicas onde se pretende implantar as duas áreas de estaleiro nestas ruas encontram-se sobre solo alcatroado e/ou calcetado, pelo que a visibilidade é nula.

Já as áreas de estaleiro a implantar na área do Jardim da Parada encontram-se a Este, na área ocupada por estacionamento e, portanto, alcatroada e/ou calcetada e também na área Sudoeste do Jardim, onde se encontram atualmente os sanitários públicos e zona envolvente. Nesta área, para além do edifício referido, existem apenas as áreas de circulação do jardim, as zonas arborizadas e um parque infantil. A observação do solo é igualmente nula pelo que não se observa qualquer tipo de vestígio ou elemento patrimonial relevante.

Os elementos relevantes reconhecidos neste jardim, tal como a estátua da Maria da Fonte ou o coreto (bem como as próprias espécies arbóreas existentes), não serão afetados pela instalação do estaleiro.

Não foram identificados quaisquer vestígios arqueológicos e/ou patrimoniais no âmbito da prospeção efetuada.

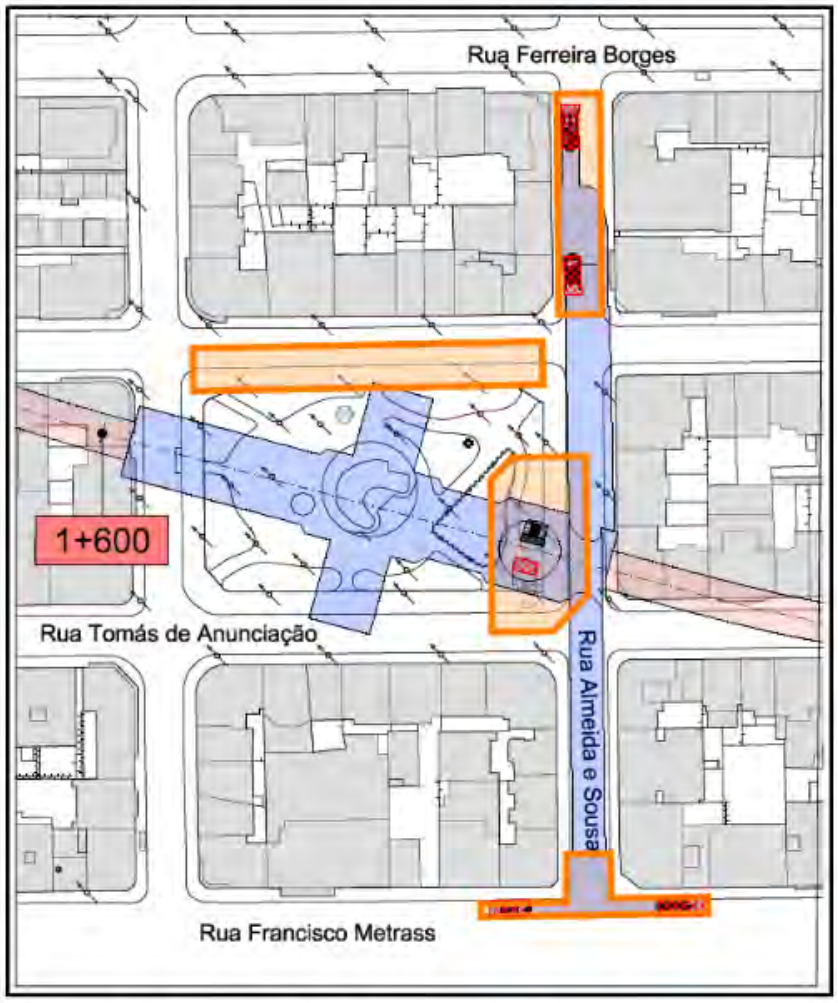


Figura 272 – Implantação das áreas em análise.





Figura 273 e 274 – Vista geral da área de implantação de estaleiro no espaço do Jardim.




Figura 275 e 276 – Vista geral da área de implantação de estaleiro no espaço do Jardim.




Figura 277 e 278 – Elementos de interesse patrimonial na área do Jardim (EP 114).

6.2.3 PV215

A área de estaleiro prevista para o PV215 encontra-se na área entre a Escola Básica Eng. Ressano Garcia e o Cemitério Alemão, entre a Rua do Patrocínio e a Rua Professor Gomes Teixeira, num terreno livre de construções, mas com vegetação muito densa que não permite a observação do solo, que apresenta visibilidade nula.

Desta forma, não foram identificados quaisquer vestígios arqueológicos e/ou patrimoniais no âmbito da prospeção efetuada.

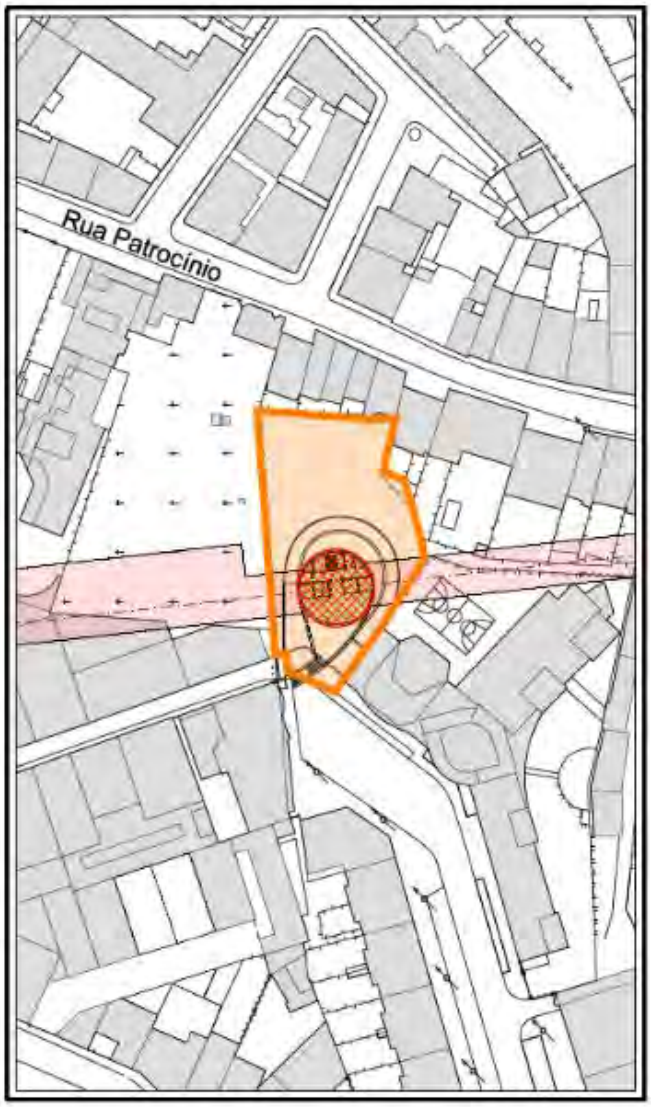


Figura 279 – Implantação das áreas em análise.





Figura 280 e 281 – Vista geral da área de implantação do PV215 e respetivo estaleiro.

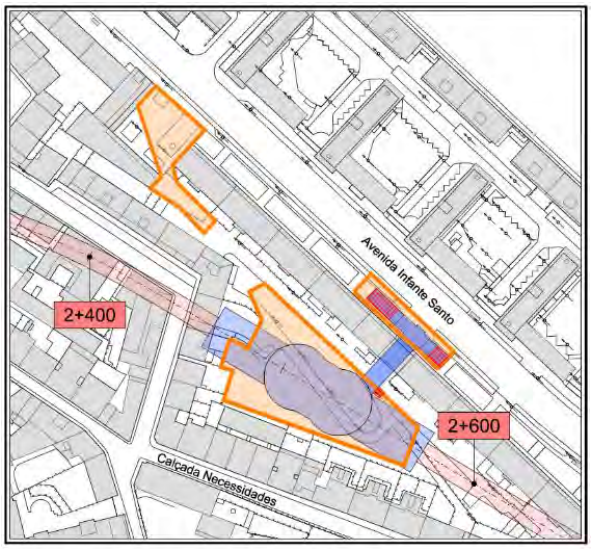
6.2.4 Estação Infante Santo

A área de estaleiro prevista para a Estação Infante Santo divide-se em três zonas:

- Zona 1, a principal, numa zona livre de construção que se encontra entre os prédios do lado Noroeste da Avenida Infante Santo e do Lado Este da Calçada das Necessidades;
- Zona 2, na própria Avenida Infante Santo junto da passagem que faz a comunicação entre esta e a anterior, na área ajardinada e de estacionamento;
- Zona 3, também na Avenida Infante Santo, numa zona ajardinada onde se encontra um parque infantil.

À exceção da primeira área, toda a zona se encontra construída, com pavimento em alcatrão ou calçada ou solo ajardinado, que impossibilitam a observação do solo, pelo que não se identificam quaisquer elementos arqueológicos e/ou patrimoniais.

A área principal encontra-se livre de construções, embora inclua uma via de circulação alcatroada. Não obstante, a sua visibilidade é de grau 1 devido à vegetação existente. Nas restritas áreas onde é possível observar o terreno natural, verifica-se a existência do afloramento rochoso à superfície. Também aqui não se identificam quaisquer elementos arqueológicos e/ou patrimoniais.



Estação Infante Santo (Km=2+518.438)
Escala 1:2000

Figura 282 – Implantação das áreas em análise.




Figura 283 e 284 – Vista geral da zona 1.




Figura 285 e 286 – Vista geral da zona 1.



Figura 287 – Vista geral da Zona 2.




Figura 288 e 289 – Vista geral da Zona 3.




Figura 290 e 291 – Vista geral da Zona 3.

6.2.5 Viaduto de Alcântara/Baluarte do Livramento

A área de estaleiro prevista para o Baluarte do Livramento encontra-se integralmente em zona construída e/ou pavimentada, onde não é possível a observação direta do solo natural, com exceção de uma pequena área no interior do Baluarte, devidamente acautelada pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos.

Por outro lado, todos os elementos patrimoniais associados ao Baluarte do Livramento (EP 0001) se encontram devidamente identificados e registados, pelo que não se identificaram quaisquer elementos de relevo adicionais no âmbito da prospeção efetuada.

A pequena área prevista para a zona da Estação de comboios de Alcântara, no seu limite Sul, também se encontra integralmente em terreno pavimentado, razão pela qual também aqui não se identificam quaisquer elementos arqueológicos e/ou patrimoniais.



Viaduto de Alcântara / Baluarte do Livramento
Escala 1:2000

Figura 292 – Implantação das áreas em análise.



Figura 293 – Vista geral da área de estaleiro no Baluarte do Livramento.



Figura 294, 295 , 296 e 297 – Pormenor das áreas de implantação de estaleiro no Baluarte do Livramento.

6.2.6 Estação Alcântara

A área de estaleiro prevista para a Estação Alcântara divide-se em quatro zonas principais na área envolvente do acesso à Ponte 25 de Abril:

- Zona 1, a nordeste, na confluência da Avenida de Ceuta com o acesso à Ponte 25 de Abril;
- a Zona 2, entre a Rua do Alvito e a Rua da Quinta do Jacinto;

- a Zona 3, numa área a Nordeste da Rua da Quinta do Jacinto; e a Zona 4, a Sul do acesso à Ponte 25 de Abril, numa área de estacionamento na Calçada da Tapada.

As zonas 1 e 4 encontram-se em áreas pavimentadas, com utilização de estacionamento, nas quais não é possível qualquer tipo de observação de solo, sendo, portanto, de visibilidade nula. Já as Zonas 2 e 3 aproveitam terrenos livres de construção. Não obstante, tratando-se de áreas densamente revolvidas em épocas recentes (caso da Zona 2) e com vegetação bastante densa (caso da Zona 3), a observação do solo natural é bastante dificultada, pelo que se consideram de visibilidade 1 e 0, respetivamente.

Assim, os trabalhos de prospeção efetuados não permitiram a identificação de quaisquer novos elementos arqueológicos e/ou patrimoniais (para além dos já identificados no capítulo 5.3 Caracterização Geral do património na Área Envolvente).

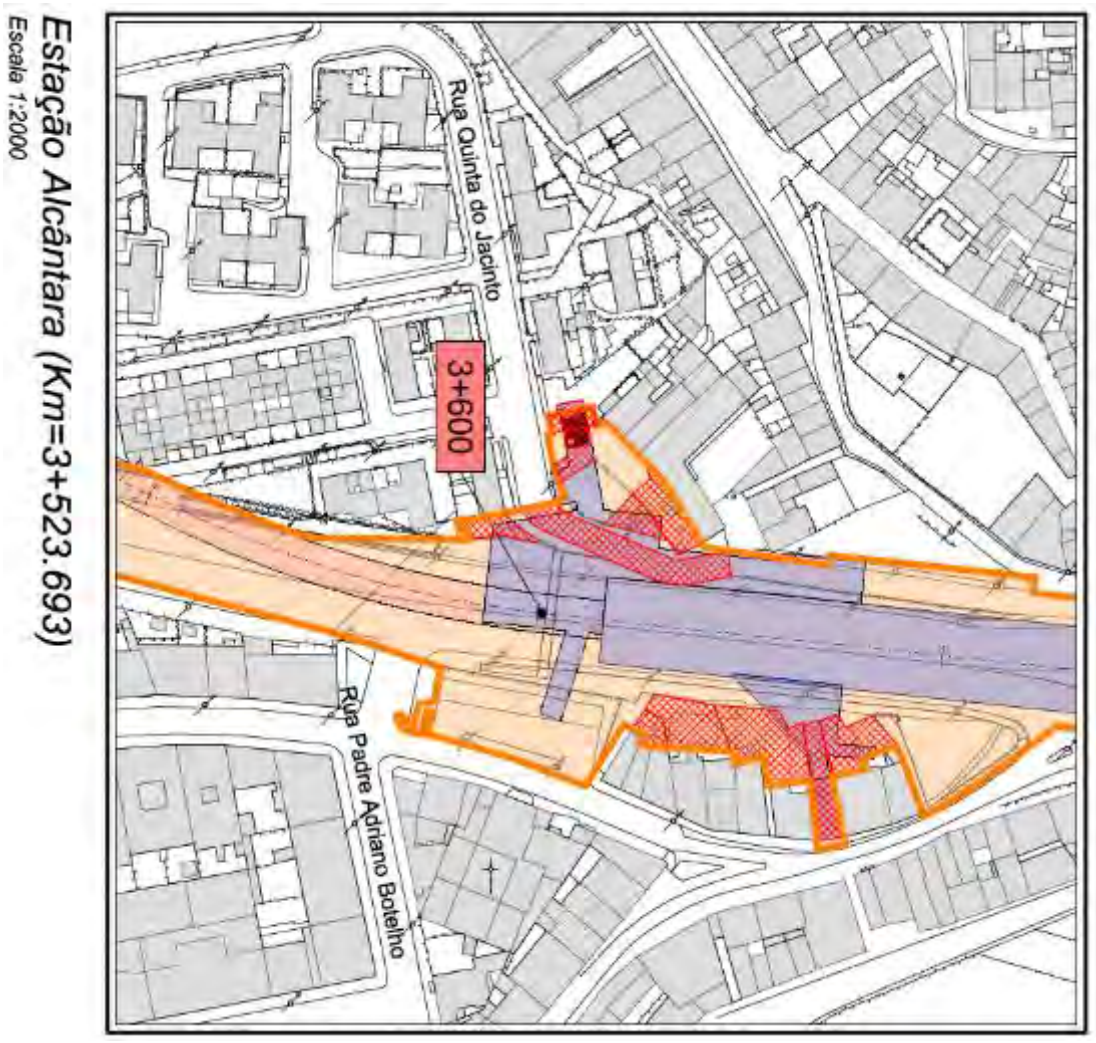


Figura 298 – Implantação das áreas em análise.




Figura 299 e 300 – Vista geral da Zona 1.




Figura 301 e 302 – Vista geral da Zona 2.




Figura 303 e 304 – Vista geral da Zona 3.




Figura 305 e 306 – Vista geral da Zona 4.

6.2.7 PV217

A área de estaleiro prevista para o PV217 encontra-se junto à Rua Professor Vieira Natividade, numa área arborizada, com visibilidade de solo natural, embora dificultada pela vegetação existente. Considerou-se uma área de visibilidade 1, não tendo sido detetados quaisquer vestígios arqueológicos e/ou patrimoniais no âmbito da prospeção efetuada.

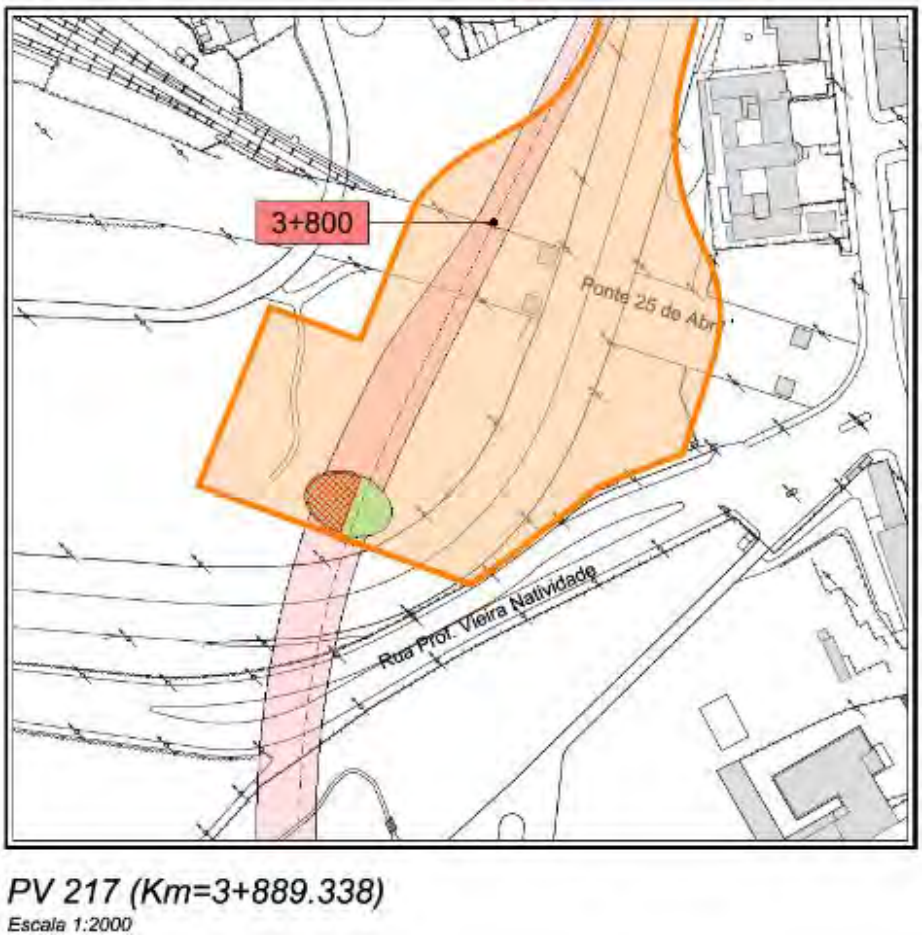


Figura 307 – Implantação das áreas em análise.




Figura 308 e 309 – Vista geral da área de implantação de estaleiro.

6.2.8 Estaleiro Central

A área de estaleiro prevista para o Estaleiro Central localiza-se na Rua Marquês de Fronteira, numa zona de estacionamento automóvel afeta ao Palácio da Justiça, integralmente pavimentada e, portanto, de visibilidade nula.

Não foram identificados quaisquer vestígios arqueológicos e/ou patrimoniais no âmbito da prospeção efetuada.



Figura 310 – Implantação das áreas em análise.



Figura 311 e 312 – Vista geral da zona de implantação do Estaleiro Central.

6.2.9 Estação Campolide

A área de estaleiro prevista para a Estação Campolide encontra-se junto da Avenida Conselheiro Fernando de Sousa (Zona 1) e da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco (Zona 2).

A Zona 1 abarca uma área livre de construções, ajardinada, parcialmente calcetada e parcialmente relvada, pelo que a visibilidade do solo natural se considerou de grau 0.

A Zona 2 abrange uma área de terreno com pavimento de calçada, igualmente de visibilidade nula.

Não foram identificados quaisquer vestígios arqueológicos e/ou patrimoniais no âmbito da prospeção efetuada.

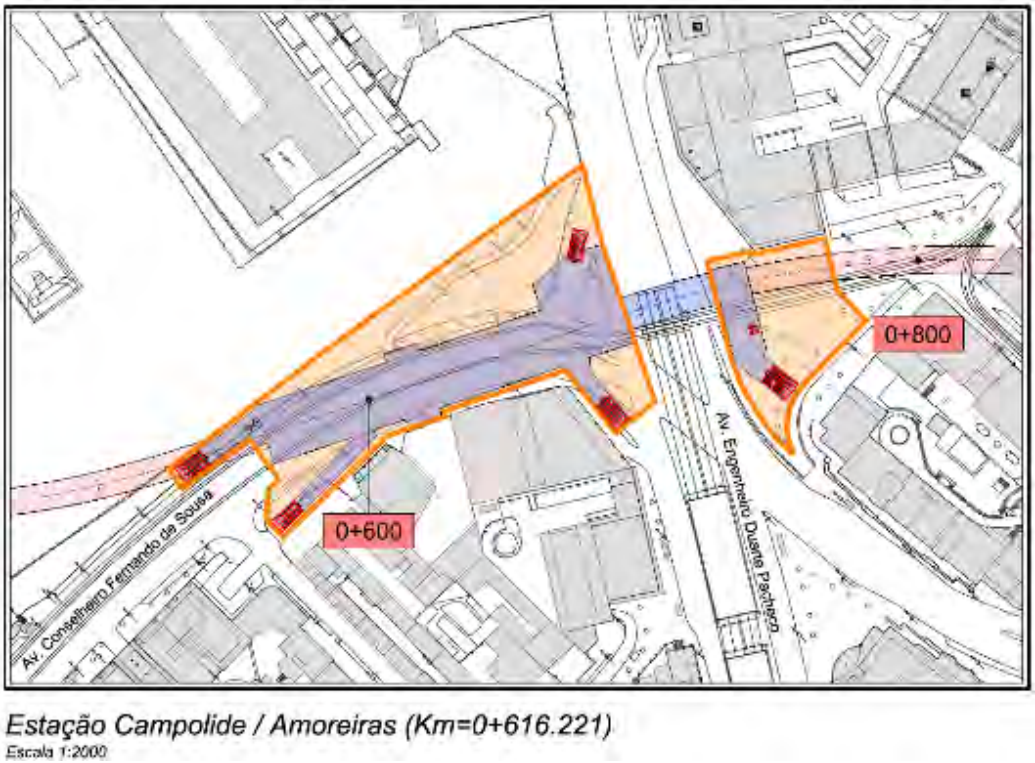


Figura 313 – Implantação das áreas em análise.




Figura 314 e 315 – Vista geral da Zona 1.




Figura 316 e 317 – Vista geral da Zona 1.




Figura 318 e 319 – Vista geral da Zona 2.

7 SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS

O plano de trabalhos arqueológicos apresentado previu a realização sondagens de diagnóstico em oito locais diferenciados, intimamente relacionados com as áreas de maior afetação que se antecipa para a fase de execução da empreitada. Entre estes locais, seis estão relacionados com as frentes onde foram projetados trabalhos de escavação desde a superfície e os outros dois encontram-se associados a elementos patrimoniais cuja localização revela uma estreita

proximidade com os limites de obra e que, por esse motivo, poderão estar sujeitos a intervenções de consolidação ou afetação parcial.

Deste modo, os locais designados para a implantação de um conjunto de sondagens arqueológicas de diagnóstico foram:

- Área de construção da Estação de Campolide/Amoreiras;
- Área de construção da Estação de Campo de Ourique;
- Área de construção da Estação Infante Santo;
- Área de construção do viaduto da Estação de Alcântara;
- Área de construção do PV211;
- Área de construção do PV215;
- Área de construção do PV217;
- Área do antigo Baluarte do Livramento;
- Área exterior do Palácio Fiúza.

A obra do novo túnel do Metropolitano será executada maioritariamente pelo método de escavação mineiro, ao longo do substrato natural. Contudo, para os locais de implantação das futuras estações, foram considerados para diagnóstico os limites dos acessos ao seu interior, os quais terão necessariamente de ser escavados desde a superfície para a sua ligação aos níveis inferiores. Para os poços de ventilação foi considerada a área de abertura da própria estrutura, tanto para os três poços ao longo do traçado (PV211, 215 e 217), assim como os que se associam às Estações. Para o caso dos elementos patrimoniais, neste caso o Baluarte do Livramento e o Palácio Fiúza, o número e disposição das sondagens obedeceu a objetivos próprios e adequados à construção, pelo que se especificam adiante.

7.1 Metodologia

O diagnóstico arqueológico foi executado em estreita articulação com o planeamento geral e especificidades da empreitada. A quantidade e disposição das sondagens teve em consideração as áreas de afetação ao nível do subsolo determinadas em projeto, nomeadamente, para a construção das futuras quatro Estações de Metropolitano previstas para a Linha Vermelha e dos três poços de ventilação (PV) associados ao traçado do novo túnel. Também se consideraram os elementos patrimoniais intimamente associados ao projeto de construção, como é o caso do Baluarte do Livramento e do Palácio Fiúza, ambos localizados na freguesia de Alcântara.

A escavação arqueológica realizada respeita o método de decapagem por camadas (matriz de Harris) até alcançar o nível geológico ou a cota de afetação da obra. A escavação foi efetuada manualmente com ferramentas adequadas à tarefa, contando com o recurso de meios mecânicos mais expeditos para a remoção de pavimentos, revestimentos, estruturas e aterros contemporâneos, ou caso a natureza dos depósitos o permita e justifique.

Para cada Unidade Estratigráfica (U.E.) foi preenchida uma ficha-tipo e registado o espólio recolhido. Foram efetuados registos fotográficos digitais de cada U.E. (incluindo estruturas, planos, alçados, cortes e elementos arqueológicos relevantes), bem como desenho à escala 1/20 das camadas e estruturas detetadas, assim como dos cortes estratigráficos elucidativos da sequência ocupacional, com indicações altimétricas em cotas absolutas. O levantamento dos planos finais e de eventuais estruturas ou contextos cuja importância justifique individualizar, contam ainda com o registo fotogramétrico. Os contornos das sondagens e a disposição das estruturas eventualmente detetadas serão implantadas em planta georreferenciada.

Os registos foram devidamente organizados com referenciação individual e legendagem do material fotográfico produzido, complementado por tratamento informático dos desenhos dos principais cortes e plantas.

Todo o material recolhido durante a intervenção foi tratado em gabinete apropriado por técnicos especializados nesta área. Após triagem, lavagem e etiquetagem, serão (trabalho em curso) as peças devidamente acondicionadas e armazenadas em contentores adequados ao depósito em local a definir pela Tutela, sendo posteriormente transportadas desde o seu local de depósito temporário.

7.2 Resultados

7.2.1 Estação de Campolide/Amoreiras

A área reservada para a construção da Estação de Amoreiras/Campolide localiza-se maioritariamente na Av. Conselheiro Fernando de Sousa, junto da interceção com a Av. Eng. Duarte Pacheco e o eixo do Túnel do Marquês. Confina a nordeste com o lote de terreno desocupado que contorna o edifício da Direção Geral do Território.

Os trabalhos arqueológicos delineados para esta área consideraram as zonas de afetação previstas para a construção das cinco saídas da Estação e poço do elevador, num total de 6 sondagens de diagnóstico com 3x3m cada, ainda que em um dos casos a sondagem tenha sido, forçosamente, adaptada ao espaço disponível para implantação, como adiante se descreve.

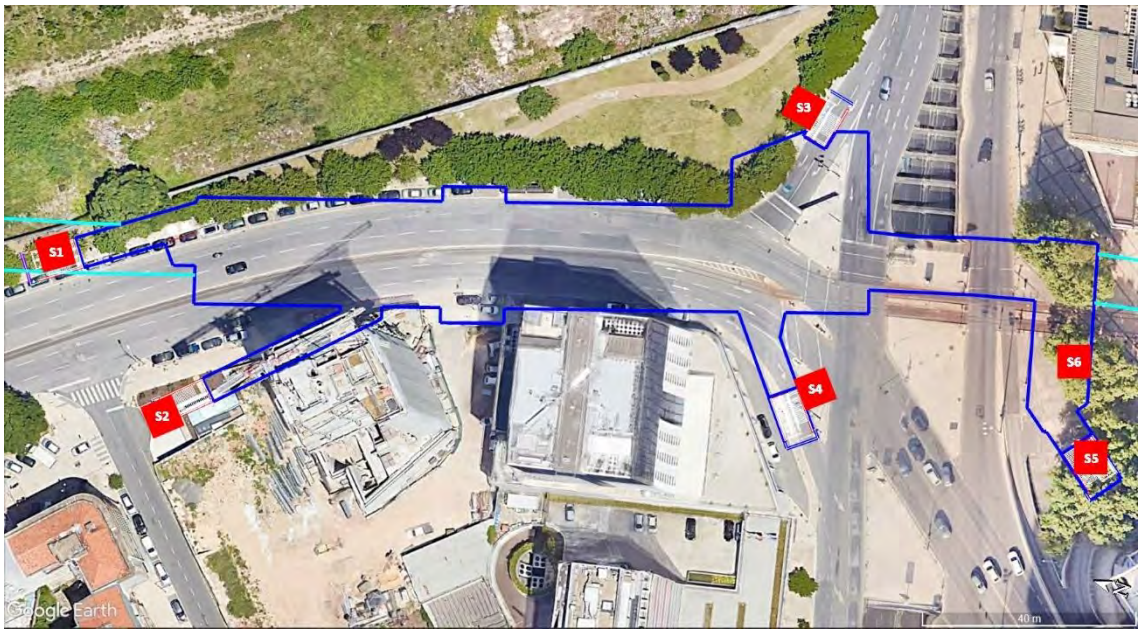


Figura 320 – Localização das 6 sondagens de diagnóstico para a Estação de Campolide/Amoreiras.



Figura 321 – Localização das mesmas 5 sondagens sobre a planta de projeto.

7.2.1.1 Sondagem 1

A sondagem 1 foi implantada no limite norte da zona de construção da futura Estação, por onde se estende uma área ajardinada limiar à calçada pedonal da Av. Conselheiro Fernando de Sousa.

Iniciaram-se os trabalhos com a remoção dos níveis associados ao jardim, especificamente a UE [100], composta pelo manto vegetal que cobria a superfície. Com a limpeza da vegetação tornou-se visível um depósito heterogéneo, compacto, constituído por um sedimento argiloarenoso de tom castanho, contendo restos de argamassa laranja e pedra, ao qual foi atribuída a unidade [101].



Figura 322 – Sondagem 1, UE [101].

Sob esta camada identificou-se um conjunto de estruturas, a cerca de somente 20cm de profundidade: UE [102] correspondente a uma estrutura em argamassa cimentícia que se assemelha a um pavimento, sugerindo constituir eventualmente um tanque, a qual se prolonga para fora dos limites da sondagem; UE [103] que compõe a base de um caneiro, constituída por lajes calcárias retangulares em meia cana, assentes em uma alvenaria de tijolo maciço ligado por argamassa alaranjada de areia e cal, orientada no sentido SE-NO, a qual adossa à estrutura [102]. Esta estrutura apresenta uma caixa com ralo, associada a uma manilha de grés, esta de orientação NE-SO, envolvida em argamassa esbranquiçada de areia e cal, contendo fragmentos de cerâmica de construção. A sua composição geral abrange uma altura em torno dos 50cm.

Estas realidades estruturais incidem em um aterro contemporâneo [104], constituído por um sedimento homogéneo, pouco compacto, de matriz argilosa de tom castanho escuro, contendo algum espólio coetâneo: faiança e cerâmica comum com e sem vidrado.

Nos trabalhos de limpeza da estrutura ficou a descoberto a boca da manilha em grés associada, à qual foi atribuída a unidade [105], esta envolvida em uma argamassa esbranquiçada de areia e cal, contendo fragmentos de cerâmica de construção.

Considerando a ocupação quase dominante da estrutura [102]/[103], os trabalhos arqueológicos avançaram em profundidade pela unidade [104], no limiar poente da sondagem, até ter alcançado o substrato geológico, UE [106], caracterizado por margas argilosas de tons castanhos e esverdeados. Neste limite os trabalhos alcançaram uma profundidade máxima de 2,23m.



Figura 323 – Plano final da sondagem 1.



Figura 324 e 325 – Pormenor das unidades [105] e [106] do plano final.

Em consulta à cartografia histórica, a partir de meados do século XIX verificamos a presença de estruturas hidráulicas perto do local da intervenção, no limite onde atualmente assenta a rodovia, não coincidentes com os limites da sondagem 1, porém, próximos. Estes elementos não se encontram registados na cartografia mais recuada, pelo que se associam a construções contemporâneas erigidas no local em meados do século XIX e desabilitadas já no século XX, aquando da reconfiguração urbana das Amoreiras.



Figura 326 – Cartografia de 1856-58 com sobreposição do traçado da Estação das Amoreiras.



Figura 327 – Pormenor do local da sondagem 1 sobre a mesma cartografia, verificando a proximidade com o que parece representar estruturas hidráulicas.

Apesar das estruturas identificadas na sondagem 1 apresentarem um perfil contemporâneo, as mesmas estendiam-se para fora dos limites da intervenção, pelo que não foi possível confirmar as suas reais dimensões, assim como reunir elementos para uma caracterização mais apurada.

Sugerimos, por este motivo, que em fase de execução do projeto, e prevendo a sua afetação, a área seja aberta em extensão até aos limites totais previstos para a obra, antes mesmo de se avançar em profundidade, de forma a salvaguardar um registo e caracterização mais ampla da estrutura [102]/[103].

7.2.1.2 Sondagem 2

A segunda sondagem foi disposta no alinhamento da anterior para oeste, implantada na calçada do lado contrário do arruamento. Contudo, devido a condicionantes relacionadas com a estreiteza do passeio, as dimensões da sondagem foram adaptadas ao local, passando a configurar uma dimensão de 3,50x2,50m.

Os trabalhos começaram com a remoção da calçada portuguesa, cujo blocos calcários correspondiam à UE [200], assim como os níveis de assentamento associados, [201] e [202], uma camada de *tout-venant* e um depósito heterogéneo, compacto, composto por um sedimento argiloarenoso de tom castanho com *tout-venant* à mistura.



Figura 328 – Aspeto geral do local de implantação da sondagem 2, observando-se a calçada [200].



Figura 329 – Aspeto geral da UE [202].

Sob a unidade [202] identificou-se um conjunto de novas realidades dispersas pelo mesmo plano, entre os 80 a 90cm de profundidade, observando-se uma camada homogénea composta por um areão de tom amarelo, muito solto, UE [203], juntamente com infraestruturas contemporâneas para água e eletricidade, UE [204], orientadas NE-SO, a cuja vala da interface se atribuiu a unidade [205]. Ainda no mesmo plano se dispunha um depósito heterogéneo, compacto, composto por um sedimento arenoargiloso de tom castanho, contendo fragmentos cerâmicos de construção, paralelos calcários de calçada soltos e alguns plásticos à mistura, UE [206].



Figura 330 – Plano 4 da sondagem 2 onde se dispõem as unidades [203], [204], [205] e [206].

Perante a limitação do espaço agora disponível, ocupado em mais da metade pelas infraestruturas, apenas foi possível avançar com o levantamento da unidade [206] até alcançar a unidade [207], um sedimento heterogéneo, compacto, de matriz argilosa e tonalidade castanha, contendo bolsas de um outro sedimento argiloso de tom azulado. Abaixo desta camada encontrou-se o substrato natural, UE [208], constituído por uma camada margosa, disposta a uma profundidade máxima de 2,10m. Entre as unidades registadas não foram observadas realidades com valor arqueológico.



Figura 331 – Plano final da sondagem 2.

7.2.1.3 Sondagem 3

A terceira sondagem foi disposta no alinhamento da sondagem 1, para sul, junto da interceção da Av. Conselheiro Fernando de Sousa com a Av. Eng. Duarte Pacheco. As sondagens de 3 a 6 foram todas dispostas em torno desta interceção, onde se irão localizar a maioria das saídas da futura Estação.

A sondagem 3, com uma dimensão de 3x3m, foi implantada sobre parte da calçada e parte da mesma camada vegetal que se estendia desde a sondagem 1. Desta forma, ao manto vegetal foi atribuída a unidade [300] e no que respeita à parte da calçada foi atribuída a unidade [301] ao lancil e [302] aos blocos calcários. Abaixo da [302] dispunha-se a camada de assentamento em *tout-venant*, UE [303], assim como as realidades associadas ao assentamento, UE [304] a que corresponde a vala de implantação do lancil, e a UE [305], uma camada heterogénea, compacta, composta por um sedimento argiloarenoso de tom castanho, misturado com *tout-venant*.



Figura 332 – Plano inicial da sondagem 3.



Figura 333 – Camada de *tout-venant* de assentamento da calçada.

Abaixo destas camadas, alcançados os cerca de 80 a 90cm de profundidade, identificou-se no mesmo plano a unidade [307], na vertente sul da sondagem, correspondente a uma infraestrutura

de distribuição elétrica, e a cuja vala de assentamento se atribuiu a UE [308], juntamente com uma camada de aterro heterogénea, compacta, composta por um sedimento arenoargiloso de tom castanho escuro, apresentando manchas em tom amarelado e esbranquiçado, UE [309].

A unidade [309] assentava diretamente sobre o substrato geológico [310], de composição margosa semelhante ao identificado nas sondagens anteriores, aqui encontrado aos 2,45m de profundidade máxima. Nesta sondagem também não foram identificados elementos de valor arqueológico.

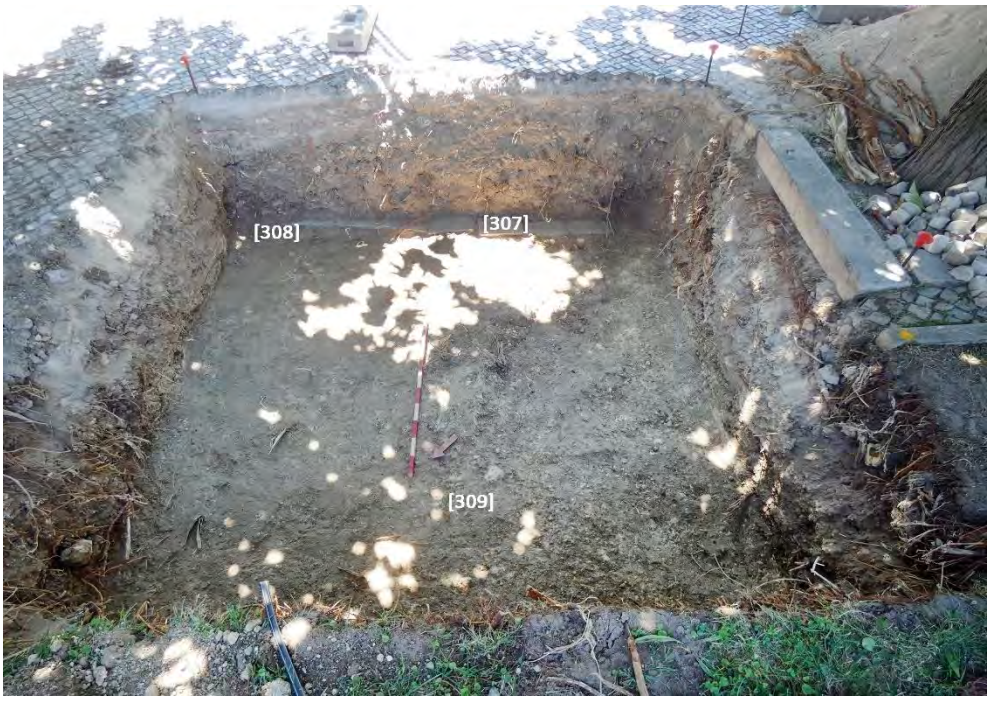


Figura 334 – Sondagem 3 no plano das unidades [306], [307] e [309].



Figura 335 – Plano final da sondagem 3.



Figura 336 – Perfil norte da sondagem 3.

7.2.1.4 Sondagem 4

A sondagem 4 foi disposta em uma zona de passagem pedonal a oeste da anterior. O local era composto por uma calçada triangular que servia de ponto de passagem entre passadeiras e o local de tomada de passageiros de uma unidade hoteleira. Além do espaço disponível ser bastante reduzido, a impossibilidade de cortar o acesso na sua totalidade não era comportável, considerando ser a única passagem entre as passadeiras do local. Outro fator observado logo à partida, foi a forte presença de estruturas urbanas, nomeadamente semáforos, postes de iluminação, postes publicitários, assim como caixas de visita na calçada para acesso a infraestruturas. O local encontrava-se, portanto, condicionado na sua maioria.

Ainda assim, optámos por implantar uma quadrícula de 1,50x1m na pouca área disponível, e avançar com a intervenção na esperança de encontrar alguma vertente que permitisse o progresso dos trabalhos em profundidade. Infelizmente, não foi o caso.

Com o levantamento da calçada [400] e das respetivas camadas de assentamento e regularização: UE [401] – camada de *tout-venant* e UE [402] – depósito heterogéneo, compacto, composto por sedimento argiloarenoso de tom castanho com *tout-venant* à mistura, correspondente à UE [202] da sondagem anterior, foi de imediato identificada uma sapata em betão, UE [403], a qual ocupava toda a área da sondagem. Esta sapata, disposta a uns meros 32cm de profundidade, estendia-se para as margens deste local de passagem, estando associada provavelmente aos postes de iluminação ou de suporte das placas publicitárias.

Não tendo sido possível avançar em profundidade, a sondagem 4 foi dada como terminada ao nível do topo da sapata. Prevê-se em fase de execução, aquando do desvio das infraestruturas e sinalética, ser possível demolir a sapata e avançar em profundidade.




Figura 337 e 338 – Aspeto geral do espaço disponível para implantar a sondagem 4, à esquerda vista para oeste e à direita para este.



Figura 339 – Plano final da sondagem 4, ao nível da sapata de betão identificada.

7.2.1.5 Sondagem 5

As duas últimas sondagens, 5 e 6, foram dispostas no extremo sul da área de intervenção das Amoreiras, neste caso na calçada que se estende entre a Av. Eng. Duarte Pacheco e a Rua das Amoreiras, tendo as mesmas uma dimensão de 3x3m.

Na sondagem 5, os níveis superficiais eram constituídos pelos blocos calcários da calçada, aqui como unidade [500], associados a uma camada de assentamento em *tout-venant*, UE [501], e um depósito heterogéneo, compacto, constituído por um sedimento de tom castanho acinzentado, contendo elementos de construção contemporâneos, tais como plásticos, restos de betuminoso, paralelos de calcário descartados, entre outros, ao qual foi atribuída a unidade [502].

A remoção destas realidades superficiais permitiu identificar um conjunto de novas unidades dispostas em um mesmo plano: [503] – correspondente a um depósito homogéneo, composto por um sedimento arenoso, muito solto, de tonalidade esverdeada; [504] – estrutura positiva constituída por pedra triturada, ligada com argamassa de areia e cal de tom avermelhado, com cerca de 20cm de espessura, orientada a este-oeste e cuja finalidade não foi possível apurar, assemelhando-se a uma cobertura de proteção mais sólida à passagem de infraestruturas dispostas mais abaixo; [505] – uma segunda estrutura positiva, à mesma cota, constituída por blocos toscos de pedra calcária, de média dimensão, ligados por argamassa cimentícia, com uma espessura também ela em torno dos 20cm.

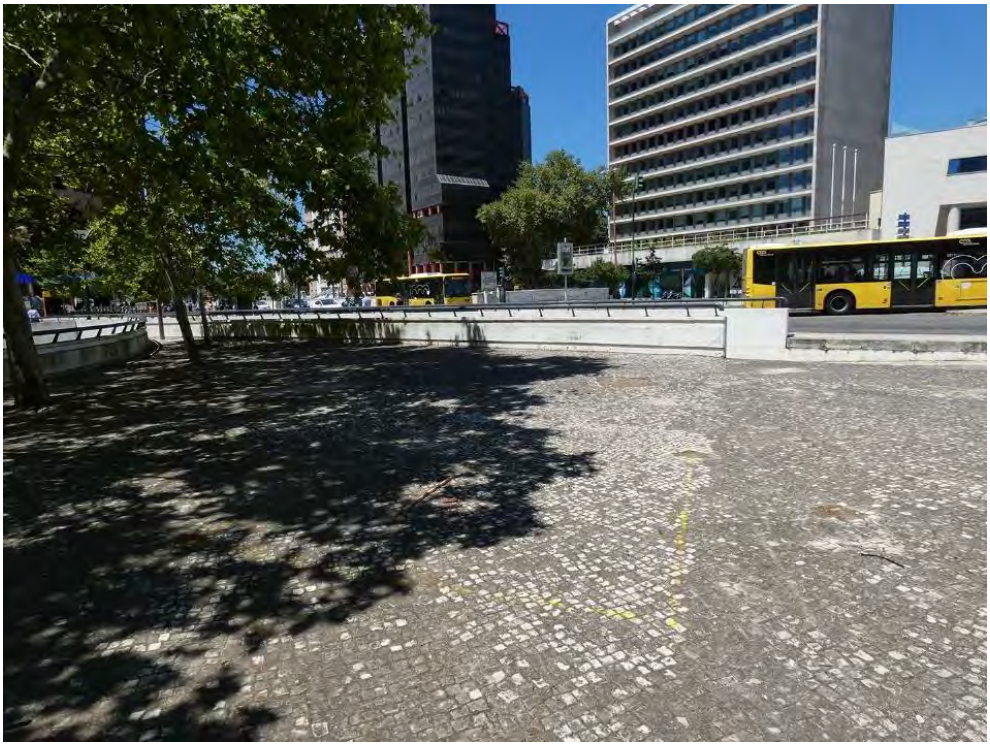


Figura 340 – Aspeto geral do local de implantação da sondagem 5.

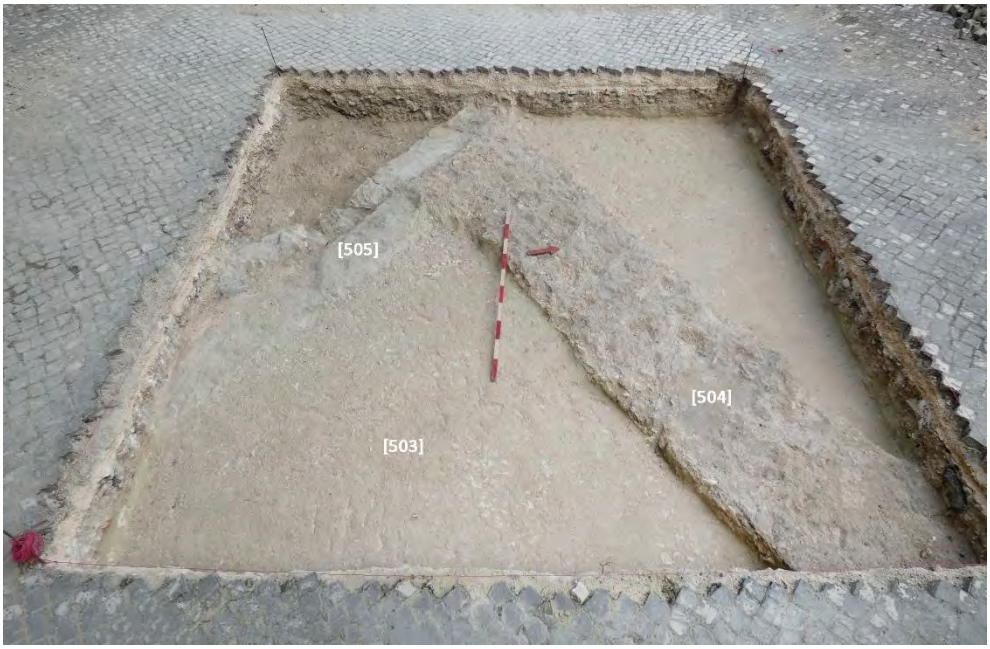


Figura 341 – Unidades [503], [504] e [505] dispostas no mesmo plano.

Com o desenvolvimento dos trabalhos foram identificadas duas unidades muito semelhantes às observadas no plano anterior, neste caso a UE [506], uma estrutura de composição semelhante à [504], e a UE [507], uma estrutura de composição semelhante à [505].

A cerca de 40 a 50cm de profundidade, junto a estas estruturas, identificou-se uma camada heterogénea de aterro contendo despejos de material de construção e descarte de argamassas, assim como cerâmica de construção e elementos pétreos, envolvidos por um sedimento arenoso de tonalidade castanho escuro, UE [508].

A partir dos 65cm de profundidade identificou-se a unidade [509], uma estrutura constituída por pedra calcária tosca de média dimensão ligada por argamassa, cuja composição retangular se associou a uma base fundacional de edifício, ligada aos prédios que aqui estiveram erigidos até meados do século XX. Entre as estruturas a descoberto, [504] e [509], e imediatamente abaixo da [508], dispunha-se uma nova camada composta por sedimento arenoso, de tom castanho claro, à qual foi atribuída a unidade [510].



Figura 342 – Unidades estruturais identificadas e intervaladas pela camada [510].

Alcançado este limite, foi necessário proceder ao desmonte das estruturas contemporâneas superficiais, [504], [505] e [507], de forma a avançar com os trabalhos em profundidade, tendo-se mantido *in situ* a estrutura [509].

Desta forma, e a cerca de 1,20m de profundidade, colocou-se a descoberto um conjunto de infraestruturas formadas por manilhas em fibrocimento orientadas este-oeste, UE [511], às quais se associa um depósito heterogéneo que evolve as manilhas, composto por um sedimento arenoargiloso, compacto, de tonalidade castanha, com inclusões de cerâmica de construção e areão esverdeado, UE [512], assim com a vala de assentamento das respetivas infraestruturas, UE [513].

Com o levantamento do remanescente da camada [510] identificou-se a unidade [514], uma camada natural composta por margas calcárias, arqueologicamente estéril, tendo sido alcançados os cerca de 2,70m de profundidade máxima. Foi ainda possível identificar a unidade [515], correspondente à vala de fundação da estrutura [509].



Figura 343 – Plano após o levamento das estruturas [504],[505] e [507].



Figura 344 – Identificação de infraestrutura composta por manilhas de betão.



Figura 345 – Plano final da sondagem 5.

Da intervenção na sondagem 5 verificou-se a presença das realidades associadas à reformulação da área urbana das Amoreiras, em particular pelas infraestruturas observadas e camadas de aterro recentes associadas. Destacou-se a subsistência de uma estrutura fundacional de edifício, a qual se associa ao edificado que aqui existiu até ao século XX, conforme se constata na consulta cartográfica oitocentista.

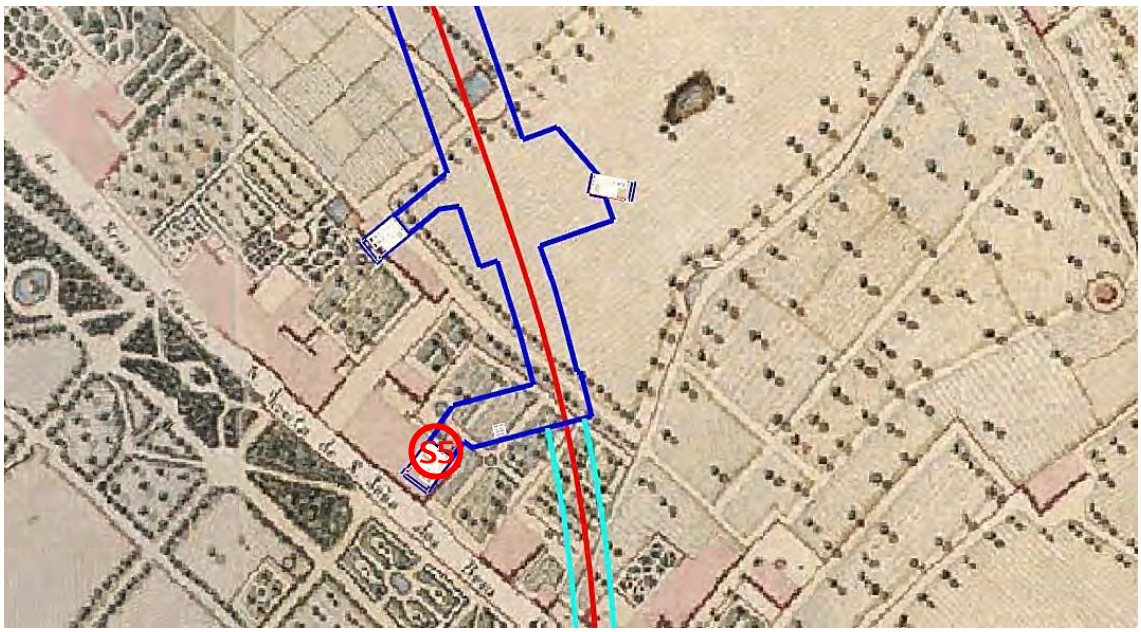


Figura 346 – Cartografia de 1856-58 com sobreposição do traçado da futura Estação das Amoreiras, com destaque para o local da sondagem 5, onde se encontrava, à época, um edifício urbano.

7.2.1.6 Sondagem 6

A sondagem 6 alinhou-se a pouca distância para nascente da sondagem anterior, no local onde será aberto um poço para instalar o elevador de acesso à futura Estação.

Considerando a curta distância entre ambas, inferior a 10m, era expectável uma correspondência estratigráfica, pelo menos nos níveis mais superficiais, como acabaria por se verificar ao nível da calçada e camadas de assentamento: [600], [601] e [602].



Figura 347 – Aspeto geral do local de implantação da sondagem 6.

Contudo, nesta sondagem, abaixo das realidades superficiais encontrou-se um segundo nível de calçada em paralelos calcários, UE [603]. Abaixo desta calçada dispunha-se um nível de aterro, UE [604], formado por um depósito homogéneo composto por um sedimento arenoso, muito solto, de tonalidade esverdeada, a cerca de 50cm de profundidade. Esta camada revelou uma reduzida potência estratigráfica, em torno dos 5cm, abaixo da qual se encontraram novas realidades no mesmo plano: [605] – um depósito heterogéneo composto por um sedimento arenoso, compacto, de tom esverdeado, misturado com areão grosseiro de tom laranja; [606] – estrutura constituída por pedra triturada, ligada com argamassa de areia e cal de tom avermelhado com cerca de 20cm de espessura, correspondente com a unidade [504] da sondagem anterior; [607] – conjunto de elementos de madeira associados a uma antiga linha do Elétrico, entretanto desabilitada e aterrada, aqui encontrada a cerca de 60cm de profundidade. A unidade [608] correspondia à vala de assentamento destas vigas da antiga linha do Elétrico.

Com o levantamento destas unidades ficou a descoberto uma composição de pedra calcária de pequena dimensão, argamassada, mostrando-se mais consolidada e regularizada que as camadas anteriores, compatível com um piso/nível de circulação, UE [609]. Após um rebaixamento de 25cm observou-se uma camada heterogénea composta por sedimento arenoso, de tonalidade castanho escuro com manchas de tom amarelado e esbranquiçado, contendo presença de raízes, à qual foi atribuída a unidade [610].

Abaixo da [610] foi identificada uma infraestrutura composta por manilha em cimento, UE [611], disposta a 1,90m de profundidade, e respetiva vala de assentamento, UE [612]. No interior da

vala encontrava-se um enchimento heterogéneo composto por um sedimento argiloarenoso, compacto, de tom castanho claro, UE [613]. Junto da infraestrutura dispunha-se uma última camada, neste caso o nível geológico local, UE [614], composto por margas arqueologicamente estéreis, tendo sido alcançado os cerca de 2,10m de profundidade máxima.



Figura 348 – Unidades [605], [606] e [607] dispostas no mesmo plano.



Figura 349 – Plano final da sondagem 6.

7.2.2 Estação de Campo de Ourique

O pitoresco bairro de Campo de Ourique terá acesso a uma das Estações projetadas para o prolongamento da Linha Vermelha, aqui prevista para o coração do bairro em torno do emblemático Jardim da Parada. Esta Estação prevê a serventia através de quatro acessos, dois a construir na Rua Almeida Sousa e outros dois na Rua Francisco Metrass, assim como será dotada de um poço de ventilação cujo alinhamento coincide com a área ocupada por um parque infantil e instalações sanitárias localizadas na zona sudoeste do Jardim da Parada.

Perante as áreas de afetação previstas foram consideradas 5 sondagens de diagnóstico, de 3x3m cada, distribuídas pelos quatros acessos à Estação, reservando-se a última sondagem para o Jardim da Parada, sobre os limites do poço de ventilação.



Figura 350 – Localização das 5 sondagens de diagnóstico para a futura Estação de Campo de Ourique.



Figura 351 – Localização das mesmas 5 sondagens sobre a planta de projeto.

A zona que atualmente conhecemos como Campo de Ourique apenas seria urbanizada a partir do século XX. Até este período, o local era baldio e ocupado por espaços amplos, tanto para exploração agrícola como pelo espaço reservado à Parada do Quartel de Campo de Ourique, junto da atual Rua Ferreira Borges, tendo os terrenos para a sua construção sido adquiridos em 1758 por ordem do Conde de Lippe, importante reformador das forças militares portuguesas. Recordamos que nas escaramuças lisboetas do 5 de outubro de 1910, o Quartel e a zona de Campo de Ourique tiveram um papel de relevo nas operações.

A geologia do local revela que o subsolo é rico em argilas, sobretudo das denominadas Argilas dos Prazeres (MPr), aspeto que motivara a instalação no local da E.C.L. – Empreza Cerâmica de Lisboa, que aqui laborou entre 1883 e 1930. Nos espaços da fábrica, após o seu desmantelamento, seria construída em 1950 a Igreja do Santo Condestável, a qual ainda ocupa o local com grande destaque, junto ao Mercado Municipal.



Figura 352 – Campo de Ourique em 1856, onde se observa em cima a presença do Quartel e a indicação da "Parada". Os quadrados vermelhos e amarelos marcam a posição das 6 sondagens arqueológicas propostas no presente trabalho, em local ocupado por vegetação e parcelas agrícolas.

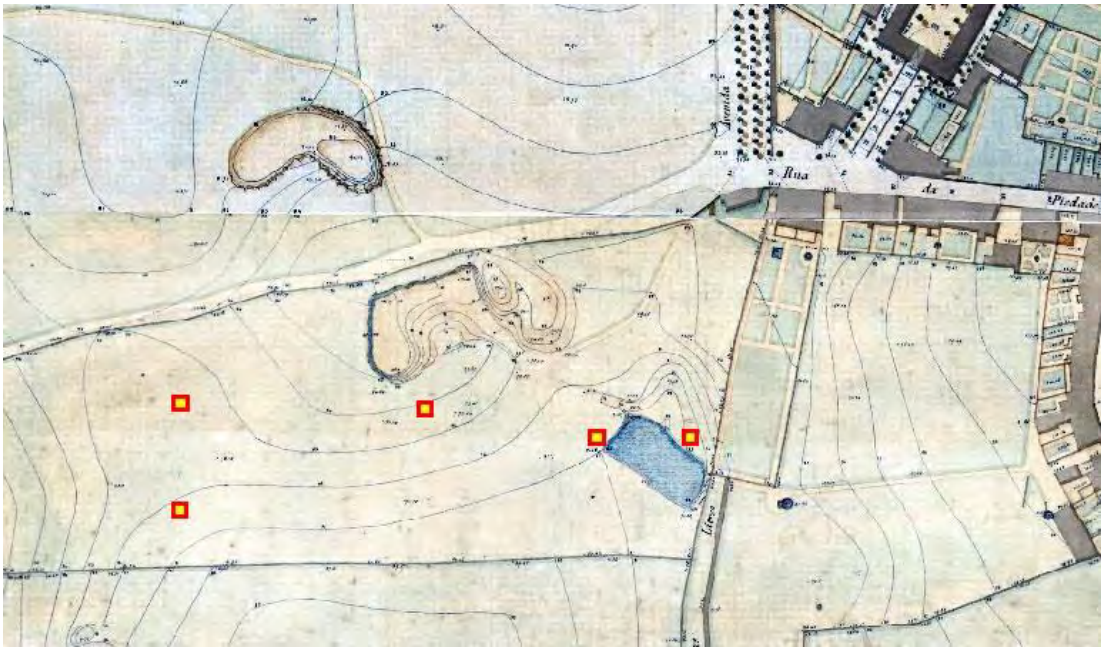


Figura 353 – Campo de Ourique em 1878 onde se destaca a representação topográfica do local.



Figura 354 – Campo de Ourique em 1911, aquando decorria a urbanização do bairro, já com a presença do Jardim da Parada ao centro. Destacamos a localização das nossas sondagens.

Adiantamos que à presente data de fecho do relatório, a intervenção arqueológica em Campo de Ourique ainda se encontra em curso, tendo apenas sido dadas como terminadas as sondagens 3 e 4, encontrando-se em planos intermédios as sondagens 1 e 5 e somente principiada a sondagem 2, disposta na área ajardinada do Jardim da Parada. Assim, as descrições que adiante

se seguem encontram-se limitadas aos resultados alcançados até ao momento da presente redação e não à conclusão dos trabalhos.

7.2.2.1 Sondagem 1

A primeira sondagem foi disposta sobre o betuminoso da Rua Almeida e Sousa, próximo da sua interceção com a Rua Ferreira Borges.

Ao pavimento superficial foi atribuída a unidade [100]. Abaixo do mesmo dispunha-se uma camada heterogénea de aterro, UE [101], composta por entulhos oriundos de demolições, com diverso material de construção contemporâneo, preenchido com bolsas de sedimento arenoso e argiloso de origem indeterminada. Também se observou a presença de elementos pétreos de forma tosca e variada dimensão. Esta camada [101] revelou uma potência estratigráfica na ordem dos 90cm a 1m.

Sob esta primeira camada de aterro foi identificada a unidade [102], um depósito composto por argilas de tom esverdeado, compatíveis com as Argilas dos Prazeres, porém, aqui colocadas, aparentemente, em segunda deposição. Não podemos esquecer que a atividade de exploração destas argilas teria provocado sérios revolvimentos no subsolo local, assim como na senda da urbanização do próprio bairro.

De momento decorre o levantamento das argilas da unidade [102], as quais contêm pontuais presenças de espólio, na tentativa em alcançar níveis estéreis.

7.2.2.2 Sondagem 2

A sondagem 2 foi implantada sob o manto vegetal do Jardim da Parada, tendo a mesma apenas registado o seu plano inicial. Aguarda desenvolvimento dos trabalhos em profundidade.



Figura 355 – Plano inicial da sondagem 2.

7.2.2.3 Sondagem 3

As sondagens 3 e 4 foram dispostas sobre o betuminoso da Rua Francisco Metrass, ambas próximas da interceção com a Rua Almeida e Sousa.



Figura 356 – Plano inicial da sondagem 3.

A camada superficial é aqui identificada como unidade [300] e a respetiva camada de assentamento como [301]. Abaixo do pavimento dispunha-se a UE [302], uma camada heterogénea composta por sedimento arenoso de tom castanho claro, com muitas inclusões de material de construção (tijolo furado, telha, azulejo, argamassas), seixos de pequena e média dimensão, assim como alguma cerâmica comum contemporânea.

O levantamento da camada [302] colocou a descoberto novas unidades estratigráficas, nomeadamente uma bolsa de terra de tom castanho escuro com muitas inclusões de material de construção, UE [303], mas também o perfil do lancil do passeio [304] e respetiva estrutura em pedra para o seu suporte, UE [305], assim como uma tubagem em ferro que atravessava toda a sondagem no sentido norte-sul, UE [306]. Encontrou-se este plano a cerca de 75cm de profundidade.

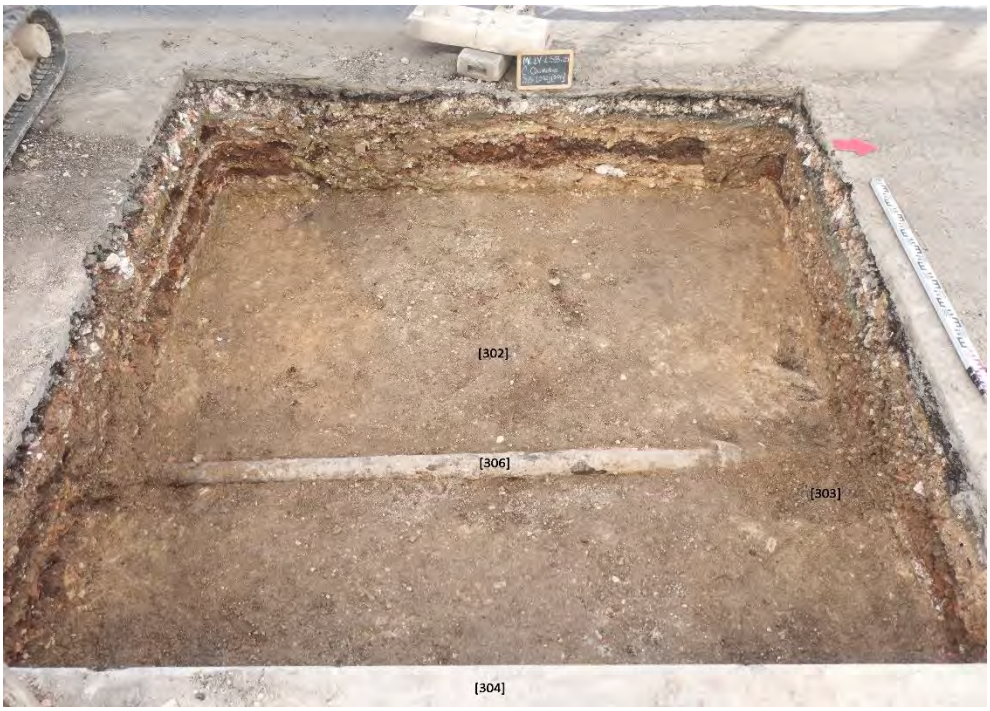


Figura 357 – Identificação das unidades [302] a [306].

A escavação prolongou-se ao longo da unidade [302] até ter sido identificada uma nova infraestrutura [307], correspondente a um tubo em grés habitualmente associado à rede de escoamento de águas residuais, no sentido este-oeste. Junto deste tubo encontrou-se a camada [308], de matriz argilosa, compactação média e de tom esverdeado, com inclusões de material de construção e alguns elementos pétreos. Constatou-se que a interface do cano em grés, a unidade [309], havia cortado todas as camadas superiores até alcançar a unidade [308], a qual foi parcialmente afetada.

A camada [308] daria lugar a uma outra muito semelhante, UE [310], porém, estéril, correspondente ao substrato geológico constituído por margas compactas de tons cinzento e esverdeado. A sondagem 3 havia alcançado uma profundidade máxima de 2,40m sem que fossem identificadas realidades de valor arqueológico.



Figura 358 – Plano final da sondagem 3.

7.2.2.4 Sondagem 4

A sondagem 4 foi disposta no alinhamento da anterior, neste caso cerca de 32m para sul, partilhando o mesmo pavimento em betuminoso e camada de assentamento [401].

Abaixo desta encontrou-se uma camada de areia envolvendo pequenos seixos brancos e pretos de média dimensão, UE [402], sem, no entanto, constituir uma composição. Estes seixos cobriam uma camada de terras argilosas de tom acinzentado com inclusões de elementos pétreos, [403]. Esta última articulava com argilas de tom amarelado, contendo igualmente elementos pétreos de média dimensão, [404]. Neste plano, a cerca de meio metro de profundidade, ainda se observou uma fina camada de cal compactada na vertente oeste da sondagem, UE [405], provavelmente relacionada com o nivelamento de uma antiga calçada. Alcançados os 75cm de profundidade tornou-se visível uma camada de sedimento argiloso de tom amarelo, compacto, contendo inclusões de areia e pedra de pequena dimensão, UE [406], correspondendo esta unidade ao substrato geológico aqui colocado em deposição secundária.



Figura 359 – Identificação das unidades [404] a [406].

Deste plano em diante verificou-se a presença de sucessivos aterros com terras de composição variável: [407] – sedimento argiloso, compacto e de tom amarelo esbranquiçado, com inclusões de pedra calcária de pequena e média dimensão; [408] – sedimento arenoso, mediamente compacto e de tom avermelhado, contendo inclusões de material de construção; [409] – sedimento argiloso, compacto e de tom amarelo esbranquiçado, com inclusões de pedra calcária de pequena e média dimensão, semelhante à [407]; [410] – sedimento arenoso de tom castanho claro, com inclusões de material cerâmico, incluindo alguma faiança, azulejo e porcelana dos séculos XIX e XX mesclado com material de construção.



Figura 360 – Unidades estratigráficas de aterro [409] e [410].

Por último, e alcançada uma profundidade de cerca de 2,40m, dispunha-se a unidade [411], composta por um sedimento argiloso, muito compacto, com inclusões de elementos pétreos

calcários de pequena e média dimensão, semelhante à [409], porém, arqueologicamente estéril, correspondente ao substrato natural.



Figura 361 – Plano final da sondagem 4.

7.2.2.5 Sondagem 5

A quinta e última sondagem foi disposta no alinhamento da primeira, a cerca de 28m para oeste da Rua Almeida e Sousa, porém, aqui, mais próximo da interceção com a Rua 4 de Infantaria, onde se encontra o Jardim da Parada.

A superfície partilhava a mesma camada de betuminoso identificada na sondagem 1, aqui atribuída a unidade [500]. Considerando a proximidade e o alinhamento destas sondagens, antevia-se uma certa correspondência estratigráfica.

Abaixo do pavimento encontrou-se um depósito heterogéneo de aterro, [501], composto por descartes de construção, à semelhança da UE [101], contendo fragmentos de cerâmica de construção e restos de argamassas, plásticos, juntamente com elementos pétreos de média e grande dimensão misturados com areias amareladas e alaranjadas. Sob a [501], a camada [502] revelou constituir um outro nível de aterro, à semelhança da camada [102], também composto por argilas esverdeadas, compactas, aqui colocadas em posição secundária, contendo alguns elementos de espólio dispersos. Encontrou-se a unidade [502] em torno dos 65cm de profundidade, tendo a mesma revelado uma pendente norte-sul, dispondo junto do corte sul a presença de depressões irregulares compatíveis com covas de árvores.

Assim, a partir de 1,10m de profundidade observaram-se novas realidades: UE [503] e [504], correspondentes a interfaces, e UE [505], caracterizada por um depósito heterogéneo composto por uma sucessão de margas esbranquiçadas e um sedimento argiloso, compacto, de tom castanho escuro. Entre estas realidades observaram-se bio perturbações (raízes), assim como foi possível constatar uma pendente, neste caso de oeste para este.

De momento decorre o levantamento destas unidades, na tentativa em alcançar níveis estéreis, à semelhança do procedimento em curso na sondagem 1.

7.2.3 Estação de Infante Santo

Junto da Av. Infante Santo, mais precisamente sob o terreno desocupado disposto entre esta e a Calçada das Necessidades, será construída a terceira Estação do novo troço da Linha Vermelha, a qual irá contar com dois acessos exteriores, ambos a construir na própria avenida.

Para esta frente foi proposta a realização de 5 sondagens de 3x3m cada, distribuídas por 2 sondagens sobre a área dos acessos e as restantes sobre a área central da Estação, onde será aberto o poço para a sua construção e, futuramente, construído à superfície um espaço para estacionamento automóvel e arranjos ajardinados.

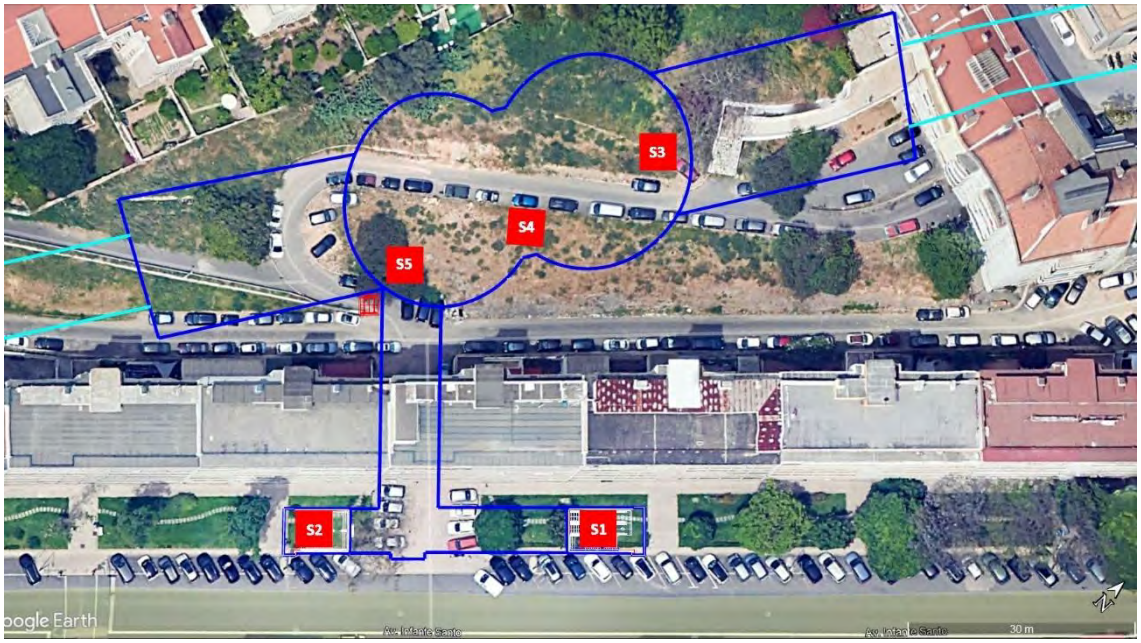


Figura 362 – Localização das 5 sondagens de diagnóstico para a Estação de Infante Santo.

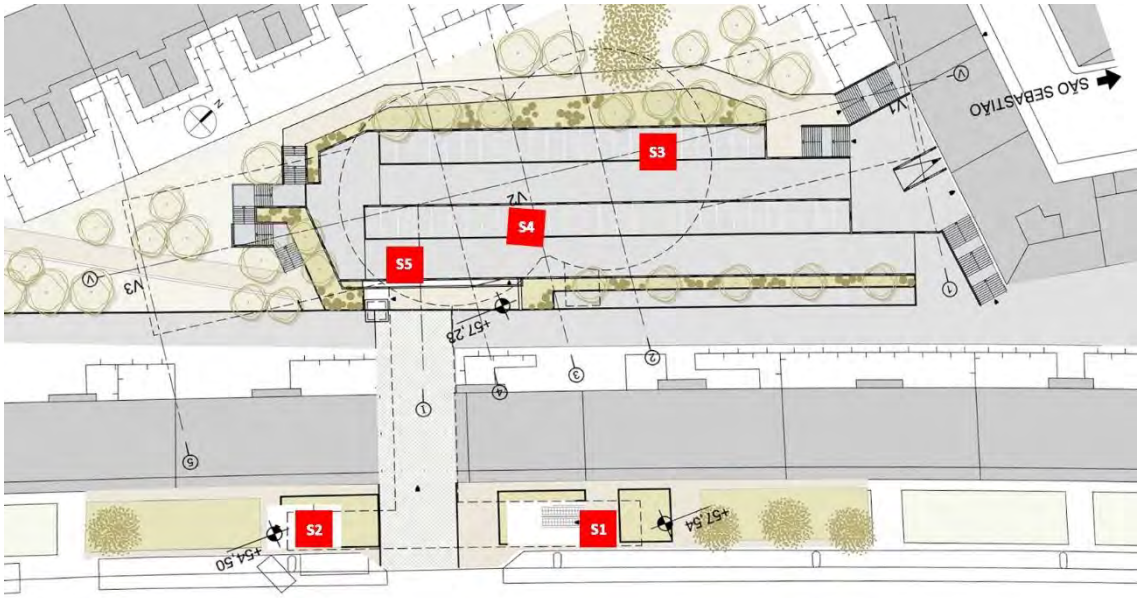


Figura 363 – Localização das mesmas 5 sondagens sobre a planta de projeto.

7.2.3.1 Sondagem 1

As primeiras duas sondagens desta frente de intervenção foram previstas para a área ajardinada que se estende ao longo da margem poente da Av. Infante Santo, entre os edifícios residenciais (junto dos N° 61 e 57) e o eixo rodoviário. Cada uma destas sondagens incidiu sobre o local onde serão construídas as duas saídas da Estação, a sondagem 1 mais a norte e a sondagem 2 mais a sul, no mesmo alinhamento, a aproximadamente 30m de distância entre si.

Esta zona apenas foi urbanizada na segunda metade do século XX, principalmente após a abertura da Av. Infante Santo que ligou a Estrela à Av. 24 de Julho, tendo no processo sido demolido um considerável troço do Aqueduto das Águas Livres, nos anos 50 da mesma centúria.

Em consulta à cartografia e registos fotográficos da época, verificamos que o local onde atualmente se encontram os edifícios na zona prevista para a construção da Estação de Infante Santo, e por inerência no local das sondagens arqueológicas de diagnóstico, era constituído por uma encosta baldia que formava um pequeno vale sensivelmente onde se encontra o atual eixo da avenida, e por onde percorriam algumas linhas de água. O troço demolido do aqueduto encontrava-se neste local em cota positiva e sobrelevada, justamente para transpor as colinas do vale que descaia na direção da margem ribeirinha, a mesma pendente que ainda hoje encontramos ao percorrer a Av. Infante Santo. Nestas colinas o afloramento rochoso encontra-se muito próximo da superfície, tendo a construção da avenida e dos posteriores edifícios aberto o nível rochoso para a sua implantação.

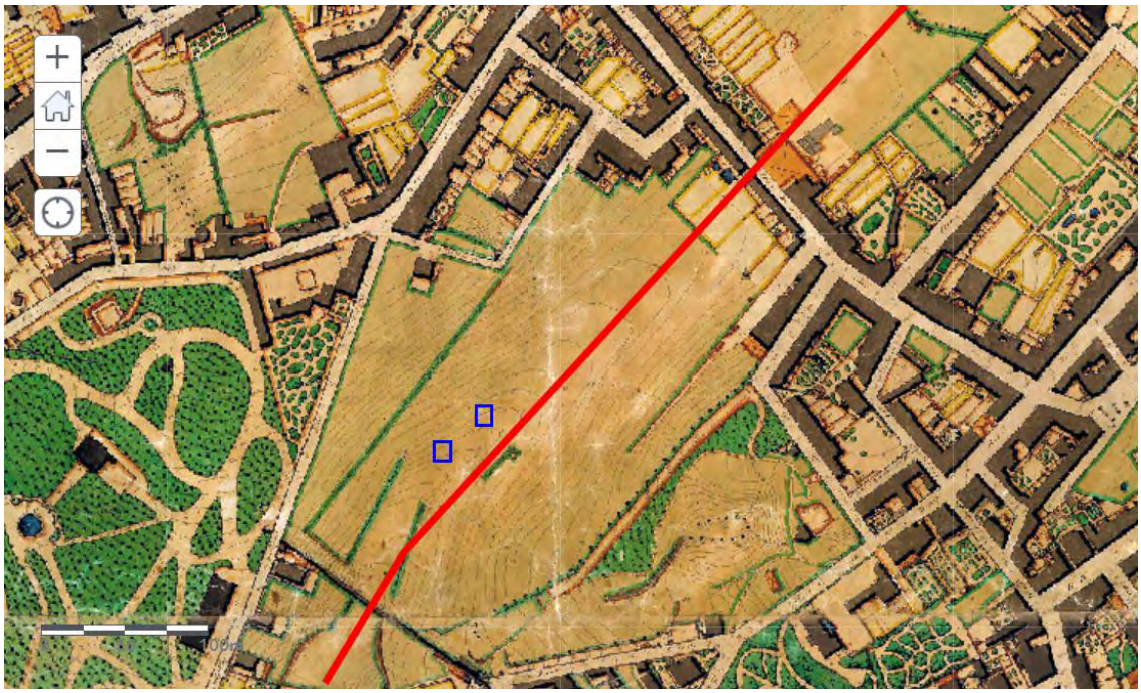


Figura 364 – Cartografia de 1911 da zona onde foi construída a Av. Infante Santo, cujo traçado atual se representa a vermelho. A azul marcam-se as sondagens 1 e 2 realizadas na sua margem.

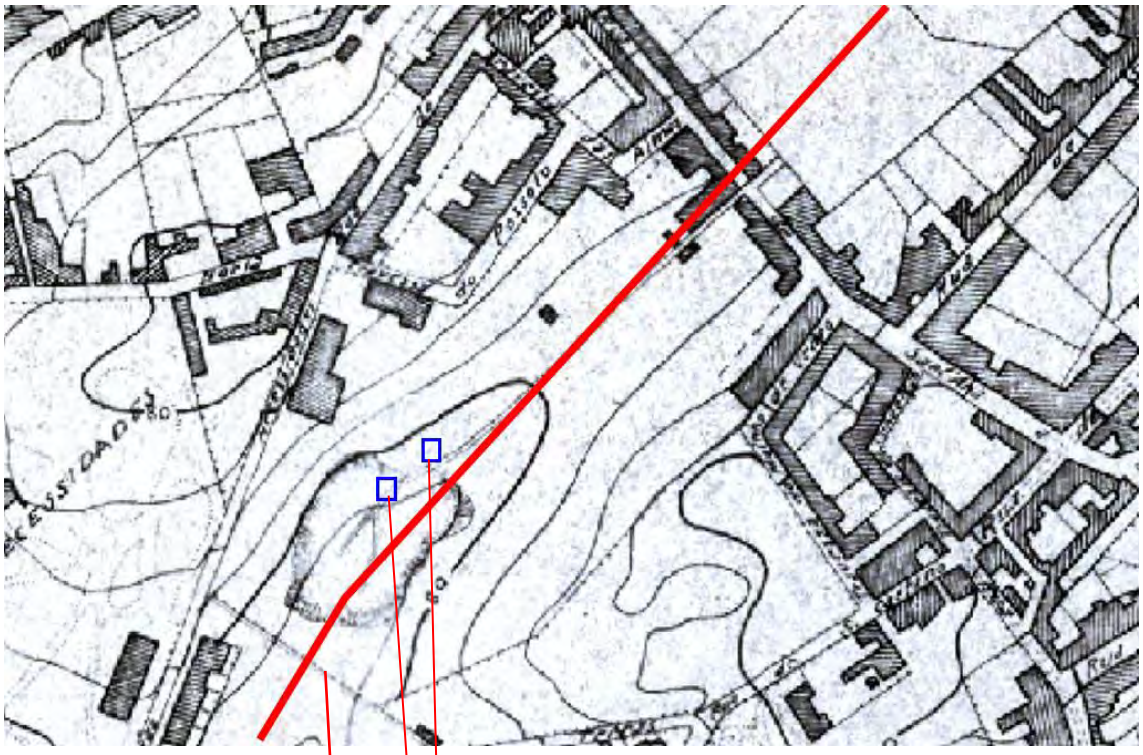


Figura 365 – Cartografia de 1940, antes de se iniciarem as obras de construção da avenida.

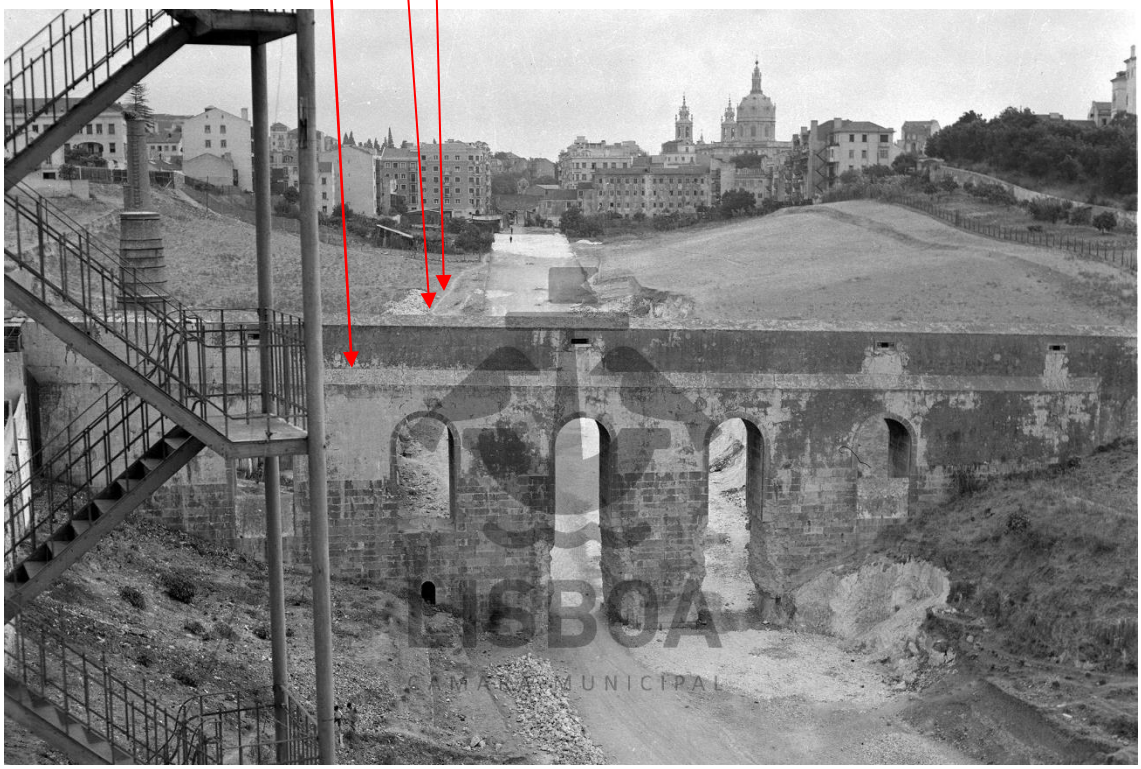


Figura 366 – Construção da Av. Infante Santo antes da demolição do troço do aqueduto. Observa-se na imagem o formato do vale com as respetivas colinas, tendo as sondagens arqueológicas sido realizadas na vertente esquerda da posição do observador.

Os trabalhos arqueológicos principiaram com o levantamento das realidades superficiais, tais como o lajedo em cimento que compõe o caminho por entre o relvado, UE [100], e a camada de terra vegetal composta por um sedimento de tom castanho escuro de matriz arenoargilosa e compactação média, UE [101].



Figura 367 e 368 – Aspeto geral da superfície da sondagem 1, voltada para a Av. Infante Santo, à esquerda, e para os edifícios, à direita.

A unidade [102], dispunha-se abaixo da terra vegetal que suportava o relvado, composta por uma camada homogénea de aterro, constituída por um sedimento arenoso de tom castanho, de compactação média, contendo pedra de pequeno calibre juntamente com fragmentos cerâmicos de construção.

A cerca de 65cm de profundidade surgiu uma camada homogénea de um sedimento arenoargiloso de tom castanho, pouco compacto, com abundante presença de fragmentos de tijolo contemporâneo, UE [103], o qual se estendia por uma faixa ao centro da sondagem, no sentido NE-SO. Tratava-se, portanto, de um enchimento de uma vala, a cujo interface foi atribuída a unidade [104]. Ainda no mesmo plano verificou-se que a vala cortava uma nova camada, também esta homogénea, composta por um sedimento argiloarenoso de tom castanho, contendo restos de calcário desagregado, UE [105]. Com o levantamento do enchimento [103] ficou a descoberto uma infraestrutura em fibra de cimento, UE [106], que se estendia pela vala.



Figura 369 – Identificação de infraestrutura a cerca de 80cm de profundidade.

Com o levantamento da camada [105], e alcançados os 1m de profundidade, ficou a descoberto uma nova infraestrutura, UE [107], esta constituída por uma tubagem em ferro fundido adequada à distribuição de gás e apresentando a mesma orientação NE-SO.

A este nível dispunha-se ainda a camada [108], composta por um depósito homogéneo de sedimento argiloarenoso de tom castanho, medianamente compacto, contendo elementos pétreos calcários de pequenas dimensões e fauna malacológica residual (ostras, búzios, caracoletas). Esta unidade mostrou uma correspondência com um possível depósito aluvionar, com cerca de 1,80m de espessura, dentro do qual se recolheram fragmentos de cerâmica comum de cronologia Moderna/Contemporânea, juntamente com elementos de pedra lascada em sílex, estes com indícios de rolamento (núcleos, lascas, lamelas, lâminas).



Figura 370 – Plano com identificação das infraestruturas e nova camada [108].

Considerando a necessidade em manter a integridade das infraestruturas colocadas a descoberto, a escavação avançou em profundidade pela vertente oeste através da camada [108], a qual revelou, como referido, uma elevada potência estratigráfica.

Atingidos os 2,80m de profundidade identificou-se outro possível depósito aluvionar, UE [109], com cerca de 60cm de espessura e de matriz sedimentar muito semelhante ao primeiro, mas com uma coloração mais escura e com uma maior abundância de elementos pétreos calcários de pequena e média dimensão. Deste depósito recolheu-se apenas um fragmento de cerâmica manual e alguns elementos de pedra lascada em sílex. Este último depósito encontrava-se a cobrir o substrato geológico, UE [110], e consequente desagregação, pelo que apresentava uma coloração avermelhada. A este nível foram alcançados os cerca de 4m de profundidade máxima.



Figura 371 – identificação de um novo depósito sedimentar, UE [109].



Figura 372 – Aspeto geral do substrato natural, UE [110], abaixo dos depósitos aluviares.

Importa aqui retomar o perfil geológico do local, em particular a sua posição nos baixios de um vale rochoso por onde correriam cursos de água, um dos quais deixou a sua marca nos depósitos sedimentares e nos elementos pétreos e cerâmicos com claros indícios de rolamento aqui identificados. Por este motivo, apesar de terem sido recolhidos testemunhos que podemos associar a cronologias mais recuadas, os mesmos são de origem incerta, não se encontrando em uma deposição primária. Ainda assim, o seu valor intrínseco não se deve desconsiderar.

7.2.3.2 Sondagem 2

A segunda sondagem foi disposta, como referido, a uns 30m para sudoeste da primeira, partilhando a mesma realidade superficial, o que fazia antever alguma correspondência com as unidades anteriores, pelo menos ao nível do prolongamento das infraestruturas e possivelmente dos depósitos mais profundos.



Figura 373 – Aspeto geral do plano inicial da sondagem 2 junto do edifício com o N.º 57.

Os trabalhos, também neste caso, principiaram com a remoção das camadas superficiais, as unidades [200] e [201] que compunham a área ajardinada, a primeira correspondente ao solo vegetal onde assentava o relvado e a segunda composta por um sedimento arenoargiloso de tom castanho claro, compacto, contendo elementos pétreos de pequeno calibre e elementos naturais como raízes.

Sob a unidade [200] identificou-se, no canto norte da sondagem, um enchimento que correspondia a um nível de entulho, UE [202], contendo areias, fragmentos de tijolo recente e também de fragmentos de tubagem de fibra de cimento. A sua área de ocupação era de 1,10m de comprimento por 30cm de largura. Podemos aqui estar perante a desativação de uma infraestrutura indeterminada, cuja interface foi atribuída a UE [203], ou possivelmente do hipotético prolongamento da infraestrutura [106], identificada na sondagem 1.



Figura 374 – Identificação do enchimento [202] e interface [203].

Na mesma vertente onde foram identificadas as unidades [202] e [203] encontrou-se um enchimento heterogéneo, UE [204], que cobria uma reparação/substituição à tubagem em ferro que se estendia abaixo, UE [208], a mesma identificada na sondagem 1 como unidade [107]. Esta

composição correspondia a uma substituição da infraestrutura [208] por uma nova conduta de gás em polietileno, UE [205], com uma orientação SO-NE, utilizando a antiga tubagem em ferro como guia. A unidade [206] correspondia à vala de assentamento da tubagem [205] e a unidade [209] à vala de implantação da infraestrutura [208].

O remanescente da sondagem estava ocupado pela UE [210], um sedimento homogéneo de tom castanho claro, arenoso, de compactação média, estendendo-se este plano a cerca de 60cm de profundidade.



Figura 375 – Identificação de infraestrutura [205].



Figura 376 – Pormenor do intrincado de tubagens presentes na mesma infraestrutura.

Com o levantamento da camada [210] ficou a descoberto o substrato natural, UE [211], correspondente ao observado na sondagem anterior, porém, aqui não foram identificados os níveis sedimentares dispostos na sondagem 1, nem a presença de elementos arqueológicos de igual natureza aos recolhidos anteriormente. Relacionamos este aspeto com o facto de a primeira sondagem ter coincidido com um antigo curso de água, o que não aconteceu com a segunda sondagem, justificando assim a ausência dos depósitos sedimentares e a reduzida fundura até ao nível rochoso, atingindo a sondagem 2 uma profundidade máxima de 1,30m.



Figura 377 – Plano final da sondagem 2.

7.2.3.3 Sondagem 3

As próximas três sondagens foram dispostas pela encosta que se desenvolve no tardoz dos edifícios voltados para a Av. Infante Santo, até ao limite da Calçada das Necessidades que se estende pelo topo. Recorrendo uma vez mais à fisionomia geológica do local, destacamos a acentuada pendente e a presença dos níveis rochosos aflorando muito próximos da superfície. Ainda que as sondagens seguintes tenham sido distribuídas em diferentes níveis topográficos, como veremos, estando a sondagem 3 no ponto mais elevado descaindo em direção à sondagem 5, a potência estratigráfica revelou-se semelhante e com uma potência bastante reduzida.



Figura 378 – Distribuição das sondagens 3, 4, e 5 sobre a encosta poente do vale da Infante Santo.




Figura 379 e 380 – Aspeto geral da acentuada encosta onde foram dispostas as sondagens 3, 4 e 5.




Figura 381 e 382 – Aspeto geral da acentuada encosta onde foram dispostas as sondagens 3, 4 e 5.

A implantação da sondagem 3 não permitiu dispor de uma dimensão de 3x3m, devido à reduzida largura disponível por entre a pendente do terreno. Para o efeito, a sondagem foi ajustada a um pequeno socalco tendo sido disposta com 4x2,25m. A sua localização considerou a zona norte do poço de ataque para a construção da futura Estação.

Desta forma, com a remoção da camada vegetal [300], e do depósito [301], composto por um sedimento areno-siltoso de tonalidade amarela e avermelhada, muito compacto, revelou a presença de elementos pétreos, principalmente basaltos de pequena, média e grande dimensão, juntamente com alguns materiais de cronologia contemporânea. Ambos os depósitos se encontravam a cobrir o substrato geológico, UE [302], composto pela camada calcária, não tendo sido identificadas realidades de valor arqueológico. A sondagem 3 alcançou os 1,60m de profundidade máxima.



Figura 383 – Plano inicial da sondagem 3.



Figura 384 – Camada intermédia correspondente à unidade [301].



Figura 385 – Plano final da sondagem 3.

7.2.3.4 Sondagem 4

A sondagem 4 foi disposta sensivelmente a meia encosta e ao centro da área de intervenção, tendo neste caso sido possível implantar uma dimensão de 3x3m.

A remoção do nível de aterro/camada vegetal, ao qual foi atribuída a unidade [400], revelou um enchimento constituído por um sedimento cinzento, siltoso, de compactação média e perfil homogéneo, UE [401], o qual preenchia uma estrutura negativa de função indeterminada, UE [402], de planta circular com cerca de 50cm de diâmetro e uma profundidade máxima de 30cm. Este negativo provocara uma afetação aos depósitos subsequentes, [403] e [404], o primeiro composto por um sedimento homogéneo, areno-siltoso de tom castanho claro e avermelhado, afigurando corresponder a uma desagregação do estrato geológico, e o segundo constituído pelo próprio substrato. A sondagem 4 alcançou os 1,30m de profundidade máxima.



Figura 386 – Camada dominante [403] e negativo circular [402] preenchido pela camada [401].



Figura 387 – Plano final da sondagem 4 com o substrato geológico a descoberto.

7.2.3.5 Sondagem 5

A quinta e última sondagem, disposta a uma cota inferior da encosta com uma dimensão de 3x3m. No plano inicial da sondagem era visível, logo à partida, o afloramento rochoso em partes da superfície. A remoção da unidade [500], constituída por um aterro contemporâneo de pouca potência, permitiu identificar uma tubagem em polietileno de função indeterminada (sem qualquer sinalização), UE [501], cuja vala implantação [502] apenas afetou o substrato geológico, UE [503]. Este último ficou exposto em toda a área da sondagem, não se tendo identificado qualquer realidade arqueológica, alcançando uma profundidade máxima de 1,45m.



Figura 388 – Plano inicial da sondagem 5.



Figura 389 – Plano final da sondagem 5.

Como foi possível constatar, as três últimas sondagens realizadas na encosta, que descai desde a Calçada das Necessidades até Av. Infante Santo, não revelaram incidências de valor arqueológico. A sua reduzida potência estratigráfica e o substrato rochoso a pouca profundidade, não comportavam a subsistência de potenciais elementos arqueológicos.

7.2.4 Estação de Alcântara

O prolongamento da Linha Vermelha terá como Estação terminal a de Alcântara. Esta Estação será construída em cota positiva e sobrelevada do nível de superfície por intermédio de um viaduto. De facto, entre o edifício localizado na interceção da Rua da Costa com a Rua Maria Pia, a nascente, junto ao Baluarte do Livramento, e o acesso à Ponte 25 de Abril, junto da Av. de Ceuta, a poente, todo este troço do Metropolitano será construído sobre um viaduto elevado. Por este motivo, a afetação prevista incide sobre os pontos estipulados para a construção dos pilares de suporte, e respetivas sapatas, tanto da Estação como do viaduto da Linha.

Apesar de inicialmente se ter previsto a realização de 2 sondagens de diagnóstico no local, de 5x5m cada, localizadas na área de construção de parte dos pilares projetados para o viaduto e Estação, devido a condicionalismos relacionados com o desvio de infraestruturas, corte de vias rodoviárias e mesmo abate de árvores de grande porte, não foi possível implementar sondagens de diagnóstico em todos os locais previstos para afetação na construção dos pilares, ou mesmo alcançar uma incidência exata.

Por este motivo, foi comunicado junto da Tutela que para a intervenção arqueológica no lugar de Alcântara, as condições apenas serão criadas aquando da fase de execução, ficando acordado que a escavação a realizar para efeitos de construção dos pilares irá obedecer ao modelo de escavação arqueológica com apoio mecânico, como medida de salvaguarda.

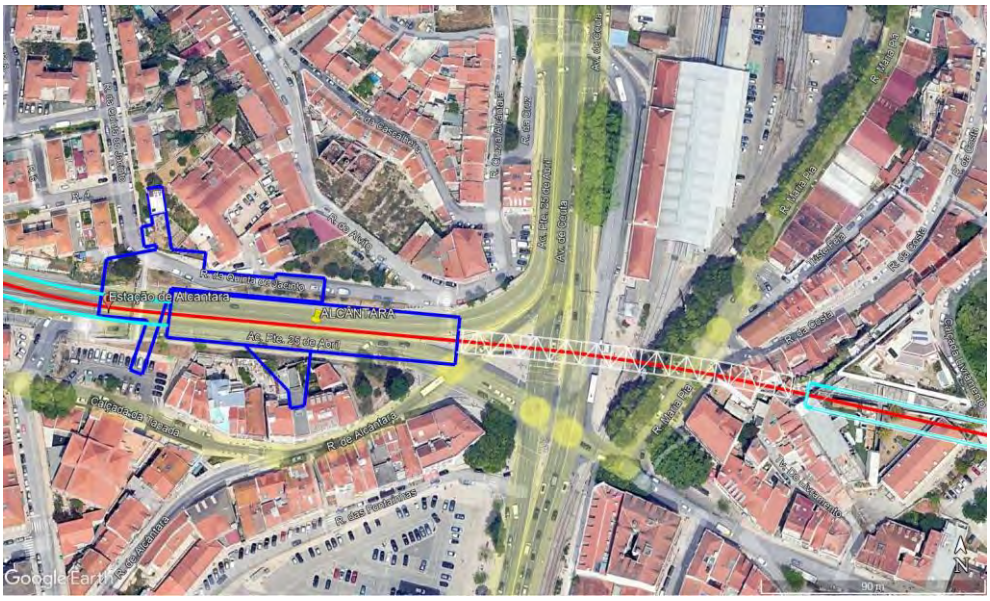


Figura 390 – Ortofoto da área de construção da futura Estação de Alcântara e viaduto de ligação.

7.2.5 Poço de Ventilação 211

O primeiro poço de ventilação (PV) projetado para o novo traçado da Linha Vermelha será construído na zona das Amoreiras, em um espaço ajardinado que se dispõe entre o limiar da Rua Gorgel do Amaral e o términus da Travessa do Barbosa, confinando a norte com o limite do reservatório de água da EPAL. No local foi realizada uma sondagem de diagnóstico de 3x3m, coincidente com a área de afetação prevista para a abertura do PV211.



Figura 391 – Localização da sondagem de diagnóstico para o PV211.

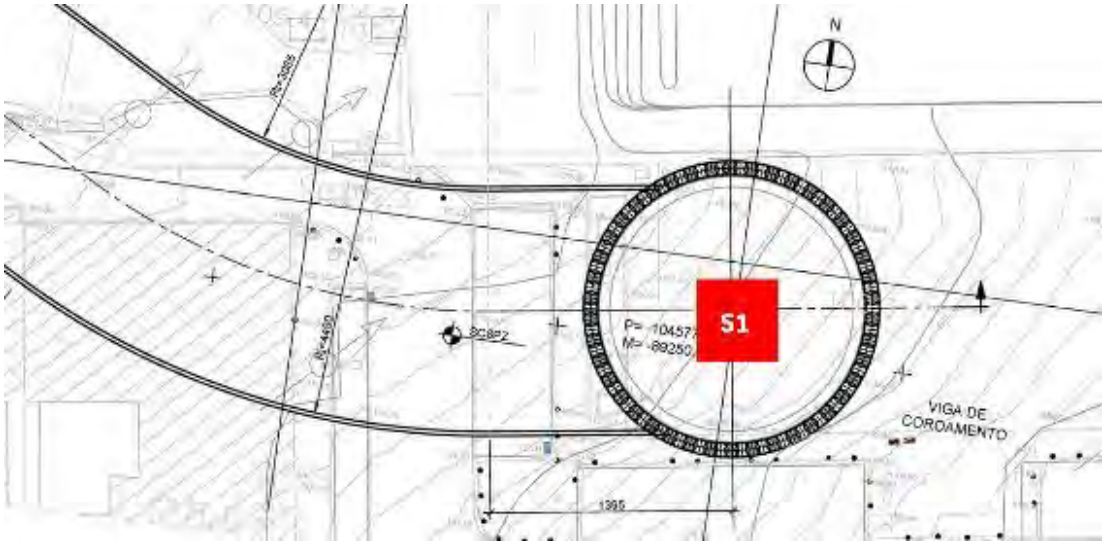


Figura 392 – Localização da mesma sondagem sobre a planta de projeto.

O início da intervenção arqueológica ficou reservado ao levantamento da camada vegetal da área ajardinada, UE [700], juntamente com os aterros contemporâneos heterogéneos [701], composto por sedimento argiloarenoso, compacto, de tom castanho claro, com bolsas de um sedimento argiloso de tom vermelho e castanho mais escuro, e a unidade [702], composta por sedimento arenoso, também compacto, de tom bege, com inclusões de material de construção.



Figura 393 – Aspeto geral da área ajardinada onde será construído o PV211. Na margem direita da imagem encontra-se o limite do reservatório da EPAL.




Figura 394 e 395 – Unidades de aterro [700] e [701].

A remoção da unidade [702] colocou a descoberto duas novas realidades: a UE [703] correspondente ao substrato geológico e a UE [704], a que correspondia uma estrutura que constitui um alicerce em alvenaria, composto por pedra calcária tosca de média dimensão, com ligante em argamassa de areia e cal de tom esbranquiçado, com uma orientação norte-sul e cujo topo se encontrou perto do 90cm de profundidade. Verificou-se que este alicerce foi implantado diretamente sobre o substrato natural.



Figura 396 – Plano final da sondagem no PV211.



Figura 397 – Aspeto do alicerce em alvenaria [704] observando o corte oeste da sondagem.

A sondagem realizada no local do futuro PV211 revelou a presença de camadas de aterro e uma estrutura murária de pouca expressão e sem espólio associado, compatível com o contexto rural e de quintas aqui instaladas até meados do século XX. Nesta sondagem foi alcançada uma profundidade máxima de 1,40m, num nível natural e arqueologicamente estéril.

7.2.6 Poço de Ventilação 215

O poço de ventilação 215 encontra-se projetado para o bairro de Campo de Ourique, mais precisamente no terreno baldio que se localiza no términus da Rua Professor Gomes Teixeira, limitado a norte pelo muro do Cemitério Alemão e a sul pela Escola Básica Eng. Ressano Garcia.

De forma semelhante ao caso anterior, também para o local do PV215 foi implementada 1 sondagem de diagnóstico de 3x3m, dentro dos limites de afetação previstos para a sua construção.



Figura 398 – Localização da sondagem de diagnóstico para o PV215.

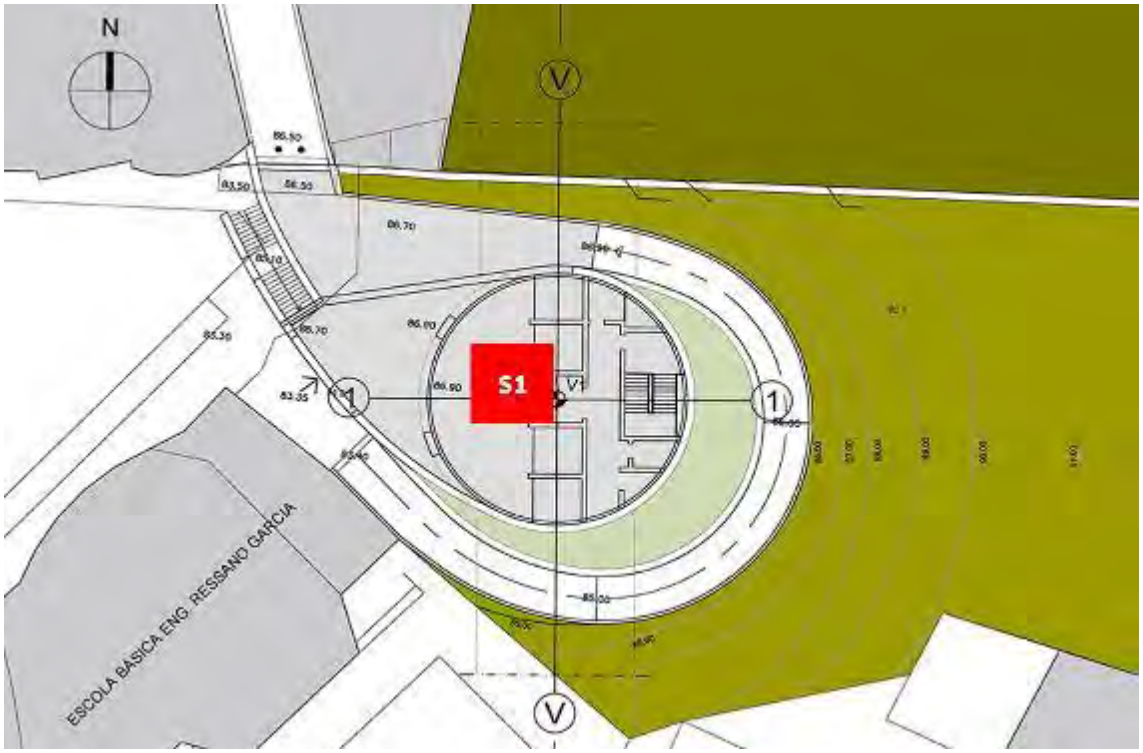


Figura 399 – Localização da mesma sondagem sobre a planta de projeto.

A intervenção principiou com o levantamento do sedimento que suportava o manto vegetal, UE [100], sob o qual se identificou uma camada de enchimento, [101], correspondente a um sedimento homogéneo, areno-siltoso, solto, o qual preenchia uma estrutura negativa, UE [102], uma vala escalonada localizada no limite oeste da sondagem e para lá deste.



Figura 400 e 401 – Aspeto geral do plano inicial da sondagem no PV215.

Verificou-se que a abertura da estrutura negativa [102] afetou a unidade [103], um depósito heterogéneo correspondente ao substrato geológico aqui colocado em deposição secundária.



Figura 402 – Unidades [102] e [103].

Abaixo da camada [103] identificou-se o enchimento [104], o qual preenchia uma outra estrutura negativa, UE [105], uma vala de planta retilínea, paredes verticais e fundo plano, com uma orientação norte-sul. Ambas as estruturas negativas identificadas, [102] e [105], afetaram o substrato geológico calcário, UE [106]. Tendo sido alcançado o nível natural, o qual revelou uma pendente este-oeste que se estendia por uma profundidade variável entre os 40 a 90cm, e atingindo uma profundidade máxima de apenas 1m, deram-se por concluídos os trabalhos no PV215, sem que tenham sido identificados elementos de valor arqueológico.



Figura 403 – Vala [105] identificada por entre o substrato geológico [106].



Figura 404 – Plano final da sondagem no PV215 ao nível do substrato geológico [106].

7.2.7 Poço de Ventilação 217

O terceiro poço de ventilação foi projetado para a zona terminal da nova Linha, após a Estação de Alcântara. O local coincide com a área florestada de Monsanto, entre o acesso rodoviário à Ponte 25 de Abril e a Rua da Quinta do Jacinto, no bairro do Alvito.

Considerando aqui a maior dimensão prevista para a abertura do poço, foi estipulada a realização de 2 sondagens de diagnóstico de 3x3m cada.



Figura 405 – Localização da área de construção do PV217, junto do acesso e viaduto da Ponte 25 de Abril.

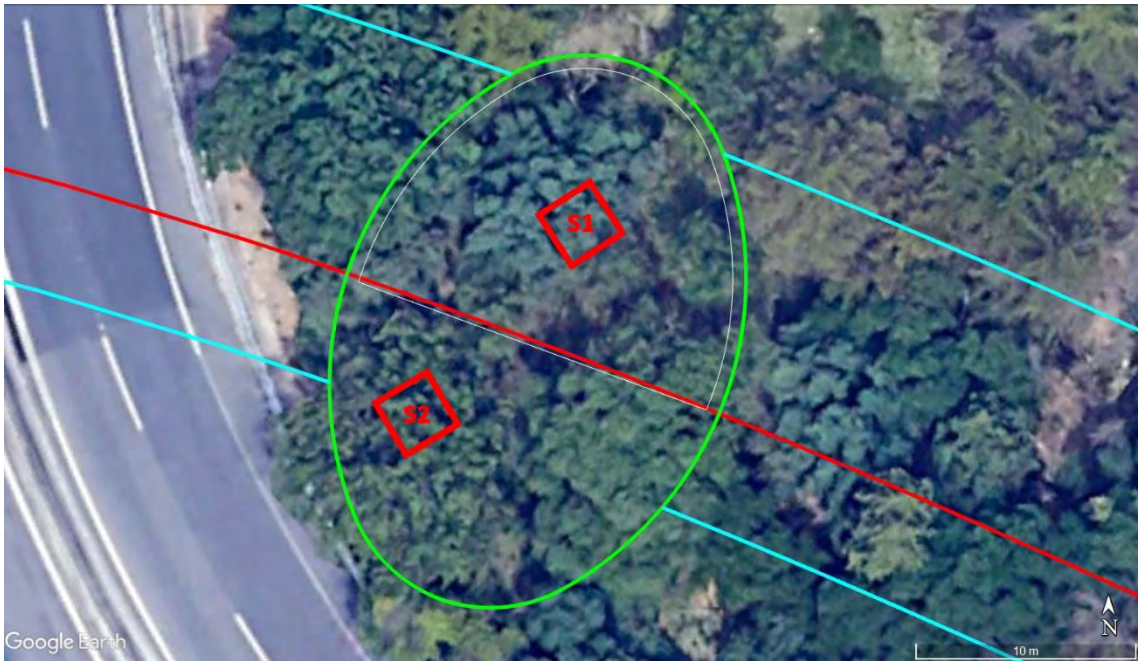


Figura 406 – Disposição das 2 sondagens no interior do perímetro de afetação do PV217.

O espaço encontrou-se, como esperado, dominado pela vegetação que prolifera no local, neste caso vegetação rasteira e alta e algumas árvores de médio e grande porte. A disposição das sondagens considerou um ligeiro afastamento do arvoredo de maior porte, tendo a sua área de implantação sido desmatada da vegetação mais rasteira que cobria a superfície.



Figura 407 e 408 – Aspeto geral do local do PV217 antes da intervenção arqueológica.

7.2.7.1 PV217 – Sondagem 1

Após a limpeza da vegetação, a superfície da sondagem 1 revelou a presença de um sedimento argiloarenoso, de tom castanho, pouco compacto, por onde se estendia o manto vegetal. Apresentava inclusões de pedra calcária de pequena dimensão e nódulos calcários em desagregação, conferindo uma tonalidade mais clara ao sedimento em forma de manchas derivadas destas bolsas. A esta camada superficial foi atribuída a unidade [100].



Figura 409 – Plano inicial da sondagem 1 no local do PV217.

A camada superficial revelou uma potência estratigráfica pouco superior a 1m, tendo sido alcançada a unidade [101], correspondente a um sedimento argiloarenoso de tom avermelhado, compacto, contendo material de construção contemporâneo juntamente com nódulos naturais de sílex, sem indícios ou marcas antrópicas ou talhe. Esta segunda camada apenas mostrou uma espessura na ordem dos 30cm, até alcançar a unidade [102], um sedimento de matriz argiloarenosa de tom castanho, pouco compacto, contendo entulhos compostos por material de construção contemporâneo. Esta concentração associa-se às demolições de parte do bairro do Alvito e à construção da Ponte 25 de Abril, operações com grande impacto na paisagem e no subsolo, provocado nos anos 60 do século XX.



Figura 410 – Aspeto geral da camada [101].



Figura 411 – Aspeto geral da camada [102].

A unidade [102] também mostrou uma potência estratigráfica modesta, na ordem dos 35cm, até ao alcance da unidade [103], composta por um sedimento argiloso de tom vermelho, bastante compacto, aqui associado ao substrato natural, neste caso com o *Complexo Vulcânico de Lisboa* (CVL) que aflora localmente, revelando-se arqueologicamente estéril. A sondagem 1 alcançou uma profundidade máxima de 2,10m.



Figura 412 – Plano final da sondagem 1 com a UE [103].



Figura 413 – Perfil norte da sondagem 1.

7.2.7.2 PV217 – Sondagem 2

A segunda sondagem no local do PV217 foi disposta a sul da primeira, mais próxima da berma da via de acesso à Ponte 25 de Abril, ainda que o manto vegetal e camada superficial tenham correspondência entre ambas as sondagens.

Assim, a unidade [200] era composta pelo mesmo sedimento argiloarenoso de tom castanho, pouco compacto, o qual apresentava inclusões de pedra calcária de pequena dimensão e nódulos calcários em desagregação. No entanto, aqui a potência estratigráfica da camada superficial foi apenas de 45cm.

No plano seguinte afiguraram-se duas novas unidades: [201] composta por um sedimento arenoso de tom castanho, de grão fino pouco compacto, contendo alguns elementos de construção contemporâneos; [202] composta por um sedimento argiloarenoso de tom castanho claro e avermelhado, contendo inclusões de pedra calcária e basáltica de pequena dimensão, assim como algum material de construção, entre os quais se destacaram dois tijolos maciços com marca de fabricante (Sylvain Bessiére e Empresa Cerâmica de Lisboa), cujas produções remontam

aos finais do século XIX, os quais, uma vez mais, se associam às demolições ocorridas nas imediações aquando da construção da Ponte 25 de Abril.



Figura 414 – Unidades [201] e [202].

A unidade [201] correspondia a uma espécie de bolsa de areia de pouca espessura. Com o levantamento das camadas [201] e [202] ficaram a descoberto as unidades [203], um maciço em cimento que estaria, muito provavelmente, associado às obras de construção dos acessos e pilares da ponte, e a [204] que compunha uma camada de sedimento de matriz argiloarenosa de tom vermelho escuro, compacta e com algumas inclusões de material de construção contemporâneo (tijolo furado, telha, etc.).



Figura 415 – Unidades [203] e [204].

Abaixo de todas estas realidade, e à semelhança da UE [103] a que se associa o substrato natural constituído pelo *Complexo Vulcânico de Lisboa*, foi identificada a unidade [205] em torno dos 2m de profundidade, composta por um sedimento argiloso de tom vermelho vivo, bastante

compacto e que se revelou arqueologicamente estéril, tendo sido alcançados 2,40m de profundidade máxima.



Figura 416 – Plano final da sondagem 2 do PV217 onde assenta a UE [205].



Figura 417 – Perfil oeste da sondagem 2.

7.2.8 Palácio Fiúza

O edifício que constituíra o Palácio Fiúza, de fundação seiscentista, encontra-se junto da atual Rua da Quinta do Jacinto, no bairro do Alvito. As dimensões do seu conjunto, edificado e cerca, eram superiores às que subsistem atualmente, tendo sido profundamente afetadas em período recente, aquando a abertura do acesso rodoviário à Ponte 25 de Abril que provocara a amputação da Travessa do Fiúza, da Rua do Cinco de Abril e do próprio palácio, forçando o desmonte do bloco sul e redução da sua cerca, a oeste.



Figura 418 – Planta do bairro Alvito em 1953 com os limites do edificado palácio Fiúza marcados a vermelho (Fonte: Arquivo Municipal Digital).



Figura 419 – Ortofoto do mesmo local na atualidade com os anteriores limites marcados a vermelho, observando a ausência do bloco sul do edifício.



Figura 420 – Demolição do bloco sul do palácio Fiúza em 1966, na sequência da construção do acesso à Ponte 25 de Abril. A fachada que se observa na imagem foi a que se manteve até ao presente.

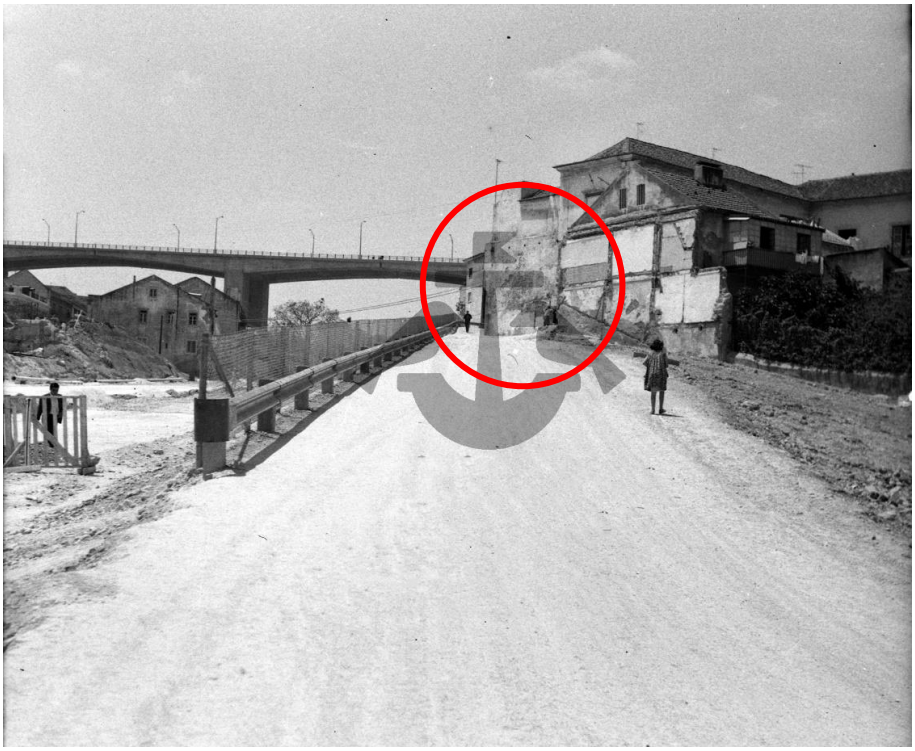


Figura 421 – Construção da ligação à Ponte 25 de Abril e da nova ligação à Rua da Quinta do Jacinto. Destaca-se o bloco sul do palácio após as demolições, o mesmo cunhal que subsiste no local.

O atual limite sul do edifício encontra-se na interceção do projeto, neste caso referente às novas vias rodoviárias de acesso à ponte 25 de Abril, a construir no âmbito da Estação de Alcântara. A atual composição do edifício revela a presença de anexos de construção claramente contemporânea, assim como a reformulação de algumas secções do topo, convertidas em espaços residenciais. Porém, junto ao cunhal sul a estrutura ainda ostenta as janelas de sacada com gradeamento de ferro, dispostas ao nível do primeiro piso, atualmente emparedadas com a cantaria a descoberto. Uma destas janelas com varada voltada a sul, cuja presença se observa nas imagens anteriores, já existia antes da demolição do bloco sul e que, neste caso, já estaria entaipada aquando das obras dos anos sessenta.

Considerando a afetação da secção sul do edifício foi proposta a realização de 1 sondagem arqueológica de diagnóstico, implantada no exterior junto ao alçado sudoeste e adaptada à forma irregular do passeio, até ao limite do lancil de forma a abranger o cunhal. A sondagem no subsolo tinha como objetivo a observação da fundação da fachada e a identificação de eventuais elementos caracterizantes da estrutura. Esta medida seria complementada por sondagens parietais, conforme se detalha no capítulo seguinte.

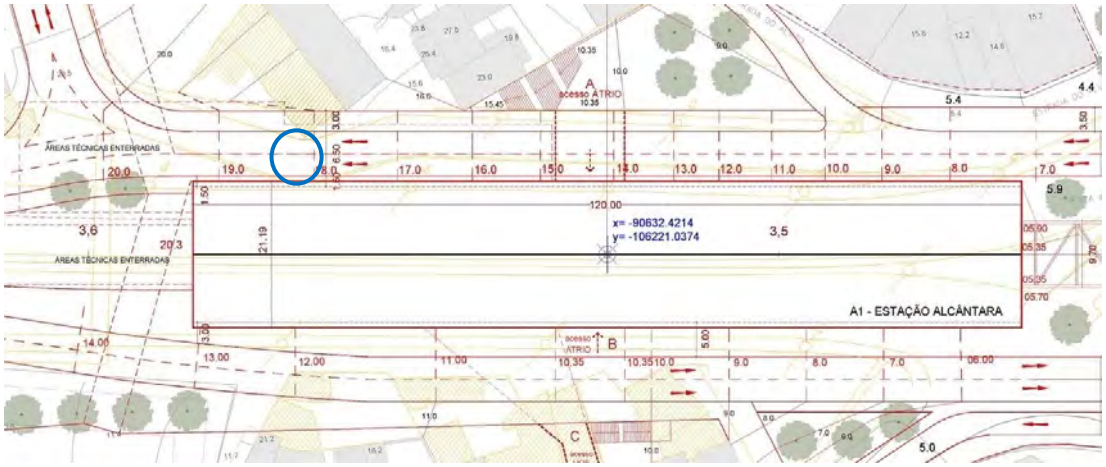


Figura 422 – Projeto das novas vias adjacentes à futura Estação de Alcântara. Assinala-se a azul a zona de interferência com o alçado sul do antigo Palácio Fiúza.



Figura 423 – Localização da sondagem de diagnóstico junto ao alçado sul. A azul marca-se os limites das novas vias a construir no âmbito da Estação de Alcântara, a rosa os limites do antigo Palácio Fiúza.



Figura 424 – Disposição da sondagem junto à fachada exterior do edifício.

O local de intervenção encontrou-se pavimentado com calçada composta por blocos calcários, à qual foi atribuída a primeira unidade estratigráfica [100]. Abaixo dos blocos pétreos e da camada de assentamento composta por pó de pedra, encontrou-se uma nova camada composta por um sedimento argiloarenoso, compacto, contendo material de construção contemporâneo, sobretudo tijolo.





Figura 425 e 426 – Local de intervenção com a calçada [100] e camada subsequente [101].

A pouca profundidade, em torno dos 30cm, dispunha-se junto da fachada do edifício uma bolsa de *tout-venant*, UE [102], a qual, por sua vez, cobria uma outra mancha composta por elementos descartados da composição de betuminoso (restos de alcatrão e brita), provavelmente associados às obras de abertura da presente via nos anos sessenta. De facto, abaixo dos limites desta mesma mancha ainda subsistia um pavimento em betuminoso, UE [104], em torno dos 80cm de profundidade, entretanto desabilitado e afetado tanto pela subida de cota para

implantação da calçada, assim como pela instalação de infraestruturas em momento recente. Junto a este pavimento encontrou-se uma camada composta por um sedimento arenoso, de grão fino, pouco compacto, de tom castanho claro, à qual foi atribuída a unidade [105].



Figura 427 – Unidades [104] e [105].

O levantamento das unidades [104] e [105] deixou a descoberto um conjunto de novas realidades, neste caso compostas por diferentes infraestruturas contemporâneas. Assim, verificou-se que a camada de areia [105] protegia uma tubagem em PVC, UE [106], assente em uma vala, [107]. Abaixo da [104] encontrou-se a unidade [108], constituída por um depósito heterogéneo contendo um sedimento argiloarenoso de tom castanho, pouco compacto, a que correspondia um nível de aterro recente.



Figura 428 – Identificação das unidades [105] a [109].

O levantamento da camada [108] revelou a presença de mais infraestruturas, aqui protegidas por placas de cimento (com marca CAVAN gravada), cuja composição se associa à rede de distribuição elétrica e iluminação pública. Entre esta infraestrutura e a fachada do edifício ainda se identificou uma camada de sedimento arenoso, de grão fino, de tom castanho e pouco compacto, a que se associam mais infraestruturas contemporâneas.

A sondagem alcançou uma profundidade máxima de 1,40m sem que tenham sido identificados elementos de valor arqueológico. A concentração das diversas infraestruturas que se estendem pelos limites da calçada justifica-se pelo facto de a estrada aberta nos anos sessenta, que passa junto da fachada do antigo palácio, assentar maioritariamente sobre um viaduto, o que limitou a instalação das infraestruturas ao reduzido espaço disponível junto do edifício. A sua disposição inviabilizou a progressão dos trabalhos arqueológicos em profundidade, considerando que as infraestruturas se encontram em carga, apenas sendo possível aprofundar os trabalhos aquando do desvio das mesmas, previsivelmente em fase de execução do projeto.

Desta forma, recomenda-se que em fase de obra, e após desviadas as referidas infraestruturas, seja dada continuação em profundidade à área intervencionada, de forma a completar a leitura do alçado da fundação da fachada e verificação da potencial subsistência de elementos arqueológicos e/ou patrimoniais que possam ainda residir nos estratos mais profundos.



Figura 429 – Plano final da sondagem arqueológica junto da fachada do antigo Palácio Fiúza.

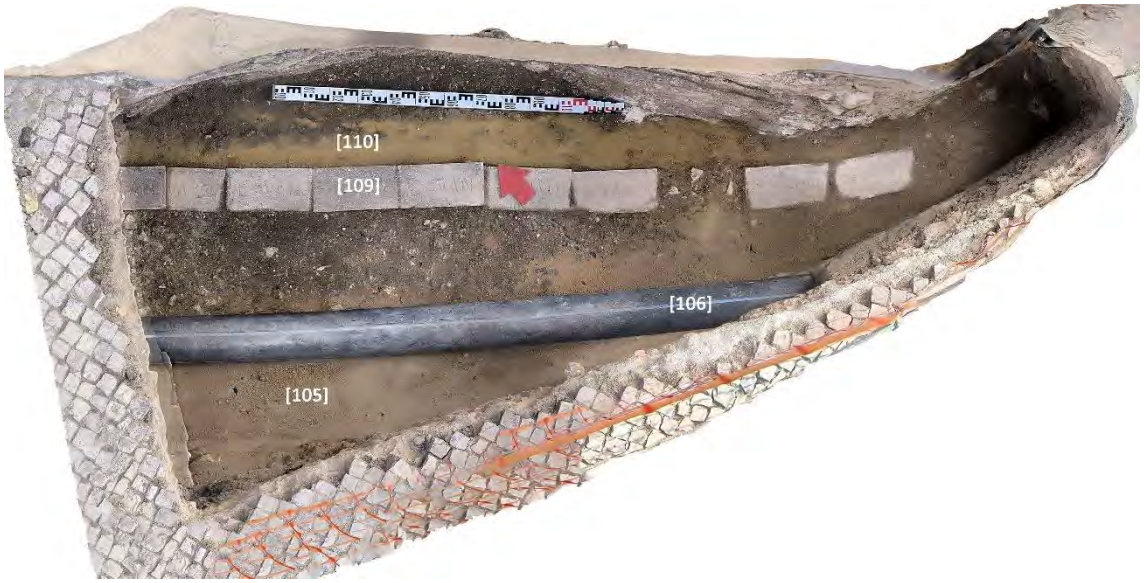


Figura 430 – Fotogrametria do plano final da sondagem.



Figura 431 – Pormenor da base em viaduto da estrada que passa junto da fachada do edifício.




Figura 432 e 433 – Fachada poente junto da qual foi realizada a sondagem e fachada nascente onde se mantém a janela entaipada e varandim que se observava antes das obras dos anos sessenta.

7.2.8.1 Sondagens Parietais

No seguimento dos trabalhos arqueológicos realizados junto da fachada do edifício do antigo Palácio Fiúza, foi proposta a realização de sondagens parietais no alçado exterior poente e nascente, voltados para a atual Rua da Quinta do Jacinto, obedecendo aos mesmos objetivos primordiais da sondagem realizada no subsolo local, isto é, a identificação de elementos patrimoniais e arquitetónicos com vista à caracterização da estrutura do edifício.

As sondagens parietais desenvolveram-se em torno do cunhal sul do edifício mais proeminente do antigo palácio, para o qual se prevê uma afetação no decurso da execução da empreitada de construção da Estação de Alcântara e novos acessos subjacentes. Para o efeito, foram realizadas 2 sondagens parietais, a sondagem parietal 1 (SP1) de 5x1m disposta para poente do cunhal e outra de 3x1m disposta para nascente, num total de 8m^2. Esta configuração permitiu colocar a descoberto o aparelho construtivo do alçado em uma faixa contínua, de forma a alcançar uma leitura abrangente da sua estrutura interna.

O interior do espaço nesta secção encontrou-se ocupado pelo funcionamento de um estabelecimento empresarial, mostrando paredes cobertas por pladur, pelo que não foi possível nesta fase realizar algum tipo de diagnóstico pelo interior do edifício.



Figura 434 – Vista geral dos alçados nascente e poente do bloco sul do antigo Palácio Fiúza, destacando-se a zona do cunhal marcada para afetação.



Figura 435 – Disposição das sondagens parietais, a vermelho, e da sondagem arqueológica, a azul, junto do cunhal sul do edifício.

7.2.8.1.1 Sondagem parietal 1

A primeira sondagem parietal (SP1), a de maiores dimensões (5x1m), foi disposta no alçado nascente, elevada a cerca de 80cm da calçada e estendendo-se até à cantaria que constituiu o próprio cunhal.

A superfície encontrou-se revestida por duas camadas de tinta: uma de tom branco e com cerca de 1mm de espessura que cobria a cantaria do cunhal, à qual foi atribuída a unidade estratigráfica murária (UEM) [100], e outra de tom amarelado/creme, com cerca de 2mm de espessura, que cobria toda a restante superfície da fachada, UEM [101].



Figura 436 – Camadas de tinta superficiais na SP1.

Com o levantamento das camadas superficiais ficaram a descoberto novas realidades, porém, constituindo elementos recentes, em particular na curiosa presença de grafites com evocações de ordem política. A estas marcas foi atribuída a UEM [102], composta por alguns registos em tom vermelho, que se associam a um momento mais recente, e outro constituído por letras grandes onde se consegue ler a palavra "EANES", a qual pode remontar à década de 70/80 do século XX, aquando da atividade política de António Ramalho Eanes, presidente da República entre 1976-1986. Infelizmente, parte das letras adjacentes já não tem leitura ("Votem Eanes"?).

Na zona da cantaria que compõe o cunhal o levantamento da tinta deixou a descoberto a superfície da pedra calcária, à qual foi atribuída a UEM [103], junto da qual se observou a presença de um reboco em cimento, com cerca de 5 a 10cm de espessura, UEM [104], o qual se estendia para o remanescente da fachada. Este cimento constituía o reboco mais recente aplicado sobre a estrutura.

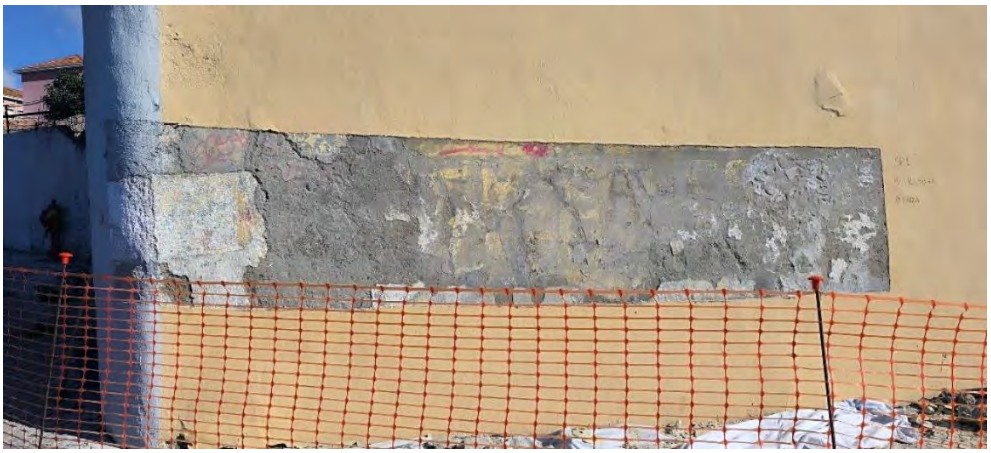


Figura 437 – SP1 após levantamento das camadas de tinta superficiais.



Figura 438 – Pormenor do grafito com a evocação a Eanes.

Seguidamente, a camada de cimento [104] foi removida integralmente deixando a descoberto as realidades anteriores, neste caso associadas a três novas unidades: UEM [105] – camada de tinta branca; UEM [106] – camada de argamassa cimentícia de tom esbranquiçado, contendo fragmento de telha para colmatar espaços, a qual se estendia abaixo da [105]; UEM [107] – camada de argamassa de matriz arenosa, de tom laranja, a qual servia tanto de revestimento como de ligante a um aparelho composto por pedra tosca de pequena e média dimensão, colmatado por placas de tijoleira dispostas horizontalmente.



Figura 439 – SP1. Identificação das UEM [105], [106] e [107].

Com o levantamento destas unidades foi alcançado o aparelho construtivo da fachada, o qual apresentava algumas secções contendo uma espécie de remendo ou restauro que se diferenciava do próprio aparelho. Desta forma, encontramos duas secções compostas por um preenchimento de tijoleira, UEM [107], com ligante em argamassa de tom esbranquiçado, a mesma que constitui a UEM [106].

O aparelho construtivo da fachada, UEM [109], era constituído por pedra tosca calcária e basáltica de pequena e média dimensão, a qual aflora localmente, disposta de forma irregular, contando com o mesmo ligante em argamassa de tom esbranquiçado [106].

Alcançado o plano final da sondagem parietal 1, não foram identificados elementos arquitetónicos ocultos pelas camadas de revestimento, sendo o aparelho construtivo colocado a descoberto compatível com os métodos construtivos aplicados à época da fundação do palácio.



Figura 440 – Plano final da SP1 onde se observa o aparelho construtivo da fachada.

7.2.8.1.2 Sondagem parietal 2

A segunda sondagem parietal (SP2), a de menores dimensões (3x1m), foi disposta no alçado poente, elevada igualmente a cerca de 80cm da calçada, no alinhamento da janela aqui existente, estendendo-se até à cantaria do mesmo cunhal.

A superfície encontrou-se revestida pelas mesmas duas camadas de tinta, a de tom branco com cerca de 1mm de espessura que cobria a cantaria do cunhal, aqui atribuída UEM [200], e outra de tom amarelado/creme, com cerca de 2mm de espessura, que cobria toda a restante superfície da fachada nesta vertente, UEM [201].

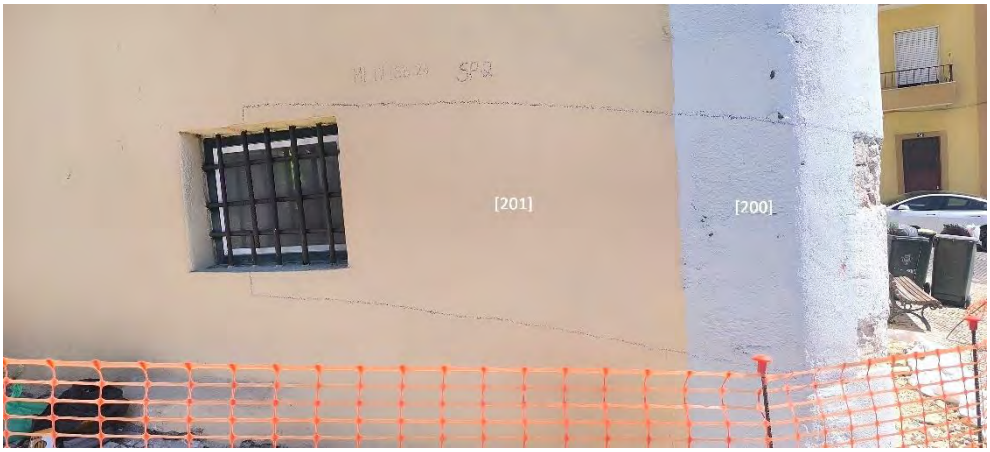


Figura 441 – Plano inicial da S2 com as camadas de tinta superficiais.

A remoção destas camadas superficiais revelou uma realidade similar à identificada na sondagem anterior, como, aliás, se fazia antever no que respeita a correspondências. Assim, ficou a descoberto a pedra calcária que constitui o cunhal, UEM [202], juntamente com a camada de

reboco em cimento que revestia a restante superfície, UEM [203], embora neste caso apenas tenha revelado 1cm de espessura.

Abaixo desta camada dispunha-se uma argamassa cimentícia de tom cinza claro, UEM [204], apresentando uma espessura de cerca de 4cm.



Figura 442 – Unidades [202] e [203] identificadas na SP2.



Figura 443 – Unidade [204] composta por argamassa cimentícia.

Conforme a camada [204] ia sendo removida, tornava-se visível uma mancha de tinta de tom azul escuro, UEM [205], assim como outra de tinta branca, UEM [206], reminiscências de algum elemento que não foi possível apurar a sua constituição. No geral da superfície agora a descoberto encontrou-se uma nova camada de argamassa cimentícia [207], esta de tom esbranquiçado, a qual cobria o remanescente dos limites da sondagem.



Figura 444 – Unidades estratigráficas murárias [205], [206] e [207].

Por último, com o levantamento da argamassa [207] tornou-se visível o aparelho construtivo da fachada, UEM [208], com correspondência ao observado na SP1, embora neste caso sem a presença de remendos preenchidos com placas de tijoleira. Também neste caso não se constatou a presença de elementos arquitetónicos que se pudessem encontrar ocultos pelas camadas de revestimento superficiais.



Figura 445 – Fotogrametria do plano final da SP2 com o aparelho construtivo, [208], a descoberto

7.3 Conclusões

Neste capítulo apresentamos as principais conclusões resultados das escavações arqueológicas de sub-solo e parietais (Palácio Fiúza). Os resultados da escavação realizada no Baluarte do Livramento são apresentados na Parte 2 dos Estudos Histórico-arqueológicos (LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040005 0), no respetivo capítulo.

Em anexo (LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040006 0) são apresentados os desenhos (anexo 7), o Espólio (anexo 8), as fotografias de UE (anexo 9) e as fotogrametrias (anexo 10).

7.3.1 Estação de Campolide Amoreiras

Na **sondagem 1** do diagnóstico realizado na zona das Amoreiras (que atingiu 2,23m de profundidade), foi identificada uma estrutura em pedra e cimento que se estende para fora dos limites da intervenção, a qual se associou à rede de distribuição ou mesmo de escoamento de águas que, embora de cronologia contemporânea, já não se encontra em utilização. Apesar da recente cronologia, a sua ligação às realidades oitocentistas que caracterizavam a Amoreiras oitocentista, antes da grande reforma urbana do século XX, constitui um importante marco histórico na génese deste bairro. Por este motivo, a equipa de arqueologia sugere que em fase de obra seja realizada uma escavação em área de forma a colocar a descoberto a estrutura [102]/[103] até aos limites a afetar pela execução do projeto, de forma a registar e melhor caracterizar este testemunho, antes dos trabalhos avançarem em profundidade, os quais deverão prosseguir com acompanhamento arqueológico para observação e registo dos níveis inferiores.

A **sondagem 2** atingiu 2,10m de profundidade e apenas foram observados níveis de aterro, sem que tenham sido identificadas pré-existências de valor arqueológico.

A **sondagem 3** atingiu 2,45m de profundidade e apenas foram observados níveis de aterro, sem que tenham sido identificadas pré-existências de valor arqueológico.

A **sondagem 4** revelou, essencialmente, fortes condicionalismos relacionados com as estruturas e infraestruturas urbanas existentes no local, as quais impediram a progressão dos trabalhos arqueológicos no local (atingiu apenas 0,32cm de profundidade). Por este motivo sugere a equipa de arqueologia que aquando em fase de obra, e após o desvio do trânsito e das infraestruturas, os trabalhos de escavação sejam realizados com acompanhamento por parte de arqueólogo, devendo, caso sejam identificados contextos de valor arqueológico, a metodologia ser alterada para escavação arqueológica manual com apoio mecânico.

Na **sondagem 5** os trabalhos de diagnóstico identificaram uma estrutura fundacional de um edifício, a unidade [509], da qual se manteve a sua integridade. Associa-se a mesma ao edificado das Amoreiras existente no século XIX e inícios do XX. A sondagem 5 atingiu 2,70m de profundidade.

Considerando a afetação prevista desta estrutura, em fase de execução de obra a mesma deverá ser colocada a descoberto até aos limites de afetação, de forma a garantir o seu registo mais amplo antes do previsto desmonte.

Nas restantes sondagens apenas foram observados níveis de aterro, sem que tenham sido identificadas pré-existências, pelo que se sugere o acompanhamento arqueológicos dos trabalhos de escavação em fase de obra.

A **sondagem 6** atingiu 2,10m de profundidade e apenas foram observados níveis de aterro, sem que tenham sido identificadas pré-existências de valor arqueológico.

7.3.2 Estação de Campo de Ourique

Adiantamos que à presente data de fecho do relatório (3 de outubro de 2024), a intervenção arqueológica em Campo de Ourique ainda se encontra em curso, tendo apenas sido dadas como terminadas as sondagens 3 e 4, encontrando-se em planos intermédios as sondagens 1 e 5 e somente principiada a sondagem 2, disposta na área ajardinada do Jardim da Parada.

Até ao momento não foram identificados contextos ou pré-existências de valor arqueológico e/ou patrimonial, apenas níveis de aterro, pelo que em fase de execução de obra os trabalhos de escavação deverão considerar o acompanhamento arqueológico.

7.3.3 Estação de Infante Santo

Nas sondagens de diagnóstico realizadas na zona da Av. Infante Santo não foram identificadas pré-existências, ou mesmo contextos arqueológicos primários, recordando que as três sondagens implantadas na encosta que se desenvolve no tardoz dos edifícios se encontrou com o substrato rochoso a pouca profundidade.

Em síntese foram atingidas as seguintes profundidades:

- Sondagem 1: 4m
- Sondagem 2: 1,30m
- Sondagem 3: 1,60m
- Sondagem 4: 1,30m
- Sondagem 5: 1,45m

No entanto, na **sondagem 1** foram registados depósitos sedimentares de origem aluviar contendo elementos arqueológicos de cronologia recuada, aqui depositados pela ação de arrastamento e não como deposição primária. Ainda assim, a sua importância carece de especial atenção, pelo que a equipa de arqueologia recomenda que os trabalhos de escavação em fase de obra sejam acompanhados pela presença de arqueólogo, com especial cuidado na zona de influência da sondagem 1 e, particularmente, a partir de 1m de profundidade, limite a partir do qual se identificaram os depósitos de aluvião. Caso seja identificada a presença de mais elementos de valor arqueológico dentro deste limite, ainda que dispostos em posição secundária, deverá equacionar-se uma alteração na metodologia para escavação arqueológica manual com apoio mecânico, a fim de garantir a sua recolha integral.

Para os limites das restantes sondagens recomenda-se que os trabalhos de escavação em fase de obra sejam acompanhados por arqueólogo até à cota de afetação da obra ou até alcançar os níveis arqueologicamente estéreis, que no caso da abertura do poço de ataque para Estação de Infante Santo se estimam dispor a curta profundidade, considerando a presença do substrato rochoso muito próximo da superfície.

7.3.4 Estação de Alcântara

Apesar de inicialmente se ter previsto a realização de 2 sondagens de diagnóstico no local, de 5x5m cada, localizadas na área de construção de parte dos pilares projetados para o viaduto e Estação, devido a condicionalismos relacionados com o desvio de infraestruturas, corte de vias rodoviárias e mesmo abate de árvores de grande porte, não foi possível implementar sondagens

de diagnóstico em todos os locais previstos para afetação na construção dos pilares, ou mesmo alcançar uma incidência exata.

Por este motivo, foi comunicado junto da Tutela que para a intervenção arqueológica no lugar de Alcântara, as condições apenas serão criadas aquando da fase de execução, ficando acordado que a escavação a realizar para efeitos de construção dos pilares irá obedecer ao modelo de escavação arqueológica com apoio mecânico, como medida de salvaguarda.

7.3.5 Poço de Ventilação 211

A sondagem realizada no local do futuro PV211, na zona das Amoreiras, revelou a presença de uma estrutura murária de pouca expressão e sem espólio associado, a qual se associou, tal como no diagnóstico realizado para a área da futura Estação, aos contextos do local existentes até finais do século XIX e inícios do XX. A sondagem no PV211 atingiu 1,40m de profundidade.

Ainda que o substrato natural se tenha encontrado a pouca profundidade, e os níveis de aterro se tenham caracterizado como contemporâneos, importa em fase de obra proceder a um alargamento em extensão de forma a colocar a descoberto o remanescente da estrutura [704] para efeitos de registo e caracterização, devendo os restantes trabalhos de escavação no local serem acompanhados pela presença de arqueólogo.

7.3.6 Poço de Ventilação 215

Tendo o substrato natural na zona do PV215 sido identificada a muito pouca profundidade, a somente 1m, sem que tenham sido identificados contextos arqueológicos ou pré-existências, recomenda-se que os trabalhos de escavação previstos para a fase de obra possam contar com acompanhamento arqueológico como medida de salvaguarda.

7.3.7 Poço de Ventilação 217

Na zona delineada para a construção do PV217, já dentro dos limites da área florestada de Monsanto, uma zona associada, por excelência, a contextos pré e proto-históricos, não foram identificados elementos de valor arqueológico ou mesmo pré-existências de valor patrimonial, tendo apenas sido observadas, entre as duas sondagens, realidades contemporâneas associadas a aterros recentes e às grandes operações de demolição dos edifícios do bairro do Alvito e abertura dos acessos à Ponte 25 de Abril, nos anos 60 do século XX. Apesar de se terem recolhido alguns elementos pétreos em sílex, após o tratamento do espólio verificou-se que os mesmos não revelam claros indícios de ações antrópicas. A sondagem 1 atingiu 2,10m de profundidade e a sondagem 2 2,40m.

Considerando a sensibilidade arqueológica desta zona, recomenda-se o acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação para o PV217, sendo que a metodologia deverá ser alterada para escavação arqueológica manual caso sejam detetados indícios de contextos preservados ou espólio arqueológico subsistente.

7.3.8 Palácio Fiúza

Para o antigo Palácio Fiúza foi proposta 1 sondagem no subsolo, junto da fachada exterior, assim como 2 sondagens parietais nas fachadas exteriores do mesmo bloco sul do edifício.

A sondagem no subsolo revelou uma presença dominante de infraestruturas, as quais impossibilitaram o progresso dos trabalhos arqueológicos para além de 1,40m de profundidade. Por este motivo, recomenda-se que em fase de obra, e após desviado o trânsito e demais infraestruturas, os trabalhos de escavação arqueológica prossigam, de forma a garantir a conclusão do principal objetivo estipulado: a observação e registo da fundação deste bloco do edifício.

Para a realização de eventuais trabalhos de demolição na estrutura do edifício, recomenda-se que as primeiras operações a considerar sejam a picagem dos paramentos e fachadas marcadas para afetação, tanto exterior como interior, as quais deverão ser acompanhadas por arqueólogo, de forma a garantir o registo integral dos elementos a afetar, assim como assegurar a identificação de potenciais elementos arquitetónicos associados ao palácio que possam residir ocultos pelos atuais revestimentos.

8 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

8.1 Documentação

APA [Agência Portuguesa do Ambiente]

– Processo AIA 3462. Em linha, consultado a 2/6/2024. Disponível em: https://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=3462

EIA

– Estudo de Impacte Ambiental do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa Estudo Prévio **Aditamento, 4 de abril de 2022**

Estudo Prévio

Metro de Lisboa – Linha Vermelha Entre São Sebastião e Alcântara, Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha, Tomo I – Apresentação do Projeto – Estudo Prévio. Volume 1 – Apresentação do Projeto, Memória Descritiva e Justificativa. Documento Elaborado por Rui Rodrigues e Afonso Guerreiro, Atualizado Em 2023-06-23.

8.2 Fontes Arquivísticas

AHM [Arquivo Histórico Militar]

Memória histórico-descritiva das linhas que cobriram Lisboa em 1833, Cota: Misc. 2941-XVIII. Código de referência: PT/AHM/FE/BB/BIBLIOTECA/00593. Registo disponível em: https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=278908

ANTT [Arquivo Nacional da Torre do Tombo]:

---------- Planta dos aquedutos e das diferentes canalizações que distribuem a água aos diversos pontos na Real Quinta e Palácio das Necessidades. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 219. 1800 ? a 1900) Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00219

_____ Planta das minas e encanamentos de água da Real Quinta e Palácio das Necessidades. 1901 a ? Código de referência: Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 220. PT/TT/CR/007-008/00220.

_____ Planta geral dos canos de despejo do Real Paço das Necessidades. Código de referência. 1862. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 241. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00241. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6086104

_____ Planta do 1º pavimento do Convento das Necessidades e andar nobre do Palácio. [1700-1850]. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 255PT/TT/CR/007-008/00255. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162313

_____ Planta do 2º pavimento do Convento das Necessidades e mezaninos do Palácio. [1700-1850]. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 256. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00256. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162314

_____Planta do 3º pavimento do Convento das Necessidades e mezaninos do Palácio. [1700-1850]. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 257. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00257. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162315

_____Planta do 4º pavimento do Convento das Necessidades e mezaninos do Palácio. [1700-1850]. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 258. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00258. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162316

- ABREU, José António de - Projecto de ampliação da livraria do Convento das Necessidades. 1848? Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 259. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00259. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4711044

- ABREU, José António de - Planta do Almoxarifado do Paço, 1848. Código de referência, PT/TT/CR/007-008/00213.2, disponívelem: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162309.

_____Planta da Real Quinta do Calvário levantada e desenhada em 1844 com as alterações em 1847. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 269. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00269. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162318

- Carta iconográfica do Real Palácio das Necessidades e das suas pertenças, 1844, Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 215. Código de referência

PT/TT/CR/007-008/00215. Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162311

CARVALHO 1756? a 1768?

- CARVALHO, José Monteiro de - Planta da nova freguezia do Snr. Jezus da Boa Morte. Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 153, Livro das plantas das freguesias de Lisboa, f. 7 (imagem 0028). Código de referência: PT/TT/CF/153. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909706

ABREU 1844a

ABREU, José António de - Planta da Real Quinta do Calvário. 1844. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 268 (1), Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00268.1. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162317

ABREU 1844b

ABREU, José António de - Planta da Real Quinta do Calvário. 1844. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 268 (2), Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00268.2. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4715472

ABREU 1848a

ABREU, José António - Planta do Almoxarifado do Paço. 1848. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 213 (1). Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00213.1 Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4715470

ABREU 1848b

ABREU, José António - Planta do Almoxarifado do Paço, 1848. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00213.2 Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 213. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162309

FONTE 1844

FONTE, João Pires da (1844). "Planta topográfica do sítio de Nossa Senhora das Necessidades, ano de 1745". Trata-se de uma cópia, feita em 1844 pelo arquitecto João Pires da Fonte, da planta executada no ano de 1745 por Manuel da Maia. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Cópia da planta original existente no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, Livro 6.º dos assentos, f. 83.

FONTE 1844

– João Pires da Fonte – *Planta topográfica do sítio de Nossa Senhora das Necessidades*, 1745. Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 211. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00211. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162308

AML [Arquivo Municipal de Lisboa]:

FOLQUE 1856-58

FOLQUE, Filipe – Carta Topográfica de Lisboa e seus arredores, 1856/1858. 1:1000. 65 plantas; 92 X 62,5cm, Planta 47 (Janeiro 1857). Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/003/00028. Planta 47. Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=28431&type=PCD&add=30

PINTO 1904-1911

PINTO, Júlio António Vieira da Silva; – [Levantamento da planta de Lisboa, 1904/1911]. 1: 1000. 249 plantas; 80 X 50cm, Planta 7E (Maio 1910).

PLANTA DE 1780

Planta compreendendo a extensão do Mar da Ponte de Alcântara até ao convento das Comendadeiras de Santos e da praça do Comércio até ao colégio dos Religiosos Agostinhos Descalços, na rua S. Sebastião da Pedreira. Incluído na [compilação] Plantas topográficas de Lisboa pelo engenheiro Augusto Vieira da Silva, Planta n° 4: planta topográfica da cidade de Lisboa. 1780. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/456/10. Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

BND [Biblioteca Nacional Digital]:

ABREU, José António de – Planta da real tapada dªAjuda / J. A. de Abreu, lev., red. e lith.. – Escala 1:5000. – Lisboa : Off. Lith. da Rua Nova dos Martyres, 1849. – 1 planta : litografia, p&b ; 24,30x43,80 cm, em folha de 28,90x44, 80 cm. BND, C.C. 94 V. Disponível em: https://purl.pt/1668

FAVA 1808-1832

FAVA, Duarte José – *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Comprehendida entre Barreiras: desde a Ribeira de Alcântara até ao Convento de Santa Apolónia.* – [entre ca 1808 – ca 1832]. Digitalizado a partir de: d-153-r.Disponível em: http://purl.pt/24997

LANGRES 1661

LANGRES, Nicolau d e Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação. -[Ca 1661]. Disponível em: https://purl.pt/15387

BARCO 1700

BARCO, Gabriel del (Ca 1700). A grande vista de Lisboa. Painel de azulejos do Palácio dos Condes de Tentúgal. Pormenor da vista sobre Alcântara. Museu do Azulejo, Lisboa. Disponível em: https://historiaschistoria.blogspot.com/2016/08/a-ponte-de-alcantara.html

https://artsandculture.google.com/asset/grande-panorama-de-lisboa-alc%C3%A2ntara-e-santos/PAHVoaeiWsb1Qw?hl=pt-PT

BELLIN 1756

BELLIN, Jacques Nicolas (1756). Plan du Port de Lisbonne et des Coctes Voisines. Editeur: [Jacques Nicolas Bellin] par ordre de M. de Machault Garde des Sceaux de France Ministre et secret d'Etat ayant le Departament. De la Marine, Date de publication: 1756. In https://www.alamyimages.fr/

LANGRES 1661

LANGRES, Nicolau de [Ca 1661]. Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação. Folha 28, Projeto [...] manuscrit de la fortification de Lisbonne [...]. Biblioteca Nacional Digital. Cota do exemplar digitalizado: COD-7445

MILCENT 1785

Milcent, Fran[cisco] D. - Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 / Fran[cisco]. Cota do exemplar digitalizado: CC-599-V. Disponível em: https://purl.pt/30666

ML [MUSEU DE LISBOA]

- Planta do sítio de Alcântara, c.1619/1625, MC.DES.1779.Colecção do Museu de, Lisboa | CML | EGEAC. Disponível em:
https://patrimoniocultural.cmlisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=mca&id=16

MAIA et. al 1756

MAIA, Manuel da; OLIVEIRA, Filipe Rodrigues de - *Planta / Que comprehende os Terrenos das partes contiguas de Lisboa desde o Largo do Convento do Rato*, (...) de 06/04/1756. Museu de Lisboa, MC.DES.0982. Disponível em: https://acervo.museudelisboa.pt/ficha.aspx?id=3743&ns=216000&Lang=po&museu=2&c=inicio&IPR=3227

MARDEL et al. 1757

MARDEL, Carlos; SANTOS, Eugénio dos; POPPE, Elias Sebastião; ANDREIS, António Carlos (1757). Planta topographica da porção de terreno que jaz entre os Extremos de Lisboa... 1757, Ms. Museu de Lisboa. MC.DES.981. Disponível em:

https://acervo.museudelisboa.pt/ficha.aspx?id=3690&ns=216000&Lang=PO&museu=2&c=inicio&IPR=6253

MILIENT 1785

MILIENT, Franc D. (1785). Plano geral da cidade de Lisboa em 1785. Biblioteca Digital Luso-Brasileira, https://bdlb.bn.gov.br/

PIMENTEL et. al 1700

PIMENTEL, Francisco; SILVA, Manuel Mexia da; FORTES, Manuel de Azevedo; AZEVEDO, António Velho de; COUTO, Manuel do; LOBOS, Manuel Pinto de Vila (1700). "Plantas da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas nela propostas e assentadas pelos engenheiros Francisco Pimentel, Manuel Mexia da Silva, Manuel de Azevedo Fortes, António Velho de Azevedo, Manuel do Couto e Manuel Pinto de Vila Lobos que por ordem de Sua Majestade que Deus guarda se fez no ano de 1700". Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo. Casa de Cadaval, n.º 27, Código de referência PT/TT/CCDV/27. In:
https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908669

ROSA 1884

ROSA, Henrique dos Santos, Major de Engenharia (1884). Processo N.º S/N.º. Prédio Militar N.º 196 – Lisboa. Forte de Nossa Senhora do Livramento. Lisboa: Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares. 4.ª Repartição – Património (manuscrito original no AHM - Arquivo Histórico Militar).

S. N. 1727

S. N. (1727). Planta Topográphica da Marinha das Cidades de Lisboa Ocidental e Oriental desde o Forte de S. Joseph de Riba-Mar té o Convento do Grilo feito no ano de 1727. Museu da Cidade. Cota: MC. DES. 1403.

STOOP 1662

STOOP, Dirk (1662). The Entrance of the Lord Ambassador Mountague into the Citty of Lisbone. In The British Museum, https://www.britishmuseum.org/collection/. [Entrada em Lisboa pela

Ponte de Alcântara, pela ocasião do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra].

8.3 Bibliografia

ALBUQUERQUE 2014

ALBUQUERQUE, Leonor Cheis de Sousa (2014). *Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara.* Dissertação de Mestrado em Arquitectura Paisagista. Universidade de Évora.

ARAÚJO 1945

Araújo, Norberto de; Lima, Durval Pires de – Inventário de Lisboa,

Fasc. 2, Lisboa: Câmara Municipal, 1945

ARAÚJO 1992

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações de Lisboa*, XII vols., Veja, Lisboa, 1992.

ATAÍDE 1988

ATAÍDE, M. Maia, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, 1988.

AZEVEDO 2014

AZEVEDO, José Pedro A. A. Lobo. *A Memória na Cidade e os Baluartes de Alcântara. Reabilitação e Restauro nos Espaços da Cidade. Valores e Contributos da Lisboa do Passado para uma concepção da Lisboa do Presente e Futuro.* Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Arquitectura, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.5/8938

BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018

BARGÃO, André; CONCEIÇÃO, Elisabete; FERREIRA, Inês – Relatório Final (Acompanhamento Arqueológico) Calçada do Livramento 19 a 19 A, Clay Arqueologia, Lisboa, 2018

BARGÃO, FERREIRA, CONCEIÇÃO e PENISGA, 2023

BARGÃO, André; FERREIRA, Inês; CONCEIÇÃO, Elisabete; PENISGA, Ana – «*Que se faça mais fortificações [...] e reductos até Alcantara» Resultados da intervenção arqueológica no Baluarte do Livramento*, Lisboa, Clay Arqueologia. Apresentação no IV Encontro de Arqueologia de Lisboa organizado Centro de Arqueologia de Lisboa, 29 e 30 de junho de 2023

BRITO 1935

BRITO, José Joaquim Gomes de, *Ruas de Lisboa. Notas para a História das Vias Públicas Lisbonenses*, vol. II, Sá da Costa, Lisboa, 1935.

CASTILHO 1942

CASTILHO, Júlio de, A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos -o -Velho, 2.ª edição (revista e ampliada pelo autor e com anotações de Luiz Pastor de Macedo), Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1942, volume 3.

CASTRO 1763

CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal antigo e moderno.* Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. Tomo III. Disponível em: https://purl.pt/22133/4/

CONCEIÇÃO 2015

CONCEIÇÃO, M. T. – *A Fortificação Moderna e a Linha da Circunvalação (Notas sobre os Limites Urbanos de Lisboa).* In Rossio, (5), 2015, pp. 178-199. Disponível em: https://www.academia.edu/15446372/A_fortifica%C3%A7%C3%A3o_moderna_e_a_linha_da_circunvala%C3%A7%C3%A3o_notas_sobre_os_limites_urbanos_de_Lisboa

COSTA 1957

COSTA, Mário – *O Sítio de Santo Amaro*, in *Olisipo*, N.° 78, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, 1957, pp. 59-89

CRUZ 2016

CRUZ, João Pedro Pereira – *A Cidade e o Rio: Origem e Evolução da Frente Ribeirinha de Lisboa*. Dissertação para conclusão do Mestrado Integrado em Arquitectura. Escola das Artes, Departamento de Arquitectura, Universidade de Évora, 2016

DIAS 1990

DIAS, M. T. – *Lisboa desaparecida*. Vols. II e III. Lisboa: Quimera, 1990.

DIOGO 2000

DIAS DIOGO, A. M. (2000), Relatório final dos trabalhos arqueológicos na Casa de Goa, Lisboa, 2000. [Texto Policopiado]

DINIZ 2014

DINIZ, Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia – O bairro de Campo de Ourique: projectos e actuações (1878-1958), Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/13691

FARIA 1947-48

FARIA, António Machado de, "Memórias Históricas de Lisboa – 1680 a 1716", in Lisboa e seu termo. Estudos e documentos, Lisboa: "Associação dos "Arqueólogos Portugueses, 1947 -1948, volume 2.

FRANÇA 1978

FRANÇA, José-Augusto – *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Lisboa, 1978.

FREIRE 1929

FREIRE, João Paulo – *Alcântara, apontamentos para uma monografia*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929, pp. 47-62.

FREITAS 1946

FREITAS, Jordão – *Paço Real de Alcântara, Sua localização – Elementos para a sua história desde o domínio filipino*, in *Olisipo*, N.° 36, outubro, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, 1946, pp. 177-200.

GALVÃO-TELLES 2014

GALVÃO-TELLES, João Bernardo, O palácio do Fiúza: memória de uma residência nobre em Alcântara, no termo de Lisboa, Lisboa: LMT Consultores, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/30095454/O_pal%C3%A1cio_do_Fi%C3%BAza_mem%C3%B3ria_de_uma_resid%C3%AAncia_nobre_em_Alc%C3%A2ntara_no_termo_de_Lisboa

GODINHO, PINTO e PIRES 2020

GODINHO, Rui; PINTO, Cláudia; PIRES, Eva – Travessa da Trabuqueta, 17 | Rua do Arco a Alcântara. Relatório de Preliminar (Sondagens de Diagnóstico Arqueológico). Clay Arqueologia, Lisboa 2020 [texto policopiado]

GUIMARÃES 2022

GUIMARÃES, Raquel – Acompanhamento Arqueológico no âmbito da Requalificação de edifício na Rua Prior do Crato, N.° 135-137, Alcântara, Lisboa Relatório Final. Empatia, Lisboa, setembro 2022 [texto policopiado]

HARRIS 1991

HARRIS, Edward C. – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Editorial Crítica, Barcelona, 1991.

IHRU/SIPA 2015

IHRU/SIPA (2015) – *Guia de Inventário. Fortificações Medievais e Modernas*. Versão 1.1, documento provisório, dezembro 2014. Lisboa: IHRU / SIPA.

LEITÃO et.al. 2018

LEITÃO, Eva Maria Folgado; VASQUES, Carlos Vítor Didelet Durão; CARDOSO, Guilherme de Jesus Pereira – *As Grutas do Vale de Alcântara*. In Almadam On line, n.° 22, tomo 2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2018

MACEDO 1942

MACEDO, Luís Pastor, *Lisboa de Lés-a-Lés. Subsídios para a história das vias públicas da cidade*, 5 vols., Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1942.

MARQUES 2009

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira. *O vale de Alcântara como caso de estudo. Evolução da morfologia urbana*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Instituto Superior Técnico, 2009

MOITA 1994

MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

Murteira, Helena – Lisboa da Restauração às Luzes. Editorial Presença, Lisboa 1999

MONTEIRO 2022

MONTEIRO, Mário – O Baluarte do Livramento e a Cintura Defensiva de Lisboa. Compilação Histórica. Processo de AIA. Resposta a ofício relativo a documentação recebeida em sede de PIP. Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara. Troço entre o Palácio das Necessidades (Túnel) e o Baluarte do Livramento e viaduto e Estação de Alcântara. Lisboa, julho de 2022

NUNES 2005

NUNES, António Lopes Pires – *Dicionário de Arquitetura Militar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2005

OLIVEIRA 1554

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Sumario e[m] que breuemente se contem alguas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, Casa de Germão Galharde, 1554.

OLIVEIRA 1620

OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa. Composto pelo Padre Frey Nicolao d'Oliveyra Religioso da Orde[m] da Sãctissima Trindade, & natural da mesma Cidade. Dirigido a D. Pedro d Álcaçova Alcayde-mór das tres Villas*, Impresso em Lisboa : por Jorge Rodriguez, 1620, Cap. IV, p.117 (BN RES. 531//1 P). Disponible em: Biblioteca Digital Hispânica em: https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000076594&page=1 e *Google Books* em: https://books.google.pt/books?id=at4rtCgU1P0C&printsec=frontcover&hl=pt-pt#v=onepage&q&f=false

OLIVEIRA 1888

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 191-194. Disponível em:

https://books.google.pt/books?id=j44DAAAAYAAJ&pg=PP7&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=onepage&q&f=false

OLIVEIRA 1889

OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo IV, 1889.

OLIVEIRA 1889

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Volume V, pp.200-203, 1887. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=0o4DAAAAYAAJ&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

OLIVEIRA 2012

OLIVEIRA, João André C. P. da Luz – *Cartografia de Lisboa no Gabinete de Estudos Olissiponenses*. Relatório de Estágio/Monografia apresentado para a obtenção do Grau de Licenciado em História, no Curso de Licenciatura em História, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012.

PINTO, SILVA e BARBOSA 2024

PINTO, Cláudia; SILVA, Tiago; BARBOSA, Rúben – Rua Prior do Crato, 25-39 | Travessa da Trabuqueta, 8-14. Relatório Preliminar (Diagnóstico arqueológico), Clay Arqueologia, Lisboa, abril de 2024 [texto policopiado]

PIRES 2021

PIRES, Nuno – Acompanhamento Arqueológico no Âmbito do Projeto de Requalificação de Edifício na Rua Gilberto Rola, N.º 57-63, Alcântara, Relatório Final. Empatia, Lisboa, agosto 2021 [texto policopiado]

PITOLA 2009

PISTOLA, Renato José B. J. da Silva – *Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da I.ª República*, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Nova de Lisboa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em Fevereiro de 2009.

RATTON 1920

RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920.

S.A. 1934

SA, *Relaçam em que se trata e faz hua breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa & seus arrebaldes, das partes notaveis, Igrejas, Hermidas, & Conventos que tem, começando logo da barra, vindo corredo por toda a praya até Enxobregas, & dahi pella parte de cima até Saõ Bento o novo*, SILVA, A. Vieira (nota explicativa), in *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, n.º 11, Câmara Municipal de Lisboa, 1934, pp. 16-33.

S.A. 1840

SA, *Memoria historicò-descriptiva das linhas que cubriram Lisboa em 1833 / redigida, d'ordem superior, em 1837 por hum official do Corpo d'Engenheiros do Exercito de Portugal*. Typ. Nacional, 1840. Disponível em Biblioteca da Assembleia da República: https://catalogobib.parlamento.pt:82/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=68192&img=432~

SANTANA s.d.

SANTANA, Francisco (Recolha e Índices) – *Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII: (plantas e descrições das suas freguesias)*, E.N.P. Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, s.d.

SANTANA 1994

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., Lisboa, 1994.

SANTOS 2014

SANTOS, Cristina Andreia Duarte de Coimbra Neves – *Fortificações da foz do Tejo*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitetura e Artes, 2014. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/888

SEQUEIRA 1933

SEQUEIRA, G. de Matos *Depois do Terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Vol. IV. Coimbra: Imprensa da Universidade,1933. Disponível em: https://archive.org/stream/depoisdoterremot04sequuoft/depoisdoterremot04sequuoft_djvu.txt

SEPULVEDA 1898

SEPULVEDA, Cristovam Ayres – *História do Exército Portuguez, Vol. II., PRELIMINAR Um capítulo da Guerra da Restauração (1660 a 1668): o conde de Schonberg em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em: https://www.google.pt/books/edition/Hist%C3%B3ria_org%C3%A2nica_e_pol%C3%ADtica_do_ex%C3%A9r/FevTAAAAMAAJ?hl=en&gbpv=1&dq=%22Um+cap%C3%ADtulo+da+Guerra+da+Restaura%C3%A7%C3%A3o+(1660+a+1668):+o+conde+de+Schonberg+em+Portugal%22+Sepulveda&pg=PA17&printsec=frontcover

SILVA s.d.

SILVA, Augusto Vieira da (s.d.) – *Os Limites de Lisboa. Notícia Histórica*. In Revista Municipal, Ano II – N.° 5. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1960, pp. 3-15.

SILVA 1934

SILVA, Augusto Vieira da (ed.) – *Relaçam, em que se trata, e faz hua breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa...* Publicações dos Anais das Bibliotecas e Museus Municipais de Lisboa, Lisboa 1934

SILVA 1942

SILVA, Augusto Vieira da (1942) - *A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças: notícia histórica*. In Olisipo. Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa", Ano V, N.° 18, Abril – 1942, pp. 63-95. Lisboa: Grupo "Amigos de Lisboa"

SILVA 1944

SILVA, A. Vieira da - *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana)*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1944.

SILVA 1943

SILVA, Augusto Vieira da - *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943.

SILVA 1960

SILVA, Augusto Vieira da (1960). *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*, Volume III. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1960, pp. 39-75.

SILVA 2020

SILVA, Margarida Duarte - *Contributos para uma narrativa patrimonial sobre a freguesia de Alcântara*. Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura. Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, 2020

SILVEIRA 2017

SILVEIRA, Ana Cláudia Oliveira - *Alcântara: um moinho de maré medieval no termo de Lisboa (séculos XIII a XVIII)*, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Vol. 2, N.° 8, Lisboa, dez. 2017, versão online ISSN 2183-3176: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-31762017000200005

TRINDADE e DIOGO 2001

TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias - *Elementos para o estudo do Baluarte do Livramento em Lisboa*. In Arqueologia e História, n° 53, pp. 125-133. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001

TRINDADE e DIOGO 2003

TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias – *Elementos para o estudo da igreja de Nossa Senhora do Livramento, em Alcântara, Lisboa.* In Arqueologia e História, n° 55, pp. 89-96. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003

8.4 Consulta On-line

PC [Património Cultural]:

PC – Atlas do Património Classificado:

https://geo.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm

PC – Portal do Arqueólogo: Geoportal / Base de dados Endovélico

https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=5cb4735d7d7743a39a16d7269a753a4a

PC – SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

AML [Arquivo Municipal de Lisboa]

https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

BND [Biblioteca nacional Digital]

https://bndigital.bnportugal.gov.pt/

CML [Câmara Municipal de Lisboa- Lisboa Interativa]

http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/

CML – LX Conventos:

- Convento de Nossa Senhora das Necessidades

https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=620&lang=pt

- Convento de Nossa Senhora do Livramento

https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=621

JFC [Junta de Freguesia de Campolide]

https://www.jf-campolide.pt/´

LX CONVENTOS

http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=621

Google Earth

https://g.co/kgs/QXsmQSm

Registo e Controlo de Alterações

Revisão	Data	Descrição
0	2024-10-03	Emissão inicial

ANEXO 10
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
FOTOGRAMETRIAS

1 ESTAÇÃO DE CAMPOLIDE/AMOREIRAS



Sondagem 1 – Plano Final



Sondagem 2 – Plano Final



Sondagem 3 – Plano Final



Sondagem 4 – Plano Final



Sondagem 5 – Plano Final



Sondagem 6 – Plano Final

2 ESTAÇÃO DE CAMPO DE OURIQUE

Trabalhos Em Execução à data de fecho deste relatório

3 ESTAÇÃO DE INFANTE SANTO



Sondagem 1 – Plano Final



Sondagem 2 – Plano Final



Sondagem 3 – Plano Final



Sondagem 4 – Plano Final



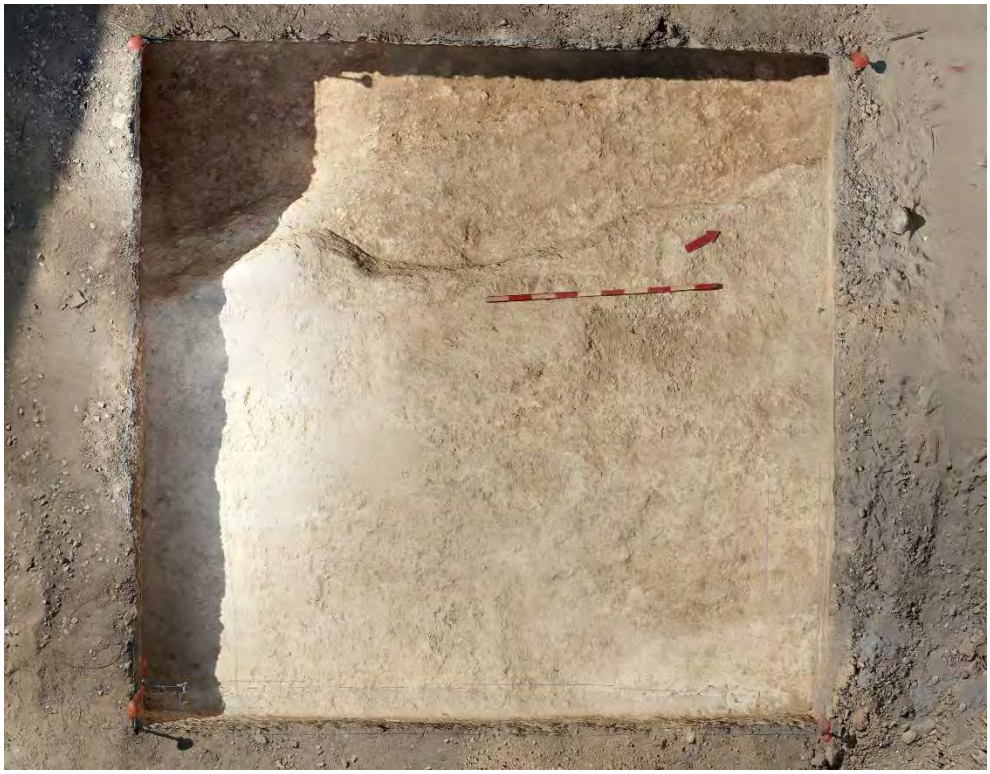
Sondagem 5 – Plano Final

4 POÇO DE VENTILAÇÃO 211



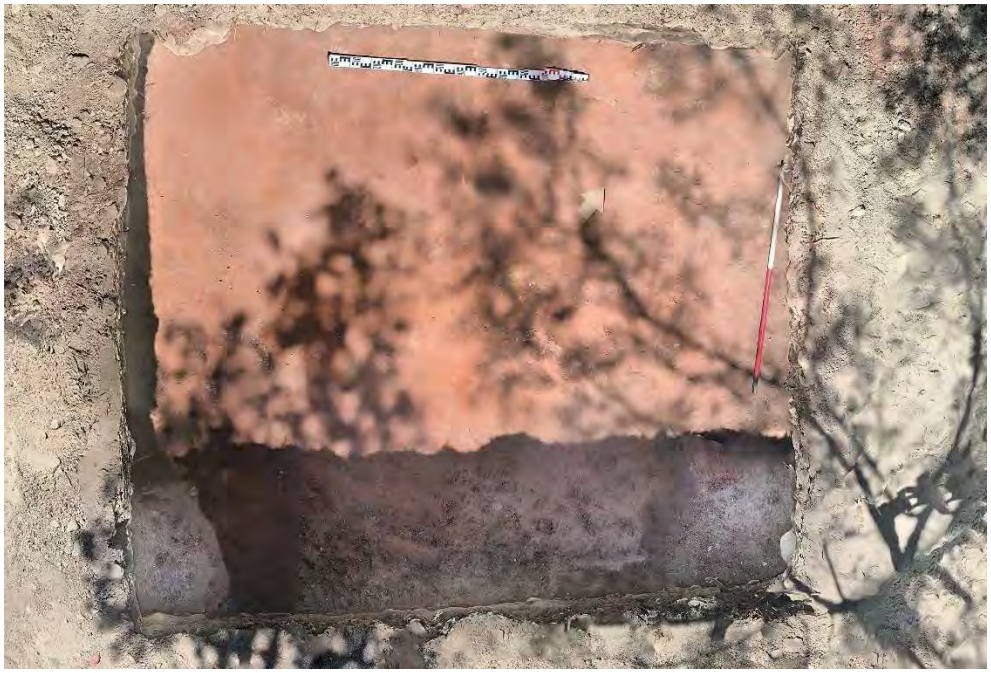
Sondagem 1 – Plano Final

5 POÇO DE VENTILAÇÃO 215



Sondagem 1 – Plano Final

6 POÇO DE VENTILAÇÃO 217



Sondagem 1 – Plano Final



Sondagem 2 – Plano Final

7 BALUARTE DO LIVRAMENTO



Sondagem 1 – Plano Final



Sondagem 2 – Plano Final



Sondagem 3 – Plano Final



Sondagem 4 – Plano Final



Sondagem 5 – Plano Final



Sondagem 6 – Plano Final

8 PALÁCIO FIÚZA



Sondagem Parietal 1 – Plano Final



Sondagem Parietal 2 – Plano Final



Sondagem 1 – Plano Final

ANEXO 8
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
ESPÓLIO

1 ESTAÇÃO DE CAMPOLIDE AMOREIRAS



Sondagem 1 – UE [104]



Sondagem 5 – UE [510]

2 ESTAÇÃO DE CAMPO DE OURIQUE

Sondagens em execução à data de fecho deste relatório (11/10/2024)

3 ESTAÇÃO DE INFANTE SANTO



Sondagem 2 – UE [201]



Sondagem 3 – UE [301]



Sondagem 4 – UE [400]



Sondagem 4 – UE [401]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 5 – UE [500]



Sondagem 5 – UE [501]



Sondagem 5 – UE [501]



Sondagem 5 – UE [501]



Sondagem 5 – UE [501]

4 POÇO DE VENTILAÇÃO 211

Trabalho em execução à data de fecho deste relatório (11/10/2024)

5 POÇO DE VENTILAÇÃO 215

Trabalho em execução à data de fecho deste relatório (11/10/2024)

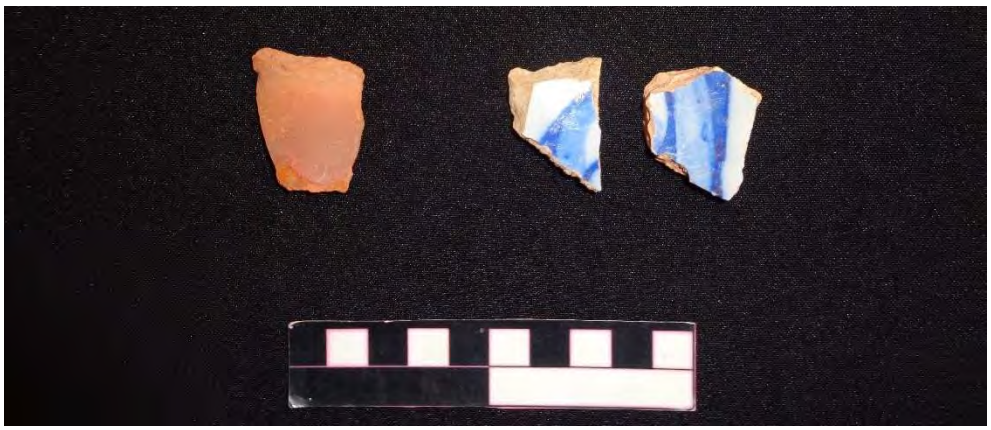
6 POÇO DE VENTILAÇÃO 217



Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 2 – UE [204]

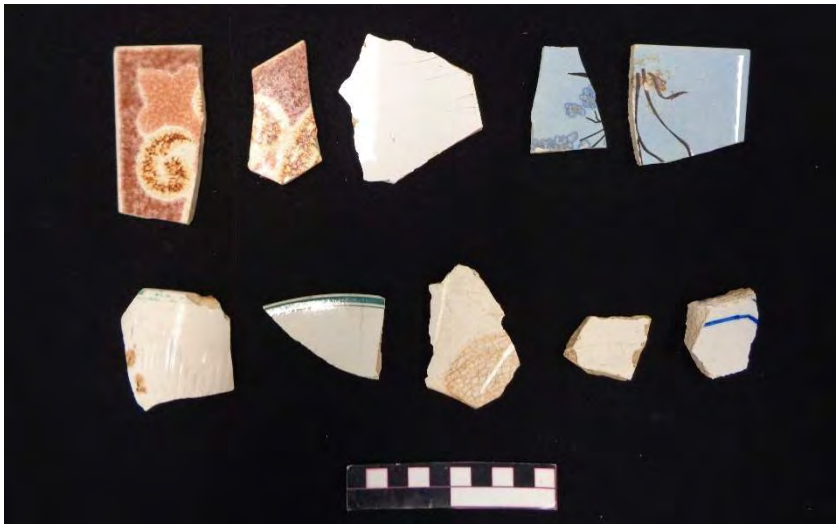


Sondagem 2 – UE [204]



Sondagem 2 – UE [204]

7 BALUARTE DO LIVRAMENTO



Sondagem 1 – UE [100]



Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 1 – UE [105]



Sondagem 1 – UE [105]



Sondagem 1 – UE [105]



Sondagem 1 – UE [105]



Sondagem 1 – UE [105]



Sondagem 3 – UE [306]



Sondagem 3 – UE [306]



Sondagem 3 – UE [306]



Sondagem 4 – UE [402]



Sondagem 4 – UE [402]



Sondagem 4 – UE [402]



Sondagem 4 – UE [403]



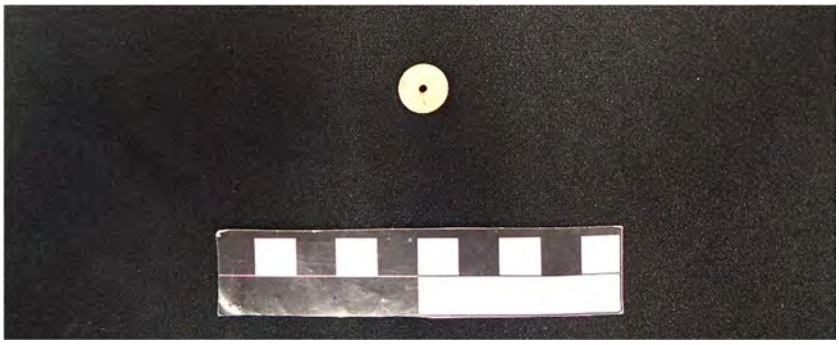
Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



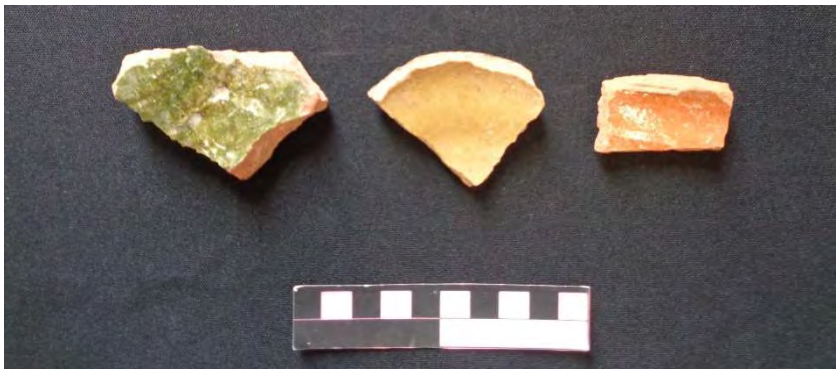
Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 4 – UE [403]



Sondagem 5 – UE [505]



Sondagem 5 – UE [505]



Sondagem 5 – UE [505]



Sondagem 5 – UE [505]



Sondagem 5 – UE [505]



Sondagem 5 – UE [505]



Sondagem 6 – UE [600]



Sondagem 6 – UE [600]



Sondagem 6 – UE [600]



Sondagem 6 – UE [600]



Sondagem 6 – UE [600]



Sondagem 6 – UE [600]



Sondagem 6 – UE [600]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [602]



Sondagem 6 – UE [603]



Sondagem 6 – UE [603]



Sondagem 6 – UE [603]



Sondagem 6 – UE [603]



Sondagem 6 – UE [603]



Sondagem 6 – UE [603]



Sondagem 6 – UE [603]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [605]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



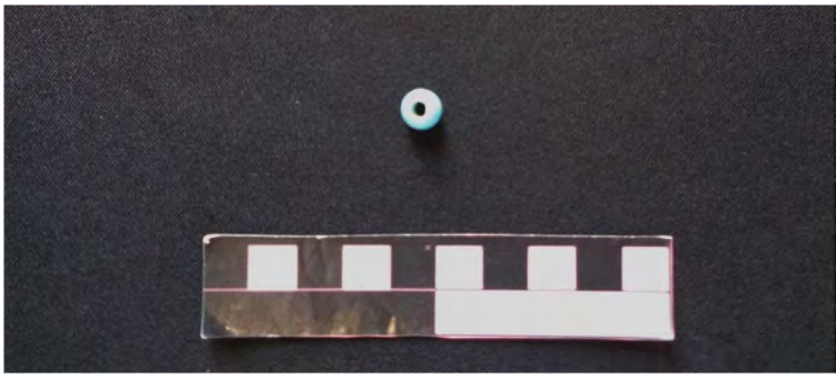
Sondagem 6 – UE [606]



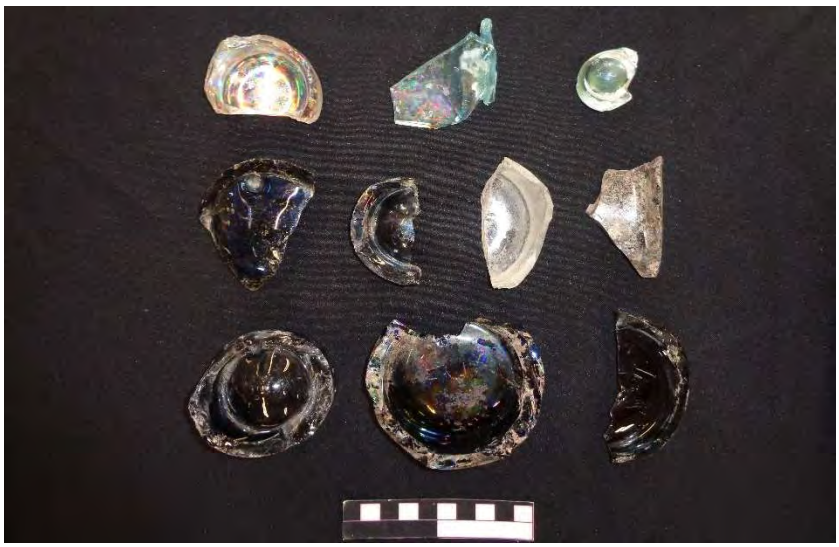
Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [606]



Sondagem 6 – UE [610]



Sondagem 6 – UE [610]



Sondagem 6 – UE [610]



Sondagem 6 – UE [610]

8 PALÁCIO FIÚZA



Sondagem 1 – UE [101]



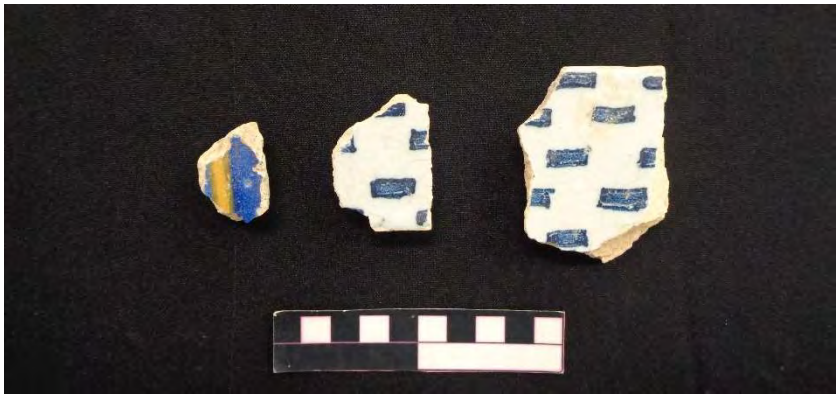
Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 1 – UE [101]



Sondagem 1 – UE [101]



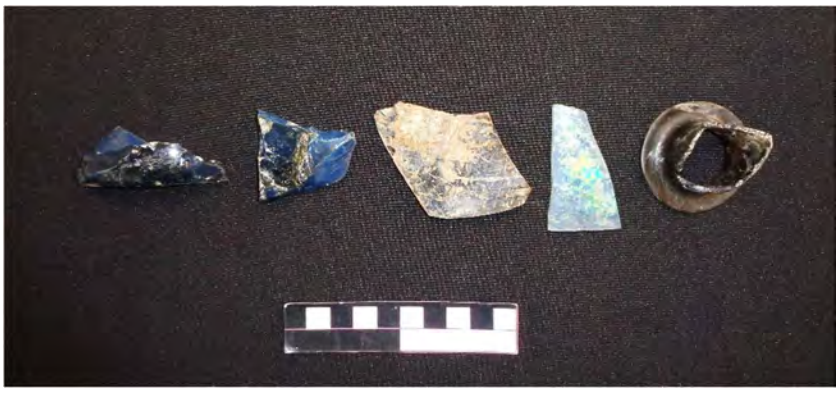
Sondagem 1 – UE [108]



Sondagem 1 – UE [108]



Sondagem 1 – UE [108]



Sondagem 1 – UE [108]



Sondagem 1 – UE [108]



Sondagem 1 – UE [108]



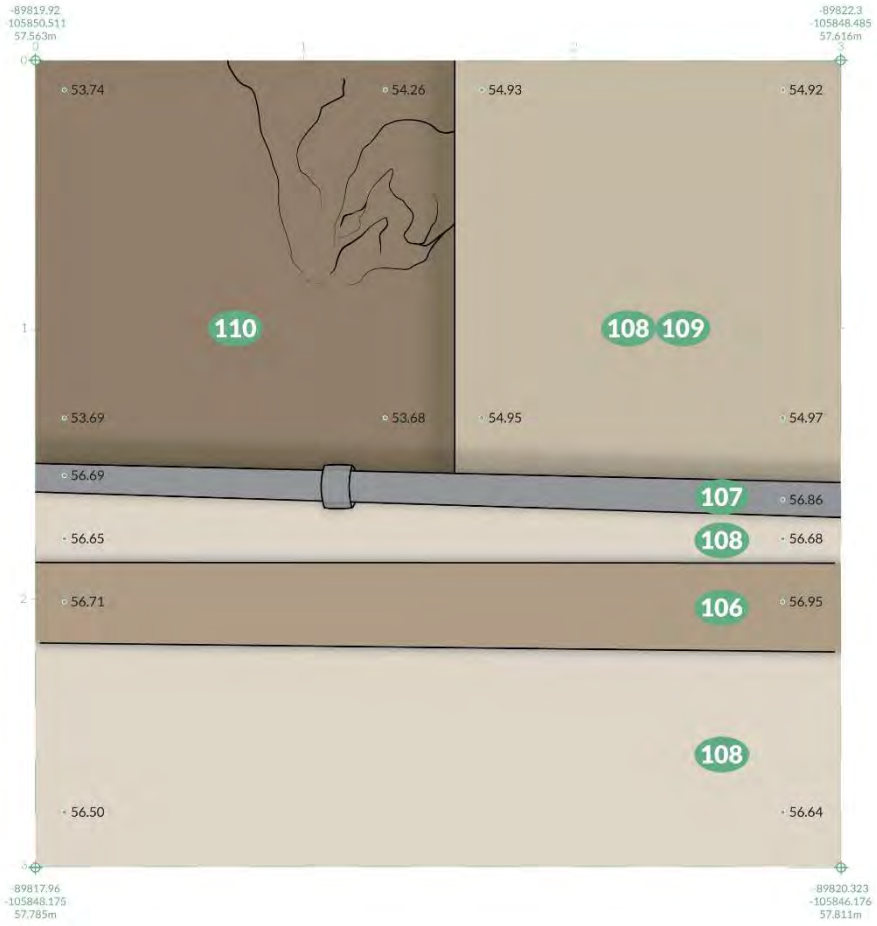
Sondagem 1 – UE [108]

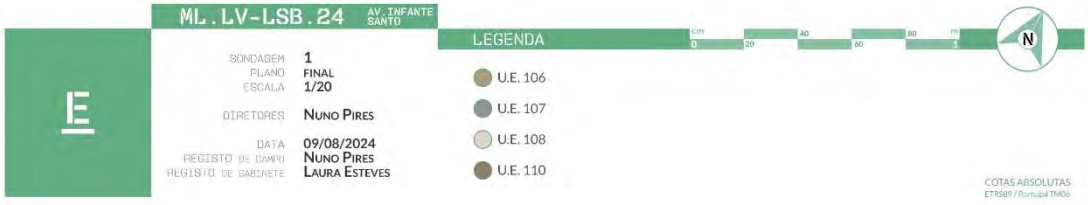


Sondagem 1 – UE [108]

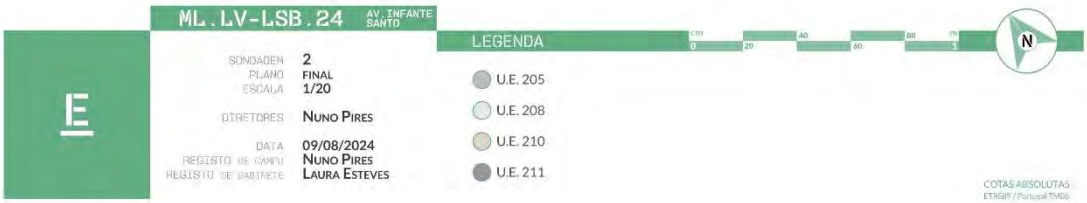
ANEXO 7
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
DESENHOS

ESTAÇÃO DE INFANTE SANTO

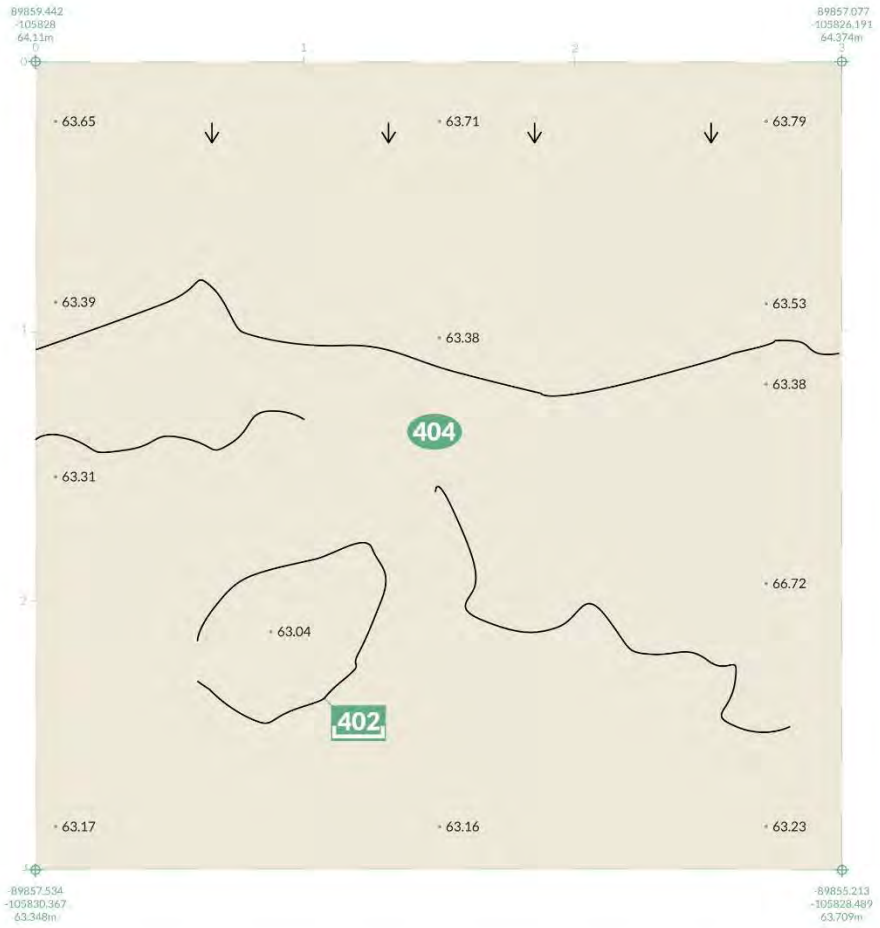





-89845.851
-105875.815
55.336m
-89843.647
-105877.839
55.065m
54.14
54.24
54.13
54.28
54.58
208
54.3
203
54.43
54.16
54.39
210
205
211
53.81
64.27
53.76
54.45
56.54.2164
-89847.961
-105877.99
55.084m
-89845.627
-105880.226
54.992m

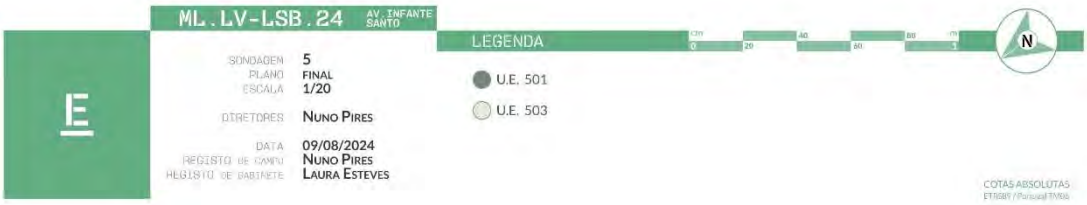

ML . LV-LSB . 24
AV. INFANTE SANTO
SONDAGEM 2
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO NUNO PIRES
REGISTO DE GABINETE LAURA ESTEVES
LEGENDA
U.E. 205
U.E. 208
U.E. 210
U.E. 211
N
COTAS ABSOLUTAS


-89848.588
-105806.117
67.065m
-89848.324
-105808.348
67.129m
67.03
66.80
66.30
66.79
66.81
67.43
302
67.17
67.20
67.34
66.95
67.26
66.72
-89852.49
-105806.579
67.838m
-89852.045
-105808.78
67.658m
ML . LV-LSB . 24
AV. INFANTE SANTO
SONDAGEM 3
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO NUNO PIRES
REGISTO DE GABINETE LAURA ESTEVES
LEGENDA
U.E. 302
N
COTAS ABSOLUTAS

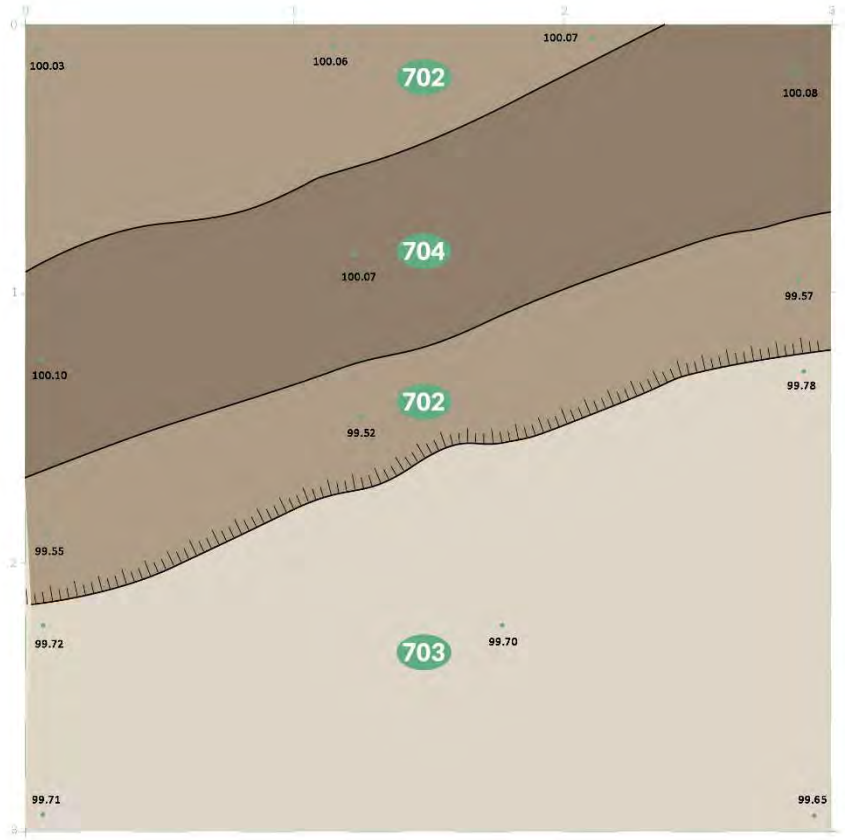

89859.442
-105828
64.11m
89857.077
-105826.191
64.374m
63.65
63.71
63.79
63.39
63.53
63.38
63.38
404
63.31
66.72
63.04
402
63.17
63.16
63.23
89857.534
-105830.367
63.348m
89855.213
-105828.489
63.709m

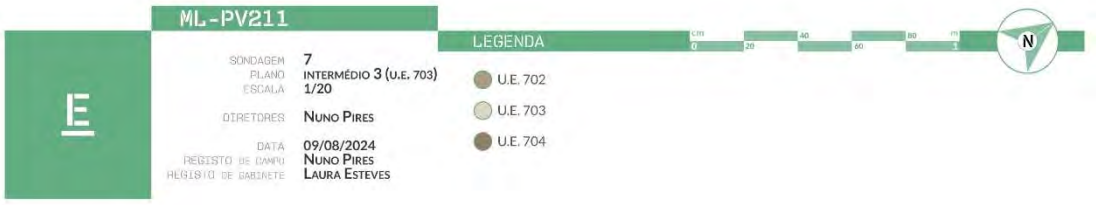

ML . LV-LSB . 24
AV. INFANTE SANTO
SONDAGEM 4
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO NUNO PIRES
REGISTO DE GABINETE LAURA ESTEVES
LEGENDA
U.E. 404
N
COTAS ABSOLUTAS


-89867.657
105841.447
61.047m
-89866.434
-105844.006
59.924m
59.59
60.00
59.61
50.36
59.78
59.85
60.15
503
60.43
60.49
60.67
502
503
60.54
60.70
60.47
60.77
501
-89870.347
-105842.576
61.026m
-89869.162
-105845.289
59.828m


ML . LV-LSB . 24
AV. INFANTE SANTO
E
SONDAGEM 5
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO NUNO PIRES
REGISTO DE GABINETE LAURA ESTEVES
LEGENDA
U.E. 501
U.E. 503
N
COTAS ABSOLUTAS

PV211


100.03
100.06
100.07
702
100.08
704
100.07
99.57
100.10
99.78
702
99.52
99.55
99.72
703
99.70
99.71
99.65

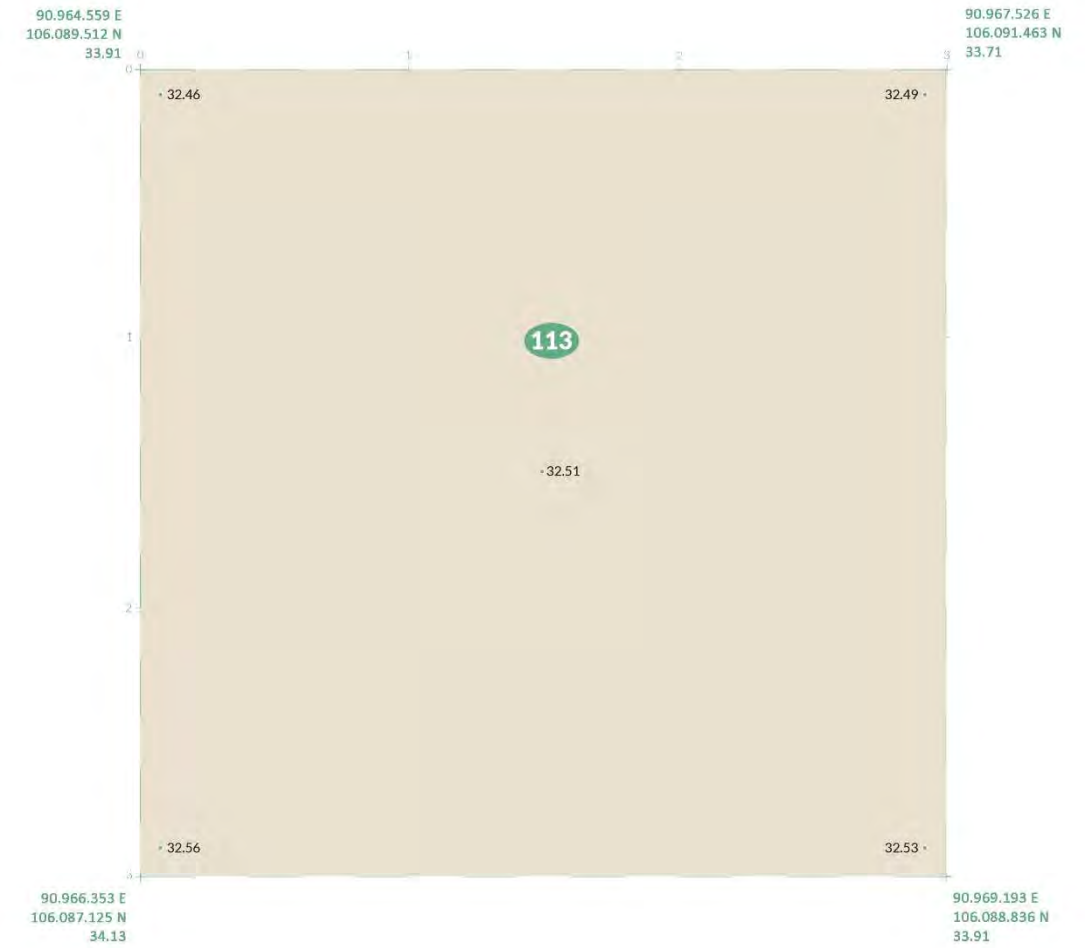

ML-PV211
SONDAGEM 7
PLANO INTERMÉDIO 3 (U.E. 703)
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO NUNO PIRES
REGISTO DE GABINETE LAURA ESTEVES
LEGENDA
U.E. 702
U.E. 703
U.E. 704
N

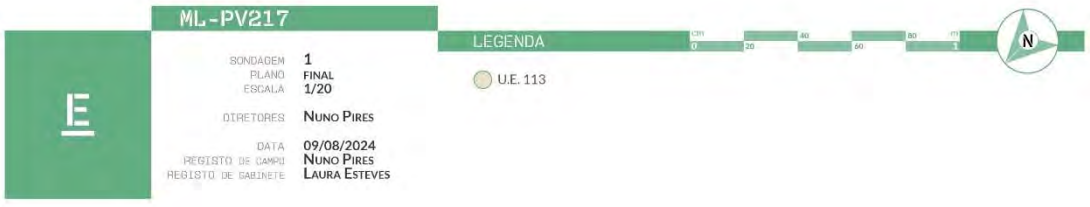
PV215

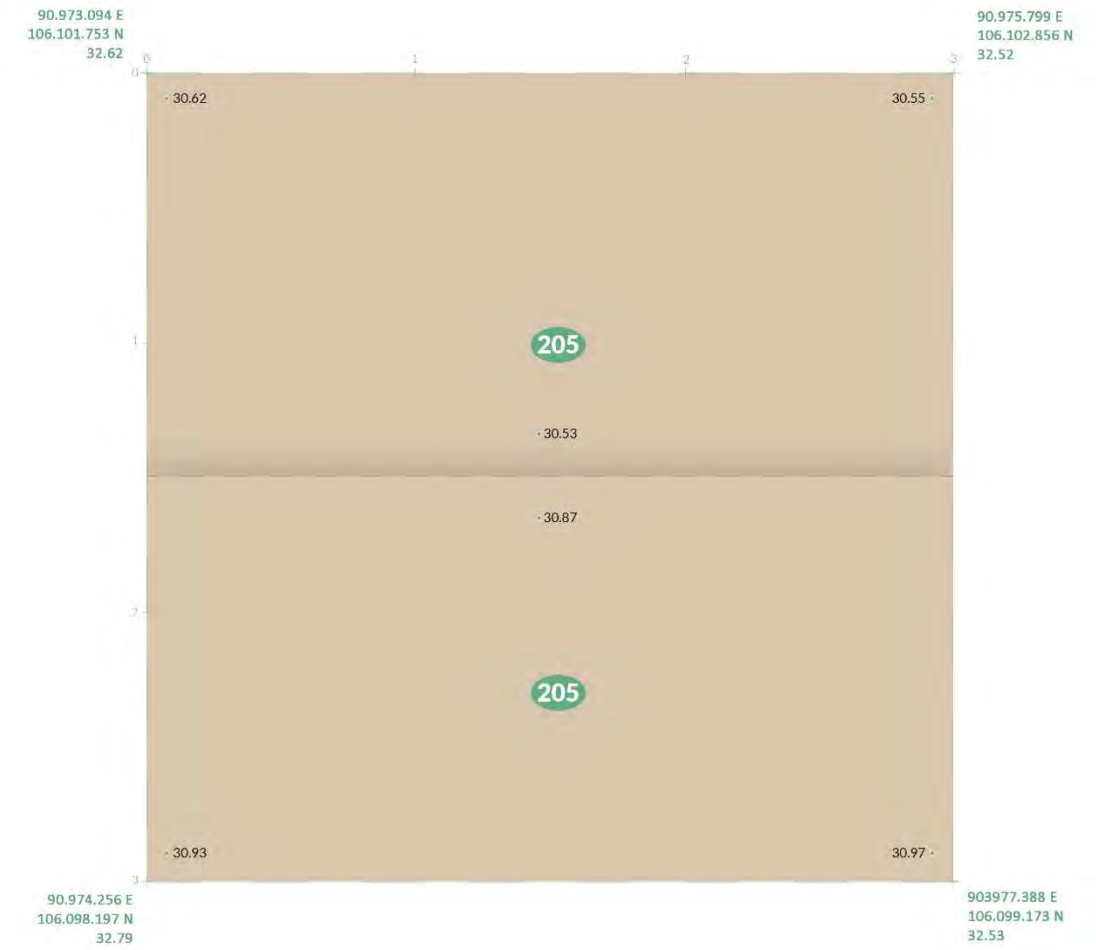

84.70
84.54
106
84.61
84.47
84.41

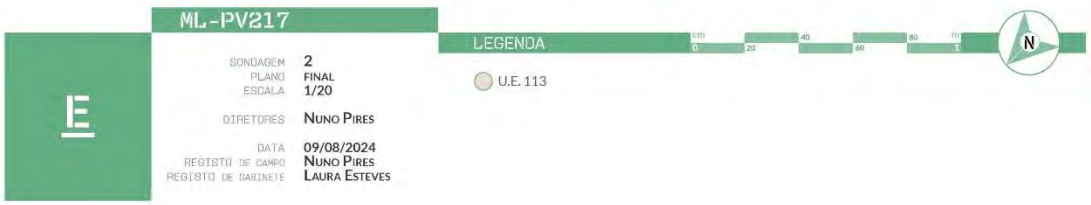

ML-PV215
SONDAGEM 1
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO NUNO PIRES
REGISTO DE GABINETE LAURA ESTEVES
LEGENDA
N

PV217

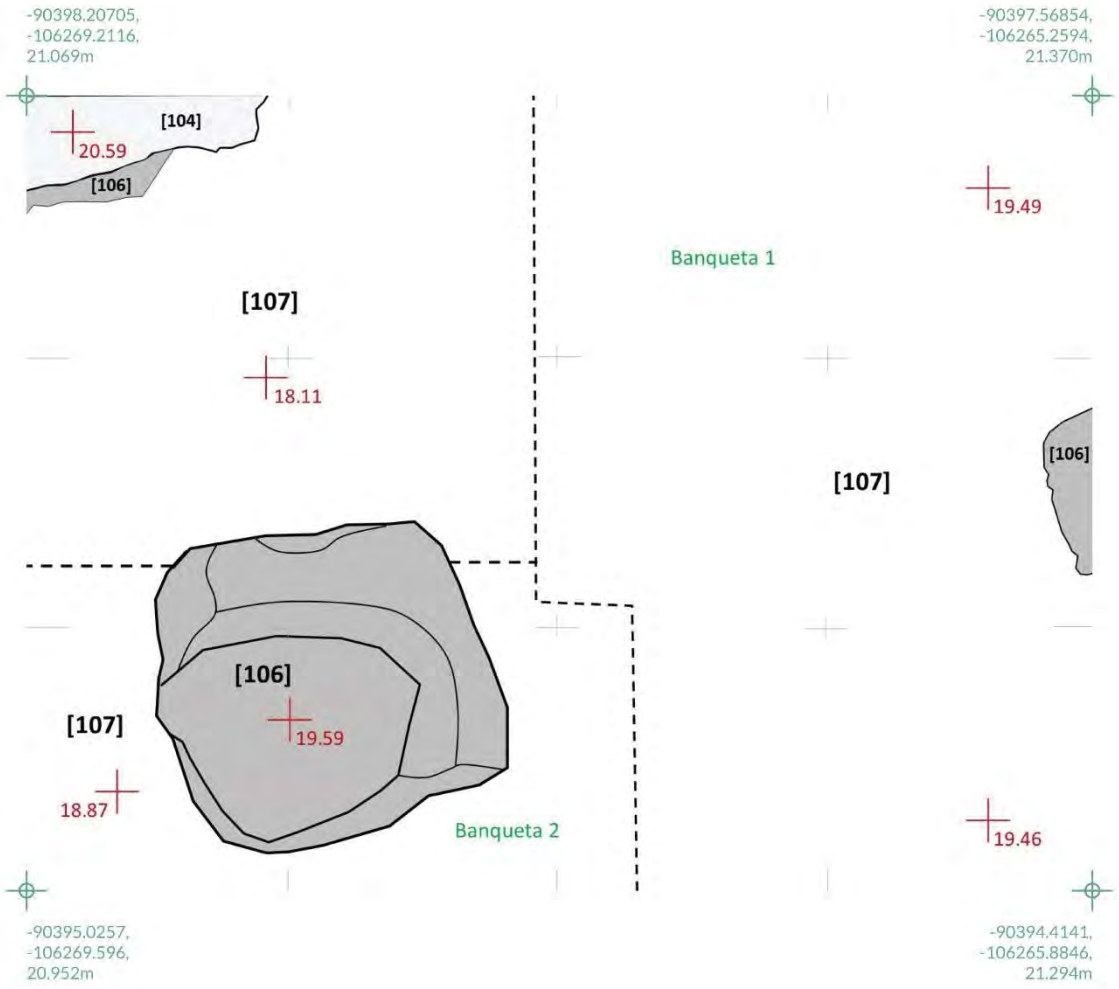

90.964.559 E
106.089.512 N
33.91
90.967.526 E
106.091.463 N
33.71
32.46
32.49
113
32.51
32.56
32.53
90.966.353 E
106.087.125 N
34.13
90.969.193 E
106.088.836 N
33.91


ML-PV217
SONDAGEM 1
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO NUNO PIRES
REGISTO DE GABINETE LAURA ESTEVES
LEGENDA
U.E. 113
N

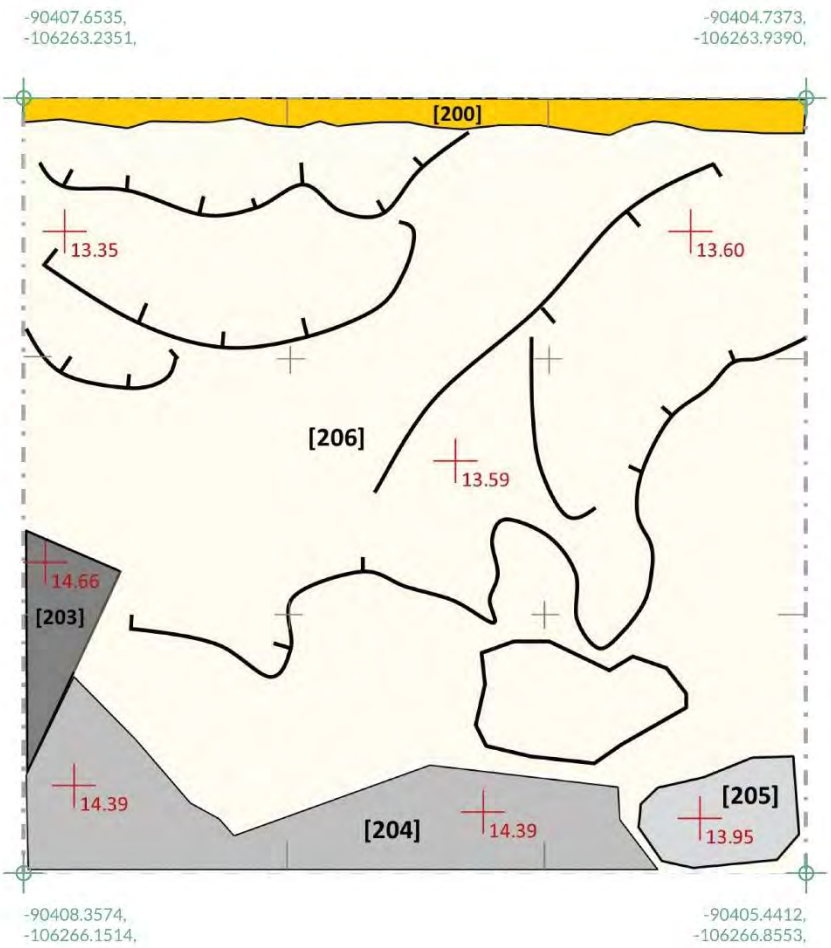

90.973.094 E
106.101.753 N
32.62
90.975.799 E
106.102.856 N
32.52
30.62
30.55
205
30.53
30.87
205
30.93
30.97
90.974.256 E
106.098.197 N
32.79
903977.388 E
106.099.173 N
32.53


ML-PV217
SONDAGEM 2
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO NUNO PIRES
REGISTO DE GABINETE LAURA ESTEVES
LEGENDA
U.E. 113
N

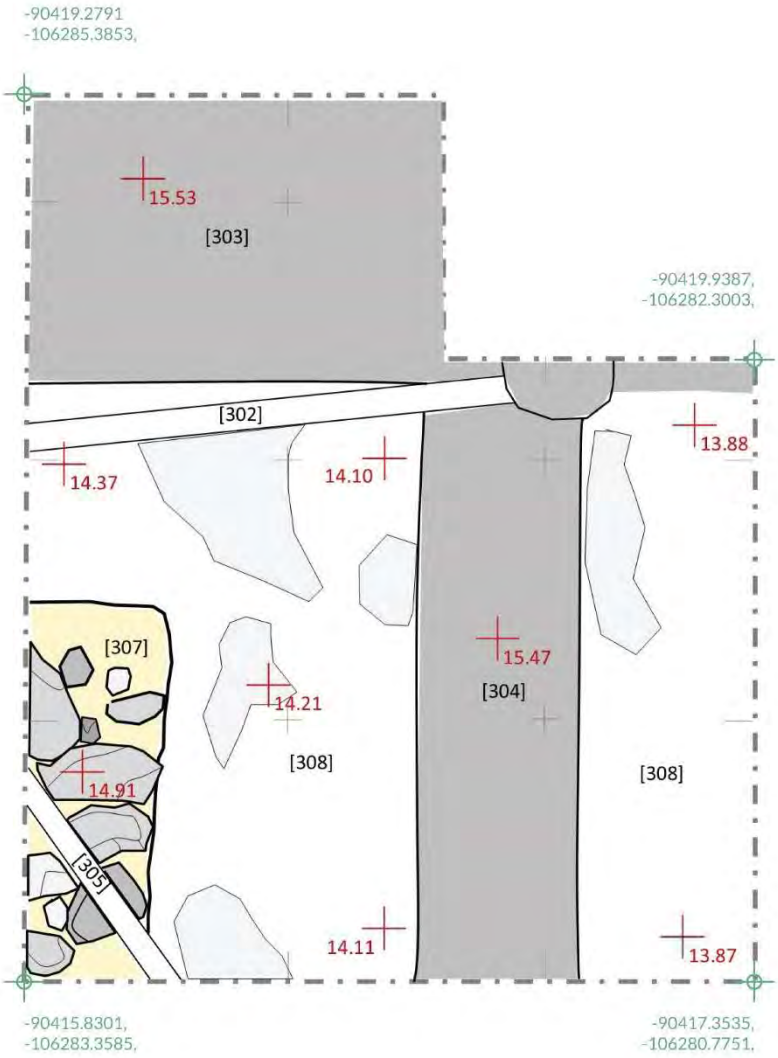
BALUARTE DO LIVRAMENTO



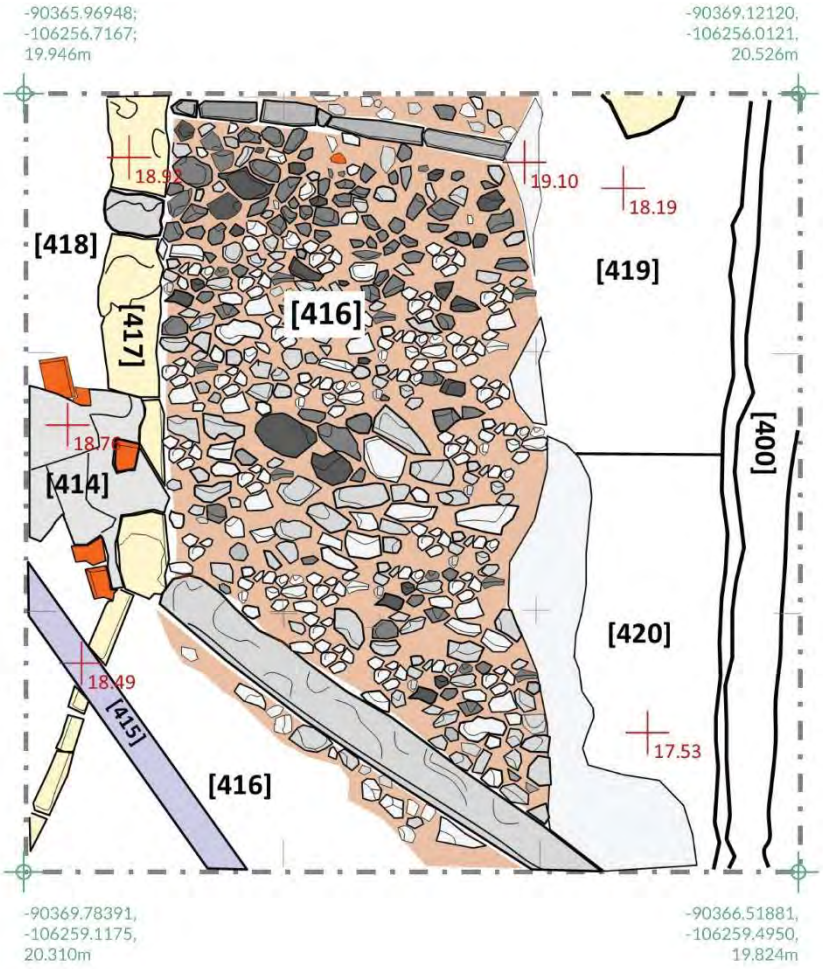



-90407.6535,
-106263.2351,
-90404.7373,
-106263.9390,
[200]
13.35
13.60
[206]
13.59
14.66
[203]
14.39
[204]
14.39
[205]
13.95
-90408.3574,
-106266.1514,
-90405.4412,
-106266.8553,

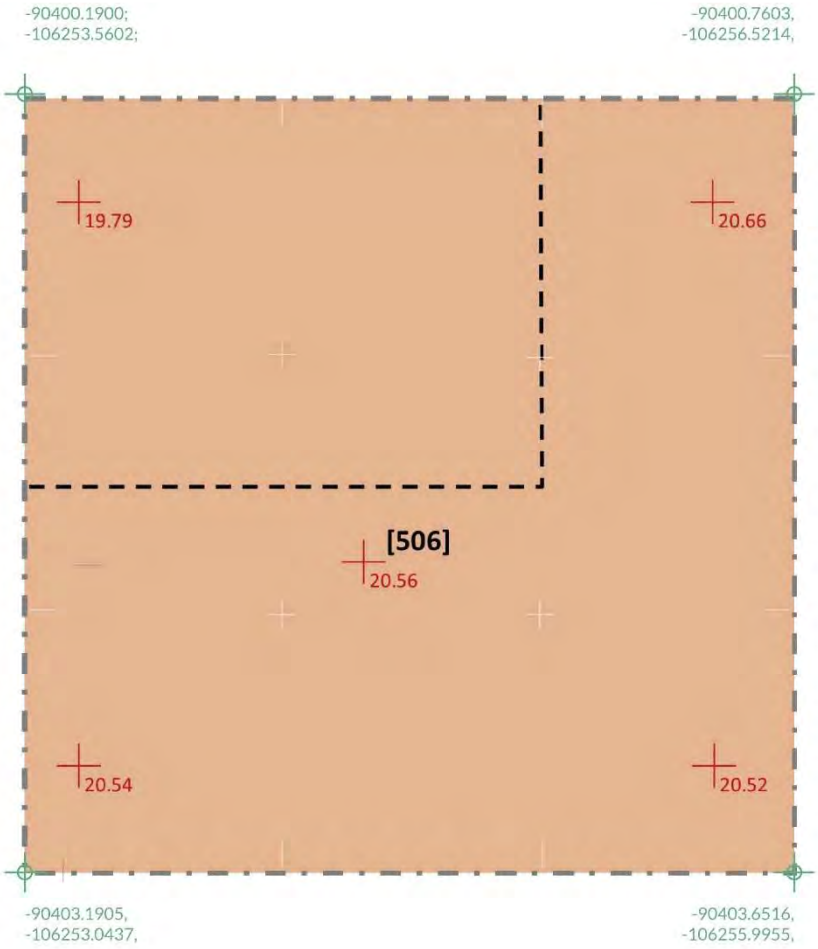

ML.LV-LSB.24
SONDAGEM 2
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO RUI RIBOLHOS
REGISTO DE GABINETE RUI RIBOLHOS
N
Ø = 21.46m


-90419.2791
-106285.3853,
15.53
[303]
-90419.9387,
-106282.3003,
[302]
13.88
14.37
14.10
[307]
15.47
[304]
14.21
[308]
[308]
14.91
[305]
14.11
13.87
-90415.8301,
-106283.3585,
-90417.3535,
-106280.7751,

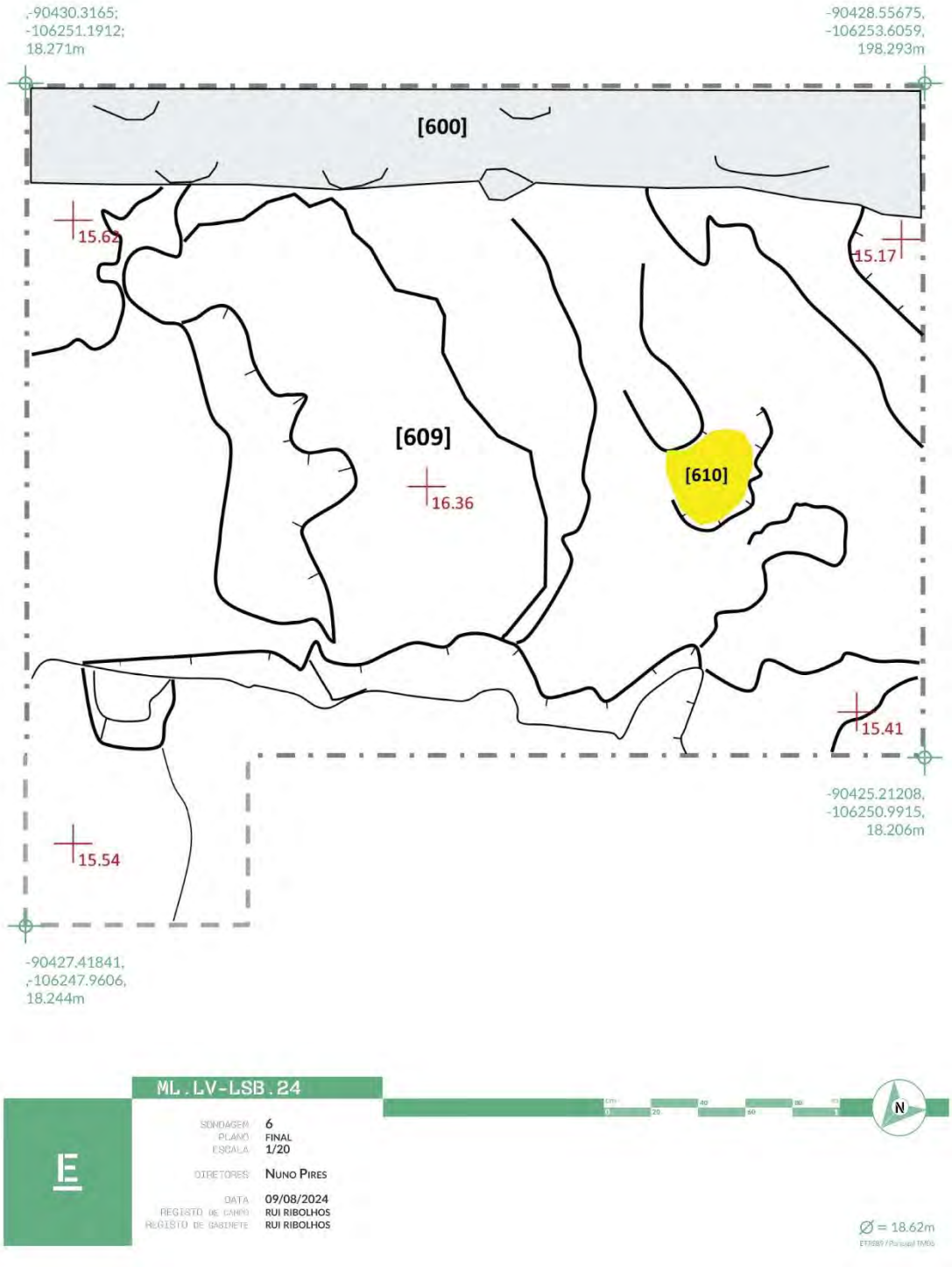

ML . LV-LSB . 24
SONDAGEM 3
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO RUI RIBOLHOS
REGISTO DE GABINETE RUI RIBOLHOS
N
Ø = 17.40m


-90365.96948;
-106256.7167;
19.946m
-90369.12120,
-106256.0121,
20.526m
18.91
19.10
18.19
[418]
[419]
[417]
[416]
[400]
18.76
[414]
[420]
18.49
[415]
17.53
[416]
-90369.78391,
-106259.1175,
20.310m
-90366.51881,
-106259.4950,
19.824m

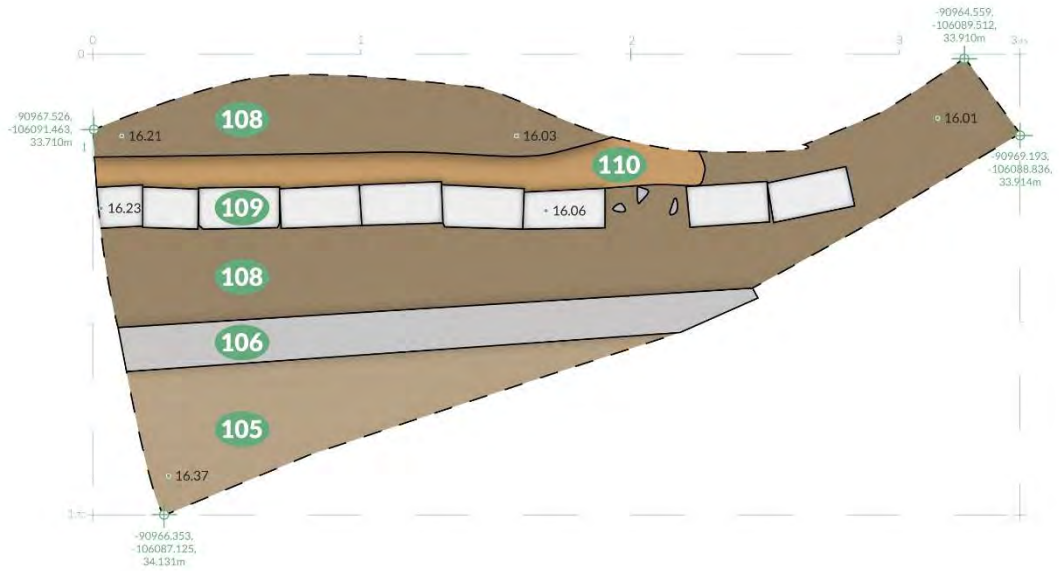

ML.LV-LSB.24
SONDAGEM 4
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO RUI RIBOLHOS
REGISTO DE GABINETE RUI RIBOLHOS
N
Ø = 21.46m
Ø = 21.46m

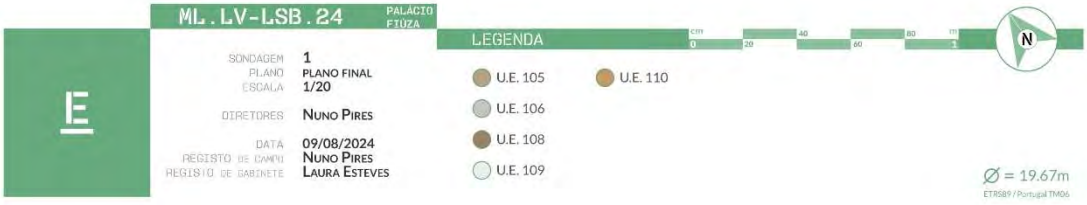

-90400.1900;
-106253.5602;
-90400.7603,
-106256.5214,
19.79
20.66
[506]
20.56
20.54
20.52
-90403.1905,
-106253.0437,
-90403.6516,
-106255.9955,


ML . LV-LSB . 24
E
SONDAGEM 5
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO RUI RIBOLHOS
REGISTO DE GABINETE RUI RIBOLHOS
N
Ø = 22.59m


-90430.3165;
-106251.1912;
18.271m
-90428.55675,
-106253.6059,
198.293m
[600]
15.62
15.17
[609]
16.36
[610]
15.41
-90425.21208,
-106250.9915,
18.206m
15.54
-90427.41841,
-106247.9606,
18.244m
ML.LV-LSB.24
SONDAGEM 6
PLANO FINAL
ESCALA 1/20
DIRETORES NUNO PIRES
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO RUI RIBOLHOS
REGISTO DE GABINETE RUI RIBOLHOS
N
Ø = 18.62m

PALÁCIO FIÚZA





ESTAÇÃO DE CAMPOLIDE AMOREIRAS

Em Execução até à data de fecho deste relatório

12/10/2024

ANEXO 6
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
PLANTA DE PORMENOR DO BALUARTE DO LIVRAMENTO



LEGENDA

A – Bateria superior ou “cavaleiro”

B - Bateria inferior

C – Plataforma inferior

– Sondagens Arqueológicas

1ª METADE DO SÉC. XVII

Estruturas anteriores a 1650 (BARGÃO et al. 2018)

“Reduto Filipino” (estrutura implantada a partir da planta Dias Diogo e Laura Trindade (TRINDADE & DIOGO 2003: 89)

MEADOS DO SÉC. XVII – ESTRUTURAS DO BALUARTE DE 1650

Descobertas em 2016-18 na Bateria Superior

Estruturas remanescentes à cota positiva

MEADOS DO SÉC. XVIII

Muro nordeste (Início da 2ª metade do séc. XVIII)

SÉC. XVIII? – XIX?

Muro que separou o Baluarte do Convento

SÉC. XIX

Alterações da 1ª metade do Séc. XIX

INÍCIO DO SÉC. XX

Edifício construído entre 1834-1911 (Pátio dos Quintalinhos)
Adaptado ou reconstruído em 1918



LEGENDA

A – Bateria superior ou "cavaleiro"

B - Bateria inferior

C – Plataforma inferior

□ – Sondagens Arqueológicas

1ª METADE DO SÉC. XVII

- Estruturas anteriores a 1650 (BARGÃO et al. 2018)
- "Reduto Filipino" (estrutura implantada a partir da planta Dias Diogo e Laura Trindade (TRINDADE & DIOGO 2003: 89)
- Troço do "Reduto Filipino" implantado de acordo com levantamento topográfico atual (Obra Especial 5)

MEADOS DO SÉC. XVII – ESTRUTURAS DO BALUARTE DE 1650

- Descobertas em 2016-18 na Bateria Superior
- Estruturas remanescentes à cota positiva

MEADOS DO SÉC. XVIII

- Muro nordeste (Início da 2ª metade do séc. XVIII)

SÉC. XVIII? – XIX?

- Muro que separou o Baluarte do Convento

SÉC. XIX

- Alterações da 1ª metade do Séc. XIX

INÍCIO DO SÉC. XX

- Edifício construído entre 1834-1911 (Pátio dos Quintalinhos) Adaptado ou reconstruído em 1918

EP 001a - Muralha noroeste
EP 001b - Guarita
EP 001c - Muralha sudoeste
EP 001d - Muro nordeste
EP 001e - Plataforma adossada ao muro NW
EP 001f - Muralha transversal
EP 001g – Vestígios do "reduto filipino"
EP 001h - Plataforma de acesso ao "paiol"
EP 001i - Paiol: parede sul e vestígios da porta no interior

ALTERAÇÕES				
0	EMISSÃO INICIAL	11/10/2024	xxx	xxx
		DATA	DES.	VERIF.

Data:	PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA S. SEBASTIÃO - ALCÂNTARA PROJETO DE EXECUÇÃO	Metropolitano de Lisboa	
Aprov. / Verif. / Proj. / Des.	ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS ANEXO 6 - PLANTA DE PORMENOR DO BALUARTE DO LIVRAMENTO (EP 001)	Escalas: Des. nº ____ F. __/__ Alter. Substitui Substituído Nº SAP —	Versão Folha

Aprov.	xx/xx/2024	Identificação Empresa Projetista: COBA / JET SJ / JLCM / TALPROJECTO	
Verif.	xx/xx/2024		
Proj.	xx/xx/2024	Escalas: 1:200	Folha: __/__
Des.	xx/xx/2024	Desenho nº LVSSA MSA PE AMB 000 000 MD 040006 0	Alter. 0

ANEXO 5
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
CONSULTAS DE RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES SOBRE INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO BALUARTE E ENVOLVENTE

Foram consultados os relatórios de intervenções arqueológicas nos seguintes sítios:



Figura 1 – Localização de intervenções arqueológicas no Baluarte do Livramento e junto ao conjunto da estrutura fortificada (delimitada a amarelo) cujos relatórios foram publicados para o presente estudo do Baluarte do Livramento.

1 BALUARTE (CNS 16218)

1.1 CALÇADA DO LIVRAMENTO, N.º 17

Este relatório e publicações seguintes dizem respeito a um trabalho de acompanhamento arqueológico realizado na "bateria inferior" do baluarte entre 1994-98. É revelador de outra era de fazer arqueologia em Portugal com condições deficientes de trabalho de escavação e registo. Malgrado o esforço interpretativo dos autores subsistem dúvidas acerca dos resultados e interpretações. Tratou-se de uma intervenção muito profunda que parece ter removido quase todo o interior do terrapleno desta bateria, tendo deixado à vista o interior da muralha noroeste e vestígios de uma estrutura interpretada como paiol, bem como uma estrutura em cunhal, interpretada como sendo anterior à construção do baluarte 1650, designada como "reduto filipino".

No local edificou-se um edifício em betão armado pertencente à Casa de Goa e em cuja cave se conservaram parcos vestígios da porta do "paiol" e das estruturas filipinas (DIOGO 2000; TRINDADE e DIOGO 2001; TRINDADE e DIOGO 2003)[1].

[1] DIAS DIOGO, A. M. (2000), Relatório final dos trabalhos arqueológicos na Casa de Goa, Lisboa, 2000. [Texto Policopiado]; TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias - Elementos para o estudo do Baluarte do Livramento em Lisboa. In Arqueologia e História, nº 53, pp. 125-133. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001; TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias - Elementos para o estudo da igreja de Nossa Senhora do Livramento, em Alcântara, Lisboa. In Arqueologia e História, nº 55, pp. 89-96. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003

1.2 CALÇADA DO LIVRAMENTO, N.º 19 E 19A – Sondagens e Acompanhamento Arqueológico 2015

Esta intervenção realizou-se na "bateria superior" do baluarte do Livramento, numa fase preliminar e numa área reduzida tendo ficado, no entanto, a descoberto um pequeno troço da muralha transversal que dividia as baterias[2].

1.3 CALÇADA DO LIVRAMENTO, N.º 19 E 19A – Acompanhamento Arqueológico 2016-17

Esta intervenção realizou-se na bateria superior do baluarte do Livramento, na sequência do diagnóstico efetuado anteriormente. Tratou-se de um acompanhamento arqueológico de uma obra muito profunda que praticamente removeu todo o terrapleno do baluarte. Ficaram a descoberto estruturas do baluarte, designadamente todo o alçado das muralhas transversal e noroeste que revelaram ser estruturas possantes, de grandes dimensões. Foram ainda identificadas duas estruturas adossadas à muralha transversal. Abaixo dos níveis de ocupação do baluarte, foi identificado um conjunto de estruturas. Os resultados desta intervenção foram incorporados no capítulo relativo às estruturas remanescentes do baluarte e reinterpretados com base nos dados recolhidos pela pesquisa bibliográfica e documental e análise das estruturas existentes à cota positiva do conjunto de arquitetura militar(BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018; BARGÃO, FERREIRA, CONCEIÇÃO e PENISGA, 2023)[3].

2 ENVOLVENTE – FORA DO ANTIGO BALUARTE

2.1 Travessa da Trabuqueta, n.º 17

Este espaço localizava-se fora do recinto fortificado, junto à porta localizada a meio da cortina que unia os dois baluartes. Foram encontrados vestígios de ocupação que remontam ao séc. XVII-XVIII mas não relacionados com a fortificação (GODINHO, PINTO e PIRES 2020)[4].

2.2 Rua Prior do Crato, 25-39 | Travessa da Trabuqueta, 8-14

Esta intervenção localizou-se num conjunto edificado cuja construção se adossou à face exterior da cortina que unia os dois baluartes, foram detetados vestígios desta estrutura, tendo o projeto sofrido alterações no sentido de preservar e integrar os vestígios da muralha preservados e

[2] PENISGA, Ana - Calçada Do Livramento, Nº 19 A 19A - Relatório Preliminar Acompanhamento Arqueológico / Sondagens Arqueológicas, Lisboa, 2015

[3] BARGÃO, André; CONCEIÇÃO, Elisabete; FERREIRA, Inês – Relatório Final (Acompanhamento Arqueológico) Calçada do Livramento 19 a 19 A, Clay Arqueologia, Lisboa, 2018; BARGÃO, André; FERREIRA, Inês; CONCEIÇÃO, Elisabete; PENISGA, Ana - «*Que se faça mais fortificações […] e reductos até Alcantara» Resultados da intervenção arqueológica no Baluarte do Livramento*, Lisboa, Clay Arqueologia. Apresentação no IV Encontro de Arqueologia de Lisboa organizado Centro de Arqueologia de Lisboa, 29 e 30 de junho de 2023

[4] GODINHO, Rui; PINTO, Cláudia; PIRES, Eva - Travessa da Trabuqueta, 17 | Rua do Arco a Alcântara. Relatório de Preliminar (Sondagens de Diagnóstico Arqueológico). Clay Arqueologia, Lisboa 2020 [texto policopiado]

integrados no projeto. Foram ainda previstos trabalhos arqueológicos para a fase subsequente (PINTO, SILVA e BARBOSA, 2022: 33-35)[5].

2.3 Rua Prior do Crato, 135-137

Intervenção realizada fora do recinto amuralhado, nas proximidades da antiga Ponte de Alcântara, sem resultados relevantes para o estudo em causa (GUIMARÃES 2022)[6].

2.4 Rua Gilberto Rola, N.º 57-63

Intervenção localizada fora do recinto amuralhado com testemunhos de ocupação que remontam à época moderna e contemporânea sendo apenas de notar alguns testemunhos materiais relacionados com a ocupação militar da área envolvente, designadamente "uma bala de canhão e botões característicos de fardamento" (PIRES 2021)[7].

[5] PINTO, Cláudia; SILVA, Tiago; BARBOSA, Rúben - Rua Prior do Crato, 25-39 | Travessa da Trabuqueta, 8-14. Relatório Preliminar (Diagnóstico arqueológico), Clay Arqueologia, Lisboa, abril de 2024 [texto policopiado]

[6] GUIMARÃES, Raquel - Acompanhamento Arqueológico no âmbito da Requalificação de edifício na Rua Prior do Crato, N.º 135-137, Alcântara, Lisboa Relatório Final. Empatia, Lisboa, setembro 2022 [texto policopiado]

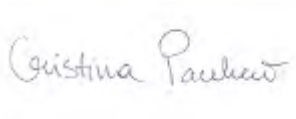
[7] PIRES, Nuno - Acompanhamento Arqueológico no Âmbito do Projeto de Requalificação de Edifício na Rua Gilberto Rola, N.º 57-63, Alcântara, Relatório Final. Empatia, Lisboa, agosto 2021 [texto policopiado]

ANEXO 4
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS PELA CCDRLVT (COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO)

PARECER

Concordo com a emissão de parecer favorável, nos termos propostos. Envie-se ao Património Cultural, I.P., no uso das competências que me foram subdelegadas por Despacho de subdelegação de competências do Vice-Presidente da CCD LVT, I.P. e para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro.

Diretora de Unidade



Cristina Polena Pacheco

19-09-2024

Concordo com o parecer condicionado proposto.

À consideração superior

Chefe de Divisão



António Batarda Fernandes

19-09-2024

DESPACHO

Aprovo nos termos propostos.

Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão de Arqueologia, Territórios e Valores Ambientais
por delegação de competências
Património Cultural, IP
Palacete Vilar de Allen, Rua António Cardoso, 175, 4150-081 Porto, Portugal
Palácio Nacional da Ajuda (Ala Norte), Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
T. +351 226 000 454 T. +351 213 614 200
Email: geral@patrimoniocultural.gov.pt

Informação Número	Pasta Número	Data
I23767-202409-UC/DPC	450.10.230.00606.2024	19/09/2024

ASSUNTO: **PATA (Aditamento). RECAPE prolongamento da linha vermelha entre São Sebastião e Alcântara.**

ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, na sua redação atual, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA);
- Decreto-Lei n.º 78/2023 de 4 de setembro, que procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica;
- Decreto-Lei n.º 36/2023 de 26 de maio, que procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos;
- Portaria n.º 404/2023 de 5 de dezembro, que aprova os Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. A apreciação recai sobre aditamento ao Plano de Trabalhos referente ao PATA em epígrafe, da responsabilidade técnico-científica dos arqueólogos **Maria Teresa Mendes da Silva**, **Nuno Filipe Poínhas Pires**, **Helena Isabel Henriques Pinheiro**, **Rui Alexandre Ribolhos Filipe**, **Luis Manuel Malhão Dinis Fernandes** e **Mariana Cunha Pinto Soares Mateus**, que mereceu despacho favorável da Directora da Unidade de Cultura da CCDR-LVT a 23-07-2024, exarado na informação n.º I18417-202407-UC/DPC;
2. Segundo os requerentes, em simultâneo com a preparação do RECAPE, no âmbito da qual se inserem os trabalhos autorizados, «*decorrem também os preparativos para (…) o desvio das infraestruturas que se encontrem no alinhamento do troço e viadutos*». O presente aditamento visa proceder ao acompanhamento arqueológico «*da abertura de uma vala na zona da Av. de Ceuta, perto da sua interceção com a Rua Prior do Crato, para efeitos de identificação de uma conduta de água*»;
3. Tendo em conta que os trabalhos se enquadram no mesmo projecto, contribuindo para o aprofundamento dos objectivos já estabelecidos, localizam-se nas imediações dos trabalhos de sondagem em curso e dão cumprimento ao disposto nos IGT relevantes, em matéria de

www.ccdr-lvt.pt · geral@ccdr-lvt.pt
Rua Alexandre Herculano, 37 · 1250-009 Lisboa Tel. 213 837 100 · Fax 213 837 192
Rua Zeferino Brandão · 2005-240 Santarém Tel. 243 323 976 · Fax 243 323 289
Rua de Camões, 85 · 2500-174 Caldas da Rainha Tel. 262 841 981 · Fax 262 842 537

salvaguarda do património arqueológico, considera-se viável a autorização do aditamento ao plano dos trabalhos já aprovados;

4. Advertem-se, todavia, os requerentes e a entidade enquadrante para o cumprimento das obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, estipuladas na alínea *a)* do n.º 7 do artigo 6.º do Regulamento, em conjugação com os prazos previstos no artigo 14º para entrega e aprovação de relatórios finais, no artigo 17.º para publicação de resultados e no artigo 18.º para depósito de espólio, e para a comunicação obrigatória das datas de início, de eventuais interrupções e de conclusão dos trabalhos, para efeitos de fiscalização e acompanhamento técnico, para o endereço eletrónico geral@ccrd-lvt.pt.
5. Informa-se ainda que, a partir de 02/09/2024, apenas serão considerados para efeitos de emissão de parecer por parte da CCDR-LVT os relatórios de trabalhos arqueológicos submetidos via https://www.ccdr-lvt.pt/formularios/relatorio-de-trabalhos-arqueologicos/.

À consideração superior,

Sérgio Carneiro, arqueólogo

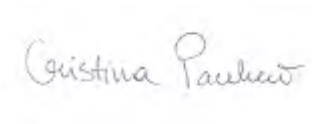


PARECER

Concordo, nos termos propostos.

Envie-se ao Património Cultural, I.P., no uso das competências que me foram subdelegadas por Despacho de subdelegação de competências do Vice-Presidente da CCDR LVT, I.P., de 11 de julho de 2024, e para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro.

Diretora de Unidade



Cristina Polena Pacheco

25-07-2024

Concordo com o parecer favorável proposto.

À consideração superior

Chefe de Divisão



António Batarda Fernandes

25-07-2024

DESPACHO

Aprovo.

Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão de Arqueologia,
Territórios e Valores Ambientais
por delegação de competências
Património Cultural, IP
Palacete Vilar de Allen, Rua António Cardoso, 175, 4150-081 Porto, Portugal
Palácio Nacional da Ajuda (Ala Norte), Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
T. +351 226 000 454 T. +351 213 614 200
Email: geral@patrimoniocultural.gov.pt

Informação Número	Pasta Número	Data
I18823-202407-UC/DPC	450.10.230.00606.2024	25/07/2024

ASSUNTO: **Reformulação do Plano de Trabalhos em cumprimento da Informação 18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024**

ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, na sua redação atual, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA);
- Decreto-Lei n.º 78/2023 de 4 de setembro, que procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica;
- Decreto-Lei n.º 36/2023 de 26 de maio, que procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos;
- Portaria n.º 404/2023 de 5 de dezembro, que aprova os Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. A apreciação recai sobre um requerimento respeitante a alterações introduzidas no plano de trabalhos apresentado anteriormente, integrado no PATA para instrução do RECAPE - Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, que recolheu despacho Favorável exarado a 23/07/2024 pelo PC-IP na informação da CCDR-LVT n.º I18417-202407-UC/DPC, **condicionado**, no que à informação desta Comissão diz respeito, a:

1.1. Alteração das dimensões das sondagens previstas para os acessos à estação de Campolide / Amoreiras para, pelo menos 3x3 m e execução de uma sexta sondagem, também com pelo menos 3x3 m, no local do elevador entre o átrio e a superfície;

1.2. Alteração das dimensões das sondagens previstas para os acessos à estação de Campo de Ourique para, pelo menos 3x3 m e execução de uma quinta sondagem na localização do acesso 2, situado na Rua Almeida e Sousa;

1.3. Alteração das dimensões das sondagens previstas para os acessos à estação da Av. Infante Santo para, pelo menos 3x3 m e execução de uma quinta sondagem com as mesmas dimensões no local previsto do elevador;

1.4. Em relação À estação de Alcântara, determinava-se o cumprimento da resolução da DIA: «*efetuar a escavação arqueológica integral das fundações do viaduto de Alcântara*», e não as

www.ccdr-lvt.pt · geral@ccdr-lvt.pt
Rua Alexandre Herculano, 37 · 1250-009 Lisboa Tel. 213 837 100 · Fax 213 837 192
Rua Zeferino Brandão · 2005-240 Santarém Tel. 243 323 976 · Fax 243 323 289
Rua de Camões, 85 · 2500-174 Caldas da Rainha Tel. 262 841 981 · Fax 262 842 537

sondagens de diagnóstico previstas no Plano de Trabalhos. deverá ainda ser prevista a escavação de uma sondagem com, pelo menos 3x3 m na Rua Maria Pia, apesar desta poder ser executada apenas aquando do abate da árvore de grandes dimensões que se encontra no local;

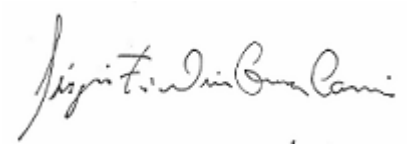
1.5. Alteração das dimensões das sondagens previstas para a área do Baluarte do Livramento para, pelo menos 3x3 m;

1.6. O despacho final do PC-IP sobre este PATA, referia ainda que «*os trabalhos arqueológicos não poderão ter início sem a aprovação do referido aditamento do PATA*»;

2. As alterações agora introduzidas no Plano de Trabalhos, dão resposta cabal às condicionantes propostas pela CCDR-LVT no parecer anteriormente emitido e confirmadas pelo PC-IP no despacho final, pelo que se considera que a inibição do início dos trabalhos, imposta pelo referido despacho, poderá ser levantada**.**

À consideração superior,

Sérgio Carneiro, arqueólogo



ANEXO 3
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
PLANO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

PLANO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS
METRO DE LISBOA

RECAPE

PROLONGAMENTO DA **LINHA VERMELHA**
ENTRE SÃO SEBASTIÃO E ALCÂNTARA

Freguesias de Avenidas Novas, Campolide, Santo António, Campo de Ourique, Estrela e Alcântara

<u>Reformulação em cumprimento da Informação 18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024</u>

25 de Julho de 2024

LVSSA ACE PE AMB 000 000 NT 40001 A

EMPATIA arqueologia · conservação · restauro
NEOÉPICA arqueologia e património
IMPÉRIO ARQUEOLOGIA
ARQUEOHISTÓRIA PATRIMÓNIO

Índice

1 OBJETO 4

2 DETERMINAÇÕES DA DIA RELATIVAS AO PATRIMÓNIO CULTURAL 14

2.1 Condicionantes (C) 15
2.2 Elementos a apresentar em RECAPE (EAR) 16
2.3 Medidas de Minimização (MM) 17
2.4 Programa de Monitorização (PMPC) 19
3 LOCALIZAÇÃO 20

4 TRABALHOS A REALIZAR 23

4.1 Revisão do Estudo Ambiental em Fase de RECAPE 23
4.2 Prospeção arqueológica 24
4.3 Sondagens Arqueológicas 25
4.3.1 Estação de Campolide/Amoreiras 26
4.3.2 Estação de Campo de Ourique 27
4.3.3 Estação de Infante Santo 28
4.3.4 Estação de Alcântara 29
4.3.5 Poço de Ventilação 211 30
4.3.6 Poço de Ventilação 215 31
4.3.7 Poço de Ventilação 217 32
4.3.8 Baluarte do Livramento 33
4.3.9 Palácio Fiúza 37
4.4 Sondagens Parietais 38
5 PRAZOS 40

6 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO 41

6.1 Fase 1 – Documentação 41
6.1.1 A. Estudo dos antecedentes relativos à Fase de Estudo Prévio 41
6.1.2 Análise do Projeto 41
6.1.3 B. Estruturação do estudo 41
6.1.4 C. Revisão e Atualização da Caracterização da Situação de Referência 41
6.2 Fase 2 - Trabalho de Campo 42
6.2.1 Revisão das Ocorrências Patrimoniais 42
6.2.2 Prospeção 42

6.2.3 Sondagens Arqueológicas 43
6.2.4 Sondagens Parietais 43
6.3 Fase 3 – Trabalho de Gabinete e Produção de Relatórios 44
6.3.1 Relatório(s) Preliminar(es) das intervenções Arqueológicas 44
6.3.2 Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução 44
6.3.2.1 Atualização da Situação de Referência 44
6.3.2.2 Avaliação de Impactes Ambientais 44
6.3.2.3 Conformidade com a Declaração de Impacte Ambiental 45
6.3.2.4 Estudos Complementares 45
6.3.2.5 Plano de Salvaguarda do Património Cultural 46
6.3.2.6 Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) 49
7 COMPOSIÇÃO DA EQUIPA 50
7.1 Estudos Ambientais 50
7.2 Intervenção Arqueológica 50
8 ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS E CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DA ÁREA ENVOLVENTE 50
9 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA 58
9.1 Documentação 58
9.2 Bibliografia 58
9.3 Consulta On-line 59

1 OBJETO

O presente plano de trabalhos constitui uma reformulação ao Plano de Trabalhos submetido no Portal do Arqueólogo a 28/06/2024 e nele se procura dar resposta à Informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, designadamente:

*Concordo com o parecer **não favorável** proposto. Face ao ora aduzido, bem como considerando a complexidade e amplitude de todos os trabalhos de diagnóstico prévio proposto efetuar, julga-se que **deverá ser submetido novo PATA contendo plano de trabalhos reformulado de acordo com o notado no ponto 4[1] da presente Informação**.*

"(...) 3. *O plano apresentado, propõe a escavação das seguintes sondagens arqueológicas:*

*3.1. 5 sondagens de 3x2 m cada, junto aos futuros acessos à **estação Campolide / Amoreiras**. Não é indicada a profundidade destas sondagens1 que, naturalmente, terão de obter a totalidade da estratigrafia antrópica do local, pelo que as dimensões propostas nos parecem claramente insuficientes à eventual necessidade de entivar as mesmas por razões de segurança, **devendo as ser previstas com, no mínimo, 3x3 m. Apenas se propõem sondagens nos locais das escadas de acesso, deverá prever-se a execução de uma sexta sondagem, também com pelo menos 3x3 m, no local do elevador;***

*3.2. 4 sondagens de 3x2 m cada, três junto aos acessos à estação de **Campo de Ourique** e a quarta no local do poço de ventilação previsto, no meio do Jardim da Parada. Aplica-se também a esta estação o que foi dito no ponto anterior quanto às dimensões prevista das sondagens. Parece-nos ainda insuficiente o número de sondagens previstas, devendo executar-se uma quinta sondagem, na localização do acesso 2, situado na Rua Almeida e Sousa;*

3.3. 4 sondagens de 3x2 m cada, duas no local das escadas de acesso e as outras duas sobre o corpo da estação da Av. Infante Santo. Mais uma vez, as dimensões das sondagens deverão ser aumentadas para 3x3 m, para eventual entivação, e deverá ser prevista uma quinta sondagem com as mesmas dimensões no local do elevador;

*3.4. Estação de Alcântara: 2 sondagens de 5x5 m cada nos locais dos pilares a construir na Av. de Ceuta. Recorda-se que a medida de minimização determinada pela DIA é «efetuar a **escavação arqueológica integral das fundações do viaduto de Alcântara**», pelo que a proposta apresentada não dá cumprimento a este documento. Para além disso, segundo os requerentes, na «Rua Maria Pia, o local onde será construído o terceiro pilar encontra-se numa zona de passeio estreito e junto a uma mancha de árvores de grande porte, onde se estima que o subsolo esteja massivamente ocupado por raízes de consideráveis dimensões. Estes condicionalismos inviabilizam a realização de uma sondagem neste local, nesta fase dos trabalhos». **Esta explicação não nos parece aceitável, porquanto a árvore em questão terá de ser abatida para construção do pilar, pelo que deverá já ser prevista a escavação desta área, ainda que a sua execução possa ser desfasada no tempo em relação à abertura das restantes áreas, o diagnóstico não poderá considerar-se completo sem a realização destes trabalhos**;*

(…) *3.8. Na área do Baluarte do Livramento, em resposta ao ponto 3 b das condicionantes previstas na DIA (vide ponto 4 infra), propõe-se a realização de 6 sondagens: 2 de 4x2m e 4 de 3x2m. **mais uma vez, e pelas razões expostas no ponto 3.1, as sondagens deverão ter, no mínimo três metros de largura;***

4. *Pelo exposto, considera-se que o PATA não dá cumprimento às condicionantes de salvaguarda arqueológica presentes na Declaração de Impacte Ambiental emitida a 26/8/2022 (Processo AIA 3462) e consultável em https://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=3462, pelo que o plano de*

[1] Por lapso foi referido o número 4 em vez de 3.

trabalhos proposto deverá ser reformulado de acordo com os pontos 3.1, 3.2, 3.3, 3.4. e 3.8 da presente informação;

Relativamente à submissão do "*aditamento ao PATA nos termos do ponto 4 do parecer técnico, assim como (ii) nos termos do ponto 4.3.1 do parecer deste Instituto/Divisão do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (GP21769), em termos de "conservação preventiva e eventual restauro" de estruturas postas a descoberto em contexto náutico*" o mesmo foi já submetido no Portal do Arqueólogo no dia 22/7/2024.

O presente plano de trabalho diz respeito aos **estudos ambientais e intervenções arqueológicas** a realizar no âmbito da elaboração do Relatório de Conformidade Ambiental – Descritor Património Cultural - do Projeto de Execução do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa, com a DIA (RECAPE).

O presente plano de trabalhos enquadra-se dentro da categoria C, alínea c), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de novembro – Novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que preconiza ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático.

A descrição do projeto encontra-se sintetizada na respetiva DIA (Declaração de Impacte Ambiental) da seguinte forma:

> *O prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara inicia-se a partir da zona já construída, localizada após a Estação de São Sebastião e será materializado com a construção de um **túnel de via dupla a partir da zona junto ao Palácio da Justiça até Alcântara, com uma extensão total de cerca de 4,1 Km**, incluindo cerca de **380 m, em viaduto**, na parte final do traçado.*
>
> *Ao longo do traçado prevê-se a construção de **três estações enterradas**: **Estação Amoreiras, Estação Campo de Ourique e Estação Infante Santo e uma estação à superfície, em Viaduto, a Estação Alcântara**. Inclui, ainda a execução de **3 poços de ventilação: PV1**[PV211], **PV2**[PV215] **e PV4** [PV217] (o PV3 foi abandonado)[2] que coincidem, na fase de obra, com os poços de ataque da escavação do túnel e, que no futuro, serão os pontos de acesso para manutenção, entrada de meios de socorro e saídas de emergência, caso necessário.*
>
> *A jusante da Estação Campo de Ourique, da Estação Infante Santo e no troço final do término da Estação Alcântara, a secção do túnel, contará com uma terceira via (via tripla) para resguardo/parqueamento de comboios.*
>
> *O viaduto será executado em estrutura metálica ligeira em treliça apoiado em três pilares com uma laje de betão sobre a qual os carris assentam. No enfiamento da Muralha do Baluarte do Livramento, através do qual este emerge será atravessado um edifício que se prevê ser demolido e reconstruídas as paredes exteriores, prevendo-se também que o edificado existente permaneça, se possível, apesar de terem sido identificadas construções adjacentes à Estação de Alcântara e ao Baluarte do Livramento que serão demolidas.*
>
> *Devido ao grande desnível existente entre os dois pontos de ligação deste projeto, a inclinação máxima (i = 4%) foi aplicada em grande parte do traçado.*

[2] Trata-se de um lapso, os poços são o PV211, PV215, e PV217.

Em relação aos métodos de construção prevê-se o recurso ao método NATM (New Austrian Tunnelling Method) na generalidade do traçado e a escavação a céu aberto na aproximação ao viaduto da Estação de Alcântara, a montante, no troço entre a Muralha do Chafariz das Necessidades e a Muralha do Baluarte do Livramento e, a jusante da mesma estação.

Para os vários estaleiros previstos associados quer à construção das Estações quer dos PV estima-se uma duração máxima na obra de 25 meses.

Na estimativa mais favorável prevê-se uma procura previsível de 71 861 passageiros diários, ou seja, um volume de passageiros de cerca de 26 milhões por ano.

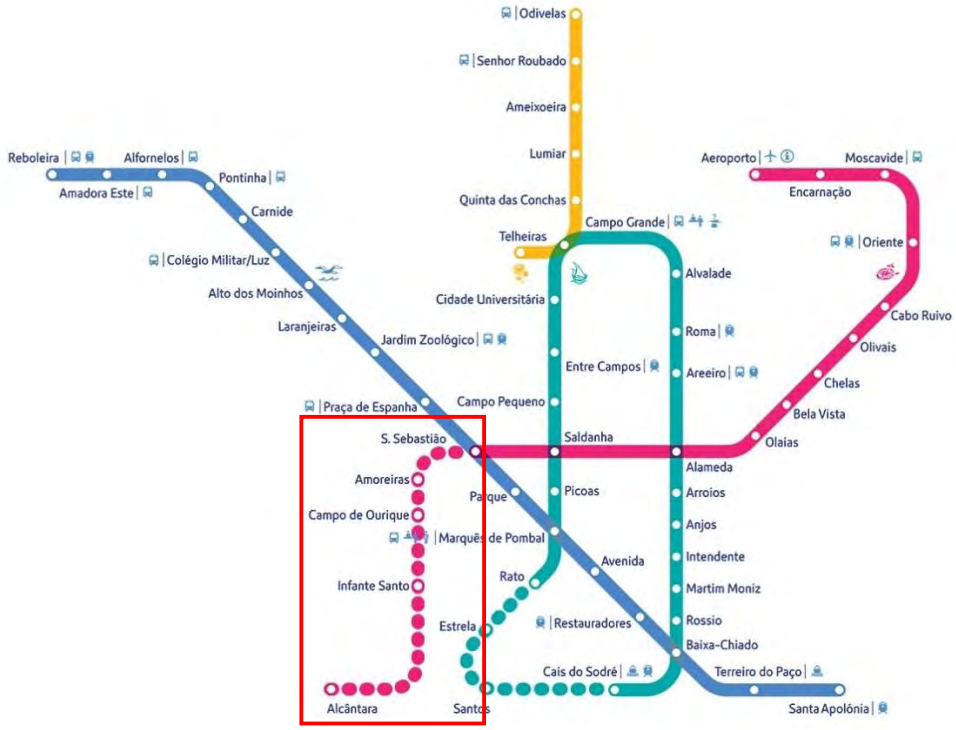


Figura 1 - Localização do prolongamento da Linha Vermelha (sobre desenho de memória Descritiva do Projeto[3])

Para os estudos a desenvolver em fase de anteprojeto e projeto de execução consideram-se ***áreas mais sensíveis*** as localizadas:

- numa faixa de 60 metros centrada no eixo do traçado;
- em locais com escavação a céu aberto, estações e poços de ventilação (PV);
- local de construção do viaduto
- locais onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m;
- locais destinados a estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes.

[3] Metro de Lisboa Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha Tomo I – Apresentação do Projeto Estudo Prévio, Volume 1 - Apresentação do Projeto Memória Descritiva e Justificativa, 23 de junho de 2023

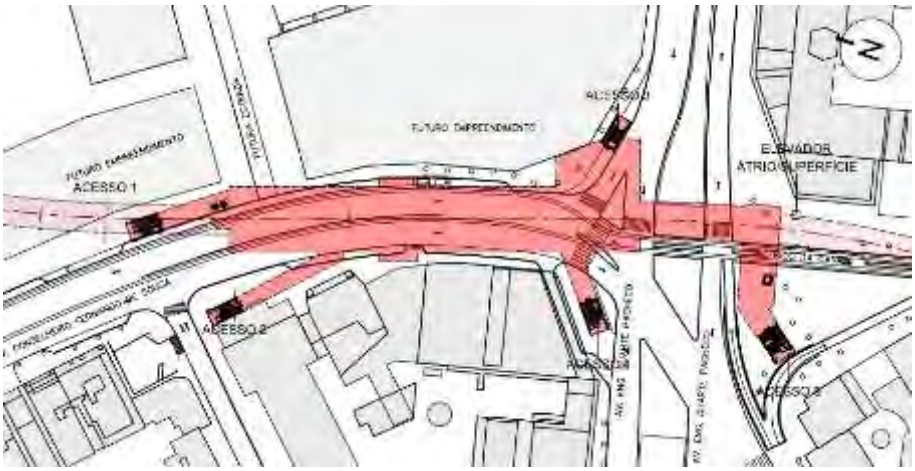


Figura 2 - Estação de Campolide/Amoreiras (estação *enterrada* a 18 m de profundidade) imagem extraída de documento atualizado[4] com a seguinte legenda: *implantação conforme elementos emergentes à superfície – acessos, chaminés e grelhas de ventilação encontra-se definida no desenho ML 123411 (Anexo Z – Implantação dos Acessos à Superfície).*



Figura 3 - Estação de Campo de Ourique (estação *enterrada* a 30m de profundidade), imagem extraída de documento atualizado[5] com a seguinte legenda: *Estação Campo de Ourique - Implantação conforme Anexo Z das 'bocas de acesso' à superfície (E1/E2/E3 e E4).*

[4] Metro de Lisboa - Linha Vermelha Entre São Sebastião e Alcântara, Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha, Tomo I – Apresentação do Projeto - Estudo Prévio. Volume 1 - Apresentação do Projeto, Memória Descritiva e Justificativa. Documento Elaborado por Rui Rodrigues e Afonso Guerreiro, Atualizado Em 2023-06-23, pág. 13

[5] Idem, pág. 15

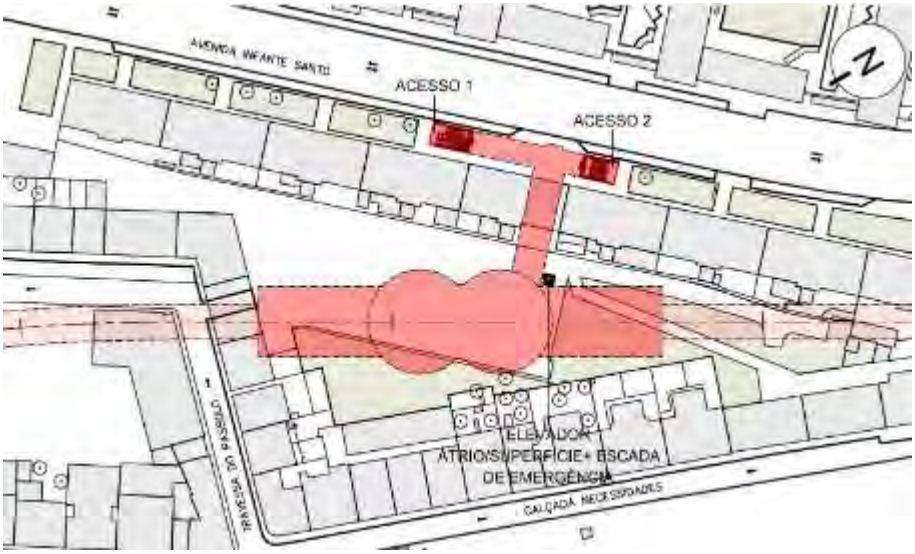
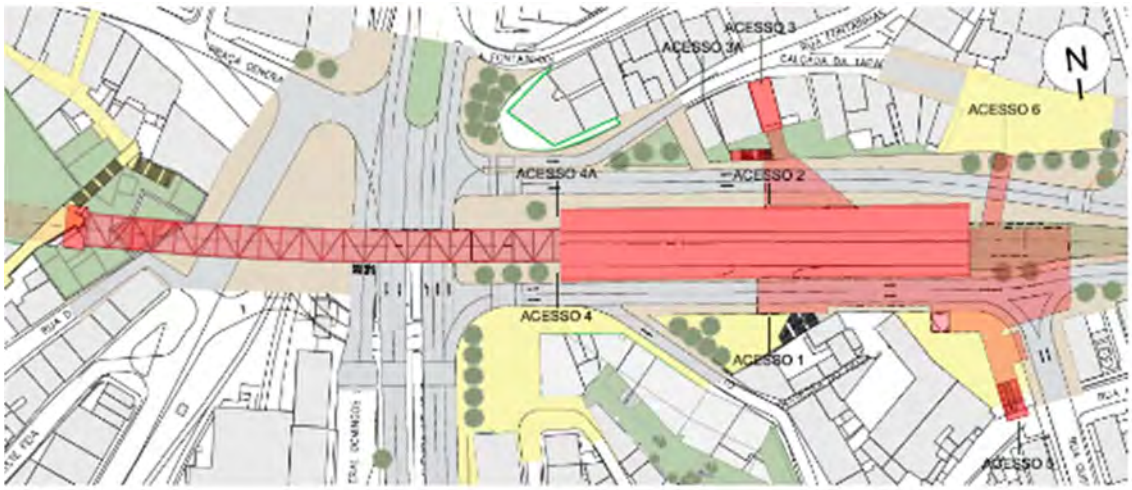


Figura 4 - Estação Infante Santo (estação enterrada a 32,5 m de profundidade), imagem extraída de documento atualizado[6] com a seguinte legenda: Estação Infante Santo, implantação das 'bocas de acesso' emergentes à superfície no passeio poente da Av. Infante Santo (E1/E2) conforme Anexo Z.



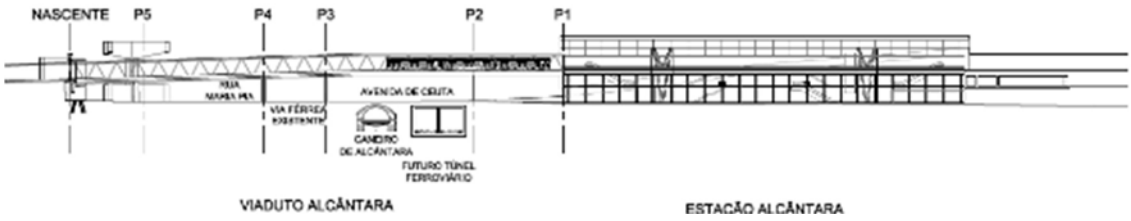


Figura 5 - Estação Alcântara (estação à superfície implantada no centro da avenida de acesso à Ponte 25 de abril e parte da sua estrutura irá ser feita em viaduto), imagem extraída de documento atualizado[7] com a seguinte legenda: *Estação Alcântara e Viaduto*.

[6] Idem, pág. 19
[7] Idem, pág. 22

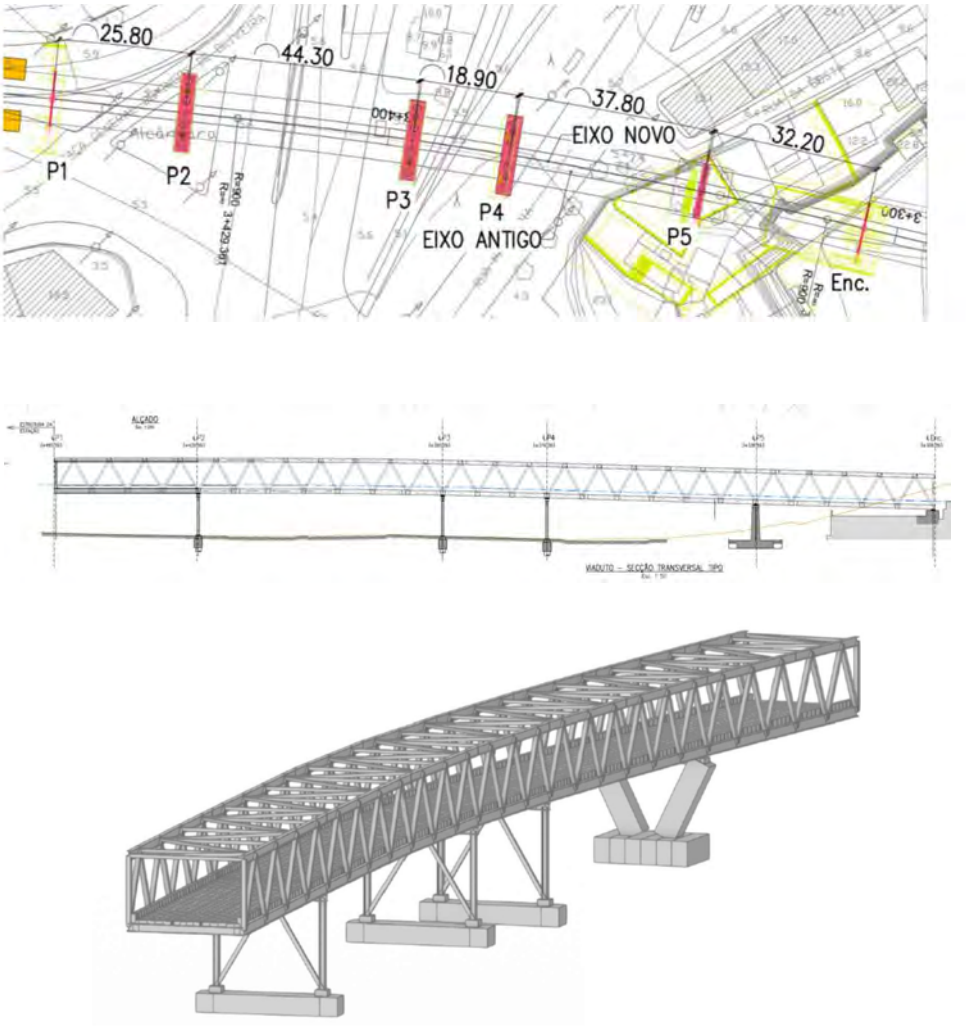


Figura 6 - Viaduto metálico sobre a Av. de Ceuta que viaduto que fará a ligação entre a Muralha do Baluarte do Livramento e a estação de Alcântara ao PK 3+523,693, atravessando perpendicularmente a Av. De Ceuta. Imagem extraída de documento atualizado[8] com a seguinte legenda: *Dimensionamento e conceção do Viaduto sobre o Vale de Alcântara elaborada no presente Estudo Prévio (LVSSA TAL EP STR VDT VDA DW 089101 0), em conformidade com a conceção apresentada no PP-ARQ.*

[8] Idem, pág. 25

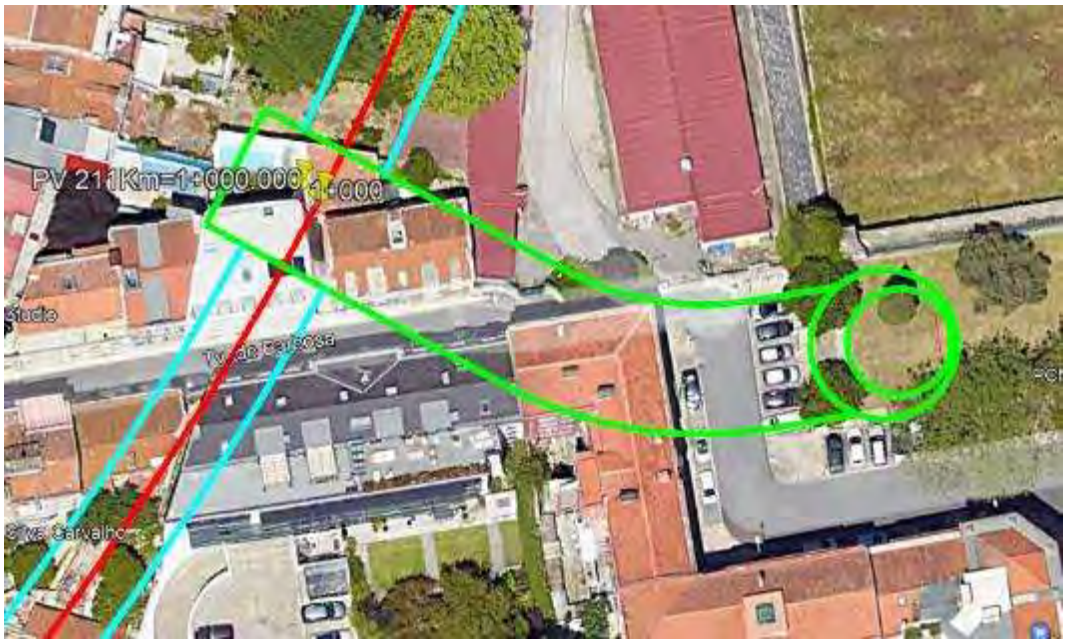


Figura 7 - PV 211 no Pk 1+000,000. Imagem extraída de documento atualizado[9] com a seguinte legenda: *Poço de Ventilação PV211(Km 1+000.000) – implantação em Google Earth.*

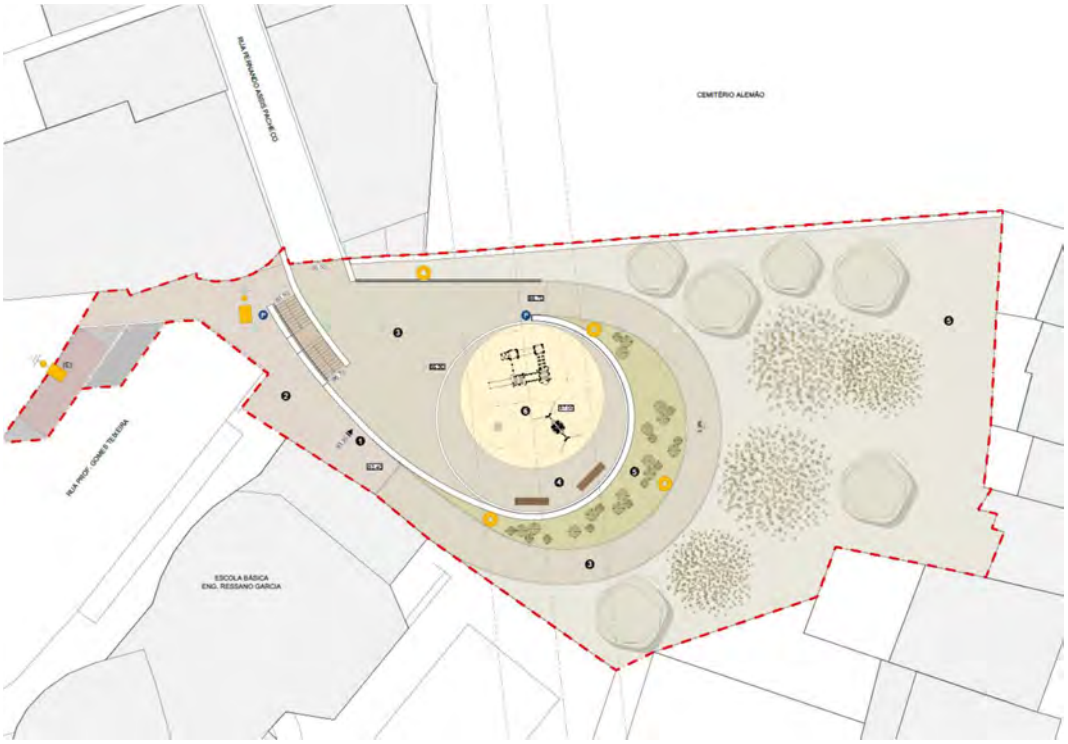


Figura 8 - PV 215 no Pk 2+103,037. Imagem extraída de documento atualizado[10] com a seguinte legenda: Poço de Ventilação PV215 (Km 2+103.037) conforme desenho de arquitetura paisagista incluído no presente Estudo Prévio (LVSSA CBJ EP APG PVE PV215 DW 076001 0).

[9] Idem, pág. 27
[10] Idem, pág. 28



Figura 9 - PV 217 no Pk 3+889,338. Imagem extraída de documento atualizado[11] com a seguinte legenda: *Poço de Ventilação PV217(Km 3+889.338) e passagem do túnel junto à fundação do pilar do viaduto de acesso à Ponte 25 de Abril. - implantação em Google Earth.*

Encontram-se assinaladas a vermelho as áreas do túnel com **profundidades inferiores a 25m** (incluídas também em *áreas mais sensíveis*). As áreas assinaladas a verde correspondem às áreas em que o túnel se situa a uma profundidade superior a 25m.

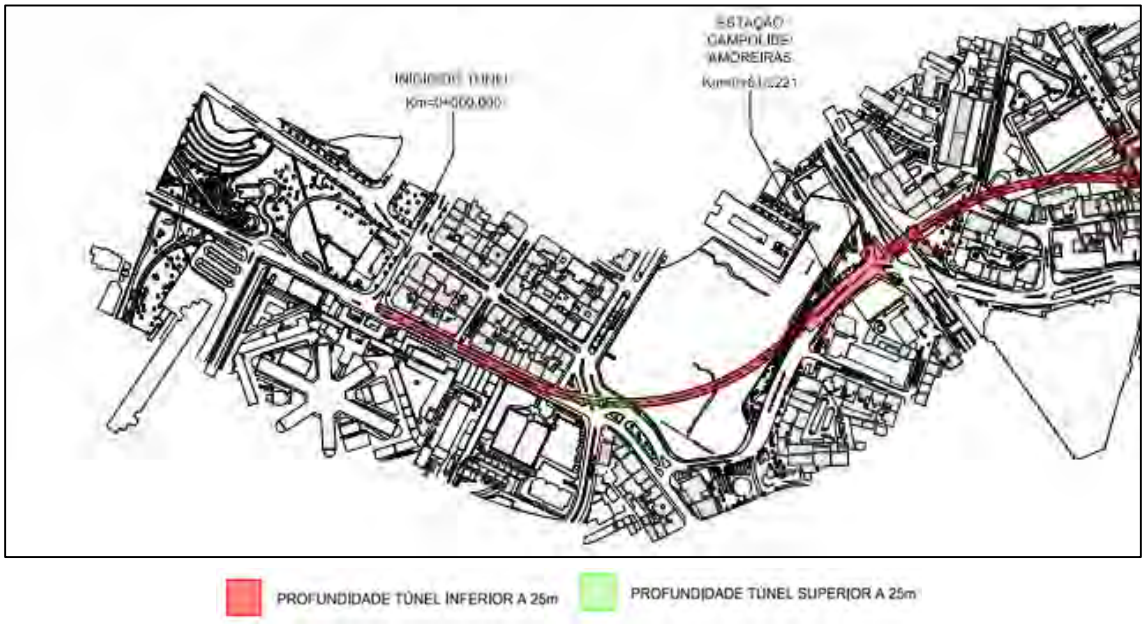


Figura 10 – Profundidade a que se encontra o túnel entre o ponto inicial e o PV211.

[11] Idem, pág. 29

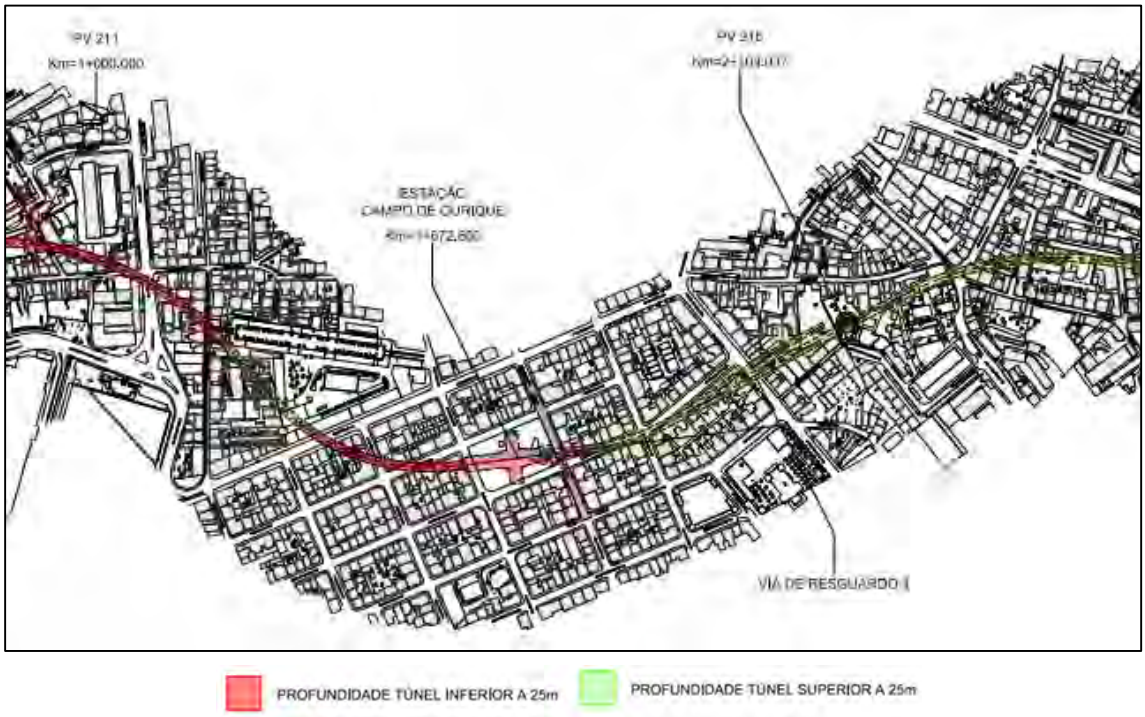


Figura 11 – Profundidade a que se encontra o túnel entre o PV211 e a estação Infante Santo.

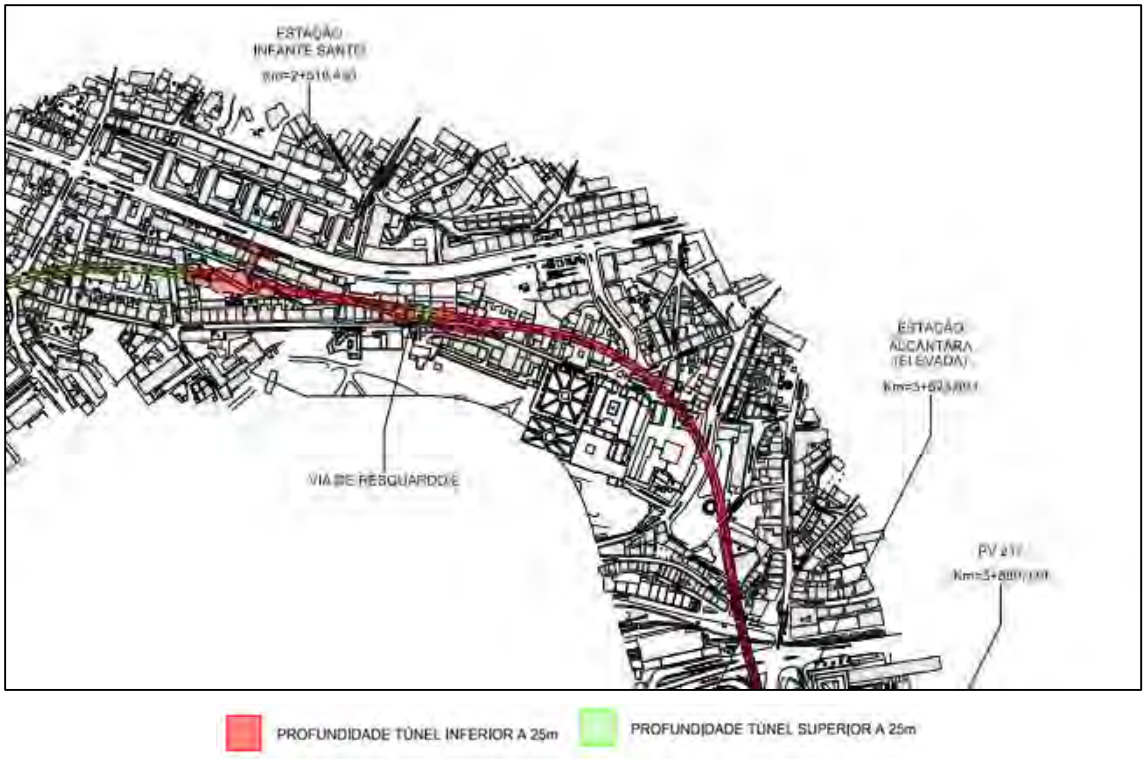


Figura 12 – Profundidade a que se encontra o túnel entre estação Infante Santo e o viaduto de Alcântara.

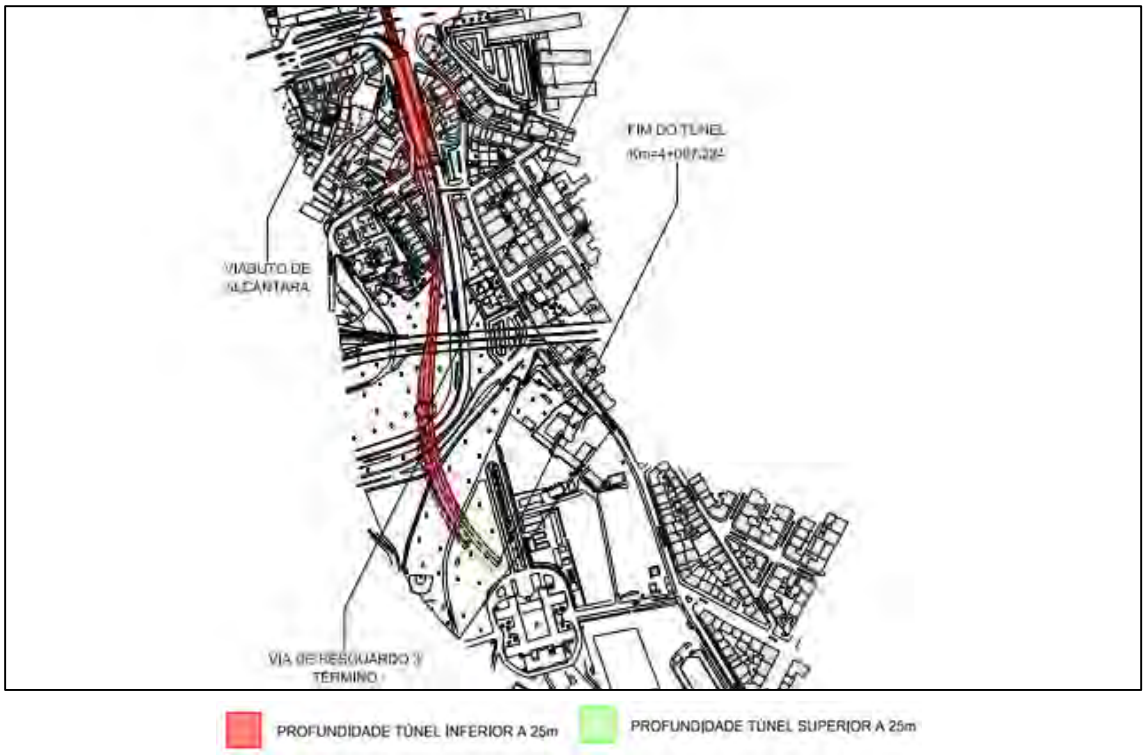


Figura 13 – Profundidade do túnel entre o viaduto de Alcântara e o fim do túnel.

O projeto insere-se nas seguintes áreas de proteção do património:

- ZEP do Conjunto do Palácio das Necessidades;
- ZEP conjunta do Museu Nacional de Arte Antiga / Igreja de São Francisco de Paula / Edifício do extinto Convento das Trinas do Mocambo / Chafariz da Esperança (no limite desta ZEP);
- ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas (no limite da ZEP);
- ZEP da Cadeia Penitenciária de Lisboa.

Localiza-se ainda na seguinte área definida no PDM de Lisboa (Aviso n.º 11622/2012 e sequentes dinâmicas):

- Área de **Valor Arqueológico de Nível III**
- **Baluarte do Livramento** (Património Municipal)

A fase de *Estudo Prévio* do projeto de *PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA ENTRE SÃO SEBASTIÃO E ALCÂNTARA,* submetido a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, decorreu no ano de 2021. A Comissão de Avaliação (CA) considerou necessária a apresentação de **elementos adicionais** que foram a aditados ao EIA[12] e o EIA declarado conforme a 13 de abril de 2022. Não obstante a sua conformidade, a CA considerou necessária a apresentação de ***elementos complementares***. Seguiram-se as fases de solicitação de pareceres, consulta pública (abril-junho de 2022), visita de reconhecimento ao local, apreciação ambiental do projeto, aditamento e elementos complementares, elaboração do parecer do CA e emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) a 26/8/2022[13].

[12] Estudo de Impacte Ambiental do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa Estudo Prévio **Aditamento, 4 de abril de 2022**

[13] APA [Agência Portuguesa do Ambiente], Processo AIA 3462. Disponível em: https://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=3462

Na fase anterior do estudo identificaram-se afetações das seguintes ocorrências patrimoniais, apresentadas, em síntese, na DIA:

a) Para a construção do viaduto que atravessa o Vale de Alcântara:

- *Oc. 1A, Baluarte do Livramento e Associação Casa de Goa*;
- *137 [edifício da Rua da Costa, n.º 8 a 20],*
- *138 [Pátio dos Quintalinhos / Pátio Operário] e Núcleo B [conjunto arquitetónico da Rua da Costa] resultantes das ações de demolição parcial ou total dos edifícios localizados contiguamente ao Baluarte do Livramento e da execução do projeto*;
- *Oc. 63, Palácio Fiúza, e o Núcleo A conjunto arquitetónico da Rua de Alcântara, onde está prevista a demolição parcial das ocorrências*;
- Oc. 2 e 30, ramais do Aqueduto das Águas Livres, correspondem a património imóvel classificado, cujos ramais em galeria subterrânea são atravessados pelo traçado em diversos locais e cujo estado de conservação e profundidade não são conhecidos com exatidão;

b) Por intervenções à superfície pela abertura dos Poços de ventilação (PV), vibrações:

- PV01 – *ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49*;
- PV02 – *Zona geral de proteção (ZGP) do Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados;*
- PV04 – *Zona geral de proteção (ZGP) da Tapada da Ajuda (conjunto intra-muros)*;
- Vibrações – impactos *na generalidade das ocorrências atrás referidas, designadamente na Oc. 12, Caneiro de Alcântara*.

Considerou-se particularmente significativo o impacto a ocorrer entre a Estação Infante Santo e Alcântara, no local de construção do viaduto, pela possibilidade de afetação da Muralha do Baluarte do Livramento.

Com os **estudos ambientais** desta fase pretende-se rever a identificação de elementos patrimoniais com afetação direta ou indireta situados na área do projeto e áreas afetas à sua execução como estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes. O inventário do património terá em conta as atualizações feitas nesta Fase de Projeto.

Pretendem-se realizar **sondagens arqueológicas** nos locais das futuras estações, poços de ventilação, Baluarte do Livramento e Palácio Fiúza (ver 4.3).

Terminados os trabalhos arqueológicos serão elaborados relatórios preliminares das intervenções arqueológicas cujos resultados serão integrados, em síntese, nos documentos que compõem o RECAPE.

No Relatório Base do RECAPE, será feita referência aos estudos elaborados no âmbito da componente patrimonial e o volume de Anexos integrará uma síntese dos resultados dos estudos ambientais relativos ao património arqueológico, arquitetónico e etnográfico incluindo os resultados das intervenções arqueológicas.

2 DETERMINAÇÕES DA DIA RELATIVAS AO PATRIMÓNIO CULTURAL

Com o presente estudo pretende-se dar respostas e/ou rever o cumprimento das condicionantes (C), elementos a apresentar em RECAPE (EAR), de medidas minimização (MM) e programa de monitorização (PMPC) dispostos na Declaração de Impacte Ambiental da AIA nº 3462, respeitantes ao Património Cultural[14] designadamente:

2.1 Condicionantes (C)

1. *O projeto de execução deve ser desenvolvido em conformidade e após aprovação pela DGPC do pedido de informação prévia (**PIP**) relativo ao troço Palácio das Necessidades-Vale de Alcântara, já submetido pelo Metropolitano de Lisboa.*

2. *No troço entre o Palácio das Necessidades - Vale de Alcântara, o projeto de execução deve garantir:*

a. *a **não afetação dos corpos nascente e nordeste do Palácio das Necessidades, largo fronteiro e da fonte/chafariz** localizado a sul (alimentado pelo ramal do Aqueduto das Águas Livres), aquando da realização da galeria subterrânea, ao nível das vibrações produzidas pelos trabalhos, mas também as decorrentes do funcionamento da linha do metro, devendo ser acautelado a integralidade de todos os bens imóveis classificados;*

b. *a **adequabilidade arquitetónica e patrimonial** da proposta relativa à "**interseção" do edifício situado na Rua da Costa n.º 8 a 20**, cuja proposta (de reconstrução) apresentada, pelo seu carácter disruptivo, não se aceita, devendo, em alternativa, ser ponderada a demolição do imóvel (total ou parcial) e assumida uma nova construção que atenue os impactes visuais e formais do traçado do viaduto junto às principais vistas, nomeadamente a partir da Rua Maria Pia, e que promova, igualmente, uma adequada cicatrização urbana;*

c. *que a intervenção no espaço inferior à cota da Rua da Costa, em articulação com o ponto anterior, alcance uma **adequada requalificação das áreas exteriores e demais imóveis** propostos a afetar (Núcleos Arquitetónicos designados pelo inventário patrimonial do EIA por **A,B, C e I**) preservando, tanto quanto possível, a respetiva frente urbana;*

d. *que a intervenção junto ao **Baluarte do Livramento** **e espaço envolvente**, clarifique o seu programa funcional e aposte numa estratégia de **minimização das áreas a demolir**, incluído as instalações da Casa de Goa (na salvaguarda dos paramentos das muralhas existentes) e da antiga vila operária (pelo seu valor de memória), assim como preveja uma adequada **requalificação dos espaços e demais integração paisagística**.*

3. *Junto ao **Baluarte do Livramento**, deve ser garantido:*

a. *A **não afetação das estruturas a "cotas positivas"** no limite noroeste do Baluarte do Livramento;*

b. *A realização do adequado **diagnóstico arqueológico** que demonstre que a plataforma defronte da muralha noroeste, à saída do túnel, corresponderá a um afloramento rochoso, e não a uma estrutura (desmoronada) pertencente à designada segunda muralha inferior existente a norte.*

c. *A **revisão do projeto**, de modo a assegurar que a sua construção, preferencialmente em túnel mineiro, **não afetará a integridade do troço da muralha de cronologia anterior à fortaleza seiscentista**, objeto de escavação e valorização nos anos 90 do século XX.*

[14] Adverte-se que as Medidas doravante indicadas foram redigidas anteriormente ao ano de 2024, encontrando-se a Tutela identificada como DGPC (Direção Geral do Património Cultural), tendo a mesma à presente data sido convertida em CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.), organismo sujeito à superintendência do PC-IP (Património Cultural I.P.).

d. *O* ***rebaixamento máximo da cota base do túnel no atravessamento da estrutura defensiva*** *para que os impactes visuais e formais no limite noroeste, na transição entre a secção em túnel e a solução para viaduto, possam ser os menores possíveis;*

e. O escoramento e entivação preventiva da guarita do Baluarte*, devendo qualquer opção alternativa de atuação de preservação deste elemento patrimonial ser devidamente fundamentada (incluindo a atual proposta de desmonte, no início da empreitada, para posterior reposição no final dos trabalhos).*

2.2 Elementos a apresentar em RECAPE (EAR)

O RECAPE deve integrar todos os elementos indicados no ponto II do documento orientador intitulado "Normas técnicas para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução", aprovado pelo Grupo de Pontos Focais das Autoridade de AIA e disponível no sítio da APA na internet.

Para a elaboração do RECAPE ***a equipa de trabalhos arqueológicos deve ser previamente autorizada pela DGPC*** *e deve ser efetuada a consulta dos processos do seu arquivo.*

- **EAR 1**. ***Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC)*** *que envolva a sua* ***salvaguarda, monitorização, conservação e restauro****, quer numa fase prévia à obra, quer na fase de execução e de exploração. Este Plano terá que incluir uma* ***proposta metodológica de escavação arqueológica*** *que tenha em consideração: os resultados dos trabalhos arqueológicos; os resultados das sondagens geológicas; os faseamentos previstos na realização do projeto; a natureza das intervenções e as soluções para os processos construtivos. Terá, ainda, em consideração a necessidade de proceder à escavação integral dos contextos arqueológicos a afetar pelo projeto e pelo necessário desvio de infraestruturas, bem como de salvaguardar os procedimentos e meios necessários para garantir a conservação preventiva dos bens arqueológicos exumados.*
- **EAR 2**. ***Demonstração de que o desenvolvimento do projeto de execução procurou evitar a afetação direta das ocorrências patrimoniais*** *identificadas ou demonstração da inevitabilidade dessa afetação. Quando por razões técnicas do projeto, não houver possibilidade de proceder a alterações pontuais de traçado ou de localização dos respetivos componentes,* ***a afetação direta total ou parcial de uma ocorrência patrimonial deve ser plenamente justificada*** *e assumida como inevitável. Deve ficar também expressamente garantida a* ***salvaguarda pelo registo arqueológico*** *da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra, independentemente do seu meio. No caso de elementos arquitetónicos, tal deve ser assegurado através de registo gráfico, fotográfico e da elaboração de memória descritiva; no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.*
- **EAR 3**. ***Demonstração de que o projeto de execução foi desenvolvido tendo em consideração as delimitações oficiais dos bens imóveis patrimoniais classificados e em vias de classificação, respetivas zonas de proteção*** *legal em vigor, e dos bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis (Anexo III do Regulamento do PDM de Lisboa), fazendo-se o possível para evitar a respetiva afetação.*
- **EAR 4**. ***Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural*** *(PCVPC) que contemple um programa para a criação de um* ***espaço museológico*** *que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um* ***cronograma para a publicação*** *monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos. O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto.*

- **EAR 5**. *Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.*
- **EAR 28. *Carta de Condicionantes*** *à localização dos Estaleiros, manchas de empréstimo e depósito, com a implantação dos elementos patrimoniais identificados, a qual deve integrar o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO); na fase obra a mesma deve ser facultada a cada empreiteiro.*
- **EAR 29.** *Análise da instalação de **estaleiros**, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes em locais situados **a menos de 25 m das ocorrências patrimoniais**, a qual deve ser condicionada ao mínimo necessário para a realização da obra. O estaleiro a situar no Baluarte do Livramento deve cingir-se ao mínimo e ao estritamente necessário para a execução da obra no local.*

2.3 Medidas de Minimização (MM)

Disposições gerais:

*Tendo como base o documento "Medidas de Minimização Gerais da Fase de Construção" devem ser **adequadas e integradas as medidas que se apliquem ao projeto de execução** que vier a ser desenvolvido. Também as medidas de minimização específicas apresentadas no EIA devem ser **revistas de acordo com o projeto de execução**.*

*Todas as medidas de minimização dirigidas à fase de preparação prévia à obra e à fase de execução da obra **devem constar no respetivo Plano de Acompanhamento Ambiental de Obra** (PAAO), o qual deve integrar o caderno de encargos da empreitada.*

Além das medidas elencadas na presente decisão, devem ser preconizadas no RECAPE todas as medidas que possam vir a ser consideradas relevantes em função do desenvolvimento do projeto de execução, para uma velocidade máxima de circulação de 70 km/h, e correspondente reavaliação de impactes.

Medidas para o projeto de execução **(Património Cultural) (MM)**

- **MM2 - *Não afetar diretamente bens imóveis classificados ou em vias de classificação.***
- **MM3 -** *Projetar o túnel da Linha Vermelha para a **profundidade de segurança**, para a localização no terreno da rede do **Aqueduto das Águas Livres** (MN), numa **cota a definir pelos estudos de Engenharia, Geotecnia e Arqueologia**, a serem aprovados previamente pela DGPC, mediante o levantamento topográfico dos ramais, determinando o traçado, características e profundidade a que se encontram e pelo registo fotográfico e descritivo, devendo aplicar-se nos seguintes locais:*
  a. Rua Marquês de Fronteira, Reservatório do Pombal.
  b. Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga.
  c. Reservatório do Arco das Amoreiras.
  d. Travessa do Barbosa.
  e. Rua Ferreira Borges.
  f. Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte.
  g. Palácio das Necessidades / Jardim Olavo Bilac, ramal de abastecimento à fonte.
- **MM4 - Prever a preservação in situ das preexistências do Baluarte do Livramento**, definindo um plano de reabilitação e valorização, face à intervenção para a construção do túnel e do viaduto de Alcântara.

- **MM5 -** Prever a **preservação in situ do Palácio Fiúza** (Oc. 63), procurando compatibilizar a intervenção para a construção da Estação de Alcântara e as consequentes alterações da rede viária
- ***MM19.*** *Garantir a menor afetação do pavimento em* ***calçada*** *de desenho abstrato geométrico em branco, preto e rosa do jardim poente da Av. Infante Santo com assinatura de Gonçalo Ribeiro Telles. Havendo necessidade de afetar este pavimento, deve ser levantado pormenorizadamente e a sua reposição acompanhada por um formador especializado da Escola Municipal de Calceteiros de Lisboa.*

Fase Prévia à Obra

- **MM26** ***e.*** *O* ***cronograma*** *da obra deve compreender o tempo necessário à boa execução das* ***medidas de salvaguarda do Património Cultural****, nomeadamente para a realização de todos os trabalhos arqueológicos.*
- **MM27** *Prever a colocação de barreiras para minimizar a* ***dispersão de partículas e lamas e a rega da área de circulação, de forma a minimizar a afetação das ocorrências patrimoniais****, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação.*
- **MM28.** ***Sinalizar e vedar****, sempre que possível, tendo em atenção a tipologia e contexto, as* ***ocorrências patrimoniais*** *situadas até cerca de 50 m da obra (com expressão à superfície), condicionando a circulação de maquinaria, de modo a evitar a sua afetação. Esta medida deve ser adaptada aos condicionalismos existentes e articular-se com o plano de acessos à obra.*
- **MM29.** *Prever a* ***execução de sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico nas áreas de afetação à superfície*** *para definição e caracterização das sequências estratigráficas, nomeadamente nas* ***áreas dos poços de ventilação e acesso, estações a construir, acessos viários da Estação de Alcântara, do Núcleo A, Rua da Alcântara e do Núcleo B, Rua da Costa****.*
- **MM31.** *Apresentar um levantamento do estado de conservação interior e exterior do património arquitetónico localizado numa faixa de 60 m centrada a eixo dos traçados e onde a profundidade dos túneis seja inferior a 25 m.*
- **MM32.** ***Prospeção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra****, caso as mesmas se encontrem fora das áreas prospetadas nessa fase ou caso tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo.*
- **MM33.** *Realizar* ***ações de formação e de sensibilização ambiental e patrimonial*** *para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos (incluído no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra) incluindo os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado.*
- **MM36.** *Delimitar a área de acesso ao Estaleiro da Estação Infante Santo, garantindo a menor afetação do pavimento em* ***calçada de desenho abstrato*** *geométrico em branco, preto e rosa do jardim poente da Av. Infante Santo com assinatura de Gonçalo Ribeiro Telles.*

Fase de Obra

- **MM56.** *Efetuar uma avaliação geológica das cavidades cársicas ou outros elementos de especial interesse geológico, paleontológico ou espeleológico que sejam postos a descoberto durante as operações de escavação, devendo o procedimento técnico a adotar, apontar sempre para o seu estudo de caracterização e divulgação de resultados.*

Considerar a sua preservação, desde que não ponha em causa a estabilidade do maciço, colocando em risco pessoas e bens.

- **MM88.** *Prever o **acompanhamento arqueológico** a ser efetuado de modo efetivo, continuado e direto por um arqueólogo em cada frente de trabalho sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais mas simultâneas.*
- **MM89.** *Efetuar o **acompanhamento arqueológico** da obra em todos os trabalhos, durante a instalação de estaleiros, fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos desde as suas fases preparatórias.***MM90.** ***Conservar in situ** (mesmo que de forma passiva) as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial, no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual **ou salvaguardar pelo registo**.*
- **MM91.** *Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas. Em caso de identificação de contextos arqueológicos preservados realizar a respetiva escavação arqueológica.*
- **MM92**. *Avaliar, pela direção científica dos trabalhos arqueológicos, por equipa especializada em espeleo-arqueologia e pela DGPC, as **cavidades cársicas** que surjam no decurso da obra, dos trabalhos arqueológicos e de demolição do edificado.*
- **MM93.** *Colocar em depósito credenciado pelo organismo de tutela os **achados arqueológicos móveis** encontrados no decurso da obra.*
- **MM94.** *Implementar as propostas do Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) com vista à **valorização dos elementos patrimoniais ou dos resultados obtidos com os trabalhos arqueológicos** nalguns dos espaços públicos a construir ou reabilitar em articulação com a DGPC.*
- **MM99.** Executar, de acordo com o projeto de execução a ser aprovado pela DGPC, o **espaço museológico** para exibição pública dos principais achados arqueológicos, após a conclusão da obra, no prazo máximo de dois anos.

Fase de Exploração

- **MM112.** *Fornecer aos empreiteiros e subempreiteiros a **Carta de Condicionantes atualizada com a implantação de todos os elementos patrimoniais identificados**, quer com os que se venham a identificar na fase de construção, sempre que se desenvolverem ações de manutenção ou outros trabalhos*.
- **MM113.** *Efetuar o **acompanhamento arqueológico e cumprir as medidas de minimização previstas para a fase de construção**, quando aplicáveis, sempre que ocorram trabalhos de manutenção na infraestrutura do Metropolitano de Lisboa, que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto, nomeadamente em áreas anteriormente não afetadas pela construção das infraestruturas (e que não foram alvo de intervenção).*
- **MM114.** ***Publicar as monografias resultantes dos trabalhos patrimoniais**.*

2.4 Programa de Monitorização (PMPC)

Em função do projeto de execução que vier a ser elaborado, devem ser desenvolvidos os seguintes programas de monitorização, tendo em conta o referido no EIA e as diretrizes a seguir elencadas. (…)

6. Programa de Monitorização do Património Cultural (PMPC)

O Programa de Monitorização do Património Cultural deve conter os seguintes aspetos:

- *Objetivos concretos.*
- *Parâmetros de monitorização.*
- *Locais a monitorizar.*
- *Frequência das amostragens.*
- *Métodos de registo e de que forma devem ser apresentados e analisados os resultados, bem como as medidas necessárias adotar conforme os diferentes cenários, inclusive durante a fase de exploração.*

3 LOCALIZAÇÃO

A área de incidência situa-se nas freguesias de Avenidas Novas, Campolide, Santo António, Campo de Ourique, Estrela e Alcântara.

No quadro que se segue apresentamos as coordenadas geográficas dos principais pontos do traçado:

Local	km	Latitude	Longitude
INÍCIO DO TÚNEL	Km=0+000,000	38°43'47.74"N	9° 9'28.62"W
ESTAÇÃO CAMPOLIDE/ AMOREIRAS	Km=0+616.221	38°43'30.50"N	9° 9'36.26"W
PV 211	Km=1+000.000	38°43'18.86"N	9° 9'36.29"W
ESTAÇÃO CAMPO DE OURIQUE	Km=1+672.808	38°43'4.24"N	9° 9'54.99"W
PV 215	Km=2+098.037	38°42'50.66"N	9° 9'54.95"W
INFANTE SANTO ESTAÇÃO	Km=2+518.438	38°42'37.75"N	9° 9'58.51"W
OBRA ESPECIAL TÚNEL ZONA DO BALUARTE		38°42'23.48"N	9°10'19.69"W
VIADUTO DE ALCÂNTARA		38°42'24.13"N	9°10'24.35"W
ALCÂNTARA ESTAÇÃO (ELEVADA)	Km=3+524.832	38°42'24.60"N	9°10'30.20"W
Obra especial OE6 - Troço a céu aberto de		38°42'24.95"N	9°10'33.77"W
PV 217	Km=3+890.476	38°42'28.35"N	9°10'44.34"W
FIM DO TÚNEL	Km=4+097.224	38°42'28.01"N	9°10'52.68"W

A Altitude da área afeta ao projeto situa-se entre 110 metros (no Km=0+000,000) e 40m (Km=4+097.224) acima do nível médio das águas do mar no marégrafo de Cascais.



Figura 14 - Localização do Prolongamento da Linha Vermelha sobre carta militar de Portugal, folha 431 (imagem produzida a partir de desenho nº 7.1 (março de 2022).



Figura 15 – Planta das principais infraestruturas do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara (LVSSA) – implantação no Google Earth.

4 TRABALHOS A REALIZAR

O presente PATA engloba os seguintes trabalhos:

a) **estudos ambientais** da área do projeto na componente de património cultural (arquitetónico, arqueológico e etnográfico)
b) **intervenção arqueológica** a realizar em fase de RECAPE

São objetivos desta fase dos trabalhos responder às seguintes Condicionantes (C), Elementos a Apresentar em RECAPE (EAR) e Medidas de Minimização (MM) da DIA.

- **C3** - *Junto ao* ***Baluarte do Livramento*** *(…) realização do adequado* ***diagnóstico arqueológico*** *que demonstre que a plataforma defronte da muralha noroeste, à saída do túnel, corresponderá a um afloramento rochoso, e não a uma estrutura (desmoronada) pertencente à designada segunda muralha inferior existente a norte.*
- **EAR 5**. *Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.*
- ***MM29.*** *Prever a* ***execução de sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico*** *nas áreas de afetação à superfície para definição e caracterização das sequências estratigráficas, nomeadamente nas áreas dos poços de ventilação e acesso, estações a construir, acessos viários da Estação de Alcântara, do Núcleo A, Rua da Alcântara e do Núcleo B, Rua da Costa.*
- **MM32.** ***Prospeção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra****, caso as mesmas se encontrem fora das áreas prospetadas nessa fase ou caso tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo.*

4.1 Revisão do Estudo Ambiental em Fase de RECAPE

Nesta fase será revisto o estudo anterior (componente de património integrada no EIA desenvolvido em fase de Estudo Prévio), designadamente:

- Revisão e Atualização da Caracterização da Situação de Referência
- Revisão dos Impactes sobre o Património Cultural
- Revisão das Medidas de Minimização
- Estudos Complementares, incluindo estudos histórico-arqueológicos mais aprofundados das ocorrências patrimoniais a afetar com o desenvolvimento do projeto.

Será levada a cabo uma revisão do inventário e aprofundamento da caracterização das ocorrências patrimoniais identificadas em fase de estudo prévio submetido a procedimento de AIA, circunscrevendo agora a área de estudo a um corredor de 60 metros centrando no eixo do traçado (nas áreas em que o túnel tem uma profundidade inferior a 25 metros) e áreas mais sensíveis com intervenção à superfície (estações, poços de ventilação e viaduto), de acordo com o definido na MM31 da DIA[15].

A redução da área de estudo tem por objetivo a realização de uma análise mais aprofundada, em particular das ocorrências potencialmente sujeitas a algum tipo de impacte.

[15] MM31. *Apresentar um levantamento do estado de conservação interior e exterior do património arquitetónico localizado numa faixa de 60 m centrada a eixo dos traçados e onde a profundidade dos túneis seja inferior a 25 m.*

Tendo em conta a indissociabilidade do património arquitetónico e arqueológico os resultados dos estudos históricos, registos e intervenção arqueológica serão alvo de análise de síntese conjunta nos estudos complementares e relatórios síntese.

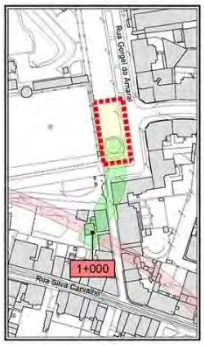
4.2 Prospeção arqueológica

A área de implantação do prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa enquadra-se no ambiente urbano da cidade de Lisboa. Apesar de densamente construída, tanto pelo casario e estruturas urbanas à superfície como por infraestruturas no subsolo, torna-se necessário acautelar a identificação de eventuais ocorrências com valor patrimonial e/ou arqueológico, cuja presença se possa dispor por entre as zonas que se associam ao presente projeto. Este princípio motivou a execução de uma ação de prospeção ao longo de todo o percurso da futura Linha, ainda em fase de Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

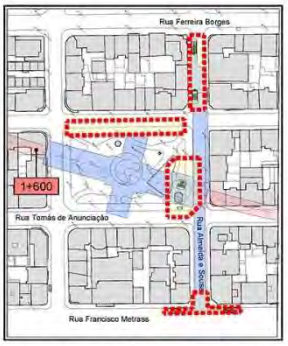
Tendo em vista o cumprimento da MM32 serão analisadas as peças do projeto referentes à localização dos estaleiros definidas em fase de anteprojeto e projeto de execução, complementando, se necessário, a prospeção levada a cabo no âmbito do referido EIA.

Em fase de diagnóstico arqueológico, propõe-se uma ação de prospeção e reconhecimento incidente às áreas reservadas para a instalação de estaleiros. Estas zonas correspondem às principais frentes de trabalho, sobretudo associadas à construção das Estações e Poços de Ventilação. No total contabilizam-se nove zonas onde se prevê delimitar áreas reservadas a estaleiro: 4 zonas associadas às Estações; 3 zonas associadas aos Poços de Ventilação; 1 zona associada ao viaduto de Alcântara e Baluarte do Livramento e 1 zona para estaleiro central.

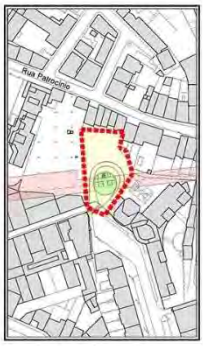
Esta proposta visa o cumprimento da MM32 da DIA, respeitante à prospeção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo, depósito de terras e caminhos de acesso à obra. De momento estão propostas as áreas de estaleiro, reservando-se a realização de novas ações de prospeção assim que estabelecidas as zonas das manchas de empréstimo e depósito de terras.



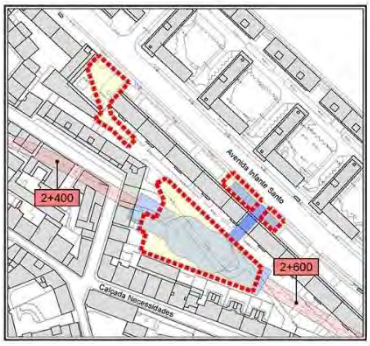
PV 211 (Km=1+000.000)
Escala 1:2000



Estação Campo de Ourique (Km=1+672.808)
Escala 1:2000



PV 215 (Km=2+103.037)
Escala 1:2000



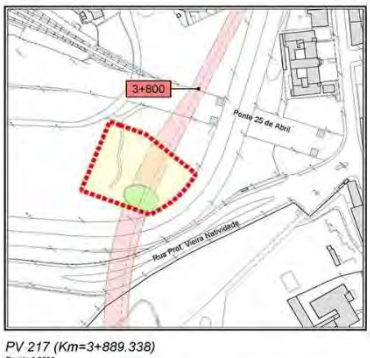
Estação Infante Santo (Km=2+518.438)
Escala 1:2000



Viaduto de Alcântara / Baluarte do Livramento
Escala 1:2000



Estação Alcântara (Km=3+523.693)
Escala 1:2000



PV 217 (Km=3+889.338)
Escala 1:2000



Figura 16 – Identificação das 9 zonas que comportam áreas reservadas a estaleiro.

4.3 Sondagens Arqueológicas

Os trabalhos arqueológicos preveem a realização de sondagens de diagnóstico em oito locais diferenciados, intimamente relacionados com as áreas de maior afetação que se antecipa para a fase de execução da empreitada. Entre estes locais, seis estão assim relacionados com as frentes onde foram projetados trabalhos de escavação desde a superfície e os outros dois encontram-se associados a elementos patrimoniais cuja localização revela uma estreita proximidade com os limites de obra e que, por esse motivo, poderão estar sujeitos a intervenções de consolidação ou afetação parcial.

Deste modo, os locais designados para a implantação de um conjunto de sondagens arqueológicas de diagnóstico são:

- Área de construção da Estação de Campolide/Amoreiras;
- Área de construção da Estação de Campo de Ourique;
- Área de construção da Estação Infante Santo;
- Área de construção do viaduto da Estação de Alcântara;
- Área de construção do PV211;
- Área de construção do PV215;
- Área de construção do PV217;
- Área do antigo Baluarte do Livramento;
- Área exterior do Palácio Fiúza.

A obra do novo túnel do Metropolitano será executada maioritariamente pelo método de escavação mineiro, ao longo do substrato natural. Contudo, para os locais de implantação das futuras estações, foram considerados para diagnóstico os limites dos acessos ao seu interior, os quais terão necessariamente de ser escavados desde a superfície para a sua ligação aos níveis inferiores. Para os poços de ventilação foi considerada a área de abertura da própria estrutura, tanto para os três poços ao longo do traçado (PV211, 215 e 217), assim como os que se associam às Estações. Para o caso dos elementos patrimoniais, neste caso o Baluarte do Livramento e o Palácio Fiúza, o número e disposição das sondagens obedeceu a objetivos próprios e adequados à construção, pelo que se especificam adiante.

De forma a apresentar o número de sondagens e respetiva distribuição, abordaremos individualmente cada uma destas frentes. As profundidades de referência para as sondagens em geral será de 2 a 2,50m.

4.3.1 Estação de Campolide/Amoreiras

A área reservada para a construção da Estação de Campolide/Amoreiras localiza-se na Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, junto da interceção com a Av. Eng. Duarte Pacheco e o eixo do Túnel do Marquês. Confina a nordeste com o lote de terreno desocupado que contorna o edifício da Direção Geral do Território.

Na sua planta foram associados cinco acessos à Estação, pelo que inicialmente foi estipulada a realização de 5 sondagens de diagnóstico abrangentes a cada uma destas posições. **Em resposta à informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, acrescentamos mais uma sondagem no local do elevador, assim como foi aumentada para 3x3m cada uma das restantes sondagens, passando de 30m² para um total de 54m².**

Em alguns dos casos, a sua área de implantação será ligeiramente desviada do local previsto para os acessos à estação, de forma a evitar condicionalismos, tais como a sobreposição à via rodoviária.

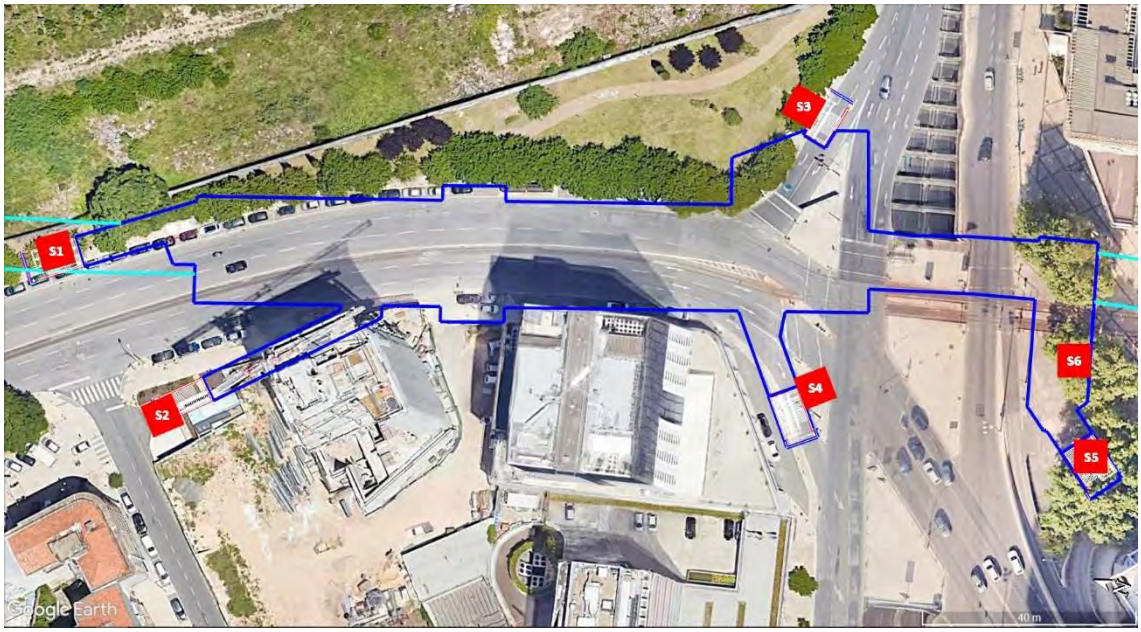


Figura 17 – Localização das 6 sondagens de diagnóstico para a Estação de Campolide/Amoreiras.



Figura 18 – Localização das mesmas 6 sondagens sobre a planta de projeto.

4.3.2 Estação de Campo de Ourique

Campo de Ourique terá acesso a uma das Estações projetadas para o prolongamento da Linha Vermelha, aqui prevista para o coração do bairro, sob o emblemático Jardim da Parada. Esta Estação prevê a serventia de acesso através de quatro pontos a construir na Rua Almeida Sousa e na Rua Francisco Metrass, assim como será dotada de um poço de ventilação cujo alinhamento da abertura incide com a área ocupada por um parque infantil e por instalações sanitárias localizadas na zona sudoeste do Jardim da Parada.

Perante as áreas de afetação previstas foram inicialmente propostas 4 sondagens de 3x2m cada, num total de 24m^2, por entre os dois acessos estimados para a Rua Francisco Metrass e um dos acessos da Rua Almeida Sousa, reservando-se a última sondagem para o Jardim da Parada, sobre os limites do poço de ventilação da Estação. **Em resposta à informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, acrescentamos mais uma sondagem na localização do acesso 2, situado na Rua Almeida e Sousa e alteramos a dimensão das sondagens para 3x3m cada, passando para 5 sondagens com uma área total de 45m^2.**



Figura 19 – Localização das 5 sondagens de diagnóstico para a Estação de Campo de Ourique.



Figura 20 – Localização das mesmas 5 sondagens sobre a planta de projeto.

4.3.3 Estação de Infante Santo

Junto da Av. Infante Santo, mais precisamente sob o terreno desocupado disposto entre esta e a Calçada das Necessidades, será construída a terceira Estação do novo troço da Linha Vermelha, a qual irá contar com dois acessos exteriores, ambos a construir na própria avenida.

Para esta frente foi inicialmente proposta a realização de 4 sondagens de 3x2m cada, num total de 24m^2, sendo duas das sondagens dispostas sobre a área dos futuros acessos e as restantes sobre a área central da Estação, onde futuramente se preveem afetações à superfície para a construção de estacionamento automóvel e arranjos de espaços ajardinados. **Em resposta à informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, acrescentamos mais uma sondagem no local do elevador e alteramos a dimensão das sondagens para 3x3m cada, passando para 5 sondagens com uma área total 45m^2.**

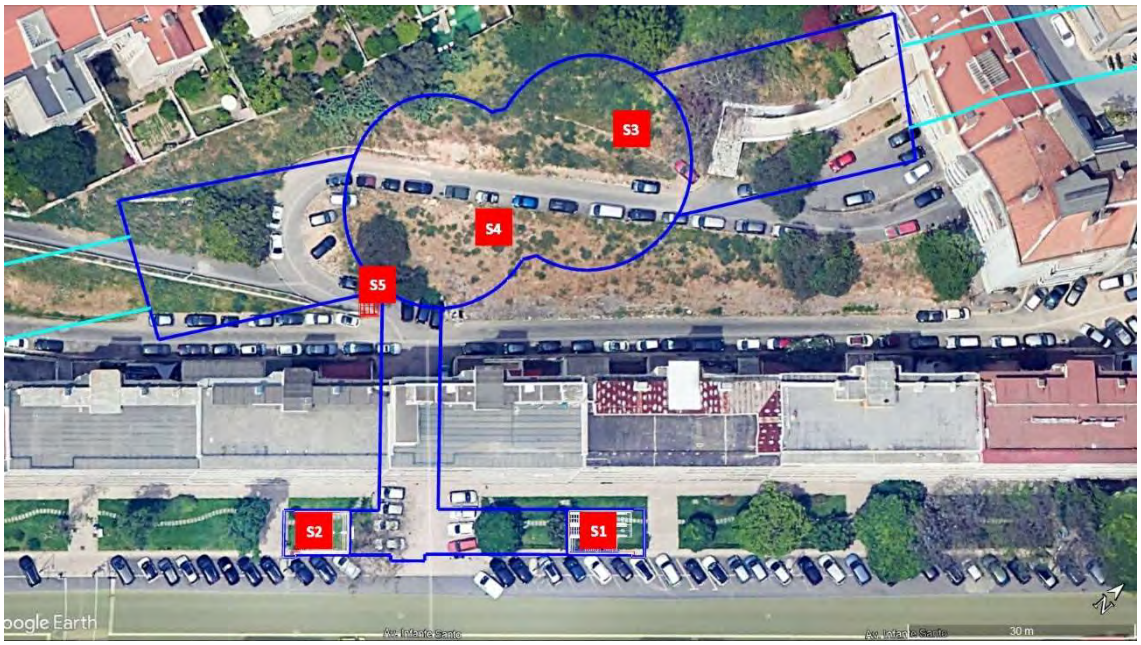


Figura 21 – Localização das 5 sondagens de diagnóstico para a Estação de Infante Santo.

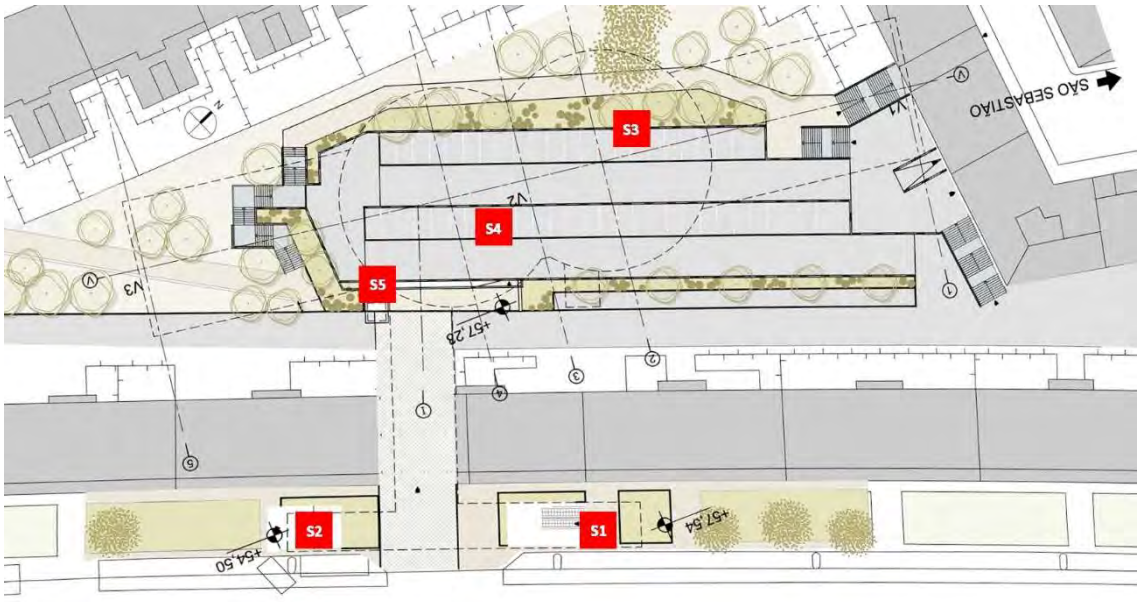


Figura 22 – Localização das mesmas 5 sondagens sobre a planta de projeto.

4.3.4 Estação de Alcântara

O prolongamento da Linha Vermelha terá como Estação terminal a de Alcântara. Esta Estação será construída em cota positiva e sobrelevada do nível de superfície por intermédio de um viaduto. De facto, entre o edifício localizado na interceção da Rua da Costa com a Rua Maria Pia, a nascente, junto ao Baluarte do Livramento, e o acesso à Ponte 25 de Abril, junto da Av. de Ceuta, a poente, todo o troço do Metropolitano será construído sobre um viaduto elevado. Deste modo, a afetação prevista ao nível do subsolo incide nos limites estipulados para a construção das sapatas dos pilares de suporte, tanto da Estação como do viaduto da Linha.

Em visita ao local, verificou-se que a encosta com o acesso à ponte, onde será construída a Estação de Alcântara, encontra-se com o substrato rochoso praticamente à superfície, derivado

da morfologia geológica do local, inserida no maciço calcário de Monsanto, e dos trabalhos de decapagem realizados para a construção da via que atualmente serve de acesso à ponte.

Por este motivo, as sondagens de diagnóstico inicialmente previstas para esta zona foram direcionadas para o local onde serão instalados os pilares de suporte do viaduto, previstos para três posições, duas destas em calçadas pedonais da Av. de Ceuta e uma na calçada da Rua Maria Pia.

Assim, para efeitos de diagnóstico, previa-se implementar 2 sondagens de 5x5m cada, num total de 50m^2, sobre os locais dos pilares a construir na Av. de Ceuta. No que respeita à Rua Maria Pia, o local onde será construído o terceiro pilar encontra-se numa zona de passeio estreito e junto a uma mancha de árvores de grande porte, onde se estima que o subsolo esteja massivamente ocupado por raízes de consideráveis dimensões. Estes condicionalismos inviabilizam a realização de uma sondagem neste local, para esta fase dos trabalhos.

A proposta teve em consideração as atuais condições do local, tanto pela ocupação da mancha de vegetação, como pelas vias de intenso movimento automóvel e pedonal que se associam à Av. de Ceuta e acesso à ponte 25 de Abril. Teve, portanto, a proposta inicial sido adequada às condições disponíveis e possíveis de implementar nesta fase do projeto.

Contudo, a determinação da DIA, conforme nos recorda informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, é «efetuar a escavação arqueológica integral das fundações do viaduto de Alcântara», pelo que a proposta apresentada não cumpria com o requisito. Assim, para efeitos de cumprimento com o estabelecido pela DIA, propomos que seja realizada a escavação arqueológica integral em fase de obra, momento no qual se prevê que estejam reunidas todas as condições para a sua execução, tanto no que respeita aos condicionalismos de movimentação de pessoas e viaturas (obedecendo a um planeamento para desvio do tráfego), sendo, nessa face, o espaço integralmente vedado e removidas as realidades contemporâneas à superfície, incluindo o manto vegetal. Desta forma, propomos a transição da realização destas sondagens para a fase de execução do projeto, abrangentes à total dimensão de afetação prevista para a construção das sapatas dos pilares do viaduto e Estação de Alcântara.

4.3.5 Poço de Ventilação 211

O primeiro poço de ventilação (PV) projetado para o novo traçado da Linha será localizado num espaço ajardinado que se dispõe no limiar da Rua Gorgel do Amaral e términus da Travessa do Barbosa, na zona das Amoreiras. Confina a norte com os limites do reservatório de água da EPAL. No local será realizada uma sondagem de diagnóstico de 3x3m, num total de 9m^2, no alinhamento da abertura do poço.



Figura 23 – Localização da sondagem de diagnóstico para o PV211.

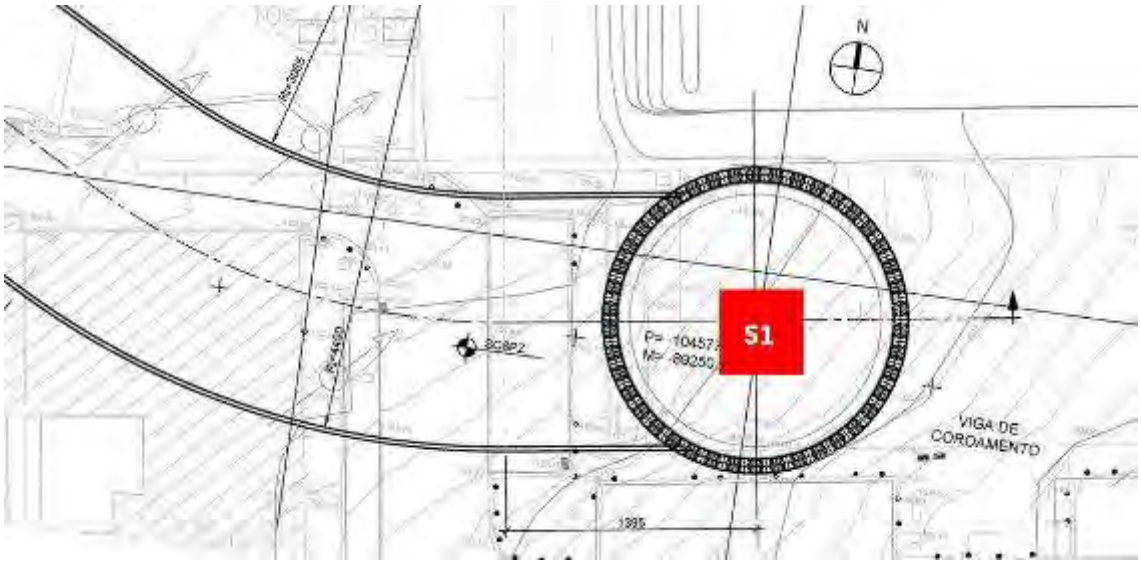


Figura 24 – Localização da mesma sondagem sobre a planta de projeto.

4.3.6 Poço de Ventilação 215

O seguinte poço de ventilação será construído em Campo de Ourique, mais precisamente no terreno desocupado que se dispõe no términus da Rua Professor Gomes Teixeira, limitado a norte pelo muro do Cemitério Alemão e a sul pela Escola Básica Eng. Ressano Garcia.

De forma semelhante ao caso anterior, também para o local do PV215 será implementada 1 sondagem de diagnóstico de 3x3m, num total de 9m^2, no alinhamento da abertura do poço.



Figura 25 – Localização da sondagem de diagnóstico para o PV215.

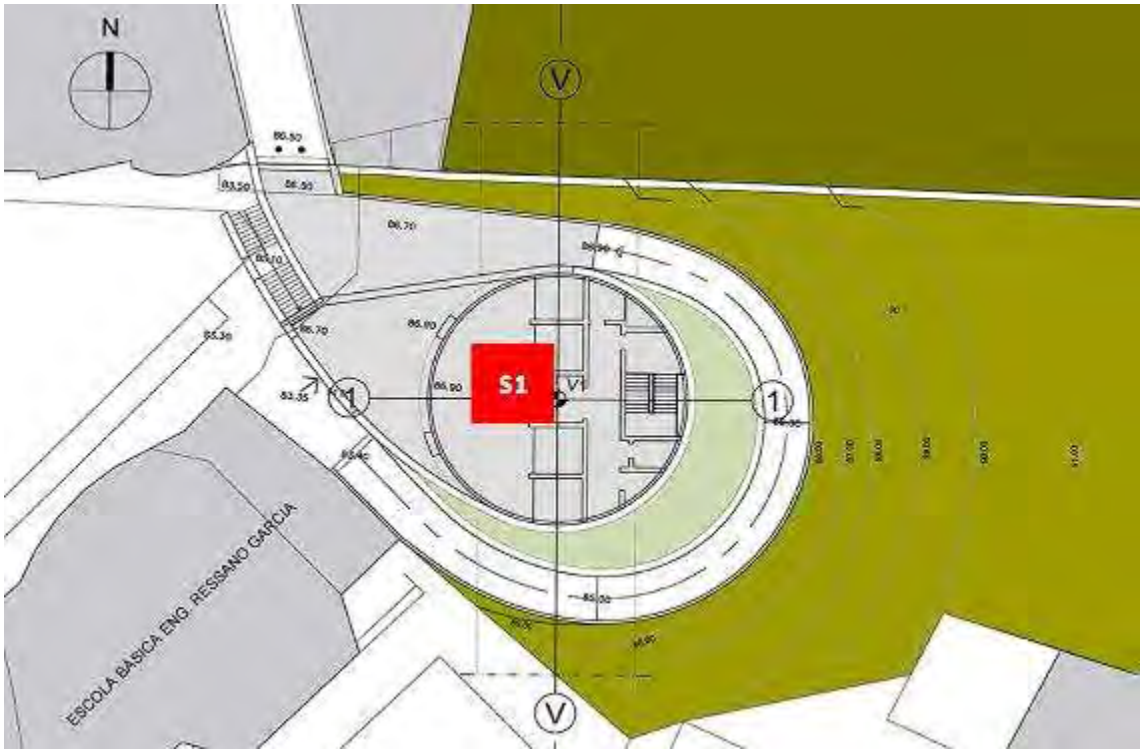


Figura 26 – Localização da mesma sondagem sobre a planta de projeto.

4.3.7 Poço de Ventilação 217

O terceiro poço de ventilação foi projetado para a zona terminal da nova Linha, após a Estação de Alcântara. O local incide na área florestada de Monsanto, entre o acesso rodoviário à Ponte 25 de Abril e a Rua da Quinta do Jacinto, no bairro do Alvito.

Considerando aqui a maior dimensão prevista para a abertura do poço, foi estipulada a realização de 2 sondagens de diagnóstico de 3x3m cada, num total de 18m^2.



Figura 27 – Localização das 2 sondagens de diagnóstico para o PV217.

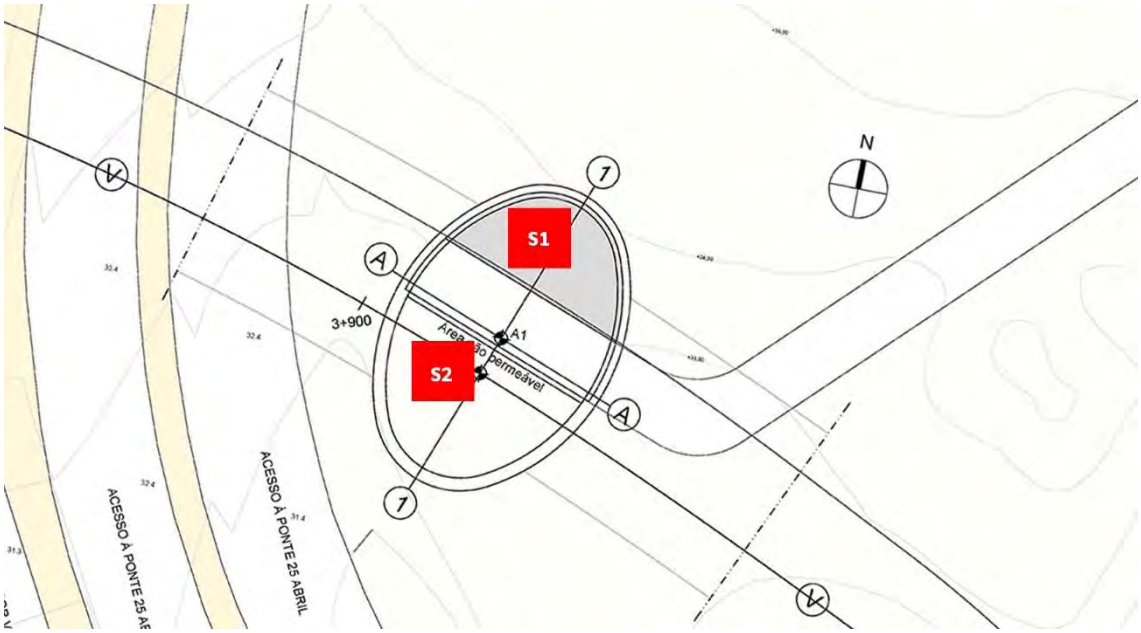


Figura 28 – Localização das mesmas sondagens sobre a planta de projeto.

4.3.8 Baluarte do Livramento

Do antigo Baluarte do Livramento apenas subsistem partes da sua estrutura, com especial destaque para uma das guaritas, que ainda se conserva no cunhal norte da muralha, assim como troços da sua muralha e o terrapleno do lado norte a esta associado. O baluarte foi fustigado pelo terramoto de 1755, mais tarde pelas alterações e desmantelamentos sofridos no século XIX e pela construção civil que progressivamente foi ocupando os seus espaços e aproveitando parte dos seus materiais de construção. A última intervenção significativa verificou-se no seu interior, quando nos anos 90 do século XX o espaço foi convertido em área de restauração (Casa de Goa),

altura em que decorreram trabalhos arqueológicos que permitiram colocar a descoberto um troço de muralha mais antigo, da primeira metade do século XVII, anunciando assim uma fase construtiva anterior ao baluarte que aqui se erigiu na segunda metade da mesma centúria, após as *Guerras da Restauração* (*vide* DIOGO & TRINDADE: 2001).

Nesta secção do projeto da nova Linha, o seu traçado interceta os limites do baluarte e terá passagem a curta profundidade, pois será sensivelmente a partir deste ponto, a nascente dos limites da muralha, que o percurso da Linha passará de subterrâneo a exterior, isto é, de túnel a viaduto, pelo que será necessário a realização de trabalhos que envolvam a estrutura do baluarte.

Para o desenvolvimento do projeto de execução está prevista a realização de 3 carotes – C1, C2 e C3 – a realizar na base da muralha poente. A realização das referidas carotes tem como objetivo a caracterização das cotas e condições de fundação da muralha, prevendo-se a realização de furos inclinados a 45º com a horizontal. Os furos não ficaram visíveis e serão preenchidos com cal hidráulica natural.



Figura 29 – Localização dos carotes.

Considerando os eventuais trabalhos na área deste monumento, propusemos inicialmente a realização de 6 sondagens de diagnóstico, neste caso 2 de 4x2m e 4 sondagens de 3x2m, num total de 40m^2. **Em resposta à informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, mantivemos as 6 sondagens propostas, alterando a sua dimensão para: 2 de 4x3m e 4 de 3x3m, passando a uma área total de 60m^2.**

A sua distribuição considerou dois fatores: o traçado do futuro túnel e as secções subsistentes das muralhas do baluarte. Para o efeito, propôs-se a realização das sondagens nos seguintes locais:

1) espaço ajardinado exterior;

2) sala interior junto ao troço de muralha mais antigo;

3) divisão interior associada às cozinhas, junto do alinhamento da muralha;

4) calçada exterior na entrada do recinto;

5) sala localizada nas construções do topo;

6) terraço exterior junto da muralha poente.

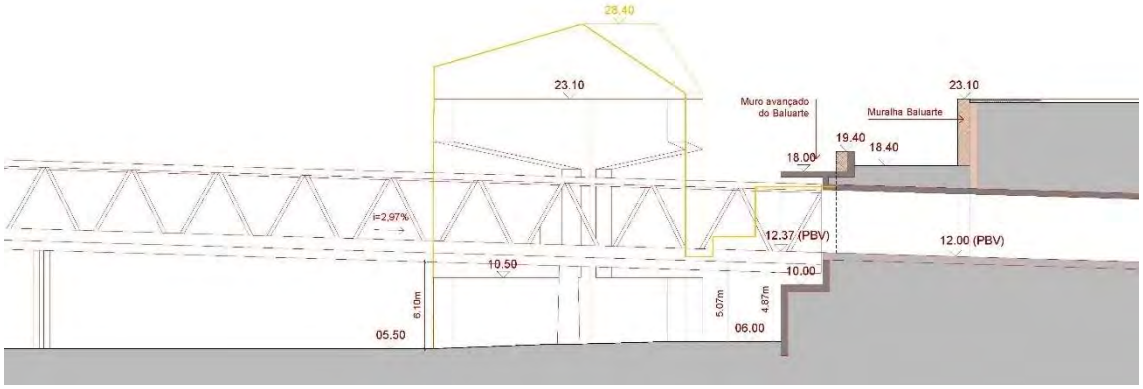


Figura 30 – Projeto da secção em corte onde o túnel se converte em viaduto, junto do baluarte.

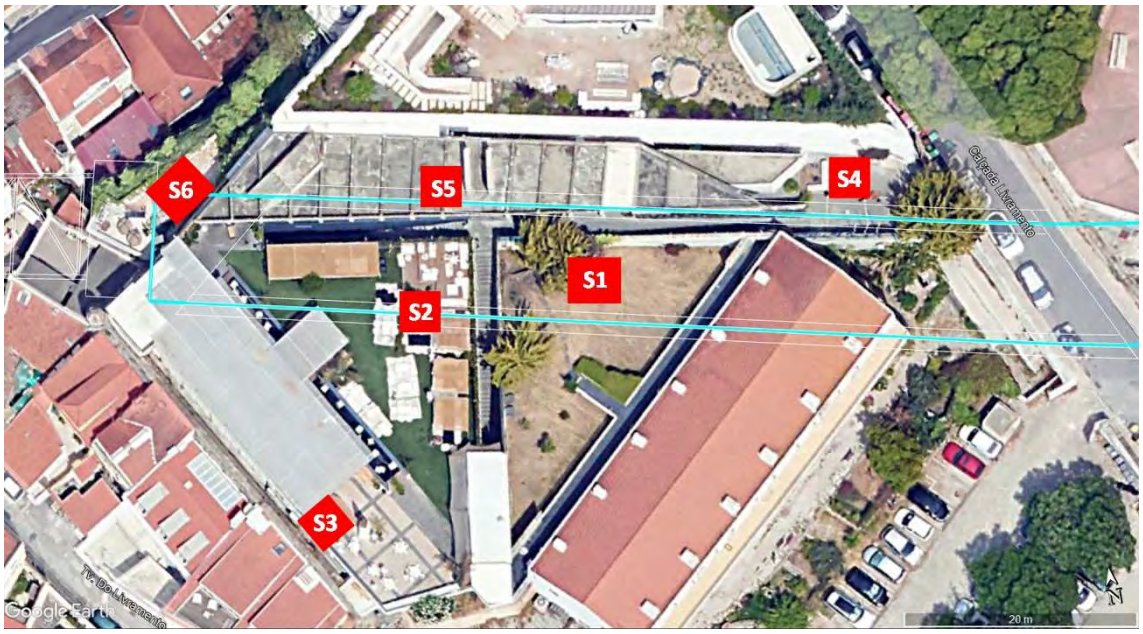


Figura 31 – Localização das 6 sondagens de diagnóstico para o Baluarte do Livramento.

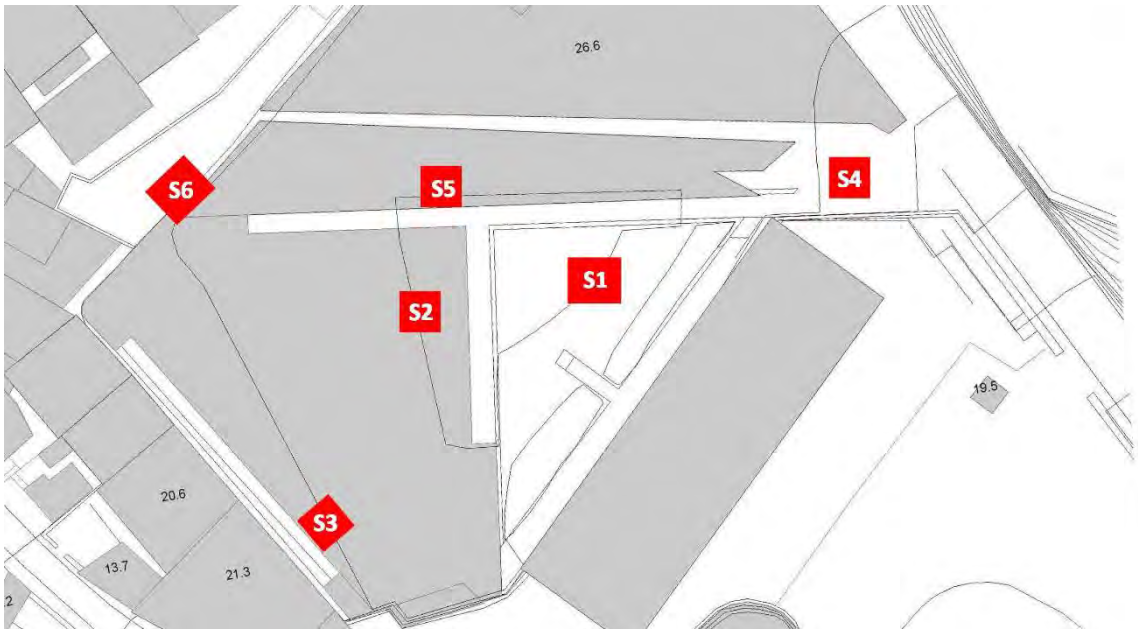


Figura 32 – Localização das mesmas sondagens sobre a planta de implantação do monumento.

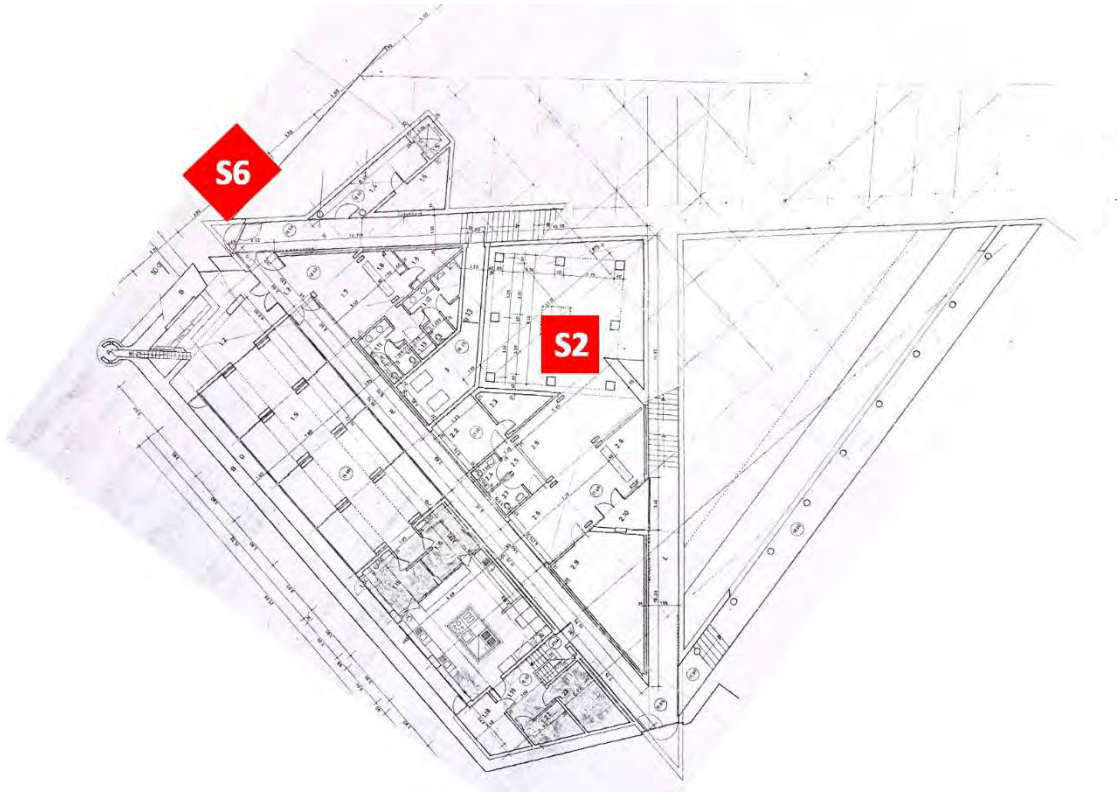


Figura 33 – Localização das sondagens 2 e 6 sobre a planta do piso 0.

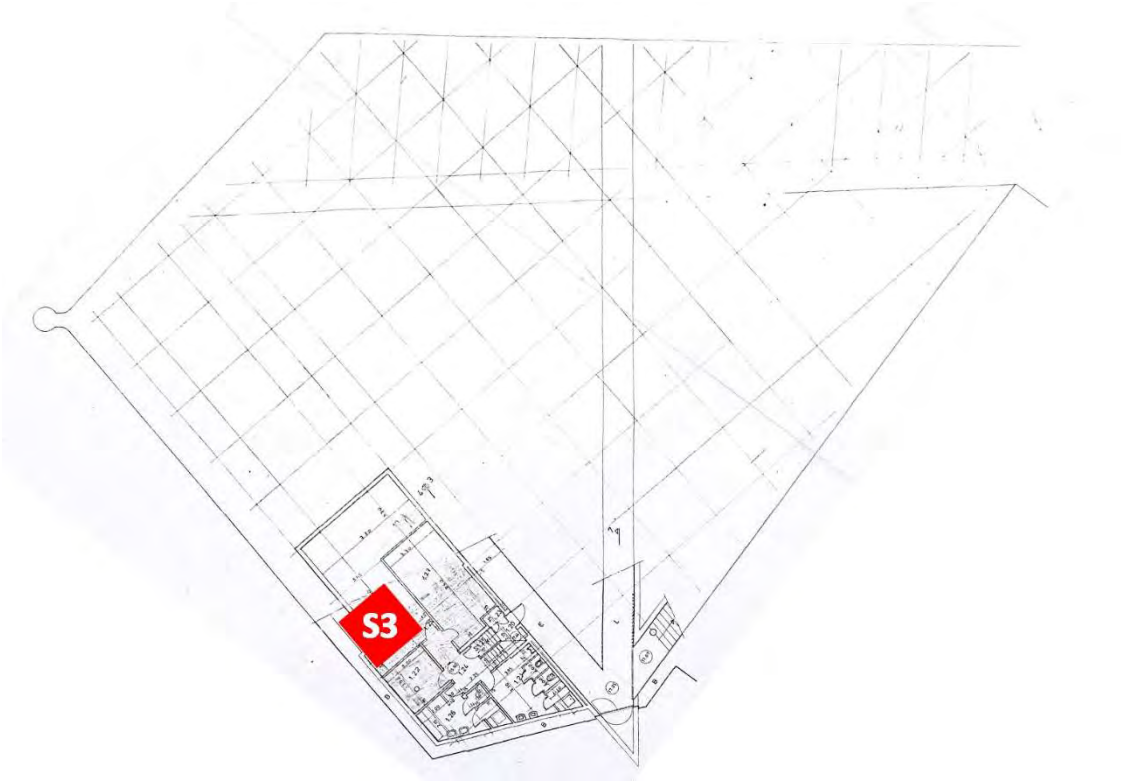


Figura 34 – Localização da sondagem 3 sobre a planta do piso -1.

4.3.9 Palácio Fiúza

O edifício que constituíra o Palácio Fiúza, de fundação seiscentista, encontra-se junto da atual Rua da Quinta do Jacinto, no bairro do Alvito. O seu bloco sul encontra-se no alinhamento do projeto, neste caso referente às novas vias rodoviárias de acesso à ponte 25 de Abril, a construir no âmbito da Estação de Alcântara. Parte do seu traçado interceta, inclusivamente, o cunhal em cantaria existente nessa vertente.

A atual composição do edifício revela a presença de anexos de construção claramente contemporânea, assim como a reformulação de algumas secções do topo, convertidas em espaços residenciais. Porém, junto ao cunhal sul a estrutura ainda ostenta as janelas de sacada com gradeamento de ferro, dispostas ao nível do primeiro piso, atualmente emparedadas com a cantaria a descoberto.

Considerando a provável afetação desta secção do edifício, propõe-se a realização de 1 sondagem arqueológica de 2x2m, num total de 4m^2, a implantar no exterior junto ao alçado sudoeste. Apesar de no local aflorar o substrato rochoso, esta sondagem tem como objetivo a caracterização da fundação deste alçado. Como trabalhos complementares a este diagnóstico, serão propostas sondagens parietais no mesmo alçado, conforme se detalha no subcapítulo seguinte.

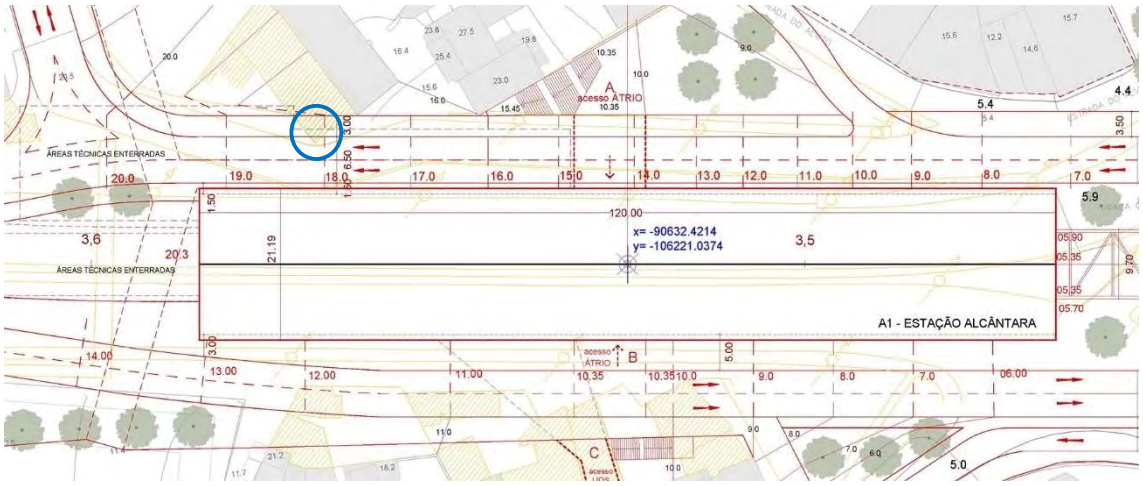


Figura 35 – Projeto das novas vias adjacentes à Estação de Alcântara. Assinala-se a azul a zona de interferência com o alçado sul do edifício do Palácio Fiúza.



Figura 36 – Localização da sondagem de diagnóstico junto ao alçado sul. A azul marcam-se os limites das novas vias a construir no âmbito da Estação de Alcântara, a rosa os limites do antigo Palácio Fiúza e a vermelho a sondagem de diagnóstico.

4.4 Sondagens Parietais

No seguimento dos trabalhos arqueológicos propostos para o edifício do antigo Palácio Fiúza, propõe-se a realização de sondagens parietais no mesmo alçado exterior, a sul, onde será implementada uma sondagem arqueológica de diagnóstico. Pretende com a análise parietal complementar proceder à caracterização fundacional e estrutural do cunhal aqui presente.

Para o efeito, serão realizadas 2 sondagens parietais, 1 de 3x1m disposta para poente do referido cunhal e outra de 5x1m para nascente, num total de 8m^2. Desta forma, propomos expor uma faixa ao longo do aparelho construtivo do alçado, de forma a alcançar uma leitura abrangente da sua estrutura interna e, simultaneamente, complementar à leitura obtida pela sondagem ao nível da fundação.

O interior do espaço nesta secção encontra-se ocupado e com as paredes cobertas por pladur, pelo que não será possível nesta fase realizar o diagnóstico pelo interior do edifício.



Figura 37 – Vista geral dos alçados sul/sudoeste do antigo Palácio Fiúza. Destaca-se a zona de afetação.



Figura 38 – Disposição das sondagens parietais, a vermelho, e da sondagem arqueológica, a azul, junto do cunhal sul do edifício.

5 PRAZOS

Para a execução do **trabalho de campo** está previsto um prazo de 12 semanas tendo em vista o tempo necessário à produção dos relatórios e a integração dos principais resultados no relatório síntese do RECAPE, cuja data prevista de entrega é 15 de outubro.

	Semanas																	
Trabalhos a realizar	**Em curso**	**24/6 a 28/6**	**1/7 a 5/7**	**8/7 a 12/7**	**15/7 a 19/7**	**22/7 a 26/7**	**29/7 A 2/8**	**5/8 a 9/8**	**12/8 a 16/8**	**19/8 a 23/8**	**26/8 a 30/8**	**2/9 a 6/9**	**9/9 a 13/9**	**16/9 a 20/9**	**23/9 a 27/9**	**30/9 a 4/10**	**7/10 a 11/10**	**14/10 A 18/10**
Documentação e Estudos																		
Prospeção e registo das OP																		
Prospeção arqueológica																		
Sondagens arqueológicas																		
Relatórios IA																		
Integração dos resultados da IA em RB e RNT																		
Revisão / Entrega																		

OP = Ocorrências Patrimoniais

IA = Intervenção Arqueológica (Prospeção e Sondagens)

RB = Relatório Base

RNT = Relatório Não Técnico

Salvaguarda-se que o cumprimento do prazo estipulado para a realização dos trabalhos de campo está dependente de fatores alheios à responsabilidade do consórcio de arqueologia, tais como:

a) Obtenção de licença para intervenção em via pública e eventual policiamento dos locais onde ocorram Trabalhos Arqueológicos;

b) Todos os meios necessários à adequada remoção e transporte de bens arqueológicos, tais como gruas, camiões, entre outros considerados necessários;

c) Segurança dos trabalhos arqueológicos (ex. Escoramentos);

d) Remoção de pisos e pavimentos (quando necessário);

e) Remoção de terras e entulhos para vazadouro (quando necessário);

f) Desvio de infraestruturas, quando necessário;

e) emissão de pareceres, por parte da CCDR LVT / Património Cultural, IP, o que pode eventualmente atrasar o andamento dos trabalhos por motivos alheios à responsabilidade do Consórcio.

6 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

Tendo em conta a dimensão, complexidade e antecedentes do projeto em causa a metodologia de trabalho seguirá as seguintes fases e integrará os seguintes trabalhos/componentes:

6.1 Fase 1 – Documentação

6.1.1 A. Estudo dos antecedentes relativos à Fase de Estudo Prévio

Recolha e análise da documentação produzida no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto realizada em Fase de *Estudo Prévio* (nº 3462), com particular atenção para tudo o que diz respeito ao projeto e ao Descritor Património Cultural, designadamente aos elementos adicionais acrescentados em função do parecer da CA, designadamente:

- Estudo de Impacte Ambiental (versão consolidada após o aditamento pedido pela CA);
- *Resumo Não Técnico;*
- *Relatório Síntese*;
- Anexo 5 – Património Cultural;
- Peças desenhadas ;
- Pedido de Informação Prévia;
- DIA.

6.1.2 Análise do Projeto

Será levada a cabo uma análise das peças escritas e desenhadas relativas ao projeto previsto, com particular atenção para as alterações desenvolvidas em fase de anteprojeto e projeto de execução.

6.1.3 B. Estruturação do estudo

Estruturação do estudo com vista à sua elaboração em conformidade com o enquadramento legal, designadamente:

- Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) n.º 3462;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro;
- Documento Orientador – "Normas Técnicas para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução" (Documento n.º 01/2016/GPF, aprovado em dezembro de 2015);
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Circular da DGPC em vigor, emitida 10 de setembro de 2004, "Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental" que determina os procedimentos a seguir neste tipo de estudos, quer se trate de anteprojeto e estudo prévio ou de projeto de execução.

6.1.4 C. Revisão e Atualização da Caracterização da Situação de Referência

Nesta fase proceder-se-á à revisão e atualização do inventário do património cultural feito em fase de Estudo Prévio, tendo agora em consideração as "áreas mais sensíveis":

- uma faixa de 60 metros centrada no eixo do traçado;
- locais com escavação a céu aberto estações e poços de ventilação;
- construção do viaduto onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m;

- localização dos estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes.

Será levada a cabo uma caracterização dos mesmos, aprofundando o EIA efetuado em fase estudo prévio.

Para o efeito será realizada a seguinte pesquisa:

a) **Estudos anteriores** efetuados em fase de estudo prévio;
b) **Consulta das bases de dados e geoportais de entidades oficiais** relativas ao inventário de património arqueológico e arquitetónico, designadamente:
   - DGPC - Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação;
   - DGPC – Endovélico – relativo a sítios e trabalhos arqueológicos inventariados disponíveis no Portal do Arqueólogo;
   - DGPC - SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico;
   - Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM) – Bens Culturais identificados na Carta Municipal do património elencados no anexo II (Imóveis, conjuntos e sítios classificados e em vias de classificação) e anexo III (lista de bens da carta municipal do património edificado e paisagístico)
c) **Pesquisa documental e arquivística**, designadamente de cartografia antiga, plantas e, caso necessário, licenças de obra relativas a elementos do património arquitetónico de maior valor patrimonial ou cuja conhecimento mais aprofundado se considere essencial na cumprimento e preconização de medidas de minimização adequadas;
d) **Levantamento bibliográfico** necessária ao aprofundamento da caracterização dos elementos patrimoniais afetados;
e) **Preparação de cartografia** para implantação dos valores patrimoniais à escala 1:5000

6.2 Fase 2 - Trabalho de Campo

Após a fase anterior deverá ser realizado o trabalho de campo que compreenderá as seguintes componentes, que em seguida se apresentam.

6.2.1 Revisão das Ocorrências Patrimoniais

O trabalho de campo implicará o reconhecimento do terreno com o objetivo de localizar as ocorrências previamente identificadas e de proceder ao seu registo fotográfico. Será tida particular atenção às ocorrências patrimoniais sujeitas a maior impacte (como o baluarte do Livramento e o Palácio Fiúza), procedendo a um registo sistemático, com vista à elaboração de uma caracterização mais completa.

Nesta fase, o trabalho de campo terá ainda como objetivo a identificação de ocorrências eventualmente não identificadas em fase de estudo prévio e de pesquisa.

As ocorrências de interesse patrimonial detetadas serão ser alvo de registo em ficha de património individualizada com de número de ocorrência, descrição, georreferenciação ou referência cartográfica, acompanhada de registo fotográfico.

Este inventário, registo e caracterização servirá de base para a atualização da caracterização da situação de referência, reavaliação de impactes e definição de medidas de minimização e valorização do património cultural a implementar no PSPC e PCVPC.

6.2.2 Prospeção

Previamente à fase de execução e dos trabalhos preparatórios da empreitada, será realizada uma prospeção arqueológica sistemática de todos as áreas destinadas à instalação de estaleiros, manchas de empréstimo, depósito de terras e caminhos de acesso, estabelecidos para as diferentes frentes de trabalho.

As ocorrências de interesse arqueológico e patrimonial detetadas no âmbito da prospeção, deverão ser alvo de registo em ficha de património individualizada com atribuição de número de ocorrência, descrição detalhada, georreferenciação ou referência cartográfica, acompanhada de registo fotográfico e, caso a natureza do elemento o justifique, fotogramétrico.

6.2.3 Sondagens Arqueológicas

O diagnóstico arqueológico será executado em estreita articulação com o planeamento geral e especificidades da empreitada. A quantidade e disposição das sondagens teve em consideração as áreas de afetação ao nível do subsolo determinadas em projeto, nomeadamente, para a construção das futuras quatro Estações de Metropolitano previstas para a Linha Vermelha e dos três poços de ventilação (PV) associados ao traçado do novo túnel. Também se consideraram os elementos patrimoniais intimamente associados ao projeto de construção, como é o caso do Baluarte do Livramento e do Palácio Fiúza, ambos localizados na freguesia de Alcântara.

A escavação arqueológica a realizar respeita o método de decapagem por camadas (matriz de Harris) até alcançar o nível geológico ou a cota de afetação da obra. Estas cotas serão respeitadas a menos que se imponha a preservação de qualquer contexto ou estrutura relevante detetada antes de alcançada a mesma, procedendo-se à comunicação junto da Tutela por via dos canais próprios para o efeito. A escavação será efetuada manualmente com ferramentas adequadas à tarefa, contando com o recurso de meios mecânicos mais expeditos para a remoção de pavimentos, revestimentos, estruturas e aterros contemporâneos, ou caso a natureza dos depósitos o permita e justifique.

Para cada Unidade Estratigráfica (U.E.) será preenchida uma ficha-tipo e registado o espólio recolhido. Serão efetuados registos fotográficos digitais de cada U.E. (incluindo estruturas, planos, alçados, cortes e elementos arqueológicos relevantes), bem como desenho à escala 1/20 das camadas e estruturas detetadas, assim como dos cortes estratigráficos elucidativos da sequência ocupacional, com indicações altimétricas em cotas absolutas. O levantamento dos planos finais e de eventuais estruturas ou contextos cuja importância justifique individualizar, contam ainda com o registo fotogramétrico. Os contornos das sondagens e a disposição das estruturas eventualmente detetadas serão implantadas em planta georreferenciada.

Os registos serão devidamente organizados com referenciação individual e legendagem do material fotográfico produzido, complementado por tratamento informático dos desenhos dos principais cortes e plantas.

Todo o material recolhido durante a intervenção será tratado em gabinete apropriado por técnicos especializados nesta área. Após triagem, lavagem e etiquetagem, serão as peças devidamente acondicionadas e armazenadas em contentores adequados ao depósito em local a definir pela Tutela, sendo posteriormente transportadas desde o seu local de depósito temporário.

6.2.4 Sondagens Parietais

A realização das sondagens parietais constitui o processo de arqueologia da arquitetura e obedece ao mesmo princípio processual das técnicas aplicadas na escavação do subsolo, procedendo-se à identificação e registo das distintas unidades existentes, sendo, neste caso, descritas como Unidades Estratigráficas Murárias (U.E.M.).

Para os trabalhos parietais foram selecionados paramentos que permitam, por princípio, averiguar a composição dos aparelhos construtivos e camadas de revestimento, assim como a eventual presença de elementos arquitetónicos e patrimoniais ocultados pelas camadas superficiais.

6.3 Fase 3 – Trabalho de Gabinete e Produção de Relatórios

6.3.1 Relatório(s) Preliminar(es) das intervenções Arqueológicas

Serão elaborados relatórios preliminares das sondagens arqueológicas e parietais que serão apresentados em anexo, como estudos completares, do Relatório Base do RECAPE. Os principais resultados serão apresentados também, de forma resumida, no Relatório Base.

6.3.2 Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

Em conformidade com a legislação aplicável e com as determinações da DIA serão produzidos os seguintes documentos:

- Relatório Base
- Estudos histórico-arqueológicos (Estudos Complementares)
- Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSP)
- Plano de Valorização do Património Cultural (PVPC)

O **relatório base** integrará:

- identificação da **Equipa Técnica** Responsável pela Realização do RECAPE / PROJETO no descritor património cultural
- Atualização da Situação de Referência;
- (Revisão da) Avaliação de Impactes Ambientais;
- Enumeração dos estudos histórico-arqueológicos realizados remetendo para o respetivo anexo;
- Enumeração das diferentes componentes do PSP, remetendo para o respetivo volume;
- Lacunas de Conhecimento;
- Considerações Finais
- Bibliografia

6.3.2.1 Atualização da Situação de Referência

No **relatório base** serão, em síntese:

- enumerados os elementos patrimoniais - património arquitetónico, etnográfico e arqueológico - alvo de estudo sendo a sua caracterização apresentada de forma mais desenvolvida nos estudos complementares.
- identificadas as áreas de proteção legal do património arqueológico e arquitetónico coincidentes com a área do projeto, designadamente as Zonas de Proteção (ZP), Zonas Especiais de Proteção (ZEP), a Lista de Bens da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, Anexo III do PDM de Lisboa, e áreas de proteção arqueologias definidas no PDM;
- sintetizados os resultados da prospeção, sondagens arqueológicas e parietais realizadas em fase de RECAPE (cujos relatórios completos serão integrados no anexo *Estudos Complementares*).

6.3.2.2 Avaliação de Impactes Ambientais

Para a produção do relatório base serão revistos os impactes ambientais previstos para as fases de construção e exploração, sobre o património cultural, identificados na fase anterior do estudo, tendo em consideração as revisões do projeto e os novos dados entretanto obtido com os estudos histórico-arqueológicos realizados em fase de RECAPE.

Para a determinação dos impactes sobre o património arquitetónico serão considerados todos os edifícios de valor histórico localizados:

- numa faixa de 60 metros centrada no eixo do traçado;
- em locais com escavação a céu aberto estações e poços de ventilação;
- no área de construção do viaduto onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m;
- no localização dos estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes.

Para a avaliação de impactes será:

- identificado o Elemento Patrimonial (nº e designação)
- Identificado o Nº de impacte com referência ao nº do elementos patrimonial que se prevê sujeito a afetação
- descrito o impacto
- classificado tendo em conta os seguintes parâmetros:
  a) Sentido - *Negativo* ou *positivo*
  b) Efeito – *Direto* ou *Indireto*
  c) Probabilidade – *Pouco provável, provável, certo*
  d) Duração – *Temporário* ou *permanente*
  e) Reversibilidade – *Reversível* ou *irreversível*
  f) Tempo – *Curto prazo*, *médio prazo*, *longo prazo*

g) Magnitude – *Reduzida*, *Média* ou *Elevada*

h) Significância – Pouco significativo, significativo, Muito significativo

6.3.2.3 Conformidade com a Declaração de Impacte Ambiental

Neste capítulo verificar-se-á o cumprimento das condições estabelecidas no parecer da Comissão de Avaliação (CA) e respetiva DIA, através da análise das Condicionantes (C), Elementos a Apresentar em RECAPE (EAR) e Medidas de minimização (MM) propostas.

6.3.2.4 Estudos Complementares

Incluem-se os estudos a realizar em fase de RECAPE e preconizados na DIA, designadamente:

- **Fichas de Inventário dos Elemento Patrimoniais** suscetíveis de sofrer afetação em fase de construção e exploração, designadamente os que se inserem numa faixa de 60 metros centrada no eixo da via e em locais em que haja escavação à superfície (estações, poços de ventilação e viaduto) e onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m.
- **Estudo Histórico-arqueológico do Baluarte do Livramento dando cumprimento ao EAR5[16].** Neste estudo será levado a cabo o estudo do monumento através da pesquisa bibliográfica e documental, o seu registo fotográfico sistemático e o registo gráfico dos troços em que seja previsível alguma afetação. Os dados recolhidos no âmbito do estudo histórico serão cruzados com os resultados das sondagens arqueológicas. Com este estudo pretende-se em primeiro lugar aumentar o seu conhecimento, designadamente sobre as suas fundações, para evitar a sua afetação.
- **Memória Descritiva dos Elementos Arquitetónicos** cuja afetação direta pela implementação do projeto seja considerada inevitável, dando cumprimento a EAR2[17].

[16] EAR *5. Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.*

[17] EAR 2. *Demonstração de que o desenvolvimento do projeto de execução procurou evitar a afetação direta das ocorrências patrimoniais identificadas ou demonstração da inevitabilidade dessa afetação. Quando por razões técnicas do projeto, não houver possibilidade de proceder a alterações pontuais de*

6.3.2.5 Plano de Salvaguarda do Património Cultural

O **Plano de Salvaguarda do Património Cultural** dará resposta às condicionantes e medidas de minimização previstas na Declaração de Impacte Ambiental do Procedimento de AIA 3462, em particular ao ponto 1 dos Elementos a apresentar em RECAPE que refere expressamente:

> EAR *1. Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC) que envolva a sua **salvaguarda, monitorização, conservação e restauro**, quer numa fase prévia à obra, quer na fase de execução e de exploração. Este Plano terá que incluir uma **proposta metodológica de escavação arqueológica** que tenha em consideração: os **resultados dos trabalhos arqueológicos; os resultados das sondagens geológicas**; os faseamentos previstos na realização do projeto; a natureza das intervenções e as soluções para os processos construtivos. Terá, ainda, em consideração a necessidade de proceder à **escavação integral dos contextos arqueológicos a afetar pelo projeto** e pelo necessário desvio de infraestruturas, bem como de salvaguardar os procedimentos e meios necessários para garantir a conservação preventiva dos bens arqueológicos exumados.*

O PSP incluirá:

- O **Plano de Formação** que deverá anteceder o início da obra e que, dirigido aos principais intervenientes da obra, procurará sensibilizar para a importância do património cultural na zona afeta à obra e para o cumprimento das medidas de minimização (MM33[18]).
- **Medidas Preventivas** a adotar no início e durante a obra, com vista a proteger os elementos patrimoniais de eventuais danos, designadamente aqueles que possam ser causados por acidentes decorrentes das demolições, pela movimentação de maquinaria pesada, pelas vibrações causadas pela escavação em túnel e pela dispersão de poeiras, em cumprimento das MM27[19], MM28[20] e MM36[21].
- **Trabalhos de registo** a realizar previamente à obra e que não tenham ocorrido em fase de RECAPE, de forma a assegurar a salvaguarda pelo registo dos edifícios cuja demolição está prevista.

---

traçado ou de localização dos respetivos componentes, a afetação direta total ou parcial de uma ocorrência patrimonial *deve ser plenamente justificada e assumida como inevitável. **Deve ficar também expressamente garantida a salvaguarda pelo registo** arqueológico da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra, independentemente do seu meio. **No caso de elementos arquitetónicos, tal deve ser assegurado através de registo gráfico, fotográfico e da elaboração de memória descritiva**; no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.*

[18] MM33. *Realizar ações de formação e de sensibilização ambiental e patrimonial para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos (incluído no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra) incluindo os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado*.

[19] MM27 *Prever a **colocação de barreiras** para minimizar a dispersão de partículas e lamas e a **rega** da área de circulação, de forma a minimizar a afetação das ocorrências patrimoniais, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação*.

[20] MM28. ***Sinalizar e vedar**, sempre que possível, tendo em atenção a tipologia e contexto, as ocorrências patrimoniais situadas até cerca de 50 m da obra (com expressão à superfície), condicionando a circulação de maquinaria, de modo a evitar a sua afetação. Esta medida deve ser adaptada aos condicionalismos existentes e articular-se com o plano de acessos à obra*.

[21] MM36. ***Delimitar a área de acesso ao Estaleiro da Estação Infante Santo**, garantindo a menor afetação do pavimento em calçada de desenho abstrato geométrico em branco, preto e rosa do jardim poente da Av. Infante Santo com assinatura de Gonçalo Ribeiro Telles*.

- **Plano dos Trabalhos Arqueológicos** a realizar, desenhado com base nos resultados dos estudos realizados em fase de projeto de execução – estudo histórico, sondagens arqueológicas, sondagens geológicas e prospeção arqueológica, tendo em vista:
  - a escavação integral dos contextos arqueológicos a afetar pela execução do projeto (EAR2)[22];
  - a necessidade de acompanhamento arqueológico em todas as frentes de obra (MM88)[23], desde as fases de preparação da obra (MM89)[24], assegurando tanto quanto possível, a conservação *in situ* e salvaguarda pelo registo dos achados arqueológicos (MM90)[25] e propondo, em função dos seus resultados e caso necessário, medidas complementares de *minimização específicas* como *registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras* (MM91)[26];
  - a colaboração na avaliação de cavidades cársicas que possam ocorrer no decorrer da obra, em conjunto com *equipa especializada em espeleo-arqueologia e pela DGPC* (MM92)[27].

- **Planeamento dos trabalhos** tendo em consideração as diferentes fases da obra e o seu cronograma que, por sua vez, também deverá ser ajustado compreendendo *o tempo necessário à boa execução das medidas de salvaguarda do Património Cultural, nomeadamente para a realização de todos os trabalhos arqueológicos*[28].
- **Plano de Conservação e Restauro, incluindo:**
  - a conservação *in situ*, reabilitação e valorização do Baluarte do Livramento (MM4)[29].

[22] Neste ponto o EAR 2 da DIA determina que: *Deve ficar também expressamente garantida a **salvaguarda pelo registo arqueológico** da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra (…) no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.*

[23] MM88. *Prever o **acompanhamento arqueológico** a ser efetuado de modo efetivo, continuado e direto por um arqueólogo **em cada frente de trabalho** sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais mas simultâneas*.

[24] MM89. Efetuar o **acompanhamento arqueológico** da obra em todos os trabalhos, **durante a instalação de estaleiros, fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas** e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos desde as suas fases preparatórias.

[25] MM90. ***Conservar in situ** (mesmo que de forma passiva) as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial, no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual **ou salvaguardar pelo registo**.*

[26] MM91. **Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas** (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas. Em caso de identificação de contextos arqueológicos preservados realizar a respetiva escavação arqueológica.

[27] MM92. *Avaliar, pela direção científica dos trabalhos arqueológicos, por equipa especializada em espeleo-arqueologia e pela DGPC, as **cavidades cársicas** que surjam no decurso da obra, dos trabalhos arqueológicos e de demolição do edificado*.

[28] MM26 e. *O cronograma da obra deve compreender o **tempo necessário à boa execução das medidas de salvaguarda do Património Cultural, nomeadamente para a realização de todos os trabalhos arqueológicos.***

[29] MM4 - *Prever a **preservação in situ das preexistências do Baluarte do Livramento**, definindo um plano de **reabilitação e valorização**, face à intervenção para a construção do túnel e do viaduto de Alcântara.*

- a conservação dos achados arqueológicos móveis encontrados no decurso da obra (MM93)[30].

- a conservação *in situ* das estruturas arqueológicas que possam ocorrer em fase de obra (MM90)[31], sublinhando-se a necessidade em preservar integralmente o que resta do Baluarte do Livramento, devendo-se, caso a caso, e em articulação com a CCDR-LVT, ter em conta as condicionantes de segurança da obra, a estabilidade do substrato geológico, sedimentar e maciço rochoso, e ainda o estado de conservação do imóvel.

- **Plano de Monitorização do Património Cultural (PMPC) -** Com este plano pretende-se assegurar que seja avaliada, no decurso da obra, a ocorrência de impactes (que no momento se consideram eventuais) com vista a, caso necessário, adotar medidas de minimização complementares. O plano será desenhado conforme o estipulado no ponto relativo aos Programas de Monitorização da DIA, concretamente no que diz respeito ao Património Cultural (PMPC)[32]. Serão definidos os objetivos, parâmetros de monitorização, locais a monitorizar, frequência das amostragens, métodos de registo, forma de apresentação dos resultados e medidas a adotar em diferentes cenários.

- **Plano de Acompanhamento ambiental da Obra (PAAO)** – Neste plano será integrada a **Carta de Condicionantes** com a localização de todos os elementos patrimoniais identificados na área de afetação que, em fase de obra, deverá ser fornecida a cada empreiteiro dando cumprimento ao EAR28[33] da DIA.
  Conforme determinado na DIA o PAAO incluirá todas as **medidas de minimização** previstas:

  > *Todas as medidas de minimização dirigidas à fase de preparação prévia à obra e à fase de execução da obra **devem constar no respetivo Plano de Acompanhamento Ambiental de Obra** (PAAO), o qual deve integrar o caderno de encargos da empreitada.*

---

[30] MM93. *Colocar em depósito credenciado pelo organismo de tutela os achados arqueológicos móveis encontrados no decurso da obra.*

[31] MM90. ***Conservar in situ** (mesmo que de forma passiva) as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o **acompanhamento arqueológico da obra**, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial, no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual ou salvaguardar pelo registo.*

[32] Programa de Monitorização (PMPC)
Em função do projeto de execução que vier a ser elaborado, devem ser desenvolvidos os seguintes programas de monitorização, tendo em conta o referido no EIA e as diretrizes a seguir elencadas.
(…)
6. Programa de Monitorização do Património Cultural (PMPC)
O Programa de Monitorização do Património Cultural deve conter os seguintes aspetos:
• Objetivos concretos.
• Parâmetros de monitorização.
• Locais a monitorizar.
• Frequência das amostragens.
• Métodos de registo e de que forma devem ser apresentados e analisados os resultados, bem como as medidas necessárias adotar conforme os diferentes cenários, inclusive durante a fase de exploração.

[33] EAR *28. Carta de Condicionantes à localização dos Estaleiros, manchas de empréstimo e depósito, com a **implantação dos elementos patrimoniais identificados**, a qual deve integrar o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO); na fase obra a mesma deve ser facultada a cada empreiteiro.*

Este plano incluirá o previsto no PSPC, designadamente as *normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos* (…) *incluindo os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado* (MM33)[34].

Para a **fase de exploração**, o plano deverá prever:

- a atualização da carta de condicionantes no final da obra, com as ocorrências patrimoniais identificadas na fase de construção para servir de ferramenta, durante a fase de exploração, sempre que se verifique a necessidade de proceder a ações suscetíveis de impactar o património (MM112)[35].
- o acompanhamento arqueológico sempre que ocorram trabalhos de manutenção com impacto sub-solo e circulação de maquinaria pesada (MM113)[36].

6.3.2.6 Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC)

O Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural abrangerá, conforme preconizado na DIA[37]:

- **plano de publicações** em que fique prevista a publicação dos trabalhos de minimização desenvolvidos (EAR4)[38] e a publicação das monografias produzidas (MM114)[39].

- um **programa de musealização** permita a divulgação dos principais resultados e exposição de achados arqueológicos, em **espaço público** *a construir ou reabilitar* (MM94), designadamente:

  - valorizando o Baluarte do Livramento (MM4)[40].

---

[34] MM33. *Realizar ações de formação e de sensibilização ambiental e patrimonial para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente* ***normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos (incluído no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra) incluindo os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado****.*

[35] MM112. *Fornecer aos empreiteiros e subempreiteiros a* ***Carta de Condicionantes atualizada*** *com a implantação de todos os elementos patrimoniais identificados, quer com os que se venham a identificar na fase de construção, sempre que se desenvolverem ações de manutenção ou outros trabalhos.*

[36] MM113. *Efetuar o acompanhamento arqueológico e cumprir as medidas de minimização previstas para a fase de construção, quando aplicáveis, sempre que ocorram trabalhos de manutenção na infraestrutura do Metropolitano de Lisboa, que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto, nomeadamente em áreas anteriormente não afetadas pela construção das infraestruturas (e que não foram alvo de intervenção).*

[37] EAR 4. *Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) que contemple um* ***programa para a criação de um espaço museológico*** *que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um cronograma para a publicação monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos. O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto.*

[38] EAR *4. Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) que contemple um programa para a criação de um espaço museológico que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um cronograma para a* ***publicação monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos****. O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto.*

[39] MM114. *Publicar as monografias resultantes dos trabalhos patrimoniais*.

[40] *MM4 - Prever a preservação in situ das preexistências do Baluarte do Livramento, definindo um plano de reabilitação e valorização, face à intervenção para a construção do túnel e do viaduto de Alcântara*.

- valorizando os resultados obtidos com a intervenção arqueológica levada a cabo antes e durante a obra (MM94)[41];

De acordo com a DIA (EAR4)[42] este plano deverá ser *desenvolvido em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a* ***valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo*** **projeto**, devendo o projeto ser implementado no prazo de dois anos após o término da obra (MM29)[43]. Com este plano pretende-se compensar os impactes residuais sobre o património cultural, aqueles que persistirão sejam quais forem as medidas a adotar, sobretudo porque naquilo que diz respeito ao património arqueológico, qualquer destruição é sempre irreversível e nunca anulada pela implementação da medida de salvaguarda pelo registo.

7 COMPOSIÇÃO DA EQUIPA

7.1 Estudos Ambientais

Para a revisão da componente de Património a incluir no RECAPE estão previstos os seguintes responsáveis: Teresa Silva (Coordenação da componente de Património do RECAPE e património arquitetónico e etnográfico), Helena Henriques Pinheiro (Património Arqueológico) e Nuno Pires (Paisagem Histórica Urbana).

7.2 Intervenção Arqueológica

Para a intervenção arqueológica estão previstos os seguintes diretores científicos: Nuno Pires, Helena Pinheiro, Rui Ribolhos e Luís Fernandes.

8 ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS E CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DA ÁREA ENVOLVENTE

A freguesia de **Alcântara** deve a sua génese ao vale e ribeira com o mesmo nome, a qual percorre um troço com cerca de 10 km que se estendem desde a sua nascente na Falagueira (atual concelho da Amadora) até à foz no rio Tejo. A configuração do vale de Alcântara constitui um refúgio natural que oferece condições propícias ao desenvolvimento de atividades como a agricultura, a caça e a pesca, elementos que certamente teriam atraído a presença humana em tempos remotos. A estes elementos naturais acresce a riqueza geológica do vale, principalmente com a abundante presença de sílex que aflora entre os calcários de Alcântara, matéria prima por excelência para o desenvolvimento de ferramentas que caracterizam os períodos pré-históricos, com especial destaque para o Paleolítico Superior e Neolítico.

O **topónimo** remonta a uma palavra de origem árabe que significa *a ponte* (SILVA, 1942: 66). Sobre esta ponte, o ilustre olisipógrafo Augusto Vieira da Silva assume que teria sido

[41] MM94. Implementar as propostas do Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) com vista à *valorização dos elementos patrimoniais ou dos resultados obtidos com os trabalhos arqueológicos nalguns dos espaços públicos a construir ou reabilitar em articulação com a DGPC.*

[42] EAR *4. Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) que contemple um programa para a* ***criação de um espaço museológico que permita albergar os principais achados*** *(integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um cronograma para a publicação monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos. O PCVPC deve ser desenvolvido,* ***em articulação com a DGPC****, tendo por principal objetivo* ***a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto****.*

[43] MM99. *Executar, de acordo com o projeto de execução a ser aprovado pela DGPC, o espaço museológico para exibição pública dos principais achados arqueológicos, após a conclusão da obra,* ***no prazo máximo de dois anos****.*

primitivamente uma construção em madeira, mas que devido à existência das muitas pedreiras calcárias ao longo do vale de Alcântara seria provável que a ponte, desde tempos remotos, fosse dotada de cantaria. O mesmo autor questiona: "Seriam acaso os romanos, quando dominaram na península, os primeiros povos que se lembrariam de fazê-la de pedra, sólida e maciça, como era seu costume?" (SILVA, 1942: 66).

Esta proposta talvez fosse fundamentada pela descoberta de **vestígios romanos** não muito longe da ponte de Alcântara, tal como nos dá a conhecer o mesmo autor, recordando que à guarda do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, atual Museu Nacional de Arqueologia, se encontra uma pequena urna cinerária em mármore de Estremoz, a qual fora encontrada em 1846 em umas casas "perto do começo inferior da Calçada da Ajuda" (SILVA, 1944: 78). Acrescenta ainda que "é esta lápide a mais distante de Olisipo, que, para o lado ocidental, foi encontrada dentro da área do actual município de Lisboa" (*ibidem*).

Ainda que esta associação não faça prova de uma ocupação local durante o domínio romano, ou nos permita associar a origem da ponte ao mesmo período, é comumente aceite como sendo certa a existência da ponte durante a **ocupação muçulmana** da região, entre os séculos VIII a XII. Podemos, no entanto, apontar para este período a origem do topónimo árabe *Al-quantãrã* que perdura até aos nossos dias na sua evolução linguística como Alcântara.

Apesar destes indícios, o que podemos constatar é a predominância de uma zona essencialmente rural e periférica à cidade de Lisboa até um período tardio, uma evidência encontrada ainda dentro do **reinado de D. Afonso III** (r. 1238-1279). As inquirições ao tempo deste monarca mostram que na região o povoamento permanecia disperso e fundamentalmente rural, tirando partido dos campos agrícolas, propícios à produção de cereal e vinha, pelas hortas que se alongavam nas margens da ribeira de Alcântara e pelos terrenos de solo fértil da aluvião do Tejo.

No reinado seguinte, em dezembro de 1298, **D. Dinis** (r. 1279-1325) promove o aforamento de uma propriedade localizada junto à ponte de Alcântara a favor de Afonso Miguéis e de Margarida Peres, sua mulher, moradores em Alcabideche, na condição de que aí construírem um engenho de moagem do qual deveriam entregar o terço do rendimento (SILVEIRA, 2017). Contudo, a concretização deste aforamento apenas viria a ocorrer com um novo contrato, datado de em julho de 1300, no qual o monarca concede nova carta de aforamento relativa às azenhas de Alcântara a favor de Francisco Domingues, tabelião em Lisboa (*ibidem*). Finalmente construído e operacional, este moinho de maré mantivera-se em atividade até 1760, aquando por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês do Pombal, seu proprietário de então, ordenara a demolição desta estrutura e o aterro da caldeira que a ribeira fazia na sua foz, onde se retinham as águas que movimentavam a azenha.

Retomando o **século XIV**, Alcântara mantinha o seu perfil rural com as suas "vinhas e barrocaaes que hi avia muitos" (CDF, cap. CXXXVII, p. 482), conforme descreve Fernão Lopes para o ano de 1381. Avançando para o **século XVI**, data de 1549 a construção da ermida de Santo Amaro por iniciativa dos frades da Ordem de Cristo, sobreposta a uma outra mais pequena que existia numa barroca a meia encosta voltada para o Tejo, junto do limite da Junqueira para o lado de Belém.

A partir deste período, a periferia de Lisboa junto à linha do Tejo tornara-se numa zona tradicional de implantação para novos conventos e mosteiros, cujo centro da cidade espartilhado pelo constante crescimento urbano não oferecia as condições necessárias à construção e dinâmica de funcionamento que este tipo de edifícios requeria.

Recuando um pouco ao período que antecedeu a dinastia filipina, foi justamente neste local que ocorreu a **Batalha de Alcântara a 25 de agosto de 1580**, entre apoiantes de Filipe II de Castela, coroado como Filipe I de Portugal, e apoiantes de D. António Prior do Crato (1531-1595), neto de D. Manuel I (r. 1495-1521). A batalha foi perdida pela fação portuguesa e abriu portas à

anexação da Coroa Castelhana que perdurara até 1640, aquando da *Restauração da Independência*.

Passado este conturbado período de domínio castelhano, a partir de 1645 a presença da Corte no local intensificara-se com a criação da Real Tapada de Alcântara, mais tarde conhecida como **Tapada da Ajuda**, o que viria a, simultaneamente, intensificar a construção de mais **quintas e palácios de famílias nobres**, tais como a residência do Conde Sabugosa, Conde da Ponte, Conde da Ribeira Grande, entre outros.



Figura 39 - Pormenor da Ponte de Alcântara, com três arcos sobre a ribeira e portal ao centro; com moinho mais acima na imagem e Capela de Santo Amaro do lado direito, no topo da colina.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a zona de Alcântara manteve-se predominantemente rural, contrastando com a densidade urbana do centro de Lisboa, sendo, aqui, ocupada maioritariamente por domínios conventuais e quintas de recreio. Esta ambiência, sentida com maior intensidade para poente da ribeira de Alcântara e próxima à margem do Tejo, encontra-se registada em um painel de azulejos de 1699 da autoria do pintor espanhol Gabriel del Barco, exposto no Museu Nacional do Azulejo, onde se mostra um panorama de Lisboa vista a partir do Tejo desde o seu extremo ocidental ao oriental.



Figura 40 - Pormenor do Panorama de Lisboa de Gabriel del Barco. 1- Ermida de Santo Amaro; 2- Convento das Flamengas; 3- Convento do Calvário, frente ao qual se encontra o Paço Real, do outro lado da rua; 4- moinho de maré; 5- ponte de Alcântara.

Entretanto, em Alcântara, o **terramoto de 1755** provocou uma considerável destruição das áreas ajardinadas junto à linha do Tejo, cujas águas invadiram por completo as suas margens, apesar do casario ter sofrido, na maioria dos casos, poucos danos. Este aspeto constitui o principal motivo da **transferência permanente da Corte para o Paço Real do Alto da Ajuda**, transformando os lugares de Alcântara e Belém num polo central e dinamizador da cidade, o que, inclusivamente, motivaria a ocupação permanente de muitos dos palácios que até então serviam apenas de veraneio.

Junto ao Tejo, a extensão outrora ajardinada tinha-se transformado num pantanal, parte do qual foi vendido ou aforado. Esta progressiva ocupação dos terrenos agora livres e parte das quintas da nobreza começa, após o terramoto, a ser ocupada por **estruturas fabris**, principalmente associadas à **produção têxtil e louça**.

No **século XIX** assistimos a profundas alterações na fisionomia local, principalmente nas faixas ribeirinhas do Tejo. Tinha-se iniciado o século da **industrialização**, da modernização e das grandes obras públicas. Com a reconstrução do centro lisboeta após o terramoto e uma densa ocupação populacional no centro da cidade, o espaço para remodelar e ampliar a indústria era diminuto. Também o facto das novas fábricas, muitas delas convertendo os seus engenhos em maquinaria automática, exigirem espaços de maior dimensão, quer para a produção como para armazenamento e facilidade de acesso às vias de comunicação, fluviais e rodoviárias, foi determinante para a expansão industrial verificada nas áreas periféricas de Lisboa. As margens do Tejo sofreram uma ocupação maciça com a expansão industrial, tal como se verificou em Xabregas, Beato e Marvila, na vertente oriental da cidade, e para Santos, Alcântara e Belém na vertente ocidental. É neste período que se promovem e projetam os **grandes aterros** que visam entulhar as praias ribeirinhas e conquistar terra firme ao Tejo, justamente para favorecer a indústria e as vias de comunicação.

Em Alcântara assistimos ao **entulhamento da bacia da foz da ribeira de Alcântara**, desde finais do século XVIII, e posteriormente nas margens do Tejo com os aterros para **construção da linha férrea de Lisboa a Cascais, do novo Porto de Lisboa e das rodovias** que viriam a constituir a estrada marginal, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Porém, a principal fonte dinamizadora da indústria de Alcântara viria a ser a **reestruturação do Porto de Lisboa**, o

qual estaria concluído em 1890, e cujos novos aterros tinham já oferecido espaço nobre para a implantação de mais fábricas (PISTOLA, 2009: 30).

O **novo porto** torna-se na principal via para a importação de matéria prima e combustível, sobretudo carvão vindo de Inglaterra, e para o escoamento da produção. Alcântara oferecia, desta forma, o espaço e os recursos necessários ao crescimento industrial e com ele um novo crescimento urbano, principalmente com a proliferação de bairros operários. No que respeita a recursos naturais, intensificou-se a exploração das pedreiras calcárias e fornos de cal do vale de Alcântara, assim como o curso da própria ribeira, a qual oferecia água limpa e abundante para servir a indústria têxtil.

Alcântara acolhe o processo da moderna industrialização, em especial o sector dos têxteis, tinturarias, curtumes, estampas, fundição, moagem, entre outros. O bairro reverte o seu urbanismo de cariz nobre e senhorial em um carácter mais popular, incorporado pela construção de habitação modesta destinada aos trabalhadores das dezenas de fábricas em laboração. Com um **crescimento populacional** na ordem dos 59,4% entre 1801 e 1864, este número subiu para 123,5% até à passagem para o século XX (PISTOLA, 2009: 48), valores que ilustram o abrupto crescimento da freguesia.

As antigas quintas e conventos são agora abafados pelas fábricas e bairros que dominam a silhueta de Alcântara, ocupando a maioria dos seus espaços outrora reservados às atividades recreativas e de veraneio. **Ao longo da primeira metade do século XX o bairro deixara de ser periférico**, perdera o perfil rural e conquista a categoria de freguesia de Lisboa e espaço citadino da capital, ainda que vocacionado para a indústria. Esta dinâmica industrial ainda se encontra bem marcada na arquitetura de Alcântara, ainda que a maioria das suas fábricas tenham sessado atividade ao longo da segunda metade do século XX, muitas sucumbindo a uma concorrência estrangeira extremamente competitiva, outras vencidas pela pressão urbana carente de espaços residenciais próximos ao centro de Lisboa, vendo as suas instalações transferidas para áreas mais distantes, e menos densas, da capital.

A história da freguesia da **Estrela** decorre de forma semelhante à de Alcântara. Também situada numa zona ribeirinha, zona de arrabalde da cidade cuja ocupação foi, até finais da época moderna, predominantemente rural e marcada pela presença de mosteiros, conventos e palácios.

Desde o século XVI que o Bairro da Madragoa, a sudoeste do convento da Esperança, e o Bairro Alto, a este, vinham sendo ocupados, principalmente por habitantes cujas atividades de subsistência se ligavam ao rio e às atividades marítimas. Insere-se numa zona ribeirinha que, desde épocas remotas, reunia condições excelentes para a entrada e saída de produtos comerciais, como o atestam os vestígios arqueológicos de estruturas portuárias, que têm vindo a ser descobertos, de diferentes cronologias, remontando os mais antigos à época romana. Com a expansão comercial ultramarina este foi um local de eleição, não só para a construção naval como também para a residência de todos aqueles cujas vidas se ligavam ao Tejo e ao Atlântico. A partir desta altura, sobretudo no século XVI, encontramos instalados nesta área (continuando pela freguesia da Misericórdia) diversos estaleiros de construção naval, cujos vestígios nos surgem no registo arqueológico, materializados quer nas áreas de ancoradouro e cais, como nos próprios aterros efetuados para a sua construção. A par das atividades relacionadas com a construção naval e o comércio, encontramos ainda instaladas na área algumas indústrias de produção oleira, moagem, vidro e sabão, das quais com frequência se recupera espólio no âmbito das intervenções arqueológicas. O grande desenvolvimento que se observa nesta área de Lisboa a partir do século XVI encontra-se ainda intimamente ligado à instalação do Paço Real de Santos que, em conjunto com o Paço da Ribeira, polarizam definitivamente a cidade para o

rio, alargando a estrutura urbana a arrabaldes até aí ocupados praticamente apenas por ordens religiosas.

O terramoto de 1755 não provoca grandes danos nesta zona, registando-se apenas alguns estragos, mas impulsiona um verdadeiro desenvolvimento, com o reordenamento urbanístico e a abertura e reestruturação de vias. O crescente influxo populacional levou, por sua vez, à multiplicação de telheiros e barracões na praia de Santos, que ladeavam com cascos abandonados, conduzindo inevitavelmente ao avanço gradual sobre o rio e à progressiva degradação da orla ribeirinha.
A zona sul foi aterrada no denominado Aterro ou Aterro da Boavista que conquistou terreno a área antes ocupadas por praias e pântanos, pondo termo a graves problemas de insalubridade, criando melhores condições para as estruturas portuárias, instalação de unidades fabris e armazéns e instalação de redes viárias e ferrovia junto ao rio.
Entre 1875 e 1880 é construído o primeiro quarteirão sobre o aterro, em frente ao atual Largo Vitorino Damásio e, em 1873, é inaugurada a primeira linha do "Americano", que ligava Santa Apolónia ao fim da atual Avenida 24 de Julho, passando por Santos e Boavista (DIAS 1990, p. 112). Em 1879 é inaugurada a Avenida D. Carlos I e o primeiro veículo sobre carris passa pela Boavista em 1901. A progressiva industrialização desta zona veio a substituir a quase exclusividade das atividades profissionais ligadas ao rio e ao mar, pelo operariado das novas unidades fabris, conduzindo ao término das antigas atividades, como a construção naval, que se mantém apenas até 1885.

No final do século XIX, a cidade de Lisboa estava em plena expansão, em consequência do crescimento demográfico, da industrialização e das migrações para as cidades. Os seus habitantes multiplicavam-se, faltavam habitações para uma população em crescimento, urgia construir edifícios residenciais e criar vias de circulação mais fluidas. Inicia-se um denso processo de urbanização destas áreas da cidade onde surgem cada vez mais edifícios de rendimento, para habitação de várias famílias.

A área que atualmente compreende a freguesia de **Campolide** encontra-se intimamente ligada ao vale de Alcântara. Este vale estende-se ao longo do percurso final da ribeira de Alcântara, cuja nascente se localiza na Falagueira (concelho da Amadora), desde a zona de Campolide até alcançar a linha do Tejo.

A ocupação do vale de Alcântara, e zonas periféricas, remonta à **Pré-história** considerando que a sua configuração constitui um refúgio natural que oferece condições propícias ao desenvolvimento de atividades como a caça e a pesca e, posteriormente, a agricultura. Dentro da freguesia de Campolide, na sua vertente voltada para o vale de Alcântara, foram identificados, a título de exemplo, à superfície vestígios que remontam ao Paleolítico (CNS 18775); manchas de ocupação do mesmo período (CNS 18773); uma galeria coberta Neocalcolítica (CNS 6834), assim como, do lado contrário do vale no mesmo alinhamento, vestígios do Paleolítico Inferior (CNS 18772); uma oficina de talhe Paleolítica e Neocalcolítica (CNS 11801) e vestígios de superfície do Paleolítico e Neolítico (CNS 18782).

Entre as várias estações arqueológicas referenciadas, encontramos na área de Campolide a presença humana desde o Paleolítico (Alto da Serafina, Calçada dos Mestres, Casal do Sola, Terras do Pita, Santana, Rabicha) ao Neolítico e Calcolítico (Sete Moinhos, Vila Pouca), a maioria atualmente destruída e o seu espólio disperso pelos museus: Nacional de Arqueologia, Serviços Geológicos, e Museu da Cidade. Destaca-se a descoberta de duas galerias para exploração de sílex no decorrer da construção do túnel do Rossio (do lado de Campolide chamado da Rabicha). A abundância de calcário em Campolide e vale de Alcântara motivou a exploração e talhe de sílex em períodos bastante recuados.

A ocupação de Campolide, inserida nos arrabaldes ocidentais de Lisboa, prolongara-se por épocas posteriores, tais como os períodos de domínio romano e árabe. A este último é atribuída a origem do topónimo Campolide, que significa "campo de Olide", sendo *Olide* nome árabe de homem, referenciado na documentação medieval desde o século IX. Ainda sobre o topónimo de Campolide, já o ilustre olisipógrafo Norberto de Araújo, nos seus volumes das *Peregrinações em Lisboa*, recorda-nos que em 1147 o cruzado Osberto[44] se referia à zona de Santos por "Campolet" ou "Campolit".

Ao longo do **período medieval** toda esta zona marcada pelo percurso da ribeira de Alcântara mantinha um perfil maioritariamente rural dedicado, essencialmente, à exploração agrícola e piscícola, cujas práticas se mantiveram até um período tardio. Esta evidência é encontrada na documentação para o reinado de D. Afonso II (r. 1211-1223), através da referência a "duas víneas in Campolide", assim como no reinado de D. Afonso III (r. 1238-1279), cujas inquirições mostram que na mesma região o povoamento permanecia disperso e fundamentalmente rural, tirando partido dos campos agrícolas e hortas que se disseminavam pelas margens da ribeira de Alcântara, propícios à produção de cereal e vinha, e pelos terrenos de solo fértil da aluvião do Tejo. Um outro documento datado de 1340 refere-se à "vinha de D. Fernando em Campolide".

No século XIII uma grande parcela do território que atualmente constitui a freguesia de Campolide era pertença da Ordem Militar dos Hospitalários (posterior Ordem de Malta), a qual manteve a propriedade até ao século XVIII.

Outra atividade importante que se desenvolvera no local foi a extração de pedra, referida desde o século XV para esta área, onde ainda atualmente se conservam vestígios das antigas pedreiras, nomeadamente para a extração de calcário e produção cal.

Campolide era ainda um enorme descampado com escassos moradores, tendo sido uma zona **fortificada a partir do século XVII**, durante a *Guerra da Restauração*, acabando por ser integrado no sistema de fortificações defensivas da cidade. **Em 1651 começaram a construir-se baluartes desde o Livramento tendo, depois dessa data, sido construídos os de Campolide (um na Cascalheira, outro perto da Ribeira de Alcântara), e os da Atalaia e Palhavã.**

Em **finais do século XVII e inícios do XVIII** começaram a surgir novas quintas, propriedades de nobres e Ordens Religiosas. Contudo, o grande proprietário em Campolide era, neste período, o conde de Oeiras Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, detentor de propriedades desde a Cruz das Almas até à Ribeira de Alcântara. Era dono de casas, terras, olivais, pedreiras, fomos de cal, moinhos e azenhas.

Simultaneamente, o acentuado crescimento populacional da cidade de Lisboa carecia de novos meios para abastecimento de água. Assim**, em 1728 o** procurador da cidade, Claudio Gorgel do Amaral, propõe a construção de um aqueduto para garantir o abastecimento de água a Lisboa, tendo sido emitido um decreto de D. João V (r. 1706-1750), no mesmo ano, ordenando uma consulta à Câmara relativa à proposta de condução da Água Livre à cidade de Lisboa. A 12 maio de **1731** seria decretado o alvará régio que ordenou o início da obra do ***Aqueduto das Águas Livres***, especificando que esta se fizesse através das terras, fazendas, moinhos etc., sem qualquer impedimento e independentemente da condição dos seus proprietários.

O aqueduto seria construído entre 1732 e 1748, atravessando o vale da ribeira de Alcântara de Monsanto para Campolide com recurso a uma icónica estrutura composta por imponentes arcos. O gigantesco empreendimento veio alterar profundamente a paisagem, pois ao mobilizar numerosa mão-de-obra muitos dos trabalhadores acabariam por se fixar em Campolide, na

[44] Fonte documental que corresponde à carta escrita por um cruzado britânica a Osberto descrevendo os principais acontecimentos ocorridos na tomada de Lisboa por parte dos Cristãos aos Muçulmanos, em apoio ao rei Afonso I. Para uma leitura detalhada recomenda-se a obra *A conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um Cruzado* de Aires do Nascimento.

chamada Encosta de Campolide, nascendo então o que passou a ser o Bairro da Liberdade com vista em acolher os milhares de operários do Aqueduto. Ainda relacionado com esta empreitada foram abertos caminhos e estradas que condicionaram a organização do espaço urbano nesta zona.

Em meados do século XVIII já se notava o crescimento urbano de Campolide com dois núcleos de povoamento mais concentrados: um junto à Quinta de Estêvão Pinto (Campolide de Baixo) e outro na Cruz das Almas (Campolide de Cima); e um povoamento disperso ao longo do caminho que é hoje a Rua de Campolide, assim como uma estrada para S. Sebastião, sem correspondência com as atuais artérias.

O **terramoto de 1755** pouco estrago provocou em Campolide, não afetando a monumental estrutura do aqueduto. A segurança do lugar motivou Manuel da Maia a propor ao rei D. José I (r. 1750-1777) a construção de um palácio real em S. João dos Bem Casados, perto da Rua das Amoreiras.

No século XIX esta zona foi cenário de violentos combates entre as tropas absolutistas e os liberais entrincheirados nos redutos de Campolide, Atalaia e Palhavã, este último o único de que restam vestígios (perto da Escola Marquesa de Alorna). Em 1852, com a construção da Estrada da Circunvalação, uma parte de Campolide ficou dentro dos limites da cidade (intramuros) e outra fora de portas (extramuros), assim se mantendo até às delimitações de 1885 e 1922.

No ano de 1889 os terrenos que pertenciam às quintas do Marquês do Pombal, na zona que deu nome à Calçada da Quintinha, foram parcelados e vendidos em lotes a preços acessíveis. Parte do desenvolvimento urbano processara-se a partir destes novos lotes e da abertura de novas ruas, como seria o caso da Rua Particular N.º 2, no mesmo local onde surgiram três Vilas Operárias: Vila Amarante; Vila Cabaço e Vila Maia. A área urbana envolvente seria consolidada no ano de 1950, motivando novas ocupações, como é o caso dos bairros de habitação social que proliferaram nas zonas inferiores da encosta nascente do vale de Alcântara.

A freguesia de **Santo António**, originalmente designada como São José de Entre as Hortas, foi criada em 1567 por desanexação da freguesia de Santa Justa, constituída paróquia por ordem do Cardeal D. Henrique.
O topónimo advém de uma ermida do século XVI erguida no local, dedicada a São José. Foi justamente entre as quintas, hortas e olivais que existiam neste arrabalde norte de Lisboa, que os oficiais de pedreiro e carpinteiro fundaram uma ermida conhecida então como de S. José entre as Hortas, ou S. José dos Carpinteiros. Após o terramoto de 1755 o templo foi reconstruído e a sua memória se manteve-se através de uma inscrição e uma data: 1757. A obra de restauro ficou a dever-se a Caetano Tomás.
Nas suas proximidades, neste caso no Largo da Anunciada, encontrava-se instalado desde 1539 o Convento da Anunciada das religiosas dominicanas, edificado no local onde existia o Convento dos Frades Agostinhos Descalços de Santo Antão. Segundo Norberto de Araújo, o Convento da Anunciada "muito ligado à nobreza", tivera sido dos mais importantes de Lisboa "pela austeridade de que gozava fama e pelo bom-nome das suas religiosas, algumas delas escritoras e artistas". O terramoto não poupou o cenóbio e as religiosas mudaram-se para Santa Joana. No local foi construída a Igreja Paroquial de São José.
A partir do século XX a actual freguesia de Santo António, assim como as áreas circundantes, foram-se modernizando através de remodelações e recuperações de espaços devolutos em espaços requalificados para habitação e/ou comércio.
Relativamente à freguesia de **Avenidas Novas** trata-se de uma área da cidade que, até ao início do século XX, seria ocupada por quintas e campos que contribuíam para o abastecimento da população de Lisboa. Na primeira metade do século foram projetadas para esta zona as

designadas "Avenidas Novas", que viriam a conferir a Lisboa uma área urbana exponencialmente maior.
Em finais do século XIX, o Mercado Geral de Gados é um dos maiores equipamentos edificados na área entre a Avenida António Maria de Avellar (atual Avenida 5 de Outubro) e Avenida Ressano Garcia (atual Avenida da República). Este conjunto foi construído em 1888 e os seus terrenos viriam a ser ocupados posteriormente pela Feira Popular, entre 1943 e 2003.
A abertura da Avenida 28 de Maio (atual Avenida das Forças Armadas), inaugurada em 1951, surge integrada na urbanização de toda a zona da Cidade Universitária, que decorre a partir de 1950.

9 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

9.1 Documentação

APA [Agência Portuguesa do Ambiente]

- Processo AIA 3462. Em linha, consultado a 2/6/2024. Disponível em: https://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=3462

EIA

- Estudo de Impacte Ambiental do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa Estudo Prévio **Aditamento, 4 de abril de 2022**

Estudo Prévio

Metro de Lisboa - Linha Vermelha Entre São Sebastião e Alcântara, Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha, Tomo I – Apresentação do Projeto - Estudo Prévio. Volume 1 - Apresentação do Projeto, Memória Descritiva e Justificativa. Documento Elaborado por Rui Rodrigues e Afonso Guerreiro, Atualizado Em 2023-06-23

9.2 Bibliografia

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações de Lisboa*, XII vols., Veja, Lisboa, 1992.

ATAÍDE, M. Maia, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, 1988.

BRITO, José Joaquim Gomes de, *Ruas de Lisboa. Notas para a História das Vias Públicas Lisbonenses*, vol. II, Sá da Costa, Lisboa, 1935.

COSTA, Mário, "O Sítio de Santo Amaro", in *Olisipo*, N.º 78, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, 1957, pp. 59-89

DIAS, M. T. , *Lisboa desaparecida*. Vols. II e III. Lisboa: Quimera, 1990.
FRANÇA, José-Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Lisboa, 1978.

FREIRE, João Paulo, *Alcântara, apontamentos para uma monografia*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929.

FREIRE, João Paulo, *Alcântara, apontamentos para uma monografia*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929.

FREITAS, Jordão, "Paço Real de Alcântara, Sua localização - Elementos para a sua história desde o domínio filipino", in *Olisipo*, N.º 36, outubro, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, 1946, pp. 177-200.

HARRIS, Edward C., Princípios de Estratigrafia Arqueológica, Editorial Crítica, Barcelona, 1991.

MACEDO, Luís Pastor, *Lisboa de Lés-a-Lés. Subsídios para a história das vias públicas da cidade*, 5 vols., Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1942.

MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Sumario e[m] que breuemente se contem alguas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, Casa de Germão Galharde, 1554.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Tomo IX, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943.

OLIVEIRA, Nicolau d´, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Impressão Régia, Lisboa, 1804.

PISTOLA, Renato José B. J. da Silva, *Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da I.ª República*, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Nova de Lisboa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em Fevereiro de 2009.

RATTON, Jacome, *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920.

SA, "Relaçam em que se trata e faz hua breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa & seus arrebaldes, das partes notaveis, Igrejas, Hermidas, & Conventos que tem, começando logo da barra, vindo corredo por toda a praya até Enxobregas, & dahi pella parte de cima até Saõ Bento o novo", SILVA, A. Vieira (nota explicativa), in *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, n.º 11, Câmara Municipal de Lisboa, 1934, pp. 16-33.

SANTANA, Francisco (Recolha e Índices), *Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII: (plantas e descrições das suas freguesias)*, E.N.P. Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, s.d.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas & Associados - Consultores, Lda., Lisboa, 1994.

SILVA, A. Vieira da, "A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças", in *Olisipo*, N.º 18, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, 1942, pp. 63-95.

SILVA, A. Vieira da, *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana)*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1944.

SILVA, Augusto Vieira da, *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943.

SILVEIRA, Ana Cláudia Oliveira, "Alcântara: um moinho de maré medieval no termo de Lisboa (séculos XIII a XVIII)", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Vol. 2, N.º 8, Lisboa, dez. 2017, versão online ISSN 2183-3176: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-31762017000200005

9.3 Consulta On-line

DGPC [Direção Geral do Património Cultural]

- Atlas do Património Classificado:

https://geo.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm

– Portal do Arqueólogo: Geoportal

https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=5cb4735d7d7743a39a16d7269a753a4a

– SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

AML [Arquivo Municipal de Lisboa]

https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

CML [Câmara Municipal de Lisboa]

- Lisboa Interativa

http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/

JFC [Junta de Freguesia de Campolide]

https://www.jf-campolide.pt/

ANEXO 2
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
APÊNDICE DOCUMENTAL – BALUARTE DO LIVRAMENTO

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 18. Filipe I, 1580-1598

Século: 16 Ano: 1580 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 01

Século: Ano:

Identificação

Portraict du sitie et ordre de La bataille donnee entre Le sr. don Antonio nommé roy de portugal et Le duc dalbe Lieutenant et capp.ne general du Roy cath. Don philippe 2º deuant Lisbonne par mer et par terre en un mesme jour Le 25. d' aoust 1580. -[1580?]. - Plano de batalha : manuscrito, pena a sépia e aguadas a sépia e bistre sobre papel ; 44x58 cm, colado em suporte de cartão prensado: 49,4x64 cm

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

BND, Cota do exemplar digitalizado: D. 319 A. Disponível em: https://purl.pt/1237

Edição Impressa

Observações

Plano de batalha, desenho a lápis sépia e lavagens sépia e bistre sobre papel existente na Biblioteca Nacional de Portugal. "Vista panorâmica de Monsanto, centrada na margem do rio Alcântara, desde o antigo convento de São Vicente de Fora (?) até à Torre de Belém, representando o Batalhão de Alcântara, entre Portugal (com tropas sob o comando de D. António Prior do Crato, aclamado Rei de Portugal), em Espanha (com tropas sob o comando do Duque de Alba, representando Filipe II, Rei de Espanha), em 25 de agosto de 1580" (Informação associada ao registo da Biblioteca Nacional).
É primeira representação gráfica conhecida do lugar em estudo. É uma vista captada a partir do norte, com o rio ao fundo, pejado de embarcações intituladas como "galeras de Sua Magestade". Em terra, no conjunto da imagem, sobressai a ondulação da topografia natural e a existência de poucas e pequenas construções neste território. Entre as pequenas elevações, serpenteia uma pequena ribeira, legendada como "Riacho Alcantara" que, antes de desaguar no Tejo, passa por uma ponte onde são visíveis três arcos – "Ponte de Alcantara" – e, logo adiante, por uma pequena construção legendada como "moinho".
A este da ponte, do lado esquerdo da imagem, encontra-se representada a elevação natural onde, anos mais tarde, se construiria o Baluarte do Livramento. Observa-se, nesta posição (no local onde também se pode ler "*Portugueses*"), que existem homens armados e quatro canhões voltados para a margem oposta da ribeira, mas não se descortinam quaisquer estruturas defensivas. Mesmo em frente, na margem oposta, nove canhões dispõem-se em primeira linha, e uma extensa companhia de homens apeados e a cavalo estende-se por ambas as margens.

Teresa Silva | Setembro de 2024

Veritable Iuste et vraye de La bataille donnee entre Les[r] don Antoine
nommé roy de Portugal et Le Duc dalbe Lieutenent et capp[ne]
general du Roy cath. Don Philippe 2. deuant Lisbonne parmer
et par terre en mesme Jour Le 25. daoust 1580.

Palmela y Cepas de Setuba

Almada

Armada de don Antonio

Galeras de sumag[d]

Setuba

Castillo

Arrabal de S. catalina

Portugueses

Tore de Belen

Belen

Campo de don Antonio

Portugueses

Portugueses

Españoles acometiendo Portugueses

Batalla de don Antonio

Batalla de Portugueses

Batalla de Portugueses

Batalla de Portugueses

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 19. Filipe II, 1598-1621
Século: 17 Ano: 1607-1617 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 02
Século: Ano:

Identificação

TERSIO, Felipe - Folio 80 da *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larach,*

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

ANTT, PT/TT/CCDV/29, FLs.79-80. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908671

Edição Impressa

Observações

Documento integrado numa obra depositada no ANTT, cuja informação associada data de 1607 a 1617.
Trata-se de uma planta existente numa obra sobre os castelos e fortalezas de Portugal, folio 80, da autoria de Felipe Tersio, desenhada entre 1607 e 1617, onde se encontram representadas as muralhas de Lisboa (A), o sítio de Alcântara (B) e, entre estas duas, uma ribeira com sua ponte, naturalmente correspondentes à ribeira e respetiva ponte de Alcântara, junto à qual não se representa qualquer estrutura defensiva.

Teresa Silva | Setembro de 2024

A seguinte Traça hé a Descripsão. 3 do Rio de Lisboa feitto por felippe tersio em tempo dos Snrs Gouernadores ~

A, Cidáde de lisboa ~
B, Alcantara ~
C, Mosteiro de Belem ~
D, Torre de Belem ~
E, forte de Sam Giaõ ~
F, Most.o de S.to Antonio ~
G, Villa de Casquais ~
H, Os Cachópos ~
Í, Cabeça segua ~
L forte que se fes em cabeça segua de mad.a em tempo dos Snrs Gouernadores ~
M, Aldea galega ~
N, O Barreiro ~
O, Coina ~
P, Castello dalmáda ~
Q, Torre vélha ~
R, forte da trafaria que se fes em tempo dos Snrs Gouernadores ~
S, Cábo despichel ~
T, Sezimbra ~
V, forte de Ancua ~

X, Torre de Outão 3. ~
Z, Setubál ~
No n.o 2 forte q.e propunha felippe tersio se fizésse de nouo ~
No n.o 3 Palméla ~

BIBLIOTECA NACIONAL
DATA DE DO TOMBO


60
M
N
O
P
Q
R
S
T
V
X
Z
A
B
C
D
E
F
G
I
L
mil passi
mil passi
due mil passi
Levante
Ponente
Sud
Ostro

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 19. Filipe II, 1598-1621 / 20. Filipe III,
Século: 17 Ano: 1619-25 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 03
Século: Ano:

Identificação

Planta do sítio de Alcântara, c.1619/1625,

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Museu de Lisboa, Colecção do Museu de, Lisboa | CML | EGEAC, MC.DES.1779

Edição Impressa

SILVA, 1942: 77

Observações

Planta publicada em 1942 por Augusto Vieira da Silva, no seu artigo "A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças: notícia histórica" que pertenceria à sua coleção particular e cuja data e autor seriam desconhecidos mas cuja datação poderá situar-se entre 1619-1625. Mais uma vez, chamamos a atenção para a inexistência de qualquer representação de estruturas defensivas junto à Ponte de Alcântara. O local do futuro baluarte situar-se-ia à direita na imagem, onde se veem representadas árvores sobre uma elevação sobranceira à ponte.
É curioso notar que, a este e oeste da ponte, surgem já alinhamentos de casas junto à estrada e a formação de quarteirões, a oeste da ponte. Vieira da Silva detém-se na análise deste desenho sendo de destacar:
- o caráter fantasioso do desenho quando representa a ponte com dez arcos (SILVA, 1942: 73-74) e que nos obriga a relativizar a fiabilidade da informação que podemos retirar da imagem.
- a identificação do moinho de maré outrora existente em frente à ponte, em primeiro plano na figura abaixo (SILVA, 1942: 77);
- à esquerda da caldeira deste moinho uma propriedade murada interpretada como sendo "uma casa nobre ou palácio", que, segundo as vagas indicações que se encontram nos livros, devia ser a do Aposentador-Mor Lourenço de Sousa: "quinta nobre que fica sobre a ribeira de Alcântara, da estrada para o mar". (SILVA, 1942: 78).

Teresa Silva | Setembro de 2024



DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1620 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 04

Século: Ano:

Identificação

OLIVEIRA, Nicolau de - L*ivro das grandezas de Lisboa. Composto pelo Padre Frey Nicolao d'Oliveyra Religioso da Orde[m] da Sãctissima Trindade, & natural da mesma Cidade. Dirigido a D. Pedro d.Alcaçova Alcayde-mór das tres Villas*, Impresso em Lisboa : por Jorge Rodriguez, 1620, Cap. IV, p.117

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Biblioteca Nacional, Reservados, Cota: RES. 531//1 P.
Disponível em:
- Biblioteca Digital Hispânica em: https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000076594&page=1
- Google Books em: https://books.google.pt/books?id=at4rtCgU1P0C&printsec=frontcover&hl=pt-pt#v=onepage&q&f=false

Edição Impressa

OLIVEIRA 1620: 117

Observações

Descrição de Alcântara no Livro das Grandezas de Lisboa, publicado em 1620, da autoria do Padre Frey Nicolao d'Oliveyra, onde não se refere a existência de qualquer estrutura fortificada em Alcântara. "fresca Ribeira de Alcântara, povoada de algumas quintas e hortas com muitas fontes; das quais saem abundantes águas. em que se lava a maior parte da roupa da cidade"

Teresa Silva | Setembro de 2024

LIVRO DAS

GRANDEZAS DE LISBOA.

COMPOSTO PELO PADRE

FREY NICOLAO D'OLIVEYRA

Religioso da Ordē da Sāctiſsima Trindade,

& natural da meſma Cidade.

*** 33857

DIRIGIDO A D. PEDRO D'ALCAÇOVA

Alcayde mor das tres Villas, Campo mayor, Ouguella, & Idanha a noua, & Comendador das Idanhas.

de la Libreria del Coll.º de la Comp.ª de Jesus

* * *

LIBRERIA DEL COLEGIO IMPERIAL * IHS

Com todas as Licenças neceſſarias.

IMPRESSO EM LISBOA

por Iorge Rodriguez. Anno 1620.

Digitized by Google

CAPITVLO QVARTO.

Das entradas deſta Cidade da parte do Occidente, Norte, & Meodia.

SAindo da Igreja da Miſericordia pera a parte do Sul ſe dà em hũa praça muy a praziuel, que tem de comprido ſeiſcentos & vinte paſſos, & de largo duzẽtos, a qual da parte do Meodia a vay cercando o Rio, & dà parte do Oriente o terreiro do trigo com Alfandega, & Contos, da parte do Norte muy grandes, altos, & nobres edificios, & da parte do Occidente os Paços Reais com hum grande, & alto forte de obra noua, & muy viſtoza, em cujos muros bate o mar em maré chea. Iunto a eſte forte eſtà a caza da India, que no tempo dos Reys antigos ſeruia de almazens d'armas, & he obra muy grande, forte, & cuſtoza, & nas coſtas deſta caza ficão agora os Almazens das armas, dos quais, & da Ribeira das naos fica dito acima. E como eſte ſitio fica no meo da cidade vindoſe a elle da parte do Occidente, a primeira couſa, com que ſe encõtra (ou ſe venha por mar, ou por terra) he a fermoſa quinta do Prouedor d'Alfandega, ficãdolhe quaſi fronteira a do Conde d'Atalaya, as quais, ficando no meo dellas a eſtrada, ſaõ como duas balizas do fim deſta Cidade daq̃lla

parte Occidental, & em pouco eſpaço ſe che-
ga ao grande, & ſumptuoſo moſteiro de Belẽ,
que pella fermozura de ſeu edificio; & vizinhã
ça do mar, & terra firme, que lhe fica defron-
te, faz o ſitio, & caminho muy deleitoſo, ſen-
do hum ſeco areal, que poderà ter cem paſſos
do mar té o meſmo moſteiro. E paſſando da-
quy ſe entra em o lugar, q̃ por reſpeito do moſ-
terio conſerua o meſmo nome de Belem; &
vindo entre o meſmo Rio, & rendoſiſsimas
quintas ſe vem a dar na muy freſca Ribeira
d'Alcantara pouoada de algũas quintas, & hor
tas com muitas fontes, de que ſaem abundatiſ-
ſimas agoas, em que ſe laua a mayor parte da
roupa da Cidade.

¶ Daquy ſe vem entrãdo pera a Cidade por
hũa muy apraziuel entrada, & tanto que por
excellencia ſe chama a boa viſta, ficando da par
te direita o Rio com muitas embarcaçõeſ de
muy grandes Naos, Galeões, Nauios mais pi-
quenos de todo o comercio, & conquiſta com
ſuas Galees, ficando logo alem do Rio a muy
apraziuel coſta, que corre de Cacilhas té a Tra
faria, que tem hũa legoa de comprido, toda
occupada de pomares, vinhas, quintas, & ter-
ras de pão, paſſando quem ſae da Cidade com
a viſta a ver toda abarra, & da parte eſquerda
vindo pera a Cidade, tudo quanto ſe pode alcã-
çar com a viſta he muita, muy nobre, & ſump-

tuoſa

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640
Século: 17 Ano: 1625/1626 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 05
Século: Ano:

Identificação

ALVAREZ, Antonio - *Relaçam em que se trata e faz hu*[*m*]*a breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa & seus arrebaldes, das partes notaveis, igrejas, hermidas & conventos..., começando logo da barra, vindo corre*[*n*]*do por toda a praya até Enxobregas & dahi pella parte de cima até Saõ Bento o Novo. - Em Lisboa : por Antonio Alvarez, 16*[*26?*].

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

BND, Cota do exemplar digitalizado: res-219-4-v. Disponível em: https://purl.pt/39383/service/media/pdf

Edição Impressa

SILVA 1933

Observações

Referido por diversos autores (SILVA 1933; TRINDADE & DIOGO, 2003, p. 95; MONTEIRO 2022: 7), este poema, publicado em 1625 ou 1626, não faz qualquer referência à existência de estruturas fortificadas junto à ponte de AlCântara, "citando, no entanto, todos os outros que sabemos já estarem construídos em 1625." (TRINDADE e DIOGO, 2003: 95).

Teresa Silva | Setembro de 2024

RELAÇAM, EM QVE SE TRATA, E FAZ hũa breue deſcrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa, & ſeus arrebaldes, das partes notaueis, Igrejas, Hermidas, & Conuentos que tem, começandologo dabarra, vindo corredo por toda a prayá atè Enxobregas, & dahi pella parte de cima, atè Sañ Bento o nouo.

Çom Priuilegio Real, & Taixado, em 8, reis em papel.

BIBLIOTHECA NACIONAL DE LISBOA



A Cidade de Lisboa.
cujas famoſas grandeſas,
excedem quaeſquer do mũdo
no valor, & na opulencia.

Cujos nobres edifçios
abatem aos da ſoberba
Babylonia, que de todas
foy marauilha primeira.

A que no culto diuino
& nas famoſas Igrejas,
compete com a meſma Roma
& na policia com Grecia,

Cujas armas aſſombraraõ,
com valeroſas empreſas
tão varias gentes do mundo,
em mil batalhas, & guerras.
Não ſómẽte em noſſa Europa
contra a Mahometana ſeita
mas nos campos Aſianos,
& nas Africanas terras.

Aquellas que triumpharaõ
de Turcos, Moabitas, Perſas
Coracones, & Mogores,
Rumes, Arabes, &c.

Em cujos reynos pulerão,
sendo partes tão diuersas
com valor por tantas vezes
as triunfantes bandeiras.
Finalmente hũa Cidade
que bem pode ser Princesa
de quantas tem todo mundo
pois vence nas excellencias.
He cidade populosa
muy grande sobre maneira
emperio de todo quanto
pellos mares se nauega.

Situada no Occidente,
na mais vltimas das terras
que abrazada deixa o sol,
quando este emispherio deixa.
Quasi em trinta, & noue graos
está situada, & sogeita
a tal clima, que parece
estar sempre em primauera.
De mil boninas, & flores,
rosas, jasmins, violetas,
craueos, crauilina, goiuos,
faz todo o anno capellas.

Polla parte q̃ he mais baixa,
hum Rio que he mar acerca
cujo porto he mais soberbo,
que os de toda a redondeza.
E pella parte do Norte
com montes altos, & serras,
se defende, que do frio
nunca sente resistencia.
Quando o Sol cõ maior força
de seus rayos reuerbera,
os dourados orizontes
abrindo bocas na terra.
He mui fresca, & apraziuel,
muy deleitosa, & amena,
com viraçoẽs com que o mar
toda a Cidade refresca.
As quintas que tem por fora
Villas, lugares, & aldeas
por ser numero infinito
he bem que cale, & suspenda.
A multidão de vezinhos,
que dentro nella se encerra,
he tão grande, q̃ he impossiuel
poderlhe dar conta certa.

Porque ver sua grandeza
casas, becos, & rrauessas,
praças, ruas, & arrabaldes,
não ha quem contar se atreua.
Eu serei pouco arrogante
deixando taõ grãde empreza,
por me não ver Phaetonte,
onde atreuido me perca.
Mas andarei pella rama
por fora donde conheça,
quanto no dificultoso
dizer menos he prudencia.

Nã barra logo entrando,
tem muy grande fortaleza,
de Saõ Giaõ, cujo sitio
he sò bastante defensa.
De torres, & baluartes
muy forte sobre maneira
com bombardas, bazaliscos,
canhoẽs, colobrinas, espheras.

Tem

Tẽ valeroſo preſidio
Capitaẽs,& ſoldadeſca,
dextriſsimos bombardeiros
com perpetua aſsiſtencia.
Defronte dentro no mar
lhe fica cabeça ſeca
hum baluarte muy forte
ſobre alicerces de area,
Rodeado de eſtacada
vigas de groſſa madeira,
por donde o mar ſe entulhou
de emmenſidade de pedras.

O Conuento dos Cartuxos
ordem de tanta aſpereza
que pellos rigor que guarda
ſo diz ſer das mais perfeitas,
Aqui junto deſta praya
dentro no mar deſcarrega
ſuas aguas criſtalinas
o rio da Barquerena.
Logo ſanta Catherina
onde quando a monção ceſſa,
toda nao lança ſeu ferro,
ou quãdo ſae, ou quãdo entra.

He moſteirinho de frades,
& caſa muy recoleta,
que guarda de S.Franciſco
a rigoroza pobreza.
Mais auante S.Ioſeph
hũ moſteiro que ſe obſerua
por Capuchinhos deſcanços
o meſmo preceito,& regra
Não muito longe Belem,
onde hũa torre ſoberba
com tiros,& baluartẽs,
faz moſtra eſpãtoſa,& horrẽda
Metida dentro no mar
de quadrada bombardeiras
num fortiſsimo cubello
com varias ſortes de peças.
Aqui ſe fazem regiſtos
com que a entrada ſô frãquea,
das naos que vem polla barra,
ou ſe ſaem dando â vella.

Ha nella tambem ſoldados.
que por cima das ameias
com cuidado,& vigilancia
dão perpetua ſentinella.
Logo junto della eſtâ
hũa obra real immenſa
hũa machina do mundo
de muy notauel grandeza.
O moſteiro de Belem
de tão fermoſa preſença
que pode ſer maraulha
antepoſta a de Caldea
He de frades obſeruantes,
cujos preceitos,& regra
ſaõ do Santo.que em Belem
com Paula fez penitencia:
Neſte moſteiro Real
de notaueis excellencias
polla rara architectura
de ſeu cruzeiro,& capellas
Eſtão fermoſos ſepulchros
de obra mais que Mauſolea
de alguns Reys de Portugal
em varios jaſpes,& pedras.

Com tão notaueis columnas
toda esta obra sustenta,
que ha mister ver,& palpar
pera que tanto se creia.
Neste lugar tão famoso
por ser de grão preminencia,
fazem aos Reys de Portugal
suas honradas exequias.
Dentro muitos corredores,
com dormitorios,& cellas
muitas obras curiosas,
de mui galharda aparencia.
Tem por cima hũ frõtespicio,
sobre o dormitorio,& Igreja
de pedraria laurada
por muyta arte,&sotileza.
Ham portico muy fermoso
cuja laçaria,& pedras
a todo mais edificio
faz igual correspondencia.
Mais adẽtro grandes claustras
muy conformes na grandesa,
casas fermosas,jardins,
pumares,ortas,& cerca.
Logo junto do mosteiro
hum pouo,cuja presença
na grandesa,& fermosura
grande Villa representa.
Por estes montes acima
que saõ de pouca aspereza,
antes ferteis,& abundantes
de quanto aqui se semea.
Ha muito fermosas quintas,
de casarias soberbas
frescas aguas,& pumares
jardins,vinhas,& parreiras.
Santo Amaro mais auante,
em distancia que não chega,
fazer quatrocentos passos.
ou no mais quando esta seja,
Està posto,& situado
no cimo de hũa ladeira,
que se sobe facilmente,
por ser distancia pequena.
He muy fermosa hermida,
de grão concurso,&frequẽcia
todo anno,& no seu dia
parece ser cousa immensa.
Entrãdo tem logo hũ pateo,
de muy bastante largueza
que paramentão de altares
no dia de sua festa.
Està tambem por diante,
de molheres estrangeiras,
hum mosteiro muy deuoto,
que se chama das Framengas.
Não longe defronte deste,
a quem vem à mão direita
outro fica do Caluario
que juntamẽte hé de freyras.
A quinta del Rey famosa
logo aqui não nos esqueça,
de inuẽçoẽs dagua,& de flores
& figuras tão diuersas.
Seguese a ponte de Alcantra,
sobre hũa fresca Ribeira,
cujas cristalinas aguas
por entre montes,& serras

Vem

Vẽ correndo brandamẽte
cõmo escutando de veras
as cantigas que ali cantaõ
as rusticas lauandeiras.

Logo a antigua freguezia,
de Santos aqui começa
esse bairro da Pampulha,
que Cidade representa.

A Virgem do Iuramento
em noua hermida,& pequena
obra de cento deuoto
muy curiosa,& bem feyta.

Tambem de nossa Senhora
outra mais por cima desta
a qual das necessidades
commummente se nomea.

Logo junto a dos Prazeres,
cuja festa se celebra,
o dia logo primeiro,
depois do da Pascoela

E neste mesmo lugar
se vé de quem quer se chega,
hũa casa de saude,
o por milhor de miserias.

Destoutra parte da rua
hum Mosteiro está de freyras,
com hũa vista sobre o mar
de a práziuel eminencia,

E tem por inuocação
aquella rara excellencia,
que Christo estando no mũdo
por remate de grandesas.

Pera eternizar memorias,
celebrando a vltima cea
ão mais diuino misterio
quiz deixar memoria eterna.

Da mesma parte adiante
estão de hũa regra estreita
as Carmelitas descalças
da reforma de Teresa.

Não mui longe da outra parte
de frades da mesma regra
outro deuoto Conuento
obseruante em penitencias.

A noua Igreja de Santos,
onde entrando à mão direita,
ha de sua inuocação,
hũa brincada Capella.

Não muy distante por cima
aquellas freyras Ingresas
que estaõ pella sancta Fè
desterradas de Inglaterra.

He mosteirinho pequeno
mas não falto de excellencias
porque padecer por Christo
he soberana grandesa.

O mosteiro da Esperança
mais abaixo: cujas freiras
professaõ de Saõ Francisco
a perfeitissima regra.

Oiteiro da boa vista
com parapeitos de pedra
onde tem gente do mar
hũa ordinaria assistencia.

Daqui numa larga praya
formosa por excellencia
parecem muytos nauios,
que vem de partes diuersas

São varias embarcações
de alto bordo, & das rasteiras
vrcas, naos, galès, pataxos,
fetias, & carauellas.
Aqui se lanção a monte,
& de ordinario daõ crena,
fazem de nouo, & desfazem
as embareações ja velhas.
A meyo quasi da praya
o monte correo de terra
que outra vez ja noutros tépos
correndo fez mayor perda.
Adiante esta Sam Paulo
onde nações estrangeiras
Espanhola, Catalam,
Italiana, & Tudesca.
A Francesa, & Biscainha,
Ceciliana, & Framenga,
finalmente quantas ha
parecem dar obediencia.
Cruz de Cataquefaras
celeberima frequencia
de Espanhoes que nesta parte,
tem sua Audiencia, & cadea.
Adiante o Corpo Santo,
hũa curiosa Igreja,
Cujo edificio he custoso
com ser hũa obra pequena.
Iunto della logo as casas
de architectura soberba
de Mouras, Corterreays,
de bem Real aparencia.
E a milhares de fragatas
na praya aqui junto dellas
ẽm que por pouco dinheiro
quem quer no mar se recreya.
Logo a Ribeira das Naos
onde a machina stupenda
das que vão pera Oriente
chamadas Naos da carreira.
Com notaueis artificios
pregarias, & madeiras,
carpinteiros, calafates
faz excessiuas despezas.
O lugar da Campainha
onde de varias maneiras
conforme as embarcações
ha mil ancoras diuersas.
Logo junto hum grãde pateo,
todo lageado de pedras
figura quasi quadrada,
mas não da quadra perfeita.
A grande casa da India
officinas, & despensas
casas adonde se aloja
tanto fardo de canella.
Tantas drogas Orientais
tantos quintaes de pimenta,
tanta maça, tanto crauo,
& tam preciosas pedras.
Redondos fardos de arroz,
buzios barbara moeda
de Etyopes Africanos
de retroçidas guedelhas.
Aquelle branco marfim
dentes tam grandes de feras
que ha dente q̃ por si sò
quatro, & sinco arrobas pesa:

Caças,

Caçaſ,colchaſ,alcatifas,
& cortes de varias cedas
ambar,coral,bejoim,
noz,encẽço,&brãcas perolas.
Os varios brincos da China
eſcritorios de gauetas
mil obras tam marchetadas
de contadores,& meſas.
Finalmente tantas couſas,
que pera poder dizellas
me vay faltando a memoria,
& aſsi paſſemos depreſſa.
Os paſſos del Rey famoſos,
machina ſoberba,& immenſa,
os tectos de cujas caſas
competem co das eſtrellas.
Aquella primeira ſala
rodeada de janellas
onde ſempre os ſeus turnos
aſsiſte a guarda Tudeſca.
Os compridos corredores
quartos de tanta grandeza
onde infinita familia
facilmente ſe apoſenta.
As grandes ſalas de cima
& outras mil caſas ſoberbas
em cuja capacidade
cabem tantas excellencias.
Aquelle forte Real
cuja fermoſa preſença,
& leua mais o ſentido,
que toda a oitaua eſphera.
As varias mercaderias
que dentro nas ricas tendas,
de diuerſas inuẽçõẽs
ha no pateo da Capella.
O concerto,& ceremonias,
com que neſta ſe celebra
aquelle culto diuino
com notauel frequencia.
Os tres graues tribunaes
Conciencia,Paço,&Fazenda,
por cujos graues miniſtros
eſte Reyno ſe gouerna.
Eſſes vaſtos almazens.
onde ſe recolhe,& fecha
prouimento das armadas
que cada anno aqui ſe apreſta,
Logo o terreiro do Paço
cuja fermoſa largueza
bem terâ de comprimento
duas mui largas carreiras.
Na largura em porporção
tambem parece da meſma,
que de figura quadrada
fica fazendo aparencia.
Eſta famoſa planicie
com ſer de tanta grandeza
de tal ſorte he frequentada,
que ſempre eſtâ quaſi chea,
Fica da parte do mar
toda larga,& deſcuberta
com viſta muito apraziuel
de mar,nauios,& terras,
Neſte lugar tão famoſo
de ordinario deſcarrega
tanto nauio de trigo
que parece couſa immenſa.

Ficalhe a parte de cima
a Alfandega donde se pesa,
ou marca tudo o que passa
com seu registo, & licença.
Aqui vem mercaderias
de mil nações estrangeiras,
que por ser trato sabido
he bem que não me detenha.
Iunto logo a grande casa,
dos contos, que da fazenda,
real toma toda conta
onde importa dalla certa.
Tambẽ junto as sette casas,
onde noutras tantas mesas,
se despacha tudo quanto
da Cidade saye, ou entra.
Logo terreiro do trigo
onde tantas mil fanegas
ou moios delle se gastaõ
pellas mãos de medideiras.
Segue se logo hũa rua
que tem de hũa parte tendas,
de outra da misericordia
hũa das portas traueſſas.
As escadas desta porta
infinitas camponezas
todo anno estão vendendo
flores de cheirosas eruas.
Casa da Misericordia,
cujo gastô, & cujas rendas;
a tanto milhão de pobres
da mui ordenada despesa.
Onde se diz tanta Missa,
que desde antes q̃ amanheça,
atè meio dia dado,
as ouue quem quer que chega.
A qual ordinariamente
tantos deixão por herdeira
& com rezão, pois a Christo
pera seus pobres se deixa.
Correndo mais a diante,
saimos logo à Ribeira
lugar que basta seu nome,
pera que a si se engrandeça,
Toda cheia de cabanas,
onde tantas regateiras,
de contino estão vendendo
tudo quanto o mundo encerra
Immensidade de frutas
de muytas castas diuersas
por todo anno em grão copia
conforme os produz a terra.
A parte de cima estão,
em lugar sem differença,
vendendo seu pão formoso
muytas molheres padeiras.
Outras logo junto vendem
passas de vuas, & de ameyxas.
queijos, fartens, & letrias,
vidros, barças, pederneiras.
Logo a cazinha adiante
por cuja mesa se ordena
que em conta, peso, & medida
tanta abundancia se venda.
A diante as ortaliças
coues, endros, cigurelha
alfaças, coentros, nabos,
rabãos, cinouras: aceicas.

Or-

Ortelãa, chicorias: cardos,
abobaras, beldroegas,
cebolas, bredos, & salça,
& outras eruas de panella.

E passando a rua larga,
que dalto abaixo atraueſſa,
lhe ficão pella outra parte,
as cabanas das fruteiras.

Mil milhares de maçãs
aqui vendem colarejas,
a rubicunda chainha,
pero de Rey, camoezas.

Laranjas, limas, limoens,
as mais das limas azedas
que a gente de Portugal,
não planta como em Valença.

No tempo muitos meloẽs,
immenſidade de peras,
das carualhaes infinitas,
que he fruita ſô Portugueſas.

Vuas de muy varias caſtas,
aſsi brancas como negras
baſtardo da banda dalem,
que baſtardos, ſô a vua preſta.

Fruitas nouas. & marmelos
pecegos de mil differenças
damaſcos, figos, caſtanhas,
balancias, & ſeyejas,

Nozes, junças, auelans
doces, azeitonas Deluas,
asfermoſas Seuilhanas,
manſanilha & cordouеza.

Finalmente, toda a fruita,
que produzem quantas terras
o mundo tem, & o ſabor
he neſta por excellencia:

Mais abaixo contra a praya
cabanas de manteigueiras,
onde ſempre eſtão vendendo
infinita da framenga.

Abundancia de mariſcos
logo junto ſe apreſenta
lagoſtas, & carangejos
camarões, oſtras, amejoas.

A liante ſem cabanas,
infinitas peſcadeiras,
que por mais agua que choua,
ſempre, ſaõ caras na venda.

Ha aqui tão freſco peſcado
que ainda ſaltando chega,
de muy differentes caſtas,
que no rio, & mar ſe peſca.

A muy lombuda azeuia,
vnica ſô deſta terra,
lingoado çapateiro,
chachucho, raya, lampreia,

Sauel, tainha, vizugo
xarroco, ciba, ſauelha,
carapao, caualla, pargo,
ſolho, roballo, faneca.

Safios, peſcadas, chernes,
congros, ruiuos, & moreas,
& infinitos que aqui calo,
por ir paſſando depreſſa.

Mas he bem que ſe celebre
quem mais que todos ſuſtenta
& por ſer mais abundante,
he fartura da pobreſa.

A ſa-

A ſabroſa ſardinha
que a diuina prouidencia
na abundancia, & calidade
no ſabor, & em ſer piquena.
Bem parece quis moſtrar
acudir com diligencia
a falta de tantos pobres
do que o rico ſe aproueita.
Aqui ſe giſta infinita
da ſalgada, & ſem cabeça
ſem ſal, & a que cõmummente,
chamão carregação freſca.
De ſecos o bacalhao,
& tambem peſcada ſeca,
raya, & fiuel eſcalado,
atum de lombo, & ventrecha.
Tem tal arte no vender
as ſalgadas peſcadeiras,
que o que vem a dar por dez,
pedem por elle nouenta.
E ſe a caſo lhe aconteçe
hauer quem pouco prometa,
ou reſpondem com anexins,
ou com palauras ſoberbas.
Eſta regra he muy ſeguida,
por todas as regateiras,
que pouco eſtimaõ vender
com ſeu trato a conciencia.
Logo junto muitas caças
& varias aues de penna
que trazem mil regatoẽs
la de fora das aldeyas.
Coelhos, lebres, cabritos,
galhinhas, patos, marrecas,
perûs, adẽs, & leuanticõs,
tordos, perdizes, vitellas.
Muitos alhos mais auante,
cebollas poſtas em reſtas
que aqui ſempre eſtão vẽdẽdo
as ruſticas lauradeiras.
Finalmente aqui ſe vê
a noſſa freſca ribeira
que quanto mais abundante,
então parece mais freſca.
Saindo logo daqui
à praya acima direita
pellos muy fermoſos Caes
rodeados de moletas.
Logo a muy pouca diſtancia
grandemente nos recrea
eſſe chafariz del Rey
com tantas bocas abertas.
Onde tantos aguadeiros
tantos negros, tantas negras,
galegos, cabras, ratinhos
a quarta de agoa ſuſtenta.
A caſa de Iorge ſeco,
& não he piquena grandeza,
que pera acções naturais
aja publicas ſecretas.
Hum chafariz muy famoſo
de agoas muy claras, & bellas,
adiante eſtâ, que ſem falta
leua exceſſo às da Beyra.
He tão fermoſa, & tão pura,
& de tanta preminencia
que por mais q̃ anda no mar
corrupção nunca entra nella.

A pra-

A praya logo da Alfamã
se mostra mais descuberta,
& o lugar donde ancorão
suas lindas Caruellas.
As muitas q̃ aqui se ajuntão
em qualquer dia de festa
com as anchoras ao mar,
& as proas postas em terra.
Fazem visita taõ aprazivel,
& tão galharda presença
que julgareis que Neptuno
coroado vos festeja.
Aqui estâ a torre da poluora
que tem por titulo,& empreza
este lugar he terribel
por hũas latinas letras.
Iunto do mar mais auante,
da coroa de Castella
almazẽs,& fundição
de toda a sorte de peças.
O cais do caruão por cima,
casa muy tisnada,& fea,
que bem parece na cor
ter de Vulcano a materia.
E metendose no meyo
hũa entulhada caldeira
lhe fica logo por cima
por larga circunferencia.
Hũ cais mui largo,& formoso
chamado cais da madeira
obra forte muy custosa
mui grandiosa,& bem feita.
Fora da porta da Cruz,
a tiro quasi de pedra,
da Virgem do Paraiso
hũa muy deuota Igreja,
Por cima a de S.Engracia
o traues â mão esquerda,
onde quantos Santos ha
saõ de nação Portugueza.
O campo de sancta Clara
hũa costa pouco enfesta
muy aprazivel,& alegre
a quem quer que alli passea.
Pera o cimo deste campo
lhe fica Villagalega
hum lugar que pera Villa
tinha bastante grandeza.
O formoso pera peito
em que se estriba,& sustenta
esta grande obra do campo
q̃ he de puro entulho,& terra.
Traça de certo ministro,
cuja fama bem pudera
eternizando mil obras
tocar sonora trombeta.
Não sò pellas que publicão
suas grandes excellencias,
de que esta grande Cidade
vemos estar toda cheya.
Se não pellas grãdes partes,
que tiuerão concurrencia,
entre er contos de fortuna,
& q̃lates de nobreza.
Mas como em fim tudo acaba,
anda a fortuna alterna,
acha sò memorias tristes,
com sentimentos de ausencias

Ficou

Ficou sòmente a lembrança,
onde sentimento,& pena,
em viuo retrato dalma,
mil grandesas represenra.

Mosteiro de santa Clara,
logo junto,cujas freiras
do Seraphico Francisco,
guardão preceitos & regra.

Logo a bica do çapato
se segue numa orta fresca,
cujas christalinas aguas,
competem co a pimenteira.

He lugar muy deleitoso
que muyta gente frequenta
onde em lugar apraziuel
a vista do mar passea.

Santa Apollonia adiante
hũa hermedinha pequena,
onde vão por deuação
mil matronas,& donzellas,

Mais a diante o mosteiro,
de Sanctos que da comenda
& da regra que professa
se diz das commendadeiras.

Este Cõuento he mui graue
doado de muytas rendas,
onde senhoras illustres
tem recolhida assistencia.

Outro logo junto nouo,
de hũa fabrica soberba,
em lugar mais eminente
faz muy fermosa aparencia

Santos o nouo se chama,
para mudança se ordena,
deste Conuẽto famoso
fundado sobre nobresa.

Andando mais adiante
em passando a Cruz de pedra
outro està que em santidade,
paraiso representa.

Este he da Madre de Deos,
de tal concurso,& frequencia
de gente que mui bem mostra
ter santidade suprema.

De grande recolhimento,
& tal, que muy bem pudera
ser de santo enuejado,
se nos santos cabe enueja.

Aqui faz muytos milagres,
a Virgem de graças chea,
que ficou Virgem muy pura,
sendo Mãy muy verdadeira.

Iunto estaõ paços famosos,
cuja traça represenra,
em retrato de principios
vistigios de mil grandesas,

Mas como a Parca inimiga
dando hũs fios,outros suspeda
deixando sò por memoria,
mostras,sõbras,& aparencias.

Entrando neste lugar
por remate nas grandesas,
& em lugar de perfeição
deixou esta obra imperfeira.

Sò ficou conhecimento,
na mostra das excellencias,
que este lugar ja foi forte,
& acabar he grão certesa.

Adi-

Adiãtẽ o muy famoso
saõ Francisco de Enxobregas,
mosteiro de deuação,
& de muy grande aparencia.
No valle logo seguinte,
que o mesmo monte reserua
outro està de Padres Loyos
que saõ Bento se nomea.
Pello vale mais acima
sobre o alto contra a serra
num muito fresco lugar
o mosteiro està de Chelas.
Logo mil lugares frescos,
oliuais, quintas,& terras,
pumares muy deleitosos,
casas,jardins,& ortas frescas.
E por toda a larga chapa
que do valle de Enxobregas,
pello campo de Alualade
voltando os Anjos se cerca.
Casas mil entremetidas
muy famosas,& soberbas,
alegres recreações
entre bosques,& aruoreda.
Cuja graue ostentação
aquem vem de Aldea galega
parece mais apraziuel,
por ficar mais descuberta.
Toda se mostra ondeada
por muitos valles, & terras
tumulos que se leuantão
com muito pouca aspereza.
Tudo saõ fertilidades,
tudo saõ abundãcias de terra,
que entre todas as do mundo
pode em tudo ser primeira,
Por aqui muitos lugares
muitas hermidas,& Igrejas,
saõ tantos os oliuaes,
que parece cousa immensa.
Logo as ortas de Alualade,
cuja ortaliça se rega
com tanta abundãcia de agua
que noras lanção nas prezas.
Donde á mais q̃ na Cidade
se gasta que he cousa immẽsa,
trazem rusticas saloyas
a poder das regateiras.
He tão fertil,& abundante
toda esta formosa Veiga
apraziuel,& jocunda
alegre,fresca,& amena.
Que não sòmẽte a anteponho
às de Granada,& Placencia,
as frescas terras dẽ Murcia
de çaragoça,& Valença.
Mas direi com fundamẽto,
sem falta deue ser esta
a que chamarão Gentios
Elisios campos na terra.
Que cousa mais apraziuel,
mais grandiosa,& soberba,
que ver desse campo grande,
a larga circunferencia.
Certamente, que do nome
dar semelhança pudera,
por ser tão plano,& tão lizo.
todo campo,& toda veiga.

Dizendo

Dizendo bem com rezaõ
que na lingoa Portugueza
podemos chamar Vlizios
por ter mais bella preſença.
De-mais, q̃ ſendo de Oliſſes
edificada eſta terra
depois que a tantos trabalhos,
dando fim deſcançou nella.
Julgando a gentilidade
ſeguirſe logo a miſerias
como premio merecido
hũa gloria ſempiterna.
Vendo que aqui deſcançaua
por ſer deleitoſa, & freſca
Julgarão ſer paraiſo
pellas raras excellencias.

Donde vejo que de Oliſſes,
por diriuação muy certa
forão chamados Eliſios
em que ha pouca diferença.
Sendo couſa aueriguada,
& opinião muy verdadeira,
ſer eſtes campos de Eſpanha
nas vlteriores terras.
Depois os noſſos latinos,
com noticia mais inteira
deſtes aprazueis campos;
& deſtas ortas amenas.
Declarão neſte nome
eſta eſcondida certeza,
pondolhe eſte de Almalatens,
que corrupto ainda reſerua.

Pois neſte lugar fermoſo
toda alma liure de pena,
como em paraiſo, & gloria,
julgarão ter vida eterna.
E porque as humanas formas,
noſſa viſta não penetra
por grande diſporporção
que ha nas duas naturezas.
Vendo que não parecia
aquillo que entre elles era
por plazo vniuerſal
aueriguada ſentença.

Almalantes lhe chamarão
que na lingoa Portugueſa
he dizer alma eſcondida
que Alualade corrompera.
Outros dizem que Albalatens
tendo que mais ſe aſſemelha
eſte nome de Alualade
por outra diferença.
O que mui pouco importara
dizer com menos certeza
pois quando a fermoſa aurora
aqui eſtiueſſe encuberta.

Então puderão dizer
que como aqui não ſe veja
quando a luz falta no mundo
por opoſição da terra.
Hũa alua aqui mais fermoſa
cuidara ter aſsiſtencia,
& chamandolhe Albatens
moſtrarão ſer doutra eſphera.
Logo o chafariz de Arroyos,
Santa Barbora, que pudera
por eſpanto de màs obras
no ſeu campo dar emmanda.

A fre-

A freguezia dos Anjos
& no mais alto da serra,
parece penha de França
com mui galharda aparencia.
Esta soberana Virgem
neste lugar se frequenta
de gente quasi infinita
com visitas, & nouenas.
Nossa Senhora do Monte
tambem de graue presença
num monte donde descobre
da Cidade mil grandezas.
Doutra parte a do Desterro
em cujo louuor quisera
para contar seus milagres
hũa angelica eloquencia.

Que num deuoto Mosteiro,
que aos preceitos se sogeita
de seu deuoto Bernardo
mil maraulhas opera
Aqui temos esta Virgem
tão soberana, & taõ bella
que tanto alcança pedindo
quanto Deos dá de potencia.
Logo junto santo Antão,
lugar de escolas, & letras
Collegio da Companhia
com perpetua assistencia.
Aqui muitos Estudantes
como em frequente academia
ocupaõ tempo, & cuidado
nas grandezas de minerua.

Este campo de santa Anna,
donde tantas mil cabeças
de gado de seus curraes
esta terra se sustenta.
Logo aparece do Occidente
a quem sae a mão direita,
hũa Igreja desta Santa,
com seu Conuento de freiras.
S. Antonio dos Capuchos
de hũa obseruancia suprema
tanto exemplares na vida,
quanto obseruantes na regra.

O chafariz de Andaluz
hũa grão circunferencia
de casas, quintas, jardins
sam Sebastião da Pedreira.
Mosteiro de Sancta Marta
Palhauãa donde pudera
fazer larga relação
tendo amplissima materia.
Nossa Senhora da Luz,
que será quasi hũa legoa
por aqui tem seu caminho,
& as saloyas de Telheiras.

São Domingos de Benfica,
que a mesma distancia chega,
da sorte que pellos Anjos
o Mosteiro de Oliuellas.
Aqui fica sam Ioseph,
no valle mil ortas frescas
que nos jardins, & frescuras
nenhũa iguala esta terra.
Mais abaixo a Annunciada
Igreja das mais bem feitas,
mais perfeitas, & acabadas,
que tem toda a redondeza.

Onde

Onde hũ fermoso Conuento,
de muitas freiras professas,
guardão do grãde Domingos,
a muita obseruancia & regra,
Nossa Senhora da Gloria
onde mancebos de Hibernia
estudauão com graõ cuidado,
diuinas & humanas letras.

Mais auante hũa hermida,
que tendo humilde aparencia
tem tão grande inuocaçaõ,
que he da Virgem da Pureza.
Subindo daqui pera o alto,
por hũa costa, ou ladeira
no verão pouco apraziuel,
quãdo as sõbras saõ pequenas.
Fica no cimo saõ Roque,
hum templo de tal presença,
que sucede em marauilha,
às que hoje faltão na terra.

Mais auante a Cotouia,
Collegio de obra moderna;
de Padres cujo instituto
he puro exemplo, & modestia.
Saõ Ioão dos bem casados,
esta hermida se frequenta
de poucos, porq̃ he de poucos
deuendo ser todos della.

Chamase aqui Campolide,
hũa saida muy bella
pollos largos orizontes
que descobre a redondeza.
Abaixo logo os Cardais
onde estão de ordem terceira,
hũs frades q̃ aqui professaõ,
a Franciscana pobreza.
Defronte saõ Bento nouo,
hũa marauilha immensa
de soberbos edificios
que a todos faz mil enuejas.
He hũa obra posta em quadro
de muy notauel grandeza,
& de quanta relatei
pode ser angular pedra.
Eu a tomei por rematè,
desta obra que nas soberbas
a pedra com que se fechaõ
sempre tem grãde excellencia.

E nesta fabrica minha
que tão notaueis encerra
se lhe falta o architecto
sobrepujalhe a materia.
Bem vejo q̃ com razão
todo mũdo me condena
de querer com tantas faltas
relatar tanta eminencia.
Mas como a mi me desculpaõ
exemplos que dar pudera
cy tomado atreuimento
para relatar grandezas.
Que na boa prespectiua
bastante noticia dera
da grandeza de hum gigante
pintar parte mais piquena.

Estes saõ os arredores
com que Lisboa se cerca
querer contar o de dentro
sera temetaria empresa.

Com licença. Em Lisboa. Por Antonio Aluarez. Anno 16

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1625 Mês: 07 Dia: 03

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 06

Século: Ano:

Identificação

Assento de vereação de 3 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv II d' Assentos fs 224 v

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 191.

Observações

Assento de vereação de 3 de julho de 1625" em que se refere que, para dar cumprimento à ordem do rei, a Câmara adquiriu por empréstimo dois mil cruzados para que não se interrompessem as obras das trincheiras

Teresa Silva Setembro de 2024

«ros e aduogados tem, e a forma em q̃ se fará, e auisarmeeis «com breuid.e do q̃ se appontar e se vos offerecer.»

Nota escripta á margem pelo secretario de estado:

«A cid.e cõsultara o q̃ parecer sobre se pora por Padroeira a «Rainha S.ta Isabel. Chruão Soares.»

Assento de vereação de 3 de julho de 1625 [1]

Por ter el-rei ordenado que as trincheiras se fizessem por conta da cidade, resolve a camara, para não pararem as obras, e na conformidade do que já tinha assentado, adquirir por emprestimo até *dois mil* cruzados sobre suas rendas; «e q̃ jũtam.te se pedise «loguo a S. Mg.de lhe fizese merce mãodar respomder ao cre- «semtam.to de suas remdas, e l.ça p.a sobre elas poder vemder du- «zemtos mil r.s de juro p.a gastos das dytas trimcheyras e obra «delas; e q̃, em q.to S. Mg.de lhe não respomdese, se valese, cõ «hordem dos sorẽs guovernadores, do d.re mais prompto q̃ se pu- «der aver de emprestimo.»

Em cumprimento da resolução constante d'este assento foi expedida a seguinte

[1] Liv.o II d'Assentos, fs. 224 v.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1625 Mês: 07 Dia: 05

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 07

Século: Ano:

Identificação

Carta da camara a el rei em 5 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv de Propostas e respostas e regº de cons. do tempo d el -rei D Fillipe III, fs.88

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 191-193.

Observações

Carta da camara a el rei em 5 de julho de 1625" (Doc. 7) onde se refere que a ordem do "marquez de Inojoza, de que se faça mais fortificações de trincheiras e reductos até Alcantara, e madam os governadores que a câmara siga a ordem que der o dito marquez"

Teresa Silva | Setembro de 2024

Carta da camara a el-rei em 5 de julho de 1625 [1]

«No correio passado teve esta camara carta de V. Mag.de, em «que lhe manda V. Mag.de que siga a ordem, que os governado-

---

paço e o conselho de estado, expediu el-rei a seguinte carta em 14 de novembro de 1625:

«Havendo visto as consultas do presidente e officiaes da camara d'essa ci«dade e da mesa da consciencia e ordens, do desembargo do paço e do con«selho de estado, sobre se tomar por padroeira d'esses reinos a rainha Santa «Isabel, hei por bem que se faça assim; e que a de ordenar que o seu dia «seja festa de guarda, se deixe á devoção dos povos e prelados e disposição «da Sé apostolica.» — *Dita coll.*

[1] Liv.º II d'Assentos, fs. 224 v.

[2] Liv.º de Propostas e respostas e reg.º de cons. do tempo d'el-rei D. Filippe III, fs. 88.

«res lhe derem sobre a obra das trincheiras, e lhe ordenaram e «mandaram precisamente, da parte de V. Mag.de, e que as despe- «zas d'ellas se fizessem á conta da cidade. E vendo como a camara «não tinha fazenda nem dinheiro de suas rendas, que tão empe- «nhadas estão, e tambem as do real d'agua, e o pouco que d'estas «havia de estar applicado, por provisões de V. Mag.de, á compa- «nhia, para cabedal e distratos dos juros; e a ultima ordem, por «carta de V. Mag.de, de 24 do passado, contem que no dinheiro, «que está junto para o dito distrato, se não bula n'elle, nem em «parte nem em todo, no dito effeito, sem outra ordem de V. «Mag.de, e não trata de mais; e os governadores disseram no prin- «cipio á camara que as trincheiras, que sómente desde as portas «dos Cobertos, pela marinha, até ao caes do Carvão, que foi o «sitio que até agora em outras occasiões mais urgentes se fize- «ram, e que a despeza, que a camara faria n'ellas, seria até *qua- «tro mil* cruzados, e ainda menos; com isto a camara, por serviço «de V. Mag.de, deixando de acudir a outras cousas forçadas de «sua obrigação — não sendo esta obra das trincheiras nunca feita «por conta de suas rendas, senão das de V. Mag.de —, se dispôz «n'esta fórma a acudir á obra, buscando *dois mil* cruzados do «mais prompto de sua fazenda, e outros *dois mil* cruzados da re- «nunciação de um officio de sua data, de escrivão do *vêr-o-peso*, «com licença do governo; e com estes *quatro mil* cruzados se «continuou a obra estes dias, com toda a brevidade, buscando «todos os officiaes, que puderam achar, que trabalham n'ella até «nos dias santos.

«E vendo a camara que a obra se estendia a mais partes, em «conformidade da traça do marquez de Inojosa, que os governado- «res mandavam se seguisse, foi fazendo trincheiras desde as casas «do marquez de Castello Rodrigo até ás casas do duque d'Aveiro, «que é uma distancia muito grande, e além d'isso com reductos «n'estas partes e no Terreiro do Paço para a artilheria, de muito «mais custo que nunca até agora se fizeram; e sentindo que a «falta e aperto de dinheiro era grande, e que esta obra não po- «deria ir ávante, assentou em mesa, em 3 d'este mez, que por «quanto para estes gastos, que se acrescentaram, não tinha di- «nheiro, se pedisse emprestado sobre as rendas da camara até «quantia de *dois mil* cruzados, e que juntamente se pedisse logo

«a V. Mag.de, como pede, que lhe faça V. Mag.de mercê mandar «responder ao acrescentamento de suas rendas, que tem escripto «a V. Mag.de, e requer o vereador Luiz Vieira n'essa côrte; e «outrosim licença a V. Mag.de para do sobredito acrescentamento «d'ellas poder vender *duzentos mil* réis de juro, para não parar a «obra das ditas trincheiras; e que, emquanto V. Mag.de não man- «dasse responder, se valesse esta camara, com ordem dos gover- «nadores, do dinheiro mais prompto que pudesse haver de em- «prestimo, porque d'outra maneira se não podia continuar com a «dita obra.

«E porque ora além d'isto trata o dito marquez de Inojoza, de «que se faça mais fortificações de trincheiras e reductos até Al- «cantara, e mandam os governadores que a camara siga a ordem «que der o dito marquez, e que faça a despeza d'esta fortifica- «ção á sua custa, pareceu devia dar a camara conta a V. Mag.de, «como faz, para que V. Mag.de o tenha entendido, e a falta de di- «nheiro e aperto em que está, sem saber com que possa fazer es- «tes gastos; e que não permitta V. Mag.de passem ávante em «tempo de tanta necessidade d'este povo, nem a camara fique im- «possibilitada, como já está, porque não convém ao serviço de V. «Mag.de que esteja ella n'estes apertos, cousa em que nunca se «viu, e se lhe encarreguem despezas tão excessivas com que não «póde em nenhuma maneira, e que em nenhum tempo se fizeram «por sua conta, senão da fazenda real de V. Magestade.»

[2] Liv.º de Propostas e respostas e reg.º de cons. do tempo d'el-rei D. Filippe III, fs. 88.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1625 Mês: 07 Dia: 06

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 08

Século: Ano:

Identificação

Assento de vereação de 6 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv. II d' Assentos fs 225

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 193.

Observações

Assento de vereação de 6 de julho de 1625" em que a Câmara toma "por emprestimo do rendimento do real d'agua" o valor necessário para contruir as trincheiras, até um limite de "dois mil cruzados": "Em harmonia com o assento de 3 do mesmo mez e anno resolve a camara tomar por emprestimo do rendimento do real d'agua o mais prompto que se fosse cobrando todo o dinheiro que se julgasse necessario para a construcção das trincheiras até á quantia de dois mil cruzados "

Teresa Silva Setembro de 2024

Assento de vereação de 6 de julho de 1625 [1]

Em harmonia com o assento de 3 do mesmo mez e anno, resolve a camara tomar por emprestimo do rendimento do real d'agua, o mais prompto que se fôsse cobrando, todo o dinheiro que se julgasse necessario para a construcção das trincheiras, até á quantia de *dois mil* cruzados.

---

[1] Liv.º II d'Assentos, fs. 225.

Digitize

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1625 Mês: 07 Dia: 07

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 09

Século: Ano:

Identificação

Assento de vereação de 7 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv. II d Assentos fs. 226

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 194.

Observações

Assento de vereação de 7 de julho de 1625" em que a câmara decide que se cumpra "a ordem":
"Por ser materia de direito e interpretação de provisão e ordem d' el-rei, resolve a camara, por votação dos vereadores lettrados, conforme o estylo que se cumpra a dita ordem, não se mechendo no dinheiro que estava junto para distrato dos juros o que não impedia que esse distrato continuasse fazendo-se com outro qualquer dinheiro"

Teresa Silva Setembro de 2024

Assento de vereação de 7 de julho de 1625 [1]

Por ser materia de direito e interpretação de provisão e ordem d'el-rei, resolve a camara, por votação dos vereadores lettrados, conforme o estylo, que se cumpra a dita ordem [2], não se mechendo no dinheiro que estava junto para distrato dos juros, o que não impedia que esse distrato continuasse, fazendo-se com outro qualquer dinheiro.

---

[1] Liv.º II d'Assentos, fs. 226.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1625 Mês: 07 Dia: 25

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 10

Século: Ano:

Identificação

Carta regia de 25 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv. 1 de Juros fs. 55

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 194.

Observações

Carta regia de 25 de julho de 1625 em que o rei ordena que apenas se recorra ao referido imposto do real d'agua "a fim de ocorerer ás despezas com as fortificações, só se tornaria effetiva, depois de n'ellas se dispender todo e qualquer dinheiro, que houvesse de prompto e em ser, e que por qualquer via pertencesse á mesma camara."

Teresa Silva Setembro de 2024

Carta regia de 25 de julho de 1625 [1]

Que a provisão, que mandara passar, para sobre as rendas da cidade e imposto do real d'agua poder a camara constituir juros

na importancia que os governadores do reino indicassem, a fim de occorrer ás despezas com as fortificações, só se tornaria effectiva, depois de n'ellas se dispender *todo e qualquer* dinheiro, que houvesse de prompto e em ser, e que por qualquer via pertencesse á mesma camara.

«E posto que tenho por çerto que hauendo de ser esta despeza «tanto em utilidade publica, e assegurandome do animo e prom-«ptidão com que sempre accudistes as cousas de meu seruiço, na «presente uos adiantareis muito; todauia me pareçeo significar-«uos, por esta carta, que me hauerey por muy seruido do que fi-«zerdes para o façilitar, de modo que, por meo de vossa diligen-«çia, se consiga breuemente o q̃ tanto conuem, estando çertos que, «no que se offereçer toquante a essa çidade, folgarey sempre de «lhe fazer fauor e merçe.»

[1] Liv.º 1 de Juros, fs. 55.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1636 Mês: 04 Dia: 16

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 11

Século: Ano:

Identificação

Decreto da duqueza de Mantua de 16 d'abril de 1636

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv. II de cons. e dec. d'el-rei D. Filippe III, fs-24

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo IV, 1889. Pág 184.

Observações

"*Decreto da duqueza de Mantua de 16 d'abril de 1636*" em que a duquesa manda que se trate da defesa da cidade, procedendo-se à reparação das muralhas e à continuação das obras das trincheiras cuja construção teria, de facto, sido iniciada mas não se tinha terminado de acordo com o plano previsto. Preocupada com o facto de "as armadas dos inimigos" estarem "já prestes para poder sair e navegar", chama a atenção para a importância de investir na defesa da cidade incumbindo disso a Camara "vendo que nisto está a sua conta, trate logo de dispor, assy e da manra que o fez em outras occaziões, reconheçendosse os muros e reformandosse onde for neçess.rio, fazendo-se portas nas q nelles ouver, e as mais perperações para se haverem de serrar quando assy cumprir, o que se executara logo. E da mesma manra se reconhecerão as trincheiras, que no anno de1625 se havião feito com occazião da armada ingreza, e se reformarão e continuarão até onde estava assentado que se fizessem"

Teresa Silva Setembro de 2024

Decreto da duqueza de Mantua de 16 d'abril de 1636 [1]

«S. M.de, que Deos guarde, considerando o a q̃ obrigão os mo-«uimtos q̃ ha entre os enimigos desta monarchia, e os dupplicados «auizos q̃ se tem das armadas e grandes perperações que fazem, «deuendosse recear que, irritados dos bons suçessos q̃ Deos Nosso «Sor ha querido dar ás catholicas armas de S. M.de [2], emprendão «algũa facção plas deuirtir em damno deste R.no, manda, e por «differentes cartas suas encarrega, que, com particular cudado, «se disponha tudo o q̃ toca a deffenção delle, para q̃, suçedendo «algum cazo, se acuda promptamente a elle com a rezolução e na «forma que a occazião o pedir.

«E porq̃ se tem de nouo entendido que as armadas dos enimi-«gos estauão já prestes para poder sair a nauegar, e importa «tanto, como se deixa bem uer, aperseberçe o que toca a esta «cidade, pois quanto mayor he o empenho em q̃ elles se tem met-«tido, tanto mais obriga a se attender á deffenção della, a cam.ra, «vendo o que nisto está a sua conta, trate logo de o dispor, assy «e da manra que o fez em outras occazioẽs, reconheçendosse os «muros e reformandosse onde for neçess.rio, fazendosse portas «nas q̃ nelles ouuer, e as mais perperações para se hauerem de «serrar quando assy cumprir, o que se executara logo. E da «mesma manra se reconheçerão as trincheiras, que no anno de «1625 se hauião feito com occazião da armada ingreza, e se re-«formarão e continuarão até onde estaua assentado q̃ se fizessem; «reformandosse tambem as plataformas que então se tinhão feito «no Terreiro do Paço e praya de Sam Paullo; acudindo a tudo a «cam.ra com o cudado e na forma em q̃ costuma empregarse nas «couzas de tanta obrigação sua, como esta he. E do q̃ se fizer e «se lhe offereçer q̃ reprezentarme, me dará conta, ajuntandosse, «para entender no que a isto toca, todas as tardes. Lix.a, a 16 de «abril de 1636. E reformadas as plataformas se proverá pla cap-«pitania general de artelharia e o mais [1]. — Margarida.»

---

[1] Liv.º II de cons. e dec. d'el-rei D. Filippe III, fs. 24.

[2] Vid. Capitulo da carta regia de 24 de setembro de 1636.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1636 Mês: 04 Dia: 19

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado:

Século: Ano:

Doc. Nº: 12

Identificação

Assento de vereação de 19 de abril de 1636

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv III d' Assentos fs 95

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo IV, 1889. Pág 185-186..

Observações

·Assento de vereação de 19 de abril de 1636: em resposta à ordem da duquesa de Mantua, o Senado diz que as “trincheiras e plantaformas” não era sua obrigação e que as mesmas se deveriam fazer “por conta da fazenda real”. Lembra que no ano de 1625 havia emprestado à fazenda real “catorze mil cruzados” os quais até ao momento não lhe haviam sido pagos. A camara estava, portanto, naquele momento impossibilitada de “acodir a esta obra” “por estar empenhada”

Teresa Silva Setembro de 2024

Assento de vereação de 19 d'abril de 1636 [2]

«Em 19 d'abril de 636, lendosse no tribunal da camera hũ «decreto da snorã princesa Margarida, feito em 16 do dito mes, «pello qual, per ordem de Sua Mag.de, declara q̃ os inimigos da «monarchia, irritados com os bons suscessos q̃ hão tido as armas «catholicas, tinhão armado muitos nauios de guerra e outras pre- «parações, e se podia temer q̃, para diuertir, intentem algũa fac- «ção em dano deste Reyno, pello q̃ ordenaua que o senado se «dispuzesse logo, e com toda a breuidade, tudo o q̃ tocasse a sua «obrigação, reparando os muros e portas da cidade, de maneira «que, suscedendo algum caso, se possa rebater o inimigo com a «segurança q̃ se requere; e que da mesma maneira se refizessem «as trincheiras e plantaformas, pello modo que se auiam feito no «anno de 625 com a occazião da armada ingresa [3]; e, conside- «randosse tudo, conforme ao estado presente, se assentou, pellos «abaixo assinados, q̃ o vereador das obras, com os menistros de- «putados, vezite logo e reconheça os muros e portas da cidade, «ordenando q̃ se repare tudo o q̃ estiuer quebrado ou tiuer ne- «cessidade de fortificação; e que, porquanto era notorio q̃ os mu- «ros, na mayor parte, estauão occupados com casas q̃ sobre elles «se tinhão feito, sem terem seruentia nem se poderem comonicar «em occasião de aperto, se desse conta disto a Sua Alt.a, para «mandar ordenar o q̃ parecesse necessario de presente, ou se de-

[1] O gabinete de Madrid tratava de provêr á defeza do reino, com receio d'algum conflicto repentino com a França, d'onde muito bem podia resultar ser tentada a fidelidade dos portuguezes, que, fartos já de supportar as oppressões do governo de Hespanha, só ambicionavam emancipar-se da sua odiosa tutela.

[2] Liv.o III d'Assentos, fs. 95.

[3] Vid. «Elementos», tom. III, pag. 162.

«clarase o que se auia de fazer, chegada a occazião; e que, a «resp.to das trincheyras e plantaformas, de q̃ trata o decreto de «Sua Alt.a, se lhe respondesse logo que o senado não estaua obri- «gado a fabrica das dittas trincheiras e plantaformas; e que, as- «sentandosse em concelho de guerra q̃ erão necessarias, se de- «uião mandar obrar por conta da fazenda real, por a cidade não «ter esta obrigação; e q̃, no anno de 625, comcorrera a camara «cõ emprestar a fazenda real o dinheyro necessario para a dita «obra, por se entender q̃ não tocaua a dita camara, e que por en- «tão ter deposito de suas rendas acodira com catorze mil cruza- «dos, per emprestimo, os quaes atee agora lhe não erão pagos; «mas que de presente estauão tam impossibilitadas as rendas da «camara, assi por Sua Mag.de lhe não mandar pagar os juros q̃ «fez nellas para acodir a seu real seruiço, como elle lhe ordenou, «e por outras occasioẽs q̃ se offerecerão, q̃ não era possiuel com- «correr em cousa algũa para ajudar a dita obra, por estar empe- «nhada, e não poder acodir as obrigaçoẽs presizas, p.lo q̃ Sua Alt.a «deuia mandar acodir a esta obra pella via q̃ lhe parecesse.»

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 20. Filipe III, 1621-1640

Século: 17 Ano: 1636 Mês: 04 Dia: 22

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 13

Século: Ano:

Identificação

Consulta da camara á duqueza de Mantua em 22 de d'abril de 1636

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Livro de consultas e respostas do tempo de Castella, fs11v.

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo IV, 1889. Pág 186.

Observações

"Consulta da camara á duqueza de Mantua em 22 de d'abril de 1636" em que a câmara reitera a posição definida no documento anterior.

Teresa Silva | Setembro de 2024

Consulta da camara á duqueza de Mantua em 22 d'abril de 1636 [1]

«N'este tribunal da camara se viu o decreto de V. Alteza, que «a elle veiu em 19 d'este mez, sobre se haverem de reparar os «muros e portas da cidade, nas partes que estiverem damnifica- «das, e se refazerem as trincheiras e plataformas nos logares em «que se fizeram no anno de 1625; e praticada a materia se re- «solveu o que se contém no assento, cuja copia será com esta, «que V. Alteza será servida mandar vêr.

«Á obrigação da cidade toca só reparar os muros e portas, e «n'isto desde logo se irá obrando com a brevidade que o nego- «cio pede; porém a fabrica das trincheiras e plataformas não é «da obrigação da cidade. E por este respeito acudiu ella na occa-

[1] Liv.º de consultas e respostas do tempo do governo de Castella, fs. 11 v.

«são do anno de 1625 com quatorze mil cruzados, por empres- «timo que fez á fazenda real, e se gastaram nas trincheiras e ou- «tras prevenções de guerra, os quaes até ao presente se lhe não «pagaram e estão em divida. E com a mesma vontade com que «este senado se empregou sempre nas occasiões do serviço de S. «Mag.de, o fizera n'esta, que é tanto da conservação da mesma «cidade; porém, o zelo de não faltar em tudo o que S. Mag.de «lhe ordenou de seu serviço, a tem impossibilitado, de maneira «que não póde pagar os juros que por este respeito vendeu, nem «as despezas ordinarias e precisas do governo da mesma cidade, «como por vezes se tem significado a S. Mag.de

«E para o reparo de muros e portas se empenhará mais, ainda «que fique faltando nas despezas ordinarias; mas não lhe será «possivel concorrer em cousa alguma para a fabrica das trinchei- «ras, as quaes V. Alteza mandará obrar como parecer que mais «convém ao serviço de S. Mag.de — Guarde Nosso Senhor a real «pessoa de V. Alteza.»

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 21. João IV, 1640-1656

Século: 17 Ano: 1650 Mês: 03 Dia: 24

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 14

Século: Ano:

Identificação

Carta de D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, presidente do senado da camara, para ser presente ao mesmo senado

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv.º III de cons e dec. dél rei D. João IV, fl 35

Edição Impressa

OLIVEIRA 1889,Vol.V, pp. 200-203

Observações

Em 1650 "o Senado encarrega o arquiteto Mateus do Couto de proceder à vistoria das cercas antigas. O parecer do arquitecto (régio e municipal) incluía a proposta de alterações às estruturas existentes" (CONCEIÇÃO 2015: 181) mas este documento apenas se refere às muralhas de Lisboa.

Teresa Silva Setembro de 2024

24 de março de 1650 — Carta de D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, presidente do senado da camara, para ser presente ao mesmo senado[1]

«O secretario Pedro Vieira da Silva me remetteu a ordem de «S. Mag.de, que com esta será; e porque nos não avistamos o ou- «tro dia n'esta casa da cavallaria para a vêr, por alguns dos com- «panheiros estarem ausentes, por se não perder tempo mandei fa- «zer a diligencia que v. m.cê verá da vistoria inclusa.

«De tudo dê v. m.cê conta ao senado, como S. Mag.de manda, ou- «vindo ao architecto Matheus do Couto, que é o que fez o papel, «e ouvindo tambem ao mester Agostinho Rodrigues, a quem já es- «crevemos, o dr. Gregorio de Valcacer e eu, que por ficar n'esta oc- «cupação e eu ir ao conselho de estado nos tira o irmos hoje ao «senado; e nos pareceu bem, para que esta obra se faça em pou- «cos dias, aproveitar do conselho do mester, que é applicar a cada «porta seu mestre, de empreitada, e depois medir-se-lhe a obra «que cada um fizer, e pagar-se-lhe pelo preço da cidade; e assim «se fará com desengano e com a brevidade que S. Mag.de manda «e o tempo requer.

«E ao mesmo mester, assim pelo ser e acompanhar-nos, como «tambem por official que bem o entende, deve esse senado encar- «regar a superintendencia d'esta obra; e assim me parece a mim «e ao dr. Gregorio de Valcacer.

«Guarde Deus a v. m.cê como desejo. Do paço, quinta feira, 24 «de março de 1650. — Conde da Torre».

O relatorio da vistoria feito pelo architecto Matheus do Couto, a que esta carta allude, é o seguinte[2]:

«Fui por mandado d'este senado vêr as portas das muralhas d'esta «cidade, todas em torno, e do estado em que ellas estão e o de que

---

[1] Liv.º III de cons. e dec. d'el-rei João IV, fs. 35.

[2] Ibid., fs. 37.

«necessitam consta d'esta relação. E começando do Corpo Santo «para a banda da porta da Cruz achei o seguinte:

«A porta por onde sáe dos Cobertos para o Corpo Santo tem por-«tas de madeira com seu ferrolho e fechadura; e os dois postigos, «o dos ditos Cobertos, um entra para Corte Real, outro para a Fer-«raria; um d'elles tem uma só ametade de porta, o outro tem «ambas com seu ferrolho e fechadura; e o postigo que do Corpo «Santo sobe para S. Francisco [1] não tem portas.

«O Arco do Ouro tem portas e ferrolho e fechadura.

«O Arco dos Pregos [2] não tem portas; e o dos Barretes sim, com «seu ferrolho e fechadura.

«No Pelourinho Velho se tiraram as duas portas que havia, e está «aberto; e o postigo da Portagem [3] não tem portas.

«Tambem da outra parte da Misericordia, da banda da rua das «Canastras, está aberto, que se lhe tirou o muro.

«A porta do Mar e a de D. Gil Annes da Costa e a do chafariz «d'El-Rei têem portas, com seus ferrolhos e fechaduras.

«O postigo de S. Pedro d'Alfama e o de S. Miguel [4] e o do cha-«fariz d'Alfama não têem portas; este d'Alfama necessita de por-«tas, e os dois se taparão e a porta do ferrador que aqui ferra.

«O postigo mais adiante, que se abriu ás Lavadeiras, e o que está «no muro antigo [5] se taparão ambos, e não têem portas.

«Tambem o postigo junto á Torre da Polvora [6] se abriu, não tem «portas. Tapal-o.

«O postigo da Lapa e a porta da Cruz e a do Arcebispo têem «portas, fechaduras e ferrolhos.

«Os dois postigos que se abriram em S. Vicente, um que entra «no campo de S.ta Clara e o outro que está dentro no telheiro [7], onde «trabalham os officiaes, tapal-os.

«O postigo da Graça para a Penha de França tem portas e ferro-

---

1 Cóta escripta por Matheus do Couto — «*Este se tape*».

2 Ibid. — «*Tapal-o*».

3 Ibid. — «*Tapal-o*».

4 Ibid. — «*Os dois se taparão*».

5 Ibid. — «*Tapados estes dois*».

6 Ibid. — «*Tapal-o*».

7 Ibid. — «*Tapal-os ambos*».

«lho com fechadura; e o postigo que desce para as Olarias,[1] tapal-o.

«O postigo de S.to André tem portas, ferrolho e fechadura.

«O postigo da Rosa[2] não tem portas. Tapal-o.

«As portas da Mouraria têem portas e ferrolho com fechadura; «as duas serventias de fóra, tapar a da banda do poente[3].

«O postigo da Palma e o do Estudo[4] não têem portas. Tapal-o.

«O postigo de Sant'Anna tem portas com seu ferrolho e fecha- «dura. As portas de S.to Antão, de dentro tem portas, e as duas «de fóra uma as tem, a outra não[5]. Esta se ha de tapar.

«O postigo de S. Roque tem portas, fechadura e ferrolho; e o «da Trindade[6] não. Tapar-se-ha.

«As portas de S.ta Catharina têem portas e ferrolho com sua fe- «chadura; e o postigo do Duque[7] não. Tapar-se-ha.

«Conforme a esta relação ha em torno da muralha exterior d'esta «cidade quarenta portas, entrando as duas de fóra da Mouraria e «S.to Antão, das quaes se hão de tapar de pedra e cal dezoito, e «ficam vinte e duas as que hão de servir; e n'estas vinte e duas «as vinte estão para servir e as duas se farão de novo: uma ao «chafariz d'Alfama, outra á Mouraria. E para estas duas portas, «portas novas, e para as vinte que é necessario reformarem-se e «pôrem-se correntes com suas chaves, são necessarios cento e cin- «coenta mil réis..... 150$000

«E para as dezoito que se hão de tapar se porão em «cada uma d'ellas, logo, até cinco barcadas de pedra de «alvenaria, e quatro moios de cal com sua areia; e cus- «tará o tapar d'estas dezoito portas, acabado de todo, «com mãos dos officiaes e trabalhadores e todas as mais «achegas, duzentos e vinte mil réis..... 220$000

«Os quaes juntos aos cento e cincoenta das portas de «madeira e ferragens fazem somma de trezentos e se- «tenta mil réis, com que sáio..... 370$000

---

1 Cóta escripta por Matheus do Couto.— «*Tapal-o*».

2 Ibid.— «*Tapal-o*».

3 Ibid.— «*Tapal-o*».

4 Ibid.— «*Tapal-o*».

5 Ibid.— «*Tapal-a*».

6 Ibid.— «*Tapal-o*».

7 Ibid.— «*Tapal-o*».

«E assim mais convém encamisarem-se as muralhas do postigo «da Graça até S. Vicente e até ás portas de S.to André, que estão «cahindo, e é necessidade precisa acudir-se-lhe logo, e junta- «mente a um pedaço de muralha que está cahindo no mosteiro da «Encarnação, que só está com parede de dois palmos e meio para «resguardo da clausura.

«E no que toca ás casas que estão sobre os muros me parece «que, por se evitarem queixas e reboliços e inquietações, se mande «notificar aos donos d'ellas que logo n'ellas, de umas para as «outras e para as muralhas, abram serventias para estarem cor- «rentes, e acabada a occasião as tornarão a pôr no estado em que «as têem, aliás se lhes mandarão derribar. Em Lisboa, a 24 de «março de 1650. — Matheus do Couto».

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 21. João IV, 1640-1656

Século: 17 Ano: 1652 Mês: 03 Dia: 11

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 15

Século: Ano:

Identificação

Decreto do principe D. Theodosio de 11 de março de 1652

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv.º de reg.o de cons. e dec. dos srs reis D. João IV e D. Affonso IV, fs, 94

Edição Impressa

OLIVEIRA 1889,Vol.V, pp. 342-343

Observações

Pensa-se que o "Decreto do principe D. Theodosio de 11 de março de 1652" se refere ao inicio desta construção em 1650, quando se mencionam as "trincheiras no anno de 1650" (OLIVEIRA 1889,Vol.V, 343; CONCEIÇÃO 2015: 199). Aqui o príncipe manda dar continuidade à obra das trincheiras iniciada em 1650. De acordo com a opinião de Eduardo Freire de Oliveira o príncipe refere-se ao novo plano de fortificações já revisto por João Gilot que tinha reduzido o projeto inicial de 32 baluartes para 16 (OLIVEIRA 1889,Vol. V, 343). Este é, portanto, o documento que assinala o início da construção do baluarte do Livramento em 1650. Através dele ficamos também a saber que em 1652 ocorre uma revisão do plano.

Teresa Silva Setembro de 2024

Decreto do principe D. Theodosio de 11 de março de 1652[1]

«Com este serão os decretos que el-rei, meu senhor e pae, e eu «mandamos remetter ao senado da camara d'esta cidade, para se «fazer a obra da fortificação d'ella[2]; e porque convém executar «de uma vez resoluções tão atrazadas e tão importantes, como «aquellas são, hei por bem que o senado passe o despacho neces- «sario para o thesoureiro, que tem em sen poder o dinheiro que

---

«que lhe assisto em tudo com o real poder e autoridade necessaria, sem li- «mitação alguma. E d'esta patente, pela preeminencia d'ella, se não tomará «razão em algum livro, mas só em virtude das cartas e decreto que mando «escrever aos tribunaes, governadores das armas e camaras principaes do «reino será a todos notorio, para que assim o cumpram e guardem pelo que «a cada um tocar. E por firmeza de tudo o que dito é lhe mandei dar esta por «mim assignada. Pantaleão Figueira a fez em Lisboa, a 25 de janeiro do «anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1652. Pedro Vieira «da Silva a fez escrever». — *Provas da Hist. Geneal.*, *tomo* IV, *pag.* 797.

[1] Liv.º 1 de reg.º de cons. e dec. dos srs. reis D. João IV e D. Affonso VI, fs. 94.

[2] Vid. decretos de 27 d'outubro de 1651 e de 15 de fevereiro de 1652, retro publicados.

«restou dos vinte mil cruzados que se apartaram para as trinchei-«ras no anno de 1650 [1], ir pagando d'elle as férias aos officiaes que «mando começar esta obra; e para que se continue com muita «brevidade e haja para isso dinheiro prompto, ordeno por este «decreto a Luiz de Mello, presidente do senado, e a Luiz Gomes «de Barros, procurador da cidade, e a D. Alvaro d'Abranches da «Camara, mestre de campo geral junto á pessoa d'el-rei, meu se-«nhor e pae, façam padrões de juro em quantia de um conto de «réis, que se venderá, no effeito apontado n'aquelles decretos, ás «pessoas que levarem avisos meus para fazerem a compra, e os «padrões se passarão na fórma ordinaria sem alteração alguma e «com toda a brevidade, porque se começa logo a gastar d'este «dinheiro, e se ha de pagar com os padrões referidos. O senado «o tenha entendido e o cumpra por sua parte, com a pontualidade «que espero da lealdade dos ministros d'elle, e do desejo «que têem de conservar e defender a terra em que nasceram».

---

[1] No anno de 1650 chegou-se a emprehender o trabalho para uma nova linha de fortificação de Lisboa, por parte de terra, que, segundo a traça, comprehendia grande extensão de muralha e 32 baluartes.

Esta obra a pouco trecho foi suspensa, dizem que por conselho do marechal Schomberg, mas naturalmente a causa principal foi conhecer-se que faltavam os recursos para empreza de tamanho vulto, e que, *quando fôsse possivel* leval-a a bom termo, surgiria a difficuldade de encontrar gente para guarnecer tão extensa linha de defesa.

A prova de que o plano foi julgado *demasiadamente grandioso*, está nas diligencias que posteriormente se fizeram para obter outro mais modesto, mas que correspondesse ao fim, o que, parece, se chegou a alcançar, mas tambem não foi posto em execução.

João Gilot, engenheiro neerlandez, reduziu o primitivo projecto a uma linha mais restricta de 16 baluartes, que, começando para além do sitio de S. João de Deus, atravessava uma quinta de Filippe Jacome direita a Nossa Senhora da Estrella, tomava pela ladeira que desce do convento do Sacramento, pela quinta de Francisco Soares e pelos outeiros até á cêrca do Noviciado da Companhia de Jesus, cortava esta cêrca e continuava até á rua de S. José, subia a Santo Antonio dos Capuchos, rodeava a quinta do Ramires, seguia em linha recta até Nossa Senhora do Monte e d'ahi corria direita ao mar, onde terminava proximo de Santa Apolonia.

Crêmos ser este o plano que o principe D. Theodosio pretendia pôr em pratica.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 22. Afonso VI, 1656-1683
Século: 17 Ano: 1661 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 16
Século: Ano:

Identificação

LANGRES, Nicolau - Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação. -[Ca 1661].

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

BNP Cod. 7445, fl 28-29.Disponível em: https://purl.pt/15387

Edição Impressa

CONCEIÇÃO 2015: 182

Observações

Em 1661 surge um segundo projeto, de Nicolau Langres ilustrado no álbum “Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação” [Ca 1661]. Trata-se de um desenho de projeto do Engº Nicolau Langres, designado como “Ce manuscrit de la fortiication de Lisbonne”, fortificação que incluía uma ampla cintura composta por um conjunto de cortinas que uniam "vinte baluartes e três meios baluartes" (CONCEIÇÃO 2015: 182). Analisando a parte do desenho relativa à área em estudo, o desenho a tracejado parece encaixar, grosso modo, no baluarte do Livramento efetivamente construído. De acordo com Margarida Tavares da Conceição "é visível a sobreposição de dois troços abaluartados nas zonas de remate da grande cintura urbana (em Alcântara e Santa Apolónia), provavelmente denunciando que uma parte de tais frentes abaluartadas já estaria em construção" (CONCEIÇÃO 2015: 182).

Teresa Silva | Setembro de 2024


MONSEIGNEVR.
Perfil
Taboa
1 Porta d'Alcantara
2 Reales S.to Sacramento
3 Reales S.to Magdalena
4 S.to Sacramento
5 S.to Joan de Deus
6 Casa do grande
7 Real da Boavista
8 Casa de Amadeo
9 S.to Mauricio de cima
10 Cauaga fida
11 S.to Joan dos dous corados
12 Portas dos Sam Joanes
13 Noviciado da Companhia
14 Convento de Christo da Ordem
15 Convento de Nossa Senhora
16 Convento de N.a Senhora dos Remedios
17 S.to Marta
18 S.to Antonio dos Capuchos
19 Casa de Joan Soares Pereira
20 Casa do P.e Coello
21 Casa de Bivendes
22 S.to Anjos
23 S.to Thome dos Pipotes
24 Real S.to de gente dos Francos
25 Casa dos bons ares
26 do mesmo genero
27 Casa do M.el Corte Mayor
28 do Condado da Feira
29 Real S.to do Monte
30 S.to Clara
31 Casa do Conde de Tarouca
32 S.to Patricio
33 Casa de Sam Cendes
34 Casa dos Cabedaes Fonsecas
35 Casa do Thesouro dos Mouros
36 Quinta dos Condes Tarouca
37 Quinta d'Andrade
38 Casa do Corregedor do Cabedal
39 Casa d'Alexandre do Pogo
40 Torre Santa
MONSEIGNEVR
De V.A.R.
Cesares humilles &c.
obeissant serviteur
Le Comte

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 22. Afonso VI, 1656-1683

Século: 17 Ano: 1662 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 17

Século: Ano:

Identificação

Bartsch, Adam (?) - The Entrance of the Lord Ambassador Mountague into the Citty of Lisbone, Lisbon, 1662.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

The British Museum, Sheepshanks.3090, Asset number: 1462786001 (© The Trustees of the British Museum. Shared under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) licence.). Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_Sheepshanks-3090

Edição Impressa

Observações

Gravura de 1662 que comprova que os baluartes do Livramento e do Sacramento já se encontravam construídos. Trata-se de um importante documento pertencente à coleção do British Museum intitulada "The Entrance of the Lord Ambassador Mountague into the Citty of Lisbone." que nos mostra claramente a ponte de Alcântara e, ao seu lado, um Baluarte do onde se distinguem as suas muralhas e até as guaritas. Para compreender esta imagem torna-se necessário colocarmo-nos no local do "artista" que teria de estar do lado poente da ponte, provavelmente numa situação elevada para ter boa visibilidade. Veria a ponte em primeiro plano, à sua esquerda o Baluarte do Livramento e ao fundo: à direita, o Baluarte do Sacramento, junto ao mar.

Descrição que acompanha odocumento:

"A large queue of horsemen and horse carriages leading over a bridge to the city of Lisbon shown in the central background, its city walls to the left, the carriage of Lord Montague shown in the lower right corner, a coat of arms in the top centre; dirty plate especially in lower left corner; from a series of seven prints showing the journey of the Infanta Catherine of Braganza from Portugal to marry Charles II in London. 1662"

Tradução:

"Uma grande fila de cavaleiros e carruagens de cavalos que atravessam uma ponte em direção à cidade de Lisboa, representada no fundo central, as muralhas da cidade à esquerda, a carruagem de Lord Montague representada no canto inferior direito, um brasão de armas no centro superior; placa suja especialmente no canto inferior esquerdo; de uma série de sete gravuras que mostram a viagem da Infanta Catarina de Bragança de Portugal para casar com Carlos II em Londres. 1662 " (Traduzido com a versão gratuita do tradutor - DeepL.com)

Teresa Silva | Setembro de 2024



Illus.mus et Excel.mus Dñs Edward. Comes de Sandwich, vice Comes de Hinchinbrook, Baron Montagu de St. neots, Angliæ Archistratelasi locum tenens, Ordinis Periscelidis Eques, Regi Mag.æ Brit.æ a Sanctioribus Consiliis, Garderobæ Mtæ. suæ magister Legatus suus Extraor.rius ad Regem Portugalliæ, nec non Classis, ad Ser.mum et Excel.mum Dom.um Catharinæ Mag.æ Brit.æ Reginæ transportandæ missæ Admicallus, Anno Dom. 1662 Antiochi fiunt Suc: Excel. per mare et per terra in gregrandem Civitatem lisbonensem totius Portug. metropolit.am una cum se ipso Dedicat. Theodorus Stoop suæ Mtæ. Reginæ Angliæ Pictor.

B.M. 1948-10-9-13
PPA160597

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 23. Pedro II, 1683-1707

Século: 17 Ano: 1686 Mês: 10 Dia: 24

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 18

Século: Ano:

Identificação

Carta do Conde Schonberg ao rei de Portugal escrita em 1686

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

ANTT, caixa 14

Edição Impressa

SEPULVEDA, Cristovam Ayres – *História do Exército Portuguez, Vol. II., PRELIMINAR Um capítulo da Guerra da Restauração (1660 a 1668): o conde de Schonberg em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, pág. 132-134

Observações

Carta de 1686 do Conde Schonberg, dirigida ao rei, em ele "critica asperamente a fortificação começada (...). Todavia, o parecer data de 1686 (assinada já a Paz com Espanha) e propõe outro tipo de abordagem, a opção pela cidadela dominante, "com cinco ou seis baluartes" a implantar em Alcântara, referindo a existência de dois baluartes "muito adiantados", compilando vários conselhos de ordem técnica e construtiva." (CONCEIÇÃO 2015: 182).

Teresa Silva Setembro de 2024

HISTORIA

ORGANICA E POLITICA

DO

EXERCITO PORTUGUEZ

POR

CHRISTOVAM AYRES DE MAGALHÃES SEPULVEDA

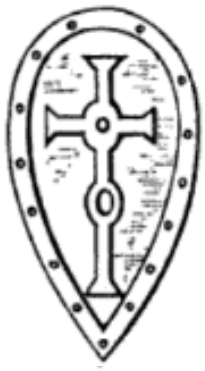
Capitão de cavallaria. Lente da escola do exercito.
Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Real Academia de Historia de Madrid e do Instituto de Coimbra. Commendador das ordens de S. Thiago, da Corôa Real da Prussia, de Merito Militar, e de numero de Carlos III, de Hespanha. Cavalleiro de Aviz.

II

ORIGENS

PRELIMINAR. — Um capitulo da guerra da restauração.
I. — Estradas militares romanas em Portugal.
II. — Origens militares visigodas.

Vol. II



LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1898

DP
[illegible]

INDIANA UNIVERSITY
[illegible]
BLOOMINGTON



Schubert

PRELIMINAR

Um capitulo da guerra da Restauração

1660 a 1668

O conde de Schönberg em Portugal

Papel que deo a Sua Magestade o marychal Xonberg em 24 de outubro de 686

Snõr.— Foy Vossa Magestade servido ordenar-me que lhe desse meu parecer sobre a fortificação desta Corte, como tambem o modo com que se governão os Exerçitos da Alemanha e França.

Obedecendo ao que Vossa Magestade me manda derey o que algũa experiencia me tem mostrado E hé, que o intento de se haver de circundar com hũa fortificação de Baluartes hũ Povo tão grande e comprido, e alem do que vemos ocupado com edefiçios cheyos seus arrabaldes de quintas, e ortas e Mosteyros, de hũa vasta interpeza, principalmente vendo a parte por onde vãy a fortificação que quem o trassou, não so quiz deyxar dentro della terreno para fundar outra Lisboa, mas attendeo mais a algũns riscos que tinha feyto, sobre o papel, do que a occupar os oyteyros, e descubrir os valles, que a natureza formou por aquellas partes.

Aqui posso acressentar o que em outra ocazião disse a Vossa Magestade, e o que nem o mais antiguo General, nem o mais exprimentado Engenheyro poderão contradizer com boa rasão, e hé, que despois de Vossa Magestade haver gastado muitos annos, e consumido grandes somas nesta fortificação de Lisboa, achará que seria mais util, e seguro haverse feyto hũa sidadella de sinco ou seis Baluartes, acomodandoos sempre no sitio, em que se fabricar.

O lugar mais conveniente para esta Fortaleza, seria junto a Ponte de Alcantara, porque alem de estarem ja dous Baluartes, muy adiantados, fica primeyro junto do mar onde a pouco custo se lhe podem encher o fosso de agoa, que não só lhe sirva de mayor defença mas receberá nelle cantidade de barcos, sem que possão ser ofendidos de nenhũa parte; E o segundo alem de descubrir o valle da Ribeyra de Alcantara, por onde podem ser os ataques, se lhe pode meter a augua do mesmo Ribeiro e fazerse no fosso hum lago de agua doçe para quando se necessite della.

Considero a esta Fortaleza naquelle sitio muitas vtilidades; a primeyra, que como fica junto do mar, será dificultozo que nenhũ poder inimigo lhe possa impidir o socorro, por elle, nem ainda estando as fortalezas da barra

pello inimigo; E da parte da terra, como ficão dous outros baluartes para a parte de Lisboa, sempre se poderá comunicar com a cidade e socorros da campanha, e na forma que digo, senão necessitará da parte do mar de mais obra, que hũa plataforma, onde se ponha mais algũa artelharia quando seja necessario.

E por que me poderão dizer que o outeyro, que está da banda dalem do ribeyro, fica perto, e eminente a Fortaleza, digo que nunca battaria posta em distançia de quinhentos, ou seiscentos pes ajudou a tomar a praça fortificada com baluartes.

E porque depoes que a Guerra inventou a cantidade de bombas e carcaças, convem que as cidadelas sejam grandes: E poderá estender esta de sorte, que aponta de hum Baluarte chegue á Cruz de Buenos Ayres, ou o tal posto se possa ocupar com hũa obra corva para que a cidadela fique mais recolhida e possa ocupar com hum Baluarte alto, que fica sobre a Fontequente, e desta sorte fica dentro o novo Armazem de polvora; e suposto ficará a Fortaleza muy irrigular, nem por isso será menos defensavel, e alem do que a experiencia nos ensina, sempre se deve apoyar a rasão com algum exemplo.

Suposto que as bombas, e carcaças não forão as que fizerão entregar Buda, hé certo que se o Castelejo, aonde se retirou aquella guarnição fora mayor, não os incomodarião tanto estes instrumentos; e ou se defenderião mais tempo, ou se lhes conçederia algũa capitulação honesta.

Fabricou-se em Avéres hũa das mais perfeitas cidadelas da Europa; mas considerolhe hum grande defeito, posto que a fizerão a borda do Rio; E hé que hauendo de ficar abayxo da cidade, se situou asima della, onde he de pouca vtilidade; E se estivera abayxo, alem de ficar em hum alagadiço, onde se podia circundar de agua, que faz o açesso mais dificil, ficava senhora do Rio para receber os soccorros de Olanda, e os mais que pello mar lhe viessem.

Parece que quando se haja de fabricar a Fortaleza no sitio que digo, que não haverá mais que quatro ou sinco cazas pequenas que hajão de derribar, não logo, mas no cazo em que se tema sitio, porque os Mosteiros ficão dentro, sem se lhe tocar, E em cazo de necessidade, se pode recolher nelles fato, e mantimento, E ainda cantidade de moradores.

Alem dos posos e sisternas que há neste sitio, seria deficultozo ao inimigo, impidir a agoa da Ribeyra, poes fica debayxo da mosquetaria.

Quando se fabrique esta Fortaleza, he facil fazer nas muralhas e Baluartes certas abobedas, onde a gente ficará livre de todo o cuidado das bombas E carcaças, E estas mesmas abobedas servem a impidir a que os Mineyros obrem o que intentarem.

A estrada cuberta, ou contra escarpa se pode fazer melhor do que as que se fazem de ordinario; porque como a pedra daquelle sitio he mais da necessaria, fazendosse a estrada cuberta, E esplanada que sobeja, e cobrindoa depoes com dous, ou tres palmos de terra, fica esta obra de grande serviço, porque senão pode caminhar por ella por capa; E se o conductor da obra for intelegente, pode poupar muyto dinheyro E trabalho ao abrir do fosso, fazendo deixar bũa berma de sette, ou outo palmos talhada na mesma rocha, que não só se poupa o trabalho e dinheyro (como digo) mas ficarem mais firme que a de Elvas, que podendo em partes ser asim foi feita depoes de pedra E cal.

Tambem se pode poupar dinheyro consideravel no salitre quando se manda fazer a polvora; porque a que saia ha des annos em França por tres vintens, sahe hoje por trinta r.^{s} o arratel.

Quando a fortificação que está comessada deixo a que se considere o circuito desta vasta entrepreza; mas se com tudo Vossa Magestade se quizer aproveytar do que está feito, pareceme que se acabe de fechar com hũa trincheira de campanha, e hum fosso de des pez de alto, E de largo a proporção, cuja terra, se botará da banda de dentro, e da pedra que se tirar, se fará hũa parede com barro em lugar de cal; E nesta forma se poderão fechar de hũns a outros os baluartes que estão principiados; mas nesta obra senão deve pegar, senão depoes da Cidadela estar em boa altura.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 23. Pedro II, 1683-1707

Século: 18 Ano: 1700 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 19

Século: Ano:

Identificação

BARCO, Gabriel del (Ca 1700). A grande vista de Lisboa. Painel de azulejos do Palácio dos Condes de Tentúgal. Pormenor da vista sobre Alcântara.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Museu do Azulejo, Lisboa. Disponível em: https://artsandculture.google.com/asset/grande-panorama-de-lisboa-alc%C3%A2ntara-e-santos/PAHVoaeiWsb1Qw?hl=pt-PT

Edição Impressa

Observações

No painel é visível a zona de Alcântara (o "artista", neste caso, situa-se do lado do rio), tendo, em primeiro plano, a antiga ponte e, imediatamente à direita na imagem (à esquerda da ponte), o baluarte, a cima do qual se ergue uma cortina de muralhas acompanhando o topo da encosta da ribeira de Alcântara. Em primeiro plano, observa-se o Baluarte do Sacramento.

Teresa Silva | Setembro de 2024


O nome **"Alcantara"** é derivado do árabe al-qntara (القنطره), que significa "a ponte", e refere-se a uma ponte romana antiga que existiu até o reinado de João V, e que ainda pode ser vista claramente neste painel.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 23. Pedro II, 1683-1707

Século: 18 Ano: 1700 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 20

Século: Ano:

Identificação

Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortiicação e emendas nella propostas e acentadas pelos engºs Francisco Pimentel, e Manuel Mexia da Silva, e Manuel de Azevedo Fortes, e António Velho de Azevedo, e Manuel do Couto, e Manuel Pinto de Vilalobos na ultima vistoria que por ordem de sua magestade deus guarde se fez no ano de 1700

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

ANTT, Casa Cadaval, Códice 27, fl 3. Código de referência: PT/TT/CCDV/27. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908669.

Edição Impressa

Observações

Em 1700, no reinado de D. Pedro II, é pedida uma vistoria da qual resultou a "Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortifcação e emendas nella propostas e acentadas pelos engºs Francisco Pimentel, e Manuel Mexia da Silva, e Manuel de Azevedo Fortes, e António Velho de Azevedo, e Manuel do Couto, e Manuel Pinto de Vilalobos na ultima vistoria que por ordem de sua magestade deus guarde se fez no ano de 1700"

De acordo com Margarida Tavares da Conceição através deste documento "ficamos pois saber que a base da proposta a reformular pelo colectivo de engenheiros se refere a um traçado de Jean Gilot (...). Na vertente ocidental, foram erguidos dois baluartes em Alcântara: o Baluarte do Sacramento, junto ao convento homónimo, mencionado em 1700 como "quase acabado", e o Baluarte do Livramento, "em que se trabalha" (...). Entre ambos os baluartes abria-se a Porta de Alcântara (Rua do Arco de Alcântara) (...) Ficou assim marcada a existência dos dois baluartes e portas de Alcântara, o alinhamento dos escarpamentos, a proposta da continuidade das cortinas"(CONCEIÇÃO 2015: 186-190).

Esta planta permite-nos concluir que o plano inicial de Gilot foi concretizado. No que diz respeito ao Baluarte do Livramento observa-se como efetivamente construído aquilo que se encontra representado com uma linha de maior espessura já que na legenda inicial do documento – "Explicação desta Planta" - se diz: "Primeira mte tudo o que se mostra com riscos pretos [e] o desenho antigo da Planta de Gilot O q mostrão os riscos roixos [e] as novas emendas tanto na prima planta como nas mais de mayor ponto". No folio 3 apresenta-se representado o conjunto composto pelo Baluarte do Livramento identificado com o nº II e identificado na legenda como "Bte das Necessidades".

Teresa Silva | Setembro de 2024

REGIS, ET IVS,

FRET, FINIS.

LOS

Planta da cidade de Lisboa no tocante a sua Fortificaçaõ e Emendas nella propostas, e acentadas p.los Eng.ros Fran.co Pimentel. M.el Mexia da Silua. M.el de Az.do Fortes. Ant.o velho de Az.do M.el do couto, e M.el Pinto de V.a Lobos, na vltima vestoria q.e por ordẽ de S. Mag.de q.e Ds G.de se fes no Anno de 1700

A Planta em grande mandey fazer o Capp.m Antonio velho de Azevedo, aquel q̃ em mayor grao deviçaõ emtes
era muito conhecido des a sua Mocidade Manoel Pinto de V.a Lobos emfan.te dos

REGINA,

FRET, FINIS.

CASA DE CADAVAL
D.

Explicaçaõ desta Planta

Primeira mente tudo oque se mostra com Riscos pretos he de desenho antigo da Planta de Gilot oq mostraõ os Riscos Roixos he as novas emendas tanto na prima planta como nas mais de maior porte

1 – I – O Bte do Socorro q̃ quazi acabado, este he oque fica junto do Rio

2 – II – O Baluarte de N. Sr.a das Necessidades, e he o q̃ he de presente se trabalha

3 – III – O Baluarte da ora Nova, com oque se principiem novas de Riscos Vermelhos, ou Roixos com seus flancos baixos, e sua traves ou Cavaleiro na Cortina.

4 – IV – O Baluarte no alto donde esta a garita com a emenda q̃ se deve fazer com seu flanco baixo na desida, e baixo na Cortina, e o desenho de sua Rebellim defronte della.

5 – V – O Baluarte junto abaixo da pedreira, e seu ang.o flanqueado fica nos Cadentes Velhos, onde esta sua quebrada.

6 – VI – O Baluarte da outra p.te da Baixa, este Baluarte como se ve dos Riscos Roixos se deve tirar p.a dentro 100 palmos a sua teza q̃ alli esta a despeito de naõ ficar pendurado

7 – VII – O Baluarte no extremo dos Cadentes, ou parte Velhos com as emendas q̃ leve.

8 – VIII – O Baluarte que se faz na volta p.a entre os Cavalhaõs em lugar dos Cadentes q̃ propostos na planta antiga.

9 – IX – O Baluarte semelhante ao antecedente em lugar dos Cadentes.

10 – X – O Baluarte, ou meyo Bte que ata no arco do Cavalhaõ com a sua Cortina.

11 – XI – O Baluarte ja feito a mayor p.te no alto do arco escuro, ou do Cavalhaõ, neste p.o aparte debaixo por onde vai a estrada se deve fazer sua flanco baixo com outro naõ.te opposta

12 – XII – O Baluarte emq̃ esta su Cavaleiro, e sua flanco baixo principiado, e sua Porta na Cortina, e o Bte e os mais emq̃ se mostraõ Riscas pretas dobradas saõ os q̃ se acabaõ feitos com Muralhas

13 – XIII – O Baluarte 3.o q̃ se acha feito com Muralha sobre Campo de.

14 – XIV – O Baluarte q̃ se acha tambem feita m.a p.te de sua Muralha

15 – XV – O Baluarte alto notezo por sima de palha vaõ tambem com Muralha feita.

16 – XVI – O Baluarte tambem feito de Muralha este he oque esta sobre a quinta do Conde de Sargedas em sua Virtha

17 – XVII – O Baluarte em S. Seb.am da Pedreira dentro na quinta do P.e Dionizio Moreira veze taõ de terra levantada, e da mesma sorte se continuaõ os mais até e mx sbregas

18 – XVIII – O Baluarte na quinta de Christovaõ de Souza Cujos vestigios seve junto de sua Horta, na Cortina entre este Bte e o ante cedente Sabem duas estrada q̃ vaõ de S. Seb.am da pedreira

19 – XIX – O Baluarte nas terras de Bernardino Pr.a junto ao ang.o flanqueante delle fica hum Poço

20 – XX – O Baluarte Cujos vestigios se vem, e seu ang.o flanqueado esta nos extremos da quinta de Dan.el de Albuquerque Coelho, e terras de Bernardino Pr.a

21 – XXI – O Baluarte no alto da quinta de Joaõ de Brito, e seu ang.o flanqueado cabe em su circuito de a centro que esta no alto da d.a quinta na Cortina p.a a p.te do Bte asima fica o arco do fogo

22 – XXII – O Baluarte na baixa da quinta de Joaõ de Brito p.a aparte da estrada de Sacavem na Cortina entre elle e o asima se deve por su traves, em lezaõ da decida

23 – XXIII – O Bte nas cortas por baixo da quinta do Almotace mor junto a estrada de Sacavem, este se deve cortar 100 palmos mais p.a a p.te da estrada como se ve dos Riscos Roixos

24 – XXIV – O Bte no alto da quinta de Ant.o de Barros Mascarenhas q̃ hoje he dos p.es de N. S.r da Penha de França, nelle se deve fazer sobre as cortes o flanco baixo q̃ mostraõ os Riscos Roixos e hu Cavaleiro na Cortina

25 – XXV – O Baluarte dentro da quinta do Alferes de Francisco da silva e Souza

26 – XXVI – O Baluarte, ou Meyo Baluarte q̃ desse ao ang.o semelhante no olival do Cap.am Luis Alv.s de Andrade

27 – XXVII – O Baluarte que se emenda no lugar dos Cadentes sobre o valle de cellas no olival de Theadozio de Sou.za

28 – XXVIII – O Baluarte Caval.r asima que se emenda, com sua Cortina entre elles e su Rebellim decente della.

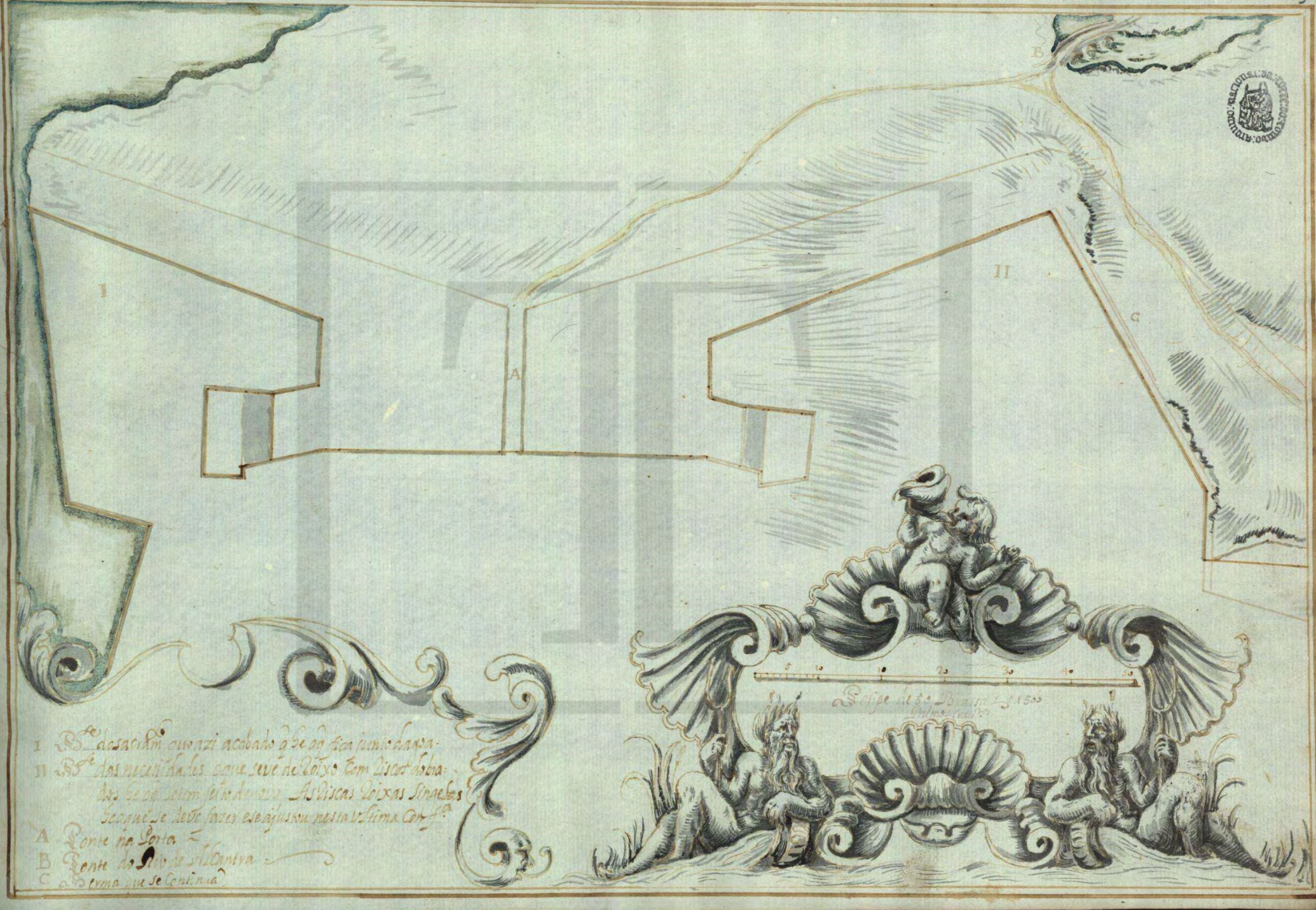
29 – XXIX – O Baluarte q̃ cabe na quinta de Henrique Jagues sobre o valle de cellas.

30 – XXX – O Baluarte junto a quinta dos P.es da Comp.a, este se deve alargar como mostraõ os Riscos Roixos em lezaõ da quarta de Cortina entre este Bte e o de Paladares

31 – XXXI – O Baluarte na quinta do Paladares este tem feito cang.o flanqueado de 12 pes sendo na planta de 9 os q̃ os Riscos Roixos devem como se acha feito diante da Cortina no lesta de su Cavalr.m

32 – XXXII – O Baluarte Vltimo que cabe na estrada q̃ vai p.a a Madre de Deos junto a morada de Sanches esta se seguem saõ na borda do Rio deq̃ se naõ trata.

Os primr.os numeros Sinalaõ os Bte.s da planta de piqueno ponto os n.os Romanos os Baluartes da de mayor ponto como tambem vaõ Signalados



I Pe desenho ouvazi acabado q pe ag fica junto da praia
II Pe dos necessidades como serve de Coixo Com Discos asbia-
dos pe ag selom pelo dentro As Discas Coixas Sinaes
Segue-se deste fazer ese ajuste na ultima Conf.a
A Ponte na Porta
B Ponte do Sitio de S.t Cantra
C Horta que se Continua

Palmo de Pe de Roma de 1503
Palmo Cantro

DATA DO DOCUMENTO

Reinado

Século | Ano | Mês | Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: 24. João V, 1707-1750 | Doc. Nº: 21

Século: 18 | Ano: 1727

Identificação

Lisboa de 1727, cópia de um pormenor de planta topográfica

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Museu de Lisboa. Cota: ML.DES.5396

Edição Impressa

SILVA 1942: 67, planta II

Observações

Trata-se de uma planta apresentada por A. Vieira da Silva (SILVA 1942: 67, planta II) (Doc. 21), um desenho, cujo autor se desconhece, feito em papel vegetal e tinta-da-china, hoje pertencente à coleção do Museu de Lisboa (ML.DES.5396), descrito como "Lisboa de 1727, cópia de um pormenor de planta topográfica". Parece-nos que se trata de uma cópia da "Planta Topogrophica da marinha das cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno qe 1727" da autoria de Carlos Mardel, também depositada no mesmo museu (MC. DES.1403). Optamos por nos debruçar sobre a cópia em tinta da china, por possuir melhor leitura.
Este documento é da maior importância por nos apresentar, com um pouco mais de detalhe que a planta de 1700, o conjunto fortificado de Alcântara, onde se assinalam os baluartes das Necessidades (Baluarte do Livramento), o Baluarte do Sacramento e a cortina que os unia, interrompida apenas pela porta que dava acesso à Ponte de Alcântara.

Teresa Silva | Setembro de 2024


1
Baluarte das Necessidades
p.te da quinta de S. Mag.te
Caldeira
Cocheiras
moinho
Calvario
Caldeira
Baluarte do Sacramento
104 mm
Planta de 1727

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 30. Maria II, 1834-1853
Século: 19 Ano: 1844 Mês: 04 Dia: 26

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: 24. João V, 1707-1750 Doc. Nº: 22
Século: 18 Ano: 1745

Identificação

João Pires da Fonte - Planta topográfica do sítio de Nossa Senhora das Necessidades, ano de 1745

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

ANTT - Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 211. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00211. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162308

Edição Impressa

Observações

De meados do século XVIII (1745), a *"Planta topográfica do sítio de Nossa Senhora das Necessidades, ano de 1745"* – numa cópia de 1844 mostra, com mais detalhe, as mesmas estruturas, contendo agora a representação, no interior do baluarte, do Convento de Nossa Sra. do Livramento e, acima destes, o Convento das Necessidades. Sobre o conjunto da estrutura fortificada é de transcrever a descrição de Vieira da Silva
"*O parapeito de terra da cortina da frente intermédia aos baluartes parece que tinha cêrca de 32 metros de largura, e o fôsso 19 metros de largura e 2 metros de profundidade.*
Este parapeito era atravessado ao meio e normalmente por uma poterna ou caminho coberto por abóbada, munida com portas em ambas as extremidades. Desta disposição resultou para a rua que fazia seguimento à poterna, e à que mais tarde se abriu no local desta, o nome de rua do Arco a Alcântara, que ainda hoje conserva (...) Em frente das portas existia um largo que se chamava praça das Armas ou de Alcântara, que é, desde agosto de 1911, a praça da Armada." (SILVA, 1942: 86)

Trata-se de uma cópia, feita em 1844 pelo arquitecto João Pires da Fonte, da planta executada no ano de 1745 por Manuel da Maia. (...) É uma cópia da planta original existente no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, Livro 6.º dos assentos, f. 83." (ANTT)

Teresa Silva | Setembro de 2024

Copia Planta Topographica do Sitio de N. Senhora das Necessidades anno de 1775

A Igreja de N. Senhora das Necessidades
B Hospicio de Palacio contiguo á Igreja de N. Senhora
C Jardim do Palacio
D Hospicio e Casas de Despacho dos PP. da Congregação de S. Filippe Nery como se acham actualmente Larga.
E. F. G. H. I. L. M. Parte do muro da Cerca, que se deve demolir quando se continuarem as Fortificações
M. N. O. Muro que se ha de fazer no interior da Cerca quando se demolir o exterior referido.
M. P. Q. R. S. T. Continuação da Cerca até se encontrar com o terreno disputado para augmento da Fortificação.
V Lugar reservado para augmento de Hospicio
X Mesinha de pranto dentro da Cerca de Hospicio
Z Igreja de N. Senhora do Sacramento de Religiosos Terceiros
F Lugar de novo para o primeiro Padrão
M Lugar de novo para o segundo Padrão

Inscripção para os dous Padroes

No anno de 1775. em que se levantou este novo, que por esta parte fecha a Cerca de Hospicio mandou El Rey D. Joze o Fundar N. S. por este padrão ordenando que na distancia de 2.200 passos para o nascente se contar do eixo da porta da Igreja de N. Senhora das Necessidades para a parte do Norte se naõ levante edificio algum, para que sirva este terreno disputado para a Fortificação, e nunca estar desembaraçada, quando se continuarem mudando se P.P.es p.a sua vista o muro para o interior da Cerca, sem que as Fortificações hajaõ de pagar cousa alguma a pelo dito terreno, como vaõ declarado nas plantas, e Decreção registadas nas Ordens das Fortificações Contadoria Geral da Guerra, Junta dos Tres Estados, e Torre do Tombo.

O Engenheiro e Brigadeiro de Infantaria Manoel da Maya

Esta Planta foi por mim fielmente copiada do outra, que se acha no Archivo da Camara Municipal de Lisboa encadernada em vol.º 2.º de Aposta das annos de 1774 a 1775 a fol.ª Primeira parte da Carta de Planta geral do Reyno e Rio de Setuval. E hoje em Nove Janeiro Mil e sete centos e noventa e nove. Manoel Joze Pereira da Costa Engenheiro Ajudante.


Braças de 10 palmos craveiros
Arsenal
Arsenal
Arsenal

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 24. João V, 1707-1750

Século: 18 Ano: 1756 ? - Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 23

Século: Ano:

Identificação

CARVALHO, José Monteiro de; - [Livro das plantas das freguesias de Lisboa]. Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 153, Planta da nova freguezia do Snr. Jezus da Boa Morte, f. 7

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

ANTT - PT/TT/CF/153, fl.7. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909706

Edição Impressa

Observações

Planta da nova freguezia do Snr. Jezus da Boa Morte" cuja data exata se desconhece mas que é atribuída a meados do século XVIII (1756 ? - 1768 ?). Encontramos representado o conjunto fortificado, ainda intactos os baluartes, respetiva cortina de união (aqui ainda não cortada a cortina pela atual Rua Prior do Crato…) e porta. Destaca-se nesta planta a representação e legendagem das estruturas de caráter militar, concluindo-se que, em meados do século XVIII, se conjugavam as estruturas fortificadas e os edifícios civis com a progressiva urbanização da zona.

Neste documento encontramos, em planta, a muralha que acompanhava a encosta da ribeira de Alcântara e que vemos representada no excerto do painel de azulejos de 1700. Observando a envolvente do baluarte nota-se que a Calçada do Livramento, entre o baluarte e o palácio, já se encontra representada e uma progressiva urbanização, por exemplo, com edificações junto ao Baluarte na Rua da Costa e Travessa do Livramento e com a formação dos quarteirões hoje localizados a sul da Rua Prior do Crato, como o circundado pelas atuais Rua Vieira da Silva e Rua Gilberto Rola. Este quarteirão, com uma forma aproximadamente triangular correspondente à atual, localizava-se mesmo junto à ponte, na altura ainda existente, e à Ribeira de Alcântara, já em caneiro, que mais tarde viria a ser coberto e sob o qual se construiria a atual Rua João de Oliveira Miguens. Do lado sudeste do Palácio das Necessidades (B), nesta imagem representado logo abaixo deste, constroem-se edificações na Rua das Necessidades e Calçada das Necessidades.

O livro descreve as paróquias da cidade de Lisboa, apresentando para cada paróquia um texto com os seus limites e confrontações, seguido da respectiva planta. O folio 7 contém planta onde se encontra representado o baluarte no conjunto defensivo em que se integrava.

Teresa Silva Setembro de 2024

Freg.ª do Snr. Jesus da Boa-morte.

Esta Nova Parrochia, será estabellecida na Igreja do Snr. Jesus da Boa-morte, com o mesmo titulo: o seu destricto começará na Cruzada Superior da Travessa dos Ladroẽs, e descendo pelo lado occidental della, proseguirá pelo lado Septemtrional da Rua de S. Cyro, debaixo seguindo ap.ª occidental do Cam.º q vem á Torre da Polvora, até á Cova, ou Rua direita da Campinha, e dipois será por Rua, e outra p.ª até a Ponte de Alcantara, e sobindo desta pela Rua chamada a Triste-feia, ou da Navia, e toda a margem do Rio Oriental até encontrar o Cam.º q vem sahir á Ermida de N. Snr.ª dos Prazeres, do qual Som.ª lhe pertencerá o lado Meridional; e continuando pelo que vem sahir ao Muro da Quinta do Bauto, e q faz cara do Marquez do Louriçal, Som.ª dap.ª do Sul, acabará na dita Travessa dos Ladroẽs: ficará tambem pertencendo, tudo quanto interiorm.te contem esta Circumf.ª como he; Rua da Fonte Santa, Calçada Nova dos Necessid.os Travessa do Embaixador, Torre da Polvora, Rua dos Almas, Travessa da Conceição, Rua de S. Anna, Rua do Snr. Jesus da Boa morte, Calçada do Cercamento, Travessa do Arsenal, Rua de N. Snr.ª dos Necessid.os Praça de Armas, Travessa do Baluarte, Moinho do Galgão, Rua do Correyo, e tudo mais q denovo se crear no sobredito destricto.

PLANTA DA NOVA FREGUEZIA DO SNR. JEZUS DA BOA MORTE

Igrejas, e Ruas

A Irmida de N. Sª dos Prazeres
B Real Capella, Passo, e Convento de N. Sª das Neceſſidades
C Igreja do Snr. Jezus da Boa Morte
D Igreja de N Sª do Livramento
E Igreja do Santiſsimo Sacramento
1 Muro da Antiga Fortificação
2 Rua das Cavalheiriças
3 Rua da Ponte Santa
4 Muro da Cerca das Neceſſidades
5 Calçada nova das Neceſſidades
6 Trauesa do Embaxador
7 Torre da Polvera
8 Caminho geuvem da Torre da Polvera pª a Rua de S. Cyro
9 Rua das Almas
10 Trauesa da Correição
11 Rua de Sta Anna
12 Rua de S. Cyro
13 Ruas novam Projetadas
14 Rua do Snr. Jezus da Boa Morte
15
16 Trauesa dos Ladroins
17
18 Rua do Correyo
19 Muro da Quinta do Bauto
20 Cam q vay dos Prazeres pª a Ribª de Alcantara
21
22 Rua direita da Ponte de Alcatera
23 Rua da Triste Feya
24 Calsado do Livramento
25 Trauesa do Aleito
26 Rua direita das Neceſſidades
27 Praça de Armas
28 Trauesa do Baluarte

Parte da Freg. de S. Izabel

Parte da Freg. de N. Snr. da Lapa

Braças

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 25. José, 1750-1777
Século: 18 Ano: 1756 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 24
Século: Ano:

Identificação

Bellin, Jacques Nicolas - Plan du port de Lisbonne et des costes voisines, Echelle de troid lieues marines de France de Vingt ou Deg, Paris, 1756

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Coleção digital da Biblioteca Geral Digital da Universidade de Coimbra, NC-908
Disponível em Alma Mater – Universidade de Coimbra: https://am.uc.pt/bib-geral/item/44799

Edição Impressa

Observações

Mapa colorido acompanhado do respetivo desenho das margens ribeirinhas. Nesta planta, Lisboa encontra-se rodeada de uma muralha que se estende até à Ponte de Alcântara, à esquerda da qual se explica que a cidade havia sido atingida por um forte tremor de terra no 1º de Novembro de 1755.
É de realçar também a representação da cidade, em particular de Alcântara, numa imagem graciosa onde reconhecemos o Convento das Necessidades com a sua cerca, à esquerda do qual se estende uma cortina de muralhas ligada ao Baluarte do Livramento, debruçado sobre a ponte. Distingue-se ainda, a continuação da cortina para sul e a sua porta. Malgrado as informações que a imagem nos possa dar, é de ressalvar o caráter fantasioso da imagem, patente na representação da ponte com 10 arcos, na falta de rigor na representação do Baluarte do Sacramento e na inexistência de representação do Convento do Livramento.

Teresa Silva | Setembro de 2024



PLAN DU PORT DE LISBONNE
ET DES COSTES VOISINES

Echelle de Trois Lieues Marines de France de Vingt au Deg.

Dressée au Depost des Cartes Plans et Journeaux de la Marine
Par ordre de M. de Machault Garde des Sceaux de France Ministre et Secretaire d'Etat ayant le Departem.t de la Marine.
Par M. Bellin Ing.r de la Marine.
MDCCLVI

IDEE DE LA VILLE DE LISBONNE

1. Le Chateau
2. La Cathedrale
3. Le Palais du Roy
4. La Douane
5. Chantier pour la Construction des Vaisseaux
6. Les Greniers a bled
7. L'hopital des Saints
8. S.t Antoine de Padoue
9. Les Halles
10. Corte Real
11. Mon.de S.t Francois

Cette Enceinte n'a point été achevée

Echelle de Deux cent Toises

LE TAGE

REMARQUES

Les Chiffres marquent la quantité de Brasses d'eau qui restent de basse Mer
La Brasse est de cinq Pieds
La Mer monte dans le Port et dans la Riviere de 14 a 15 Pieds.
Les Marées sont de 5 heures et demie Nord Ouest et Sud Est

LISBONNE
Cette Ville a été détruite par un furieux Tremblement de Terre dont la Premiere secousse s'est faite sentir le 1.er Novembre 1755.

Villafranca · Alhandra · Alverca · Povoua de Dos Martin · S.t Jean de la Taille · Paesage · Riviere de Sacavem · Sacaven · Notre Dame des Ouvents · S.t Bernoist · LE TAGE RIVIERE · Bassin de Setubal · Pancas · Mouchete · Alhos Calcinos · Amouta · Alhos vedros · Lauradio · Barreiro · Couna · Verderena · Pelhaes · Grande Maison de Montijo · Petites Dunes · Riviere de la Vieille · Teilla · Romeira · Setchal · Chateau Dolmen · Fontaine Amahre · Arabde · Palaiche · Alfarime · Barateo · Port Brandan · Tour Vieille · Port de Coste Bouche · Tiparica · Morfacem · S.te Trefferde · S.t Antoine · Eding d'Albufeira · Sezimbre · Vallifra · Notre Dame du Cap · CAP SPICHEL · SETUVAL Detruit · le Mole · Fort Philippe · Tour Douteuse · Azeitao · Notre Dame de Troye · Pointe du Faro · Barre de Sable · Riviere d'Alcantare · Fort de S.t Agar le Vieux · Fort de Jonquiere · Fort de la Poudre ou l'Ecule · Bourg de Belem · Tour de Belem · Pelerose · Fort Sorgues · Couvent de S.t Joseph · Couvent des Capucins · Fort de S.t Catherine · Notre Dame de Peine · Fort de N.D. de bon voyage · Couvent de N.D. de son Voyage · Fort de N.D. de Souvenance le vieux · Fort de N.D. de Vel.e · Fort de N.re de Bon Salut · Village de Passe d'Arc · Fort de S.t Jean de May · Fort de S.t Amer le neuf · Fort de la Fetoa · Fort de S.t Julien · Peniche · Fort S.t Antoine · Cintra · Colares · Fort · S.t Antoine · CASCAIS · Notre Dame de l'Eau · CAP DE LA ROQUE · Roche sous l'eau · Tete Seche · Batterie · Fort de Bougie · Cabeca Seca ou Teste Seche · Grande Cachope · Grande Passe · Petite Passe · Petite Cachope · Bancs de Sable et de Roches · Nord du Monde · Meridien de Paris · DEPOT DE LA MARINE

Longitude Occidentale du Meridien de Paris

Latitude Septentrionale

Prix trente Sols

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 25. José, 1750-1777
Século: 18 Ano: 1763 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 25
Século: Ano:

Identificação

Descrição dos baluartes do Livramento e Sacramento e da cortina que os unia, em 1763, por João Baptista de Castro na sua obra "Mappa de Portugal antigo e moderno", Tomo III, pág. 378-379.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

BND, Digitalizado a partir de: ca-611-p_3. Disponível em:https://purl.pt/22133/4/

Edição Impressa

CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762 -1763. Tomo III. Disponível em: https://purl.pt/22133/4/. Pág. 378-381

Observações

Em 1763 João Batista de Castro descreve o estado da construção dos baluartes na sua época (séc. XVIII – 1763), sendo o seu relato a primeira fonte escrita detalhada que descreve a nova fortificação (CONCEIÇÃO 2015: 182).
(…) *e porque como a circumvallaçaõ que se tomou, era grande, e eles sejaõ as partes proncipaes da defensa, e por isso se tratou logo de fabricar a mayor parte deles, a qual está feita, por quanto as cortinas, ainda que se oferecesse occasiaõ de ataque, se poderiaõ levantar facilmente de terra, e formar de fachina huns parapeitos, que suprimissem a sua falta, e podessem unir, e communicarsse huns baluartes com outros.*
O primeiro baluarte he o chamado do Sacramento, cabeça de fortificação, e por isso se ordenou com duas batarias, alta, e baixa. Determinou-se logo o baluarte colateral de Nossa Senhora do Livramento, o qual por corresponder ao sitio de Alcantara, fez entrar a fortificação para dentro; e no meyo da cortina destes baluartes se fez a porta principal da Cidade, onde vem desembocar a estrada de Santo Amaro.(…) O *dito baluarte de Nossa Senhora do Livramento se dispoz de tal sorte, que a Igreja da mesma Senhora ficasse dentro delle, e affim se abrio hum postigo na face do tal baluarte para serventia da Igreja. A mesma devoção observou o Senhor Rey D. Pedro II., o qual naõ consentio que o flanco do dito baluarte se continuasse mais para dentro, naõ obstante a grande defensa, que receberia disto a Praça: porque se se continuasse, faria damno à Igreja de Nossa Senhora das Necessidades.* (…) N*a face do baluarte de Nossa Senhora das Necessidades, que olha para o rio de Alcantara, se aplicou por baixo della huma berma por causa de assentar este baluarte sobre huma pedreira alta. Finalmente continuada a dita fortificação se procedeo com desenho da marinha até ir terminar no baluarte da Cruz da pedra, que também serve de cabeça à Praça*"

Teresa Silva | Setembro de 2024

MAPPA
DE
PORTUGAL
ANTIGO, E MODERNO

PELO PADRE
JOAÕ BAUTISTA
DE CASTRO,
Beneficiado na Santa Baſilica Patriarcal de Lisboa.

TOMO SEGUNDO.
PARTE III. E IV.

Neſta ſegunda ediçaõ reviſto, e augmentado pelo ſeu meſmo Author: e trata da Hiſtoria Eccleſiaſtica, Literaria, e Militar do Reino.

LISBOA,
Na Officina Patriarcal de Franciſco Luiz Ameno.

M. DCC. LXIII.
Com as licenças neceſſarias, e Privilegio Real.

[illegible] COSTA LOBO

Forte de Noſſa Senhora do Porto Salvo.
Forte de S. Bruno.
Forte de Noſſa Senhora do Valle.
Forte de S. Franciſco da Boa-Viagem.
Forte de Noſſa Senhora da Boa-Viagem.
Forte da Cruz quebrada.
Forte de S. Joſeph de Ribamar.
Forte de N. Senhora da Conceiçaõ de Pedrouços.
Torre de S. Vicente de Belém, que ſerve de regiſtrar os navios, que entraõ na barra de Lisboa, os quaes ſaõ obrigados a ſalvalla, quando paſſaõ por ella. Conſta de duas batarias, alta, e baixa, bem artilhadas, e huma plataforma avançada fortalecida de hum bom parapeito.
Forte da Eſtrella.
Forte de S. Joaõ da Junqueira.
Forte do Sacramento.
Forte de S. Joaõ de Deos.
Fortim de S. Paulo.
Fortim do Remolares.
Baluarte de S. Joaõ no Terreiro do Paço, onde exiſtio a Vedoria da Provincia.
Fortim da Ribeira.
Forte de Santa Apolonia.
Forte da Cruz da Pedra.
Forte de S. Franciſco de Xabregas.
Caſtello de S. Jorge, Praça de armas em Lisboa, que domina a Cidade toda.
Praça de Abrantes.

§. III.

Praças, e Fortes maritimos, que eſtaõ fundados no rio Tejo para a banda do Sul.

FOrte de Caſſilhas.
Caſtello de Almada.
Caſtello de Palmella.

For-

Forte de Arialva.

Forte da Fonte da pipa.

Fortaleza de S. Sebaſtiaõ de Caparica, ou *Torre velha*, que cruza com a de Belém. Eſtá aſſentada na eſcarpa de hum monte com varias batarias.

Forte da Trafaria.

Fortaleza de S. Lourenço da Cabeça ſeca, ou *Torre do Bogio*, de figura circular. Eſtá no meyo da barra de Lisboa.

Forte da Foz.

Forte de Noſſa Senhora do Cabo.

Forte de S. Theodoſio na ponta do cavallo.

Fortaleza de Cezimbra.

Forte da Arrabida.

Forte de S. Domingos da Baralha.

Torre de Outaõ ſituada na fralda da Serra da Arrabida ſobre o mar, e pouco para dentro da barra de Setubal. Accende-ſe aqui farol para guiar as embarcaçõcs.

Forte das Vieiras. Communica-ſe com a torre de Outaõ, e rem bataria com ſeis peças de bronze.

Forte de Noſſa Senhora da Ajuda.

Forte de Albarquel.

Praça de Setubal guarnecida de hum Regimento de Infantaria, e nova fortificaçaõ de onze baluartes, e dous meyos baluartes.

Caſtello de S. Filippe deſenhado pelo celebre Arquitecto Filippe Terzo. Domina a Praça de Setubal com bataria bem artilhada tanto pela parte da terra, como do mar.

Fortaleza de Sines com dous baluartes petrechados de ſufficiente artilharia.

16 Tem eſta Provincia por capital Praça a Corte, e Cidade de Lisboa, onde ha a melhor fabrica de armas, que póde haver, e de todo o genero dellas hum grande, e famoſo Arſenal, ou armazém, diſpoſto com raõ boa ordem, e arrimaçaõ, que ex-

cede aos melhores da Europa. Deu-lhe principio a actividade do Tenente General da Artilharia Fernando de Chegaray, continuou-o o zelo de Amaro de Macedo, e vay proſeguindo na ſua conſervaçaõ, e augmento o bom goſto, e intelligencia do Tenente General Manoel Gomes de Carvalho. Ha tambem huma fabrica de polvora no ſitio de Alcantara da melhor perfeiçaõ, que ſe ſabe, mandada erigir pela Real providencia de Sua Mageſtade, e encarregada primeiramente à boa direcçaõ de Antonio Cremer.

17 Quanto à fortificaçaõ deſta Cidade he de ſaber, que até o tempo delRey D. Fernando exiſtiaõ ainda as meſmas muralhas antigas, que edificaraõ os Romanos, cujo breve recinto começava deſde o alto do Caſtello, donde deſcia pelas portas da Alfoſa até à do Ferro, e deſta pela Miſericordia voltava ao longo do mar; e do chafariz delRey ſubia ao arco de S. Pedro, e delle até às portas do Sol hia fechar no meſmo Caſtello. (1) Porém como a povoaçaõ tinha creſcido demaſiadamente fóra dos muros, intentou D. Fernando cercalla de novo, e aſſim o poz por execuçaõ no ultimo de Setembro de 1373, incluindo na circumferencia de tres leguas a nova fortificaçaõ fabricada de formoſas, e firmes muralhas com ſetenta e ſete torres, e trinta e oito portas, vinte e duas para a parte da marinha, e dezaſeis para a banda da terra. (2)

18 Neſte eſtado ſe achava Lisboa até o reinado do Senhor Rey D. Joaõ IV. o qual vendo quanto ſe havia extendido a povoaçaõ, e quanto ſe neceſſitava de mayor ſegurança, deu ordem para ſe fortificar a Cidade de novos muros mais amplamente, e ſe principiou pelos baluartes; porque como a circumval-

(1) Monarq. Luſit. liv. 10. c. 26. (2) Idem liv. 22. c. 27. Oliveir. nas Grandez. de Lisb. c. 1. Luiz Marinho na Fundaç. e antiguidad. de Lisb. c. 29. Luiz Nun. no tratado que fez de Lisboa, e vem na *Hiſpania illuſtrata*.

cumvallaçaõ que ſe tomou, era grande, e elles ſejaõ as partes principaes da defenſa, por iſſo ſe tratou logo de fabricar a mayor parte delles, a qual eſtá feita, por quanto as cortinas, ainda que ſe offereceſſe occaſiaõ de ataque, ſe poderiaõ levantar facilmente de terra, e formar de fachina huns parapeitos, que ſuppriſſem a ſua falta, e podeſſem unir, e communicarſe huns baluartes com outros.

19 O primeiro baluarte he o chamado do *Sacramento*, cabeça da fortificaçaõ, e por iſſo ſe ordenou com duas batarias, alta, e baixa. Determinou-ſe logo o baluarte collateral de *Noſſa Senhora do Livramento*, o qual por correſponder ao ſitio de Alcantara, fez entrar a fortificaçaõ para dentro; e no meyo da cortina deſtes dous baluartes ſe fez a porta principal da Cidade, onde vem deſembocar a eſtrada de Santo Amaro.

29 Pelo meſmo modo ſe foraõ determinando os mais baluartes até chegar quaſi a Noſſa Senhora dos Prazeres, e dahi até o *Arco do Carvalhaõ* ſe fez ſómente huma trincheira formada da meſma materia com varios redentes, porque por eſta parte naõ era neceſſaria outra fortificaçaõ, cujos redentes ſe fizeraõ com angulos reintrantes, e ſalientes, como permittia a diſpoſiçaõ do terreno.

21 O dito baluarte de *Noſſa Senhora do Livramento* ſe diſpoz de tal ſorte, que a Igreja da meſma Senhora ficaſſe dentro delle, e aſſim ſe abrio hum poſtigo na face do tal baluarte para ſerventia da Igreja. A meſma devoçaõ obſervou o Senhor Rey D. Pedro II., o qual naõ conſentio que o flanco do dito baluarte ſe continuaſſe mais para dentro, naõ obſtante a grande defenſa, que receberia diſto a Praça; porque ſe ſe continuaſſe, faria damno à Igreja de Noſſa Senhora das Neceſſidades. Tambem attendendo a naõ arruinarem o palacio do Conde de Sarzedas, diſpozeraõ o baluarte ſuperior de Campolide de fórma, que o domina, e ſerve de defen-

ſa ao damno, e expugnaçaõ, que das ditas caſas ſe poderia fazer.

22 Os baluartes que olhaõ para *Campolide*, todos ſe defendem huns aos outros, e flanqueaõ bem o terreno, no que ſe moſtra a boa diſpoſiçaõ, com que ſe intentou fortificar a Cidade por aquella parte, pela qual ſó podia ſer invadida; e aſſim como na cortina, que cahe na eſtrada, que vem do ſobredito campo até o canto da quinta que foy dos Padres Jeſuitas, ſe havia de pôr huma das portas principaes da Cidade, por iſſo naquella parte ſe ordenaraõ os baluartes de modo, que os ſeus angulos flanqueados ſe retiraſſem da linha recta, ficando os dos extremos, a ſaber, da Fonte quente, e o do lado da quinta do Conde de Sarzedas, avançados à campanha, e os do meyo mettidos mais para dentro.

23 Quando o noſſo Engenheiro Manoel Mexia, ſendo chamado a eſta Corte, intentou tirar para dentro aquella fortificaçaõ, que vay de Noſſa Senhora dos Prazeres até o arco do Carvalhaõ, achando a difficuldade de cavar os foſſos, e enterrar os reparos, logo mudou de parecer, e approvou o que eſtava executado; por iſſo no dito arco ſe nota a boa collocaçaõ, que tem no terreno natural, pois nelle eſtá bem mettido, por cuja cauſa o baluarte ficava da parte do Norte quaſi a nivel com o ſeu immediato para a meſma parte.

24 Nota-ſe no baluarte, que eſtá em cima do monte proximo ao meſmo arco, huma obra a cavalleiro, a qual ſe collocou alli a fim de poder ficar a nivel com o baluarte poſto na quinta do Conde de Sarzedas; e além diſto ſe adverte, que no meſmo baluarte ſe fez huma ſerventia fechada de abobeda, a qual conduz para ſe chegar ao flanco, que ſe metteo muito no terreno por nivelar com o baluarte proximo, e naõ ſe pode fazer em parte mais ſuperior por cauſa de poder flanquear hum valle, que vem do rio de Alcantara, e ſervia de aproche natural.

Para

25 Para flanquear o valle fronteiro ao meſmo arco ſe fazia hum redente à maneira de triangulo equilatero, o que naõ chegou a executarſe. Tambem no baluarte, que eſtá no ſitio de Noſſa Senhora dos Prazeres, ſe fez o ſeu angulo reintrante por naõ cahir o angulo flanqueado delle em huma parte, que lá ſe acha abatida. Na face do baluarte de Noſſa Senhora das Neceſſidades, que olha para o rio de Alcantara, ſe applicou por baixo della huma berma por cauza de aſſentar eſte baluarte ſobre huma pedreira alta. Finalmente continuada a dita fortificaçaõ ſe procedeo com deſenho da marinha até ir terminar no baluarte da *Cruz da pedra*, que tambem ſerve de cabeça à Praça.

26 Eſta fortificaçaõ ficou imperfeita, e como Monſ. de Schomberg fez ver a demaziada área, que occupava a ſua delineaçaõ, e que toda a gente, e artilharia do Reino era pouca para ſe diſtribuir por taõ grande recinto, naõ ſe cuidou muito nella, e o tempo a vay arruinando. Se ſe pozeſſe em praxe a idéa de Luiz Mendes de Vaſconcellos, que aſſina no curioſo Tratado do *Sitio de Lisboa* pag. 233. ficaria eſta Cidade com huma fortificaçaõ vantajoſa; e vem a ſer, communicarſe o rio de Sacavem com o de Alcantara, que para hum Monarca Portuguez naõ ſeria empreza difficil, e cercando toda a Cidade com eſte foſſo de agua corrente, conſeguiriamos a melhor defenſa, que ſe póde imaginar.

§. IV.

Alentejo.

27 NEſta Provincia, em tempo de paz, ordinariamente ha dous Regimentos de Cavallaria, que guarnecem as Praças de Elvas, e Moura: ha mais dous de Dragões nas Praças de Campo-Mayor, e Olivença, com doze Companhias cada hum.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 26. Maria I, 1777-1817

Século: 18 Ano: 1780 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 26

Século: Ano:

Identificação

Planta compreendendo a extensão do Mar da Ponte de Alcântara até ao convento das Comendadeiras de Santos e da praça do Comércio até ao colégio dos Religiosos Agostinhos Descalços, na rua S. Sebastião da Pedreira. Incluído na [compilação] Plantas topográficas de Lisboa pelo engenheiro Augusto Vieira da Silva, Planta nº 4: planta topográfica da cidade de Lisboa. 1780.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/456/10. Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

Edição Impressa

Observações

De acordo com Vieira da Silva, no terceiro quartel do século XVIII o Baluarte do Livramento foi cortado para a abertura da Rua Prior do Crato (então chamada de Rua Direita do Livramento) (SILVA 1942: 82). De facto, se comparamos a planta de 1745 [Doc. 22] com esta planta de 1780 verificamos que a área do baluarte se viu se viu significativamente reduzida, tendo-se amputado a parte sul do mesmo e ficando a fachada da Igreja do Livramento alinhada com este arruamento. Por esta altura, a cortina que ligava o Baluarte do Livramento até à antiga porta foi demolida, preservando-se, no entanto, o seu troço sul até ao Baluarte do Sacramento. A abertura desta rua parece ter obedecido a uma intenção de unir a ponte ao centro da cidade, de forma retilínea, anulando a função da antiga estrutura defensiva e respetiva porta.

É de notar uma incoerência entre a planta a de 1756-58 [Doc. 23] e esta de 1780. É que, se por um lado, a primeira parece anterior, uma vez que ainda não se encontra aberta a atual Rua do Prior do Crato, por outro lado parece posterior pois já se encontram representados edifícios junto às muralhas noroeste e sudoeste do baluarte. Tal facto pode dever-se, ou à falta de rigor da planta de 1780, ou à demolição desses edifícios e posterior reconstrução, já que eles aparecerão representados na planta de Duarte Fava (Doc.28), como veremos.

Teresa Silva Setembro de 2024

Planta Topographica da Cidade de Lisboa, comprehendendo na sua extenção a beira-Mar da Ponte d'Alcantra até ao Convento das Commendadeiras dos Santos, e sua largura das Real Praça do Commercio até ao Collegio dos Religiozos

Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Boa Vista. Tudo debaixo he vermelho he o que se conserva antigo, o vermelho mais vivo são notadas as Igrejas: O anil amarelo, o Projecto do novo Plano, e o amarelo mais vivo as 9 Igrejas novas



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

Regnr. e Imprr. Offrl. da Rtr. de Portugal. Lisboa.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 26. Maria I, 1777-1817
Século: 18 Ano: 1785 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 27
Século: Ano:

Identificação

Milcent, Fran[cisco] D. - Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 / Fran[cisco].

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Biblioteca Nacional Digital, Cota do exemplar digitalizado: CC-599-V. Disponível em: https://purl.pt/30666

Edição Impressa

Observações

A planta de Milcent de 1785 representa sensivelmente a mesma realidade da planta de 1780 (Doc. 26), sendo no entanto de notar a referência à Praça de Alcântara, legenda correspondente à Letra A.

Teresa Silva | Setembro de 2024

Plano geral da Cidade de Lisboa em 1785.

A. Praça de Alcantra
B. Hosp.l de N.S.ra das Nicid.es
C. N.S.ra dos Prazeres
D. S.r J.s da Boa Morte
E. Conv.to dos S.mos Coraçaõ de J.s
F. Quart.el do Campo de Orig.e
G. Ig.a de S.ta Izabel
H. S. João dos Bem Casados
I. Praça das Fabricas
L. Praça do Rato
M. Quartel do Val de Per.o
N. Collegio dos Nobres
O. Quartel da Colovia
P. Conv.to de Jezus
Q. Conv.to de S. Bento
R. Largo da Esper.ça
S. Praça de S. Paulo
T. Praça dos Remulares
V. Praça do Corpo S.to
V. Arcenal da Marinha
X. Conv.to de S. Fran.co
Y. Praça das Arremat.ens
Z. Praça do Comercio
a. Alfandega
b. Praça do Rocio
c. Praça da Figueira
d. Praça do Carmo
e. S.ta Caza da Mized.a
f. Praça das Flores
g. Praça das duas Igr.as
h. Conv.to do Esp.to S.to
i. Passeio Publico
l. Praça da Allegria
m. Largo de S.ta Marta
n. Xafaris de Andalus
o. Ot.el da Crus do Tab.do
p. Paço da Rainha
q. Campo de S.ta Anna
r. Hospital
s. Conv.to do Dest.ro
t. Castello
u. Igr.a da Séé
v. Limoeiro
x. S.ta Igr.a Patriarc.al
y. Campo de S.ta Clara
z. Conv.to da Graça
A. N.S.ra do Monte
B. Ot.el da Crus dos q.tro Cam.os
C. N.S.ra da Penha de Fr.ca
D. Poço dos Mouros
E. Cruz.or de Arroios
F. S.ta Apollonia
G. Ot.el da Caval.a do Caes
H. Arcenal do Exercito
I. Alfandega do Tabaco
L. Terreiro Publico
M. Conv.to do Dezag.to
N. Caza da Moeda
O. Boavista
P. Alfama



Franco D. Alcant. f.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 26. Maria I, 1777-1817

Século: 19 Ano: 1808-1832 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 28

Século: Ano:

Identificação

FAVA, Duarte José - Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Comprehendida entre Barreiras: desde a Ribeira de Alcântara até ao Convento de Santa Apolónia. - [entre ca 1808 - ca 1832].

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

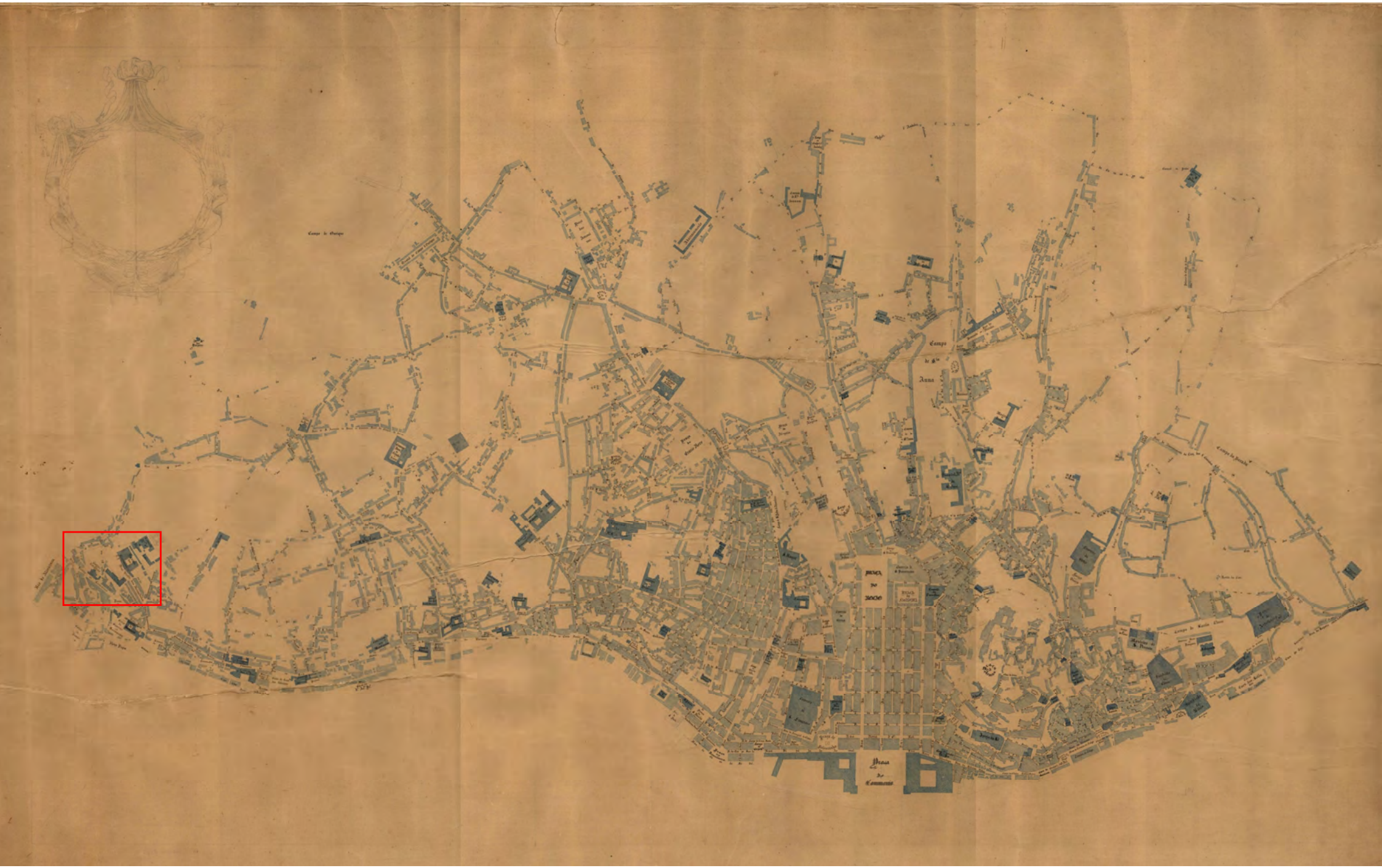
Biblioteca Nacional Digital. Digitalizado a partir de: d-153-r. Disponível em: http://purl.pt/24997

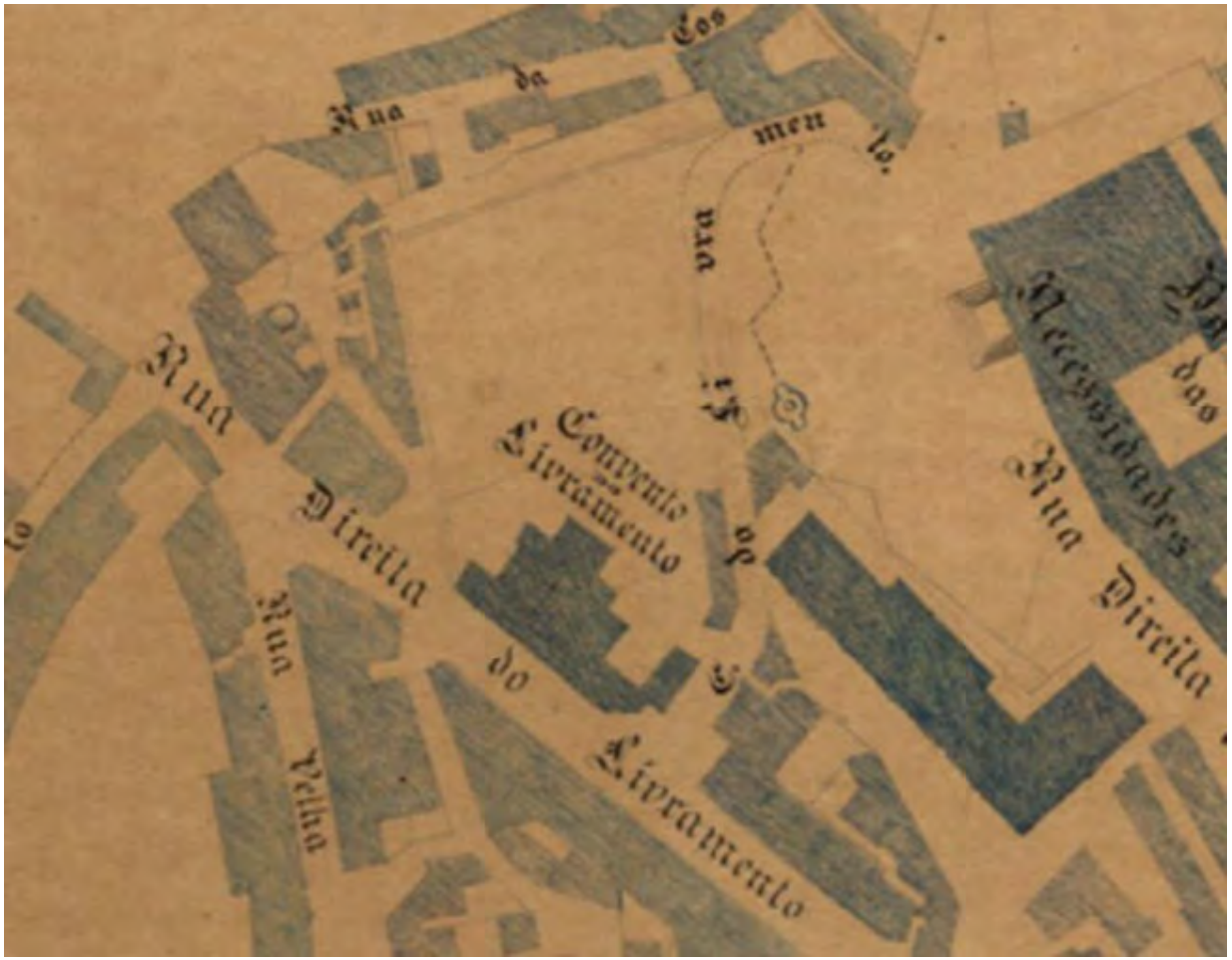
Edição Impressa

Observações

No início do século XIX, a planta de Duarte Fava (1808-1832), produzida já no quadro das invasões francesas, revela que o conjunto fortificado continuava a perder estruturas, tendo entretanto desaparecido o troço sul da cortina que ligava a antiga porta ao baluarte do Sacramento. No entanto, este ainda se preservava. No que diz respeito ao Baluarte do Livramento, nesta planta (Doc. 28), a sua configuração mantinha-se, embora agora com várias construções adossadas às suas muralhas noroeste e sudoeste. No interior do baluarte do Livramentorepresenta-se ainda sem construções no seu interior, à exceção do Convento do Livramento.

Teresa Silva Setembro de 2024




Rua da Cos
meu lo.
Rua Direita
Compras
Livramento
Rua Direita
Rua Velha
do Livramento

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 26. Maria I, 1777-1817

Século: 19 Ano: 1808 Mês: 12 Dia: 31

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 29

Século: Ano:

Identificação

Plano de defesa da cidade de Lisboa segundo o que determina o aviso do senhor general desta Província, de 31 de Dezembro de 1808, em consequência do aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra dirigido ao dito senhor general em 27 do referido mês e ano", assinado pelo marechal-de-campo D. Rodrigo de Lencastre, brigadeiro José António da Rosa, brigadeiro Francisco de Borja Garção Stockler e capitão de mar-e-guerra António Gonçalves Pereira

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

AHM (Arquivo Histórico Militar). PT/AHM/DIV/3/01/04/08. archeevo. Disponível em: https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=66925

Edição Impressa

Observações

De acordo com Laura Trindade e Dias Diogo "*Em 1809, no quadro das Invasões Francesas e por determinação da Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra, é elaborado em manuscrito, um Plano de defesa da Cidade de Lisboa onde se escreve "(…) disputar a chegada do inimigo Á Ribeira d'Alcantara; que enquanto a mim, he onde se deve começar eficazmente a defesa da Linha por este lado, desde os Baluartes d'Alfarrobeira e Livramento, servindo-nos d'alguns restos da antiga fortificação que existe pelas alturas sobranceiras á mesma Ribeira, d'esde o Livramento ate ao Arco do Carvalhão e Quinta de Jose de Seabra (…)". Este plano de defesa levaria a alterações na planta do Baluarte do Livramento, registadas nos Planos dos Reductos e Baterias da Linha de Defesa da Capital (Fig. 5), que aqui nos surge com uma traça muito próxima da que encontrámos durante a nossa intervenção*. (TRINDADE e DIOGO 2001: 128)

Na verdade o documento que encontramos com aparente correspondência ao mencionado pelos autores (que não mencionam a cota) apenas se refere ao baluarte em estudo com as seguintes palavras" *que os primeiros pontos da Capital foram os que decorrem desde o Arco da Cruz da Pedra, Alto do* [*Sanjão*], *Sette Castellos, Penha de França, Arco do* [*Cego*], [...] *da* [*Pedreira*], *Alturas de Campolide, Alto do Carvalhão,* [*Sette*] *Moinhos, e toda* [...]*tenção onde se achão alguns* [restos] ***da antiga fortificação de Lisboa athe a Ponte d'Alcantara onde virá terminar a esquerda da Linha, em hum reducto q se acha quase na frente da Ponte***"

Este não parece ser o documento citado mas foi o único que encontramos tanto na pesquisa online como presencial. Através dele apenas ficamos a saber que nas vésperas das invasões francesas este era um ponto ativo integrado na estrutura militar da defesa da capital.

Teresa Silva Setembro de 2024

Relatório

Registo de descrição

Data relatório
2024-09-11

Registo: PT/AHM/DIV/3/01/04/08 - "Plano de defesa da cidade de Lisboa segundo o que determina o aviso do senhor general desta Província, de 31 de Dezembro de 1808, em consequência do aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra dirigido ao dito senhor general em 27 do referido mês e ano", assinado pelo marechal-de-campo D. Rodrigo de Lencastre, brigadeiro José António da Rosa, brigadeiro Francisco de Borja Garção Stockler e capitão de mar-e-guerra António Gonçalves Pereira.

Nível de descrição	D
Código de referência	PT/AHM/DIV/3/01/04/08
Título	"Plano de defesa da cidade de Lisboa segundo o que determina o aviso do senhor general desta Província, de 31 de Dezembro de 1808, em consequência do aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra dirigido ao dito senhor general em 27 do referido mês e ano", assinado pelo marechal-de-campo D. Rodrigo de Lencastre, brigadeiro José António da Rosa, brigadeiro Francisco de Borja Garção Stockler e capitão de mar-e-guerra António Gonçalves Pereira.
Preencher datas automaticamente	Sim
Datas descritivas	1809, Janeiro, 1
Dimensão e suporte	2 fls. manuscritas.
Preencher extensões automaticamente	Sim
Termos de indexação / palavras-chave	Lisboa; Guerra Peninsular; 1808; 1809; Defesa; Estratégia; Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra; Avisos; Estremadura; Oficiais Generais; Rosa, José António da; Pereira, António Gonçalves; Stockler, Francisco de Borja Garção; Lencastre, Rodrigo de
Assunto	1808, 1809, Avisos, Defesa, Estratégia, Estremadura, Guerra Peninsular, Lencastre, Rodrigo de, Lisboa, Oficiais Generais, Pereira, António Gonçalves, Rosa, José António da, Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, Stockler, Francisco de Borja Garção
Existência e localização de cópias	Documento digitalizado.
Preencher transcrição automaticamente	Sim
Aplicar tabela de seleção	Não
Regras ou convenções	ISAD (G) e Normas Internas do AHM.
Criado por	root
Data de criação	2011-07-16 15:53:39
Alterado por	root
Data última modificação	2011-07-16 15:53:39
Nota de edição	Ten-Cor. Aniceto Afonso. Indexado por Fernanda Nunes.

3.ª DIVISÃO
7.ª SECÇÃO
NÚMERO 8

CAIXA 4
LIVRO

1809

Doc: 1 plano

Inscrito: Defesa da cidade de Lisboa

Scanned with ACE Scanner

N.º 8.

Plano da defesa da Cid.e de Lisboa segundo o q determinou o Aviso do Sr. Gal. desta Provª de 31 de Dezbr.o de 1807, em consequencia do Aviso da Secretª d'Estado dos Negocios da Guerra dirigido aoS.r Gen.al em 27 do referido mez e anno

ESTADO MAIOR DO EXERCITO
Archivo Historico Militar

Resolveraõ terminantemente em conferencia os Offr.es abaixo assignados, q os primeiros pontos de defesa junto á Capital, serem os q decorrem desde o Arco da Cruz da Pedra, Alto do Varejaõ, Sette Cartillos, Penha de França, Arco do Cego, S. Sebm.am da Pedreira, Alturas do Campo Grande, Alto do Carvalhaõ, Sette Moinhos, e toda a circunferencia aonde se achaõ alguns restos da antiga Fortificaçaõ de Lisboa, athe a Ponte d'Alcantra, aonde virá terminar a esquerda da Linha, em hum Reducto, q se acha quasi na ponta da Ponte.

Para cubrir a parte do edificio q ha desde Alcantra athe Pedrouços, deverá formar-se huma outra Linha, q terá a direita no Alto da Estrangeira, o segundo ponto na Cara q racha no Alto da Papada, e daqui pelas Alturas athe aos Moinhos de Pedro Teixeira, e a esquerda hirá terminar nas alturas da margem direita do Rio d'Argeis.

Esta Linha logo que se acabar de atalar, será na esquerda athe ao alto dos Moinhos de Pedro Teixeira, ocupada pela Legeaõ de Belem, e resto por Tropas de Linha, q, em caso de forçarem, se retirarão daquelle ponto para a Vanguarda.

Quando as posições q as Legiões devem ocupar na Linha, sejão determinadas, se indicará a cada hum dos quatro Comm.tes Geraes as entradas das Ruas q devem defender, quando sejão obrigados a retirar se das primeiras posições.

ESTADO MAIOR DO EXERCITO
Archivo
Historico Militar

Todos somos de parecer unanime, q desde a cava vem costeando o Rio q por ali passa até o Triollar, e dahi a Loures, e Ponte do Barro, descorrendo pela altura dos Capuchos á Meia Legua, Crovas, Alto da Ameixoeira, Lumiar, Carnide, Porcalhota, Adamaia, Outeiro, e vindo fechar com as alturas da Linha destinada acobrir a Ajuda, e Belem, se devem considerar a principal Linha de defesa desta Cidade; a qual concluido pareceu de ser reforçada q. nella se escolherem as posições, q deverão ser ocupadas pelo Exercito, q, em caso de retirada, retroceder sobre a Capital; q. os q se deverão fazer os competentes Avisos ao Genl.al Comm.te do Exercito q. effectivamente as ocuparem.

Pareceo tambem q, devendo a Estrada q vem de Torres, e Mafra, q. esta Capital

ESTADO MAIOR DO EXERCITO
Archivo Historico Militar

Capital, em dois ramos principaes, q se dirigem hum á Cabeça de Monte Achique, outro a Ponta de Chileira; devendo preparar Batterias, q ha jaõ de defender estes dois pontos importantes; no q todos forão de acordo, com a diferença porem de q o Brigadeiro Francisco de Borja Garçaõ Stockler, e o Capp.am de Mar, e Guerra Antonio Gonçalves Pereira, entenderem ser conveniente, q as ditas Batterias se guarneçaõ de artelharia com Peças de grosso calibre; q. ser tão possivel q o Inimigo, q se retirar sobre a Capp.al, venha bem provido, naõ traga Artilharia competente p.a este effeito; nem esta se lhe possa conduzir atempo do Arcenal desta Corte; no q. os mais Offic.es naõ convierão, q. serem desnecessarios, q a Artilharia taõ estragada, virá p.a fim a ser de grande utilidade ao Inimigo, q. haja de se apossar della

Qtel G.al do Collegio dos Nobres no R.o de Janeiro de 1809.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho
M.el de

José Ant.o da Rosa
Brigad.o

Fran.co de Borja Garçaõ Stockler.
Brigadeiro

Antonio Gonçalves Pereira
Cap.am de Mar e Guerra

M.el da Fonseca
Brigadeiro

Marquez de Sabugoza
Brigadeiro

ESTADO MAIOR DO EXERCITO
Archivo
Historico Militar

Scanned with ACE Scanner

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 30. Maria II, 1834-1853
Século: 19 Ano: 1837 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 30
Século: Ano:

Identificação

Planta da cidade de Lisboa e de Belém: publicada em Londres e copiada em Lisboa em 1837.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Biblioteca Nacional Digital, Cota do exemplar digitalizado: CC-293-R.Disponível em: https://purl.pt/22205

Edição Impressa

Observações

Na planta cidade de Lisboa e de Belém: publicada em Londres e copiada em Lisboa em 1837, encontramos o baluarte do Livramento com uma representação muito esquemática do muro noroeste e sudoeste do baluarte onde se encontra escrito "D. João 1650".

Teresa Silva | Setembro de 2024


Planta
da
CIDADE DE LISBOA,
E DE BELEM.
Publicada em Londres,
Copiada em Lisboa
1827.
RUAS, TRAVESSAS, E BECOS DE LISBOA, QUE ESTÃO NUMERADOS NESTA PLANTA.
LISBOA: 1827. IMPRENSA DE CANDIDO ANTONIO DA SILVA CASTALHO.


Necessidades
Calçada
Rua da Costa
Rua do Sacramento
Praça de Alcantara

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 30. Maria II, 1834-1853
Século: 19 Ano: 1837 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: 29. Miguel, 1828-1834 Doc. Nº: 31
Século: 19 Ano: 1833

Identificação

Memória histórico-descritiva das linhas que cobriram Lisboa em 1833

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Arquivo Histórico Militar, Cota descritiva Misc. 2941-XVIII. Registo disponível em: https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=278908

Edição Impressa

SA, Memoria historicò-descriptiva das linhas que cubriram Lisboa em 1833 / redigida, d'ordem superior, em 1837 por hum official do Corpo d'Engenheiros do Exercito de Portugal. Typ. Nacional, 1840. Disponível em Biblioteca da Assembleia da República: https://catalogobib.parlamento.pt:82/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=68192&img=432

Observações

No respeitante ao local em estudo, o documenta atesta a localização da linha de defesa 1833 junto à ponte de Alcântara fazendo referência às estruturas defensivas existentes nas imediações, de uma forma geral e em concreto mencionando o Baluarte da Alfarrobeira (ou do Sacramento). É de supor, embora não seja expressamente mencionado, a utilização do Baluarte do Livramento, dada a sua localização sobranceira à ponte, quando se menciona "*Na Cerca do antigo Convento do Livramento , fechada por muralhas do Recinto da Cidade, de que apenas restam alguns vestigios, se estabeleceu huma Bateria de quatro Peças, as quaes, a Cavalleiro da Ponte, a defendiam á queima-roupa*."

Teresa Silva Setembro de 2024

2138

MEMORIA

HISTORICÒ-DESCRIPTIVA

DAS

LINHAS

QUE CUBRIRAM LISBOA

EM

1833.

REDIGIDA, D'ORDEM SUPERIOR, EM 1837,

POR HUM

OFFICIAL DO CORPO D'ENGENHEIROS DO EXERCITO

DE

PORTUGAL.

ASSEMBLEIA NACIONAL BIBLIOTECA

1840.

PANGIM—NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

pouco armamento, porque descobria parte do leito da Ribeira, que do Campo d' Ourique se não podia bater.

Desde a Bateria dos Prazeres até á Ponte d'Alcantara, na extenção de perto de 5000 palmos, seguia a Linha, composta d'hum simples parapeito ao longo do escarpamento inaccessivel do local, que hoje serve de Cemiterio Publico, e de muros e casas fortificadas, passando pela Ermida do Triunfo.—A Calçada, que desce da Rua das Reaes Cavallerices para a Ribeira foi cortada, e huma Peça de ligeiro calibre a batia de enfiada.

Todo o flanco esquerdo da Linha era naturalmente forte, porque aprensentava na sua frente huma ravina profunda, escarpada, e inpraticavel em muitos lugares.—Só podia ser attacado em força pela quebrada entre o Alto dos Prazeres, e do sete Moinhos, como já notâmos; porem este Caminho, dominado pelo Reducto do Carvalhão, flanqueado pela Bateria dos Poisos, e batido de frente pelo entrincheiramento intermedio, mal podia franquear a entrada ao inimigo, que não se approximaria da Ribeira, sem ter sido observado por estas Obras, ou pelas de Campo de Ourique, e dos Prazeres.

A Ponte d'Alcantara foi posta em estado de vigorosa resistencia, sendo cuberta por huma Flecha com duas bocas de fogo de pequeno calibre. Huma das faces da Flecha olhava para a Estrada, que vem da Junqueira, e a outra para a da Fabrica da Polvora. Ao meio da Ponte se collocaram duas Peças de Campanha, que enfiavam a Ribeira para huma e outra parte.—A defeza da Ponte era ajudada por huma pequena Bateria de duas Peças ligeiras, e d'hum Obuz, que foi estabelecida ao lado direito da Ponte, ao pé da barreira da Cidade, no Caminho que sóbe para as Cavallarices Reaes. Esta Bateria prendia com o entrincheiramento, que vinha dos Prazeres; descobria parte da Encosta sobranceira á Fabrica da Polvora, e oppunha-se ao desinvolvimento de forças inimigas na Varzea, que borda a margem interior da Ribeira, flanqueando ao mesmo tempo a Estrada da Fabrica.

Na Cêrca do antigo Covento do Livramento, fechada por muralhas do Recinto da Cidade, de que apenas restam alguns vestigios, se estabeleceu huma Bateria de quatro Peças, as quaes, a Cavalleiro da Ponte, a defendiam á queima-roupa.

O Baluarte d'Alfarrobeira, sobre o Tejo, formava a extrema esquerda da Linha, e não consentia que a Ponte fosse torneada, batendo com toda a efficacia a praia interposta, e flanqueando o Largo do Calvario. Armado com dous Morteiros de 12.p· quatro Obuzes de diversos calibres, e duas Caronadas de 12, não só preenchia estes fins, mas reforçava a defeza total do flanco esquerdo da Linha,

descobrindo as alturas de S. Amaro, e da Tapada, aliás dominantes, e combinando a sua acção com duas Embarcações de Guerra, estacionadas em frente deste ponto para defenderem a margem do Rio, e a Serra de Monsanto, que se achata avançando para o Tejo.

Finalmente huma Bateria volante de seis Peças de 9, e hum Obuz vigiava do Largo das Necessidades as alturas, que acabamos de mencionar, e aguardava a occasião de prestar apoio a qualquer ponto attacado.—O inimigo soube reconhecer a fortaleza desta parte da Linha, *onde habitou constantemente a Familia Real*, attrevendo-se apenas a fazer hum pequeno reconhecimento, que bastou para nunca mais nos inquietar pela nossa esquerda. "

Tal era a Linha de Defesa, que cubrio Lisboa no anno de 1833. —Longe de apresentar hum complexo d'Obras sistematicas, e todas puramente artificiaes, a Linha era formada em muitas partes, como ja dissemos, por obstaculos naturaes, escolhidos com discernimento, e a perfeiçoados pela arte.—Bellas posições interiores, e dominantes, taes como a Penha de França, o Manique, o Alto do Arco do Cégo, a Cova da Onça, e outras, augmentavam a força da Linha, propriamente dita, servindo de chaves às Fortificações avançadas, cuja posse não era só por si bastante para fazer triunfar o inimigo, em quanto se não apoderasse destas Obras centraes, e dobradamente fortes pela natureza da posição, e excellencia do traçado, e construcção.

Deu-se geralmente aos Reductos hum perfil de Campanha, reforçado, armando-os, e guarnecendo-os, segundo a sua capacidade, e importancia. Os Mappas, que fazem parte desta Memoria, dão a conhecer a força total das Tropas de todas as Armas, que defendiam as Linhas, e apresentam, em quadro resumido, o fim especial de cada Obra, a extensão da sua linha de fogo, e dos entrincheiramentos, que as ligavam, e os diversos calibres da Artilheria, cujo aprovisionamento estava a cargo dos Officiaes desta Arma, que mereceram o reconhecimento publico, e os mais subidos elogios, por seu zelo, e cuidado. O Mappa, que demonstra o numero de tiros feitos contra os Rebeldes nos mezes de Setembro e d'Outubro, nos parece digno d'attenção, e afiançámos a sua exactidão, porque nos foram ministrados os elementos pela Secretaria do Commando Geral d'Artilheria.

A Linha foi dividida em duas alas, cada huma das quaes era commandada por hum dos Marechaes; e em cinco Districtos, que obedeciam a cinco Officiaes Superiores. O serviço era feito com regularidade. Duas horas antes de romper o dia formava todo o Exercito sobre os parapeitos, e só recolhia aos acantonamentos, quando se obtinha a certeza, de que o inimigo não fazia movi-

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 30. Maria II, 1834-1853

Século: 19 Ano: 1844 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 32

Século: Ano:

Identificação

Carta iconográfica do Real Palácio das Necessidades e das suas pertenças, 1844

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

ANTT - Casa Real, Plantas, Almoxarifado das Necessidades e Quinta do Calvário, n.º 215. Código de referência: PT/TT/CR/007-008/00215. Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162311

Edição Impressa

Observações

Interessante planta de 1844 representando o Palácio das Necessidades que pode conter a representação das estruturas descobertas em 1994 e identificadas como "reduto filipino" por Laura Trindade e Dias Diogo (TRINDADE e DIOGO 1994). Na área do baluarte do Livramento existe uma linha sensivelmente com orientação sudoeste-nordeste. Abaixo desta linha encontra-se o nº 51 com a legenda "Baluarte das Necessidades", acima desta linha o nº 52 com a legenda "fortificações modernas". Depreendemos desta legenda que a parte superior corresponde a uma ampliação ou remodelação do espaço fortificado, numa segunda fase, mais próxima da data da produção do mapa, pelo que o seu autor as designaria por "modernas". O alinhamento parece ter sensivelmente a mesma orientação do desenho apresentado pelos autores. No entanto, a estrutura arqueológica formava um cunhal, algo que a ter existido, já não estaria representado nesta planta… Em suma, a julgar por esta planta, parecer-nos-ia que em 1844 ainda não estaria definida a "bateria superior" (de planta triangular) e que a plataforma intermédia seria mais curta cingindo-se à área junto às duas canhoeiras (representadas também na planta de 1856-58 e de 1884). No entanto, uma intervenção arqueológica realizada em 2016-2017, no espaço da antiga "bateria superior", colocou a descoberto uma muralha que dividida as duas baterias e que foi interpretada como fazendo parte do baluarte de meados do século XVI.

Teresa Silva Setembro de 2024

Estampe C

CARTA TOPOGRAPHICA
DO
REAL PALACIO
das Necessidades
E DAS SUAS PERTENÇAS

Levantado e desenhado por

José [illegible] Antonio de [illegible] Alves

Capitão d'Engenharia Secretario da Commissão do Tombo das Reaes Cazas

Em 1854


Calçada das Necessidades
Rua
Travessa
Estrada
Rua das Necessidades
Rua do Arco
Rua do Quelhas
Rua do Conde de Soure
Rua do Conde de Sabugosa
Rua do Conde de Villa Flor
Rua do Conde de Villa Real
Rua do Conde de Villa Nova
Rua do Conde de Villa Verde
Rua do Conde de Villa Franca
Rua do Conde de Villa Pouca

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 25. José, 1750-1777

Século: 19 Ano: 1856-58 Mês: Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 33

Século: Ano:

Identificação

Planta 47 da Carta Topográfica de Lisboa e seus arredores, 1856/1858 de Filipe Folque.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

AML - Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/003/00028/49.
Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=28431&type=PCD&add=30

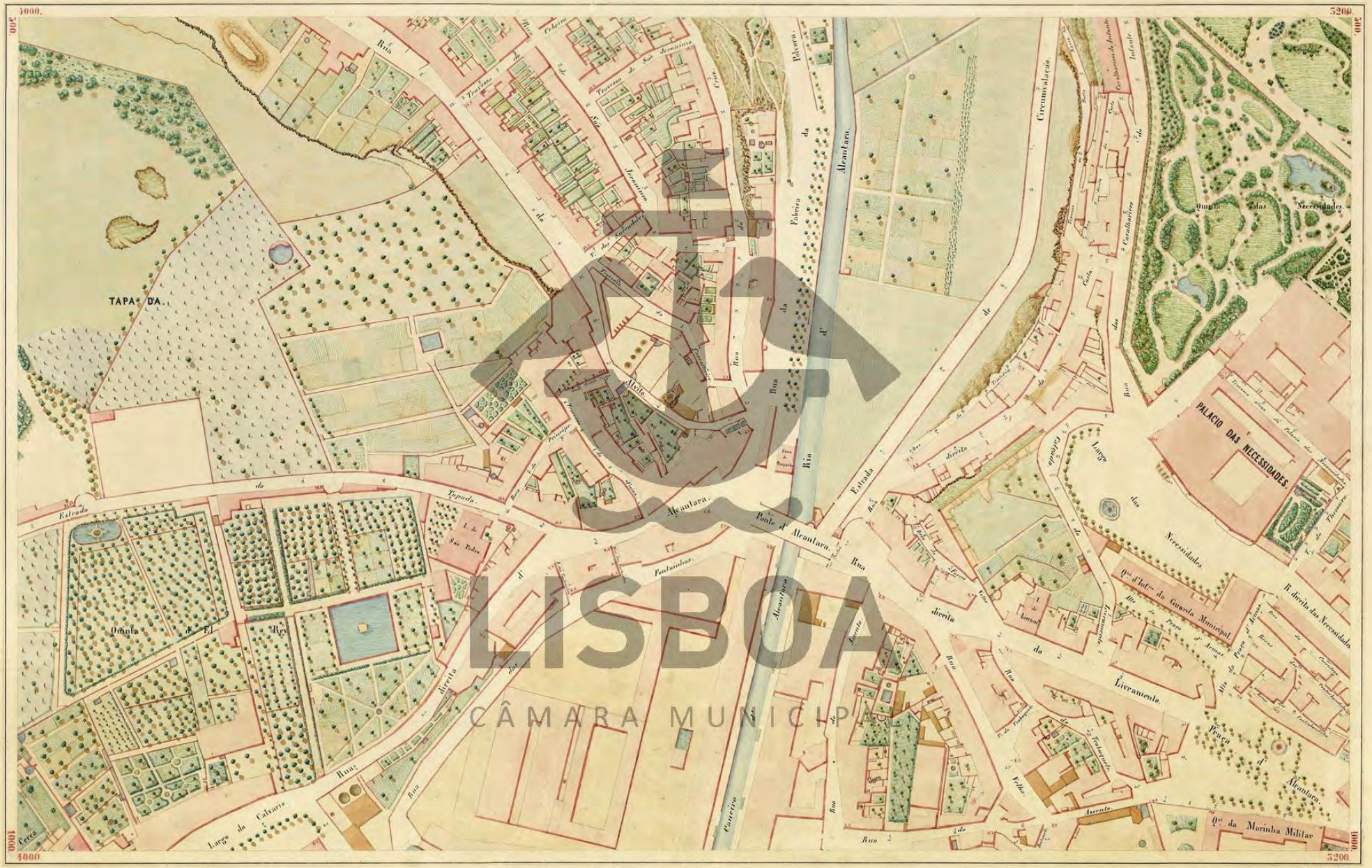
Edição Impressa

Observações

Contém representação rigorosa do baluarte.
Na planta de 1856-58 de Filipe Folque verificamos que já se encontra representada a muralha que separava as duas baterias. Parece também, comparando com a planta anterior (doc. 32) que a plataforma intermédia teria sido ampliada para sul e que, no seu limite, uma estrutura mais espessa define a área subterrânea interpretada por Laura Trindade e Dias Diogo como paiol.
A planta de Filipe Folque apresenta com rigor o baluarte com as "bateria superior" e "bateria inferior" e as suas canhoeiras, com as suas muralhas noroeste e sudoeste. Nota-se já um extenso conjunto de edifícios em torno destes muros do baluarte, designadamente da Rua da Costa e Travessa do Livramento. No interior do baluarte ainda não existiam construções.

Teresa Silva Setembro de 2024

N.º 47.



Janeiro 1857.

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 32. Luís, 1861-1889
Século: 19 Ano: 1884 Mês: 11 Dia: 21

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 34
Século: Ano:

Identificação

TOMBO DO FORTE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (Comissão do Tombo de todas as propriedades do Ministério da Guerra, Quartel em Lisboa, 1ª Divisão Militar) pelo Major de Engenharia Henrique dos Santos Rosa.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

AHM - Arquivo Histórico Militar, Processo N.º S/N.º. Prédio Militar N.º 196 – Lisboa. Forte de Nossa Senhora do Livramento. Lisboa: Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares. 4.ª Repartição – Património

Edição Impressa

Observações

Documento do Arquivo Histórico Militar com Memória Descritiva e planta que descreve e ilustra o baluarte em 1884.
A planta possui a seguinte legenda: *1 – Bateria mais alta do forte; 2 – Bateria mais baixa do forte; 3 – Terreno que deve pertencer ao forte; 4 – Canhonheiras; 5 – Parapeitos de terra; 6 – Muros das antigas plataformas, de pedra seca; 7 – Muralha com varanda, 8 – Muros de vedação; 9 – Escada; 10 – Portão; 11 – Antiga entrada do forte; 12 – Atual serventia do forte; 13 – Telheiros; 14 – Espaço sem muralha; 15 – Espaço onde existem telheiros velhos; 16 – Guarita vigia de pedra*
17 – Rampa de comunicação com a guarita ; 18 – Travez em terra.
Destacamos as seguintes informações que podemos retirar da análise da planta e do texto:
- O autor refere-se que considera mais apropriado chamar "bateria" a este conjunto: "antiga obra de fortificação inapropriadamente denominada forte de N. Sr.ª do Livramento, e que com mais critério se deveria chamar Bateria de N. Sr.ª do Livramento"
- A área da antiga fortificação encontra-se agora dividida em três patamares sendo apenas os dois superiores pertencentes ao "forte". No inferior assinala-se "Carlos Augusto de Sousa Vidal"
- A cada um desses patamares corresponde uma bateria (conjunto de canhoeiras). As canhoeiras dispostas no topo alçado noroeste da muralha serviam para defesa do vale de Alcântara enquanto as dispostas no topo do alçado sudeste serviam para defesa das margens do Tejo: "Esta obra compõe-se de duas baterias, uma superior com quatro canhoeiras, outra inferior com cinco canhoeiras. As canhoeiras da bateria superior batem o Vale d' Alcântara assim como três da inferior, batendo as restantes duas da bateria inferior o rio Tejo, e sua margem direita n' aquela paragem."
- Localização do "travéz": "Entre as duas baterias existe um travéz (Nota: termo militar) que no desenho está marcado com o Nº 18."
- Localização da guarita e respetivo acesso: "No ângulo formado pelas duas faces da bateria inferior existe uma guarita vigia de pedra (16) cuja serventia se faz por uma passagem sobre o terrapleno da bateria servida pela rampa (17)."
- Descrição geral: localização das duas baterias correspondentes a dois patamares -triangular e pentagonal - muros de sustentação de terras e portas: "Entre o espaço triangular da bateria superior e o pentagonal da inferior há uma longa e extensa muralha destinada à sustentação das terras do terrapleno superior; o espaço pentagonal da Bateria inferior é fechado ao sul por uma muralha em ângulo (7) sendo uma varanda e por um muro de vedação (8) que termina n'uma espécie de meia laranja na qual existe o antigo portão do forte (11) e a escada (9).
Entre o ramo oeste da muralha (7) e a ponta oeste da Bateria inferior há um espaço (14) onde não contem vestígio algum da muralha."
- Explicação do correspondente ao nº 5: "Entre as canhoeiras das baterias, o parapeito do espaldão é formado d' um núcleo de terra sustentado por pequenos muros. Estes núcleos de terra estão marcados com o nº 5."
- O major conclui que se trata de uma fortificação abandonada – "Pelo abandono em que se tem achado está bastante arruinada, não se podendo, contudo, ainda considerar o seu estado como de completa ruína" - mas que poderá ainda ser útil, "principalmente porque domina perfeitamente a estação de uma linha férrea de Torres Vedras, assim como uma parte da linha, podendo vir a ser conveniente o estabelecimento de uma bateria naquele ponto"

Teresa Silva | Setembro de 2024

Para o arquivo Geral

DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE FORTIFICAÇÕES E OBRAS MILITARES

4.ª Repartição — Património

PRÉDIO MILITAR N.º 196- Lisboa

PROCESSO N.º S/Nº

ASSUNTO: Forte de Nossa Senhora do Livramento

LOCALIDADE: Calçada do Livramento - Lisboa

Modelo n.º 105 — RAML — 50 774

193

P/m — 1.ª Baixa

ARQUIVO

Commissão do Tombo de todas as pro-
priedades do Ministerio da Guerra

1.ª Direcção militar

ARQUIVO GERAL

Tombo do - Forte de N. Snr.ª do Livramento.

Em - Lisboa

Numero d'ordem - 173

Quartel em Lisboa 21 de Novembro de 1864

O Major do Estado Maior

COMMANDO GERAL D'ENGENHARIA
3.ª REPARTIÇÃO

Memoria descriptiva

Cap.º 1.º
Descripção e Historia

Quasi no extremo do Continente que orla a margem esquerda do Ribeiro d'Alcantara, n'uma eminencia que domina aquelle valle, e que bate perfeitamente o terreno da Ribeira fronteira que se acha Construido o Forte Velho de Pedra e cal e uma antiga obra de Fortificação impropriamente denominada Forte de S. Sebastião do Alviramento, e que com mais criterio se deveria chamar Bateria de S. Sebastião do Alviramento.

Esta obra Cercada de Ameias particulares, em cuja Construcção não tem havido o minimo empenho de difficuldade, tem uma serventia propria pela Calçada do Alviramento, serventia que hoje se acha muito damnificada, passando-se frequentemente o transito para a Bateria por meio de um Portal que

da' frente direita a um terreno pantanoso, e do qual se sobe para o Chamado Forte por intermedio d'uma escada. Todas estas frentes se acham devidamente marcadas no desenho que acompanha a presente memoria. A antiga frente do Forte está marcada com o N.º 11 - a face direita de entrada com o N.º 12, e a escada com o N.º 9.

Esta obra compõe-se de duas baterias, uma superior com quatro canhoneiras, outra inferior com cinco canhoneiras, as canhoneiras da bateria superior batem o Vale e Montanha assim como tres da inferior, batendo as restantes duas da bateria inferior o Rio Tejo, e uma mesma direita n'aquella direcção. Entre as duas baterias existe uma trincheira que no desenho está marcado com o N.º 18.

No angulo formado pelas duas faces da bateria inferior existe uma guarita roqueira de pedra (16), cuja serventia se faz por uma passagem sob o terraplano da bateria servida pela rampa (17).

Entre o espaço triangular da Bateria superior e o pentagonal da inferior ha uma longa espessa muralha destinada á sustentação das terras do terreiro superior; o espaço pentagonal da Bateria inferior é fechado ao sul por uma muralha em angulo (7) tendo uma varanda e por um muro de ardaçai (8) que termina n'uma especie de meia laranja na qual existe o antigo portal de Gente (10) e a escada (9).

Entre o ramo Oeste da muralha (7) e a face Oeste da Bateria inferior ha um espaço (11) onde se não encontra vestigio algum de muralha.

Entre as casamatas da Bateria, o espaço ou espaldão é formado d'um macisso de terra sustentado por grossas muros. Este

muchas de letra Lettra marcadas com o N.º 5.

Do exame feito no local Conclue a perito declarando que alli existe uma Obra de fortificação, é verdade que ha muito abandonada, e tão abandonada que se tem permittido sem difficuldade a Construcção de predios junto mesmo ás muralhas, a ponto de um delles, aquelle que a cima objecto á primeira Cachoeira de que dista da Batuva, a Contar do Sul, tem a sua frente tão elevado que aponta a mesma Cachoeira.

Esta Obra devera ter uma Sementia independente, e esta infelizmente é a (1), assim como devera ter um espaço e terreno em.

Do exame feito no local, como mostra a planta, o espaço triangular (2) da Batuva suppomos não ser dado dispor de um considerado como terreno militar pertencente á fortificação.

Do ponto fixo à Bateria infrascripto
que lhe deve pertencer como terreno militar
o espaço pentagonal (3) limitado ao sul
pelo muro (8) e muro laranja, não só porque
a escritura de foro de devoria fazer pelo
foreiro (11) como também porque os muros
dois (7) inquestionavelmente pertencem à forta-
ficação e o muro (8) muro de vedação é
um muro antigo que deveria ter sido feito
exclusivamente para defesa do terreno do Estado
d'aquele que era particular.

Por estas razões Conselho que os dois
espaços (3) de desenho devem pertencer à
fortificação e por consequinte ao Ministé-
rio da Guerra, não possuindo elementos suf-
ficientes para poder provar o seu direito
espaço nem algum terreno lhe devem
pertencer.

Os terrenos que ficam descriptos, e que pertencem

a minha opinião pertencem ao Ministerio da
Guerra tem estado ha longo tempo na posse
illegal de Carlos Augusto de Sousa Freitas,
Jornaleiro na Rua do Sol ao Beato, em prejuizo
que as tem allegado, sendo a arrendataria
do dito Manoel Cardoso, que paga
de renda por elles e pelo terreno confinante
pelo sul com o da fortificação, a quantia
paga em, de 120$000 annuaes. O arrendatario
tem um cultivado annualmente,
prestando-se Contudo os terrenos do forte
a pequenas culturas em virtude de se acharem
mais desabrigados e expostos. O Telheiro
(31) Construido pelo actual arrendatario
junto ao forte, mas já em terreno estranho
e por elle dividido em differentes habitações
que por seu mão estado a varios inquilinos.

O espaço ocupado pelo terreno do forte

Fica sendo pagando o que fica dito, e por mim avaliada em primeiro arrendamento 2820,000.

Capo 2o

Condições de construcção

No tempo em que esta Obra foi construida poderam satisfazer as suas condições de construcção, hoje não prestam para nada.

Capo 3o

Modo de Conservação

Pelo abandono em que se tem achado está bastante arruinada, não se podendo contudo ainda considerar o seu estado como de completa ruina.

Capo 4o

Fim a que foi destinada e sua actual applicação

Para satisfazer o fim deste Capitulo já foi dito o suficiente.

Capo 5o

Importancia militar.

Como obra de fortificação de nada vale, mas Como posição julga-a importante principalmente porque domina perfeitamente a estação de uma linha ferrea de Caminhos, assim como uma parte da linha, podendo vir a ser convencionado o estabelecimento de uma Bateria n'aquelle ponto.

Capº 6º

Confrontações

As Confrontações da obra, e do terreno que lhe deve pertencer são as seguintes.

Norte – Predios e quintas de differentes proprietarios.

Este – Calçada de Arinamente

Sul – Terreno pertencente a Carlos Augusto de Souza Leitão.

Oeste – Predios de differentes proprietarios Cuja entrada é pelo Beco do Forno a Montanha.

Cap.o 7.o
Avaliação

Attendendo á boa situação em que estão estes terrenos, e ao seu provavel augmento de valor pelo desenvolvimento provenido da Construcção do caminho de ferro de Porto Feliz, não me parece arbitrar valor menor de 3$000 por cada metro quadrado, devendo este valor ser sempre augmentado e nunca diminuido.
No que respeita á Construcção a unica causa avaliavel é a pedra proveniente da demolição.
Assim temos:

2.$820 m. de terreno a 3$000	Rs 8:460$000
Pedra da demolição	540$000
Somma	Rs 9:000$000

Valor aproximavel de nove Contos de reis, que me parece nunca pode ser modificado para menos. Este valor é arbitrado na hypothese de ser dado d'aquelle terreno um lote para

Construcção. Para ser cultivado está muito bem
d'aquelle valor, e attingirá uma cifra muito
maior.

Cap.º 8.º

Consideração Geraes.

Nada me resta accrescentar sobre o que
fica dito.

Quanto em Lisboa 21 de Novembro de 1884

O Consigneiro dos Caminhos de
Ferro

Planta do antigo Forte de N. Snr.ª do Livramento em Lisbôa.



Escalla 1/200

Legenda.

1- Bateria mais alta do forte.
2- Bateria mais baixa do forte
3- Terreno que deve pertencer ao forte
4- Canhoneiras
5- Parapeitos de terra
6- Muros das antigas plataformas, de pedra secca
7- Muralha com varanda
8- Muros de vedação.
9- Escada
10- Porta
11- Antiga entrada do forte
12- Actual serventia do forte
13- Telheiros
14- Espaço sem muralha
15- Espaço onde existem telheiros velhos.
16- Guarita vigia de pedra
17- Rampa de communicação com a guarita
18- Cravos em terra.

Quartel em 25 de Novembro de 1884
Levantado e desenhado por Henrique das Chagas Pina

Fonte documental manuscrita, arquivada no AHM - Arquivo Histórico Militar

Consultada e transcrita pelo Doutor Fernando Real.

Comissão do Tombo de todas as propriedades do Ministério da Guerra

Quartel em Lisboa, 1ª Divisão Militar

TOMBO DO FORTE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Em Lisboa, 21 de novembro de 1884

Henrique dos Santos Rosa – Major de Engenharia

Memória Descritiva

Cap. 1º

Descrição e história

Quase no extremo do contraforte que orla a margem esquerda do ribeiro d' Alcântara, numa iminência que domina aquele vale e que bate perfeitamente no término da linha férrea que se acha construída para Torres Vedras, existe uma antiga obra de fortificação inapropriadamente denominada forte de N. Sr.ª do Livramento, e que com mais critério se deveria chamar Bateria de N. Sr.ª do Livramento.

Esta obra cercada de prédios particulares em cuja construção não tem havido o mínimo [esc???] da dificuldade, tem uma serventia própria pela Calçada do Livramento, serventia que hoje se acha inutilizada, fazendo-se presentemente o transito para a Bateria por meio de um portão que dá serventia direta a um terreno particular e do qual se sobe para o chamado forte, por intermédio de uma escada. Todos estas serventias se acham devidamente marcadas no desenho que acompanha a presente memória. A antiga serventia do forte está marcada com o Nº 11, o atual portão de entrada com o Nº 12 e a escada com o Nº 9.

Esta obra compõe-se de duas baterias, uma superior com quatro canhoeiras, outra inferior com cinco canhoeiras. As canhoeiras da bateria superior batem o Vale d' Alcântara assim como três da inferior, batendo as restantes duas da bateria inferior o rio Tejo, e sua margem direita n' aquela paragem. Entre as duas baterias existe uma travéz (Nota: *termo militar*) que no desenho está marcado com o Nº 18.

No ângulo formado pelas duas faces da bateria inferior existe uma guarita vigia de pedra (16) cuja serventia se faz por uma passagem sobre o terrapleno da bateria servida pela rampa (17).

Entre o espaço triangular da bateria superior e o pentagonal da inferior há uma longa e extensa muralha destinada à sustentação das terras do terrapleno superior; o espaço pentagonal da Bateria inferior é fechado ao sul por uma muralha em ângulo (7) sendo uma varanda e por um muro de vedação (8) que termina n'uma espécie de meia laranja na qual existe o antigo portão do forte (11) e a escada (9).

Entre o ramo oeste da muralha (7) e a ponta oeste da Bateria inferior há um espaço (14) onde não contem vestígio algum da muralha.

Entre as canhoeiras das baterias, o parapeito do espaldão é formado d' um núcleo de terra sustentado por pequenos muros. Estes núcleos de terra estão marcados com o nº 5.

Do exame feito no local conclui-se fácil e claramente, que ali existe uma obra de fortificação, é verdade que há muito abandonada, e tão abandonada que se tem permitido sem dificuldade a construção de prédios junto mesmo às muralhas, a ponto de uma delas, aquele que se acha adjacente à 1ª canhoeira da face oeste da bateria, a contar do saliente, ter a sua fileira tão elevada que afronta a mesma canhoeira.

Esta obra deveria ter uma serventia independente, e esta inegavelmente é a (11), assim como deveria ter um espaço e terreno seu.

Do exame feito no local, como mostra a planta, o espaço triangular (3) da bateria superior não pode deixar de ser considerado como um terreno militar pertencente à fortificação.

----- Página 9

Do exame feito à Bateria inferior cuido (?) que lhe deve pertencer como terreno militar o espaço pentagonal (3) limitado ao sul pelo muro (8) e meia laranja, não só porque a serventia do forte se deveria fazer pelo portão (11), como também porque as muralhas (7) inegavelmente pertencem à fortificação e o muro (8), muro de vedação é um muro antigo que deveria ter sido feito exatamente para separar o terreno do Estado daquele que era particular.

Por estas razões concluo que os dois espaços (3) do desenho deverão pertencer à fortificação e por conseguinte ao Ministério da Guerra, não possuindo elementos suficientes para poder provar se além destes espaços mais algum terreno lhe deveria pertencer.

Os terrenos que ficam descritos, e que segundo

---- Página 10

A minha opinião pertencem ao Ministério da Guerra tem estado há longo tempo na posse ilegal de Carlos Augusto de Sousa Vidal, morador na Rua do Sol ao Rato, em Lisboa, que as tem alugado, sendo o arrendatário há seis anos a Manuel Cerdeira que paga de renda por eles e pelo terreno confinante pelo Sul com os da fortificação a quantia julgo eu, de cento e vinte mil reis anuais. O arrendatário tem-nos cultivado anualmente, prestando-se, contudo, os terrenos do forte a poucas culturas em virtude de se acharem mais desabrigados e expostos. O telheiro [13] construído pelo atual arrendatário junto ao forte, mas já em terreno extranho é por ele dividido em diferentes habitações que por sua mão subloca a vários inquilinos.

O Espaço ocupado pelo terreno da fortificação segundo o que fica dito, é por mim avaliado em aproximadamente 2820,00 m^2.

--- Página 11

Cap. 2º

Condições de construção

No tempo em que esta obra foi construída poderiam satisfazer as suas condições de construção, hoje não prestam para nada

Cap. 3º

Estado de conservação

Pelo abandono em que se tem achado está bastante arruinada, não se podendo, contudo, ainda considerar o seu estado como de completa ruína.

Cap. 4º

Fim a que foi destinada a sua atual aplicação

Para satisfazer o fim deste capítulo já foi dito o suficiente.

Cap. 5º

Importância militar

---- Página 12

Como obra de fortificação de nada vale, mas como posição julgo-a importante principalmente porque domina perfeitamente a estação de uma linha férrea de Torres Vedras, assim como uma parte da linha, podendo vir a ser conveniente o estabelecimento de uma bateria naquele ponto.

Cap. 6º

Confrontações

As confrontações da obra e do terreno que lhe deve pertencer são as seguintes:

Norte – Prédios e quintais de diferentes proprietários:

Este – Calçada do Livramento

Sul – Terreno pertencente a Carlos Augusto de Sousa Vidal

Oeste – Prédios de diferentes proprietários cuja entrada é pelo Beco do Forno a Alcântara.

Página 13

Cap. 7º

Avaliação

Atendendo à boa situação em que estão estes terrenos e ao progressivo aumento de valor pelo desenvolvimento da construção do caminho de ferro de Torres Vedras não lhe posso estabelecer um valor menor 3000 cruzados por cada metro quadrado, devendo este valor ser sempre aumentado e nunca diminuído. No que respeita à construção a única coisa avaliável é a pedra proveniente da demolição. Assim teremos:

2820 m2 de terreno a 3000 ----------	8.460$000
Pedra da demolição ----------	560$000
Soma ----------	9.000$000

Valor aproximado de 9 contos de reis, que me parece nunca pode ser modificado para menos. Este valor é arbitrado em função do valor da área daquele terreno em lotes para construção.

Página 14

Para ser cultivado está muito longe daquele valor e atingiria uma cifra muito menor.

Cap. 8º

Considerações gerais

Nada me resta acrescentar sobre o que fica dito

Quartel em Lisboa, 21 de novembro de 1884

Henrique dos Santos Rosa

Major

DATA DO DOCUMENTO

Reinado: 34. Manuel II, 1908-1910

Século: 20 Ano: 1910 Mês: 05 Dia:

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado: Doc. Nº: 35

Século: Ano:

Identificação

Planta 7E Levantamento da planta de Lisboa, 1904/1911 de Júlio António Vieira da Silva Pinto.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

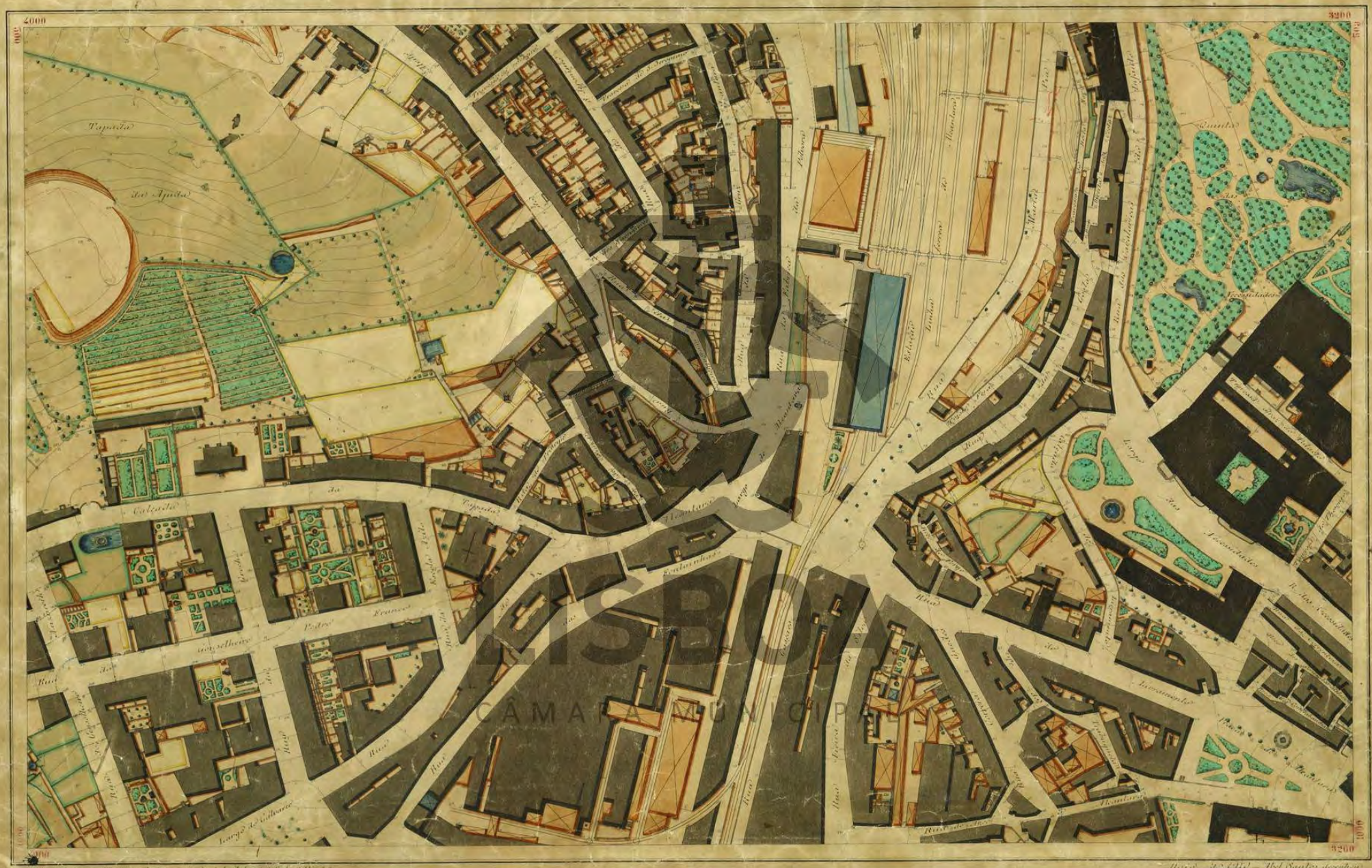
AML - PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/003/00056/028

Edição Impressa

Observações

A partir do início do século XX uma série de construções começam a surgir no interior do antigo baluarte notando-se que em 1910 já se encontram construídas edificações adossadas à muralha transversal e sudoeste, bem como no local onde se viria a construir o bairro operário dos Quintalinhos, edificado em 1918.

Teresa Silva | Setembro de 2024



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO 1
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
FICHAS DE ELEMENTO PATRIMONIAL

Designação
Baluarte do Livramento

Nº 001
Nº Interf. 381
CNS 16218
CMPEP 26.24

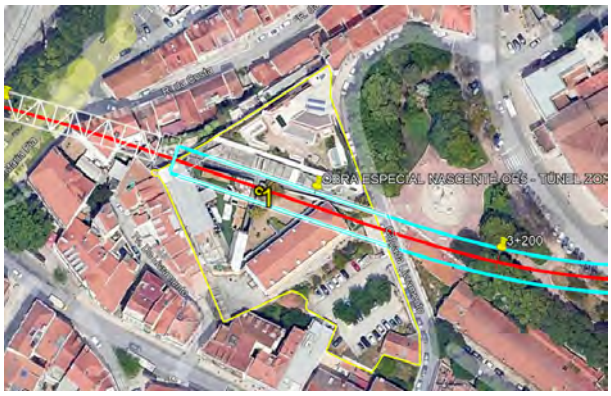
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.46"N

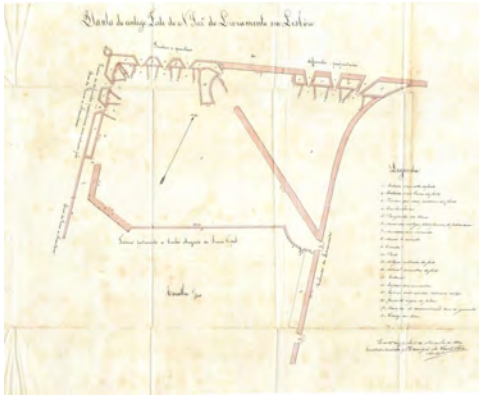
Longitude
9°10'20.49"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.



Área do baluarte do Livramento em planta de 1844 [Doc. 22]



Planta do Antigo Forte do Livramento em 1884 [Doc. 34]

Identificação / Observações

O elemento patrimonial integra apenas parte do antigo Baluarte do Livramento, uma vez que as suas muralhas noroeste e sudoeste se estendiam para fora da área em estudo. Através da análise de documentação antiga (ver apêndice documental e estudos complementares) percebe-se que, já antes da sua construção, terão existido aqui estruturas defensivas, as quais podem corresponder aos vestígios de uma estrutura identificada, entre 1994 e 1998, por Laura trindade e Dias Diogo, designada como "reduto filipino". Mas é a partir de 1650, no quadro da Guerra da Restauração e integrado num plano muito mais vasto de construção de uma nova muralha defensiva da cidade de Lisboa, que se constrói o Baluarte do Livramento o qual, na confluência da ribeira de Alcântara com o rio Tejo e em conjunto com o Baluarte do Sacramento e uma muralha que os unia, irá proteger a entrada da cidade através da Ponte de Alcântara, passagem sobre a qual se erguia.
Na área afeta ao projeto conservam-se: da fase anterior à sua construção, parte da estrutura em cunhal (filipina) (EP 001g) descoberta em 1994-98 na cave do edifício da "Casa de Goa"; da estrutura original, as muralhas noroeste (EP 001a) e sudoeste (EP 001c) e guarita (EP 001b) localizada na sua união, bem como a sua muralha transversal (EP 001f) dividindo a bateria inferior da bateria superior; de alterações efetuadas na estrutura militar, vestígios do paiol (EP 001i) e respetivo patamar de acesso (EP001h) e o muro nordeste (EP 001d) edificado no início da segunda metade do século XVIII, aquando da construção da Calçada do Livramento.
De uma fase posterior à sua utilização com fins militares, no seu interior, conservam-se também: o bairro operário denominado "Pátio dos Quintalinhos" (EP 138) edificado no início do século XX, embora com a sua fisionomia muito alterada na intervenção realizada no final do século XX; o novo edifício da casa de Goa edificado em 1994-98. Em torno do baluarte do Livramento foram construídos, ao longo do século XIX, vários edifícios habitacionais que, em grande parte e sobretudo do lado sudoeste, ocultaram as suas muralhas, retirando-lhe o protagonismo que outrora, certamente, terá tido na paisagem. O túnel do futuro metro que aqui já será aberto em trincheira atravessará o antigo baluarte, no sentido este-oeste, paralelamente e a cerca de 5 metros da muralha transversal, estando prevista a passagem em túnel por baixo do muro do sudeste e noroeste. Toda a área do antigo baluarte será afeta à obra para ser usada como estaleiro pelo que está prevista a demolição das estruturas do antigo bairro operário e da Casa de Goa, local em que se situam as estruturas filipinas que importa acautelar.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento

Nº 001
Nº Interf. 381
CNS 16218
CMPEP 26.24

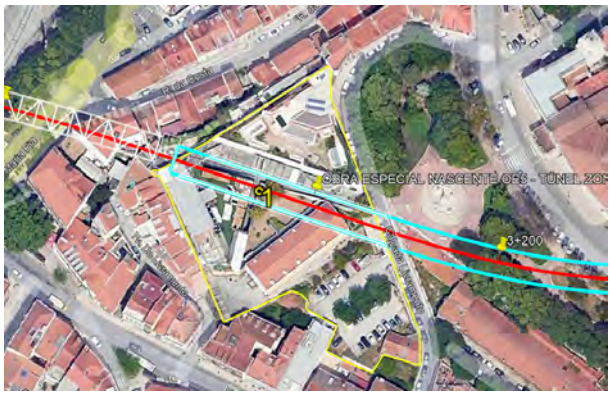
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.46"N

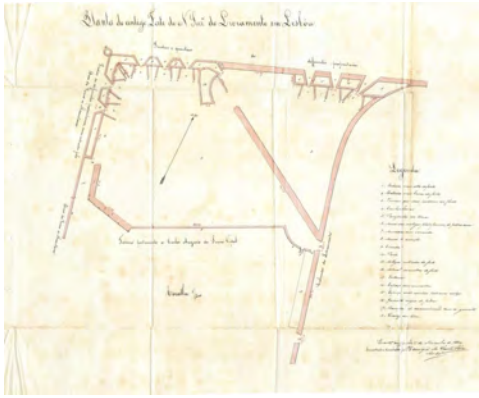
Longitude
9°10'20.49"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.



Área do baluarte do Livramento em planta de 1844 [Doc. 22]



Planta do Antigo Forte do Livramento em 1884 [Doc. 34]

Identificação / Observações

O elemento patrimonial integra apenas parte do antigo Baluarte do Livramento, uma vez que as suas muralhas noroeste e sudoeste se estendiam para fora da área em estudo. Através da análise de documentação antiga (ver apêndice documental e estudos complementares) percebe-se que, já antes da sua construção, terão existido aqui estruturas defensivas, as quais podem corresponder aos vestígios de uma estrutura identificada, entre 1994 e 1998, por Laura trindade e Dias Diogo, designada como "reduto filipino". Mas é a partir de 1650, no quadro da Guerra da Restauração e integrado num plano muito mais vasto de construção de uma nova muralha defensiva da cidade de Lisboa, que se constrói o Baluarte do Livramento o qual, na confluência da ribeira de Alcântara com o rio Tejo e em conjunto com o Baluarte do Sacramento e uma muralha que os unia, irá proteger a entrada da cidade através da Ponte de Alcântara, passagem sobre a qual se erguia.
Na área afeta ao projeto conservam-se: da fase anterior à sua construção, parte da estrutura em cunhal (filipina) (EP 001g) descoberta em 1994-98 na cave do edifício da "Casa de Goa"; da estrutura original, as muralhas noroeste (EP 001a) e sudoeste (EP 001c) e guarita (EP 001b) localizada na sua união, bem como a sua muralha transversal (EP 001f) dividindo a bateria inferior da bateria superior; de alterações efetuadas na estrutura militar, vestígios do paiol (EP 001i) e respetivo patamar de acesso (EP001h) e o muro nordeste (EP 001d) edificado no início da segunda metade do século XVIII, aquando da construção da Calçada do Livramento.
De uma fase posterior à sua utilização com fins militares, no seu interior, conservam-se também: o bairro operário denominado "Pátio dos Quintalinhos" (EP 138) edificado no início do século XX, embora com a sua fisionomia muito alterada na intervenção realizada no final do século XX; o novo edifício da casa de Goa edificado em 1994-98. Em torno do baluarte do Livramento foram construídos, ao longo do século XIX, vários edifícios habitacionais que, em grande parte e sobretudo do lado sudoeste, ocultaram as suas muralhas, retirando-lhe o protagonismo que outrora, certamente, terá tido na paisagem. O túnel do futuro metro que aqui já será aberto em trincheira atravessará o antigo baluarte, no sentido este-oeste, paralelamente e a cerca de 5 metros da muralha transversal, estando prevista a passagem em túnel por baixo do muro do sudeste e noroeste. Toda a área do antigo baluarte será afeta à obra para ser usada como estaleiro pelo que está prevista a demolição das estruturas do antigo bairro operário e da Casa de Goa, local em que se situam as estruturas filipinas que importa acautelar.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: muralha noroeste

Nº Interf. 381b

Nº 001a

CNS 16218

CMPEP 26.24

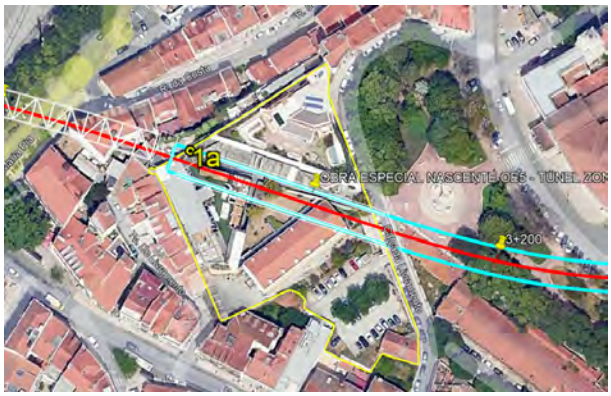
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

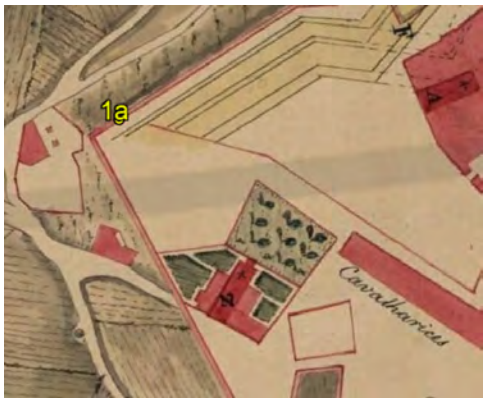
Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Área do baluarte do Livramento em planta de 1844 [Doc. 22]


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.95"N

Longitude
9°10'21.39"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.

Identificação / Observações
Muro noroeste do Baluarte do Livramento

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: guarita

Nº 001b

Nº Interf. 381b

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

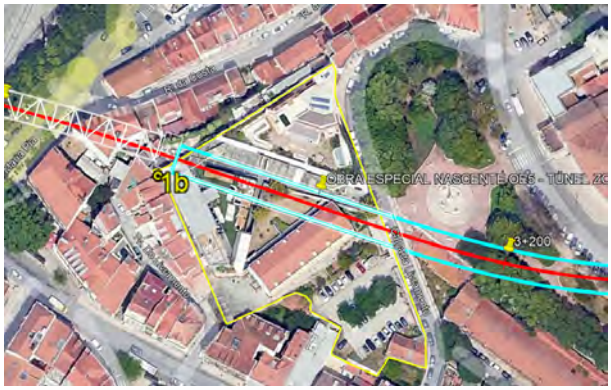
CNS

Nº Obra

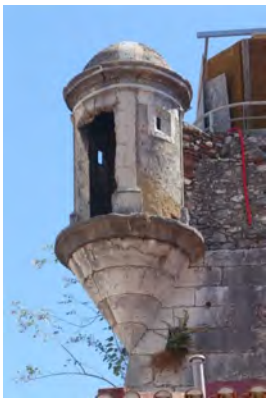
CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.45"N

Longitude
9°10'21.92"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.

Identificação / Observações
Guarita do Baluarte do Livramento

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: muralha sudoeste

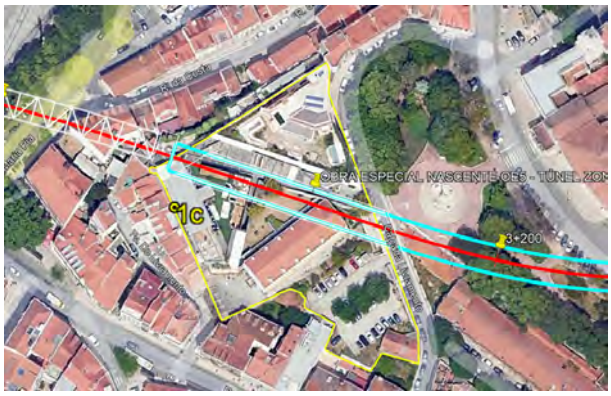
Nº 001c
Nº Interf. 381a
CNS
Nº Obra
CMPEP

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
AI (ver)

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.45"N

Longitude
9°10'21.92"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.


Extremo noroeste (Fotografia de Nuno Pires, Julho de 2024)


Extremo sudeste (Fotografia de Nuno Pires, Julho de 2024)

Identificação / Observações
Muralha sudoeste do Baluarte do Livramento

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: muro nordeste

Nº 001d

Nº Interf. 381a

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

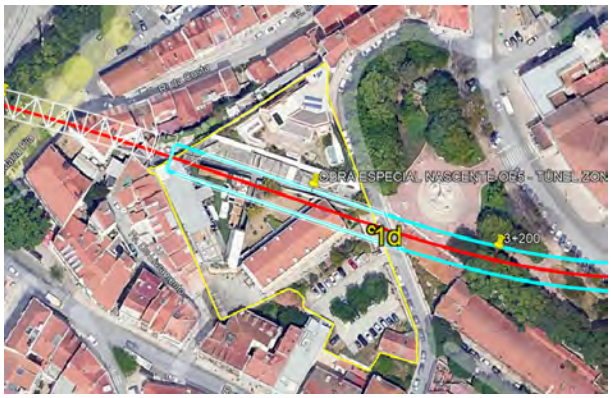
Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.13"N

Longitude
9°10'18.75"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Excerto da planta de 1757 onde pela primeira vez encontramos a Calçado do Livramento representada (MC.DES.0982).

Identificação / Observações
Muro que separa a área do antigo baluarte da Calçada do Livramentos. Foi provavelmente edificado em meados do século XVIII, aquando da abertura da Calçada do Livramento, separando a área do baluarte da área do Palácio das Necessidades. A calçada do Livramento não está representada na planta de 1745 (PT/TT/CR/007 -008/00211 [Doc. 22]) mas já está desenhada na planta de 1757 (MC.DES.0982).

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVIII (início da 2ª metade)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: plataforma adossada ao muro NW

Nº Interf. 381

Nº 001e

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

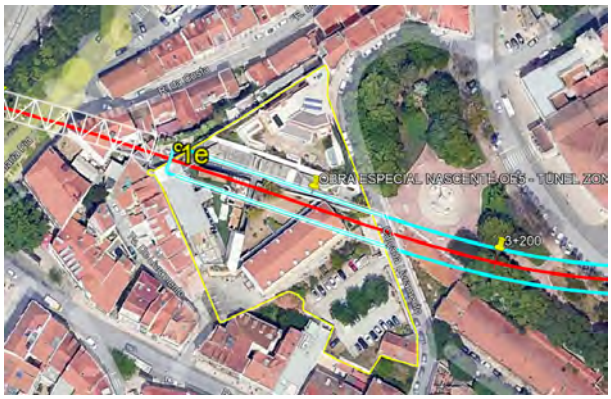
Nº Obra

CNS 16218

CMPEP 26.24



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(●) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.86"N

Longitude
9°10'21.67"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.


Plataforma adossada a NW (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024)


Delimitação de construção neste espaço em planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações

Relativamente à plataforma adossada à muralha noroeste, denominada como "terrapleno norte" por Dias Diogo e Laura Trindade. Segundo Laura Trindade e Dias Diogo este espaço constitui uma adaptação da estrutura edificada no início do século XIX, no contexto das invasões francesas (TRINDADE & DIOGO, 2001:128-131). Mário Monteiro,no estudo prévio, acrescenta a seguinte hipótese: "(...) *poderá corresponder a um redente ou adarve. Um redente é uma estrutura cuja função é variável, de acordo com a fortificação a que está associado e a localização onde se encontra. Neste caso específico, poderá servir como contraforte da muralha do baluarte, no local onde a encosta é mais escarpada, e como local de vigilância, o que se ajusta a um redente. Por outro lado, parece estar relacionado com a cortina que seguia para norte do baluarte, sendo neste caso um adarve que percorria toda a cortina, com acesso pelo baluarte. A porta a que atualmente se acede a este espaço foi rasgada na muralha do baluarte, não sendo a porta original. Imediatamente a norte desta porta, existe uma pequena porta emparedada. Trata-se de uma porta de reduzida dimensão, que julgamos ser a original, baixa e estreita, assim intencionalmente construída para dificultar a passagem de homens. As dimensões desta permitiam apenas a entrada de um homem de cada vez, o que facilitava a defesa em caso de necessidade.* (MONTEIRO, 2022: 30-32)
Relativamente a esta plataforma (EP001e) Temos dúvidas quanto à sua origem e funcionalidade. Observando a cartografia histórica verificamos que a mesma só se encontra representada com a configuração atual na planta de 1856-58 e mais exatamente na de 1910. Até aí parece-nos que se tratava de um terreno escarpado abaixo da muralha, o qual, provavelmente a partir do momento que se começaram a construir edifícios na Rua da Costa, ficou circunscrita por um muro de contenção. Não invalida que tenha tido um uso associado ao baluarte e acesso pela porta referida por Mário Monteiro no excerto acima transcrito.
Neste local existiu uma pequena construção edificada na 1ª metade do século XX (Lxi, cartografia histórica, planta de 1950) e demolida nos finais do séc. XX (Lxi, cartografia histórica, ortofoto de 2001)

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: muralha transversal

Nº 001f
Nº Interf. 381
CNS 16218
CMPEP 26.24

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


Muralha transversal colocada a descoberto em 2016-17, designada como "muralha sul" (UE 20) (fotografia de Clay Arqueologia).


Muralha transversal colocada a descoberto em 2016-17, designada como "muralha sul" (UE 20) (fotografia de Clay Arqueologia).

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.82"N

Longitude
9°10'20.22"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17/ Calçada do Livramento, 19

Identificação / Observações

A muralha transversal separava a bateria superior (A) da bateria inferior (B). Curiosamente, na cartografia histórica, apenas aparece representada em meados do século XIX, na planta de Filipe Folque (1856-58). No entanto, no acompanhamento arqueológico realizado em 2016-2017 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018) ficou claro que a mesma (UE 20) fazia parte do baluarte, possuindo o mesmo tipo de aparelho construtivo. Pensamos ser de colocar a hipótese de esta estrutura se prolongar para a atual área fronteira ao Palácio das Necessidades em época anterior à abertura da Calçada do Livramento e à construção dos muros que a ladeiam, de um lado sustentando o miradouro e do outro separando a área do baluarte. Funcionaria assim como um possante muro de sustentação de terras. No seu topo parecia ainda conservar-se o caminho de ronda e um pequeno parapeito.
De facto, comparando a fotografia aérea atual com a planta de 1745 observamos esta linha contínua entre a área do baluarte e a área fronteira ao palácio.
É de destacar que, neste acompanhamento arqueológico de 2016-17, o local foi completamente desaterrado e que se verifica que este baluarte se encontrava cheio, com uma terra avermelhada que deixou bem visível a sua cor nos alçados. Esta camada prolongava-se por toda a área e encostava-se-se às muralhas.
Pensamos que estamos perante um baluarte que mesmo que a dado momento fosse "vazio", se encheu deste depósito após a construção das suas muralhas, razão pela qual lhes encosta desde a base até a um nível elevado da plataforma, Esta solução visava dar maior robustez às estruturas defensivas (NUNES, 2005, pp. 58-59, citado por MONTEIRO 2022: 4) cujos muros, se atingidos por artilharia pesada resistiam melhor ao ataque. Sendo assim é de crer que esta seria uma plataforma artificial erguida acima do afloramento rochoso aumentando assim a visibilidade e capacidade de ataque. Simultaneamente poderá ter criado um patamar nivelado, ao nível do Palácio das Necessidades.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: "reduto filipino"

Nº Interf. 381

Nº 001g

CNS 16218

CMPEP 26.24

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade

Latitude
38°42'23.29"N

Longitude
9°10'21.41"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.


Vestígios conservados da estrutura filipina após a obra de 1994 (Fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).


Vestígios conservados da estrutura filipina após a obra de 1994 (Fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Identificação / Observações

No acompanhamento arqueológico da obra realizada em 1994-98 na "bateria inferior" ficou a descoberto uma estrutura em cunhal que Dias Diogo e Laura Trindade interpretaram como "reduto filipino", atribuindo a sua cronologia a data anterior à construção do Baluarte em 1650: "Sendo datada do período filipino e construída após 1625, a fortificação, que aqui publicamos, cujos vestígios encontrámos soterrados no terrapleno superior do baluarte do Livramento terá de corresponder a um reduto do plano do Marquês de Inojoza, dominando a ponte de Alcântara." (TRINDADE & DIOGO, 2003: 95).
Esta estrutura é assim descrita por Laura Trindade e Dias Digo no seu artigo de 2003:
"*Durante escavação mecânica do terrapleno superior do baluarte encontrámos vestígios pertencentes a uma fortificação mais antiga, que era desconhecida. Tinha o seu topo à cota máxima de 18,51m e encontrava-se já parcialmente demolido, apenas conservando parte das muralhas Oeste e Sul que formavam no cunhal, a Sudoeste, um ângulo de 97o. Construídas em alvenaria de pequenas e médias pedras argamassadas, estas muralhas encontravam-se revestidas comum reboco caiado de areia e cal. Tinham o coroamento biselado e eram escarpadas no ângulo flanqueado. O troço Sul, de direção SW/NE, conservava o comprimento de cerca de 24,70m e tinha a largura de 1,16m no ângulo do biselado do parapeito. A muralha Oeste, de direção NNW/SSE e mais exposta aos ataques, tinha maior espessura, com 1,80 e conservava a extensão interna de 8,60m (Figs. 2A [planta] e 8). Embora este baluarte já não conservasse o pavimento do seu terrapleno, este encontrava-se marcado no reboco da face interna das muralhas, permitindo-nos determinar a altura do parapeito em cerca de 1,30m. A altura da muralha Sul atingia os 3,40m no troço Este, o único que nos foi possível desaterrar completamente e integrar no edifício do museu do sítio (Fig. 9).*" (TRINDADE e DIOGO, 2003: 94-95).
Relativamente a estas estruturas, Mário Monteiro coloca uma nova hipótese, a de se tratar de um revelim, não excluindo, no entanto a hipótese de se tratar de uma estrutura anterior: "*Com os dados editados, poderá também associar-se a estrutura a um revelim com a função de proteger uma porta. A tipologia da estrutura encontrada coaduna-se com a descrição de um revelim. Estes não só eram erguidos no exterior, poderiam de igual modo ser construídos no interior da fortificação, como se observa nalguns dos principais fortes da Linha de Torres Vedras.Para além desta possibilidade, será de considerar também a possibilidade de ser uma estrutura do baluarte iniciado em 1652 condenada por uma restruturação do terrapleno, porque não quando o terrapleno deste é dividido em dois, o que a avaliar pelas plantas e cartografia consultadas, poderá ter acontecido no início do século XIX.* (MONTEIRO 2022: 31).

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: plataforma de acesso ao paiol

Nº Interf. 381

Nº 001h

CNS 16218

CMPEP 26.24

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


Fig. 9. Vista de sul do terrapleno sul. São visíveis a entrada da rampa para o terrapleno superior e a guarita da entrada do paiol, alterada pela sua reutilização

"Vista de sul do terrapleno sul. São visíveis a entrada da rampa [à esquerda]" (TRINDADE e DIOGO 2001:129).


Plataforma de entrada para o paiol (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
0

Latitude
38°42'22.47"N

Longitude
9°10'20.86"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.

Identificação / Observações
Dias Diogo e Laura Trindade designam esta área como "terrapleno inferior" que ligava à bateria inferior (designada pelos autores como "terrapleno superior") por uma rampa. (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130).
"O baluarte estruturava-se em dois terraplenos, articulados por uma rampa a sudoeste com cerca de 2 metros de largura média e 10 m de extensão [D] vencendo um declive de cinco metros. O terrapleno inferior, a sul [C], apresenta uma cota média de 16,187m e tinha entrada a este [nordeste], através da Calçada do Livramento. (Figs 7 e 8)." (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130).

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea

Fontes
TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130; MONTEIRO 2022:30. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: paiol (parede sul e vestígiosda porta no interior)

Nº Interf. 381

Nº 001i

CNS 16218

CMPEP 26.24

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
0

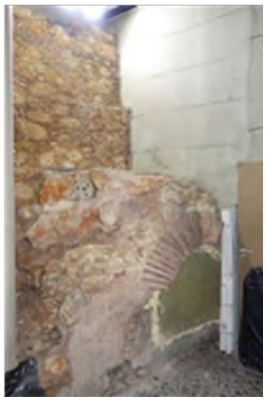
Latitude
38°42'22.47"N

Longitude
9°10'20.86"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.


Entrada do paiol (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024)


Vestígios da entrada do paiol conservados no interior da Casa de Goa (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024)

Identificação / Observações

Relativamente às estruturas remanescentes relacionadas com alterações introduzidas no contexto das invasões francesas Dias Diogo e Laura Trindade adiantaram algumas hipóteses, entre as quais, que por esta altura se teria construído um paiol (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130). Mário Monteiro coloca algumas reservas acerca desta interpretação:
"*A interpretação desta estrutura como sendo um paiol é fundamentada, apenas, em paralelos existentes. O facto de estar num dos pontos mais exposto ao rio Tejo, de onde viria um bombardeamento, não se ajusta à localização usual de um paiol, que deveria estar num local afastado das muralhas, preferencialmente na retaguarda. Contudo, poderá ter sido um erro, talvez planeado por um leigo, o que poderá estar relacionado com o facto de haver evidências de não ter sido terminado. Poderá também corresponder a uma porta com corredor coberto e guarita sobre a entrada, usual em fortificações, construída após o terramoto de 1755, quando o baluarte é cortado a sul por uma nova via, o que certamente terá provocado a necessidade de fechar a fortificação neste lado*" (MONTEIRO 2022:30)
O alçado exterior desta estrutura conserva-se abaixo da plataforma inferior e os vestígios da porta conservam-se também no interior da Casa de Goa.

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea

Fontes
TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130; MONTEIRO 2022:30. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Tapada da Ajuda (conjunto intra□muros)

Nº 018

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: palacete

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Limtes da área classificada na zona do projeto (extraído de Atlas do Património - DGPC)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+800-4+000

Profundidade
+ de 25m

Latitude
38°42'29.07"N

Longitude
9°10'52.63"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rampa das Necessidades, Calçada do Livramento





Planta de 1849 onde assinalamos o local do PV217..

Identificação / Observações

Relativamente à Tapada da Ajuda (EP18) note-se que estamos no extremo sul de uma extensa propriedade do século XVII (1645) criada para espaço de caça e logradouro da família real, por D. João IV (Ficha SIPA). Centrando-nos no espaço afeto ao projeto, observando a Planta da Real Tapada da Ajuda de 1849, no local do PV 217 não existem construções. A área está designada Monte do Pombal, provavelmente com referência ao Pombal que ainda hoje se reserva (oc. 62 do estudo prévio, localizado a 52m do eixo da via).
No final do século XIX (1876) extingue-se o Paço Real de Alcântara, incluindo o palácio que então já se encontrava arruinado e a Quinta Real de Alcântara onde será edificado o Bairro do Calvário.
Em 1917 é construído o edifício do Instituto Superior de Agronomia, com projeto do Arquiteto Adães Bermudes
Na planta de 1911 observa-se uma estrutura circular local do PV217 onde, mais tarde, na planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica) aparecem representados campos de jogos (Ténis?)
Em 1966 o espaço é profundamente alterado devido à construção da ponte 25 de abril e respetivos acessos.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1645)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
Tapada da Ajuda (conjunto intra-muros) respetiva Zona Geral de Proteção.

Decreto
Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42, de 19-02-2002

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Ponte 25 de Abril

Nº 022

Nº Interf. 428

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: Ponte

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Local do EP em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+800-4+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'27.25"N

Longitude
9°10'41.43"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril

Identificação / Observações

"A Ponte 25 de Abril foi construída sob projeto do Gabinete de Engenharia de Nova Iorque, Steinman, Boynton, Gronquist & London, com intervenções do Gabinete da Ponte sobre o Tejo e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Aquando da sua inauguração detinha o maior vão da Europa e o 5.º maior em todo o Mundo. Obra-prima de engenharia civil, das mais deduas dezenas de pontes construídas ao longo do rio Tejo, destaca-se, ainda, como a única ponte suspensa do País. Ao nível local, tornou-se num elemento estruturante e indispensável no acesso à capital e entre o norte e o sul do País." (DGPC)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1966)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA

Classificação / Protecção Legal
Em vias de classificação

Identificação
Ponte 25 de Abril e e respetiva Zona Geral de Proteção

Decreto
Em vias de classificação: Anúncio n.º 35/2015, DR, n.º 44/2015, Série II de 2015-03-04

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Palácio das Necessidades (cunhal sul)

Nº 026 + 26Z

Nº Interf. 374 e

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Religiosa e Civil: Convento e Palácio

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Palácio das Necessidades (excerto do Atlas do Património - DGPC)

Área de Incidência
(●) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+000-3+200

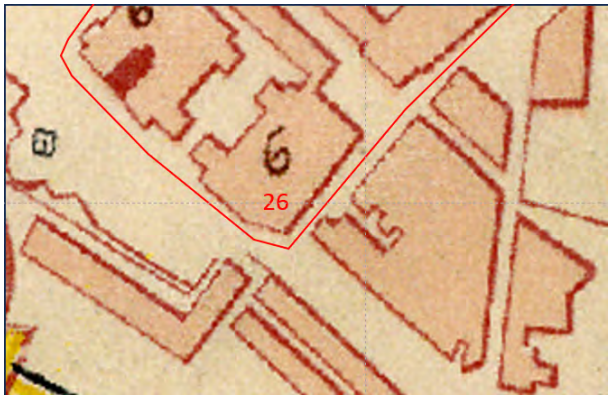
Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'24.27"N

Longitude
9°10'14.52"W

Freguesia
Estrela


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do ângulo do Palácio sob o qual passa o túnel

Endereço
Largo das Necessidades, Travessa do Tesouro, Largo do Rilvas, Calçada das Necessidades

Identificação / Observações

Conjunto arquitetónico de grande monumentalidade que inclui igreja, convento masculino e palácio real distribuídos em vários corpos, edificados entre 1743 e 1752, em estilo barroco joanino, com projeto atribuído a Caetano Tomás de Sousa. Através da análise da planta de 1780 verificamos que o ângulo sul do Palácio das Necessidades já se encontrava edificado.
"Complexo arquitetónico formado por igreja, convento masculino e paço real construído entre 1743 e 1752, segundo projeto atribuído a Caetano Tomás de Sousa, que terá seguido o traço original para o palácio de Giovanni Servandoni. Exemplar de arquitetura barroca joanina, onde é visível a influência dos modelos italianos que marcam a produção arquitetónica de patrocínio régio deste período. Apresenta uma planta complexa, resultante da articulação de vários corpos que se articulam em torno de dois pátios quadrangulares, organizando alas sensivelmente retangulares, num conjunto de volumes paralelepipédicos escalonados. Tem fachada principal virada a sul, constituída por três corpos do palácio, delimitados por pilastras, nos quais se contam vinte e quatro janelas de peito no piso térreo e outras tantas de sacada, coroadas com ática, no andar nobre, e pela fachada principal da igreja, precedida de galilé. Nesta fachada destaque-se as estátuas pétreas de São Paulo e de São Pedro, assinadas, respetivamente, por José de Almeida e Alessandro Giusti, que flanqueiam a porta principal encimada por um relevo de mármore figurando Nossa Senhora das Necessidades, e, no segundo registo, ladeando a janela iluminante do coro, em dois nichos, as estátuas de São Filipe de Néri e São Francisco de Sales, também da autoria de Alessandro Giusti." (DGPC-SIPA, IPA 00006541)

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVIII (1743-1752)

Fontes
DGPC-SIPA, IPA 00006541

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
Conjunto do Palácio das Necessidades, abrangendo todo o edifício conventual (...), da torre e da capela (...), os seus jardins e o respectivo parque, com elementos escultóricos e decorativos, (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço de ligação ao Reservatório do Pombal

Nº 030a

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A rosa, troço de ligação ao reservatório do Pombal em excerto do Atlas do Património - DGPC



Localização aproximada (à superfície) do aqueduto (Vista de rua Google Street)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
35m

Km
0+200-0+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'43.67"N

Longitude
9° 9'36.34"W

Freguesia
Campolide

Endereço
Rua Marquês de Fronteira

Identificação / Observações
Traçado do aqueduto que conduz ao reservatório do Pombal no local de cruzamento com o futuro túnel do metro.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
MN:Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados
ZEP: Cadeia Penitenciária de Lisboa

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;
ZEP: Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior) / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga

Nº 030b

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

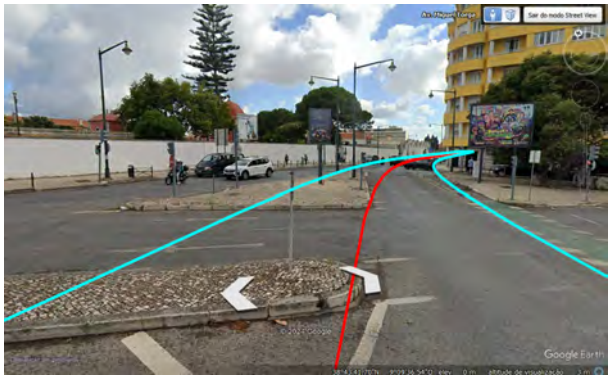
CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Localização aproximada (à superfície) do aqueduto (Vista de rua Google Street)



Extrato de planta do projeto onde se localiza o EP e onde a área a verde possui profunidade superior a 25m

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
0+200-0+400

Profundidade
+ de 25m

Latitude
38°43'41.59"N

Longitude
9° 9'36.44"W

Freguesia
Campolide

Endereço
Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Avenida Miguel Torga

Identificação / Observações
Traçado subterrâneo do aqueduto que cruza com o futuro túnel, no cruzamento da Rua Marquês de Fronteira com a Avenida Miguel Torga. Neste local o túnel tem uma profundidade superior a 25m.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Troço do aqueduto das águas Livres junto ao Reservatório do Arco das Amoreiras

Nº 030c

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP (a rosa) com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Local aproximado (à superfície) Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
0+800-1+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'22.91"N

Longitude
9° 9'34.60"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho

Identificação / Observações
Troço subterrâneo do aqueduto das água livres que liga ao reservatório das Amoreiras (EP 118). Cruza com o futuro túnel, nas traseiras de edifício situado na Rua Silva Carvalho.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Travessa do Barbosa

Nº 030d

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP (a rosa) com o futuro túnel e PV 21, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Localização aproximada (à superfície) do aqueduto (Vista de rua Google Street)



Extrato da Planta de 1878 onde o PV211 e o túnel se cruzarão com o aqueduto (Lxi, cartografia histórica)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0 m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'18.37"N

Longitude
9° 9'36.59"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Travessa do Barbosa, 8

Identificação / Observações
Troço subterrâneo do aqueduto ligado à Mãe d'Água das Amoreiras e ao reservatório do Arco das Amoreiras (EP118). Cruza com o futuro túnel, na Travessa do Barbosa, sensivelmente no local do edifício com o nº 8 e com a abertura do PV 211.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 07/10/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Ferreira Borges

Nº 030e

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP (a rosa) com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Localização aproximada (à superfície) do aqueduto(Fotografia de Nuno Pires , Julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+400-1+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'10.92"N

Longitude
9° 9'50.80"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Ferreira Borges, 161-163

Identificação / Observações
O traçado subterrâneo do aqueduto cruza com o futuro túnel, na Rua Ferreira Borges, 161-163.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN:Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte

Nº 030f

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP (a rosa) com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)


Edifício nas traseiras do qual o futuro túnel se cruzará com o aqueduto.

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
2+000-2+200

Profundidade
+ de 25m

Latitude
38°42'48.04"N

Longitude
9° 9'54.53"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua do Patrocínio, 5 (Convento da Boa Morte)

Identificação / Observações
O traçado subterrâneo do aqueduto cruza com o futuro túnel na Rua Ferreira Borges, em corpo de edifício interior, sensivelmente atrás do edifíico com o nº5. Neste local o túnel terá uma profundidade superior a 25m

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 10/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: ramal da Tapada das Necessidades.

Nº 030g

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0 m

Km
2+600-2+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'33.89"N

Longitude
9°10'1.33"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Avenida Infante Santo



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Demolição do troço do Aqueduto para a abertura da avenida I.S., Judah Benoliel, 1949 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004154)

Identificação / Observações
O ramal da Tapada das Necessidades cruza com o futuro túnel na Avenida Infante Santo, entre os edifícios com os nº 49 e 61, nas escadas que ligam esta via à Calçada das Necessidades. O EP 030g refere-se aos vestígios que se conservaram da parte oeste desta estrutura, Este troço descia pela Calçada das Necessidades após passar abastecer a Tapada das Necessidades, abaixo da qual bifurcava conduzindo, a sul, para o quartel e, a sudeste, para o Palácio Alvor (atual Museu Nacional de Arte Antiga). É neste local que o futuro túnel cruzará com o ramal que atravessa a Avenida Infante Santo (EP 030g) e cuja afetação foi já muito significativa aquando da construção deste avenida, tendo sido aqui demolido em 1949.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM; AML - Documentação fotográfica; Lxi, cartografia histórica.

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN:Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço de abastecimento da fonte monumental junto ao Palácio das Necessidades

Nº Interf. 375

Nº 030i

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CNS

CMPEP CML: 18



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Local do EP em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Fotografia 29



Extrato da Planta dos aquedutos (...) do Palácio das Necessidades (PT/TT/CR/007-008/00219). A seta assinala a ligação à fonte.

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
5 m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.81"N

Longitude
9°10'17.47"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Largo das Necessidades, Jardim Olavo Bilac

Identificação / Observações
Troço subterrâneo do aqueduto das Águas Livres que abastecia a fonte localizada no centro do miradouro frente ao Palácio das Necessidades. Este troço terá sido concluído em 1798. (DGPC-SIPA, IPA 00025587)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII (1798)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; PDM, CML 18; DGPC-SIPA, IPA 00025587

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
MN:Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910; IIP: Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24 -01-1983;

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique / Quartel da Ferreira Borges

Nº 039

Nº Interf. 96

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar: Quartel

Nº Obra

CMPEP 30.12



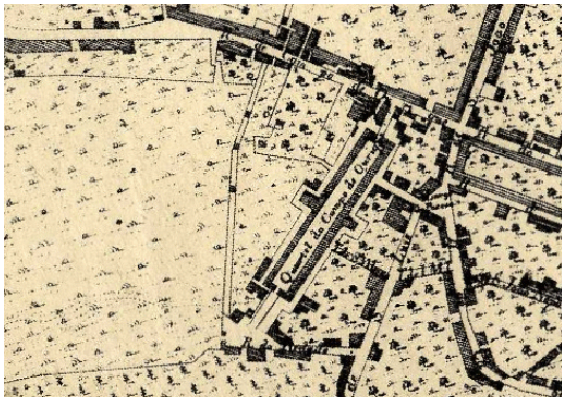
Local de interseção do EP com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com EP (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com o quartel já representado

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+200-1+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'12.92"N

Longitude
9° 9'44.40"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua de Infantaria 16, 30, e Rua Ferreira Borges, 98-D

Identificação / Observações

O túnel passa no ângulo noroeste do quartel. Aquartelamento militar mandado edificar por Marquês de Pombal no rescaldo da catástrofe provocada pelo terramoto de 1755 e cuja presença determinou o desenvolvimento urbano em seu redor. "O quartel pombalino de Campo de Ourique constitui possivelmente o mais antigo prédio militar lisboeta com esta cronologia, gizado de origem para aquartelar tropas, e que conserva ainda hoje a sua função inicial. O seu núcleo original é constituído por duas fiadas longitudinais de casernas térreas, levantadas sobre salas em cave destinadas a vencer os desníveis do terreno, desenvolvendo-se ao longo de uma parada central. Ao longo dos séculos sucederam-se alterações e melhoramentos deste edifício, que conduziram o singelo aquartelamento setecentista à sua versão atual," (DGPC)

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM, 30.12

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento de Interesse Público (MIP)
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique / Quartel da Ferreira Borges

Decreto
Portaria n.º 637/2020, DR, 2.ª série, n.º 213, de 3-11-2023; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica

Nº 040

Nº Interf. 037 e

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Industrial

Nº Obra 13094

CMPEP 212



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Local do EP em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica) com localização da área atual do edifício

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
37m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'13.30"N

Longitude
9° 9'40.95"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho, 209 a 225, esquina com a Rua de Campo de Ourique, 2 a 16

Identificação / Observações

Trata-se de um edifício residencial e comercial, do início do século XX que servia para fabrico e venda de pão. Possui exterior azulejado sendo de destacar também a estrutura em ferro que adorna a fachada da padaria. Os interiores são ricamente decorados com influências de arte nova e modernistas, como os azulejos de Rafael Bordalo Pinheiro (Ficha SIPA). É possível que a obra que lhe conferiu os seus motivos decorativos mais emblemáticos seja de 1903, data de uma das licenças de obra para este espaço, mas já antes aqui existiria um edifico como se observa na planta de 1856-58 (Lxi, Cartografia Histórica).
Apesar de o imóvel estar a mais de 30m do eixo da via, a sua área de proteção abrange a área do projeto.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX-XX

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA, IPA.00005951; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação

Decreto
Decreto n.º 31/83, DR, I Série, n.º 106, de 9-05-1983

Responsável Teresa Silva

Data 30/09/2024

Designação
ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do

Nº Interf.

Nº 046Z

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços

Nº Obra

CNS

CMPEP



Localização (aproximada) da interseção da ZEP com o futuro túnel e PV211, em ortofoto com implantação do projeto



Limites da ZEP (a azul) na área de implementação do projeto em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Loca londe o túnel e o PV211 se sobrepõem parcialmente com a ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (vista de rua,

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0 m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'18.46"N

Longitude
9° 9'35.18"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho e a Rua das Amoreiras.

Identificação / Observações
Entre o km 0+800 e 1+ 200 o traçado do túnel e o PV211 sobrepõem-se parcialmente com a ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49

Decreto
Portaria n.º 1099/95, DR 1.ª Série B, n.º 207, de 7-9-1995

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
ZEP do Bloco das Águas Livres

Nº 047Z

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

Nº Obra

CMPEP



Localização (aproximada) da interseção da ZEP com o PV211, em ortofoto com implantação do projeto



Localização (aproximada) da interseção da ZEP com o PV211 em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Bloco das Águas Livres

Área de Incidência
- ○ AID
- ○ AII

Dist. Eixo da Via
150m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'17.22"N

Longitude
9° 9'29.99"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Praça das Águas Livres

Identificação / Observações
O PV211 localiza-se no ângulo noroeste da ZEP do Bloco das Águas Livres. O edifício do bloco fica a 86m do PV211 e a 150m do eixo da via.
"Projetado por Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa em 1953 para integrar o plano de urbanização da zona da Praça das Águas Livres, iniciado então pela Câmara Municipal de Lisboa, o edifício tornou-se num dos mais emblemáticos da nova arquitetura de prédios de rendimento da capital. " (DGPC)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1953)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA

Classificação / Protecção Legal
ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Bloco das Águas Livres classificado como Monumento de Interesse Público (MIP)

Decreto
Portaria n.º 370/2012, DR, 2.ª série, n.º 156, de 13-08-2012

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Cadeia Penitenciária de Lisboa

Nº 051 + 051Z

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: cadeia

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Limites da ZEP junto à área de implementação do projeto

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
9 m

Km
0+000-0+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'50.53"N

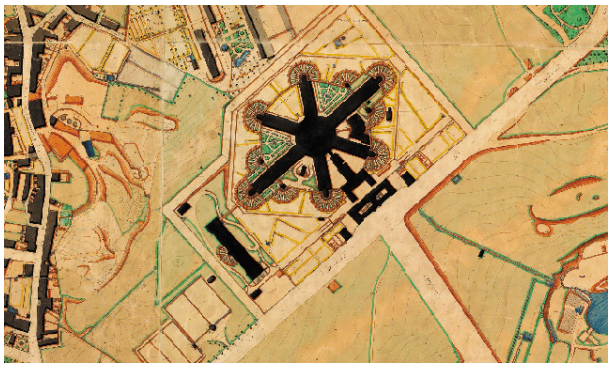
Longitude
9° 9'31.77"W

Freguesia
Campolide

Endereço
Rua Marquês de Fronteira



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do EO

Identificação / Observações

"A construção da Cadeia Penitenciária de Lisboa principiou em 1873, na sequência da Reforma Penal e de Prisões de 1867, que determinava a criação de três cadeias penitenciárias em Portugal. (...) A estrutura, concebida de acordo com as teorias mais visionárias da época para o alojamento e vigilância de populações reclusas, segue o sistema panóptico radial. "
O projeto desenvolve-se na ZEP da Cadeia Penitenciária.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1873)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento de Interesse Público (MIP)

Identificação

Decreto
Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Palácio Fiúza

Nº Interf. 416

Nº 063

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CMPEP 02.12



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Limites do imóvel inventariado na CMPEP (Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'25.90"N

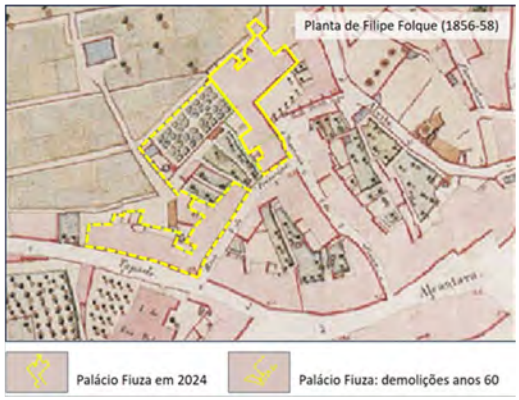
Longitude
9°10'31.84"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Travessa do Fiúza, 37-39



Angulo do Palácio com afetação prevista. Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Palácio Fiuza em meados do séc. XIX na planta de Filipe Folque, 1856 -58 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações

O Palácio Fiúza constitui parte do conjunto edificado correspondente à área habitacional de uma antiga quinta com origem no século XVII. A história da propriedade inicia-se cerca de 1640 quando o seu primeiro proprietário, Paulo de Carvalho, adquire umas propriedades em Alcântara (GALVÃO TELLES, 2014: 33-34). Ao longo da sua história passará por diferentes proprietários, todos eles pessoas de relevo na sociedade lisboeta, personagens ligadas à família real, à corte e ao poder político e administrativo. O seu primeiro proprietário, Paulo de Carvalho foi não menos do que o tio-bisavô do futuro Marques do Pombal, havendo indícios de que este possa mesmo ter aqui nascido. Em 1864 a quinta passa, por herança, para Sebastião de Carvalho e Melo (avô do Marquês de Pombal), e depois para os seus pais que aí residem em 1698, sendo provável que o próprio Marquês de Pombal aí tenha nascido. Várias são as personagens da família real que frequentaram ou mesmo habitaram temporariamente esta quinta que se localizava junto ao Palácio Real de Alcântara. Crê-se que D. Pedro II aí tenha residido no início do século XVIII, quando o Palácio real estava em obras e que aí tenha falecido em dezembro de 1706 (CASTILHO, 1942: 94-95; FARIA 1947-48: 57; GALVÃO TELLES, 2014: 36). Em 1707 já a propriedade pertencia ao desembargador José Fiúza que deu o nome à quinta e que aí residiu com a sua família a partir de 1723 tendo procedido a obras de ampliação do conjunto edificado entre 1725 e 1728 e em cuja ermida se terão casado as suas duas filhas. Após o falecimento em 1733 de José Fiúza Correia a propriedade passa a pertencer à sua mulher que aí reside entre 1734 e 1740 Terá sido provavelmente em 1741 que a propriedade passou, por compra de Filipe Simões Barruncho, para a sua família tendo a Ermida de Nossa Senhora do Pópulo servido como capela onde se casaram e sepultaram o próprio Filipe Farruncho e os seus descendentes. (GALVÃO TELLES, 2014: 126-128).. A propriedade permanece na posse da família Barruncho, tendo os seus membros aí residido pelo menos até 1847 e havendo notícia de se terem realizado obras de conservação na mesma entre 1843-46. (GALVÃO TELLES, 2014: 125-128). A partir da análise da cartografia histórica, em particular da planta de 1856-58, observamos que em meados do século XIX o palácio Fiúza era um enorme conjunto edificado associado a uma quinta. No lado norte (que ainda se conserva quase completamente) pensamos que se situariam as casas nobres e do lado sul, provavelmente, as dependências agrícolas. A meio localizar-se-ia um pátio com jardim para o qual se entraria através de um portal localizado na então designada Rua do Príncipe. Com a construção da Ponte 25 de Abril e os seus acessos, por volta de 1965, a propriedade vê-se, mais uma vez profundamente alterada, sendo agora amputada a parte sul do conjunto edificado. No presente projeto o corpo cuja demolição está prevista constitui pois, parte integrante do monumento antigo. Trata-se de um corpo saliente, outrora voltado para o jardim.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1640-1653)

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543; GALVÃO-TELLES 2014

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
Palácio Fiúza

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Quartel de Infantaria da Guarda Municipal

Nº 071

Nº Interf. 373, 377

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: quartel

Nº Obra

CMPEP 26.92



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
9m

Km
3+000-3+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'21.51"N

Longitude
9°10'15.51"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rampa das Necessidades, 8 a 10 e 14 a 34



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício

Identificação / Observações
Edifício de grandes dimensões, de planta em L, já representado na planta de 1780, situado logo abaixo do Plalácio das Necessidades. Antigo quartel associado ao conjunto militar em que se enquadra o Baluarte do Livramento.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII (1780 ou anterior)

Fontes
PDM, 26.92, Lxim, cartografia histórica, planta de 1780; Planta topográfica do sítio de Nossa Senhora das Necessidades, ano de 1745 (PT/TT/CR/007-008/00211)

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Miradouro e Jardim Olavo Bilac / Jardim e miradouro no Largo das Necessidades incluindo Chafariz

Nº 072

Nº Interf. 376 e

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: Jardim

Nº Obra

CMPEP 26.23



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(●) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.04"N

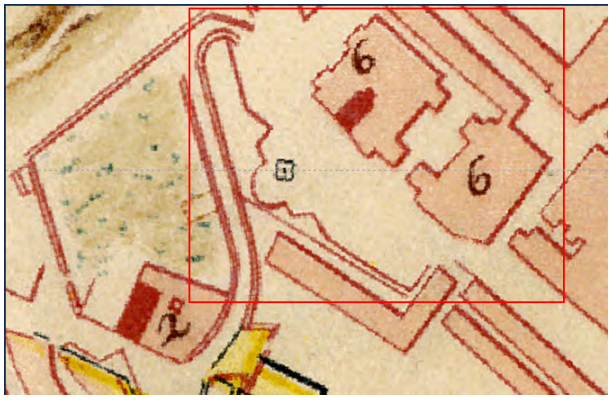
Longitude
9°10'17.61"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Largo das Necessidades



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do miradouro

Identificação / Observações

Miradouro associado ao Palácio das Necessidades com chafariz barroco e jardim de construção recente (meados do século XX).
O lago foi construído em 1747 e reformulado em 1780 "conforme desenho de Reinaldo Manuel dos Santos, que ampliou a taça e colocou a água a jorrar pelas carrancas, quando anteriormente, jorrava para o tanque, através dos golfinhos". Através da análise da cartografia histórica (planta de 1756 (Museu de Lisboa, MC. DES.0982) percebemos que o muro que delimita o miradouro junto à Calçada do Livramento terá sido construído no início da segunda metade do século XVIII, quando a abertura deste arruamento separa a área do baluarte do do Palácio das Necessidades.
Na planta de 1780 os contornos do miradouro e fonte central estão definidos.

"Arquitectura recreativa, barroca e novecentista. Jardim de construção recente, de planta irregular (...). Num dos lados, funciona como miradouro sobre a zona de Alcântara, o rio, a Ponte 25 de Abril e a margem Sul. No centro, possui chafariz barroco, do tipo centralizado, de planta quadrilobada, com tanque de perfil galbado e obelisco central, possuindo quatro pedestais com bicas em forma de carranca. Espaço de lazer que nasceu associado ao Palácio das Necessidades, servindo como miradouro sobre o Rio Tejo, onde foi construído um lago ornamental, barroco, como voto real à Virgem Maria. Possui um tanque quadrilobado, de forma invulgar e obelisco central, encimado por acantos, uma estrela, símbolo mariano, e uma cruz latina, tudo em bronze. (...) No final do séc. 18, deu-se uma reforma no tanque, ampliado e transformadas as bicas, passando a água a sair de bicas em forma de mascarões, inseridos em vieiras, permitindo o abastecimento público na zona, tornando-se, a estrutura, simultaneamente ornamental e funcional. O lago foi envolvido por um jardim, executado no séc. 20." (DGPC-SIPA, IPA.00025587).

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVIII (1743-47)

Fontes
PDM, 26.23; DGPC - SIPA, IPA.00025587; Análise de cartografia histórica de1756 (Museu de Lisboa, MC.DES.0982) e de 1780 (Lxi, cartografia histórica.)

Classificação / Protecção Legal
Património paisagístico inventariado na Carta Municipal
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
Palácio das Necessidades

Decreto
IIP; Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24-01-1983;
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício de habitação plurifamiliar na Rua Prior do Crato, 56-58

Nº 074

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial plurifamiliar

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
51m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

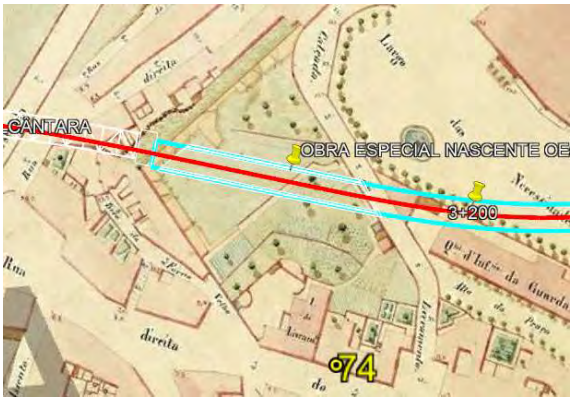
Latitude
0485019

Longitude
4284151

Freguesia

Endereço
Rua Prior do Crato, 56-68


Fotografia atual (Google Earth)



Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica) com localização edifício e sobreposição do projeto.

Identificação / Observações

Edifício residencial plurifamiliar comfachada de azulejo. Apesar de ficar mais de 30 m do eixo da via fica a menos de 25m da área de estaleiro.
"Edifício de três pisos, rematado por cornija, com cantaria em calcário lioz. Piso térreo em silhares e com lojas comerciais. Porta de entrada para os pisos superiores no eixo central e três portas de loja em cada lado, havendo uma quarta porta no lado Oeste que dá acesso a um logradouro. Todas as portas com bandeira em vidro e gradeamento radial em ferro forjado, sendo emolduradas por ombreiras com capitel e pedestal e arco de volta perfeita com pedra chave destacada. Pisos superiores com fachada revestida a azulejos com motivos vegetalistas a branco e verde, estando os pisos 1 e 2 separados por uma cimalha em pedra, alinhada com a base das sacadas.Piso 1 com uma sacada dupla no centro, ladeada por varandins individuais e nas extremidades sacadas individuais, com gradis em ferro forjado e vão de verga em arco abatido com emolduramento de cantaria. Piso 2 com dois varandins individuais no centro, ladeados por sacadas duplas, com gradis em ferro forjado e vão de verga em arco abatido com emolduramento de cantaria, estando as janelas em harmonia com as do piso inferior.Platibanda fechada, com ornamentos vegetalistas entrelaçados e três mascarões a espaços regulares, tendo painéis nas extremidades, sob os quais arrancam duas pilastras que percorrem toda a fachada. As sacadas dos pisos 1 e 2 estão apoiadas sobre cachorros ornamentados." (MONTEIRO 2022)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX

Fontes
PDM, 26.73

Classificação / Protecção Legal
PDM; Abrangido pela ZEP do Palácio das Necessidades

Identificação

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 10/10/2024

Designação
Convento do Livramento (vestígios) / Edifício da Caixa Geral de Depósitos

Nº 075

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Religiosa e Civil: Convento e Banco

Nº Obra

CMPEP 26.30



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
52 m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
0484943

Longitude
- 4284146

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua Prior do Crato, 68-72




"Ilustração 20. Convento de Nossa Senhora do Livramento | Exterior | Agência CGD | Fachada nascente. DPC_20131119_037. ©

Identificação / Observações

Vestígios da antiga igreja e Convento do Livramento que outrora existia dentro do perímetro do Baluarte do Livramento, como se pode observar na planta de 1745). Apesar de ficar mais de 30 m do eixo da via fica a menos de 25m da área de estaleiro.
"O Convento de Nossa Senhora do Livramento teve origem numa ermida fundada em 1610 por Rodrigo Homem de Azevedo, como agradecimento do voto religioso que o libertou da prisão onde se encontrava por ter apoiado D. António, Prior do Crato, na disputa do trono português contra Filipe II de Castela. Junto à ermida, localizada próximo da ponte de Alcântara, mandou edificar a sua residência e outras construções. O templo, que tinha no altar-mor a imagem da Senhora do Livramento, e os edifícios foram doados em 1677 à Ordem da Santíssima Trindade. Os Trinitários tomaram posse efectiva dos bens em 1686 e no ano seguinte a residência foi elevada a convento. A igreja foi local de grande devoção pelos milagres que a população da cidade atribuía à interceção da imagem de Nossa Senhora do Livramento, sobretudo no salvamento de naufrágios. A Família Real também lhe dedicou grande devoção, nomeadamente na cura de doenças, obsequiando-a com doações e festividades. O convento foi extinto em 1834 mas a igreja manteve-se aberta ao culto até cerca de 1896. As dependências conventuais foramdemolidas em finais do século XIX e substituídas por novas construções. O edifício da igreja foi adquirido pela Caixa Geral de Depósitos em 1919 para instalação de uma agência bancária, e a fachada e os interiores foram alterados em 1921, com base num projecto do arquitecto Porfírio Pardal Monteiro." (http: //patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos)
"A Igreja do convento foi adaptada a uma sucursal da Caixa Geral de Depósitos." (SILVA, 1942, p.81)."1606 - construção de uma capela no local, por iniciativa de Rodrigo Homem de Azevedo, por voto feito à Virgem por o ter livrado da acusação da Coroa, por ter sido partidário de D. António, Prior do Crato; 1679 - edificação do convento do local, com a instalação da Ordem Trinitária, por iniciativa da esposa do fundador da capela, D. Maria de Alcáçova; 1755, 01 novembro - o convento fica ligeiramente danificado com o terramoto, tendo sofrido reformas ligeiras; 1739, 27 agosto - visita ao convento do rei D. João V,
da rainha e príncipes; 1749 - a rainha D. Mariana Vitória torna-se juiz perpétua da festa anual da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento; 1834 - com a extinção das Ordens Religiosas, o convento é abandonado, instalando-se, no local uma unidade da Guarda Municipal; séc. 20 - demolição do edifício
para construção da Caixa Geral de Depósitos." (SIPA).

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea (Séc. XVII - XX)

Fontes
PDM, 26.30; SIPA, IPA.00034928; SIPA,IPA.00004734; (SILVA, 1942, p.81); http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos

Classificação / Protecção Legal
PDM; Abrangido pela ZEP do Palácio das Necessidades

Identificação

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 10/10/2024

Designação
Edifício residencial no Largo do Rilvas, 1-1A; Trav. das Necessidades, 19

Nº 080

Nº Interf. 363

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 11282

CMPEP 26.27



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
11m

Km
3+000-3+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.07"N

Longitude
9°10'10.72"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Largo do Rilvas, 1-1A; Trav. das Necessidades, 19



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício

Identificação / Observações
Edifício inventariado na carta municipal do património com o nº 26.27. O projeto de recuperação data do 1981, do arquiteto João Raposo de Almeida, mereceu uma menção honrosa no Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura 1987 (AML Obra 11282). Não existem licenças de construção de obra antigas associadas ao edifício.
Através da análise da planta de 1780 verificamos que o quarteirão onde se localiza o edifício com o EP 80 (quarteirão localizado entre a Trav. Do Tesouro, Rua das Necessidades, Travessa das Necessidades e Largodo Rilvas) já se encontra edificado, em particular o ângulo em que ele se insere. (Lxi, Cartografia histórica de 1780)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII (1780 ou anterior)

Fontes
PDM, 26.27; Cartografia histórica (Lxi) de 1780; AML (Obra 11282), disponível emhttps://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Largo Rivas

Nº 081

Nº Interf. 362, 366

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil

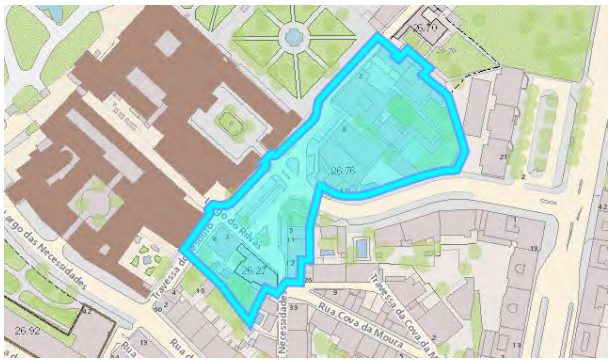
CNS

Nº Obra

CMPEP 26.76



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+000-3+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'24.19"N

Longitude
9°10'10.68"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Largo Rivas



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do Largo

Identificação / Observações

O conjunto arquitetónico inventariado na Carta Municipal do Património inclui os edifícios localizados no Largo do Rilvas, com os números 1 a 3, 8 e 11 a 17 e o edifício localizado na Calçada das Necessidades, nº 2.
Através da análise da planta de 1780 verificamos que o Largo do Rilvas encontra-se já delimitado na malha urbana, embora a parte sudoeste do mesmo se encontrasse edificada. Através da análise da planta de 1807 verificamos que a construção outrora existente a sul já não existe, sendo presumível que tenha sido demolida entre os finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX (entre 1780 e 1807).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII-XIX

Fontes
PDM, 26.76

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Casa nobre

Nº 082

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 16714

CMPEP 26.70



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
4m

Km
2+800-3+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'27.38"N

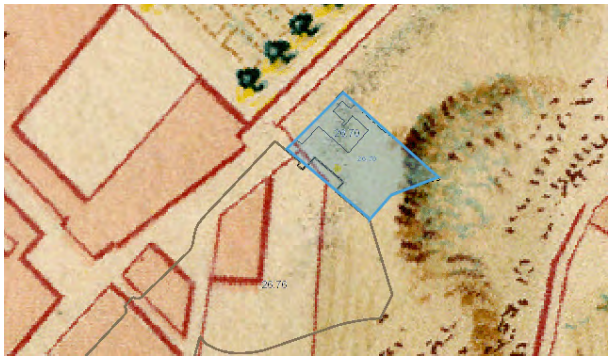
Longitude
9°10'6.76"W

Freguesia

Endereço
Calçada das Necessidades, 6 -6A



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização da área do imóvel (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações

Conjunto edificado inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 26.70, designado como "casa nobre".
Através da análise da cartografia histórica concluímos que o conjunto começou a ser edificado, entre finais do séc. XVIII e a primeira metade do século XIX. (Lxi, cartografia histórica de 1780 e 1856-58). Atualmente encontra-se em obras profundas.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII-XIX

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1780 e 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício habitacional Travesssa do Passolo, 27

Nº 089
Nº Interf. 314
CNS
Nº Obra 22439
CMPEP 17.66

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
○ AID
◉ AII

Dist. Eixo da Via
30m

Km
2+400-2+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'39.88"N

Longitude
9° 9'58.59"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Possolo, 27



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício.

Identificação / Observações
Edifício habitacional com fachada azulejada, construído em 1910. Encontra-se inventariado na Carta Muncipal do património com o nº 17.66.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1910)

Fontes
AML, Obra 22439, processo 316/DAG/PG/1910. Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Conjunto de blocos habitacionais da Avenida infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 e 58-58A

Nº Interf.

Nº 090

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

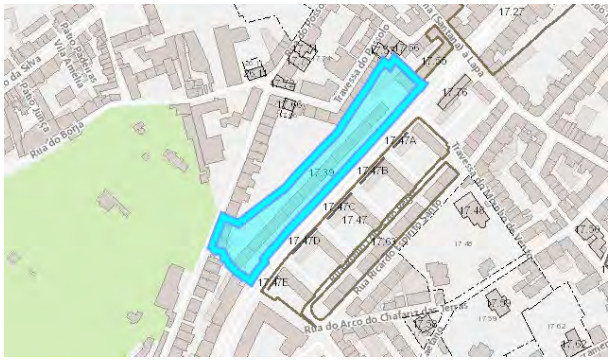
Nº Obra 67039,

CNS

CMPEP 17.39



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
2+400-2+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'37.47"N

Longitude
9° 9'57.22"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Av. Infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 e 58-58A


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica) com a área do conjunto

Identificação / Observações
Conjunto arquitetónico inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 17.39. Blocos habitacionais edificados nos anos 50, após a abertura da Avenida Infante Santo.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1956)

Fontes
AML, Obra 28708, processo 4578/DAG/PG/1956 (PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/20671). Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Conjunto de blocos habitacionais Av. Infante Santo, 64-72H

Nº 091

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

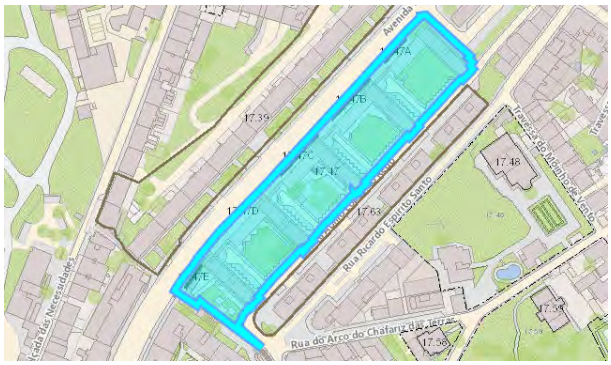
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

Nº Obra 35059,

CMPEP 17.47



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ○ AII

Dist. Eixo da Via
46m

Km
2+400-2+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'35.35"N

Longitude
9° 9'55.76"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Avenida Infante Santo, 64, 66 -66G, 68-68O, 70 -70P e 72-72H



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Fotografia dos prédios em construção, de Armando Maia Serôdio, 1956 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/001116).

Identificação / Observações
Conjunto de blocos habitacionais situado no lado este da Avenida Infante Santo, 64-72H, composto por cinco blocos de habitação, mercado e estabelecimentos comerciais. Trata-se de um imponente conjunto de arquitetura modernista da cidade de Lisboa assinado pelos arquitetos Alberto José Pessoa, João Abel Manta e Hernâni Gandra, cujo anteprojeto foi desenhado em 1949 e cuja construção ocorreu entre 1952 e 1956. Possui painéis azulejares de Maria Keil, Carlos Botelho e Sá Nogueira. Encontra-se inventariado na Carta Municipal do Património como nº 17.47.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1952-55)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1950; Ficha DGPC-SIPA (IPA 00016969). AML, Obras 35059, 26910, 26413, 26439, 26415.

Classificação / Protecção Legal
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Museu Nacional de Arte Antiga / Igreja de São Francisco de Paula / Edifício do extinto Convento das Trinas do Mocambo / Chafariz da Esperança

Decreto
ZEP: Portaria n.º 512/98, DR, I Série-B, n.º 183, de 10-08-1998; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar

Nº 103

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 41766, 12250

CMPEP 35.14



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
22m

Km
2+000-2+200

Profundidade
+ de 25m

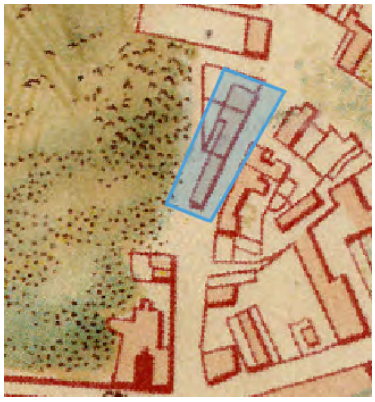
Latitude
38°42'49.64"N

Longitude
9° 9'53.44"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua do Patrocínio, 41-43 e 45-49


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização da área do imóvel

Identificação / Observações
Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 35.14. Esta área encontrava-se já edificada no século XVIII podendo os edifícios remontar a essa época (Lxi, catografia histórica, planta de 1780). Os elementos existentes no AML associados a estas obras (41766, 12250) dizem apenas respeito a ações posteriores à sua construção.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII (1780 ou anterior)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1780.

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
ZGP: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 -06-1910; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Edifício de habitação plurifamiliar

Nº 111

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

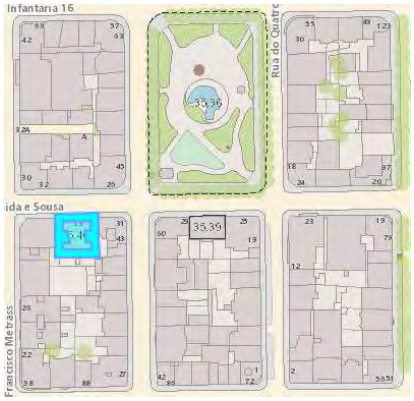
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 5862

CMPEP 35.46



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
38m

Km
1+600-1+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'2.41"N

Longitude
9° 9'54.77"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Almeida e Sousa, 33


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício.

Identificação / Observações
Edifício de habitação plurifamiliar inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 35.46.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1948)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1911 e 1950; Consulta online de informação associada à obra 5682 (AML) (https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/)

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Muncipal do Património com o nº 35.46

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva

Data 02/10/2024

Designação
Edifício da Agência Barata

Nº 112

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

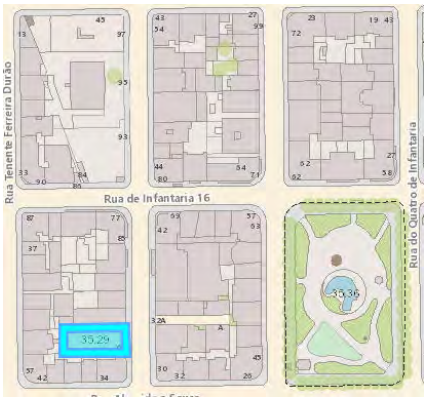
Sub-categoria
Arquitectura Civil

Nº Obra 40951

CMPEP 35.29



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
98m

Km
1+600-1+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'3.66"N

Longitude
9°10'0.25"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Francisco Metrass, 69-73



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Publicidade da Agência Barata de 1938 (Fonte: Blog "Restos de Coleção")

Identificação / Observações
Edifício inventariado na Carta Muncipal do Património com o nº 35.29. Edificio de antiga Agência Funerária Barta, construído nos anos 30.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1930)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1911 e 1950; AHML, consulta online de informação associada à obra 40951 (PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/38521).

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo

Nº 113

Nº Interf.

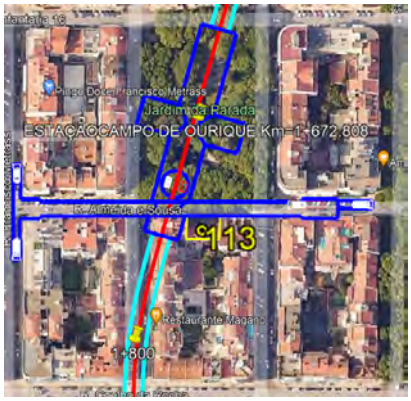
CNS

Categoria
Património Arquitetónico

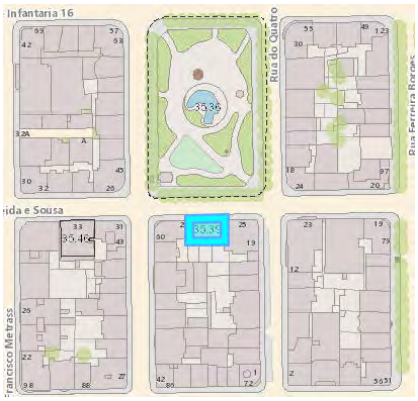
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 20640

CMPEP 35.39



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
13m

Km
1+600-1+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'2.41"N

Longitude
9° 9'54.77"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Almeida e Sousa, 27


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício.

Identificação / Observações
Edifício inventariado na Carta Muncipal do Património com o nº 35.39.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1904)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1911; AML, consulta online de informação associada à Obra 20640, 1732/1ªREP/PG (PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/30716).

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Jardim Teófilo Braga / Jardim da Parada / Monumento à Maria da Fonte

Nº 114

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: Jardim

Nº Obra

CMPEP 35.36



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+600-1+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'5.52"N

Longitude
9° 9'55.65"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Tomás da Anunciação; Rua Almeida e Sousa; Rua do Quatro de Infantaria; Rua de Infantaria, 16



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica).

Identificação / Observações
Jardim romantico construído entre finais do século XIX/inícios do século XX. O plano para o jardim surgiu nos anos 80 do século XIX (DINIZ 2014: 54) ocupando um quarteirão no bairro então em construção. A sua construção terá sido concluida na década de 90 (DINIZ 2014: 67). Em 1898 foi aí colocado um "urinol de tipo francês" (DINIZ 2014: 67). Em 1920 é colocada no jardim a estátua da Maria da Fonte da autoria de Costa Mota (tio).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX-XX

Fontes
DINIZ 2014; SIPA, IPA.00026718. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26718

Classificação / Protecção Legal
Património paisagístico inventariado na Carta Municipal

Identificação

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Reservatório do Arco das Amoreiras

Nº 118

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

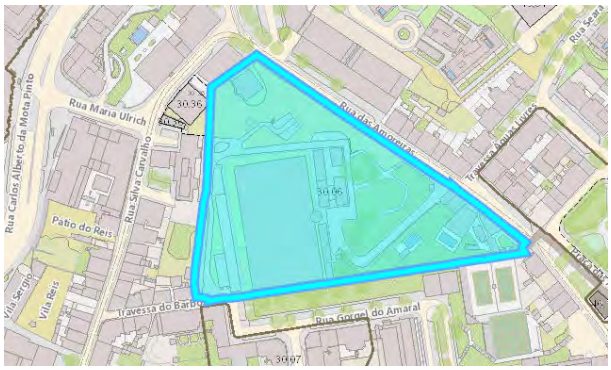
Sub-categoria
Infraestrutura de serviços

Nº Obra

CMPEP 30.06



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
0+800-1+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'20.53"N

Longitude
9° 9'32.07"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua das Amoreiras



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1878 onde este espaço já se encontra representado (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações

Espaço inventariado na carta Municipal do Património como "Reservatório das Amoreiras" com o nº 30.06, localizado no Jardim do Recinto do Arco.
Faz parte do Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras) estando ligado e situado a escassos metros do Reservatório da Mãe d' Água das Amoreiras. A partir da anáise da cartografia histórica percebe-se que sua construção se situa entre 1856-58 e 1878 (Lxi, cartografia histórica), altura em que já se encontra representado como se encontra na atualidade.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX - XX (1855-58-1878)

Fontes
Ficha SIPA, Mãe de Água das Amoreiras (IPA.00025486). Lxi, cartografia histórica de 1856-58 e 1876

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados
ZEP: ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica

Decreto
Portaria n.º 1099/95, DR 1.ª Série B, n.º 207, de 7-9-1995

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Palacete Ulrich / Casa Veva de Lima

Nº 119

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: palacete

Nº Obra 3049

CMPEP 30.36



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
○ AID
◉ AII

Dist. Eixo da Via
18m

Km
0+800-1+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'22.96"N

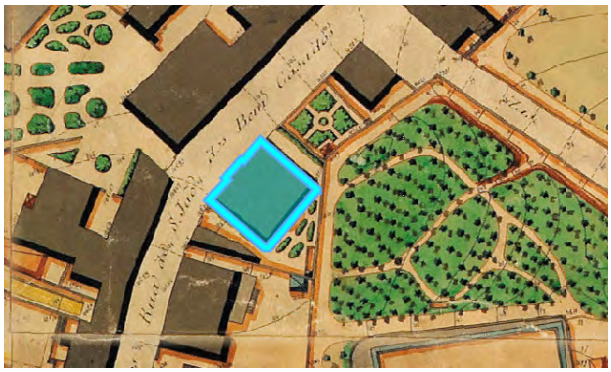
Longitude
9° 9'35.99"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho, 236 -242



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício.

Identificação / Observações

Palácio de arquitectura romântica revivalista mandado edificar em 1894 por Joaquim Augusto Ponces de Carvalho, 1º e único conde de Vilar Seco.
Em 1920 o palácio foi arrendado a Rui Ulrich para sua residência e de sua esposa D. Genoveva de Lima Mayer (escritora Veva de Lima) que procederam a importantes obras de embelezamento do seu interior. Em 1980 após ser adquirido pela Câmara constitui-se a Associação Casa Veva de Lima e em 1993 instala-se no local o Grupo de Trabalho Permanente do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa. (SIPA, IPA 00011847)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1894)

Fontes
SIPA, Palácio Ulrich, IPA.00011847. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11847

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06 -1910

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Palácio dos Condes de Anadia

Nº 120

Nº Interf. 053

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: palacete

Nº Obra 3060

CMPEP 30.05



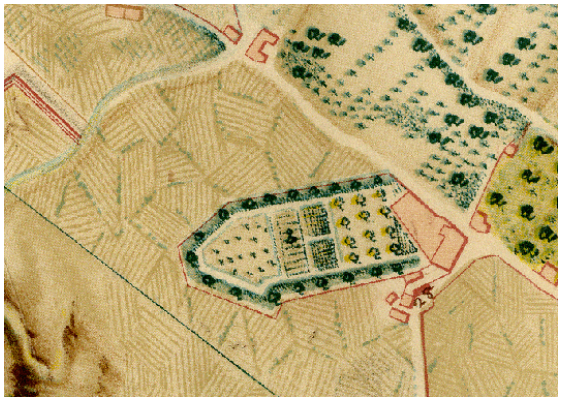
Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização a quinta do Palácio da Anadia.

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
11m

Km
0+800-1+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'23.99"N

Longitude
9° 9'36.86"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho, 345 -347; Rua das Amoreiras, 105 -107

Identificação / Observações

O Palácio Anadia é um imóvel que se encontra em vias de classificação para IM - Interesse Municipal e que se encontra inventariado na Carta Muncipal do Património com o nº 30.05. Trata-se de uma casa nobre, de arquitetura barroca, com capela inserida numa propriedade cuja origem remonta ao século XVII, então denominada Quinta de São João e pertencente a José Rebelo Palhares. Por ele passaram inúmeros personagens ilustres da nobreza e dipomacia portuguesa. Entre 1789 - 1793 nele residem os condes da Anadia. Ao longo da sua longa história o edificado sofreu sucessivas transformações.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII

Fontes
Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação; Carta Municipal do Património, 30.05; Ficha SIPA (IPA.00011823)

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Em vias de classificação
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
Em vias de classificação para interesse municipal: Edital n.º 11/2013 de 8-03-2013 da CM de Lisboa, publicado no Boletim Municipal n.º 995 (1.º Suplemento) de 14 -03-2013; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Reservatório do Pombal

Nº 122

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços

Nº Obra

CMPEP 10.16



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
11m

Km
0+200-0+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'43.97"N

Longitude
9° 9'37.47"W

Freguesia
Campolide

Endereço
Rua Marquês de Fronteira



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica) com localização da área do reservatório.

Identificação / Observações

"O Reservatório do Pombal encontra-se localizado numa das zonas mais altas da capital, junto a Campolide, e recebia água do Aqueduto das Águas Livres. A partir deste reservatório era possível abastecer a antiga cisterna do Convento da Nossa Senhora da Penha através de um sifão que percorria a atual Rua Marquês da Fronteira, o Largo de São Sebastião da Pedreira, a Praça José Fontana, o antigo Largo de Arroios, até chegar ao alto da Penha de França."

"O Reservatório do Pombal foi um dos 5 previstos no projeto da primeira rede de distribuição de água potável sob pressão da cidade de Lisboa, de autoria do engenheiro francês Louis-Charles Mary em 1856."(ttps://www.facebook.com/hashtag/reservatoriodopombal)

De acordo com informação disponibilizada na Ficha do SIPA, este reservatório foi mandado edificar em 1858, após a constituição da 1ª Companhia das Águas de Lisboa por ingleses que, para proceder à elevação das águas na zona E, edificaram os reservatórios do Arco, de Pombal, da Verónica, da Penha de França e, o ramal do aqueduto da Mata (Ficha SIPA, IPA.00006811). No entanto, analisando a cartografia histórica de Lisboa ele apenas se encontra representado tal como se encontra na atualidade na planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX - XX (1858-1911)

Fontes
Ficha SIPA, IPA.00006811.

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados
ZEP: Cadeia Penitenciária de Lisboa

Decreto
MN: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 -06-1910; ZEP: Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior) / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º

Designação
Conjunto arquitectónico Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de

Nº Interf.

Nº 123

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

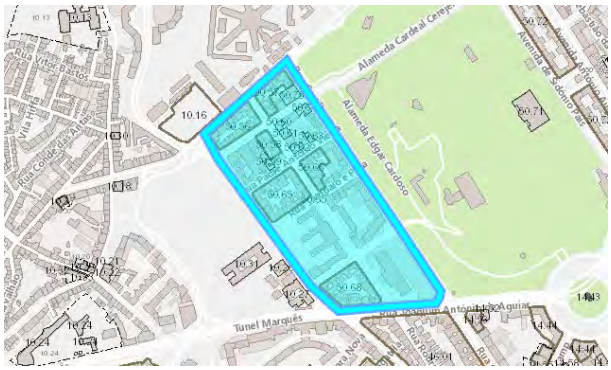
Nº Obra

CNS

CMPEP 50.55



Localização do conjunto patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência

○ AID
◉ AII

Dist. Eixo da Via
5m

Km
0+000-0+200

Profundidade
- de 25m

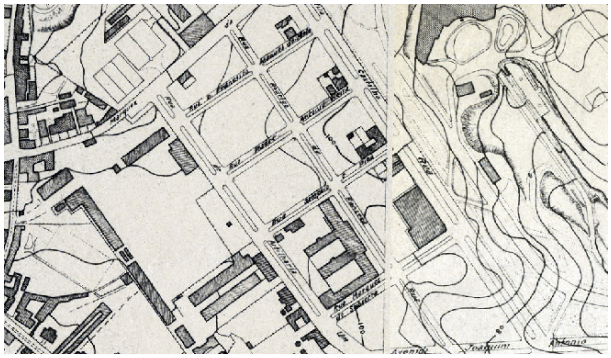
Latitude
38°43'38.20"N

Longitude
9° 9'25.38"W

Freguesia
Avenidas Novas



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1940 (Lxi, cartografia histórica)

Endereço
Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de Aguiar

Identificação / Observações

Conjunto de edifícios plurifamiliares distribuídos por dois quarteirões, tendo em média seis pisos de altura. Foram edificados durante o estado novo e constituem um conjunto harmosioso inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 50.55. O limite oeste do conjunto fica a cerca de 5 metros do eixo da via. Através da análise da cartografia histórica percebe-se que o planeamento deste espaço surgiu na 2ªmetade do séc. XIX (planta de 1871) mas que no início do século XX (Planta de 1911) ainda não existiam construções nem arruamentos. Os arruamentos e as primeiras edificações surgem já na planta de 1940 e os quarteirões encontra-se já quase completamente edificados em 1950 (planta de1950).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (anos 40-50)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1871, 1911,1940 e 1950

Classificação / Protecção Legal
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Cadeia Penitenciária de Lisboa;
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
ZEP: Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior) / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012; ZGP-MN: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º

Designação
Edifício na Rua Prior do Crato, n.º 136 a 142

Nº 136

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

Nº Obra 8040

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
25m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.27"N

Longitude
9°10'23.49"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua Prior do Crato, n.º 136 a 142




Localização do edifício em planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Edifício residencial plurifamiliar de 5 pisos construído entre os finais do séc. XVIII / inícios do séc. XIX.

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea (Séc. XVIII - XIX)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1780 e 1807.

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Rua da Costa, 8-20

Nº 137

Nº Interf. 388

CNS

Categoria

Sub-categoria

Nº Obra 16060

CMPEP





Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.83"N

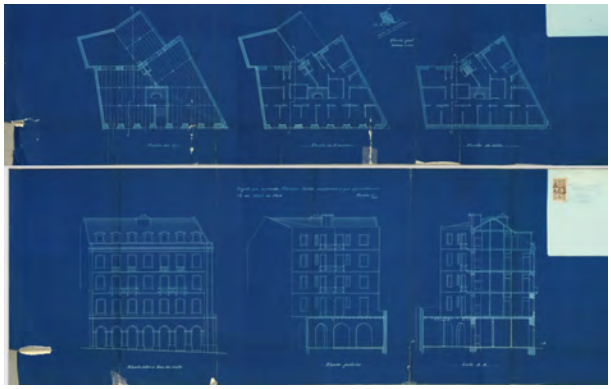
Longitude
9°10'22.91"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua da Costa, n.º 8 a 20



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Desenhos anexos ao pedido de licença de construção de 1904 (AHML, Obra 16060)

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço de construção deste edifício (Lxi, cartografia histórica 1807). Este edifício foi construído em 1904 (AHML, Licença de obra 16060).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1904)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807. AHML, Licença de obra 16060

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva

Data 30/09/2024

Designação
Pátio dos Quintalinhos

Nº 138

Nº Interf. 380

CNS 16218

Categoria

Sub-categoria

Nº Obra 2647

CMPEP 26.24



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul (pinta): localização em planta (CML Lxi)



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato dos desenhos anexos ao pedido de licença de 1918 (AHML, Obra 2647)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0 m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'22.80"N

Longitude
9°10'19.97"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Pátio dos Quintalinhos à Calçada do Livramento, 2-12

Identificação / Observações
Após 1834 todo o terreno do Forte do Livramento foi alienado e o terrapleno inferior foi utilizado para construções abarracadas.
Na planta de 1911 já se encontra representada uma construção alongada com, sensivelmnete a mesma área do conjunto atual.
Bairro edificado no terrapleno inferior do baluarte em 1918 para habitação operária.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1918)

Fontes
AHML, obra 2647

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Núcleo de Alcântara: Acrescento de Edifício no Acesso à Ponte 25 de Abril, 2

Nº A (I 408)
Nº Interf. 408
CNS
CMPEP

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
23m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

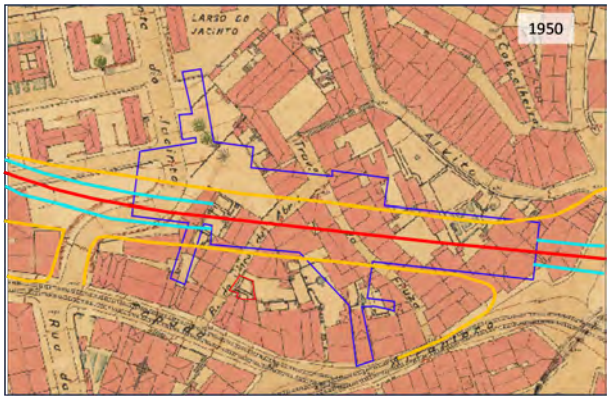
Latitude
38°42'23.99"N

Longitude
9°10'32.17"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril, 2


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica) com delimitação da área a demolir.

Identificação / Observações
Insere-se num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 corresponde já a uma área de logradouro. Permanceu como tal pelo menos até meados do séc. XX, aparecendo edificado apenas na planta dos anos 70.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1950-1970)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1950 e 1970.

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 10/09/2024

Designação
Núcleo de Alcântara: Edifício Acesso à Ponte 25 de Abril, 7-11

Nº A (I 409)

Nº Interf. 409

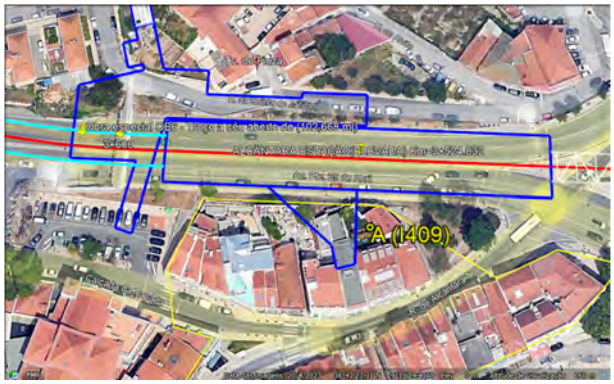
CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
21m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'23.90"N

Longitude
9°10'30.09"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril, 7-11



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Zona A na planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Insere-se num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 o edifício já está representado com a configuração atual.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1856-58 ou anterior)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Núcleo de Alcântara: Logradouro - Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n

Nº A (I 410)

Nº Interf. 410

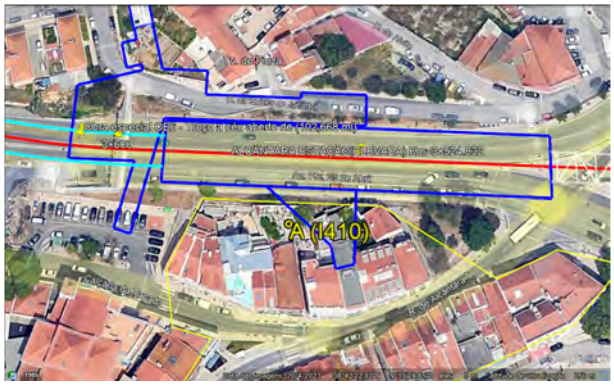
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

CNS

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
22m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'23.98"N

Longitude
9°10'31.10"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Localização da interferência 410 na planta de 1856-58

Identificação / Observações
Logradouro inserido num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 corresponde já a um espaço de logradouro.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1856-58 ou anterior)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Núcleo de Alcântara: Logradouro no Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n

Nº A (I 411)

Nº Interf. 411

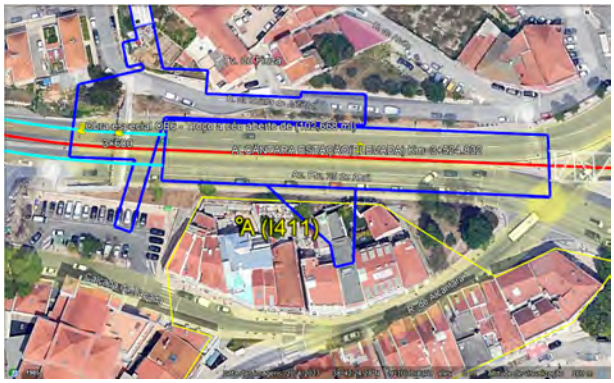
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

CNS

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
21m

Km
3+400-3+600

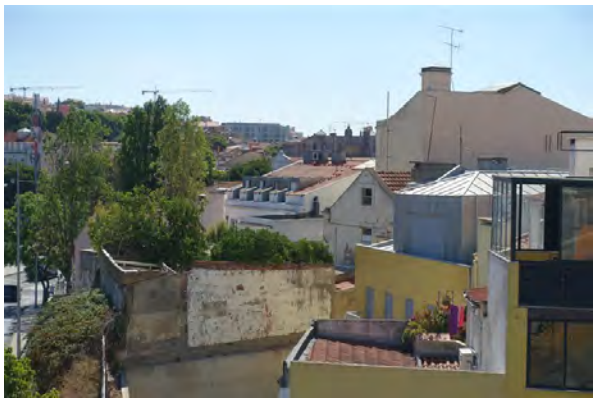
Profundidade
0m

Latitude
38°42'24.02"N

Longitude
9°10'31.72"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



A (I 411) na planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Logradouro inserido num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 corresponde já a uma área de logradouro no interior do quarteirão.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1856-58 ou anterior)

Fontes

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

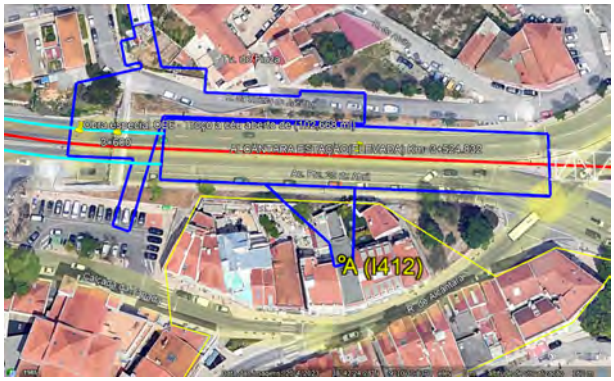
Designação
Núcleo de Alcântara: Edifício na Rua de Alcântara, 18

Nº A (I 412)
Nº Interf. 412
CNS
CMPEP

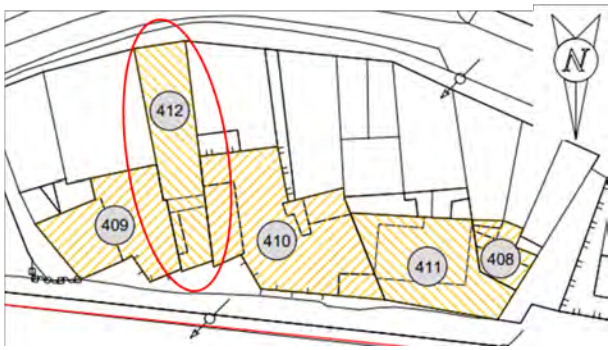
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
32m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'23.59"N

Longitude
9°10'30.45"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua de Alcântara, 18


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Localização da interferência 412 na planta de 1856-58

Identificação / Observações
Edifício inserido num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 corresponde já a uma área edificada com a configuração atual.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1856-58 ou anterior)

Fontes

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Rua da Costa, 22-26

Nº B (I 389)

Nº Interf. 389

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

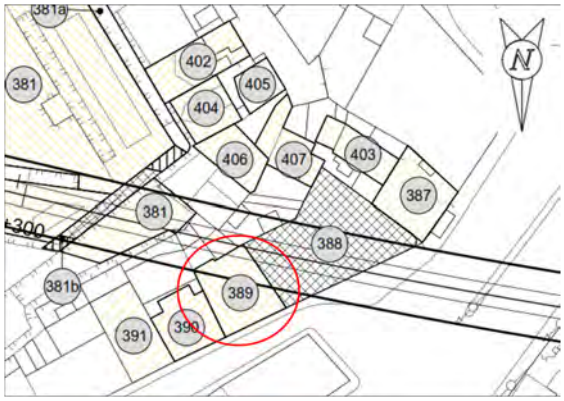
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 1601

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
12m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'24.19"N

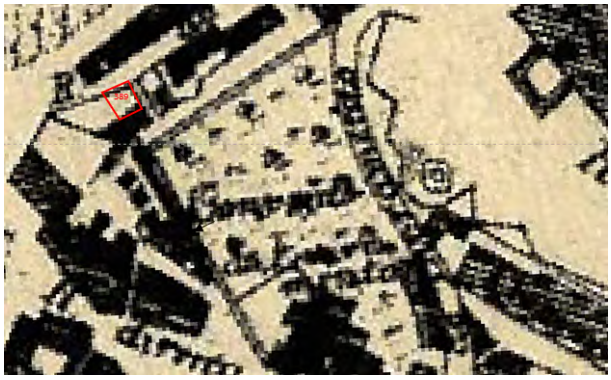
Longitude
9°10'22.23"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua da Costa, 22 -26



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações

Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço de construção deste edifício (Lxi, cartografia histórica 1807).
Em 1856-58 a área estava edificada mas o lote parecia estar ligado edifício oeste (I388)
De acordo com a consulta do proecesso de obra o edifício foi reconstruído em 1904.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (início) / Séc. XX (1904) (reconstrução)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58; AHML, Licença de obra 1601

Classificação / Protecção Legal
Abrangido pela ZEP do conjunto do Palácio das Necessidades
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Rua da Costa, 28

Nº B (I 390)

Nº Interf. 390

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 16062

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
15m

Km
3+200-3+400

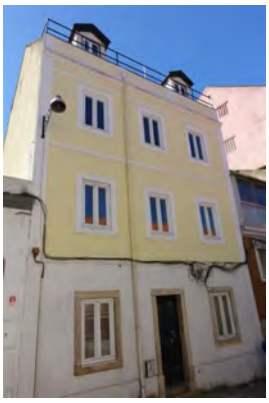
Profundidade
- de 25m

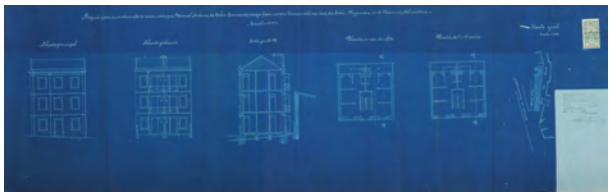
Latitude
38°42'24.26"N

Longitude
9°10'21.93"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua da Costa, 28


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Desenhos anexos ao pedido de licença de construção de 1901 (AHML, Obra 16062)

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço de construção deste edifício (Lxi, cartografia histórica 1807).
Em 1856-58 o edifício encontra-se já edificado com a área atual (Lxi, cartografia histórica 1856-58).
De acordo com a Licença de Obra 3333/DAG/PG/1901 o edifício foi reconstruído em 1901.
.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (meados) / Séc. XX (1901) (reconstrução)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58. AHML, Licença de obra 1602

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Rua da Costa, 30-32

Nº B (I 391)

Nº Interf. 391

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

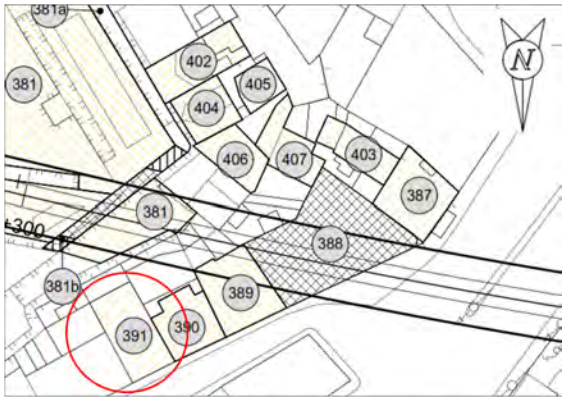
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 16063

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
12m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'24.33"N

Longitude
9°10'21.63"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua da Costa, 30 -32


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações

Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço de construção deste edifício (Lxi, cartografia histórica 1807).
Em 1856-58 o edifício encontra-se já edificado com a área atual (Lxi, cartografia histórica 1856-58).
O edifício sofreu várias obras de alteração desde o início do século XX, sendo possível que a configuração da sua fachada resulta de obras efetuadas em 1910 (AHML Obra 16063)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (meados) / Séc. XX (1910) (alteração)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58. AHML, Licença de obra 1603.

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 20-22

Nº B (I 402)

Nº Interf. 402

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 11427

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
12m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.21"N

Longitude
9°10'21.86"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Travessa do Livramento, 20 -22



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Este edifício parece já estar parcialmente edificado (Lxi, cartografia histórica, 1807).
Não se encontraram pedidos de construção no AHML (Obra 1601), apenas documentação após 1941.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58. AHML, Licença de obra 1601

Classificação / Protecção Legal
Abrangido pela ZEP do conjunto do Palácio das Necessidades
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 24-26

Nº B (I 404)

Nº Interf. 404

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 7142

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
12m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.35"N

Longitude
9°10'22.07"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Livramento, 24 -26



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Este edifício parece já estar parcialmente edificado (Lxi, cartografia histórica, 1807).
Na planta de 1856-58 este espaço encontra-se construído (Lxi, cartografia histórica, 1856-58).
No AHML não aparece documentação respeitante ao processo (obra 7142) com pedido de construção. A documentação mais antiga data de 1933 e diz respeito a reparação

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58. AHML, Licença de obra 7142

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 28

Nº B (I 405)
Nº Interf. 405
CNS
Nº Obra 8417
CMPEP

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


Localização em planta (Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
14m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.21"N

Longitude
9°10'22.38"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Livramento, 28


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações
Na planta de 1856-58 este espaço encontra-se parcialmente construído com uma construção mais estreira que a atual (Lxi, cartografia histórica, 1856-58).
Na planta de 1950 a construção aparece já com a área atual (Lxi, cartografia histórica, 1950).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX-XX

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1856-58 e 1950

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 30

Nº B (I 406)

Nº Interf. 406

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 7143

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
3,2m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.53"N

Longitude
9°10'22.25"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Livramento, 30



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Este edifício parece já estar parcialmente edificado (Lxi, cartografia histórica, 1807).
Na planta de 1856-58 o espaço encontra-se já edificado.
No AHML não se encontram pedidos de construção associado ao processo (obra 7143).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58- AHML, obra 7143

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Logradouro na Rua do Costa

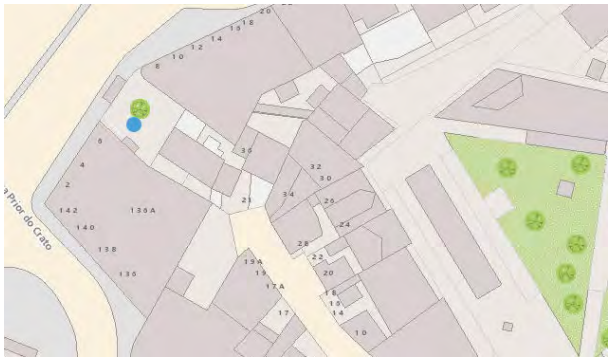
Nº B (I.387)
Nº Interf. 387
CNS
Nº Obra
CMPEP

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


A azul (pinta): localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
3m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.73"N

Longitude
9°10'23.25"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua do Costa, s/n


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço (Lxi, cartografia histórica 1807).
Em 1856-58 o espaço estava já delimtado, aparentemente como logradouro de edifício a oeste (Rua Prior do Crato, 136-142, Obra 8040) (Lxi, cartografia histórica 1856-58).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX-XX

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 21

Nº B (I.403)

Nº Interf. 403 e

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 7134

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(●) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
11m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.53"N

Longitude
9°10'22.98"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Livramento, 21


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Em 1856-58 o edifício encontra-se já edificado, sensivelmente com a área atual (Lxi, cartografia histórica 1856-58).
No AHML não se encontram pedidos de construção associado ao processo (obra 7134).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Abrangido pela ZEP do conjunto do Palácio das Necessidades
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto C: Núcleo das Necessidades e Cova da Moura

Nº C

Nº Interf. 362,

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

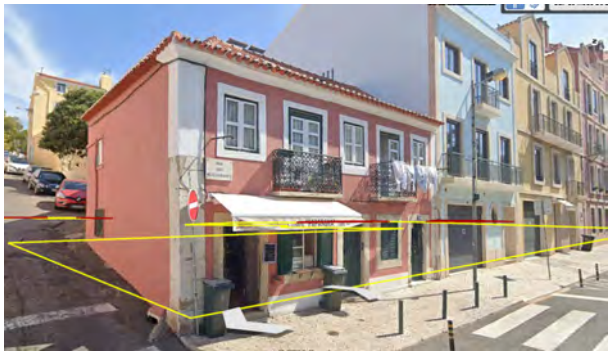
CNS

Nº Obra

CMPEP



Localização do conjunto patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Google Street

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
1m

Km
3+000-3+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'21.40"N

Longitude
9°10'9.97"W

Freguesia
Estrela



Google StreetExtrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização das interferências do conjunto C



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com localização das interferências do conjunto C

Endereço
Rua das Necessidades; Travessa das Necessidades; Travessa do Tesouro; Travessa do Castro; Rua da Cova da Moura;

Identificação / Observações

O espaço delimitado como C não tem elementos classificadas nem inventariados na Carta do Património. No entanto, trata-se de um conjunto antigo, abrangido pela ZEP do Palácio das Necessidades e que engloba as seguintes interferências, algumas de construção do séc. XVIII ou anteriores:
- 364, Largo do Rilvas, 3 (área já edificada em 1780)
- 369, Travessa do Tesouro, 2 (área já edificada em 1780)
- 370, Travessa do Tesouro, 12-16 (área já edificada em 1780)
- 371 Rua das Necessidades 48 (área já edificada em 1780)
- 372, Travessa do Tesouro, Rua das Necessidades 56-60 (área já edificada em 1780)

Através da análise da planta de 1807 verificamos que prossegue a urbanização do conjunto C com a construção das edificações correspondente às interferências:
- 366, Largo do Rilvas, 11 (área ainda não edificada em 1780)
- 367, Largo do Rilvas, 12 (área ainda não edificada em 1780)

O espaço correspondente à inteferência 362 apenas aparace cartografado como construção na planta de 1970.

Por não haver afetação direta (demolições) optou-se por tratar este elemento como um conjunto.

Cronologia

Fontes

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Núcleo do Bairro de Campo de Ourique

Nº G

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+400-1+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'8.70"N

Longitude
9° 9'55.93"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Coelho da Rocha; Rua Ferreira Borges; Rua Pereira e Sousa; Rua Francisco Metrass


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica).

Identificação / Observações
Bairro cujo projeto tem sido atribuído a Frederico Ressano Garcia e, mais recentemente, a Augusto César dos Santos (DINIZ 2014), cujo projeto foi aprovado em 1878 (DINIZ 2014), definindo uma nova área da expansão da cidade sujeita a um planeamento rigoroso, bem patente no racionalismo do seu traçado ortogonal. A sua construção começa em 1879, embora de forma lenta numa fase incial (DINIZ 2014:58). Em 1900 estariam apenas abertas 4 ruas: Rua Ferreira Borges, Rua 4 de Infantaria, Rua Tomás da Anunciação e a Rua da Piedade concluídas em 1992 (DINIZ 2014: 75). A construção do bairro iria continuar ao longo da 1ª metade do século XX, estendendo-se por cerca de 80 anos (DINIZ 20214: 124), como é observável na comparação da planta de 1911 com a planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX - XX

Fontes
Análise de cartografia histórica (Lxi); DINIZ 2014; Ficha SIPA (IPA 00030075)

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
ZGP: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 -06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Conjunto arquitectónico / Rua D. João V, 2 a 22 e 7 a 17, Rua Custódio Vieira, 3 a 5 e 2 a 8 e Rua Gorgel do Amaral, **Nº Interf.**

Nº L

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

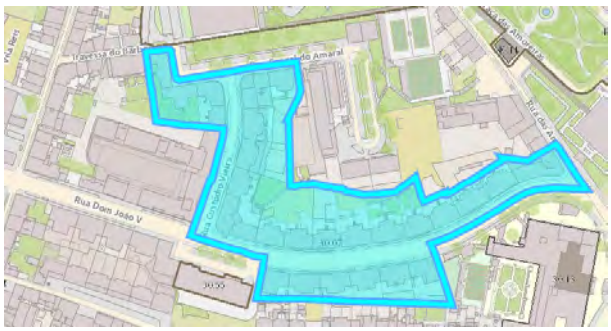
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial plurifamiliar

Nº Obra

CMPEP 30.07



Localização do conjunto patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) da área onde se localiza o conjunto

Área de Incidência

- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'17.26"N

Longitude
9° 9'34.18"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua D. João V, 2 a 22 e 7 a 17, Rua Custódio Vieira, 3 a 5 e 2 a 8 e Rua Gorgel do Amaral, 3 a 7

Identificação / Observações
Conjunto arquitetónico inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 30.07. A linha sobrepõe-se à extremidade oeste do conjunto.
Este conjunto urbano foi edificado na 1ª metade do século XX (ainda não se encontra representado na planta de 1911 e já aparece na planta de 1970 (Lxi, cartografia histórica).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1911 e 1970.

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Edifício designado «Bloco das Águas Livres»
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados
ZEP: ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual; ZEP: Portaria n.º 370/2012, DR, 2.ª série, n.º 156, de 13-08-2012; ZEP Conjunta: Portaria n.º 1099/95, DR 1.ª Série B, n.º 207, de 7-9-1995; ZGP: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série B, n.º 42, de 19-02

Designação
Conjunto M: intereferência 418 (Garagem ?)

Nº M (I 418)

Nº Interf. 418

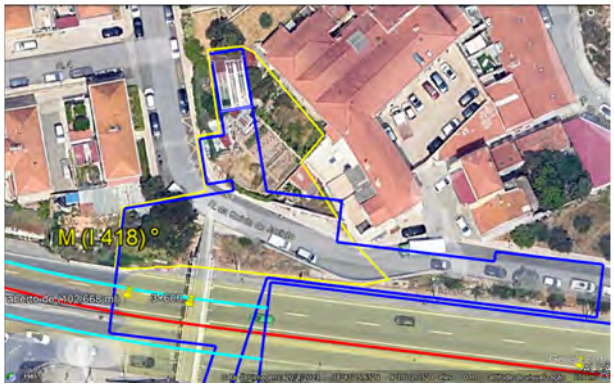
CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
16m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'25.40"N

Longitude
9°10'33.55"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua Quinta do Jacinto, s/n


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Planta de 1970 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Área junto ao Palácio Fiuza outrora inserida no Pátio/ jardim do Palácio entre as duas alas edificadas

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII / Época contemporânea

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto M: intereferência 419

Nº M (I 419)

Nº Interf. 419

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

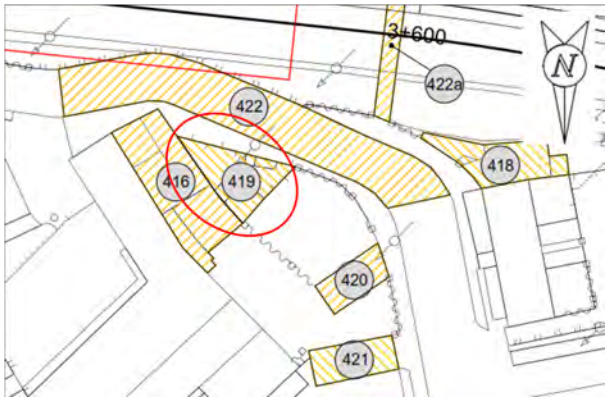
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
28m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'25.67"N

Longitude
9°10'32.38"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua Quinta do Jacinto, s/n



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Espaço delimitado após o corte do palácio nos anos 60 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Área junto ao Palácio Fiuza outrora inserida no Pátio/ jardim do Palácio entre as duas alas edificadas

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII / Época contemporânea

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto M: intereferência 420

Nº Interf. 420

Nº M (I 420)

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CNS

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
40m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'26.12"N

Longitude
9°10'32.93"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua Quinta do Jacinto, s/n


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Localização da I. 420 em planta dos anos 70 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Área junto ao Palácio Fiuza outrora inserida no Pátio/ jardim do Palácio entre as duas alas edificadas

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII / Época contemporânea

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto M: intereferência 421

Nº M (I 421)

Nº Interf. 421

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
50m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'26.44"N

Longitude
9°10'33.01"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua Quinta do Jacinto, s/n


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Planta de 1970,com projeto atual (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Área junto ao Palácio Fiuza outrora inserida no Pátio/ jardim do Palácio entre as duas alas edificadas

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII / Época contemporânea

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: muralha noroeste

Nº Interf. 381b

Nº 001a

CNS 16218

CMPEP 26.24

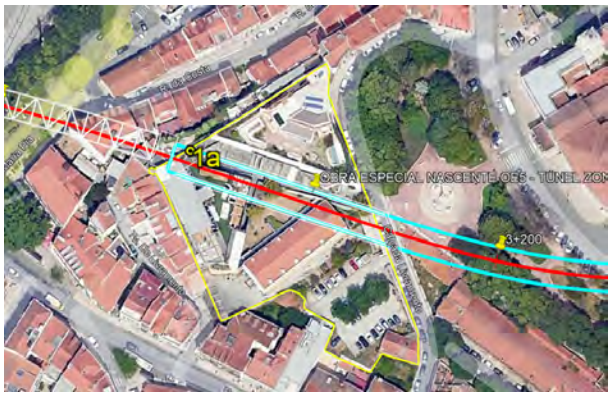
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

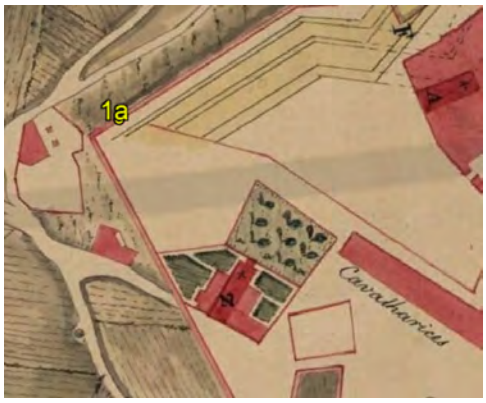
Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Área do baluarte do Livramento em planta de 1844 [Doc. 22]


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.95"N

Longitude
9°10'21.39"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.

Identificação / Observações
Muro noroeste do Baluarte do Livramento

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: guarita

Nº 001b

Nº Interf. 381b

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

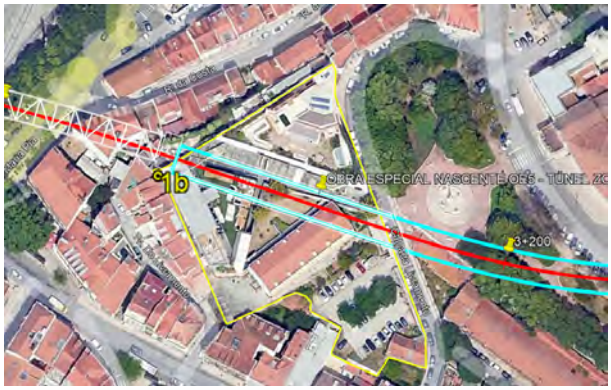
CNS

Nº Obra

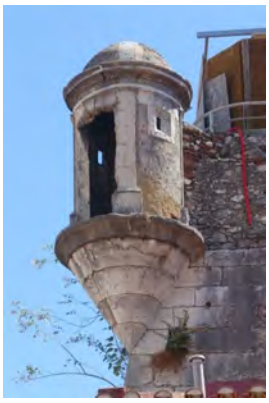
CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.45"N

Longitude
9°10'21.92"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.

Identificação / Observações
Guarita do Baluarte do Livramento

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: muralha sudoeste

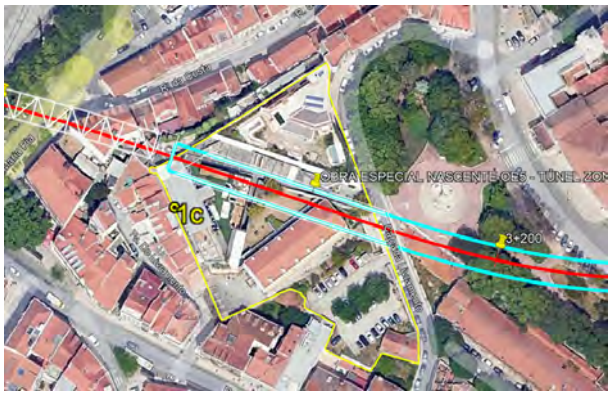
Nº 001c
Nº Interf. 381a
CNS
Nº Obra
CMPEP

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
AI (ver)

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.45"N

Longitude
9°10'21.92"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.


Extremo noroeste (Fotografia de Nuno Pires, Julho de 2024)


Extremo sudeste (Fotografia de Nuno Pires, Julho de 2024)

Identificação / Observações
Muralha sudoeste do Baluarte do Livramento

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: muro nordeste

Nº 001d

Nº Interf. 381a

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

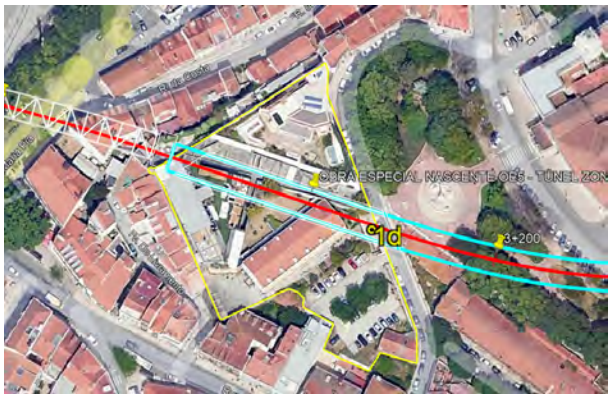
Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.13"N

Longitude
9°10'18.75"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Excerto da planta de 1757 onde pela primeira vez encontramos a Calçado do Livramento representada (MC.DES.0982).

Identificação / Observações
Muro que separa a área do antigo baluarte da Calçada do Livramentos. Foi provavelmente edificado em meados do século XVIII, aquando da abertura da Calçada do Livramento, separando a área do baluarte da área do Palácio das Necessidades. A calçada do Livramento não está representada na planta de 1745 (PT/TT/CR/007 -008/00211 [Doc. 22]) mas já está desenhada na planta de 1757 (MC.DES.0982).

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVIII (início da 2ª metade)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: plataforma adossada ao muro NW

Nº Interf. 381

Nº 001e

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

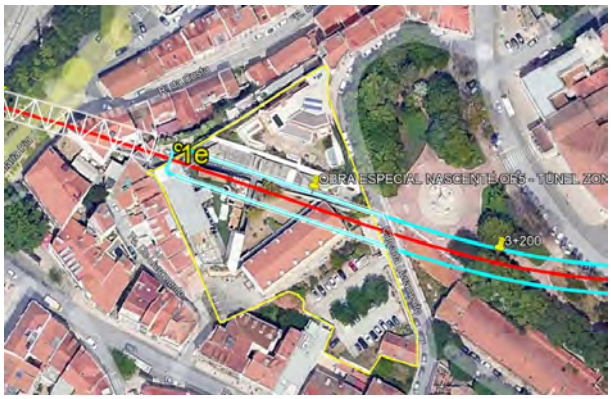
Nº Obra

CNS 16218

CMPEP 26.24



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(●) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.86"N

Longitude
9°10'21.67"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.


Plataforma adossada a NW (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024)


Delimitação de construção neste espaço em planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações

Relativamente à plataforma adossada à muralha noroeste, denominada como "terrapleno norte" por Dias Diogo e Laura Trindade. Segundo Laura Trindade e Dias Diogo este espaço constitui uma adaptação da estrutura edificada no início do século XIX, no contexto das invasões francesas (TRINDADE & DIOGO, 2001:128-131). Mário Monteiro,no estudo prévio, acrescenta a seguinte hipótese: "(...) *poderá corresponder a um redente ou adarve. Um redente é uma estrutura cuja função é variável, de acordo com a fortificação a que está associado e a localização onde se encontra. Neste caso específico, poderá servir como contraforte da muralha do baluarte, no local onde a encosta é mais escarpada, e como local de vigilância, o que se ajusta a um redente. Por outro lado, parece estar relacionado com a cortina que seguia para norte do baluarte, sendo neste caso um adarve que percorria toda a cortina, com acesso pelo baluarte. A porta a que atualmente se acede a este espaço foi rasgada na muralha do baluarte, não sendo a porta original. Imediatamente a norte desta porta, existe uma pequena porta emparedada. Trata-se de uma porta de reduzida dimensão, que julgamos ser a original, baixa e estreita, assim intencionalmente construída para dificultar a passagem de homens. As dimensões desta permitiam apenas a entrada de um homem de cada vez, o que facilitava a defesa em caso de necessidade.* (MONTEIRO, 2022: 30-32)
Relativamente a esta plataforma (EP001e) Temos dúvidas quanto à sua origem e funcionalidade. Observando a cartografia histórica verificamos que a mesma só se encontra representada com a configuração atual na planta de 1856-58 e mais exatamente na de 1910. Até aí parece-nos que se tratava de um terreno escarpado abaixo da muralha, o qual, provavelmente a partir do momento que se começaram a construir edifícios na Rua da Costa, ficou circunscrita por um muro de contenção. Não invalida que tenha tido um uso associado ao baluarte e acesso pela porta referida por Mário Monteiro no excerto acima transcrito.
Neste local existiu uma pequena construção edificada na 1ª metade do século XX (Lxi, cartografia histórica, planta de 1950) e demolida nos finais do séc. XX (Lxi, cartografia histórica, ortofoto de 2001)

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: muralha transversal

Nº 001f
Nº Interf. 381
CNS 16218
CMPEP 26.24

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


Muralha transversal colocada a descoberto em 2016-17, designada como "muralha sul" (UE 20) (fotografia de Clay Arqueologia).


Muralha transversal colocada a descoberto em 2016-17, designada como "muralha sul" (UE 20) (fotografia de Clay Arqueologia).

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.82"N

Longitude
9°10'20.22"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17/ Calçada do Livramento, 19

Identificação / Observações

A muralha transversal separava a bateria superior (A) da bateria inferior (B). Curiosamente, na cartografia histórica, apenas aparece representada em meados do século XIX, na planta de Filipe Folque (1856-58). No entanto, no acompanhamento arqueológico realizado em 2016-2017 (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018) ficou claro que a mesma (UE 20) fazia parte do baluarte, possuindo o mesmo tipo de aparelho construtivo. Pensamos ser de colocar a hipótese de esta estrutura se prolongar para a atual área fronteira ao Palácio das Necessidades em época anterior à abertura da Calçada do Livramento e à construção dos muros que a ladeiam, de um lado sustentando o miradouro e do outro separando a área do baluarte. Funcionaria assim como um possante muro de sustentação de terras. No seu topo parecia ainda conservar-se o caminho de ronda e um pequeno parapeito.
De facto, comparando a fotografia aérea atual com a planta de 1745 observamos esta linha contínua entre a área do baluarte e a área fronteira ao palácio.
É de destacar que, neste acompanhamento arqueológico de 2016-17, o local foi completamente desaterrado e que se verifica que este baluarte se encontrava cheio, com uma terra avermelhada que deixou bem visível a sua cor nos alçados. Esta camada prolongava-se por toda a área e encostava-se-se às muralhas.
Pensamos que estamos perante um baluarte que mesmo que a dado momento fosse "vazio", se encheu deste depósito após a construção das suas muralhas, razão pela qual lhes encosta desde a base até a um nível elevado da plataforma, Esta solução visava dar maior robustez às estruturas defensivas (NUNES, 2005, pp. 58-59, citado por MONTEIRO 2022: 4) cujos muros, se atingidos por artilharia pesada resistiam melhor ao ataque. Sendo assim é de crer que esta seria uma plataforma artificial erguida acima do afloramento rochoso aumentando assim a visibilidade e capacidade de ataque. Simultaneamente poderá ter criado um patamar nivelado, ao nível do Palácio das Necessidades.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: "reduto filipino"

Nº Interf. 381

Nº 001g

CNS 16218

CMPEP 26.24

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade

Latitude
38°42'23.29"N

Longitude
9°10'21.41"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.


Vestígios conservados da estrutura filipina após a obra de 1994 (Fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).


Vestígios conservados da estrutura filipina após a obra de 1994 (Fotografias de Nuno Pires, agosto de 2024).

Identificação / Observações

No acompanhamento arqueológico da obra realizada em 1994-98 na "bateria inferior" ficou a descoberto uma estrutura em cunhal que Dias Diogo e Laura Trindade interpretaram como "reduto filipino", atribuindo a sua cronologia a data anterior à construção do Baluarte em 1650: "Sendo datada do período filipino e construída após 1625, a fortificação, que aqui publicamos, cujos vestígios encontrámos soterrados no terrapleno superior do baluarte do Livramento terá de corresponder a um reduto do plano do Marquês de Inojoza, dominando a ponte de Alcântara." (TRINDADE & DIOGO, 2003: 95).
Esta estrutura é assim descrita por Laura Trindade e Dias Digo no seu artigo de 2003:
"*Durante escavação mecânica do terrapleno superior do baluarte encontrámos vestígios pertencentes a uma fortificação mais antiga, que era desconhecida. Tinha o seu topo à cota máxima de 18,51m e encontrava-se já parcialmente demolido, apenas conservando parte das muralhas Oeste e Sul que formavam no cunhal, a Sudoeste, um ângulo de 97o. Construídas em alvenaria de pequenas e médias pedras argamassadas, estas muralhas encontravam-se revestidas comum reboco caiado de areia e cal. Tinham o coroamento biselado e eram escarpadas no ângulo flanqueado. O troço Sul, de direção SW/NE, conservava o comprimento de cerca de 24,70m e tinha a largura de 1,16m no ângulo do biselado do parapeito. A muralha Oeste, de direção NNW/SSE e mais exposta aos ataques, tinha maior espessura, com 1,80 e conservava a extensão interna de 8,60m (Figs. 2A [planta] e 8). Embora este baluarte já não conservasse o pavimento do seu terrapleno, este encontrava-se marcado no reboco da face interna das muralhas, permitindo-nos determinar a altura do parapeito em cerca de 1,30m. A altura da muralha Sul atingia os 3,40m no troço Este, o único que nos foi possível desaterrar completamente e integrar no edifício do museu do sítio (Fig. 9).*" (TRINDADE e DIOGO, 2003: 94-95).
Relativamente a estas estruturas, Mário Monteiro coloca uma nova hipótese, a de se tratar de um revelim, não excluindo, no entanto a hipótese de se tratar de uma estrutura anterior: "*Com os dados editados, poderá também associar-se a estrutura a um revelim com a função de proteger uma porta. A tipologia da estrutura encontrada coaduna-se com a descrição de um revelim. Estes não só eram erguidos no exterior, poderiam de igual modo ser construídos no interior da fortificação, como se observa nalguns dos principais fortes da Linha de Torres Vedras.Para além desta possibilidade, será de considerar também a possibilidade de ser uma estrutura do baluarte iniciado em 1652 condenada por uma restruturação do terrapleno, porque não quando o terrapleno deste é dividido em dois, o que a avaliar pelas plantas e cartografia consultadas, poderá ter acontecido no início do século XIX.* (MONTEIRO 2022: 31).

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1650)

Fontes
Análise de fontes documentais (cartografia, iconografia e documentos escritos) e bibliografia específica. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: plataforma de acesso ao paiol

Nº Interf. 381

Nº 001h

CNS 16218

CMPEP 26.24

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


Fig. 9. Vista de sul do terrapleno sul. São visíveis a entrada da rampa para o terrapleno superior e a guarita da entrada do paiol, alterada pela sua reutilização

"Vista de sul do terrapleno sul. São visíveis a entrada da rampa [à esquerda]" (TRINDADE e DIOGO 2001:129).


Plataforma de entrada para o paiol (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
0

Latitude
38°42'22.47"N

Longitude
9°10'20.86"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.

Identificação / Observações
Dias Diogo e Laura Trindade designam esta área como "terrapleno inferior" que ligava à bateria inferior (designada pelos autores como "terrapleno superior") por uma rampa. (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130).
"O baluarte estruturava-se em dois terraplenos, articulados por uma rampa a sudoeste com cerca de 2 metros de largura média e 10 m de extensão [D] vencendo um declive de cinco metros. O terrapleno inferior, a sul [C], apresenta uma cota média de 16,187m e tinha entrada a este [nordeste], através da Calçada do Livramento. (Figs 7 e 8)." (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130).

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea

Fontes
TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130; MONTEIRO 2022:30. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Baluarte do Livramento: paiol (parede sul e vestígiosda porta no interior)

Nº Interf. 381

Nº 001i

CNS 16218

CMPEP 26.24

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
0

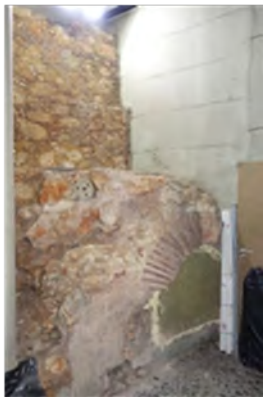
Latitude
38°42'22.47"N

Longitude
9°10'20.86"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Calçada do Livramento, 15 -17.


Entrada do paiol (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024)


Vestígios da entrada do paiol conservados no interior da Casa de Goa (Fotografia de Nuno Pires, julho de 2024)

Identificação / Observações

Relativamente às estruturas remanescentes relacionadas com alterações introduzidas no contexto das invasões francesas Dias Diogo e Laura Trindade adiantaram algumas hipóteses, entre as quais, que por esta altura se teria construído um paiol (TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130). Mário Monteiro coloca algumas reservas acerca desta interpretação:
"*A interpretação desta estrutura como sendo um paiol é fundamentada, apenas, em paralelos existentes. O facto de estar num dos pontos mais exposto ao rio Tejo, de onde viria um bombardeamento, não se ajusta à localização usual de um paiol, que deveria estar num local afastado das muralhas, preferencialmente na retaguarda. Contudo, poderá ter sido um erro, talvez planeado por um leigo, o que poderá estar relacionado com o facto de haver evidências de não ter sido terminado. Poderá também corresponder a uma porta com corredor coberto e guarita sobre a entrada, usual em fortificações, construída após o terramoto de 1755, quando o baluarte é cortado a sul por uma nova via, o que certamente terá provocado a necessidade de fechar a fortificação neste lado*" (MONTEIRO 2022:30)
O alçado exterior desta estrutura conserva-se abaixo da plataforma inferior e os vestígios da porta conservam-se também no interior da Casa de Goa.

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea

Fontes
TRINDADE e DIOGO, 2001:128-130; MONTEIRO 2022:30. Ver estudos complementares.

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
Abrangido por ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Tapada da Ajuda (conjunto intra□muros)

Nº 018

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: palacete

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Limtes da área classificada na zona do projeto (extraído de Atlas do Património - DGPC)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+800-4+000

Profundidade
+ de 25m

Latitude
38°42'29.07"N

Longitude
9°10'52.63"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rampa das Necessidades, Calçada do Livramento





Planta de 1849 onde assinalamos o local do PV217..

Identificação / Observações

Relativamente à Tapada da Ajuda (EP18) note-se que estamos no extremo sul de uma extensa propriedade do século XVII (1645) criada para espaço de caça e logradouro da família real, por D. João IV (Ficha SIPA). Centrando-nos no espaço afeto ao projeto, observando a Planta da Real Tapada da Ajuda de 1849, no local do PV 217 não existem construções. A área está designada Monte do Pombal, provavelmente com referência ao Pombal que ainda hoje se reserva (oc. 62 do estudo prévio, localizado a 52m do eixo da via).
No final do século XIX (1876) extingue-se o Paço Real de Alcântara, incluindo o palácio que então já se encontrava arruinado e a Quinta Real de Alcântara onde será edificado o Bairro do Calvário.
Em 1917 é construído o edifício do Instituto Superior de Agronomia, com projeto do Arquiteto Adães Bermudes
Na planta de 1911 observa-se uma estrutura circular local do PV217 onde, mais tarde, na planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica) aparecem representados campos de jogos (Ténis?)
Em 1966 o espaço é profundamente alterado devido à construção da ponte 25 de abril e respetivos acessos.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1645)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
Tapada da Ajuda (conjunto intra-muros) respetiva Zona Geral de Proteção.

Decreto
Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42, de 19-02-2002

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Ponte 25 de Abril

Nº 022

Nº Interf. 428

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: Ponte

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Local do EP em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+800-4+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'27.25"N

Longitude
9°10'41.43"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril

Identificação / Observações

"A Ponte 25 de Abril foi construída sob projeto do Gabinete de Engenharia de Nova Iorque, Steinman, Boynton, Gronquist & London, com intervenções do Gabinete da Ponte sobre o Tejo e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Aquando da sua inauguração detinha o maior vão da Europa e o 5.º maior em todo o Mundo. Obra-prima de engenharia civil, das mais deduas dezenas de pontes construídas ao longo do rio Tejo, destaca-se, ainda, como a única ponte suspensa do País. Ao nível local, tornou-se num elemento estruturante e indispensável no acesso à capital e entre o norte e o sul do País." (DGPC)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1966)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA

Classificação / Protecção Legal
Em vias de classificação

Identificação
Ponte 25 de Abril e e respetiva Zona Geral de Proteção

Decreto
Em vias de classificação: Anúncio n.º 35/2015, DR, n.º 44/2015, Série II de 2015-03-04

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Palácio das Necessidades (cunhal sul)

Nº 026 + 26Z

Nº Interf. 374 e

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Religiosa e Civil: Convento e Palácio

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Palácio das Necessidades (excerto do Atlas do Património - DGPC)

Área de Incidência
(●) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+000-3+200

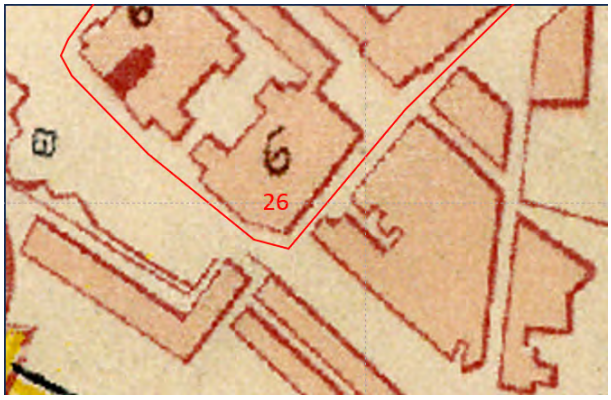
Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'24.27"N

Longitude
9°10'14.52"W

Freguesia
Estrela


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do ângulo do Palácio sob o qual passa o túnel

Endereço
Largo das Necessidades, Travessa do Tesouro, Largo do Rilvas, Calçada das Necessidades

Identificação / Observações

Conjunto arquitetónico de grande monumentalidade que inclui igreja, convento masculino e palácio real distribuídos em vários corpos, edificados entre 1743 e 1752, em estilo barroco joanino, com projeto atribuído a Caetano Tomás de Sousa. Através da análise da planta de 1780 verificamos que o ângulo sul do Palácio das Necessidades já se encontrava edificado.
"Complexo arquitetónico formado por igreja, convento masculino e paço real construído entre 1743 e 1752, segundo projeto atribuído a Caetano Tomás de Sousa, que terá seguido o traço original para o palácio de Giovanni Servandoni. Exemplar de arquitetura barroca joanina, onde é visível a influência dos modelos italianos que marcam a produção arquitetónica de patrocínio régio deste período. Apresenta uma planta complexa, resultante da articulação de vários corpos que se articulam em torno de dois pátios quadrangulares, organizando alas sensivelmente retangulares, num conjunto de volumes paralelepipédicos escalonados. Tem fachada principal virada a sul, constituída por três corpos do palácio, delimitados por pilastras, nos quais se contam vinte e quatro janelas de peito no piso térreo e outras tantas de sacada, coroadas com ática, no andar nobre, e pela fachada principal da igreja, precedida de galilé. Nesta fachada destaque-se as estátuas pétreas de São Paulo e de São Pedro, assinadas, respetivamente, por José de Almeida e Alessandro Giusti, que flanqueiam a porta principal encimada por um relevo de mármore figurando Nossa Senhora das Necessidades, e, no segundo registo, ladeando a janela iluminante do coro, em dois nichos, as estátuas de São Filipe de Néri e São Francisco de Sales, também da autoria de Alessandro Giusti." (DGPC-SIPA, IPA 00006541)

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVIII (1743-1752)

Fontes
DGPC-SIPA, IPA 00006541

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
Conjunto do Palácio das Necessidades, abrangendo todo o edifício conventual (...), da torre e da capela (...), os seus jardins e o respectivo parque, com elementos escultóricos e decorativos, (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço de ligação ao Reservatório do Pombal

Nº 030a

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A rosa, troço de ligação ao reservatório do Pombal em excerto do Atlas do Património - DGPC



Localização aproximada (à superfície) do aqueduto (Vista de rua Google Street)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
35m

Km
0+200-0+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'43.67"N

Longitude
9° 9'36.34"W

Freguesia
Campolide

Endereço
Rua Marquês de Fronteira

Identificação / Observações
Traçado do aqueduto que conduz ao reservatório do Pombal no local de cruzamento com o futuro túnel do metro.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
MN:Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados
ZEP: Cadeia Penitenciária de Lisboa

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;
ZEP: Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior) / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga

Nº 030b

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

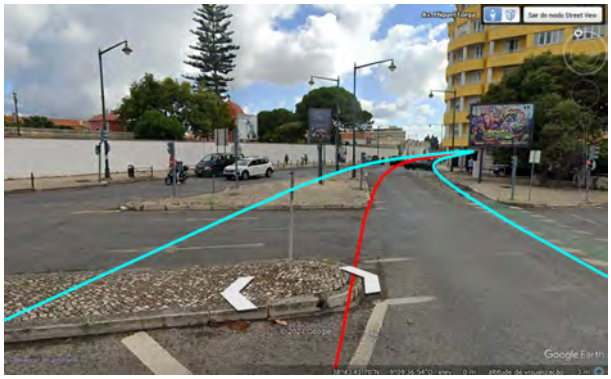
CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Localização aproximada (à superfície) do aqueduto (Vista de rua Google Street)



Extrato de planta do projeto onde se localiza o EP e onde a área a verde possui profunidade superior a 25m

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
0+200-0+400

Profundidade
+ de 25m

Latitude
38°43'41.59"N

Longitude
9° 9'36.44"W

Freguesia
Campolide

Endereço
Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Avenida Miguel Torga

Identificação / Observações
Traçado subterrâneo do aqueduto que cruza com o futuro túnel, no cruzamento da Rua Marquês de Fronteira com a Avenida Miguel Torga. Neste local o túnel tem uma profundidade superior a 25m.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Troço do aqueduto das águas Livres junto ao Reservatório do Arco das Amoreiras

Nº 030c

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP (a rosa) com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Local aproximado (à superfície) Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
0+800-1+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'22.91"N

Longitude
9° 9'34.60"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho

Identificação / Observações
Troço subterrâneo do aqueduto das água livres que liga ao reservatório das Amoreiras (EP 118). Cruza com o futuro túnel, nas traseiras de edifício situado na Rua Silva Carvalho.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Travessa do Barbosa

Nº 030d

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP (a rosa) com o futuro túnel e PV 21, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Localização aproximada (à superfície) do aqueduto (Vista de rua Google Street)



Extrato da Planta de 1878 onde o PV211 e o túnel se cruzarão com o aqueduto (Lxi, cartografia histórica)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0 m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'18.37"N

Longitude
9° 9'36.59"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Travessa do Barbosa, 8

Identificação / Observações
Troço subterrâneo do aqueduto ligado à Mãe d'Água das Amoreiras e ao reservatório do Arco das Amoreiras (EP118). Cruza com o futuro túnel, na Travessa do Barbosa, sensivelmente no local do edifício com o nº 8 e com a abertura do PV 211.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 07/10/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua Ferreira Borges

Nº 030e

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP (a rosa) com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Localização aproximada (à superfície) do aqueduto(Fotografia de Nuno Pires , Julho de 2024)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+400-1+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'10.92"N

Longitude
9° 9'50.80"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Ferreira Borges, 161-163

Identificação / Observações
O traçado subterrâneo do aqueduto cruza com o futuro túnel, na Rua Ferreira Borges, 161-163.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN:Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço subterrâneo na Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte

Nº 030f

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP (a rosa) com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)


Edifício nas traseiras do qual o futuro túnel se cruzará com o aqueduto.

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
2+000-2+200

Profundidade
+ de 25m

Latitude
38°42'48.04"N

Longitude
9° 9'54.53"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua do Patrocínio, 5 (Convento da Boa Morte)

Identificação / Observações
O traçado subterrâneo do aqueduto cruza com o futuro túnel na Rua Ferreira Borges, em corpo de edifício interior, sensivelmente atrás do edifíico com o nº5. Neste local o túnel terá uma profundidade superior a 25m

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 10/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: ramal da Tapada das Necessidades.

Nº 030g

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CMPEP



Local de interseção do EP com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com troço do aqueduto (extraído de Atlas do Património - DGPC)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0 m

Km
2+600-2+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'33.89"N

Longitude
9°10'1.33"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Avenida Infante Santo



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Demolição do troço do Aqueduto para a abertura da avenida I.S., Judah Benoliel, 1949 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004154)

Identificação / Observações
O ramal da Tapada das Necessidades cruza com o futuro túnel na Avenida Infante Santo, entre os edifícios com os nº 49 e 61, nas escadas que ligam esta via à Calçada das Necessidades. O EP 030g refere-se aos vestígios que se conservaram da parte oeste desta estrutura, Este troço descia pela Calçada das Necessidades após passar abastecer a Tapada das Necessidades, abaixo da qual bifurcava conduzindo, a sul, para o quartel e, a sudeste, para o Palácio Alvor (atual Museu Nacional de Arte Antiga). É neste local que o futuro túnel cruzará com o ramal que atravessa a Avenida Infante Santo (EP 030g) e cuja afetação foi já muito significativa aquando da construção deste avenida, tendo sido aqui demolido em 1949.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM; AML - Documentação fotográfica; Lxi, cartografia histórica.

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN:Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Aqueduto das Águas Livres: troço de abastecimento da fonte monumental junto ao Palácio das Necessidades

Nº Interf. 375

Nº 030i

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços: aqueduto

Nº Obra

CNS

CMPEP CML: 18



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Local do EP em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Fotografia 29



Extrato da Planta dos aquedutos (...) do Palácio das Necessidades (PT/TT/CR/007-008/00219). A seta assinala a ligação à fonte.

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
5 m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.81"N

Longitude
9°10'17.47"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Largo das Necessidades, Jardim Olavo Bilac

Identificação / Observações
Troço subterrâneo do aqueduto das Águas Livres que abastecia a fonte localizada no centro do miradouro frente ao Palácio das Necessidades. Este troço terá sido concluído em 1798. (DGPC-SIPA, IPA 00025587)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII (1798)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; PDM, CML 18; DGPC-SIPA, IPA 00025587

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
MN:Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
MN: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910; IIP: Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24 -01-1983;

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique / Quartel da Ferreira Borges

Nº 039

Nº Interf. 96

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Militar: Quartel

Nº Obra

CMPEP 30.12



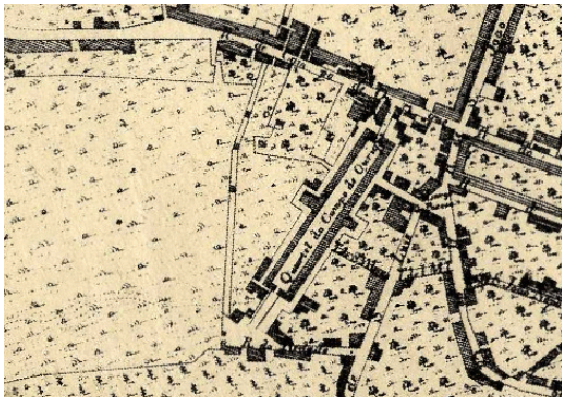
Local de interseção do EP com o futuro túnel, em ortofoto com implantação do projeto



Local de interseção do túnel com EP (extraído de Atlas do Património - DGPC)



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com o quartel já representado

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+200-1+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'12.92"N

Longitude
9° 9'44.40"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua de Infantaria 16, 30, e Rua Ferreira Borges, 98-D

Identificação / Observações

O túnel passa no ângulo noroeste do quartel. Aquartelamento militar mandado edificar por Marquês de Pombal no rescaldo da catástrofe provocada pelo terramoto de 1755 e cuja presença determinou o desenvolvimento urbano em seu redor. "O quartel pombalino de Campo de Ourique constitui possivelmente o mais antigo prédio militar lisboeta com esta cronologia, gizado de origem para aquartelar tropas, e que conserva ainda hoje a sua função inicial. O seu núcleo original é constituído por duas fiadas longitudinais de casernas térreas, levantadas sobre salas em cave destinadas a vencer os desníveis do terreno, desenvolvendo-se ao longo de uma parada central. Ao longo dos séculos sucederam-se alterações e melhoramentos deste edifício, que conduziram o singelo aquartelamento setecentista à sua versão atual," (DGPC)

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVIII

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM, 30.12

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento de Interesse Público (MIP)
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique / Quartel da Ferreira Borges

Decreto
Portaria n.º 637/2020, DR, 2.ª série, n.º 213, de 3-11-2023; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica

Nº 040

Nº Interf. 037 e

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Industrial

Nº Obra 13094

CMPEP 212



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Local do EP em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica) com localização da área atual do edifício

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
37m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'13.30"N

Longitude
9° 9'40.95"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho, 209 a 225, esquina com a Rua de Campo de Ourique, 2 a 16

Identificação / Observações

Trata-se de um edifício residencial e comercial, do início do século XX que servia para fabrico e venda de pão. Possui exterior azulejado sendo de destacar também a estrutura em ferro que adorna a fachada da padaria. Os interiores são ricamente decorados com influências de arte nova e modernistas, como os azulejos de Rafael Bordalo Pinheiro (Ficha SIPA). É possível que a obra que lhe conferiu os seus motivos decorativos mais emblemáticos seja de 1903, data de uma das licenças de obra para este espaço, mas já antes aqui existiria um edifico como se observa na planta de 1856-58 (Lxi, Cartografia Histórica).
Apesar de o imóvel estar a mais de 30m do eixo da via, a sua área de proteção abrange a área do projeto.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX-XX

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA, IPA.00005951; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação

Decreto
Decreto n.º 31/83, DR, I Série, n.º 106, de 9-05-1983

Responsável Teresa Silva

Data 30/09/2024

Designação
ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do

Nº Interf.

Nº 046Z

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços

Nº Obra

CNS

CMPEP



Localização (aproximada) da interseção da ZEP com o futuro túnel e PV211, em ortofoto com implantação do projeto



Limites da ZEP (a azul) na área de implementação do projeto em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Loca londe o túnel e o PV211 se sobrepõem parcialmente com a ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (vista de rua,

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0 m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'18.46"N

Longitude
9° 9'35.18"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho e a Rua das Amoreiras.

Identificação / Observações
Entre o km 0+800 e 1+ 200 o traçado do túnel e o PV211 sobrepõem-se parcialmente com a ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII

Fontes

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49

Decreto
Portaria n.º 1099/95, DR 1.ª Série B, n.º 207, de 7-9-1995

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
ZEP do Bloco das Águas Livres

Nº 047Z

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

Nº Obra

CMPEP



Localização (aproximada) da interseção da ZEP com o PV211, em ortofoto com implantação do projeto



Localização (aproximada) da interseção da ZEP com o PV211 em ortofoto extraída de Atlas do Património - DGPC



Bloco das Águas Livres

Área de Incidência
- ○ AID
- ○ AII

Dist. Eixo da Via
150m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'17.22"N

Longitude
9° 9'29.99"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Praça das Águas Livres

Identificação / Observações
O PV211 localiza-se no ângulo noroeste da ZEP do Bloco das Águas Livres. O edifício do bloco fica a 86m do PV211 e a 150m do eixo da via.
"Projetado por Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa em 1953 para integrar o plano de urbanização da zona da Praça das Águas Livres, iniciado então pela Câmara Municipal de Lisboa, o edifício tornou-se num dos mais emblemáticos da nova arquitetura de prédios de rendimento da capital. " (DGPC)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1953)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA

Classificação / Protecção Legal
ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Bloco das Águas Livres classificado como Monumento de Interesse Público (MIP)

Decreto
Portaria n.º 370/2012, DR, 2.ª série, n.º 156, de 13-08-2012

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Cadeia Penitenciária de Lisboa

Nº 051 + 051Z

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: cadeia

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Limites da ZEP junto à área de implementação do projeto

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
9 m

Km
0+000-0+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'50.53"N

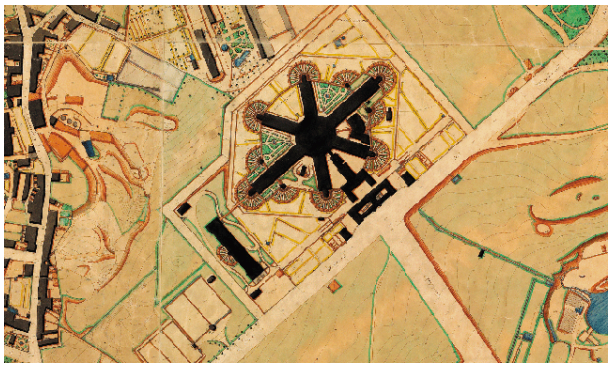
Longitude
9° 9'31.77"W

Freguesia
Campolide

Endereço
Rua Marquês de Fronteira



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do EO

Identificação / Observações

"A construção da Cadeia Penitenciária de Lisboa principiou em 1873, na sequência da Reforma Penal e de Prisões de 1867, que determinava a criação de três cadeias penitenciárias em Portugal. (...) A estrutura, concebida de acordo com as teorias mais visionárias da época para o alojamento e vigilância de populações reclusas, segue o sistema panóptico radial. "
O projeto desenvolve-se na ZEP da Cadeia Penitenciária.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1873)

Fontes
DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; SIPA; PDM

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento de Interesse Público (MIP)

Identificação

Decreto
Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Palácio Fiúza

Nº Interf. 416

Nº 063

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CMPEP 02.12



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Limites do imóvel inventariado na CMPEP (Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'25.90"N

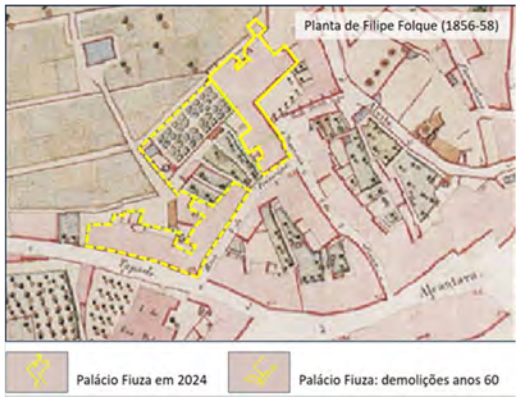
Longitude
9°10'31.84"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Travessa do Fiúza, 37-39



Angulo do Palácio com afetação prevista. Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Palácio Fiuza em meados do séc. XIX na planta de Filipe Folque, 1856 -58 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações

O Palácio Fiúza constitui parte do conjunto edificado correspondente à área habitacional de uma antiga quinta com origem no século XVII. A história da propriedade inicia-se cerca de 1640 quando o seu primeiro proprietário, Paulo de Carvalho, adquire umas propriedades em Alcântara (GALVÃO TELLES, 2014: 33-34). Ao longo da sua história passará por diferentes proprietários, todos eles pessoas de relevo na sociedade lisboeta, personagens ligadas à família real, à corte e ao poder político e administrativo. O seu primeiro proprietário, Paulo de Carvalho foi não menos do que o tio-bisavô do futuro Marques do Pombal, havendo indícios de que este possa mesmo ter aqui nascido. Em 1864 a quinta passa, por herança, para Sebastião de Carvalho e Melo (avô do Marquês de Pombal), e depois para os seus pais que aí residem em 1698, sendo provável que o próprio Marquês de Pombal aí tenha nascido. Várias são as personagens da família real que frequentaram ou mesmo habitaram temporariamente esta quinta que se localizava junto ao Palácio Real de Alcântara. Crê-se que D. Pedro II aí tenha residido no início do século XVIII, quando o Palácio real estava em obras e que aí tenha falecido em dezembro de 1706 (CASTILHO, 1942: 94-95; FARIA 1947-48: 57; GALVÃO TELLES, 2014: 36). Em 1707 já a propriedade pertencia ao desembargador José Fiúza que deu o nome à quinta e que aí residiu com a sua família a partir de 1723 tendo procedido a obras de ampliação do conjunto edificado entre 1725 e 1728 e em cuja ermida se terão casado as suas duas filhas. Após o falecimento em 1733 de José Fiúza Correia a propriedade passa a pertencer à sua mulher que aí reside entre 1734 e 1740 Terá sido provavelmente em 1741 que a propriedade passou, por compra de Filipe Simões Barruncho, para a sua família tendo a Ermida de Nossa Senhora do Pópulo servido como capela onde se casaram e sepultaram o próprio Filipe Farruncho e os seus descendentes. (GALVÃO TELLES, 2014: 126-128).. A propriedade permanece na posse da família Barruncho, tendo os seus membros aí residido pelo menos até 1847 e havendo notícia de se terem realizado obras de conservação na mesma entre 1843-46. (GALVÃO TELLES, 2014: 125-128). A partir da análise da cartografia histórica, em particular da planta de 1856-58, observamos que em meados do século XIX o palácio Fiúza era um enorme conjunto edificado associado a uma quinta. No lado norte (que ainda se conserva quase completamente) pensamos que se situariam as casas nobres e do lado sul, provavelmente, as dependências agrícolas. A meio localizar-se-ia um pátio com jardim para o qual se entraria através de um portal localizado na então designada Rua do Príncipe. Com a construção da Ponte 25 de Abril e os seus acessos, por volta de 1965, a propriedade vê-se, mais uma vez profundamente alterada, sendo agora amputada a parte sul do conjunto edificado. No presente projeto o corpo cuja demolição está prevista constitui pois, parte integrante do monumento antigo. Trata-se de um corpo saliente, outrora voltado para o jardim.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII (1640-1653)

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543; GALVÃO-TELLES 2014

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
Palácio Fiúza

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Quartel de Infantaria da Guarda Municipal

Nº 071

Nº Interf. 373, 377

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: quartel

Nº Obra

CMPEP 26.92



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
9m

Km
3+000-3+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'21.51"N

Longitude
9°10'15.51"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rampa das Necessidades, 8 a 10 e 14 a 34



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício

Identificação / Observações
Edifício de grandes dimensões, de planta em L, já representado na planta de 1780, situado logo abaixo do Plalácio das Necessidades. Antigo quartel associado ao conjunto militar em que se enquadra o Baluarte do Livramento.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII (1780 ou anterior)

Fontes
PDM, 26.92, Lxim, cartografia histórica, planta de 1780; Planta topográfica do sítio de Nossa Senhora das Necessidades, ano de 1745 (PT/TT/CR/007-008/00211)

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Miradouro e Jardim Olavo Bilac / Jardim e miradouro no Largo das Necessidades incluindo Chafariz

Nº 072

Nº Interf. 376 e

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: Jardim

Nº Obra

CMPEP 26.23



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(●) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.04"N

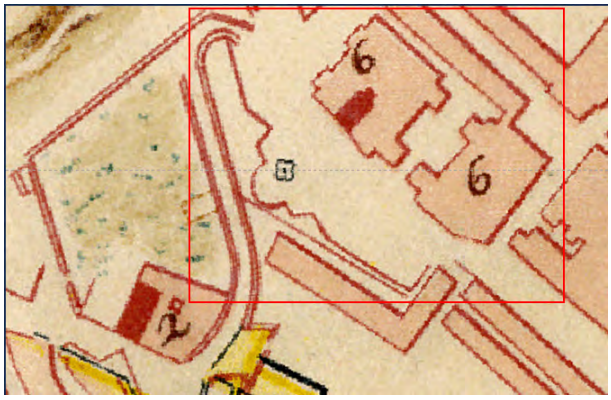
Longitude
9°10'17.61"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Largo das Necessidades



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do miradouro

Identificação / Observações

Miradouro associado ao Palácio das Necessidades com chafariz barroco e jardim de construção recente (meados do século XX).
O lago foi construído em 1747 e reformulado em 1780 "conforme desenho de Reinaldo Manuel dos Santos, que ampliou a taça e colocou a água a jorrar pelas carrancas, quando anteriormente, jorrava para o tanque, através dos golfinhos". Através da análise da cartografia histórica (planta de 1756 (Museu de Lisboa, MC. DES.0982) percebemos que o muro que delimita o miradouro junto à Calçada do Livramento terá sido construído no início da segunda metade do século XVIII, quando a abertura deste arruamento separa a área do baluarte do do Palácio das Necessidades.
Na planta de 1780 os contornos do miradouro e fonte central estão definidos.

"Arquitectura recreativa, barroca e novecentista. Jardim de construção recente, de planta irregular (...). Num dos lados, funciona como miradouro sobre a zona de Alcântara, o rio, a Ponte 25 de Abril e a margem Sul. No centro, possui chafariz barroco, do tipo centralizado, de planta quadrilobada, com tanque de perfil galbado e obelisco central, possuindo quatro pedestais com bicas em forma de carranca. Espaço de lazer que nasceu associado ao Palácio das Necessidades, servindo como miradouro sobre o Rio Tejo, onde foi construído um lago ornamental, barroco, como voto real à Virgem Maria. Possui um tanque quadrilobado, de forma invulgar e obelisco central, encimado por acantos, uma estrela, símbolo mariano, e uma cruz latina, tudo em bronze. (...) No final do séc. 18, deu-se uma reforma no tanque, ampliado e transformadas as bicas, passando a água a sair de bicas em forma de mascarões, inseridos em vieiras, permitindo o abastecimento público na zona, tornando-se, a estrutura, simultaneamente ornamental e funcional. O lago foi envolvido por um jardim, executado no séc. 20." (DGPC-SIPA, IPA.00025587).

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVIII (1743-47)

Fontes
PDM, 26.23; DGPC - SIPA, IPA.00025587; Análise de cartografia histórica de1756 (Museu de Lisboa, MC.DES.0982) e de 1780 (Lxi, cartografia histórica.)

Classificação / Protecção Legal
Património paisagístico inventariado na Carta Municipal
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
Palácio das Necessidades

Decreto
IIP; Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24-01-1983;
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício residencial no Largo do Rilvas, 1-1A; Trav. das Necessidades, 19

Nº 080

Nº Interf. 363

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 11282

CMPEP 26.27



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
11m

Km
3+000-3+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.07"N

Longitude
9°10'10.72"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Largo do Rilvas, 1-1A; Trav. das Necessidades, 19



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício

Identificação / Observações
Edifício inventariado na carta municipal do património com o nº 26.27. O projeto de recuperação data do 1981, do arquiteto João Raposo de Almeida, mereceu uma menção honrosa no Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura 1987 (AML Obra 11282). Não existem licenças de construção de obra antigas associadas ao edifício.
Através da análise da planta de 1780 verificamos que o quarteirão onde se localiza o edifício com o EP 80 (quarteirão localizado entre a Trav. Do Tesouro, Rua das Necessidades, Travessa das Necessidades e Largodo Rilvas) já se encontra edificado, em particular o ângulo em que ele se insere. (Lxi, Cartografia histórica de 1780)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII (1780 ou anterior)

Fontes
PDM, 26.27; Cartografia histórica (Lxi) de 1780; AML (Obra 11282), disponível emhttps://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Largo Rivas

Nº 081

Nº Interf. 362, 366

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil

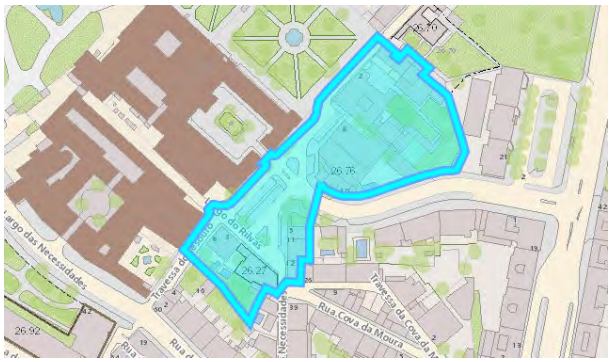
CNS

Nº Obra

CMPEP 26.76



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+000-3+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'24.19"N

Longitude
9°10'10.68"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Largo Rivas



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização do Largo

Identificação / Observações

O conjunto arquitetónico inventariado na Carta Municipal do Património inclui os edifícios localizados no Largo do Rilvas, com os números 1 a 3, 8 e 11 a 17 e o edifício localizado na Calçada das Necessidades, nº 2.
Através da análise da planta de 1780 verificamos que o Largo do Rilvas encontra-se já delimitado na malha urbana, embora a parte sudoeste do mesmo se encontrasse edificada. Através da análise da planta de 1807 verificamos que a construção outrora existente a sul já não existe, sendo presumível que tenha sido demolida entre os finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX (entre 1780 e 1807).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII-XIX

Fontes
PDM, 26.76

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Casa nobre

Nº 082

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 16714

CMPEP 26.70



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
4m

Km
2+800-3+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'27.38"N

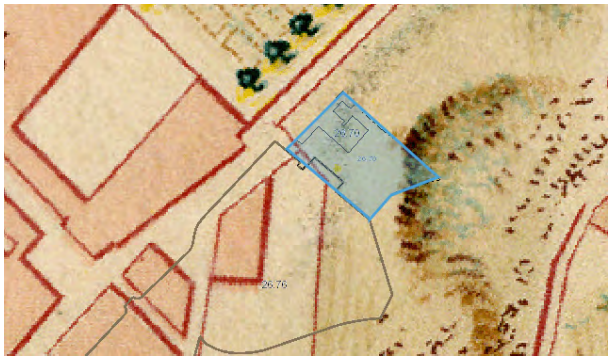
Longitude
9°10'6.76"W

Freguesia

Endereço
Calçada das Necessidades, 6 -6A



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização da área do imóvel (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações

Conjunto edificado inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 26.70, designado como "casa nobre".
Através da análise da cartografia histórica concluímos que o conjunto começou a ser edificado, entre finais do séc. XVIII e a primeira metade do século XIX. (Lxi, cartografia histórica de 1780 e 1856-58). Atualmente encontra-se em obras profundas.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII-XIX

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1780 e 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício habitacional Travesssa do Passolo, 27

Nº 089
Nº Interf. 314
CNS
Nº Obra 22439
CMPEP 17.66

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
○ AID
◉ AII

Dist. Eixo da Via
30m

Km
2+400-2+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'39.88"N

Longitude
9° 9'58.59"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Possolo, 27



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício.

Identificação / Observações
Edifício habitacional com fachada azulejada, construído em 1910. Encontra-se inventariado na Carta Muncipal do património com o nº 17.66.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1910)

Fontes
AML, Obra 22439, processo 316/DAG/PG/1910. Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Conjunto de blocos habitacionais da Avenida infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 e 58-58A

Nº Interf.

Nº 090

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

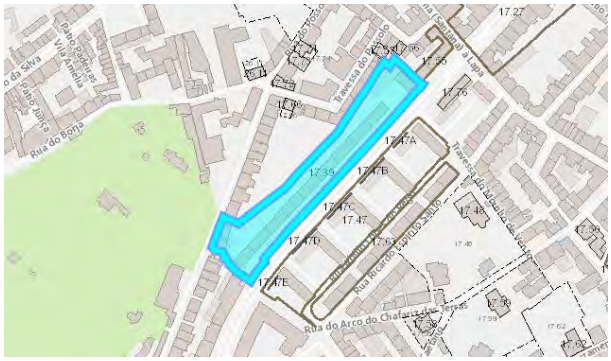
Nº Obra 67039,

CNS

CMPEP 17.39



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
2+400-2+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'37.47"N

Longitude
9° 9'57.22"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Av. Infante Santo, 51 a 69 e Calçada das Necessidades, 56 e 58-58A


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica) com a área do conjunto

Identificação / Observações
Conjunto arquitetónico inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 17.39. Blocos habitacionais edificados nos anos 50, após a abertura da Avenida Infante Santo.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1956)

Fontes
AML, Obra 28708, processo 4578/DAG/PG/1956 (PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/20671). Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Conjunto de blocos habitacionais Av. Infante Santo, 64-72H

Nº 091

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

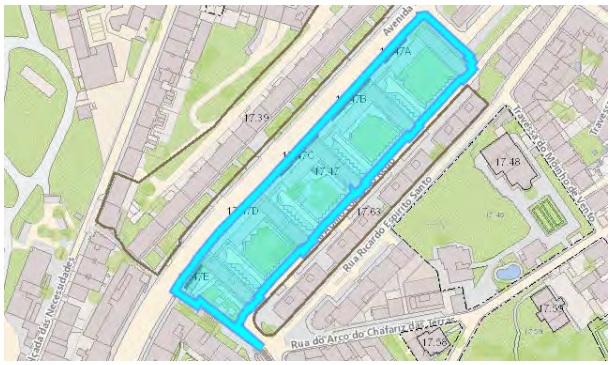
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

Nº Obra 35059,

CMPEP 17.47



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ○ AII

Dist. Eixo da Via
46m

Km
2+400-2+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'35.35"N

Longitude
9° 9'55.76"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Avenida Infante Santo, 64, 66 -66G, 68-68O, 70 -70P e 72-72H



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Fotografia dos prédios em construção, de Armando Maia Serôdio, 1956 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/001116).

Identificação / Observações
Conjunto de blocos habitacionais situado no lado este da Avenida Infante Santo, 64-72H, composto por cinco blocos de habitação, mercado e estabelecimentos comerciais. Trata-se de um imponente conjunto de arquitetura modernista da cidade de Lisboa assinado pelos arquitetos Alberto José Pessoa, João Abel Manta e Hernâni Gandra, cujo anteprojeto foi desenhado em 1949 e cuja construção ocorreu entre 1952 e 1956. Possui painéis azulejares de Maria Keil, Carlos Botelho e Sá Nogueira. Encontra-se inventariado na Carta Municipal do Património como nº 17.47.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1952-55)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1950; Ficha DGPC-SIPA (IPA 00016969). AML, Obras 35059, 26910, 26413, 26439, 26415.

Classificação / Protecção Legal
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Museu Nacional de Arte Antiga / Igreja de São Francisco de Paula / Edifício do extinto Convento das Trinas do Mocambo / Chafariz da Esperança

Decreto
ZEP: Portaria n.º 512/98, DR, I Série-B, n.º 183, de 10-08-1998; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar

Nº 103

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 41766, 12250

CMPEP 35.14



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
22m

Km
2+000-2+200

Profundidade
+ de 25m

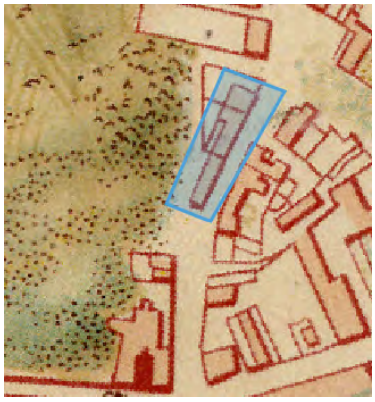
Latitude
38°42'49.64"N

Longitude
9° 9'53.44"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua do Patrocínio, 41-43 e 45-49


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização da área do imóvel

Identificação / Observações
Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 35.14. Esta área encontrava-se já edificada no século XVIII podendo os edifícios remontar a essa época (Lxi, catografia histórica, planta de 1780). Os elementos existentes no AML associados a estas obras (41766, 12250) dizem apenas respeito a ações posteriores à sua construção.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XVIII (1780 ou anterior)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1780.

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
ZGP: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 -06-1910; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Edifício de habitação plurifamiliar

Nº 111

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

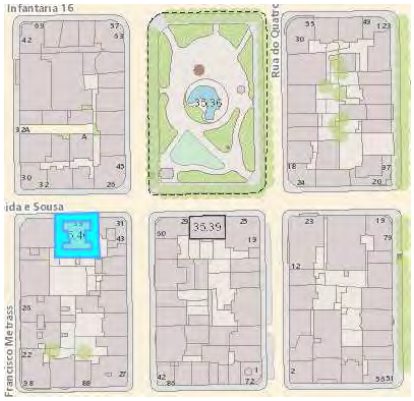
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 5862

CMPEP 35.46



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
38m

Km
1+600-1+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'2.41"N

Longitude
9° 9'54.77"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Almeida e Sousa, 33


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício.

Identificação / Observações
Edifício de habitação plurifamiliar inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 35.46.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1948)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1911 e 1950; Consulta online de informação associada à obra 5682 (AML) (https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/)

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Muncipal do Património com o nº 35.46

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva

Data 02/10/2024

Designação
Edifício da Agência Barata

Nº 112

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

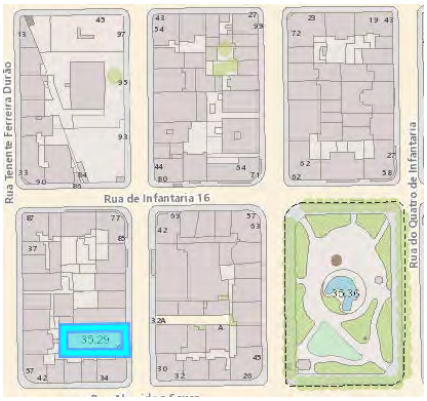
Sub-categoria
Arquitectura Civil

Nº Obra 40951

CMPEP 35.29



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
98m

Km
1+600-1+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'3.66"N

Longitude
9°10'0.25"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Francisco Metrass, 69-73



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Publicidade da Agência Barata de 1938 (Fonte: Blog "Restos de Coleção")

Identificação / Observações
Edifício inventariado na Carta Muncipal do Património com o nº 35.29. Edificio de antiga Agência Funerária Barta, construído nos anos 30.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1930)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1911 e 1950; AHML, consulta online de informação associada à obra 40951 (PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/38521).

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo

Nº 113

Nº Interf.

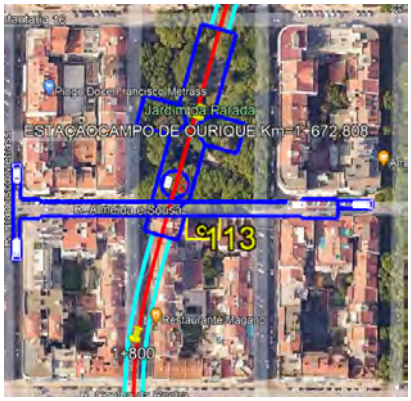
CNS

Categoria
Património Arquitetónico

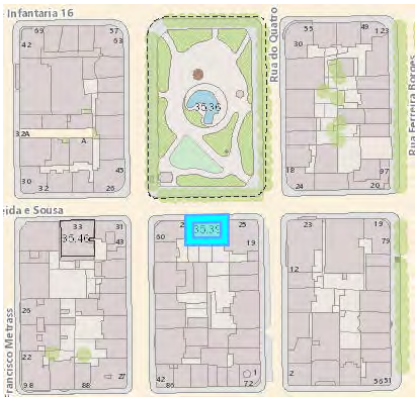
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 20640

CMPEP 35.39



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
13m

Km
1+600-1+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'2.41"N

Longitude
9° 9'54.77"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Almeida e Sousa, 27


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício.

Identificação / Observações
Edifício inventariado na Carta Muncipal do Património com o nº 35.39.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1904)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1911; AML, consulta online de informação associada à Obra 20640, 1732/1ªREP/PG (PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/30716).

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Jardim Teófilo Braga / Jardim da Parada / Monumento à Maria da Fonte

Nº 114

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: Jardim

Nº Obra

CMPEP 35.36



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+600-1+800

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'5.52"N

Longitude
9° 9'55.65"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Tomás da Anunciação; Rua Almeida e Sousa; Rua do Quatro de Infantaria; Rua de Infantaria, 16



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica).

Identificação / Observações
Jardim romantico construído entre finais do século XIX/inícios do século XX. O plano para o jardim surgiu nos anos 80 do século XIX (DINIZ 2014: 54) ocupando um quarteirão no bairro então em construção. A sua construção terá sido concluida na década de 90 (DINIZ 2014: 67). Em 1898 foi aí colocado um "urinol de tipo francês" (DINIZ 2014: 67). Em 1920 é colocada no jardim a estátua da Maria da Fonte da autoria de Costa Mota (tio).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX-XX

Fontes
DINIZ 2014; SIPA, IPA.00026718. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26718

Classificação / Protecção Legal
Património paisagístico inventariado na Carta Municipal

Identificação

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Reservatório do Arco das Amoreiras

Nº 118

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

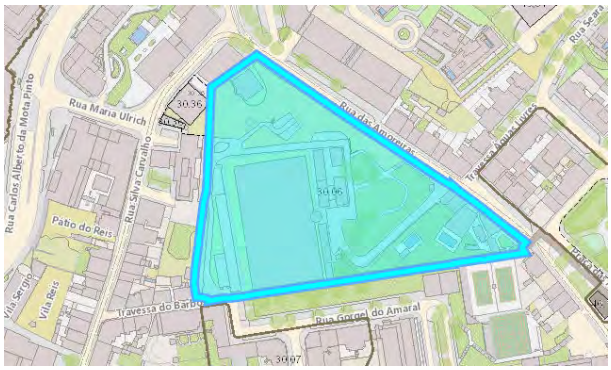
Sub-categoria
Infraestrutura de serviços

Nº Obra

CMPEP 30.06



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
0+800-1+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'20.53"N

Longitude
9° 9'32.07"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua das Amoreiras



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1878 onde este espaço já se encontra representado (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações

Espaço inventariado na carta Municipal do Património como "Reservatório das Amoreiras" com o nº 30.06, localizado no Jardim do Recinto do Arco.
Faz parte do Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras) estando ligado e situado a escassos metros do Reservatório da Mãe d' Água das Amoreiras. A partir da anáise da cartografia histórica percebe-se que sua construção se situa entre 1856-58 e 1878 (Lxi, cartografia histórica), altura em que já se encontra representado como se encontra na atualidade.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX - XX (1855-58-1878)

Fontes
Ficha SIPA, Mãe de Água das Amoreiras (IPA.00025486). Lxi, cartografia histórica de 1856-58 e 1876

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Classificado como Monumento Nacional (MN)

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados
ZEP: ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica

Decreto
Portaria n.º 1099/95, DR 1.ª Série B, n.º 207, de 7-9-1995

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Palacete Ulrich / Casa Veva de Lima

Nº 119

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: palacete

Nº Obra 3049

CMPEP 30.36



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
○ AID
◉ AII

Dist. Eixo da Via
18m

Km
0+800-1+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'22.96"N

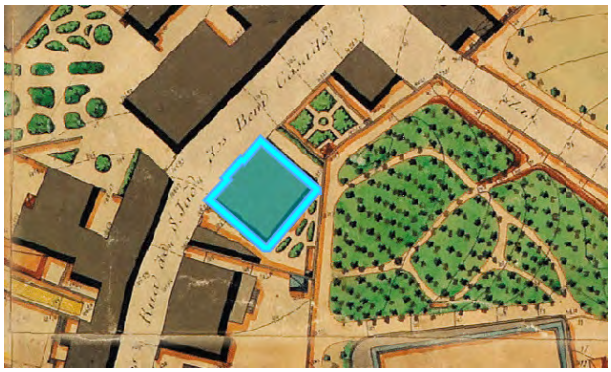
Longitude
9° 9'35.99"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho, 236 -242



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) com localização do edifício.

Identificação / Observações

Palácio de arquitectura romântica revivalista mandado edificar em 1894 por Joaquim Augusto Ponces de Carvalho, 1º e único conde de Vilar Seco.
Em 1920 o palácio foi arrendado a Rui Ulrich para sua residência e de sua esposa D. Genoveva de Lima Mayer (escritora Veva de Lima) que procederam a importantes obras de embelezamento do seu interior. Em 1980 após ser adquirido pela Câmara constitui-se a Associação Casa Veva de Lima e em 1993 instala-se no local o Grupo de Trabalho Permanente do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa. (SIPA, IPA 00011847)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1894)

Fontes
SIPA, Palácio Ulrich, IPA.00011847. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11847

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06 -1910

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Palácio dos Condes de Anadia

Nº 120

Nº Interf. 053

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: palacete

Nº Obra 3060

CMPEP 30.05



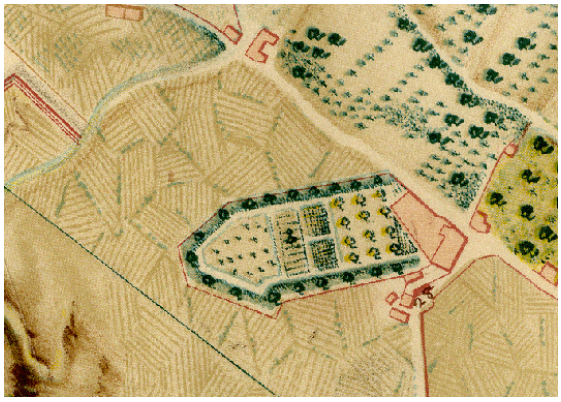
Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização a quinta do Palácio da Anadia.

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
11m

Km
0+800-1+000

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'23.99"N

Longitude
9° 9'36.86"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Silva Carvalho, 345 -347; Rua das Amoreiras, 105 -107

Identificação / Observações

O Palácio Anadia é um imóvel que se encontra em vias de classificação para IM - Interesse Municipal e que se encontra inventariado na Carta Muncipal do Património com o nº 30.05. Trata-se de uma casa nobre, de arquitetura barroca, com capela inserida numa propriedade cuja origem remonta ao século XVII, então denominada Quinta de São João e pertencente a José Rebelo Palhares. Por ele passaram inúmeros personagens ilustres da nobreza e dipomacia portuguesa. Entre 1789 - 1793 nele residem os condes da Anadia. Ao longo da sua longa história o edificado sofreu sucessivas transformações.

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII

Fontes
Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação; Carta Municipal do Património, 30.05; Ficha SIPA (IPA.00011823)

Classificação / Protecção Legal
Imóvel inventariado na Carta Municipal do Património
Em vias de classificação
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
Em vias de classificação para interesse municipal: Edital n.º 11/2013 de 8-03-2013 da CM de Lisboa, publicado no Boletim Municipal n.º 995 (1.º Suplemento) de 14 -03-2013; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Reservatório do Pombal

Nº 122

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Infraestrutura de serviços

Nº Obra

CMPEP 10.16



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
11m

Km
0+200-0+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'43.97"N

Longitude
9° 9'37.47"W

Freguesia
Campolide

Endereço
Rua Marquês de Fronteira



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica) com localização da área do reservatório.

Identificação / Observações

"O Reservatório do Pombal encontra-se localizado numa das zonas mais altas da capital, junto a Campolide, e recebia água do Aqueduto das Águas Livres. A partir deste reservatório era possível abastecer a antiga cisterna do Convento da Nossa Senhora da Penha através de um sifão que percorria a atual Rua Marquês da Fronteira, o Largo de São Sebastião da Pedreira, a Praça José Fontana, o antigo Largo de Arroios, até chegar ao alto da Penha de França."

"O Reservatório do Pombal foi um dos 5 previstos no projeto da primeira rede de distribuição de água potável sob pressão da cidade de Lisboa, de autoria do engenheiro francês Louis-Charles Mary em 1856."(ttps://www.facebook.com/hashtag/reservatoriodopombal)

De acordo com informação disponibilizada na Ficha do SIPA, este reservatório foi mandado edificar em 1858, após a constituição da 1ª Companhia das Águas de Lisboa por ingleses que, para proceder à elevação das águas na zona E, edificaram os reservatórios do Arco, de Pombal, da Verónica, da Penha de França e, o ramal do aqueduto da Mata (Ficha SIPA, IPA.00006811). No entanto, analisando a cartografia histórica de Lisboa ele apenas se encontra representado tal como se encontra na atualidade na planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX - XX (1858-1911)

Fontes
Ficha SIPA, IPA.00006811.

Classificação / Protecção Legal
Classificado como Monumento Nacional (MN)
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património

Identificação
MN: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados
ZEP: Cadeia Penitenciária de Lisboa

Decreto
MN: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 -06-1910; ZEP: Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior) / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º

Designação
Conjunto arquitectónico Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de

Nº Interf.

Nº 123

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

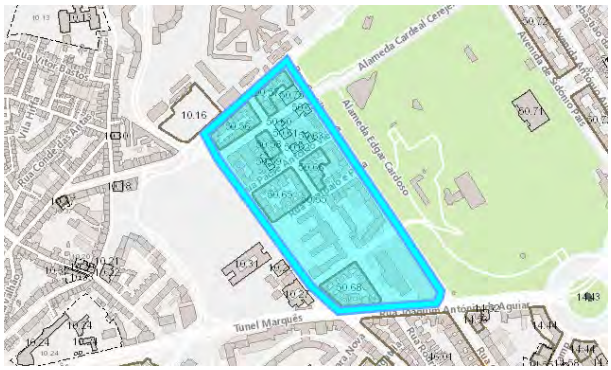
Nº Obra

CNS

CMPEP 50.55



Localização do conjunto patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência

○ AID
◉ AII

Dist. Eixo da Via
5m

Km
0+000-0+200

Profundidade
- de 25m

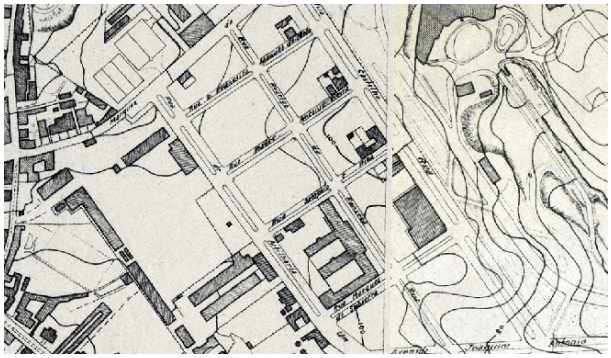
Latitude
38°43'38.20"N

Longitude
9° 9'25.38"W

Freguesia
Avenidas Novas



Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)



Extrato da Planta de 1940 (Lxi, cartografia histórica)

Endereço
Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de Aguiar

Identificação / Observações

Conjunto de edifícios plurifamiliares distribuídos por dois quarteirões, tendo em média seis pisos de altura. Foram edificados durante o estado novo e constituem um conjunto harmosioso inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 50.55. O limite oeste do conjunto fica a cerca de 5 metros do eixo da via. Através da análise da cartografia histórica percebe-se que o planeamento deste espaço surgiu na 2ªmetade do séc. XIX (planta de 1871) mas que no início do século XX (Planta de 1911) ainda não existiam construções nem arruamentos. Os arruamentos e as primeiras edificações surgem já na planta de 1940 e os quarteirões encontra-se já quase completamente edificados em 1950 (planta de1950).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (anos 40-50)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1871, 1911,1940 e 1950

Classificação / Protecção Legal
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Cadeia Penitenciária de Lisboa;
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
ZEP: Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior) / Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012; ZGP-MN: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º

Designação
Edifício na Rua Prior do Crato, n.º 136 a 142

Nº 136

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício de rendimento

Nº Obra 8040

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
25m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.27"N

Longitude
9°10'23.49"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua Prior do Crato, n.º 136 a 142




Localização do edifício em planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Edifício residencial plurifamiliar de 5 pisos construído entre os finais do séc. XVIII / inícios do séc. XIX.

Cronologia
Época Moderna / Contemporânea (Séc. XVIII - XIX)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1780 e 1807.

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Rua da Costa, 8-20

Nº 137

Nº Interf. 388

CNS

Categoria

Sub-categoria

Nº Obra 16060

CMPEP





Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.83"N

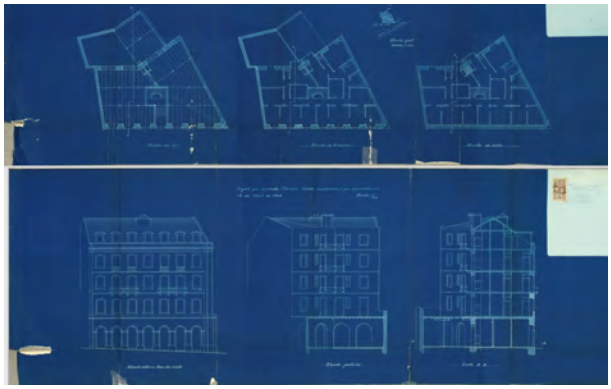
Longitude
9°10'22.91"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua da Costa, n.º 8 a 20



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Desenhos anexos ao pedido de licença de construção de 1904 (AHML, Obra 16060)

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço de construção deste edifício (Lxi, cartografia histórica 1807). Este edifício foi construído em 1904 (AHML, Licença de obra 16060).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1904)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807. AHML, Licença de obra 16060

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva

Data 30/09/2024

Designação
Pátio dos Quintalinhos

Nº 138

Nº Interf. 380

CNS 16218

Categoria

Sub-categoria

Nº Obra 2647

CMPEP 26.24



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul (pinta): localização em planta (CML Lxi)



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato dos desenhos anexos ao pedido de licença de 1918 (AHML, Obra 2647)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
0 m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'22.80"N

Longitude
9°10'19.97"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Pátio dos Quintalinhos à Calçada do Livramento, 2-12

Identificação / Observações
Após 1834 todo o terreno do Forte do Livramento foi alienado e o terrapleno inferior foi utilizado para construções abarracadas.
Na planta de 1911 já se encontra representada uma construção alongada com, sensivelmnete a mesma área do conjunto atual.
Bairro edificado no terrapleno inferior do baluarte em 1918 para habitação operária.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1918)

Fontes
AHML, obra 2647

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
ZEP: Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996; PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual.

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Núcleo de Alcântara: Acrescento de Edifício no Acesso à Ponte 25 de Abril, 2

Nº A (I 408)
Nº Interf. 408
CNS
CMPEP

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
23m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

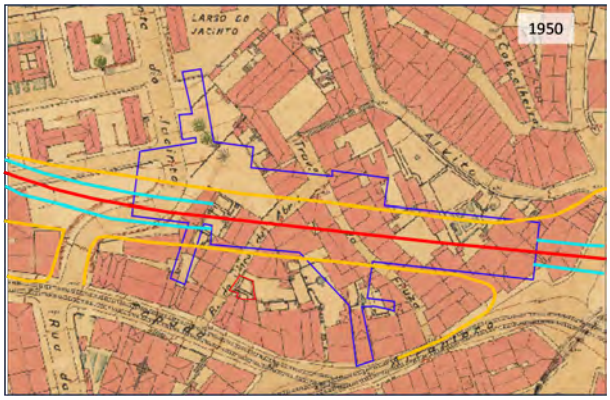
Latitude
38°42'23.99"N

Longitude
9°10'32.17"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril, 2


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica) com delimitação da área a demolir.

Identificação / Observações
Insere-se num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 corresponde já a uma área de logradouro. Permanceu como tal pelo menos até meados do séc. XX, aparecendo edificado apenas na planta dos anos 70.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1950-1970)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1950 e 1970.

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 10/09/2024

Designação
Núcleo de Alcântara: Edifício Acesso à Ponte 25 de Abril, 7-11

Nº A (I 409)

Nº Interf. 409

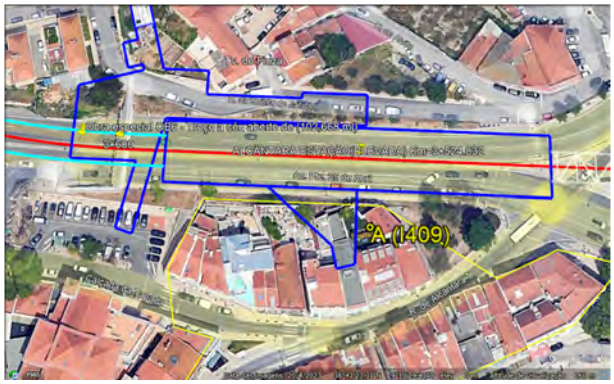
CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
21m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'23.90"N

Longitude
9°10'30.09"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril, 7-11



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Zona A na planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Insere-se num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 o edifício já está representado com a configuração atual.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1856-58 ou anterior)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Núcleo de Alcântara: Logradouro - Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n

Nº A (I 410)

Nº Interf. 410

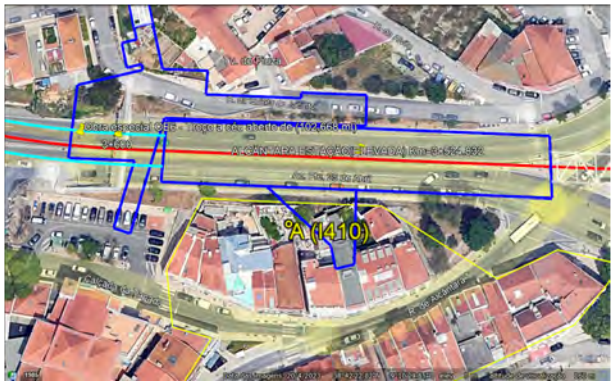
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

CNS

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
22m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'23.98"N

Longitude
9°10'31.10"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Localização da interferência 410 na planta de 1856-58

Identificação / Observações
Logradouro inserido num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 corresponde já a um espaço de logradouro.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1856-58 ou anterior)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Núcleo de Alcântara: Logradouro no Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n

Nº A (I 411)

Nº Interf. 411

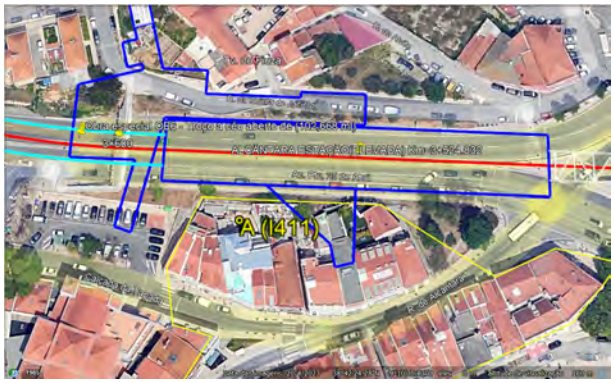
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

CNS

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
21m

Km
3+400-3+600

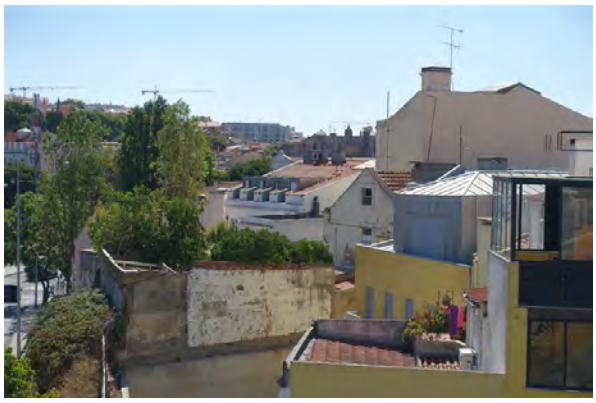
Profundidade
0m

Latitude
38°42'24.02"N

Longitude
9°10'31.72"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Acesso à Ponte 25 de Abril, s/n



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



A (I 411) na planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Logradouro inserido num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 corresponde já a uma área de logradouro no interior do quarteirão.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1856-58 ou anterior)

Fontes

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

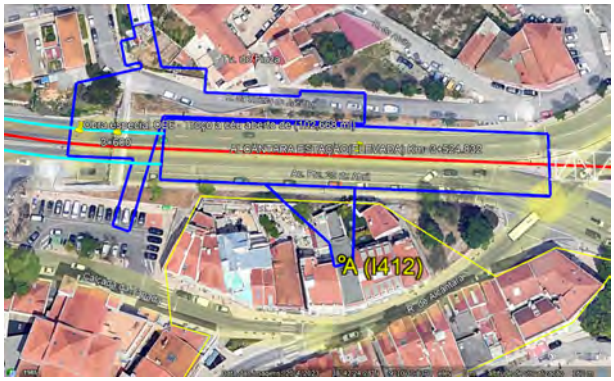
Designação
Núcleo de Alcântara: Edifício na Rua de Alcântara, 18

Nº A (I 412)
Nº Interf. 412
CNS
CMPEP

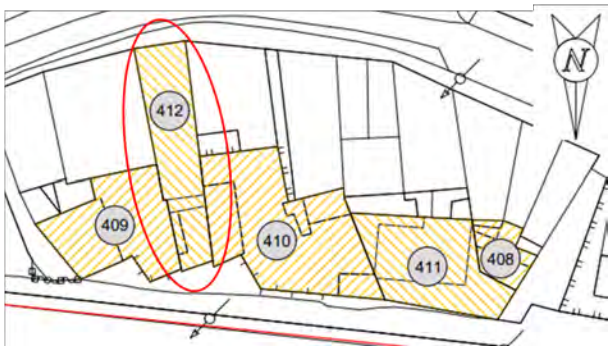
Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
32m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'23.59"N

Longitude
9°10'30.45"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua de Alcântara, 18


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Localização da interferência 412 na planta de 1856-58

Identificação / Observações
Edifício inserido num quarteirão já edificado em meados do século XIX. Na planta de 1856-58 corresponde já a uma área edificada com a configuração atual.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1856-58 ou anterior)

Fontes

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Rua da Costa, 22-26

Nº B (I 389)

Nº Interf. 389

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

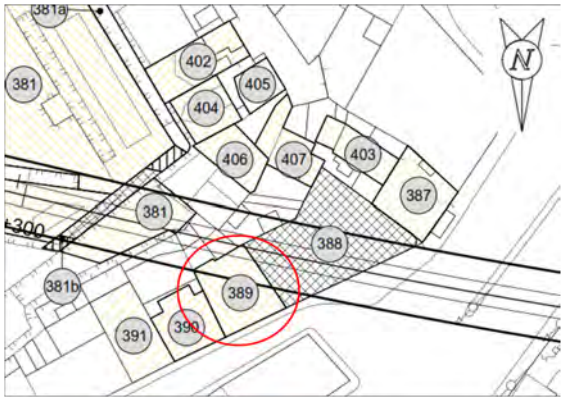
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 1601

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
12m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'24.19"N

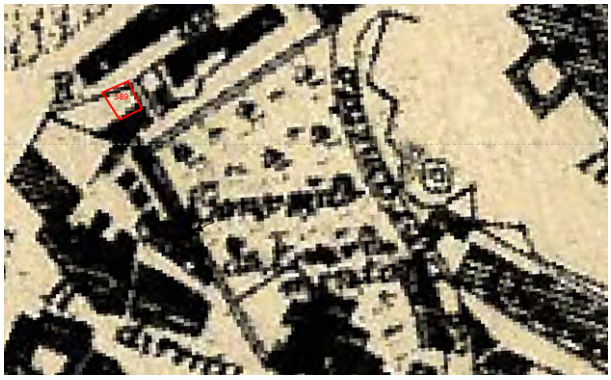
Longitude
9°10'22.23"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua da Costa, 22 -26



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações

Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço de construção deste edifício (Lxi, cartografia histórica 1807).
Em 1856-58 a área estava edificada mas o lote parecia estar ligado edifício oeste (I388)
De acordo com a consulta do proecesso de obra o edifício foi reconstruído em 1904.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (início) / Séc. XX (1904) (reconstrução)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58; AHML, Licença de obra 1601

Classificação / Protecção Legal
Abrangido pela ZEP do conjunto do Palácio das Necessidades
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Rua da Costa, 28

Nº B (I 390)

Nº Interf. 390

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 16062

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
15m

Km
3+200-3+400

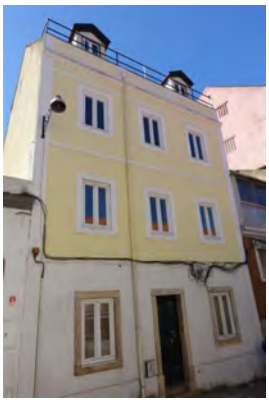
Profundidade
- de 25m

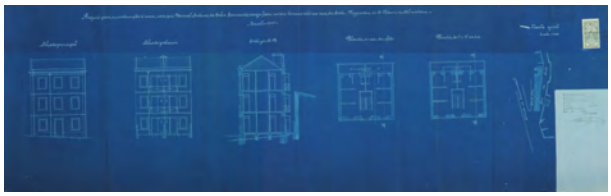
Latitude
38°42'24.26"N

Longitude
9°10'21.93"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua da Costa, 28


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Desenhos anexos ao pedido de licença de construção de 1901 (AHML, Obra 16062)

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço de construção deste edifício (Lxi, cartografia histórica 1807).
Em 1856-58 o edifício encontra-se já edificado com a área atual (Lxi, cartografia histórica 1856-58).
De acordo com a Licença de Obra 3333/DAG/PG/1901 o edifício foi reconstruído em 1901.
.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (meados) / Séc. XX (1901) (reconstrução)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58. AHML, Licença de obra 1602

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Rua da Costa, 30-32

Nº B (I 391)

Nº Interf. 391

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

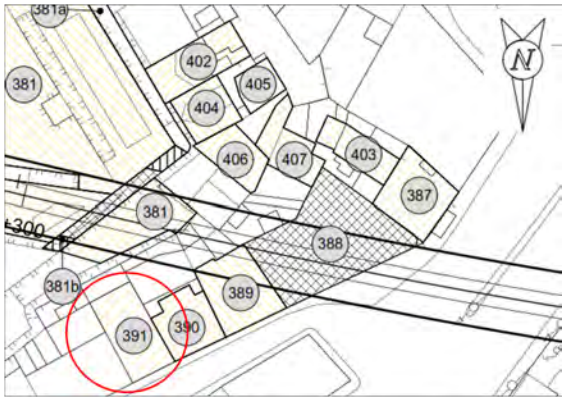
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 16063

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
12m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'24.33"N

Longitude
9°10'21.63"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua da Costa, 30 -32


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações

Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço de construção deste edifício (Lxi, cartografia histórica 1807).
Em 1856-58 o edifício encontra-se já edificado com a área atual (Lxi, cartografia histórica 1856-58).
O edifício sofreu várias obras de alteração desde o início do século XX, sendo possível que a configuração da sua fachada resulta de obras efetuadas em 1910 (AHML Obra 16063)

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (meados) / Séc. XX (1910) (alteração)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58. AHML, Licença de obra 1603.

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 20-22

Nº B (I 402)

Nº Interf. 402

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 11427

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
12m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.21"N

Longitude
9°10'21.86"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Travessa do Livramento, 20 -22



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Este edifício parece já estar parcialmente edificado (Lxi, cartografia histórica, 1807).
Não se encontraram pedidos de construção no AHML (Obra 1601), apenas documentação após 1941.

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58. AHML, Licença de obra 1601

Classificação / Protecção Legal
Abrangido pela ZEP do conjunto do Palácio das Necessidades
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 24-26

Nº B (I 404)

Nº Interf. 404

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 7142

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
12m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.35"N

Longitude
9°10'22.07"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Livramento, 24 -26



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Este edifício parece já estar parcialmente edificado (Lxi, cartografia histórica, 1807).
Na planta de 1856-58 este espaço encontra-se construído (Lxi, cartografia histórica, 1856-58).
No AHML não aparece documentação respeitante ao processo (obra 7142) com pedido de construção. A documentação mais antiga data de 1933 e diz respeito a reparação

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58. AHML, Licença de obra 7142

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 28

Nº B (I 405)
Nº Interf. 405
CNS
Nº Obra 8417
CMPEP

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


Localização em planta (Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
14m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.21"N

Longitude
9°10'22.38"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Livramento, 28


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica) com a área do edifício.

Identificação / Observações
Na planta de 1856-58 este espaço encontra-se parcialmente construído com uma construção mais estreira que a atual (Lxi, cartografia histórica, 1856-58).
Na planta de 1950 a construção aparece já com a área atual (Lxi, cartografia histórica, 1950).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX-XX

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1856-58 e 1950

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 30

Nº B (I 406)

Nº Interf. 406

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 7143

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
3,2m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.53"N

Longitude
9°10'22.25"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Livramento, 30



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Este edifício parece já estar parcialmente edificado (Lxi, cartografia histórica, 1807).
Na planta de 1856-58 o espaço encontra-se já edificado.
No AHML não se encontram pedidos de construção associado ao processo (obra 7143).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58- AHML, obra 7143

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Logradouro na Rua do Costa

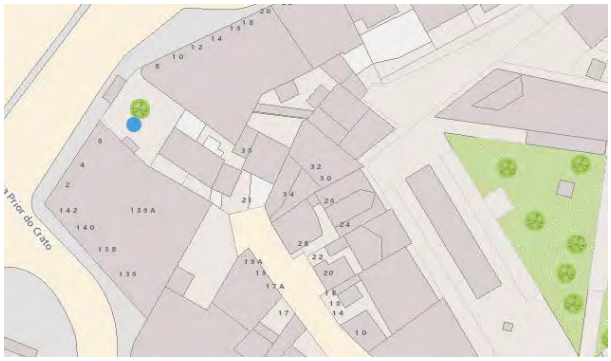
Nº B (I.387)
Nº Interf. 387
CNS
Nº Obra
CMPEP

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto


A azul (pinta): localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
3m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.73"N

Longitude
9°10'23.25"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Rua do Costa, s/n


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Em 1807 surgiam já construções em torno dos muros do Baluarte, a norte e oeste, definindo-se a Rua da Costa e o quarteirão localizado entre a Travessa do Livramento e a Rua Prior do Crato. Está já delimitado mas não edificado o espaço (Lxi, cartografia histórica 1807).
Em 1856-58 o espaço estava já delimtado, aparentemente como logradouro de edifício a oeste (Rua Prior do Crato, 136-142, Obra 8040) (Lxi, cartografia histórica 1856-58).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX-XX

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1807 e 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Edifício na Travessa do Livramento, 21

Nº B (I.403)

Nº Interf. 403 e

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra 7134

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
(●) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
11m

Km
3+200-3+400

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'23.53"N

Longitude
9°10'22.98"W

Freguesia
Estrela

Endereço
Travessa do Livramento, 21


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Extrato da Planta de 1856-58 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Em 1856-58 o edifício encontra-se já edificado, sensivelmente com a área atual (Lxi, cartografia histórica 1856-58).
No AHML não se encontram pedidos de construção associado ao processo (obra 7134).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1856-58

Classificação / Protecção Legal
Abrangido pela ZEP do conjunto do Palácio das Necessidades
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto C: Núcleo das Necessidades e Cova da Moura

Nº C

Nº Interf. 362,

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria

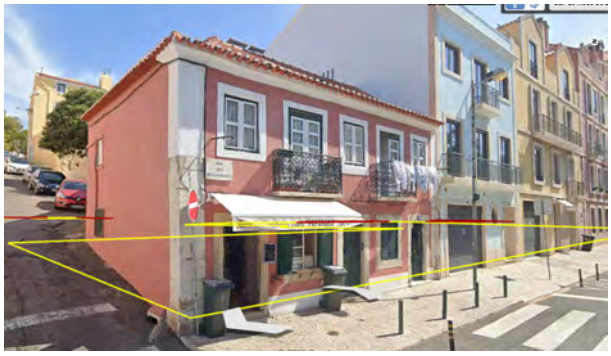
CNS

Nº Obra

CMPEP



Localização do conjunto patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Google Street

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
1m

Km
3+000-3+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°42'21.40"N

Longitude
9°10'9.97"W

Freguesia
Estrela



Google StreetExtrato da Planta de 1780 (Lxi, cartografia histórica) com localização das interferências do conjunto C



Extrato da Planta de 1807 (Lxi, cartografia histórica) com localização das interferências do conjunto C

Endereço
Rua das Necessidades; Travessa das Necessidades; Travessa do Tesouro; Travessa do Castro; Rua da Cova da Moura;

Identificação / Observações

O espaço delimitado como C não tem elementos classificadas nem inventariados na Carta do Património. No entanto, trata-se de um conjunto antigo, abrangido pela ZEP do Palácio das Necessidades e que engloba as seguintes interferências, algumas de construção do séc. XVIII ou anteriores:
- 364, Largo do Rilvas, 3 (área já edificada em 1780)
- 369, Travessa do Tesouro, 2 (área já edificada em 1780)
- 370, Travessa do Tesouro, 12-16 (área já edificada em 1780)
- 371 Rua das Necessidades 48 (área já edificada em 1780)
- 372, Travessa do Tesouro, Rua das Necessidades 56-60 (área já edificada em 1780)

Através da análise da planta de 1807 verificamos que prossegue a urbanização do conjunto C com a construção das edificações correspondente às interferências:
- 366, Largo do Rilvas, 11 (área ainda não edificada em 1780)
- 367, Largo do Rilvas, 12 (área ainda não edificada em 1780)

O espaço correspondente à inteferência 362 apenas aparace cartografado como construção na planta de 1970.

Por não haver afetação direta (demolições) optou-se por tratar este elemento como um conjunto.

Cronologia

Fontes

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Identificação
ZEP: Conjunto do Palácio das Necessidades (...)

Decreto
Portaria n.º 552/96, DR, I Série-B, n.º 232, de 07-10-1996

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Núcleo do Bairro de Campo de Ourique

Nº G

Nº Interf.

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta (CML Lxi)

Área de Incidência
(•) AID
( ) AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+400-1+600

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'8.70"N

Longitude
9° 9'55.93"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua Coelho da Rocha; Rua Ferreira Borges; Rua Pereira e Sousa; Rua Francisco Metrass


Fotografia de Nuno Pires (agosto de 2024)


Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica).

Identificação / Observações
Bairro cujo projeto tem sido atribuído a Frederico Ressano Garcia e, mais recentemente, a Augusto César dos Santos (DINIZ 2014), cujo projeto foi aprovado em 1878 (DINIZ 2014), definindo uma nova área da expansão da cidade sujeita a um planeamento rigoroso, bem patente no racionalismo do seu traçado ortogonal. A sua construção começa em 1879, embora de forma lenta numa fase incial (DINIZ 2014:58). Em 1900 estariam apenas abertas 4 ruas: Rua Ferreira Borges, Rua 4 de Infantaria, Rua Tomás da Anunciação e a Rua da Piedade concluídas em 1992 (DINIZ 2014: 75). A construção do bairro iria continuar ao longo da 1ª metade do século XX, estendendo-se por cerca de 80 anos (DINIZ 20214: 124), como é observável na comparação da planta de 1911 com a planta de 1950 (Lxi, cartografia histórica).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XIX - XX

Fontes
Análise de cartografia histórica (Lxi); DINIZ 2014; Ficha SIPA (IPA 00030075)

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados

Decreto
ZGP: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 -06-1910;

Responsável Teresa Silva **Data** 09/09/2024

Designação
Conjunto arquitectónico / Rua D. João V, 2 a 22 e 7 a 17, Rua Custódio Vieira, 3 a 5 e 2 a 8 e Rua Gorgel do Amaral, **Nº Interf.**

Nº L

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

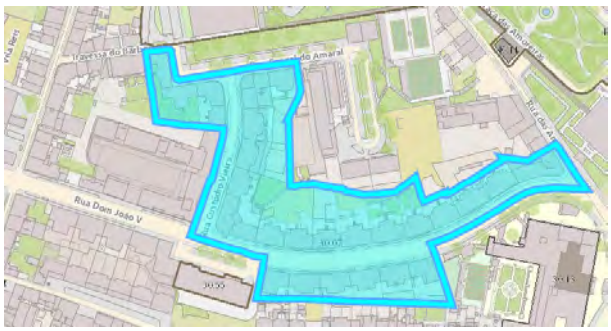
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial plurifamiliar

Nº Obra

CMPEP 30.07



Localização do conjunto patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



A azul: localização em planta (CML Lxi)



Extrato da Planta de 1911 (Lxi, cartografia histórica) da área onde se localiza o conjunto

Área de Incidência

- ○ AID
- ◉ AII

Dist. Eixo da Via
0m

Km
1+000-1+200

Profundidade
- de 25m

Latitude
38°43'17.26"N

Longitude
9° 9'34.18"W

Freguesia
Campo de Ourique

Endereço
Rua D. João V, 2 a 22 e 7 a 17, Rua Custódio Vieira, 3 a 5 e 2 a 8 e Rua Gorgel do Amaral, 3 a 7

Identificação / Observações
Conjunto arquitetónico inventariado na Carta Municipal do Património com o nº 30.07. A linha sobrepõe-se à extremidade oeste do conjunto.
Este conjunto urbano foi edificado na 1ª metade do século XX (ainda não se encontra representado na planta de 1911 e já aparece na planta de 1970 (Lxi, cartografia histórica).

Cronologia
Época Contemporânea - Séc. XX (1ª metade)

Fontes
Cartografia histórica (Lxi) de 1911 e 1970.

Classificação / Protecção Legal
Abrangido por ZEP de Monumento Classificado
Conjunto inventariado na Carta Municipal do Património
Abrangido por ZGP de Monumento Classificado

Identificação
ZEP: Edifício designado «Bloco das Águas Livres»
ZGP: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados
ZEP: ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço

Decreto
PDM: Aprovado em 24 de julho de 2012, pela Deliberação n.º 46/AML/2012 e pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicadas pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, na redação atual; ZEP: Portaria n.º 370/2012, DR, 2.ª série, n.º 156, de 13-08-2012; ZEP Conjunta: Portaria n.º 1099/95, DR 1.ª Série B, n.º 207, de 7-9-1995; ZGP: Decreto n.º 12/2023, DR, I Série, n.º 131, de 7-07-2023 / Decreto n.º 5/2002, DR, I Série B, n.º 42, de 19-02

Designação
Conjunto M: intereferência 418 (Garagem ?)

Nº M (I 418)

Nº Interf. 418

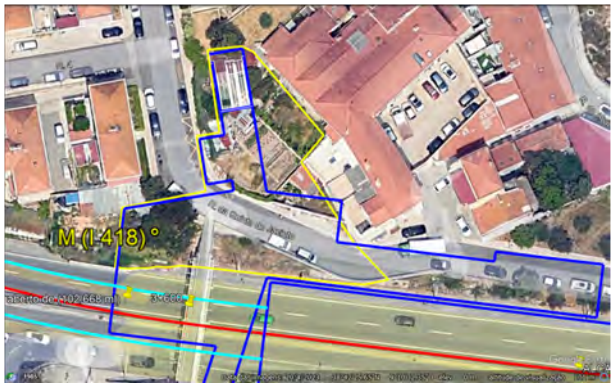
CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
16m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'25.40"N

Longitude
9°10'33.55"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua Quinta do Jacinto, s/n


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Planta de 1970 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Área junto ao Palácio Fiuza outrora inserida no Pátio/ jardim do Palácio entre as duas alas edificadas

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII / Época contemporânea

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto M: intereferência 419

Nº M (I 419)

Nº Interf. 419

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

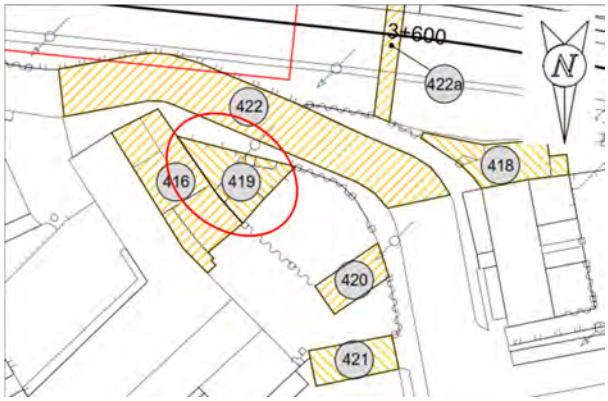
Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
28m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'25.67"N

Longitude
9°10'32.38"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua Quinta do Jacinto, s/n



Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Espaço delimitado após o corte do palácio nos anos 60 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Área junto ao Palácio Fiuza outrora inserida no Pátio/ jardim do Palácio entre as duas alas edificadas

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII / Época contemporânea

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto M: intereferência 420

Nº Interf. 420

Nº M (I 420)

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CNS

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (●) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
40m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'26.12"N

Longitude
9°10'32.93"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua Quinta do Jacinto, s/n


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)



Localização da I. 420 em planta dos anos 70 (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Área junto ao Palácio Fiuza outrora inserida no Pátio/ jardim do Palácio entre as duas alas edificadas

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII / Época contemporânea

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024

Designação
Conjunto M: intereferência 421

Nº M (I 421)

Nº Interf. 421

CNS

Categoria
Património Arquitetónico

Sub-categoria
Arquitectura Civil: edifício residencial

Nº Obra

CMPEP



Localização do elemento patrimonial em ortofoto com implantação do projeto



Localização em planta de interferências (Anteprojeto, TI, V27)

Área de Incidência
- (•) AID
- ( ) AII

Dist. Eixo da Via
50m

Km
3+400-3+600

Profundidade
0m

Latitude
38°42'26.44"N

Longitude
9°10'33.01"W

Freguesia
Alcântara

Endereço
Rua Quinta do Jacinto, s/n


Fotografia de Nuno Pires (Julho de 2024)


Planta de 1970,com projeto atual (Lxi, cartografia histórica)

Identificação / Observações
Área junto ao Palácio Fiuza outrora inserida no Pátio/ jardim do Palácio entre as duas alas edificadas

Cronologia
Época Moderna - Séc. XVII / Época contemporânea

Fontes
PDM, 02.12; SIPA, IPA.00023543

Classificação / Protecção Legal
Inexistente

Identificação

Decreto

Responsável Teresa Silva **Data** 30/09/2024